

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1870.

~~~~~  
TOMO XXXIII. PARTE II.  
~~~~~



RIO DE JANEIRO.
TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1870.

INDICE

DOS

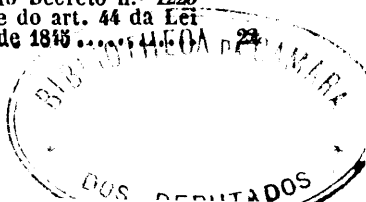
ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

1870.

PORTE II.

	Pags.
N. 4419. — Decreto de 3 de Janeiro de 1870. — Designa a ordem em que devem ser extrahidas as loterias no anno de 1870	1
N. 4430. — Decreto de 8 de Janeiro de 1870. — Regula a emissão dos titulos de garantia das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas ou Companhias de docas.....	3
N. 4431. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Autoriza o English Bank of Rio de Janeiro, limited, para estabelecer uma caixa filial na cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo.....	11
N. 4432. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Approva com a alteração abaixo indicada os novos estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro.....	11
N. 4433. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Dá regulamento para execução do Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864, e do art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845.....	24



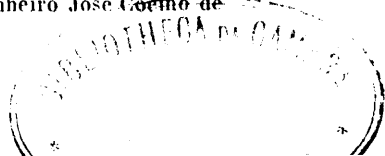
N. 4454. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Concede autorização á sociedade Pharmaceutica Brasileira, para dissolver o seu monte-pio, ficando garantidas as pensões existentes, e approva os novos estatutos, segundo os quaes ella se torna puramente litteraria.....	27
N. 4453. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Approva os novos estatutos da sociedade — Retiro Litterario Portuguez.....	32
N. 4456. — Decreto de 12 de Janeiro de 1870. — Autoriza a reforma de alguns artigos dos estatutos da Caixa Reserva Mercantil da Bahia.....	43
N. 4457. — Decreto de 21 de Janeiro de 1870. — Altera a concessão feita a Eduardo Pellew Wilson, para a extração de mineraes na Provincia da Bahia.....	44
N. 4458. — Decreto de 21 de Janeiro de 1870. — Altera a clausula 6.ª do Decreto n.º 3898 de 22 de Junho de 1867, relativo a navegação dos rios Madeira, Purus, e Negro.....	45
N. 4459. — Decreto de 21 de Janeiro de 1870. — Concede á companhia Northern Assurance Company, autorização para estender suas operações as Proviñcias das Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Para.....	46
N. 4460. — Decreto de 21 de Janeiro de 1870. — Altera o § 9.º do art. 19 dos estatutos da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.....	47
N. 4461. — Decreto de 27 de Janeiro de 1870. — Concede ao Dr. Antonio de Castro Lopes autorizaçao para incorporar uma companhia que denomina — Empreza predial.....	48
N. 4462. — Decreto de 27 de Janeiro de 1870. — Concede privilegio á companhia ingleza — Moulès Patent Earth Closet, limited — para usar de um apparelho destinado a servir nas latrinas como desinfectante.....	49
N. 4463. — Decreto de 29 de Janeiro de 1870. — Concede a Antonio José Villa Nova e Antonio Carneiro da Silva Oliveira, privilegio por 50 annos, para a construcção de uma estrada de rodagem entre as Provincias do Maranhão e do Para.....	49
N. 4464. — Decreto de 29 de Janeiro de 1870. — Extingue as companhias avulsas de cavallaria e artilharia da Guarda Nacional organizadas no Município da capital da Provincia de Minas Geraes, e crea um batalhao de infantaria.....	52
N. 4465. — Decreto de 29 de Janeiro de 1870. — Faz alterações ao Decreto n.º 4308 de 30 de Dezembro de 1868, que orga a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Corte para o anno de 1869, além das que já forão feitas pelos Decretos n.º 4381 de 16 de Junho, n.º 4408 do 1.º e n.º 4413 de 25 de Setembro e n.º 4437 de 27 de Novembro de 1869.	53

	Págs.
N. 4466. — Decreto de 29 de Janeiro de 1870.—Approva os estatutos da Sociedade Benificante Protetora dos Chapelleiros do Rio de Janeiro	34
N. 4467. — Decreto de 29 de Janeiro de 1870.—Concede a Antonio Lucio de Medeiros privilegio por dez annos para fabricar e vender uma machina de sua invenção, destinada a fazer cigarros.....	66
N. 4468. — Decreto do 1.º de Fevereiro de 1870.—Altera os regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II.	67
N. 4469. — Decreto de 10 de Fevereiro de 1870.—Approva os novos estatutos da companhia — Luz Stearica.....	73
N. 4470. — Decreto de 10 de Fevereiro de 1870.—Declara de 1.ª entrancia a comarca do Rio Pardo ultimamente restaurada na Provincia de Minas Geraes.....	78
N. 4471. — Decreto de 10 de Fevereiro de 1870.—Marca o ordenado do Promotor Publico da comarca do Rio Pardo, ultimamente restaurada na Provincia de Minas Geraes.....	79
N. 4472. — Decreto de 10 de Fevereiro de 1870.—Eleva á categoria de batalhão, a secção de batalhão n.º 19 do serviço da reserva da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.....	79
N. 4473. — Decreto de 10 de Fevereiro de 1870. — Promulgando a convenção celebrada em 16 de Maio de 1864, entre o Brasil e outras nações, para o estabelecimento da linha telegraphica transatlantica, de que é empresario Pier Alberto Balestrini, e o acto de accitação da respectiva accessão por parte da Dinamarca	80
N. 4474. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1870.—Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de 2.407:220\$467, para occorrer ás despesas com a estrada de ferro de D. Pedro II, no exercicio de 1869—1870.....	91
N. 4475. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870. —Approva os estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Corte.....	94
N. 4476. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Approva o projecto de reforma dos estatutos do Montepio dos Servidores do Estado.....	109
N. 4477. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Cria uma cadeira publica de instrucção primaria para o sexo feminino na freguezia de Campo-Grande	121
N. 4478. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Altera a disposição do art. 9.º dos estatutos da sociedade Pharmaceutica Brasileira, approvados pelo Decreto n.º 4434 de 12 de Janeiro ultimo.....	121

N. 4479. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Concede privilegio a Ulysses Humbert Ramus para fabricar e vender no Imperio relógios de sua invenção.....	122
N. 4480. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Altera o Decreto n.º 3715 de 6 de Outubro de 1866 sobre a permissão concedida a James Johnson e outro, para a lavra da mina de carvão de pedra do Arroyo dos Ratos.....	122
N. 4481. — Decreto de 18 de Fevereiro de 1870.—Proroga o prazo do privilegio concedido a José Porfirio de Lima e outro, para usarem do systema de calçamento denominado — <i>Seyselito ferruginoso comprimido</i>	123
N. 4482. — Decreto de 26 de Fevereiro de 1870.—Concede ao Dr. José Franklin de Massena e a outros faculdade pelo prazo de 90 annos, para a lavra de ouro e outros mineraes nas serras Negra e de Santo Antonio, na Provincia de Minas Geraes	124
N. 4483. — Decreto de 3 de Março de 1870.—Proroga por 10 annos o prazo de duração da Caixa Economica da cidade da Bahia, e approva uma alteração feita nos respectivos estatutos.....	129
N. 4484. — Decreto de 7 de Março de 1870.—Regula a concessão de licenças aos empregados do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas	129
N. 4485. — Decreto de 7 de Março de 1870.—Concede a João Frederico Richsen privilegio para os melhoramentos que realizou nos ventiladores de café, e de sua invenção	131
N. 4486. — Decreto de 10 de Março de 1870. — Eleva á categoria de batalhão a secção de batalhão n.º 16 do serviço da reserva, organizado no districto de Itapeva da Faxina, na Provincia de S. Paulo	132
N. 4487. — Decreto de 12 de Março de 1870.—Approva o regulamento para o serviço da Companhia Rio de Janeiro City Improvements.....	132
N. 4488. — Decreto de 17 de Março de 1870.—Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplemẽtar de 38:583\$918 para as despesas da rubrica—Contaduria de Marinha.....	139
N. 4489. — Decreto de 22 de Março de 1870.—Renova o prazo do privilegio e a subvenção concedidos a Associação Sergipense pelo Decreto n.º 1457 de 14 de Outubro de 1854	140
N. 4490. — Decreto de 22 de Março de 1870.—Concede privilegio, a João Luiz Loth para o fabrico e venda de colchões, almofadas ou coxins elasticos, de um systema de sua invenção	141
N. 4491. — Decreto de 23 de Março de 1870. — Concede a Charles T. Bright e outros autorização para,	

Pags.

por meio de uma companhia que organizarem, construir e custearão linhas telegraphicas submarinas entre o norte e o sul do Imperio .	141
N. 4492. — Decreto de 23 de Março de 1870. — Concede á companhia, que Stephen Busk & C. ^{as} , e o engenheiro André Rebouças organizarem, autorização para construir docas nas enseadas da Saude e Gambôa do porto do Rio de Janeiro.	147
N. 4493. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Approva os estatutos da Sociedade Mineira Protectora e Benificante, que se pretende estabelecer nesta Corte.....	152
N. 4494. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Concede autorização ao Instituto dos Cirurgiões Dentistas, estabelecido nesta Corte, para exercer suas funções, e approva os respectivos estatutos.....	160
N. 4495. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Concede autorização ao Instituto dos Directores e Vice-Directores de estabelecimentos de instrução particular, e dos Professores da mesma instrução para exercer suas funções, e approva os respectivos estatutos.....	169
N. 4496. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Concede ao Dr. Joaquim Moutinho dos Santos privilegio para os melhoramentos que realizou nosapparelhos de sua invenção, destinados á extincção da formiga-saúva.....	176
N. 4497. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Concede á companhia ingleza — The Commercial Union Assurance Company — a necessaria autorização para estender suas operações ao Imperio.....	176
N. 4498. — Decreto de 26 de Março de 1870. — Concede á companhia ingleza — The British and Foreign Marine Insurance Company Limited — autorização para estabelecer uma agencia na Provincia de Pernambuco	177
N. 4499. — Decreto de 2 de Abril de 1870 — Altera os direitos taxados em diversos artigos da Tarifa das Alfandegas.....	178
N. 4500. — Decreto de 2 de Abril de 1870. — Approva os novos estatutos da sociedade — Reunião dos Expositores.....	179
N. 4501. — Decreto de 2 de Abril de 1870. — Concede á companhia — Intimidade — a necessaria autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.....	189
N. 4502. — Decreto de 2 de Abril de 1870. — Concede perdão ás differentes praças dos Corpos da Armada, Imperiaes Marinheiros, Batalhão Naval e marinhagem, que tiverão a infelicidade de desertar da esquadra Imperial.....	196
N. 4503. — Decreto de 2 de Abril de 1870. — Concede perdão ao Imperial Marinheiro José Gomes de	

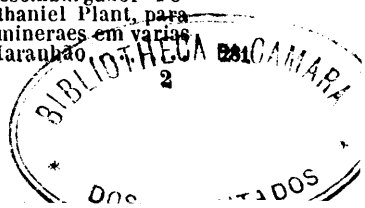


	Págs.
Carvalho Dias, condemnado pelo supposto crime de deserção.....	196
N. 4301. — Decreto de 2 de Abril de 1870. — Extingue a Junta de Justiça Militar creada provisoriamente na Provincia do Rio Grande do Sul pelo Decreto n.º 3499 de 8 de Julho de 1865.....	197
N. 4303. — Decreto de 9 de Abril de 1870. — Dá regulamento para a arrecadação do imposto do sello.	198
N. 4306. — Decreto de 9 de Abril de 1870. — Renova o prazo da autorização concedida á companhia de seguros — Garantia — da cidade do Porto, para estender suas operações ao Imperio.....	226
N. 4307. — Decreto de 20 de Abril de 1870. — Abrindo ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar de 14.710:422\$000 para diversas rubricas do mesmo ministerio no exercicio de 1869—70.	227
N. 4308. — Decreto de 20 de Abril de 1870. — Approva algumas alterações competentemente feitas nos estatutos do — Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro.....	228
N. 4309. — Decreto de 20 de Abril de 1870. — Concede ao Coronel George E. Church, privilegio exclusivo pelo tempo de 30 annos para a construcção de uma estrada de ferro que evitando as quedas ou cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré partindo do ponto mais vantajoso nas proximidades e abaixo da Cachoeira de Santo Antonio ao ponto mais vantajoso nas proximidades e acima da Cachoeira de Guajara-mirim.	230
N. 4310. — Decreto de 20 de Abril de 1870. — Altera algumas disposições do Regulamento das Alfandegas.....	233
N. 4311. — Decreto de 20 de Abril de 1870. — Approva o contracto celebrado com Conceição & C. ^a para o serviço da navegação a vapor na linha intermediaria até Santa Catharina.....	241
N. 4312. — Decreto de 27 de Abril de 1870. — Fixa a taxa de cinco por cento para a amortização das notas do Banco do Brasil no anno bancario de 1869—70.	248
N. 4313. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Autoriza a incorporação da companhia — União Fluminense — de seguro de vida de escravos e approva os respectivos estatutos.....	248
N. 4314. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Concede privilegio a Alexandre Bristol para fabricar e vender no Imperioapparelhos, que declarou ter inventado, para seccar o café.....	250
N. 4315. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Approva as alterações feitas pela companhia geral de seguros — Feliz Lembrança — em varios artigos de seus estatutos.....	257
N. 4316. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Declara nulla a concessão feita ao finado Visconde de	

PAGS.

- Maranguape pelos Decretos n.ºs 887 de 18 de Dezembro de 1851 e 1319 de 31 de Janeiro de 1854, e transferida aos seus herdeiros pelo Decreto n.º 3331 A de 29 de Novembro de 1864.. 260
- N. 4317. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Approva a alteração feita no art. 16 dos estatutos da companhia de seguros contra fogo — Argos Fluminense..... 260
- N. 4318. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Proroga por mais um anno o prazo concedido pela condição 13.ª do Decreto n.º 3924 de 3 de Agosto de 1867, a Cunha Plant & C.ª, para a incorporação da companhia emprezaria da via ferrea, ou tram-road da cidade do Rio Grande aos terrenos carboníferos do Candiota, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul..... 261
- N. 4319. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito supplementar de 103:020\$878, para fazer face ás despesas com a verba — Illuminação publica —, pertencente ao exercicio de 1869—1870 262
- N. 4320. — Decreto de 28 de Abril de 1870. — Créa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Boa Viagem, da Provincia do Ceará..... 264
- N. 4321. — Decreto de 7 de Maio de 1870. — Promulga a Convenção celebrada em 21 de Janeiro do corrente anno, entre o Brasil e a Hespanha, para regular a troca da correspondencia entre os dous paizes..... 264
- N. 4322. — Decreto de 13 de Maio de 1870. — Concede a Alfredo Casimiro de Vasconcellos e Silva permissão por dous annos para explorar carvão de pedra no municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro..... 273
- N. 4323. — Decreto de 13 de Maio de 1870. — Renova a autorização concedida ao Desembargador Polycarpo Lopes de Leão, para lavrar mineraes na comarca da Chapada, da Provincia do Maranhão..... 274
- N. 4324. — Decreto de 13 de Maio de 1870. — Concede á companhia Catharinense a necessaria autorização para funcção e approva seus estatutos. 275
- N. 4325. — Decreto de 13 de Maio de 1870. — Renova a autorização concedida a Ignacio José Ferreira de Moura e outros, para explorarem mineraes nas margens do Quarahim, na Provincia de S. Pedro..... 280
- N. 4326. — Decreto de 13 de Maio de 1870. — Renova a autorização concedida ao Desembargador Polycarpo Lopes de Leão e Nathaniel Plant, para procederem á exploração de mineraes em varias comarcas da Provincia do Maranhão

PARTE II.



	Pags.
N. 4327. — Decreto de 21 de Maio de 1870. — Concede a Januario José de Freitas permissão por dous annos para explorar turfa, carvão de pedra e schistos bituminosos nas comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Provincia da Bahia	282
N. 4328. — Decreto de 30 de Maio de 1870. — Concede á companhia—Linha Telegraphica do Interior— a necessaria autorização para funcção e approva seus estatutos.....	283
N. 4329. — Decreto de 30 de Maio de 1870. — Concede á companhia—Alliança— de seguros maritimos a necessaria autorização para funcção e approva seus estatutos.....	289
N. 4330. — Decreto de 30 de Maio de 1870. — Autoriza o augmento do capital da companhia—União Mercantil.....	296
N. 4331. — Decreto de 30 de Maio de 1870. — Dissolve o batalhão de infantaria n.º 49, creado no municipio de Jahú, da Provincia de S. Paulo....	297
N. 4332. — Decreto de 4 de Junho de 1870. — Concede á companhia de exploração e manufactura de marmores, organizada na Provincia de S. Pedro, a necessaria autorização para funcção e approva seus estatutos.....	297
N. 4333. — Decreto de 4 de Junho de 1870. — Approva as alterações feitas pela companhia de seguros maritimos — Confiança —, da Provincia de S. Pedro, nos arts. 12 e 21 dos seus estatutos...	306
N. 4334. — Decreto de 4 de Junho de 1870. — Concede autorização á companhia ingleza de seguros — The Commercial Union Assurance Company — para estabelecer agencias nas capitães das Provincias da Bahia e Pernambuco.....	307
N. 4335. — Decreto de 7 de Junho de 1870. — Approva o contracto celebrado com Conceição & C.ª, para o serviço da navegação a vapor na linha fluvial de Montevideo á Cuyabá, na Provincia de Mato Grosso	308
N. 4336. — Decreto de 7 de Junho de 1870. — Approva o contracto celebrado com Estevão Busk & C.ª, representantes da companhia—Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation — para o serviço da navegação a vapor do Rio de Janeiro a Montevideo.....	314
N. 4337. — Decreto de 7 de Junho de 1870. — Approva o contracto celebrado com J. M. Carrère & W. R. Garrison para o serviço da navegação a vapor do Rio de Janeiro ao Pará	320
N. 4338. — Decreto de 11 de Junho de 1870. — Autoriza o augmento do capital da companhia de illuminação a gaz do Maranhão.....	326
N. 4339. — Decreto de 11 de Junho de 1870. — Approva a substituição dos arts. 2.º e 10 dos estatutos	

	Pags.
da companhia de seguros marítimos e terrestres — Fidelidade — estabelecida na capital do Império, e autoriza a mesma companhia a organizar uma sociedade de seguro mutuo sobre a vida e a contractar a instituição de heranças, dotes e pensões.....	327
N. 4340. — Decreto de 13 de Junho de 1870. — Faz alterações no Decreto n.º 444 de 29 de Dezembro de 1869, que orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Córte para o exercício de 1870	334
N. 4341. — Decreto de 20 de Junho de 1870. — Concede à companhia que os engenheiros André Rebouças e Raymundo Teixeira Belfort Rôxo organizarem, autorização para construir uma dóca no local em que se acha a Capitania do Porto do Maranhão, e concluir o dique das Mercês..	335
N. 4342. — Decreto de 28 de Junho de 1870. — Modifica as clausulas 18.ª e 23.ª do Decreto n.º 4492 de 23 de Março de 1870.....	339
N. 4342 A. — Decreto de 30 de Junho de 1870. — Reorganiza o serviço de Fazenda nos navios da Armada	340
N. 4343. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Regula as substituições entre os diversos membros do magisterio da Escola de Marinha, e explica os vencimentos, que nesse caso lhes competem...	379
N. 4344. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Declara de nenhum effeito os Decretos n.ºs 3706 de 26 de Setembro de 1866 e 4233 de 23 de Setembro de 1868.....	380
N. 4345. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Prorroga por mais cinco annos o prazo marcado a José Jacomo Tasso para a exploração de mineraes nos sertões limitrophes das Provincias da Parahyba e Pernambuco	380
N. 4346. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Concede ao Bacharel Antonio Corrêa do Couto permissão por dous annos para explorar ouro, cobre e outros mineraes nos morros da Prainha, Jassé, Cachipó e Cocaes, na Provincia de Mato Grosso	381
N. 4347. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Concede a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, ou a companhia que organizarem, autorização para importarem trabalhadores asiaticos.....	382
N. 4348. — Decreto de 16 de Julho de 1870. — Faz alterações ao Decreto n.º 444 de 29 de Dezembro de 1869, que orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Córte para o exercício de 1870	387
N. 4349. — Decreto de 22 de Julho de 1870. — Dissolve as companhias avulsas de cavallaria e artilharia,	

	PAGS.
organizadas no municipio de Angra dos Reis, da Provincia do Rio de Janeiro	388
N. 4330. — Decreto de 22 de Julho de 1870. — Altera a organização da Guarda Nacional dos municipios de S. Borja e Itaquí, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul	388
N. 4331. — Decreto de 22 de Julho de 1870. — Crêa um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Caruarú, da Provincia de Pernam- buco	389
N. 4332. — Decreto de 23 de Julho de 1870. — Concede à companhia — Brasil Industrial — a necessaria autori- zação para funcionar e approva os respec- tivos estatutos	390
N. 4333. — Decreto de 29 de Julho de 1870. — Promulga a convenção postal celebrada em 14 de Março do corrente anno, entre o Brasil e os Estados- Unidos da America	398
N. 4334. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Concede à companhia — Ituana — a necessaria autori- zação para funcionar e approva os respectivos estatutos	404
N. 4335. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Concede a Florencio Monteiro Peixoto privilegio por cinco annos para a machina de sua invenção destinada à sécca do café e do assucar	413
N. 4336. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Concede ao engenheiro Charles Bernard privilegio por quatro annos, para o seu systema de perfuração de poços de agua limpida e inodora	416
N. 4337. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Approva a substituição dos arts. 2.º, 3.º, 6.º e 7.º dos estatutos da companhia de navegação por vapor na bahia do Rio de Janeiro e Nictheroy	416
N. 4338. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Concede à companhia — The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance — autorização para estabelecer uma agencia na capital da Provincia de Pernambuco	417
N. 4339. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Concede à companhia — The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance — autorização para estabelecer uma agencia na capital da Provincia da Bahia	418
N. 4360. — Decreto de 6 de Agosto de 1870. — Concede o uso de uma medalha ao exercito em opera- ções na guerra contra o governo do Paraguay ..	419
N. 4361. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Concede aos vapores de propriedade de Robert Single- hurst & C.ª as vantagens de paquetes	420
N. 4362. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Autoriza o augmento do capital da companhia do Quei- mado	421

PACS.

- N. 4363. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Autoriza o augmento do capital da companhia de trilhos urbanos do Recife a Olinda..... 421
- N. 4364. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na freguezia de S. Sebastião da Boa-Vista, da Provincia do Pará..... 422
- N. 4365. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes no municipio do Icó, da Provincia do Ceará..... 423
- N. 4366. — Decreto de 10 de Agosto de 1870. — Approva com alterações os novos estatutos do Banco do Brasil..... 423
- N. 4367. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Separa o termo de Santo Antonio de Sá do de Itaborahy, na Provincia do Rio de Janeiro, e crêa nelle o lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos..... 439
- N. 4368. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Marca o ordenado do Promotor Publico da comarca da Lapa, na Provincia do Paraná..... 439
- N. 4369. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Declara de primeira entrancia a comarca da Lapa, creada na Provincia do Paraná..... 440
- N. 4370. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes no municipio de Santa Anna, da Provincia do Ceará..... 440
- N. 4371. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Promulga a convenção celebrada em 23 de Abril do corrente anno entre o Brasil e a Belgica, para regular a troca da correspondencia entre os dous paizes..... 441
- N. 4372. — Decreto de 12 de Agosto de 1870. — Approva o plano da organização dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria..... 430
- N. 4373. — Decreto de 20 de Agosto de 1870. — Faz extensivo á Armada o uso da medalha concedida ao Exercito por Decreto n.º 4360 de 6 do corrente mez..... 462
- N. 4374. — Decreto de 20 de Agosto de 1870. — Autoriza a Camara Municipal da Côte para fazer diversas obras no matadouro publico..... 462
- N. 4375. — Decreto de 23 de Agosto de 1870. — Concede a Felix Emilio Taunay autorização para, por meio de uma companhia que organizar, construir e custear uma estrada de ferro do Andarahy Pequeno ao alto da Boa-Vista da Tijuca. 463
- N. 4376. — Decreto de 23 de Agosto de 1870. — Crêa um batalhão de Guardas Nacionaes da reserva no municipio de Alagóas, da Provincia deste nome. 468
- N. 4377. — Decreto de 23 de Agosto de 1870. — Crêa uma secção de batalhão de Guardas Nacionaes da

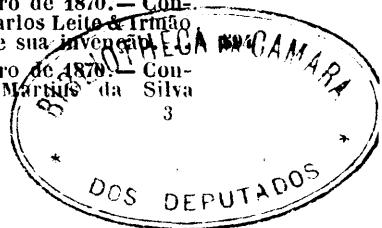
	PAGS.
reserva no municipio de S. Miguel, da Provincia das Alagoás.....	469
N. 4378. — Decreto de 23 de Agosto de 1870. — Desliga do commando superior da Guarda Nacional dos municipios da Campanha e Itajubá, da Provincia de Minas Geraes, o batalhão de infantaria n.º 73 do serviço activo, e o subordina ao de Fouso Alegre da mesma Provincia	469
N. 4379. — Decreto de 23 de Agosto de 1870. — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Capão Bonito de Paranapanema, da Provincia de S. Paulo.....	470
N. 4380. — Decreto de 24 de Agosto de 1870. — Concede privilegio aos engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro, para a introdução das machinas e vehiculos do systema de R. W. Thomson's em algumas Provincias do Imperio.....	471
N. 4381. — Decreto de 24 de Agosto de 1870. — Concede privilegio a Francisco Windhausen para introduzir no Imperio machinas de produzir gelo e ar frio.....	472
N. 4382. — Decreto de 24 de Agosto de 1870. — Concede privilegio a João C. Pedrick para usar no Imperio de appparelhos de sua invenção, destinados principalmente á boa conservação dos generos alimentícios.....	472
N. 4383. — Decreto de 24 de Agosto de 1870. — Concede privilegio a Joaquim Thomaz de Brito para introduzir no Imperio machinas movidas á vapor para cortar e preparar rolhas de cortiça	473
N. 4384. — Decreto de 31 de Agosto de 1870. — Concede á companhia que o Conde da Estrella e o Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence organizarem, autorização para construir no porto de Santos, Provincia de S. Paulo, docas e outras obras de melhoramento do mesmo porto.	474
N. 4385. — Decreto de 31 de Agosto de 1870. — Marca o vencimento do carcereiro da cadeia da nova villa do Paracurú, na Provincia do Ceará.....	478
N. 4386. — Decreto de 31 de Agosto de 1870. — Annexa o termo de S. João Nepomuceno ao do do Mar de Hespanha, aubes na Provincia de Minas Geraes	479
N. 4387. — Decreto de 31 de Agosto de 1870. — Concede privilegio a Cyriaco Antonio dos Santos e Silva para o fabrico de phosphoros denominados de segurança.....	479
N. 4388. — Decreto de 31 de Agosto de 1870. — Concede privilegio a Francisco Antonio Pereira Rocha para a introdução na Provincia da Bahia das machinas, vehiculos e arados do systema de R. W. Thomson's	480

N. 4389. — Decreto de 5 de Setembro de 1870. — Proroga a presente sessão da Assembléa Geral	481
N. 4390. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Concede á companhia ingleza — North British and Mercantile Insurance Company — a necessaria autorização para estender suas operações ao Imperio.....	481
N. 4391. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Renova a concessão feita a Guilherme Schüch de Campanha, para a exploração de minas de ferro na Província do Paraná.....	482
N. 4392. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Autoriza a novação do contracto da companhia de navegação a vapor do Maranhão....	483
N. 4393. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Autoriza o contracto com o Dr. José Vieira Couto de Magalhães para a navegação no rio Araguaya.....	489
N. 4394. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Altera as clausulas 8. ^a , 13. ^a e 17. ^a do Decreto n.º 4491 de 23 de Março do corrente anno	493
N. 4395. — Decreto de 10 de Setembro de 1870. — Concede á companhia de Santa Thereza a necessaria autorização para funcionar e approva seus estatutos.....	496
N. 4396. — Decreto de 13 de Setembro de 1870. — Proroga novamente a presente sessão da Assembléa Geral.	503
N. 4397. — Decreto de 13 de Setembro de 1870. — Concede privilegio a Claudio Guigon para introduzir no Imperio os tubos fabricados por Vecque J. & C. ^a , e destinados ao encaunamento de agua, gaz e outros fluidos.....	503
N. 4398. — Decreto de 13 de Setembro de 1870. — Concede aos engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e Paulo José de Oliveira privilegio para a introdução nas Províncias de S. Paulo e S. Pedro das machinas, vehiculos e arados do systema de R. W. Thomson's.....	504
N. 4399. — Decreto de 13 de Setembro de 1870. — Faz alterações ao Decreto n.º 4444 de 29 de Dezembro de 1869, que orça a despeza e fixa a receita da Camara Municipal da Córte para o exercicio de 1870, além das que já foram feitas pelos Decretos n.º 4340 de 13 de Junho e n.º 4348 de 16 de Julho do corrente anno.....	505
N. 4600. — Decreto de 20 de Setembro de 1870. — Proroga novamente a presente sessão da Assembléa Geral.....	506
N. 4601. — Decreto de 24 de Setembro de 1870. — Reduz as taxas de 40 e 30 % augmentadas aos direitos de importação de mercadorias estrangeiras....	506
N. 4602. — Decreto de 24 de Setembro de 1870. — Crea uma cadeira publica de instrucção primaria para	

	PÁG.
o sexo masculino no lugar denominado Vargem Grande, freguezia de Jacarepaguá.....	507
N. 4603. — Decreto de 24 de Setembro de 1870. — Approva a reforma que a Imperial Sociedade Amante da Instrucção fez nos seus estatutos.....	508
N. 4604. — Decreto de 24 de Setembro de 1870. — Concede a João da Costa Gomes Leitão e ao Dr. Joaquim Floriano de Godoy autorização para estabelecerem por si ou por meio de uma companhia, a navegação a vapor no rio Parahyba, entre a cidade de Jacarehy e o porto da Cachoeira, no municipio de Lorena, na Provincia de S. Paulo.....	320
N. 4605. — Decreto de 29 de Setembro de 1870. — Declara de segunda entrancia a comarca de S. Bento dos Perizes, creada na Provincia do Maranhão.	324
N. 4606. — Decreto de 29 de Setembro de 1870. — Marca o ordenado do Promotor Publico da comarca de S. Bento dos Perizes, na Provincia do Maranhão.	325
N. 4607. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Concede privilegio a Carlos Fleuiss e Carlos Linde para usarem de uma massa cuprea, de sua invenção, destinada a preservar o ferro do costado dos navios da oxidação e incrustações marinhas...	523
N. 4608. — Decreto de 15 de Outubro de 1870. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de 3.365:950\$000 para as despesas com a estrada de ferro de D. Pedro II no exercicio de 1870—71.	526
N. 4609. — Decreto de 15 de Outubro de 1870. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas novo credito extraordinario de 925:827\$650 para occorrer ás despesas com a estrada de ferro de D. Pedro II, pertencentes ao exercicio de 1869—1870.....	529
N. 4610. — Decreto de 13 de Outubro de 1870. — Approva a nova alteração feita ao art. 33 dos estatutos da Caixa de economias da cidade da Bahia pela assembléa geral dos respectivos accionistas...	331
N. 4611. — Decreto de 17 de Outubro de 1870. — Approva a reforma feita em alguns dos artigos dos Estatutos da Sociedade Portugueza — Amor á Monarchia — estabelecida nesta Corte.....	331
N. 4612. — Decreto de 19 de Outubro de 1870. — Concede á companhia — Pernambuco Street Railway — autorização para funcionar no Imperio.....	539
N. 4613. — Decreto de 19 de Outubro de 1870. — Concede ao Desembargador Henrique Jorge Rebello e Domingos José Antonio Rebello autorização para incorporarem uma companhia de pesca, salga e sêcca de méros, garoupas e baléas....	539
N. 4614. — Decreto de 19 de Outubro de 1870. — Concede á associação dramatica — Limeirense — autorização para funcionar e approva seus Estatutos.	540

PAGS.

N. 4615. — Decreto de 19 de Outubro de 1870. — Approva o contracto celebrado com o director gerente da companhia — Rio de Janeiro Street Railway — para a construcção dos ramaes do Caju, Cancellia e Rio Comprido e continuacção da via dupla na linha do Andarahy.....	331
N. 4616. — Decreto de 25 de Outubro de 1870. — Eleva a categoria da legação do Brasil na Russia á de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.....	333
N. 4617. — Decreto de 23 de Outubro de 1870. — Approva a reforma dos estatutos do Montepio geral estabelecido nesta Corte.....	334
N. 4618. — Decreto de 4 de Novembro de 1870. — Concede augmento de capital á companhia da doca da Alfandega do Rio de Janeiro....	363
N. 4619. — Decreto de 4 de Novembro de 1870. — Regula o modo pratico de organizar-se o quadro para o preenchimento das vagas existentes no Exercito, e as escalas de promoçào.....	368
N. 4620. — Decreto de 4 de Novembro de 1870. — Autoriza transportes de creditos na importancia de 53:500\$000 para despezas da Camara Municipal da Corte no exercicio de 1870.....	369
N. 4621. — Decreto de 4 de Novembro de 1870. — Concede privilegio a Emilio Salvador Ascagne para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira	370
N. 4622. — Decreto de 4 de Novembro de 1870. — Eleva o prazo do privilegio concedido a Florencio Monteiro Peixoto, para usar da machina de sua invençào, destinada á sècca do café e do asucar	371
N. 4623. — Decreto de 3 de Novembro de 1870. — Modifica algumas das disposições dos Decretos n.ºs 4430 e 4431 de 30 de Outubro de 1869	372
N. 4624. — Decreto de 7 de Novembro de 1870. — Crêa mais dez cadeiras de instrucção primaria no Municipio da Corte.....	373
N. 4625. — Decreto de 7 de Novembro de 1870. — Approva os estatutos da Associação Dramatica Particular — Gil Vicente.....	374
N. 4626. — Decreto de 7 de Novembro de 1870. — Approva os estatutos da Sociedade Protectora dos Artistas Dramaticos, estabelecida nesta Corte.....	382
N. 4626 A. — Decreto de 9 de Novembro de 1870. — Concede o uso de bandas de lá aos inferiores dos differentes corpos do Exercito	394
N. 4627. — Decreto de 15 de Novembro de 1870. — Concede privilegio a Raymundo Carlos Leite & irmão para o automotor a vento de sua invençào.....	
N. 4628. — Decreto de 16 de Novembro de 1870. — Concede ao engenheiro João Martins da Silva	



	PAGS.
Coutinho privilegio para a introdução, nas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, das machinas, vehiculos e arados do systema R. W. Thomson.....	396
N. 4629. — Decreto de 28 de Novembro de 1870. — Con- cede ao engenheiro de minas Eduardo Mueseler e outros, autorização para a lavra de metaes e metalloides no municipio de Caçapava na Pro- vincia do Rio Grande do Sul.....	396
N. 4630. — Decreto de 28 de Novembro de 1870. — Con- cede autorização aos Bachareis José Fortunato da Silveira Bulcão e Geraldo da Gama Bentes para lavrarem minas de carvão de pedra na comarca de Taubaté, na Provincia de S. Paulo.	601
N. 4631. — Decreto de 29 de Novembro de 1870. — Mo- difica o Decreto n.º 4617 de 23 de Outubro ul- timo, que approvou a reforma dos estatutos do Montepio geral.....	607
N. 4632. — Decreto de 30 de Novembro de 1870. — Au- toriza o credito extraordinario de 13.546:996\$667, para as despezas do Ministerio da Guerra nos exercicios de 1869—1870 e 1870—1871.	608
N. 4633. — Decreto de 30 de Novembro de 1870. — Au- toriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, a applicar ás despezas com diversas rubricas do exercicio de 1869 a 1870, a quantia de 2.521:353\$915, tirada das sobras verificadas no art. 6.º da Lei do Orçamento do mesmo exercicio.....	610
N. 4634. — Decreto de 3 de Dezembro de 1870. — Con- cede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros um credito extraordinario de 233:806\$139, im- portancia de £ 21.150,10,3, ao cambio de 20 dinheiros estérilinos por 18000, paga como in- demnisação aos donos da galera <i>Canadá</i> , e do seu carregamento.....	611
N. 4635. — Decreto de 5 de Dezembro de 1870. — Declara de primeira entrancia a comarca das Barras, na Provincia do Piahy.....	612
N. 4636. — Decreto de 5 de Dezembro de 1870. — Marca o ordenado annual do Promotor Publico da co- marca das Barras, na Provincia do Piahy	613
N. 4637. — Decreto de 5 de Dezembro de 1870. — Declara de primeira entrancia a comarca da Cachoeira, na Provincia do Pará.....	613
N. 4638. — Decreto de 5 de Dezembro de 1870. — Marca o ordenado annual do Promotor Publico da co- marca da Cachoeira, na Provincia do Pará. ...	614
N. 4639. — Decreto de 5 de Dezembro de 1870. — Reune o termo de Dôres da Boa Esperança ao de Tres Pontas, ambos na Provincia de Minas Geraes..	614
N. 4640. — Decreto de 6 de Dezembro de 1870. — Approva os estatutos da Sociedade Protectora dos Bar- beiros e Cabelleireiros.....	615

PAGS.

- N. 4641. — Decreto de 9 de Dezembro de 1870. — Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a transferir de umas para outras rubricas da despeza do mesmo Ministerio a somma de 12:228\$179 624
- N. 4642. — Decreto de 23 de Dezembro de 1870. — Regula as classes, numeros e vencimentos dos Empregados das Alfandegas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia..... 626
- N. 4643. — Decreto de 23 de Dezembro de 1870. — Substitue a clausula 3.^a do Decreto n.º 4392 de 9 de Setembro de 1870 sobre a novação do contracto celebrado com a Companhia de Navegação á vapor do Maranhão 630
- N. 4644. — Decreto de 24 de Dezembro de 1870. — Amplia as attribuições dos Presidentes de Provincia e Inspectores das Thesourarias de Fazenda na solução dos negocios do Ministerio da Fazenda. 630
- N. 4645. — Decreto de 24 de Dezembro de 1870. — Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a applicar ás despesas da verba—Corpo Militar de Policia—no exercicio de 1869—1870 a quantia de 37:767\$786, tirada das sobras da verba—Guarda Urbana—do mesmo exercicio..... 634
- N. 4646. — Decreto de 24 de Dezembro de 1870. — Declara de 1.^a entrancia a comarca da Independencia ultimamente creada na Provincia da Parahyba 633
- N. 4647. — Decreto de 24 de Dezembro de 1870. — Marca o ordenado annual do Promotor Publico da comarca da Independencia, na Provincia da Parahyba..... 636
- N. 4648. — Decreto de 26 de Dezembro de 1870. — Declara de 1.^a entrancia a comarca de Jacuhy, e de 2.^a entrancia as do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba, Piranga, Rio Grande e Rio das Velhas, na Provincia de Minas Geraes 636
- N. 4649. — Decreto de 26 de Dezembro de 1870. — Marca o ordenado dos Promotores Publicos das novas comarcas do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba, Piranga e Jacuhy, na Provincia de Minas Geraes 637
- N. 4650. — Decreto de 26 de Dezembro de 1870. — Cria um lugar de Juiz Municipal e de Orphãos em cada um dos termos do Piranga e Rio Novo, na Provincia de Minas Geraes 638
- N. 4651. — Decreto de 28 de Dezembro de 1870. — Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros a applicar ás despesas das verbas—Secretaria de Estado—Empregados em disponibilidade—e Extraordinarias no exterior—do exercicio de 1869—70, a quantia de 91:210\$969, tirada das sobras das verbas—Legações e con-

	PAGS.
sulados — Ajudas de custo — e Comissões de limites e de liquidação de reclamações — do mesmo exercício.....	639
N. 4652. — Decreto de 28 de Dezembro de 1870. — Pro- roga até o fim de Dezembro de 1871 as dispo- sições do Decreto n.º 3631 de 27 de Março de 1866, que permitem ás embarcações estran- geiras o serviço de cabotagem.....	640
N. 4653. — Decreto de 28 de Dezembro de 1870. — Ap- prova o novo Regulamento da Repartição dos Telegraphos	641
N. 4654. — Decreto de 28 de Dezembro de 1870. — Au- torizando o transporte de umas para outras verbas do Ministerio da Fazenda da quantia de 802:539\$760, e abrindo ao mesmo Ministerio um credito supplementar de 2.492:941\$223 para di- versas rubricas da despesa do exercício de 1869—1870.....	703
N. 4655. — Decreto de 29 de Dezembro de 1870. — Ap- prova a reforma dos estatutos da companhia — Luz Stearica	708
N. 4656. — Decreto de 29 de Dezembro de 1870. — Con- cede ao vapor <i>S. Vicente</i> as vantagens de pa- quete.....	715
N. 4657. — Decreto de 29 de Dezembro de 1870. — Auto- riza o augmento do capital da companhia — Intimidade — estabelecida na cidade do Rio Grande.....	715
N. 4658. — Decreto de 29 de Dezembro de 1870. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas novo credito supplementar na importancia de 7:428\$775, para cobrir as des- pezas feitas pela verba — Illuminação publica — do exercício de 1869—1870.....	717
N. 4659. — Decreto de 29 de Dezembro de 1870. — Auto- riza o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para applicar ás despesas de va- rias verbas deficientes do exercício de 1869—70, a quantia de 132:776\$291, resultante da sobra que se verifica no § 13, art. 8.º da respectiva Lei de Orçamento.....	720
N. 4660. — Decreto de 30 de Dezembro de 1870. — Marca o ordenado annual do Promotor Publico da co- marca do Buíque, na Provincia de Pernambuco.	723
N. 4661. — Decreto de 30 de Dezembro de 1870. — De- clara de 1.ª entrância a comarca de Buíque, ultimamente creada na Provincia de Pernam- buco.....	723
N. 4661 A. — Decreto de 31 de Dezembro de 1870. — Orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Côte para o anno de 1871.....	724

ACTOS DO PODER EXECUTIVO.

1870.

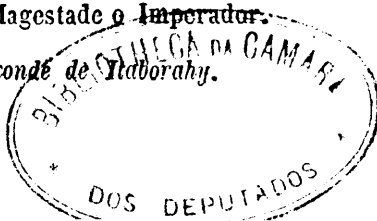
DECRETO N. 4449 — DE 3 DE JANEIRO DE 1870.

Designa a ordem em que devem ser extrahidas as
loterias no anno de 1870.

Na conformidade do art. 2.º da Lei n.º 1099 de 18 de Setembro de 1860, Hei por bem que na extracção das loterias distribuidas para o corrente anno se observe a ordem marcada na tabella que com este baixa, assignada pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.



**Relação das loterias que tem de ser extrahidas
no anno de 1870.**

1.^a A 63.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

2.^a A 4.^a para as obras das matrizes da Provincia do Piahy. — Decreto n. 956 de 14 de Junho de 1858.

3.^a A 64.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

4.^a A 2.^a para as obras das matrizes de Nossa Senhora da Gloria e de Santa Thereza do Municipio de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro. — Decreto n. 1025 de 27 de Julho de 1859.

5.^a A 65.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

6.^a A 16.^a para patrimonio do Hospicio de Pedro II. — Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

7.^a A 66.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

8.^a A 1.^a da nova concessão para continuação das obras do hospital da Santa Casa de Misericordia da Côte. — Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

9.^a A 10.^a a favor da irmandade do Santissimo Sacramento da antiga Sé. — Decreto n. 964 de 4 de Agosto de 1858.

10.^a A 67.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

11.^a A 59.^a para o melhoramento do estado sanitario. — Decreto n. 598 de 14 de Setembro de 1850.

12.^a A 68.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

13.^a A 31.^a a favor do hospital da Santa Casa de Misericordia da Côte. — Decreto n. 92 de 25 de Outubro de 1839.

14.^a A 1.^a concedida á irmandade do Santissimo Sacramento da Candelaria, como administradora do imperial hospital dos Lazaros da Côte. — Decreto n. 1733 de 6 de Outubro de 1869.

15.^a A 69.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

16.^a A 2.^a da nova concessão para continuação das obras do hospital da Santa Casa de Misericordia da Côte. — Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

17.^a A 94.^a cujo beneficio deve ser repartido pela Santa Casa de Misericordia da Côte, expostos, reco-

lhimento das orphãs, collegio de Pedro II e seminario de S. José. — Decreto de 23 de Maio de 1821.

18.^a A 70.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

49.^a A 70.^a a favor da Casa de Correccão. — Decreto de 29 de Outubro de 1835.

20.^a A 20.^a a favor do hospicio de Pedro II. — Decreto n. 566 de 10 de Julho de 1850.

21.^a A 71.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

22.^a A 3.^a da nova concessão para continuação das obras do hospital da Santa Casa da Misericórdia da Córte. — Decreto n. 1693 de 13 de Setembro de 1869.

23.^a A 60.^a para o melhoramento do estado sanitario. — Decreto n. 598 de 14 de Setembro de 1850.

24.^a A 72.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

25.^a A 1.^a para as obras da matriz de Sant'Anna da Córte. — Decreto n. 1693 de 13 de Setembro de 1869.

26.^a A 2.^a concedida à irmandade do Santissimo Sacramento da Candelaria, como administradora do imperial hospital dos Lazaros da Córte. — Decreto n. 1733 de 6 de Outubro de 1869.

27.^a A 73.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

28.^a A 2.^a para as obras da matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba. — Decreto n. 1028 de 22 de Agosto de 1859.

29.^a A 4.^a da nova concessão para continuação das obras do hospital da Santa Casa de Misericórdia da Córte. — Decreto n. 1693 de 13 de Setembro de 1869.

30.^a A 74.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

31.^a A 3.^a a favor da associação Typographica Fluminense. — Decreto n. 908 de 12 de Agosto de 1857.

32.^a A 4.^a para as obras da igreja de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Aracajú, em Sergipe. — Decreto n. 993 de 2 de Setembro de 1858.

33.^a A 61.^a para o melhoramento do estado sanitario. — Decreto n. 598 de 14 de Setembro de 1850.

34.^a — A 75.^a a favor do Montepio dos Servidores do Estado. — Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864.

35.^a — A 95.^a cujo beneficio deve ser repartido pela Santa Casa de Misericórdia da Córte, expostos, recolhimento das orphãs, collegio de Pedro II e Seminario de S José. — Decreto de 23 de Maio de 1821.

36.^a—A 71.^a a favor da Casa de Correção.—Decreto de 29 de Outubro de 1835.

37.^a—A 2.^a para as obras da matriz de Sant'Anna da Côte.—Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

38.^a—A 26.^a para a construção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

39.^a—A 3.^a para as obras da matriz de Sant'Anna da Côte.—Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

40.^a—A 27.^a para a construção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Fevereiro de 1856.

41.^a—A 4.^a para as obras da matriz de Sant'Anna da Côte.—Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

42.^a—A 28.^a para a construção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

43.^a—A 5.^a para as obras da matriz de Sant'Anna da Côte.—Decreto n. 1693 de 15 de Setembro de 1869.

44.^a—A 29.^a para a construção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

45.^a A 2.^a para as obras da matriz da villa do Pilar, na Provincia da Parahyba.—Decreto n. 1052 de 9 de Julho de 1860.

46.^a A 30.^a para a construção de um theatro lyrico, na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

47.^a A 11.^a a favor da irmandade do Santissimo Sacramento da antiga Sé.—Decreto n. 964 de 4 de Agosto de 1858.

48.^a A 31.^a para a construção de um theatro lyrico, na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

49.^a A 12.^a a favor da irmandade do Santissimo Sacramento da antiga Sé.—Decreto n. 964 de 4 de Agosto de 1858.

50.^a A 32.^a para a construção de um theatro lyrico, na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

51.^a A 3.^a para as obras das matrizes de Nossa Senhora da Gloria e de Santa Thereza do municipio de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro.—Decreto n. 1025 de 27 de Julho de 1859.

52.^a A 33.^a para a construção de um theatro lyrico, na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

53.^a A 4.^a para as obras das matrizes de Nossa Senhora da Gloria e de Santa Thereza do municipio de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro.—Decreto n. 1025 de 27 de Julho de 1859.

54.^a A 34.^a para a construção de um theatro lyrico, na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

55.^a A 3.^a para as obras e outros objectos de que necessitarem as matrizes de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januária, Barra do Rio das Velhas, Grão Mogol e Curvello, em Minas Geraes.—Decreto n. 1030 de 22 de Agosto de 1859.

56.^a A 35.^a para construcção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

57.^a A 4.^a para as obras e outros objectos de que necessitarem as matrizes de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januária, Barra do Rio das Velhas, Grão Mogol e Curvello, em Minas Geraes.—Decreto n. 1030 de 22 de Agosto de 1859.

58.^a A 36.^a para a construcção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

59.^a A 4.^a a favor da bibliotheca fluminense.—Decreto n. 988 de 22 de Setembro de 1858.

60.^a A 37.^a para construcção de um theatro lyrico na Côte.—Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1870.

Visconde de Itaborahy.

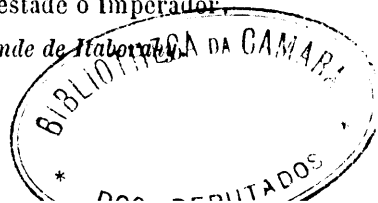
DECRETO N. 4450—DE 8 DE JANEIRO DE 1870.

Regula a emissão dos títulos de garantia das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas ou Companhias de docas.

Usando da authorisação conferida pelo art. 1.^o § 6.^o do Decreto n. 1746 de 13 de Outubro do corrente anno. Hei por bem que na emissão dos títulos de garantia das mercadorias depositadas nos armazens a cargo das Alfandegas ou Companhias de docas se observe o regulamento que com este baixa, assignado pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy



Regulamento para a emissão de títulos de garantia das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas ou Companhias de dócas, a que se refere o Decreto n. 4430 desta data.

A emissão dos títulos de garantia, a que se refere o § 6.º, art. 1.º, do Decreto n. 4746 de 13 de Outubro de 1869, será regulada pelo modo seguinte:

1.ª Para obter um dos títulos, o dono ou consignatário da mercadoria depositada nos armazens a cargo das Alfandegas ou Companhias de dócas apresentará o respectivo conhecimento de carga, acompanhado de um pedido, conforme o modelo n. 1, datado e assignado, no qual se declarará:

1.º A data da entrada da mercadoria;

2.º O nome e classe do navio que a tiver trazido;

3.º A quantidade, especie, marcas, numeros e peso bruto dos volumes;

4.º A quantidade e qualidade da mercadoria, de que apresentará amostra para ser archivada;

5.º O valor da mercadoria, segundo a factura;

6.º Quaesquer outras indicações que estabeleçam a identidade da mercadoria.

2.ª Verificada a existencia da mercadoria nos armazens das Alfandegas ou nos das Companhias de dócas, se passará o título de garantia extrahido de um livro de talão, no qual serão declaradas todas as circumstancias mencionadas no pedido, de que trata o artigo antecedente, e mais o numero do título correspondente ao livro do talão, a taxa de $1/4$ % do valor total declarado da mercadoria, o nome e domicilio do depositante, e o numero da amostra.

No verso serão transcriptas as disposições deste regulamento.

O depositante passará recibo do título no talão respectivo.

3.ª Os numeros do título, do livro de talão e da folha respectiva serão notados nos conhecimentos, que ficarão em deposito até entrega da mercadoria.

4.ª O título de garantia poderá comprehender os volumes depositados, ou mencionados nos conhecimentos de carga, parcial ou integralmente, fazendo-se as precisas averbações nos referidos conhecimentos; mas nunca parte de um volume ou algumas mercadorias pertencentes a um ou outro envoltorio.

5.^a Os titulos poderão ser divididos e subdivididos á vontade dos possuidores, observadas sempre as disposições do artigo antecedente, mas não se cobrará mais de 10\$000 de cada titulo parcial, qualquer que seja o valor declarado da mercadoria.

6.^a Expedido o titulo, se fará notar no livro do armazem os respectivos volumes com a letra **G** em vermelho, e nos envoltorios dos proprios volumes se imprimirá a mesma letra a fogo, ou com tinta vermelha, como fôr julgado mais conveniente.

Feito isto, não se poderá proceder á abertura, mudança de envoltorio, despacho ou entrega de volume senão á vista do proprio titulo.

7.^a A transferencia da propriedade das mercadorias depositadas se opéra na fôrma da legislação em vigor, por força de endosso dos titulos de garantia, os quaes serão equiparados, na conformidade do art. 587 do codigo commercial aos conhecimentos de carga.

A transferencia deverá ser averbada nos assentos respectivos, pagando-se a taxa de 1 % da importancia da taxa da emissão.

A averbação, assignada pelo cessionario, ou seu preposto, extingue a responsabilidade do cedente para com a Alfandega, a qual passará para o cessionario com o preenchimento desta formalidade.

8.^a No caso de perda de titulo por extravio, furto ou qualquer sinistro, não será fornecido outro e nem entregue a mercadoria senão dez dias depois de annunciada a referida perda nos jornaes de maior circulação, e por editaes affixados na praça do commercio ou lugares mais publicos, não tendo comparecido alguem a reclamar o seu direito.

As despesas dos annuncios e mais diligencias correrão por conta da parte interessada.

Pela expedição do novo titulo se cobrará metade da taxa do original.

9.^a As faltas, avarias ou quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias, depois de expedido o titulo de garantia, serão indemnizados mediante avaliação feita de commun accordo, e quando esta se não possa dar, por tres arbitros, dos quaes um escolhido pela Alfandega ou Companhia de doca, e outro pela parte, e o terceiro por ambos, ou sorteado.

10. Os titulos de garantia de mercadorias depositadas nas Alfandegas serão assignados pelos Fieis de armazem e rubricados pelo Inspector; ou pelos gerentes ou

administradores das Companhias de doca, os das mercadorias depositadas em seus armazens.

11. Nenhuma responsabilidade cabe ás Alfandegas ou ás Companhias de docas:

1.º No que respeita á effectiva propriedade dos volumes mencionados nos titulos de garantia, senão pelo que constar dos conhecimentos de carga ;

2.º Pela quantidade e qualidade da mercadoria e valor declarado ;

3.º Pelas avarias, pelos danos e prejuizos que resultarem á mercadoria, depois da emissão do titulo, por vicio intrinseco ou por acção dos agentes naturaes.

12. Reputar-se-ha dono da mercadoria, especificada no titulo, o possuidor do mesmo titulo uma vez que esteja reconhecida a sua identidade, e que as transmissões por endosso tenham sido regularmente feitas e competentemente averbadas.

Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1870.—*Visconde de Itaboraity.*

DECRETO N. 4451—DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Autorisa o English Bank of Rio de Janeiro, limited, para estabelecer uma caixa filial na Cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que Me representou o English Bank of Rio de Janeiro, limited, por seu bastante procurador Edward Ross Duffield, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 22 de Dezembro proximo findo, tomada sobre parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 18 do mesmo mez: Hei por bem Autorisar o referido Banco para estabelecer uma Caixa filial na Cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo, ficando a dita Caixa sujeita ás regras e condições prescriptas no Decreto n.º 3212 de 28 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos doze de Janeiro de mil oitocentos e setenta e quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4452—DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Approva com a alteração abaixo indicada os novos Estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me representou a Directoria do Banco Commercial do Rio de Janeiro, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 22 de Dezembro proximo findo, tomada sobre parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 25 de Novembro antecedente: Hei por bem Approvar os novos Estatutos do mencionado Banco com a seguinte alteração:

O final do art. 13, onde se diz « o prazo dos titulos descontaveis e o das letras de caução não excederá a 8 mezes », deve ser substituido pelo seguinte: O prazo dos titulos descontaveis e o das letras de caução não excederá de 6 mezes, logo que a importancia das ditas operações effectuadas a prazo maior até 8 mezes, tenha ultrapassado a metade do fundo social realizado do estabelecimento.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos doze de Janeiro de mil oitocentos e sessenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro.

TITULO I.

Do Banco Commercial do Rio de Janeiro

SECÇÃO I.

Da constituição do Banco.

Art. 1.º O Banco Commercial do Rio de Janeiro (companhia anonyma), estabelecido nesta cidade, é de depositos, descontos e empréstimos; e sua duração de 20 annos, antes dos quaes, contados do dia em que entrou em operações, não poderá ser dissolvido senão no caso de soffrer perdas que absorvão um terço, pelo menos, de seu fundo capital realizado, além do de reserva.

Art. 2.º O seu fundo capital é de 12.000.000\$000, divididos em 60.000 acções de 200\$000 cada uma, das quaes estão actual-

mente distribuidas 30.000, dependendo a distribuição das restantes de deliberação da assembléa geral dos accionistas, proposta pela Directoria do Banco, ou quando iniciada por um ou mais accionistas, ouvida a directoria previamente sobre ella, devendo qualquer premio que se obtiver ser applicado ao fundo de reserva do estabelecimento.

Se depois desta ultima emissão de acções a experiencia mostrar necessidade de ser augmentado o fundo capital do Banco, a assembléa geral dos seus accionistas resolverá a respeito o que entender conveniente.

Art. 3.º A transferencia das acções será feita de conformidade com as disposições legais que a regulão, mas por termo escripto no respectivo registro do Banco, assignado pelos contractantes, ou por seus legitimos procuradores, munidos de sufficientes poderes.

Emquanto não fôr realizado todo o valor das acções, nenhuma transferencia se fará, sem prévia approvação da Directoria do Banco.

Art. 4.º O importe das acções será realizado em prestações nunca inferiores a 10 % do seu valor nominal, com intervallo não menor de 60 dias para os primeiros 50 %, e não menor tambem de tres mezes para os outros 50 %, quando sejam necessarios, precedendo sempre annuncios com anticipação de 15 dias pelo menos.

Art. 5.º Os accionistas são responsaveis pelo valor das acções que lhes forem distribuidas; e os que não realizarem o pagamento de qualquer chamada de capital no prazo fixado, perderão em beneficio do banco as prestações que houverem anteriormente effectuado, salvo comtudo casos de força maior e os em que se derem circumstancias attendiveis, justificadas perante a Directoria do Banco, recebendo este, porém, o juro de qualquer mora na razão da taxa dos seus descontos, pelo menos.

Art. 6.º Da importancia dos lucros liquidos pertencentes a cada semestre que a Directoria do Banco resolver seja distribuida, se deduzirão de 6 até, 10 % para fundo de reserva, e 5 % para serem repartidos pelos Directores do Banco, em compensação de seu trabalho, fazendo-se do restante dividendo aos accionistas.

Não se distribuirá dividendos se der-se desfalque no capital social enquanto este não fôr restabelecido.

Art. 7.º O fundo de reserva é exclusivamente destinado para opportunamente fazer face ás perdas do capital social, e logo que atinja a 25 % deste cessará a accumulção semestral, podendo sua importancia, no todo ou em parte, ser empregada em titulos da divida publica interna ou externa do imperio. O juro que se receber de taes titulos se accumulará ao mesmo fundo de reserva até que este atinja ao maximo estabelecido.

Art. 8.º O anno bancal decorre do 1.º de Julho a 30 de Junho do anno seguinte, devendo portanto os dividendos semestraes serem pagos nos primeiros 15 dias de Janeiro e Julho de cada anno.

SECÇÃO II.

Das operações do Banco.

Art. 9.º O Banco poderá :

1.º Descontar letras de cambio da terra e outros titulos commerciaes á ordem e com prazo fixo, pagaveis na cidade do Rio de Janeiro, garantidos por mais de uma assignatura de pessoas notoriamente abonadas, sendo, pelo menos, uma dellas residente na mesma cidade, e bem assim escriptos das Alfandegas, bilhetes do Thesouro, letras das Thesourarias provinciaes e de Bancos conceituados estabelecidos nesta praça.

2.º Encarregar-se por commissão da compra e venda de metaes preciosos, de apolices da divida publica e de quaesquer outros titulos de valor, e da cobrança de dividendos, letras e outros titulos a prazo fixo.

3.º Recber em conta corrente as sommas que lhe forem entregues por particulares ou estabelecimentos publicos, e pagar as quantias de que estes dispuzerem conforme fôr convencionado.

4.º Tomar dinheiro a premio por meio de contas correntes ou passando letras com os prazos e condições que a Directoria previamente estabelecerá, não podendo, porém, o prazo ser menor de 30 dias.

5.º Comprar e vender por conta propria metaes preciosos, bem como fundos publicos da divida interna ou externa do Imperio, sendo porém necessario o accordo unanime da Directoria para esta ultima operação, ouvida a commissão fiscal.

6.º Fazer empréstimos sobre penhor de ouro, prata ou diamantes, de apolices da divida publica geral e da provincia do Rio de Janeiro, de acções de companhias acreditadas que tenham cotação real, de titulos particulares que representem legitimas transacções commerciaes e de mercadorias não sujeitas á corrupção depositadas nas alfandegas ou armazens alfandegados.

A importancia dos empréstimos (exceptuados os caucionados por ouro, prata, letras do proprio Banco e Apolices da divida publica do Imperio) e a dos titulos descontados com uma só firma residente nesta cidade do Rio de Janeiro, nunca excederá á terça parte do fundo realizado do Banco.

7.º Mediante contractos escriptos, abrir contas correntes de movimento de fundos e empréstimos a bancos, casas bancarias ou particulares sobre deposito de dinheiro, de titulos e valores descontaveis pelo Banco, ou que estejam no caso de serem por elle admittidos como caução de empréstimos ; e bem assim sobre idonea fiança mercantil.

O Banco não pôde emprestar sobre penhor de suas acções, nem descontar letras suas provenientes de dinheiro que receber a premio, sendo-lhe todavia licito admittil-as como excepção em transacções com o proprio estabelecimento.

8.º Fazer movimentos de fundos de umas para outras praças do Imperio e estrangeiras por meio de operações de cambio.

9.º Conceder cartas de credito sobre idonea fiança mercantil ou caução de valores aceitaveis, isto é, dos que o Banco pôde admittir em suas operações.

10. Caucionar aqui, ou em qualquer praça estrangeira, titulos e valores para garantia especial de seus saques; bem como caucionar ou redescantar titulos de sua carteira em emergencia extraordinaria para sustentação de seu credito.

11. Receber em deposito voluntario titulos de credito, dinheiro, pedras preciosas, moedas, joias, ouro e prata, do que receberá um premio em proporção do valor dos objectos depositados.

Art. 10. A Directoria do Banco publicará, quando entender conveniente, a taxa dos seus descontos, a dos empréstimos e a do juro do dinheiro que receber a premio, e outras condições reguladoras das operações que o Banco pôde fazer.

Art. 11. Não se contará para desconto de quaesquer titulos do Banco, nem nos que se admittirem como penhor de empréstimos, ou garantias de quaesquer outras operações as firmas dos Directores ou de seus socios ostensivos.

Art. 12. Nos empréstimos, além do penhor recebido, aceitará o mutuário letras ao Banco até ao prazo de oito mezes; e os que se fizerem por meio de contas correntes serão liquidados no fim de cada trimestre do anno bancario e mesmo antes se a Directoria do Banco assim resolver.

Art. 13. Se o penhor constar de apolices ou acções de companhias serão ellas transferidas previamente ao Banco; e se em outros objectos o mutuário autorisará por escripto o Banco para alhear ou negociar o penhor pelo meio que entender melhor, se a divida que garantir não fôr paga em seu vencimento.

Se o penhor fôr em mercadorias serão estas previamente seguras (sempre que isto fôr possível) e avaliadas por um ou mais corretores indicados pela Directoria do Banco.

Art. 14. Se a Directoria resolver que a venda do penhor se faça em leilão mercantil será este precedido de annuncios por tres dias consecutivos, tendo, porém, o dono do penhor o direito de resgatal-o até começar o leilão, pagando o que dever e as despesas que tiver occasionado.

Realizada a venda em leilão e liquidada a divida com todas as despesas, juros e commissão de 2 %, o saldo, se o houver, será entregue a quem de direito pertencer, e emquanto existir no Banco não vencerá juro algum.

Art. 15. No valor real de cada objecto que fôr admittido como penhor se fará um abatimento razoavel que garanta o Banco de prejuizos provenientes da baixa desse valor no mercado.

O prazo dos titulos descontaveis e o das letras de caução não excederá a oito mezes.

TITULO II.

Da administração geral do Banco.

SECÇÃO I.

Da assembléa geral do Banco.

Art. 16. A assembléa geral do Banco se comporá dos accionistas que possuirem 50 e mais acções, uma vez que a posse dellas seja anterior de quatro mezes, pelo menos ao dia fixado para a reunião da mesma assembléa.

Art. 17. Reunidos pelo menos 30 accionistas nas condições do artigo antecedente, se julgará a assembléa geral legalmente constituida para deliberar sobre tudo que fôr de sua competencia, menos, porém, para reforma dos estatutos, se os accionistas presentes não possuirem ou representarem, pelo menos, um terço das acções distribuidas.

Se não reunir-se aquelle numero de 30 accionistas, será de novo convocada a assembléa geral para o dia que a Directoria do Banco fixar, podendo a mesma assembléa nesta segunda reunião deliberar, qualquer que seja o numero dos accionistas presentes, excepto todavia sobre reforma dos estatutos.

Se para constituir a assembléa geral não houver numero sufficiente de accionistas de 50 e mais acções em condições legais, serão admittidos os que se lhes seguirem e estiverem nestas circumstancias, até o numero necessario para a assembléa geral funcionar.

Não póde ser membro da assembléa o accionista que tiver suas acções caucionadas.

Todos os accionistas poderão assistir aos trabalhos da assembléa geral, mas de modo que se não confundão com os membros della.

Art. 18. A assembléa geral será presidida pelo presidente do Banco, e servirão de secretarios dous accionistas que forem para isso convidados pelo presidente.

Art. 19. Todos os annos no mez de Julho ou mais tardar até 15 de Agosto, no dia que fôr fixado pela directoria, se reunirá a assembléa geral para lhe ser apresentado o relatorio annual da Directoria do Banco, acompanhado do balanço geral, conta de lucros e perdas, e parecer da commissão fiscal.

Art. 20. A assembléa geral se reunirá extraordinariamente :

1.º Quando fôr pedida sua convocação por um numero de accionistas cujas acções importem pelo menos, em um quinto do capital emitido do Banco.

2.º Quando a Directoria a julgar necessaria.

Nestas reuniões não poderá a assembléa tratar senão do objecto para que fôr convocada.

A convocação ordinaria ou extraordinaria se fará por edital publicado nos jornaes tres vezes consecutivas e oito dias antes do fixado para a reunião.

Art. 21. A votação na assembléa geral será assim regulada: cada 50 acções dão direito a um voto, mas nenhum accionista terá mais de 15 votos, qualquer que seja o numero de acções que possua. Se fizer parte da assembléa geral algum accionista que tenha menos de 100 acções terá comtudo um voto.

Art. 22. Nenhum accionista poderá votar ou ser votado salvo a eventualidade prevista no final do art. 30, se a posse de suas acções não fôr anterior pelo menos quatro mezes ao dia da reunião da assembléa geral.

Não é admissivel na assembléa geral votação para eleições em virtude de procurações, emquanto a lei não permittir.

Art. 23. Compete á assembléa geral:

1.º Alterar ou reformar os estatutos do Banco.

2.º Approvar com ou sem alterações o regulamento interno.

3.º Julgar as contas annuaes.

4.º Nomear os membros da Directoria e da commissão fiscal.

5.º Resolver sobre qualquer objecto para que fôr convocada pela Directoria do Banco dentro dos limites de sua competencia.

SECÇÃO 2.ª

Da direcção geral do Banco.

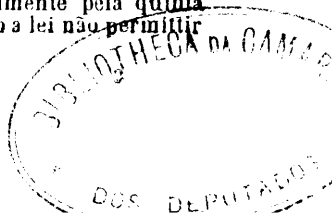
Art. 24. O Banco será dirigido por uma directoria de cinco membros d'entre os quaes serão por ella eleitos o presidente e o vice-presidente do Banco.

Na falta ou impedimento do presidente e vice-presidente do Banco fará suas vezes o director que fôr para isso designado pelos restantes.

Art. 25. Os directores serão eleitos pela assembléa geral d'entre os accionistas de 100 ou mais acções por escrutinio secreto e a maioria absoluta de votos; e quando não haja esta no primeiro escrutinio se procederá aos que forem necessarios para obtel-a entre os candidatos mais votados em numero sempre duplo dos que tiverem de ser eleitos: em caso de empate decidirá a sorte.

Os directores serão substituidos annualmente pela quinta parte, e não poderão ser reeleitos emquanto a lei não permittir a reeleição.

PARTÉ II.



Art. 26. Quando a Directoria do Banco apresentar candidatos ao lugar de director, correrá o escrutínio unicamente sobre seus nomes, admitindo-se cédulas em branco, e só no caso de não obterem maioria absoluta de votos se procederá a novo escrutínio a respeito daquelles ou daquelles que não a tiverem obtido, podendo os votantes nesta votação proceder em inteira liberdade, segundo o disposto no artigo antecedente.

Art. 27. Cada director conservará em deposito no Banco 100 acções, das quaes não poderá dispor enquanto não forem julgadas as contas do ultimo semestre em que tiver exercido o dito cargo.

Art. 28. Compete á Directoria do Banco :

1.º Eleger o presidente e vice-presidente do Banco e o secretario da Directoria para redigir as actas de suas sessões, nas quaes serão consignadas todas as suas deliberações.

2.º Determinar a taxa dos descontos, a dos empréstimos e a do premio do dinheiro que receber a juro por letras ou contas correntes, e assim mais, opportunamente, o maximo e minimo do cambio para venda ou compra de letras sobre praças estrangeiras.

3.º Estabelecer as condições e regras com que devem ser recebidos, conservados ou retirados os depositos onerosos.

4.º Fixar o maximo da importancia dos empréstimos, o limite das operações a prazo maior de quatro mezes, e o das relativas a titulos em que haja só uma firma residente nesta cidade do Rio de Janeiro, bem como a importancia dos fundos que se moverem para as praças estrangeiras e do Imperio.

5.º Relacionar as firmas com que o Banco poderá negociar fixando o maximo da quantia que poderá ser confiada a cada uma.

6.º Dirigir e fiscalisar todas as operações do Banco.

7.º Nomear e demittir todos os empregados.

8.º Propor á assembléa geral o que julgar necessario ou conveniente aos interesses do Banco em objectos de sua competencia.

9.º Organisar o regulamento interno de accordo com os estatutos e executal-o provisoriamente enquanto não fôr approvedo pela assembléa geral.

10. Approvar o relatorio das operações e estado do Banco e o balanço que devem ser apresentados annualmente á assembléa geral, os quaes serão impressos e franqueados aos accionistas tres dias antes pelo menos do fixado para a reunião da mesma assembléa.

Art. 29. A Directoria terá duas sessões por mez, pelo menos, e será válido quanto deliberar, quando resolvido por tres votos concordes.

Art. 30. Vagando algum lugar de director a Directoria o preencherá, nomeando para esse fim accionista que tenha a necessaria qualificação, e esse, nomeado exercerá o dito cargo por todo o tempo que exercer a quem substituir.

Sempre que se tiver de proceder á eleição de algum director é licito á Directoria apresentar candidato de sua prefe-

rencia, e quando tenha lugar esta apresentação poderá prescindir da condição de tempo da posse das acções do apresentado.

Art. 31. Haverá no Banco uma comissão fiscal permanente composta de tres accionistas, eleitos tambem segundo o disposto no artigo 25, d'entre os que possuirem 100 ou mais acções, os quaes serão substituidos annualmente pela terça parte.

Art. 32. Dando-se vaga em algum dos lugares de fiscaes os restantes lhe nomearão substituto que tenha a devida qualificação, tendo, porém, o que fôr assim nomeado exercicio sómente até á primeira reunião ordinaria da assembléa geral, que preencherá definitivamente o dito lugar.

Art. 33. Todos os annos, de 2 até 10 de Julho, serão entregues á comissão fiscal cópias exactas do balanço e de quaesquer contas que tenham de ser apresentadas á assembléa geral, para que a mesma comissão as examine, e em seu relatorio dê sobre tudo parecer, que concluirá propondo á assembléa geral a approvação ou não das contas annuaes.

O parecer da comissão fiscal será entregue ao presidente do Banco até ao dia 22 do mesmo mez de Julho, a fim de que possa ser impresso e annexo ao relatorio da Directoria.

Art. 34. Para os necessarios exames serão franqueados á comissão fiscal todos os livros da escripturação geral do Banco, e os respectivos empregados darão á mesma comissão todos os esclarecimentos que ella exigir e delles dependerem.

Se no processo do exame a mesma comissão julgar necessario ouvir a Directoria do Banco a respeito de qualquer objecto, solicitará desta opportuna conferencia para tal fim, na qual todas as explicações e esclarecimentos lhe serão dados de modo a habilitar-a a redigir o seu parecer com toda a clareza e precisão.

A comissão fiscal poderá ser ouvida pela Directoria a respeito de qualquer objecto sempre que esta julgue conveniente consultal-a, principalmente em emergencias extraordinarias.

Art. 35. Haverá sempre de serviço no Banco uma comissão interna composta de dous directores, á qual, como delegada immediata da Directoria, pertencerá o governo economico e administrativo geral do Banco, de conformidade com as disposições dos estatutos, do regulamento interno e de outras quaesquer deliberações da Directoria, sendo necessario, para validade de seus actos, o accordo de ambos os directores.

Podendo, porém, dar-se por qualquer motivo, ausencia ou impedimento de um dos membros da comissão, para que o expediente dos negocios não soffra interrupção, poderá a directoria especificar os actos que podem ser assignados ou resolvidos pelo director presente, auxiliado ou não pelo concurso de um empregado, conforme resolver a mesma Directoria.

Art. 36. Compete ao presidente do Banco :

1.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas em suas reuniões ordinarias e em nome da Directoria o relatorio annual das operações e estado do Banco.

2.º Presidir á Directoria e assembléa geral dos accionistas, dirigindo seus trabalhos ; ser órgão dellas, examinar e inspecção as operações e os outros ramos do serviço do Banco, e fazer executar fielmente estes estatutos, o regulamento interno e as deliberações da Directoria, podendo suspender a execução de quaesquer actos da commissão interna que lhe parecerem contrarios a essas disposições e deliberações, dando parte á Directoria em sua primeira reunião do que praticar a tal respeito.

3.º Dirigir e inspecção a escripturação geral do Banco e todo o seu expediente.

4.º Propôr á Directoria todas as medidas que julgar vantajosas aos interesses do Banco.

5.º Convocar extraordinariamente a Directoria quando entender necessario.

E' dever do presidente comparecer no Banco pelo menos uma vez por semana.

Art. 37. Os directores terão em compensação de seu trabalho semestralmente 5% do lucro liquido de conformidade com o art. 6.º, repartidos com igualdade em proporção do tempo de seu exercicio.

Art. 38. Dentro do prazo fixado nos regulamentos do governo será publicado e remettido ao mesmo governo o balancete das operações do Banco no mez antecedente.

TITULO III.

Disposições geraes.

Art. 39. Se a Directoria entender necessario, para que sejam mais vantajosos seus saques sobre praças estrangeiras, ter aqui ou na Europa um deposito ou caução de titulos da divida publica interna ou externa do Imperio, ou outros garantidos pelo governo, para garantia especial de taes saques, poderá para tal fim fazer acquisição dos que preferir até a importancia de dous mil contos de réis, conforme o permitir o capital que se fór realizando e sem prejuizo de outras operações de maior e mais seguro interesse nesta praça.

Art. 40. A Directoria procurará sempre ultimar por meio de arbitros as contestações que se possão suscitar no meneio dos negocios do Banco.

Art. 41. A Directoria fica autorizada para requerer dos poderes politicos do Estado, quaesquer medidas que julgar convenientes para credito, segurança e prosperidade do estabelecimento, e particularmente que as acções ou fundos existentes no Banco, pertencentes a estrangeiros, sejam, mesmo no caso de guerra, inviolaveis como os dos nacionaes.

Art. 42. Os bens moveis, semoventes ou de raiz que o Banco houver de seus devedores por meios conciliatorios ou judiciaes, serão vendidos no menor prazo possível.

Art. 43. O Banco poderá possuir edificio proprio para seu estabelecimento.

Art. 44. A liquidação do Banco, antes ou depois de findo o prazo de sua existencia, se fará de conformidade com o que resolver a assembléa geral de seus accionistas, sob proposta da Directoria do Banco.

Art. 45. A Directoria fica autorisada para demandar e ser demandada, e para exercer livre e geral administração e plenos poderes, nos quaes devem, sem reserva alguma, considerar-se comprehendidos e outorgados todos, mesmo os poderes em causa propria.

Art. 46. Os Directores são responsaveis pelos abusos que praticarem no exercicio de suas funcções, bem como todos os empregados do Banco.

Art. 47. Não poderão servir conjuntamente na Directoria do Banco, os parentes dentro do segundo gráo de afinidade emquanto durar o cunhadio, ou do quarto de consanguinidade, nem tambem os que tiverem sociedade entre si; não podendo igualmente ser eleito para tal cargo o accionista que pertencer á administração (comprehendidos os fiscaes e quaesquer empregados) de sociedade ou companhias que fação operações bancarias; o que fôr prohibido de commerciar, e o accionista que o fôr sómente como credor pignoratício: estas disposições são extensivas aos fiscaes.

Art. 48. O Banco fica sujeito ás disposições da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, e ás do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro do mesmo anno, na parte que lhe forem applicaveis, embora não estejam especificadas nestes estatutos.

TITULO IV.

Disposições transitorias.

Art. 49. A Directoria do Banco continuará a administrar a sociedade de seguro mutuo de vida, denominada Bemfeitora, segundo os estatutos desta.

Art. 50. Emquanto não forem emittidos os titulos permanentes das acções, se dará aos accionistas cautelas provisórias que as representem, comprehendendo, porém, cada uma todas as acções distribuidas a cada accionista.

Quando se derem transferencias de acções dos titulos primitivos se deduzirão as transferidas, que serão a seu turno representadas em sua totalidade por novas cautelas.

Art. 51. Emquanto se não realizar todo o capital do Banco, em vez da porcentagem estabelecida receberá semestralmente cada director 3:000\$000, sendo-lhes, porém, permittida a opção.

Art. 52. Desde que estes estatutos forem approvados pela assembléa geral dos accionistas deverá a Directoria do Banco solicitar do governo imperial sua approvação, para o que lhe ficão concedidos plenos e illimitados poderes a fim de poder transigir ou aceitar quaesquer modificações ou alterações que o mesmo governo julgar necessarias.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1869. — *Conde de S. Mamede*, presidente. — *J. M. Cornelio dos Santos*. — *João José dos Reis*. — *Thomaz M. Exbank*. — *Joaquim José Rodrigues Guimarães*.



DECRETO N. 1453— DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Dá regulamento para execução do Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864, e do art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845.

Para boa execução do Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864 e do art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845: Hei por bem Determinar que se observe o seguinte

REGULAMENTO.

TITULO I.

CAPITULO UNICO.

Dos bens possuidos pelas corporações de mão-morta até a data em que começou a vigorar o Decreto n.º 1225.

Art. 1.º Os bens de raiz legalmente adquiridos pelas corporações de mão-morta até a data em que começou a vigorar o Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864, ainda que cahidos em commissio, achão-se garantidos pelas palavras finaes do art. 2.º do mesmo Decreto, e podem ser conservados independentemente de licença do governo.

Art. 2.º Na Directoria Geral das Rendas do Thesouro Nacional e nas Thesourarias de Fazenda haverá um registro de todos esses bens.

O registro será feito por comarcas, e dêve conter a descripção geral, situação e destino dos bens, a data e o titulo de sua aquisição, e seu valor aproximado.

Para o mesmo registro serão logo aproveitadas as relações que, nos termos do § 8.º do art. 44 do Regulamento n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, os Juizes de Direito devem remetter ao Thesouro Nacional no fim de cada correição.

Art. 3.º Logo que começar a vigorar este Regulamento, o Ministro do Imperio na Côrte e os Presidentes nas Provincias exigirão dos Juizes Provedores das Capellas, dos Prelados das Ordens Regulares, e de quem mais convier, os esclarecimentos necessarios para que o registro se faça com a maior exactidão.

Art. 4.º No mez de Janeiro do anno proximo vindouro os Inspectores das Thesourarias de Fazenda remetterão ao Ministro do Imperio um resumo do que constar dos livros de registro, communicando-lhe dalli em diante quaesquer alterações que se derem no mesmo registro.

Art. 5.º As corporações de mão-morta, que obtiverão do Poder Legislativo dispensa da Lei de amortização para adquirirem bens de raiz até determinada quantia, não poderão invocar essa concessão para as aquisições que fizerem depois que começou a vigorar o Decreto n.º 1225, por cujas disposições se devem regular taes aquisições.

Art. 6.º Os bens, de que trata o art. 1.º, poderão ser permutados por apolices da divida publica interna fundada, as quaes serão intransferiveis, pagando sómente metade do imposto de transmissão de propriedade devido por taes permutações (art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845).

Art. 7.º Logo que se effectuar a permuta, de que trata o artigo antecedente, as administrações das corporações de mão-morta e os Escrivães, que lavrarem as escripturas, sob pena de responsabilidade, o communicarão ao Provedor das Capellas, e este ao Ministro do Imperio na Côrte, e aos Presidentes nas Provincias, para que se fação as competentes notas nos livros de registro.

TITULO II.

DOS BENS ADQUIRIDOS PELAS CORPORAÇÕES DE MÃO-MORTA
DEPOIS DO DECRETO N. 1225.

CAPITULO I.

Dos bens adquiridos na conformidade da Ord. Liv. 2.º
Tit. XVIII § 1.º

Art. 8.º As corporações de mão-morta não poderão, sob as penas da Ord. Liv. 2.º Tit. 18 § 1.º, adquirir bens de raiz, sem prévia licença do governo, senão nos casos especificados na mesma Ordenação.

Art. 9.º Os bens assim adquiridos serão alheados no prazo de seis mezes contados de sua entrega, e seu producto convertido, dentro do mesmo prazo, em apolices intransferiveis da divida publica interna fundada.

Art. 10. Si o Ministro do Imperio, Presidentes de Provincia, Inspectores de Thesourarias, Procuradores Fiscaes, Juizes de Direito em correição e Juizes Provedores das Capellas tiverem noticia, por qualquer fórma, de que não são cumpridas as disposições dos dous artigos antecedentes, procuraráo certificar-se do facto, e farão proceder ás diligencias legais para que se tornem effectivas as penas da citada Ordenação com relação aos bens illegalmente adquiridos ou conservados além do prazo do art. 9.º

Art. 11. Quando as corporações de mão-morta adquirirem bens de raiz na conformidade da Ord. Liv. 2.º Tit. 18 § 1.º, as respectivas administrações e os Juizes Provedores das Capellas farão as communicações, que determina o final do art. 7.º, e proceder-se-ha ao competente registro pela fórma indicada no art. 2.º

CAPITULO II.

Dos bens de raiz que podem, com licença do governo, ser conservados pelas corporações de mão-morta.

Art. 12. Quando as corporações de mão-morta quizerem conservar algum dos bens de raiz adquiridos na conformidade da Ord. Liv. 2.º Tit. 18 § 1.º, ou adquiril-os por outro titulo, deverão solicitar licença do governo, pelo Ministerio do Imperio, mostrando que esses bens são necessarios para o serviço das mesmas corporações, ou para edificação de Igrejas, Capellas, cemiterios extra-muros, hospitaes, casas de educação e de asylo, e quaesquer outros estabelecimentos publicos.

Art. 13. Si se tratar da conservação de bens de raiz adquiridos na conformidade daquella Ordenação, a petição deverá ser instruida:

§ 1.º Com certidão ou publica forma dos titulos em virtude dos quaes as corporações de mão-morta possuem esses bens.

§ 2.º Com a declaração dos lugares, em que estiverem situados, e de todas as suas confrontações, si não houver essa declaração nos titulos, a que se refere o paragrapho antecedente.

Art. 14. Si se tratar da aquisição de bens de raiz por outro titulo, o requerimento será instruido:

§ 1.º Com documentos que provem os meios de que as corporações dispõem para fazer a aquisição e que os possuidores dos bens concordão na alienação.

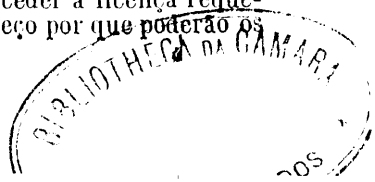
§ 2.º Com a declaração dos lugares, em que os bens forem situados, e de todas as suas confrontações.

§ 3.º Com a avaliação dos bens feita a requerimento das corporações perante o Juiz Municipal do Termo, em que estiverem, com assistencia do Procurador Fiscal, ou de quem suas vezes fizer.

Art. 15. Os requerimentos de licença feitos nas Provincias serão enviados ao governo por intermedio dos Presidentes, os quaes, quando os remetterem, informarão sobre elles circumstanciadamente.

Art. 16. O governo, á vista dos requerimentos e dos documentos e informações que os acompanharem, concederá ou negará a licença, ou mandará proceder a outras indagações que julgar necessarias.

Art. 17. Quando o governo conceder a licença requerida, declarará o maximo do preço por que poderão os



bens ser adquiridos, e poderá determinar as seguranças, com que entender que deve-se proceder aos contractos.

Art. 18. Passado um anno depois de concedida a licença, sem que se tenha celebrado o contracto, a que se referir, ficará ella sem effeito; o que não inhihi de se requerer outra mediante as condições prescriptas neste Regulamento.

Art. 19. Para que se faça o necessario registro, com as especificações constantes do art. 2.º, o Ministro do Imperio communicará as licenças que conceder ao Ministro da Fazenda, si se tratar de corporações existentes na Côrte, e aos Presidentes, si se referirem às Províncias; devendo neste caso remetter aos mesmos Presidentes as respectivas Portarias, as quaes serão entregues aos interessados, depois de pagos os direitos devidos.

Art. 20. Logo que, obtida a licença do governo, as corporações de mão-morta tiverem celebrado os contractos para que forem autorisadas, delles enviarão traslados na Côrte ao Ministro do Imperio, e nas Províncias aos Presidentes para se fazerem os convenientes lançamentos nos livros de registro.

Art. 21. Os Tabelliães e Escrivães competentes não lavrarão escripturas dos contractos que, nos termos deste Regulamento, dependerem de licença do governo, sem lhes ser apresentada a dita licença, que será transcripta nas mesmas escripturas; e, sob pena de responsabilidade, darão conhecimento das què fizerem aos Provedores das Capellas para o effeito determinado no final do art. 20.


Art. 22. São nulos os contractos, de que trata o artigo precedente, celebrados sem observancia das clausulas com que fôr concedida a licença do governo.

Art. 23. As disposições do presente Regulamento não prejudicão as do Decreto n.º 653 de 28 de Novembro de 1849 relativas ás ordens religiosas.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em doze de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.



DECRETO N. 4454 — DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Concede autorização á sociedade Pharmaceutica Brasileira, para dissolver o seu monte-pio, ficando garantidas as pensões existentes, e approva os novos Estatutos, segundo os quaes ella se torna puramente litteraria.

Attendendo ao que representou a sociedade Pharmaceutica Brasileira, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 5 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 18 de Novembro ultimo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para dissolver o seu monte-pio, ficando porém garantidas as pensões existentes, e Approvar os novos Estatutos, segundo os quaes fica convertida em sociedade puramente litteraria, com a condição de que quaesquer alterações ou additamentos que se fizerem nos mesmos Estatutos, serão submettidos á approvação do Governo Imperial.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos da Sociedade Pharmaceutica Brasileira.**CAPITULO I.****FINS DA SOCIEDADE.**

A sociedade Pharmaceutica Brasileira, installada na capital do Imperio do Brasil, em 30 de Março de 1851, tem por fim :

Art. 1.º O estudo e progressos das sciencias naturaes da pharmacologia, da materia medica brasileira, do livre exercicio da profissão pharmaceutica e de tudo quanto interessar á saude publica.

Art. 2.º Representar aos poderes do Estado, pedindo o cumprimento dos direitos conferidos por lei aos pharmaceuticos.

Art. 3.º Empregar a discussão publica em suas sessões, quer ordinarias, quer extraordinarias, scientificas ou economicas.

Art. 4.º Montar uma bibliotheca, quando puder, onde reuna as revistas pharmaceuticas estrangeiras e as melhores obras sobre pharmacia, materia medica e sciencias naturaes.

Art. 5.º Estabelecer uma revista pharmaceutica, que se publicará mensalmente, ou por trimestre, onde serão impressos os seus trabalhos.

Art. 6.º Montar, logo que possa, um laboratorio de chimica pratica para uso e estudo de seus membros.

Art. 7.º Regularisar as formulas dos medicamentos mais usados por meio de uma pharmacopéa ou codigo pharmaceutico nacional.

CAPITULO II.

ORGANISAÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 8.º A sociedade Pharmaceutica Brasileira compõe-se de tres classes de membros, a saber :

§ 1.º Socios contribuintes.

§ 2.º Socios correspondentes.

§ 3.º Socios honorarios.

Art. 9.º Serão socios contribuintes os pharmaceuticos legalmente constituidos, domiciliados em qualquer parte do Imperio que contribuirem com uma joia de 10\$000, e com a mensalidade de 1\$000, paga por trimestres adiantados.

Art. 10. Socios correspondentes poderão ser os individuos nacionaes ou estrangeiros, residentes no Imperio ou fóra d'elle, que se corresponderem com a sociedade em beneficio dos fins scientificos da mesma.

Art. 11. Os membros honorarios serão escolhidos d'entre os pharmaceuticos, medicos, naturalistas, physicos e chimicos que tiverem prestado relevantes serviços ás sciencias ou á humanidade.

CAPITULO III.

DEVERES E DIREITOS DOS SOCIOS.

Art. 12. Todo o socio contribuinte tem direito de assistir ás sessões, discutir e votar em todas as materias; de apresentar por si ou em nome de outro memorias, theses ou

propostas que julgar uteis; de entrar na bibliotheca e laboratorio da sociedade para consultar autores ou praticar analyses; de ser eleito para todos os cargos da sociedade; de pedir ao Presidente, por escripto motivado e assignado por mais dous membros, convocação de sessão extraordinaria; e de receber um exemplar de todas as publicações que a sociedade fizer.

Art. 13. Os socios correspondentes e honorarios, que se acharem presentes ás sessões, têm igual direito de propôr, discutir e votar em materias scientificas sómente.

Art. 14. Todo o socio contribuinte é obrigado a pagar a joia e a mensalidade (vide art. 9.º) para as despezas da sociedade, ficando na falta destes deveres sujeito ás penas impostas no mesmo regulamento.

Art. 15. A aceitar pela primeira vez os cargos para que fôr eleito.

Art. 16. A observar a legislação do paiz no exercicio de sua profissão.

Art. 17. A respeitar e fazer respeitar o credito da profissão, e o desta sociedade.

Art. 18. A attender ás observações que, durante a sessão, lhe fizer o presidente.

Art. 19. A infracção de qualquer dos deveres impostos nestes estatutos importará em primeiro lugar a suspensão, e depois a illiminação do socio infractor, conforme deliberar a sociedade, á vista das razões apresentadas pelo mesmo.

CAPITULO IV.

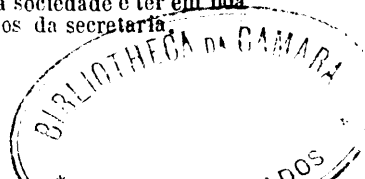
DIRECÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 20. A sociedade Pharmaceutica Brasileira será representada e dirigida por uma administração composta de um presidente, um vice-presidente, dous secretarios, um thesoureiro e um redactor.

Art. 21. Compete ao presidente abrir : e fechar as sessões, dirigir os trabalhos e manter a ordem, abrir as sessões annivarsarias com um discurso apropriado, rubricar todos os livros e recibos do thesoureiro, acompanhar como relator as commissões que tiverem de representar a sociedade, nomear commissões, convocar as sessões ordinarias, marcar as materias para ordem do dia e desempatar com o voto de qualidade as questões empatadas nas votações.

Art. 22. Ao vice-presidente compete substituir o presidente em todas as suas faltas, gozando das mesmas attribuições.

Art. 23. É attribuição do 1.º secretario dirigir e assignar toda a correspondencia da sociedade, dar conta do expediente no começo das sessões, formular e ler nas sessões annivarsarias o relatorio dos trabalhos da sociedade e ter em boa guarda todos os papeis, livros e objectos da secretaria.



Art. 24. É attribuição do 2.º secretario archivista : tomar apontamentos do que occorrer durante as sessões, redigir a acta e fazer sua leitura, annunciar pela imprensa e por aviso aos socios os dias de sessão e a ordem do dia, registrar as actas e representações da sociedade em livro proprio, cuidar de todos os papeis e livros pertencentes ao archivo, representar por escripto á mesa quando julgar conveniente, a conservação e augmento da bibliotheca, e substituir o 1.º secretario em suas faltas.

Art. 25. Ao thesoureiro compete : promover a cobrança dos fundos do cofre da sociedade, assignar os recibos depois de rubricados pelo presidente, pagar as despesas decretadas, dar aos fundos sociaes o destino que a sociedade determinar, ficando por tudo responsavel; apresentar por trimestre um balancete do estado do cofre da sociedade, e, annualmente, 15 dias antes da sessão anniversaria, o balanço geral dos mesmos cofres; organizar e apresentar o orçamento das despesas do anno seguinte.

Art. 26. Ao redactor pertence a redacção da revista, podendo exigir para esse fim dos secretarios tudo quanto lhe fôr mister.

CAPITULO V.

DAS SESSÕES.

Art. 27. Haverá sessões ordinarias e extraordinarias que serão litterarias ou economicas, segundo o objecto de que houver de tratar-se e no numero e dias que forem marcados pela sociedade; e, além destas, haverá uma sessão anniversaria no dia 30 de Março de cada anno.

Art. 28. Quinze dias antes da sessão anniversaria, haverá uma sessão extraordinaria para tratar-se do programma daquelle e para a inscripção dos socios que quizerem orar.

Art. 29. Todas as sessões, quer ordinarias, quer extraordinarias, serão annunciadas pelos jornaes e avisados os socios pelo 2.º secretario.

CAPITULO VI.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 30. A admissão de socios para qualquer das classes em que se acha dividida a sociedade, será feita por proposta assignada, apresentada em sessão e approvada em escrutinio secreto na sessão seguinte.

Art. 31. A eleição para os diferentes cargos sociaes será feita 15 dias depois da sessão anniversaria, e sua posse na primeira sessão que se seguir á esta.

Art. 32. Os empregados assalariados da sociedade serão de nomeação da mesa pertencendo á sociedade a approvação de seus ordenados.

Art. 33. A sociedade delibera legalmente sobre qualquer objecto de que tratar com approvação da maioria dos socios presentes á sessão, uma vez que esta tenha sido annunciada pelos jornaes e avisados os socios por participação escripta e assignada pelo 2.º secretario.

Art. 34. Na falta de qualquer dos funcionarios de que trata o art. 22, cap. 4.º, destes estatutos, o presidente nomeará outro para servir durante o impedimento do proprietario.

Art. 35. As contas do thesoureiro serão remetidas annualmente á uma commissão especial para sobre ellas dar seu parecer, que será sujeito á approvação da sociedade.

Art. 36. Constitue fundo do cofre da sociedade a joia de 405000 e as mensalidades de 45000, com que cada socio contribuinte tem de concorrer para as despezas della, o premio produzido por essas sommas e quaesquer outras que se possão obter para esse fim.

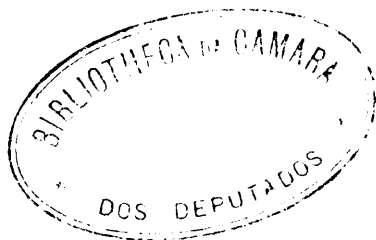
Art. 37. As 16 e meia apolices garantidoras das pensões passarão a fazer fundo da sociedade, desde que falleção os instituidos.

Art. 38. A sociedade pharmaceutica, como depositaria das 16 e meia apolices, do extincto monte-pio, garantidoras das pensões dos instituidos que já se achão no gozo destas, se obriga ao pagamento semestral das ditas pensões.

Art. 39. A sociedade poderá dissolver-se quando a maioria absoluta de seus socios assim o resolver.

Art. 40. Estes estatutos serão reformados quando a sociedade julgar necessario, convocando para isso sessão extraordinaria. Algumas medidas que a necessidade apontar de maior urgencia lhes ficarão annexas em fôrma de additamentos.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1869.—Dr. Antonio Fernandes Pereira Portugal, presidente.—Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, vice-presidente.—Simão Marcolino Fragoso, 1.º secretario.—Antonio Fernando da Costa, 2.º dito.—João Luiz da Silva, thesoureiro.



DECRETO N. 4455—DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Approva os novos estatutos da sociedade —Retiro Litterario Portuguez.

Attendendo ao que representou a directoria da sociedade —Retiro Litterario Portuguez—, estabelecida nesta Côrte, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 3 do corrente, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 26 de Novembro ultimo, Hei por bem Approvar os novos Estatutos da referida sociedade, ficando, porém, as aulas, que segundo os mesmos Estatutos podem ser estabelecidas, sujeitas às regras fixadas para o ensino primario e secundario do municipio da côrte, e sendo respeitada a legislação do Imperio e a religião adoptada. Quaesquer alterações que se fizerem nos ditos estatutos ficarão dependentes de approvação do Governo Imperial.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em doze de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quâdragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

**Estatutos do —Retiro Litterario Portuguez— no
Rio de Janeiro.**

SECÇÃO I.

DA SOCIEDADE E SEUS FINS.

Art. 1.º O Retiro Litterario Portuguez no Rio de Janeiro é composto de Portuguezes natos ou por adopção, maiores de 16 annos, de honesta occupação e reconhecida moralidade; e tem por fins:

§ 1.º Animar por todos os meios ao seu alcance a litteratura patria e promover a instrucção instituindo para isso cursos de rhetorica, historia, geographia, philosophia e commercio; das linguas latina, portugueza, franceza, ingleza e as mais que as circumstancias da sociedade permittirem; podendo a directoria instituir de preferencia as que julgar mais necessarias. Pela imprensa serão convidados os professores que pretenderem as cadeiras de ensino a mandarem á directoria as suas propostas admittindo ella depois os que julgar mais convenientes. Os professores de linguas que a directoria houver de admittir deverão ser competentemente habilitados pela instrucção publica.

§ 2.º Discutir pelo menos uma vez por semana pontos de historia em geral, sciencias artes, litteratura e economia politica. E' preciso haver uma proposta no sentido de alguma destas materias, a qual antes de entrar em discussão será remettida á commissão de redacção e censura a fim de emitir o seu parecer. Sendo approvada a proposta pela commissão, o presidente nomeará outra composta de tres membros á qual encarregará de apresentar uma ou mais memorias sobre o assumpto da proposta que serão lidas na primeira sessão ordinaria. E' permittido tambem aos mais socios apresentarem e lerem memorias que como aquellas poderão ser publicadas se a commissão de redacção e censura as approvar.

§ 3.º Formar uma bibliotheca de obras com especialidade portuguezas classicas e dos melhores autores contemporaneos. Os socios poderão lel-as no recinto da associação, e extrahir as que lhes forem permittidas pelo respectivo regulamento que á directoria cumpre elaborar e fazer executar.

§ 4.º Publicar annualmente um volume em 4.º francez, até 500 paginas, o qual terá por titulo—Archivo do retiro litterario portuguez—. Para este livro serão destinadas as producções exclusivamente dos socios de qualquer classe competentemente approvadas na fórma designada nos §§ 1.º e 2.º do art. 20.

§ 5.º Corresponder-se com associações portuguezas e estrangeiras de identicos fins, solicitando esclarecimentos, e trocando com ellas as producções que der á luz.

§ 6.º Celebrar annualmente em 30 de Janeiro uma sessão solemne para commemorar a fundação da sociedade. A directoria pelos meios ao seu alcance e coadjuvada pela assembléa geral, que convocará prévia-

mente para tal fim, dará áquella solemnidade o esplendor possivel, e nella serão lidos quaesquer escriptos na indole e no espirito da associação que houverem sido anteriormente approvados pela commissão de redacção e censura; começando a cerimonia por um discurso do presidente, tendo por assumpto o motivo principal da solemnidade e esclarecendo em resumido relatorio, sobre o movimento instructivo e litterario da sociedade.

SECÇÃO II.

ADMISSÃO, DIREITO E DEVERES DOS SOCIOS.

Art. 2.º O Retiro Litterario Portuguez compõe-se de socios effectivos, honorarios, benemeritos e correspondentes em numero indeterminado.

§ 1.º As propostas para socios effectivos deverão ser feitas unicamente nas sessões ordinarias; a directoria syndicar se o proposto está nas condições exigidas pelo art. 1.º, e em caso affirmativo o approvará, enviando-lhe immediatamente o respectivo diploma e um exemplar destes estatutos.

§ 2.º Os socios honorarios ou correspondentes podem ser propostos em qualquer sessão e serão approvados em reunião especial da directoria conjunctamente com a commissão de redacção e censura:

§ 3.º Para socios honorarios só poderão ser propostos individuos que, além das condições exigidas no art. 1.º, tenham abrilhantado a litteratura patria com produções em qualquer genero ou se distinguão em outros ramos dos conhecimentos humanos.

§ 4.º Para socios correspondentes só poderão ser propostos individuos de qualquer nacionalidade, que tenham sido ou possam vir a ser uteis á sociedade no desenvolvimento de seus diferentes misteres.

§ 5.º Para benemeritos só poderão ser propostos aquelles dos socios effectivos a quem a sociedade deva serviços da maior importancia, taes como offertas valiosas para augmento de seus haveres, terem concorrido com seus esforços e serviços para a economia dos cofres da sociedade, ou haverem por intermedio de suas propostas realizado a entrada de trinta socios effectivos, a datar da approvação destes estatutos.

Art. 3.º Aos socios effectivos e benemeritos cabe de direito :

§ 1.º Comparecer ás sessões ordinarias, solemnes, especiaes e da assembléa geral.

§ 2.º O que a elles se refere na secção 1.ª

§ 3.º Um exemplar das producções a que se refere o § 4.º do art. 1.º

§ 4.º Aconselhar a directoria e auxiliar-a no augmento e credito da sociedade.

§ 5.º Propôr á directoria medidas que sejam do interesse da sociedade, a reforma dos estatutos e dos diversos regulamentos internos em occasião opportuna.

§ 6.º Pedir á directoria a convocação da assembléa geral, em requerimento assignado por vinte socios, o qual neste caso será deferido no prazo de oito dias.

§ 7.º Constituir-se em assembléa geral deliberativa, quando reunidos em numero que represente dous terços da sociedade, e tenha sido indeferida pela directoria a convocação requerida na fórma do paragrapho antecedente, contra o disposto no mesmo paragrapho e no art. 13 § 6.º

§ 8.º Propôr a admissão ou aclamação de socios nos casos dos arts. 1.º e 2.º e seus paragraphos.

§ 9.º Reclamar a execução dos estatutos e dos regulamentos internos quando forem infringidos.

§ 10. Os socios sómente poderão reclamar, propôr, pedir e aconselhar o que de direito lhes cabe e se acha especificado nos paragraphos antecedentes, em sessão aberta da sociedade e nunca fóra della.

Art. 4.º Os socios honorarios e correspondentes têm direito :

§ 1.º Ao que aos socios se refere a secção 1.ª

§ 2.º A comparecer ás sessões ordinarias, especiaes e solemnes da sociedade e a tomar parte nos trabalhos dellas.

§ 3.º A um exemplar das publicações a que se refere o § 4.º do art. 1.º

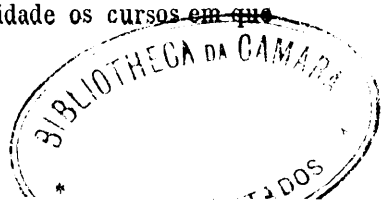
§ 4.º A fazer propostas para admissão de socios effectivos.

Art. 5.º Os socios effectivos têm por dever :

§ 1.º Pagar 10\$000 de joia á recepção do diploma e a mensalidade de 1\$000 em trimestres adiantados.

§ 2.º Aceitar os cargos para que forem eleitos ou nomeados, excepto provando justo impedimento ou em caso de réeleição.

§ 3.º Frequentar com assiduidade os cursos em que se matricularem na sociedade.



§ 4.º Observar rigorosamente os regimentos internos e todas as disposições contidas nestes estatutos.

Art. 6.º Serão eliminados da sociedade:

§ 1.º Os socios que faltarem ás obrigações impostas no art. 5.º

§ 2.º O que fôr convencido de subtracção de qualquer objecto da sociedade e neste caso não poderá ser novamente proposto.

Art. 7.º Os socios honorarios, benemeritos e correspondentes são isentos de qualquer contribuição monetaria.

SECÇÃO III.

DA DIRECÇÃO GERAL DA SOCIEDADE.

Art. 8.º A sociedade será dirigida por uma directoria, cujas funcções começarão em o 1.º de Janeiro e terminarão em 31 de Dezembro de cada anno.

Art. 9.º A directoria compor-se-ha de presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretarios, thesoureiro e bibliothecario.

Art. 10. Haverá uma commissão denominada de redacção e censura, composta de cinco membros, a qual, além das obrigações que lhe impõe o art. 20, formará conselho com a directoria tendo voto nas suas deliberações em caso de empate da mesma directoria em casos omissos nestes estatutos e nos previstos nos arts. 2.º, § 2.º, 13, § 8.º, e arts. 34 e 35.

Art. 11. Em nenhum caso se considerará constituida a directoria para legalmente deliberar sem que se ache reunida a maioria de seus membros.

Art. 12. Só poderão ser eleitos para a directoria e para a commissão de redacção e censura os socios effectivos e benemeritos.

Art. 13. São attribuições da directoria:

§ 1.º A admissão dos socios effectivos e a sua eliminação quando se achem incursos no art. 6.º

§ 2.º Elaborar e fazer executar os differentes regulamentos de que a sociedade houver mister.

§ 3.º Elaborar a reforma dos estatutos e apresental-a em assembléa geral quando pela pratica reconheça deficientes algumas das suas disposições, attendendo para isso ao que dispõe o art. 36.

§ 4.º Despender os rendimentos da sociedade no que julgar mais util de conformidade com estes estatutos.

§ 5.º Conhecer da qualidade dos propostos para socios effectivos, approval-os ou rejeital-os de accôrdo com o que a respeito determinão o art. 1.º e § 1.º do art. 2.º

§ 6.º Convocar a assembléa geral segundo o disposto nos arts. 1.º § 6.º, 3.º, § 6.º, 23, § 6.º e arts. 30, 36 e 37.

§ 7.º Providenciar conjunctamente com a commissão de redacção e censura, ácerca das omissões destes estatutos e dos differentes regulamentos de fórma a sustentar o credito da sociedade, do que dará contas á assembléa geral.

§ 8.º Assistir semanalmente na pessoa de um de seus membros (incluindo a commissão de redacção e censura) ás aulas da sociedade na qualidade de director de semana, para fazer observar pontualmente o respectivo regulamento, e para attender ás reclamações que pelos socios alumnos ou pelos professores lhe forem feitas. Para este fim a directoria organisará uma tabella com os onze nomes dos directores de semana e affixará na sala das aulas para intelligencia de todos.

§ 9.º A admissão dos professores para os diversos cursos da sociedade conforme o § 1.º do art. 1.º, bem como a sua demissão quando elles faltem ás condições da sua proposta.

Art. 14. Compete ao presidente:

§ 1.º O que lhe diz respeito no art. 1.º, §§ 2.º e 6.º

§ 2.º Presidir todas as sessões da directoria e da sociedade.

§ 3.º Manter a ordem nas sessões, e suspender-as quando não fôr attendido.

§ 4.º Suspender de seus direitos de socio a todo aquelle que faltar ao respeito devido á mesa e á sociedade, devendo em seguida convocar uma reunião da directoria conjunctamente com a commissão de redacção e censura, á qual compete resolver sobre a suspensão effectuada pelo presidente em conformidade com os arts. 5.º e 6.º.

§ 5.º Dar a materia para a ordem do dia e dos trabalhos em todas as sessões da sociedade.

§ 6.º Representar a sociedade quando fôr mister e nomear comissões para esse fim, bem como para o que seja de utilidade da associação.

§ 7.º Encaminhar da presidencia as discussões concedendo a palavra, ou interceptando-a quando o orador se desviar do espirito da questão que se discutir.

§ 8.º Assignar as actas com os mais membros que

compuzerem a mesa, quando ellas forem approvadas, rubricar todos os livros da sociedade e ordenar ao thesoureiro o pagamento das despezas resolvidas, quér em sessão da directoria, quér em assembléa geral.

§ 9.º Apresentar na assembléa geral antes da eleição da nova directoria, um relatório circunstanciado contendo a estatística da sociedade, o balanço do thesoureiro, o movimento das aulas e da bibliotheca, e emfim, os maximos esclarecimentos de todos os factos importantes que tiverem tido lugar no decurso de sua administração. Este relatório ficará sujeito em todas as suas partes, á apreciação da commissão de exame de contas e da assembléa geral.

Art. 15. Ao vice-presidente, compete substituir o presidente nas suas attribuições, em todas as suas faltas ou impedimentos.

Art. 16. Ao 1.º secretario compete :

§ 1.º O que lhe prescreve o § 6.º do art. 1.º

§ 2.º A redacção e leitura das actas, officios, circulares e mais papeis que devão levar a sua assignatura.

§ 3.º A recepção e abertura de toda a correspondencia dirigida á sociedade, e a assignatura de todos os officios, annuncios e diplomas da sociedade.

§ 4.º Archivar e ter sob sua guarda, todos os papeis concernentes á sociedade e os escriptos lidos em sessão, approvados ou não approvados pela commissão de redacção e censura.

Art. 17. Compete ao 2.º secretario :

§ 1.º Substituir o 1.º secretario em suas faltas e impedimentos.

§ 2.º Tomar os apontamentos de todas as sessões, que entregará ao 1.º secretario para a elaboração da acta respectiva.

§ 3.º Escripturar os livros das actas e da correspondencia da sociedade.

Art. 18. Compete ao thesoureiro :

§ 1.º Proceder á cobrança, em conformidade com o § 1.º do art. 5.º e guardar sob sua responsabilidade os fundos pecuniarios da associação.

§ 2.º Ter em dia e com clareza os livros da repartição a seu cargo.

§ 3.º Pagar o que fór ordenado pelo presidente de conformidade com o § 8.º do art. 14.

§ 4.º Participar á directoria quando os socios se achem incursos no art. 6.º em referencia ao § 1.º do art. 5.º, tomando sob sua responsabilidade essas faltas quando deixar de fazer a devida participação.

§ 5.º Fornecer para o relatorio geral do presidente, no fim de cada administração, um balanço de todos os haveres sociaes e do movimento da thesouraria no decurso do anno.

§ 6.º Apresensar á directoria no fim de cada semestre um balancete da thesouraria.

Art. 19. Compete ao bibliothecario :

§ 1.º Ter sob sua guarda com toda a ordem e asseio a bibliotheca da sociedade no recinto da mesma, da qual deverá tomar conta e fazer entrega por inventario.

§ 2.º Formar um catalogo dos livros da sociedade, fazer a escripturação respectiva e fazer executar o respectivo regulamento, dando parte á directoria das infracções commettidas.

§ 3.º Dar no fim da sua administração um mappa demonstrativo do movimento da bibliotheca o qual fará parte do relatorio geral que pelo presidente tem de ser submettido na assembléa geral á commissão de exames de contas.

Art. 20. A' commissão de redacção e censura, de que trata o art. 10, além do que fica estabelecido no mesmo artigo, compete:

§ 1.º O exame e critica de todos os escriptos e produções apresentados pelos socios em sessão e por elles offertados á sociedade, que pela directoria lhe forem remettidos.

§ 2.º Rever as provas de todas as impressões mandadas fazer pela directoria, e diligenciar a perfeita execução desses trabalhos, devolvendo á directoria acompanhados do competente parecer os escriptos não approvados, os quaes em nenhum caso poderão ser restituídos a seus autores (art. 1.º, § 4.º)

§ 3.º Julgar das theses propostas para discussão enviando-as á directoria dentro de uma semana approvadas ou não approvadas (art. 1.º, § 2.º)

§ 4.º Apresentar um mez antes das eleições da nova directoria um relatorio circumstanciado de todos os seus trabalhos durante o anno, o qual fará parte integrante do relatorio geral.

SECÇÃO IV.

DAS SESSÕES E ELEIÇÕES.

Art. 21. O Retiro Litterario Portuguez subdividirá as suas sessões em assembléas geraes, ordinarias e ex-

traordinarias, sessões ordinarias semanaes, sessões especiaes e sessões solemnes.

Art. 22. A assembléa geral considerar-se-ha formada quando convocada pela directoria para os fins expressos nestes estatutos, arts. 1.º, 3.º, 23, 30, 36 e 37, se achem reunidos pelo menos 20 socios inclusive a directoria, ou quando, na falta dessa convocação, se reunão duas terças partes dos socios effectivos e benemeritos da sociedade como autorisa o art. 3.º, § 7.º

Art. 23. Compete á assembléa geral :

§ 1.º Eleger a directoria, a commissão de redacção e censura, a commissão de exame de contas e a commissão de que trata o art. 36 para reforma de estatutos.

§ 2.º Discutir, approvar ou rejeitar as propostas apresentadas pela directoria ou pelos socios.

§ 3.º Discutir o parecer da commissão de exame de contas e enunciar-se ácerca da gerencia da directoria que entrega o seu mandato.

§ 4.º Decidir sobre as providencias tomadas pela directoria em casos omissos nestes estatutos.

§ 5.º Discutir os regulamentos da sociedade e a reforma dos estatutos em tempo competente.

§ 6.º Pronunciar-se em questões de ordem e de administração que sejam suscitadas em qualquer das sessões semanaes : para esse fim será convocada a assembléa geral extraordinaria, quando a directoria o julgar conveniente ou quando a urgencia fór provada por um requerimento assignado por 20 socios votantes (art. 3.º, § 6.º)

Art. 24. Nas sessões semanaes ordinarias, que terão lugar com 12 socios pelo menos nos dias marcados pela directoria, na fórma e para os fins especificados no art. 1.º, § 2.º, sómente se tratará de discussão de themas, leitura de producções, admissão de socios e do mais que se acha designado no mesmo artigo.

§ 1.º As questões de ordem que se aventarem nestas sessões ficarão sujeitas ao que a este respeito determinar o regulamento interno de accordo com o § 6.º do art. 23.

Art. 25. Nas sessões especiaes e solemnes que terão lugar, aquellas quando a directoria as julgar convenientes, e estas quando lhes marca o art. 1.º, § 6.º, não se tratará senão daquillo que a directoria indicar e do que se acha designado nestes estatutos.

Art. 26. Nas sessões da sociedade faltando o presidente, occupará o seu lugar o vice-presidente, e na

falta destes qualquer dos outros membros da directoria na ordem da votação.

Art. 27. As eleições de que trata o art. 23, § 1.º serão feitas pelos socios presentes e á pluralidade de votos em escrutinio secreto : a formula que se ha de seguir nas eleições fará parte do regulamento interno que tenha sido approvedo pela assembléa geral da sociedade de accordo com o § 5.º do art. 23.

Art. 28. As eleições terão lugar na ultima semana do mez de Dezembro de cada anno, sendo a posse da nova directoria dada em seguida ao encerramento da discussão do parecer de exame de contas.

Art. 29. Aquelles dos membros da directoria e das commissões eleitas ou nomeadas que por circumstancias attendiveis tenham de faltar á estricta execução dos deveres de seu cargo, officiarão á directoria neste sentido, a fim de ella providenciar a este respeito de conformidade com os estatutos.

Art. 30. Em caso de vaga de qualquer dos cargos da directoria será convocada uma assembléa geral extraordinaria para o seu preenchimento.

Art. 31. Considerar-se-ha vago qualquer dos cargos da directoria ou da commissão de redacção e censura quando o membro que o occupar se conserve ausente delle com participação, ou sem ella, por mais de tres mezes.

Art. 32. A eleição dos cargos vagos da commissão de redacção e censura poderá ser feita em sessão ordinaria semanal com tanto que nella se achem pelo menos vinte socios volantes.

SECÇÃO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 33. O Retiro Litterario Portuguez nunca mudará a sua denominação.

Art. 34. Da existencia em dinheiro no acto da entrega de qualquer directoria, depois de satisfeitos todos os compromissos da sociedade ; será applicada a terça parte para compra de livros classicos e duas terças partes constituirão um fundo de reserva com applicação

àquillo que de futuro fór resolvido pela assembléa geral.

Art. 35. Todas as vezes que as circumstancias da sociedade reclamem alguma alteração no regimento interno, a directoria conjunctamente com a commissão de redacção e censura procederá á reforma precisa, que será submittida á approvação da assembléa geral da sociedade, conforme dispõe os §§ 4.º e 5.º do art. 23.

Art. 36. Estes estatutos, á excepção dos arts. 33 e 37, poderão ser reformados, porém, só depois de decorridos dous annos a contar da approvação do governo imperial, e por proposta da directoria.

Lido pelo 1.º secretario o projecto de reforma em assembléa geral extraordinaria, será eleita uma commissão de cinco membros para sobre ella dar o seu parecer com as alterações que julgar convenientes. Depois de discutida a reforma, sómente se considerará approvada pelo voto affirmativo de dous terços, pelo menos, dos socios que constituírem a assembléa geral para esse fim convocada.

Art. 37. Quando por difficuldades insuperaveis o Rectiro Litterario Portuguez não possa subsistir será dissolvido, ficando igualmente sujeito a determinações do governo imperial, conforme dispõem o art. 25 e seguintes do regulamento que acompanha o decreto n. 2744 de 19 de Dezembro de 1860.

Neste caso a directoria convocará uma assembléa geral extraordinaria á qual exporá as circumstancias criticas da sociedade, e sendo resolvida a sua extincção por tres quartas partes dos socios effectivos ou benemeritos, a mesma assembléa deliberará sobre o destino dos haveres da associação.

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1868.—*Mendonça Arraes*; 1.º secretario.

Approvada em sessão de 4 de Março de 1869.

Presidente, *Bernardo de Oliveira Mello*.—Vice-presidente, *Pedro Alves de Carvalho*.—1.º secretario, *Augusto de Oliveira Monteiro*.—2.º dito, *Joaquim de Dolivaes Nunes*.—Adjunto, *José Maria da Cunha Vasco*.—Thesoureiro, *Avelino Moreira de Freitas Rangel*.

DECRETO N. 4436—DE 12 DE JANEIRO DE 1870.

Autorisa a reforma de alguns artigos dos estatutos da Caixa Reserva Mercantil da Bahia.

Attendendo ao que Me representou a sociedade bancaria denominada—Caixa Reserva Mercantil—, estabelecida na capital da Provincia da Bahia, e de conformidade com as Minhas Immediatas Resoluções de 18 de Junho de 1862 e 10 do mez corrente, tomadas sobre pareceres da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 30 de Abril de 1862 e 20 de Dezembro do anno passado: Hei por bem Autorisar a reforma de alguns artigos dos estatutos da mesma Caixa pelo modo adiante indicado.

Os arts. 27, 28 e 32 ficão substituidos pelos seguintes:

Art. 27. A Caixa Reserva Mercantil abrirá contas correntes com as garantias precisas.

Art. 28. Proceder-se-ha semestralmente a um balanço com o fecho de 30 de Junho e 31 de Dezembro: o lucro liquido, deduzidos 5 por cento para o fundo de reserva, será dividido pelos accionistas proporcionalmente ás acções de cada um; verificando-se o pagamento logo após a publicação do balanço, que será precedida da approvação da commissão de exame.

Art. 32. Haverá todos os annos no mez de Janeiro uma sessão ordinaria da assembléa geral, convocada pela direcção, que a annunciará por tres vezes ao menos nos jornaes de maior circulação.

O pessoal da directoria, constante do art. 42 dos estatutos, fica reduzido a quatro directores, devendo o que fôr eleito presidente da direcção, acompanhar diariamente todas as operações, competindo-lhe nas sessões da direcção o voto de qualidade.

Nenhuma deliberação da directoria será considerada válida sem que se achem presentes tres directores, e não quatro, como determina o art. 45 dos mesmos estatutos.

A commissão da direcção, em consequencia da redução do seu pessoal, será dividida em cinco partes iguaes, e não sete, segundo o art. 49, cabendo duas dessas partes ao presidente e sendo as demais distribuidas pelos outros directores.

Finalmente, a ultima parte do art. 53 dos estatutos fica substituida pela seguinte: —O exame semestral terminará em tempo de se verificar o pagamento dos dividendos nos mezes de Julho e Janeiro.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos doze de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4437 — DE 21 DE JANEIRO DE 1870.

Altera a concessão feita a Eduardo Pellew Wilson, para a extracção de mineraes na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que Me requereu Eduardo Pellew Wilson, e Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Agosto do anno proximo findo, Hei por bem alterar o Decreto n. 4386 de 30 de Junho do referido anno, relativo á faculdade concedida ao mencionado Wilson para a extracção de mineraes nas margens do rio Marahu, na provincia da Bahia, de accordo com as modificações que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Modificações a que se refere o Decreto
n.º 4457 desta data.**

1.ª E' excluída a lavra do carvão de pedra da concessão feita a Eduardo Pellew Wilson pelo Decreto n. 4386 de 30 de Junho do anno proximo passado.

2.ª As embarcações que importarem os objectos necessarios á lavra dos mineraes e as que exportarem os productos das minas poderão carregar e descarregar no porto mais proximo a ellas, que estiver competentemente habilitado para este fim.

3.ª E' elevado a 90 annos o prazo de 30, marcado ao concessionario para a extracção da turfa e petroleo nas localidades em que deve designar as respectivas datas.

4.ª Dentro do maximo estabelecido na clausula 3.ª do citado Decreto n. 4386 serão concedidas ao referido Wilson tantas datas de 141.750 braças quadradas quantas forem as parcellas de 3:000\$000, que reunir e empregar real e effectivamente nos trabalhos da mineração.

5.ª O terreno devoluto que, na fórmula da clausula 5.ª do Decreto n. 4386, for designado pelo concessionario para a extracção dos mineraes, ser-lhe-ha vendido pelo preço minimo da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850.

6.ª A inobservancia ou transgressão de qualquer das clausulas da concessão, a que não estiver imposta pena especial, será punida pela primeira vez com a multa de 100\$000 a 1:000\$000.

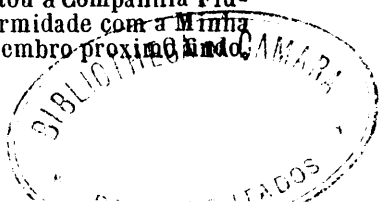
No caso de reincidencia será applicada ao concessionario a multa estabelecida na clausula 12.ª do Decreto n.º 4386 de 30 de Junho do anno proximo passado.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1870.—
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4458 — DE 21 DE JANEIRO DE 1870.

Altera a clausula 6.ª do Decreto n. 3898 de 22 de Junho de 1867, relativo á navegação dos rios Madeira, Purús e Negro.

Attendendo ao que Me representou a Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 27 de Novembro proximo findo,



tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 14 de Outubro ultimo, Hei por bem Permittir que a mencionada companhia empregue na navegação dos rios Madeira e Purús, na Provincia do Amazonas, durante os mezes de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, vapores de 100 toneladas, em lugar de 160, como estabelece a clausula 6.^a do contracto approved pelo Decreto n. 3898 de 22 de Junho de 1867; ficando, sómente nesta parte, alterada a referida clausula.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4459 — DE 21 DE JANEIRO DE 1870.

Concede á companhia Northern Assurance Company, autorisação para estender suas operações ás Provincias das Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza de seguros Northern Assurance Company, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 15 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Novembro ultimo, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorisação para estender suas operações ás provincias das Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará, sob as clausulas que baixarão com o Decreto n. 3811 de 13 de Março de 1867.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4460—DE 21 DE JANEIRO DE 1870.

Altera o § 9.º do art. 19 dos Estatutos da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 15 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 29 de Novembro do anno proximo findo: Hei por bem Permittir-lhe que empregue parte de seu fundo disponivel em titulos da divida publica, ficando assim alterado o § 9.º do art. 19 dos seus Estatutos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4461—DE 27 DE JANEIRO DE 1870.

Concede ao Dr. Antonio de Castro Lopes authorisação para incorporar uma companhia que denomina — Empresa Predial.

Attendendo ao que Me requereu o Dr. Antonio de Castro Lopes, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 15 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 13 de Novembro do anno proximo findo ; Hei por bem Conceder-lhe authorisação para incorporar uma companhia que denomina — Empresa Predial— sob as seguintes bases :

1.^a A companhia terá por fim adiantar dinheiro a quem quizer ser proprietario de casas, mediante as condições que forem approvadas nos estatutos que apresentar á approvação do Governo.

2.^a Para realizar este fim o fundo social da companhia será de 2.000:000\$000, dividido em 10.000 acções de 200\$000 cada uma, realizaveis em prestações.

3.^a A companhia deverá estar organisada dentro de dous annos contados desta data e funcçãoará na capital do Imperio.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte sete de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4462—DE 27 DE JANEIRO DE 1870.

Concede privilegio á companhia ingleza *Moulés Patent Earth Closet, Limited*, para usar de um apparelho destinado a servir nas latrinas como desinfectante.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza *Moulés Patent Earth Closet, Limited*, devidamente representada e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem conceder-lhe privilegio por cinco annos para usar no Imperio de um apparelho de sua invenção, destinado a servir nas latrinas como desinfectante.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte sete de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4463—DE 29 DE JANEIRO DE 1870.

Concede a Antonio José Villa Nova e Antonio Carneiro da Silva Oliveira, privilegio por 50 annos, para a construcção de uma estrada de rodagem entre as Provincias do Maranhão e do Pará.

Attendendo ao que Me representarão Antonio José Villa Nova e Antonio Carneiro da Silva Oliveira, pedindo authorisação para, por si ou por meio de uma companhia que projectão incorporar, construir uma estrada de rodagem entre as Provincias do Maranhão e do Pará; e desejando promover, quanto fôr possível, o desenvolvimento da agricultura e commercio, facili-

tando as communicações entre aquelles pontos e as localidades, por onde terá de passar a mencionada estrada: Hei por bem, na conformidade do § 2.º art. 2.º da Lei n. 586 de 6 de Setembro de 1850, conceder-lhes privilegio exclusivo por 50 annos para o dito fim, sob as condições, que com este baixão assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Condições a que se refere o Decreto n.º 4463 desta data.

Os concessionarios Antonio José Villa Nova e Antonio Carneiro da Silva Oliveira se obrigão, por si ou por meio de uma companhia, que organisarão:

1.º A construir uma estrada entre as Provincias do Maranhão e do Pará, a qual deverá atravessar as comarcas de Caxias, Alto Mearim, Vianna e Turyassú na 1.ª; Bragança e Belém na 2.ª destas Provincias.

2.º A construir estradas ou ramaes para os povoados mais importantes das duas Provincias que mais careção de utilizar a estrada geral, não excedendo de dez leguas a distancia destes ramaes.

3.º A construir em distancias convenientes hospicios e curraes com accommodações regulares para os viandantes, combois e gados que transitarem na estrada.

4.º A levantar curraes nas margens dos rios que cortarem a estrada e os ramaes, emquanto se não construirem as pontes necessarias, e collocar canoas para o transporte dos viandantes e suas bagagens.

5.º A terminar a estrada, entregando-a ao publico dentro de cinco annos contados da data deste Decreto.

A falta do cumprimento de qualquer das condições mencionadas autorisa a perda desta concessão, que será declarada por Decreto Imperial.

O Governo Imperial garante aos concessionarios:

1.º O exclusivo da estrada por espaço de sessenta annos, contados do dia em que fór aberta ao publico.

2.º O direito de estabelecer barreiras tanto na estrada, como nos ramaes, nos pontos que forem lixados, cobrando por pessoas, animaes e carros que transitarem nelles as taxas itinerarias, que serão estabelecidas em tabella approvada pelo Governo. Esta tabella será revista de cinco em cinco annos, havendo prévio accordo entre o Governo e os concessionarios.

3.º O direito de desapropriar na fórma das leis os terrenos particulares que forem necessarios para o leito da estrada, quando não possam ser obtidos amigavelmente dos proprietarios.

4.º A venda pelo preço minimo da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850, de terras devolutas nos lugares em que os concessionarios edificarem os hospícios e curraes, com tanto que a extensão total dessas terras não exceda de uma legua em quadro.

5.º A preferencia para lavrarem as minas de quaesquer mineraes que descobrirem na estrada e nos ramaes, mediante as condições que serão impostas no acto da concessão.

Fica entendido que entre estes mineraes não se comprehendem os brilhantes ou diamantes.

6.º Isenção do serviço activo da guarda nacional para os nacionaes empregados na construcção da estrada.

7.º Isenção de direitos para os instrumentos e machinas destinadas ao serviço da estrada até sua abertura ao publico.

O Governo concederá aos colonos introduzidos no paiz para o serviço da empresa terrenos devolutos, onde os houver, sendo a despeza da demarcação e divisão feita á custa da companhia.

A's margens da estrada e ramaes que forem construidos, o Governo concederá aos colonos introduzidos para o serviço desta empresa terras devolutas mediante as mesmas condições por que são vendidas aos colonos das colonias do Estado.

A despeza, porém, da demarcação e divisão será feita pela companhia, sendo posteriormente verificadas pelo mesmo Governo.

Findo o prazo do privilegio da companhia, as estradas e obras a ella pertencentes voltarão ao dominio publico sem indemnisação alguma. Se os transportes tiverem de continuar por empresa, a companhia terá preferencia em igualdade de circumstancias.

O Governo nos seus regulamentos e nos da companhia, por proposta desta, poderá estabelecer multas, com o fim de garantir a propriedade, segurança e commodos, quér da companhia, quér dos particulares, e a regularidade do serviço.

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1870.
— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4164—DE 29 DE JANEIRO DE 1870.

Extingue as companhias avulsas de cavallaria e artilharia da guarda nacional organisadas no Municipio da capital da Provincia de Minas Geraes, e crêa um batalhão de infantaria.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão extinctas as companhias de cavallaria e artilharia da guarda nacional, organisadas no Municipio da capital da Provincia de Minas Geraes ; revogados os Decretos n.ºs 4294 e 4296 de 11 de Dezembro de 1868.

Art. 2.º Fica creado um batalhão de infantaria com quatro companhias, e a numeração de 71 do serviço activo, o qual terá a sua parada no lugar que lhe fór marcado pelo Presidente da Provincia, na fórma da Lei.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4465—DE 29 DE JANEIRO DE 1870.

Faz alterações ao Decreto n.º 4308 de 30 de Dezembro de 1868, que orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Corte para o anno de 1869, além das que já forão feitas pelos Decretos n.º 4381 de 16 de Junho, n.º 4498 do 1.º e n.º 4415 de 25 de Setembro e n.º 4437 de 27 de Novembro de 1869.

Attendendo ao que representou a Ilma. Camara Municipal sobre a necessidade de ser reduzida alguma das consignações da verba—Diferentes obras—para elevar-se a quantia destinada á de—Custas a que está sujeito o cofre municipal—: Hei por bem, na conformidade do art. 23 da Lei n.º 408 de 26 de Maio de 1840 e art. 12 do Decreto n.º 4309 de 31 de Dezembro de 1868, alterar, dentro do credito da receita ordinaria, o orçamento da Ilma. Camara Municipal para o referido exercicio de 1869, pelo modo seguinte:

Decretos n.º 4308 do 30 de Dezembro de 1868 art. 2.º; n.º 4381 de 16 de Junho, n.º 4408 do 1.º e n.º 4415 de 25 de Setembro de 1869.

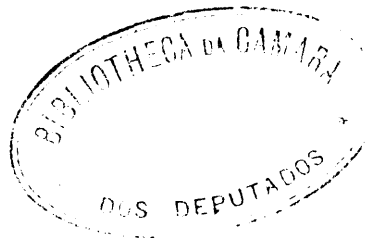
§ 8.º — Diferentes obras — Fica reduzido a 269:752\$893; transportada do saldo da consignação de —Pontes e pontilhões—a quantia de 500\$000—para o

§ 10. — Custas a que está sujeito o cofre municipal—o qual fica elevado a 10:500\$000.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza



DECRETO N. 4466 — DE 29 DE JANEIRO DE 1870.

Approva os estatutos da sociedade Beneficente Protectora dos **Chapeleiros** do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requerêrão os membros da Sociedade Beneficente Protectora dos Chapeleiros do Rio de Janeiro, e Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 19 de Novembro do anno proximo passado; Hei por bem Approvar seus Estatutos, divididos em treze capitulos e cincoenta e nove artigos, com as seguintes modificações:

1.^a Que no art. 8.^o é preciso fixar o pagamento das mensalidades, que devem ser de um mil réis para todos, sem distincção entre socios fundadores, installadores ou effectivos, substituindo-se por esta disposição a do § 3.^o do dito artigo.

2.^a Que no art. 9.^o, § 1.^o, depois da palavra—quites—acrescente-se—ou percebendo pensão.

3.^a Que no art. 12, em lugar de 30 socios, diga-se — um quarto do numero dos socios quites.

4.^a Que no art. 14, § 1.^o, supprima-se das palavras —e os que por vingança— até o fim.

5.^a Que no art. 18, § 9.^o, de conformidade com a observação feita ao art. 12, diga-se—um quarto dos socios—, e que ao § 10 do mesmo artigo acrescente-se —e forem permittidas por estes estatutos.

6.^a Que nos arts. 20 e 21 convém substituir o mez de Julho pelo de Setembro ou Outubro, e dar mais de oito dias para o exame de contas.

7.^a Quanto ao art. 25, § 1.^o, convém á melhor fiscalisação da gestão social que o presidente da direcção não seja o que preside á assembléa geral, o qual deve ser eleito annualmente.

8.^a Que o art. 55 deve ser supprimido.

9.^a Finalmente, que é inconveniente a prohibição de reforma exarada nos arts. 58 e 59.

Qualquer alteração que se fizer nos mesmos estatutos só poderá ser posta em execução depois de obtida a approvação do governo imperial, do que se passará carta que servirá de título.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Im-

perio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos da Sociedade Beneficente Protectora dos Chapeleiros no Rio de Janeiro.

CAPITULO I.

Da sociedade e seus fins.

Art. 1.º A sociedade denominada—Beneficente Protectora dos Chapeleiros no Rio de Janeiro—compõe-se de illimitado numero de socios que pertencão á arte de chapeleiro, como se-
ção : fulistas, propriagistas, barbeadores, patentes, enforma-
dores de chapéos de palha e forradores, de reconhecida mo-
ralidade ; e tem por fim soccorrer seus associados, quando
enfermos e impossibilitados de trabalhar, ou fallecendo, con-
tribuir para os seus funeraes quando necessitem, e concorrer
para empregar os socios desempregados com motivos reconhe-
cidos.

A sociedade compõe-se de fundadores, effectivos (a quem
compete a administração social), benemeritos e bemfeitores.

Art. 2.º Para ser socio desta sociedade exige-se além da
condição livre e bom comportamento, estar empregado, e no
gozo de perfeita saude, no de plena liberdade sem pronuncia
de qualidade alguma.

CAPITULO II.

Da admissão dos socios.

Art. 3.º Para serem admittidos socios da sociedade serão
enviadas propostas ao 1.º secretario, assignadas pelos propo-
nentes, que serão por ellas responsaveis, contendo nome,
naturalidade, idade, estado das pessoas propostas e residen-
cias com certeza, a fim de serem syndicadas pela commissão.

Art. 4.º Logo que a commissão tiver syndicado as propostas, deverá envial-as ao 1.º secretario, conjunctamente com um parecer escripto e assignado pela maioria dos membros da commissão, será lido em conselho e entrará em discussão; e será votado pela maioria dos conselheiros presentes por escrutinio secreto.

Art. 5.º Logo que o candidato fôr approvedo, deverá contribuir com a joia de 10\$000, a qual póde pagar em duas prestações, estes sendo fundadores ou installadores; e com a joia de 15\$000 nas mesmas condições os effectivos.

Art. 6.º Serão considerados socios fundadores todos aquelles que reunidos em um só pensamento, fundarão a sociedade, e installadores todos aquelles que entrarem para a sociedade nos primeiros seis mezes, e effectivos todos aquelles que entrarem posteriormente e pagarem a joia que marca o art. 5.º, parte 2.ª

Art. 7.º Todos os associados são obrigados a munirem-se do seu diploma, pelo qual farão um donativo nunca menos de 2\$000, a fim de que possam gozar das prerogativas que faculta-lhe os estatutos.

CAPITULO III.

Dos deveres dos socios.

Art. 8.º E' dever de todos os associados, além do que lhes prescrevem os arts. 2.º, 5.º, 6.º e 7.º:

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos;

§ 2.º Ser pontual ao pagamento das suas mensalidades, aceitar e exercer com zelo e toda dignidade os cargos ou commissões para que fôr eleito e nomeado, não podendo delles esquivar-se senão por motivos justos, taes como incompatibilidade ou reeleição;

§ 3.º Concorrer com a sua pessoa, e meios ao seu dispôr para tudo quanto fôr a bem da sociedade e seus membros;

§ 4.º Comparecer ás sessões da assembléa geral para que fôr convocado por ordem do presidente;

§ 5.º Participar por escripto ao 1.º secretario logo que mude de residencia, ou fabrica.

CAPITULO IV.

Do direito dos socios.

Art. 9.º Todo o socio tem direito de votar e ser votado para os cargos administrativos da sociedade;

Excepção-se:

§ 1.º Os que não estiverem quites, percebendo a beneficência ou pensão da sociedade ;

§ 2.º Os que estiverem presos ou pronunciados.

Art. 10. Não poderão votar, mas poderão ser votados todos os socios que, estando quites, não tenham podido comparecer á sessão; bem como poderão votar, mas não poderão ser votados, os socios que não souberem ler, nem escrever.

Art. 11. Todo o associado tem direito de representar por escripto á assembléa geral, quando esta se ache reunida extraordinariamente ou ordinariamente menos nos dias de posse do conselho, contra qualquer decisão ou excesso da administração; isto quando entenda que ella faltou com a devida justiça a qualquer associado, ou que forão infringidos os presentes estatutos.

Art. 12. Para não dar lugar a que mesquinhas odiosidades, questões de momento ou de pessoas sejam motivos de repetidas convocações da mesma assembléa geral, jamais esta poderá ser convocada sem ser por meio de um requerimento, assignado por nunca menos de trinta socios quites.

Nesse requerimento que deverá ser presente ao conselho para tomar d'elle conhecimento, deverão os requerentes expôr os motivos que têm para essa convocação, que jámais poderá ser denegada.

CAPITULO V.

Das penas em geral.

Art. 13. Os associados que faltarem ao pagamento de suas mensalidades, ou que não tenham tirado o seu indispensavel diploma, não terão direito ás beneficencias que lhes garantem estes estatutos.

O associado, uma vez desligado desta sociedade, não poderá mais em tempo algum pertencer á ella, salvo se pagar o duplo da joia dos socios contribuintes, e as mensalidades vencidas até a data da proposta.

Art. 14. Perdem o direito de socio, e jámais poderão pertencer em tempo algum á sociedade, ou della reclamar cousa alguma :

§ 1.º Os que se entregarem á pratica de máos costumes ou deprimirem a sociedade, e os que por vingança pessoal accusarem falsamente seus collegas, provadas que sejam essas falsidades ;

§ 2.º Os que directa ou indirectamente promoverem o descrédito ou ruina da sociedade, afastando-lhe os socios por intrigas e diffamações, e ridicularizando ou desmoralizando intencionalmente sua administração ;

§ 3.º Os que soffrerem sentença por crimes que attstem

immemorialidade, depravação ou degradação, ou outra qualquer indole reprovada, e os que desrespeitarem a qualquer socio por mais indigente que seja, prevalecendo-se de alguma commissão para tal fim;

§ 4.º Os que extraviarem qualquer quantia ou objecto da sociedade, ficando á esta o direito salvo de o haver judicialmente;

§ 5.º Os que por falsas informações tenham sido admittidos para o gremio social.

Art. 15. O associado que não estando ausente, se deixar atrazar em mais de seis mezes de suas mensalidades, se reputará ter renunciado o direito de socio; mas se quizer saldar seu debito o poderá fazer, convencendo á administração que motivos plausiveis o obrigarão a isso.

Art. 16. Os associados que forem desligados da sociedade ou della se desligarem espontaneamente, não poderão reclamar cousa alguma ou quantia com que para ella tenham entrado.

CAPITULO VI.

Da administração social.

Art. 17. A sociedade será administrada por um conselho de 21 membros, que deliberará em seu nome, os quaes serão eleitos annualmente pela assembléa geral dos socios quites.

Art. 18. Ao conselho compete :

§ 1.º Eleger d'entre seus membros na sessão preparatoria, os membros da mesa e as respectivas commissões que deverão ser eleitas por maioria relativa ;

§ 2.º Reunir-se todas as vezes que fôr convocado pelo 1.º secretario em nome do presidente, pagando uma multa de quinhentos réis o membro que faltar ás reuniões, não sendo por molestia ou afazeres que o impossibilitem, participando por escripto ;

§ 3.º Executar e fazer executar, cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos, prestando e fazendo prestar todos os socorros por elles garantidos aos socios, uma vez que estejam quites e no estado de enfermidades ;

§ 4.º Ouvir as queixas dos associados e deferil-as como fôr de justiça ;

§ 5.º Autorisar todas as despezas sociaes que forem justas por meio de um pedido do 1.º secretario, o qual só será pago na thesouraria depois de despachado pelo presidente ;

§ 6.º Tomar contas ao thesoureiro no fim de todos os trimestres, approval-as ou reprovál-as segundo o parecer da commissão de contas, ou em outra qualquer occasião que a administração julgar conveniente ;

§ 7.º Suspender o thesoureiro, bem como a qualquer conselheiro que não cumpra com zelo e dignidade as attribuições do seu cargo; podendo tambem suspender e demittir os membros da directoria em casos identicos;

§ 8.º Accusar ao thesoureiro e a todo qualquer socio perante as justicas do paiz, quando defraudem o cofre ou os bens sociaes;

§ 9.º Convocar a assembléa geral extraordinariamente todas as vezes que fôr requerido por 30 socios quites, como ordena o art. 12, assim como em toda e qualquer occasião que o bem social o exija;

§ 10. Tomar todas as medidas que julgar convenientes a bem da boa marcha social;

§ 11. Organisar, approvar e submeter á approvação da assembléa geral um regimento interno, para regular as sessões do conselho e da assembléa geral, bem como para discriminar os deveres da mesa e das respectivas commissões.

Art. 19. Serão supplentes do conselho todos os immediatos em votos, que estejam quites, os quaes serão chamados na ordem de sua votação para tomarem assento nos casos seguintes:

§ 1.º Por falta de comparecimento do proprietario a quatro reuniões seguidas, não sendo motivado por molestia;

§ 2.º Por prisão ou pronuncia do proprietario, sendo aquella prolongada;

§ 3.º Por despedida ou fallecimento;

§ 4.º Por atrazo de mensalidades.

CAPITULO VII.

Da assembléa geral

Art. 20. A assembléa geral reúne-se ordinariamente no primeiro domingo do mez de Julho de cada anno, para ouvir a leitura do relatorio feito pelo presidente, e do balancete geral que fará parte d'elle, e tem por dever:

§ 1.º Eleger uma commissão de tres membros para dar parecer sobre o balancete e relatorio apresentado pela administração, o qual será apresentado e discutido na seguinte sessão da assembléa geral;

§ 2.º Eleger novo conselho, conjunctamente com o thesoureiro, devendo este ser eleito por maioria absoluta;

§ 3.º Approvar ou reprovar o relatorio ou parecer da commissão lavrado sobre elle, e bem assim as medidas ou propostas tomadas pela administração;

§ 4.º Ouvir as queixas ou representações e appellações dos associados, conjunctamente com as respostas do conselho, discutil-as e decidil-as como fôr de justiça;

§ 5.º Conceder o titulo de socio benemerito ou bemfeitor aos associados que se tornarem merecedores.

Art. 21. A mesma assembléa geral deverá ser convocada oito dias depois da sua primeira sessão ordinaria para ouvir e discutir o parecer da commissão de exame de contas, e para o dia da posse da nova administração, e extraordinariamente tantas ou quantas vezes o conselho julgar conveniente, e bem assim quando lhe fôr requerido pela fórma do artigo 12, e o § 9.º do artigo 18 destes estatutos; não podendo nesta sessão, tratar-se de outro assumpto que não seja aquelle para que foi requerida e votada a urgencia.

CAPITULO VIII.

Das eleições.

Art. 22. Findos os trabalhos da assembléa geral ordinaria de cada anno, o presidente converterá a sessão em collegio eleitoral para commissão de contas, conselho e thesoureiro, e mandará proceder á chamada dos socios quites pelo 1.º secretario depois de nomear quatro escrutadores.

Art. 23. Finda a chamada e recebidas as cedulas, pelos proprios votantes depositadas na urna, o presidente procederá á contagem dellas, e conferil-as com o numero de votantes que acudirão á chamada, procederá á apuração: caso não seja possivel concluil-a no mesmo dia, lavrar-se-ha um termo das que tiverem sido apuradas, assignado pelo presidente e escrutadores, declarando nelle o numero das que ficarão por apurar, guardando-o na urna conjunctamente com ellas. A urna além de fechada será lacrada e rubricada sem rotulo como é de estylo, distribuindo-se as chaves pelos escrutadores e presidente, a fim de continuar-se á apuração no dia seguinte, e da mesma fórma nos subseqüentes.

Art. 24. Concluida a apuração das cedulas, o 1.º secretario procederá á leitura do termo eleitoral, que será lavrado no respectivo livro com os protestos e contraprotestos, caso appareção, cujo termo, depois de lido, será assignado pela mesa, e delle só tomará conhecimento a assembléa proxima, a qual julgando válida a eleição, o 1.º secretario remetterá a cada um dos eleitos um officio declarando o cargo para que foi eleito, com o numero de votos, assim como o dia, a hora e lugar em que se deve reunir para com os outros celebrarem a sessão preparatoria do conselho, cujo officio lhe servirá de diploma.

CAPITULO IX.

Dos membros da mesa.

Art. 25. O presidente da sociedade é o fiel observador e executor das disposições contidas nestes estatutos, e para boa execução dellas e inteira observancia delles

Cumpre-lhe:

§ 1.º Presidir tanto as sessões do conselho como da assembléa geral, dirigindo a ordem dos trabalhos como lhe fôr prescripto por lei;

§ 2.º Manter a boa ordem entre os socios, admoestando-os quando chegue ao seu conhecimento a irregularidade do seu procedimento, suspender as sessões quando ellas se acharem alteradas, podendo mandar retirar do recinto das sessões, tanto do conselho como da assembléa geral, a qualquer associado ou conselheiro que provocar e promover agitação e desordem na reunião, para que esta possa continuar regularmente no desempenho de seus trabalhos;

§ 3.º Confeccionar um relatório circunstanciado de todos os trabalhos do anno social, apresental-o á assembléa geral, o qual será sujeito ao exame e parecer de uma commissão por ella eleita;

§ 4.º Apresentar ao seu successor, logo que se demitta ou seja demittido, um relatório, a fim de que este possa formular o annual, que deverá ser completo;

§ 5.º Representar a sociedade, conjuntamente com os membros da mesa, em todos os actos para que ella for convidada, sem que deixe, em caso de impossibilidade da directoria, de nomear uma commissão, ou os membros que forem necessários para completar;

§ 6.º Assignar com a directoria todos os requerimentos ou representações que em nome da sociedade tenham de subir á presença das autoridades;

§ 7.º Rubricar todos os livros, tanto da thesouraria como da secretaria, depois de competentemente numerados e abertos por um termo do 1.º secretario; e bem assim, todas as guias para pagamento;

§ 8.º Despachar, ordenar e fiscalisar sobre todos os casos de soccorros sociaes, de modo que os associados que requerem a beneficencia, estando quites, não soffrão demora na sua recepção;

§ 9.º O presidente, como qualquer outro conselheiro, poderá propor medidas, projectos ou resoluções a bem da sociedade, as quaes serão, como todas as outras, discutidas como manda o regimento interno, não podendo elle discutil-as ou sustental-as sem que ceda a cadeira ao seu substituto;

§ 10. O presidente não poderá oppor-se a que seião discu-

tidos em conselho todos os requerimentos, indicações ou projectos que pelos socios sejam dirigidos ao mesmo conselho em nome colectivo.

Art. 26. O presidente não poderá convocar a assemblea geral extraordinaria, seja ou não requerida, senão nos casos em que o conselho se ache incapaz de continuar, por não haver supplentes habilitados que preenchão as vagas, ou não se reuna tres sessões seguidas devidamente convocadas.

Art. 27. Ao vice-presidente compete substituir o presidente em todos os seus impedimentos, ainda mesmo momentaneos; excepto nos casos de demissão ou fallecimento em que vague a cadeira, que deverá ser preenchida por nova eleição; assumindo durante o tempo que o substituir, todas as attribuições e responsabilidade.

Art. 28. Ao 1.º secretario compete:

§ 1.º Substituir ao presidente na falta do vice-presidente, assumindo todas as suas attribuições e responsabilidade, nomeando quem substitua o 2.º secretario, que passará a 1.º;

§ 2.º Annunciar pela imprensa, em nome do presidente, ou por meio de avisos, os dias, horas e lugares das sessões, tanto do conselho como da assemblea geral;

§ 3.º Matricular os socios, pela ordem chronologica de suas entradas, que lhe serão fornecidos pelo thesoureiro mensalmente, constando no livro da matricula com clareza e simplicidade o nome, idade, estado, naturalidade, residencia e o nome do proponente;

§ 4.º Registrar o nome dos socios que vão requerendo a beneficencia em um livro para esse fim destinado, declarando nelle a época em que começou e findou a mesma beneficencia, e qual a somma a que ella montou;

§ 5.º Registrar em um livro especial o nome dos socios que prescindirem de beneficencia, declarando as quantias poupadas;

§ 6.º Proceder á leitura do expediente, e proceder ás chamadas dos socios ou conselheiros, quando lhe fôr ordenado pelo presidente, tanto nas sessões da assemblea geral, ou do conselho;

§ 7.º Expedir com a maior brevidade possivel, todos os officios, circulares, diplomas e mais papeis concernentes á sociedade por intermedio dos agentes.

Art. 29. Ao 2.º secretario compete:

§ 1.º Redigir e proceder á leitura das actas e termos eleitoraes, tanto nas sessões do conselho como da assemblea geral, e registrar-as no respectivo livro, depois de approvadas;

§ 2.º Coadjuvar o 1.º secretario e substitui-lo em todas as suas attribuições.

Art. 30. O thesoureiro tem obrigação de comparecer a todas as sessões, tanto do conselho como da assemblea geral, mesmo que não seja conselheiro, e compete-lhe:

§ 1.º Arrecadar e fazer arrecadar, sob sua responsabilidade individual, tudo quanto pertencer á sociedade, fazendo um inventario dos bens sociaes, sendo responsavel por tudo quanto receber e despendar;

§ 2.º Apresentar no fim de cada trimestre á administração, um balancete documentado da arrecadação, dispendio e applicação dos dinheiros da sociedade, o qual será sujeito ao exame e parecer da commissão de contas ;

§ 3.º Ter um ou mais livros donde conste com clareza e simplicidade os nomes e as entradas dos associados, suas joias, diplomas e mensalidades ; outro para o lançamento da receita e despesa da sociedade, os quaes, como os do secretario, serão numerados e rubricados pelo presidente.

Art. 31. O thesoureiro não poderá ter em seu poder quantia maior de 200\$000, depositando todo o excedente em um ou mais bancos de sua confiança, em nome da sociedade.

Art. 32. O thesoureiro não poderá pagar quantia alguma sem que esteja autorisado pelo conselho, e a ordem rubricada pelo presidente.

Art. 33. Ao procurador compete :

§ 1.º Desempenhar com zelo e dignidade todas as diligencias ou commissões de que fôr encarregado pelo conselho, ou pelo thesoureiro ;

§ 2.º Coadjuvar as commissões em caso extraordinario, e empregar toda a sua influencia e zelo em favor dos interesses sociaes.

CAPITULO X.

Das commissões.

Art. 34. Haverá tres commissões de tres membros cada uma, duas das quaes serão permanentes e eleitas pelo conselho, sendo uma de contas, e a outra de syndicancia, e além destas haverá uma hospitaleira nomeada pelo presidente, mensalmente, as quaes serão tiradas por ordem d'entre o conselho.

Art. 35. A' commissão hospitaleira compete :

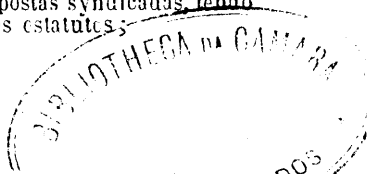
§ 1.º Visitar aos socios que se acharem enfermos logo que for autorisada ; e informar de tudo ao presidente, a fim de que elle providencie com urgencia ;

§ 2.º Continuar a visital-os de oito em oito dias, enquanto estiverem doentes ; informar ao conselho o estado por meio de seus pareceres por escripto ;

§ 3.º Informar do mesmo modo ao conselho quando veja que algum associado já esteja em estado de não precisar da beneficencia, e bem assim propor a suspensão dellas quando entenda que são mal applicadas.

Art. 36. A' commissão syndicante compete :

§ 1.º Syndicar com prudencia e escriptura attenção os candidatos propostos, dando o seu parecer por escripto e mencionando nelle o numero das propostas syndicadas, tendo sempre em vista os arts. 2.º e 3.º destes estatutos ;



§ 2.º Informar ao conselho sobre o máo comportamento que tiverem os associados, logo que com certeza tão desagradavel facto chegue ao seu conhecimento ;

§ 3.º Esforçar-se o mais possivel para agenciar o maior numero de associados que puder.

Art. 37. A' commissão de contas compete :

§ 1.º Examinar e dar seu parecer minucioso sobre todas as contas e balancete da thesouraria, devendo para isso rever toda a escripturação da thesouraria social; bem como compulсар e analysar todos os documentos a que se referirem os balancetes ;

§ 2.º Propôr ao conselho as medidas que lhe suggerir seu zelo e amor social, não só para maior economia, como para augmentar o fundo social ;

§ 3.º Vigiar e impedir por meio de sérias observações, que os dinheiros da sociedade sejam gastos com profusão.

CAPITULO XI.

Dos fundos da sociedade.

Art. 38. Os fundos da sociedade dividem-se em permanentes e disponiveis :

§ 1.º São fundos permanentes as accumulações de joias de entradas e as mensalidades, todas as vezes que excederem a um conto de réis, e os donativos feitos á sociedade até perfazerem a quantia de cinco contos de réis ;

§ 2.º Serão fundos disponiveis as accumulações de mensalidades, joias e donativos até a quantia de um conto de réis, isto emquanto não houver o fundo permanente de que acima se trata ; e logo que elle esteja realisado passará todo o rendimento a ser fundo disponivel.

Art. 39. A sociedade não poderá abrir as suas beneficencias sem que tenha realisado o fundo permanente de cinco contos de réis ; podendo, porém, soccorrer aos associados enfermos por meio de uma subscrição entre todos os socios.

CAPITULO XII.

Das beneficencias.

Art. 40. Os associados, tanto na côrte como nos seus limites, que por molestia ou avançada idade ficarem impossibilitados de trabalhar, serão soccorridos com uma mensalidade de vinte mil réis, paga em duas prestações.

Art. 41. Quando qualquer associado, por molestia ou avançada idade, ficar impossibilitado de trabalhar por toda a vida, terá direito a uma pensão de 12\$000 mensaes.

Art. 42. Logo que qualquer associado adoecer e quizer perceber a beneficencia, deverá requerel-a por escripto ao presidente, juntando ao seu requerimento o recibo por onde mostre estar quite de suas mensalidades.

Art. 43. A todo o associado que, em estado de enfermidade, justificar a absoluta necessidade de procurar restabelecimento nos suburbios do Rio de Janeiro, a sociedade adiantará por inteira a beneficencia de um a tres mezes, ou como a administração julgar mais conveniente aos interesses sociaes.

Art. 44. Todo o associado tem direito á quantia de 50\$000 para ajuda de custo de seu funeral, logo que esta seja requerida por pessoa de sua familia ou por algum amigo insuspeito á administração, sendo este requerimento entregue á directoria antes do corpo ser sepultado, para evitar quaesquer especulações.

CAPITULO XIII.

Das disposições geraes.

Art. 45. A sociedade não poderá contrahir divida alguma, nem fazer junção com nenhuma outra, sem que a isso anuão dous terços da totalidade de seus socios quites.

Art. 46. Todos os associados que se quizerem remir de suas mensalidades o poderão fazer, pagando, além de sua respectiva joia, a quantia de 100\$000.

Art. 47. A sociedade reunida em assembléa geral poderá conferir o titulo de socio benemerito a todo e qualquer associado que tenha prestado relevantes serviços á sociedade, por proposta do conselho, ou de qualquer outro membro.

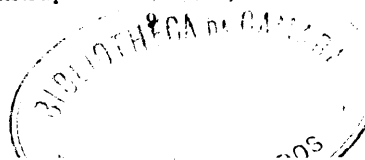
Art. 48. Serão considerados socios honorarios os doutores em medicina e pharmaceuticos que se prestarem a soccorrer gratuitamente os associados enfermos, os quaes serão levados a bemfeitores um anno depois de prestados os seus serviços, gozando as regalias que marca o art. 40, capitulo 12.

Art. 49. Entrarão como socios honorarios, os fabricantes que não sendo artistas proteão aos associados, dando-lhes trabalho quando estejam desempregados, bem como aconselhar-lhes e empregando toda a influencia para que entrem para socios, sendo depois levados a benemeritos como marca o art. 48, podendo propor e discutir o bem-estar da sociedade.

Art. 50. Serão tambem considerados socios benemeritos todos aquelles que fizerem um donativo á sociedade nunca menor de 200\$000, por uma só vez, ou por tantas quantas perfação aquella somma.

Art. 51. Todo o associado que se retirar para fóra do municipio neutro, participando-o á administração da sociedade,

PART II.



ficará isento de pagar as mensalidades enquanto estiver ausente, devendo porém participar logo que volte.

Art. 52. Todo o associado que durante dez annos, não perceber beneficencias da sociedade; sua viuva e filhos menores, legitimados ou legitimados, terão direito a uma pensão de 40\$000 mensaes.

Art. 53. Todo o associado que se estabelecer com fabrica de chapéos perde o direito de ser votado para cargo algum administrativo.

Art. 54. A sociedade será representada nas exposições nacionaes por meio de obras fabricadas pelos socios, a fim de mostrar ao paiz, e ao governo imperial que a arte marcha em progresso, sendo as despesas feitas por uma subscrição.

Art. 55. A directoria representará ao governo imperial o estado precario do artista, a fim d'elle providenciar como fôr de justiça, sendo elle motivado pelo diminuto direito de importação que pague a manufactura estrangeira, sendo as despesas promovidas por subscrição entre os socios para tal fim.

Art. 56. Logo que estes estatutos sejam approvados pelo Governo Imperial, os socios fundadores terão assento no conselho para discutir e votar.

Art. 57. A sociedade não poderá ser dissolvida sem que para isso annuão dous terços da totalidade de seus socios quites, devendo em tal caso o seu patrimonio ser dividido em partes iguaes pelos socios quites.

Art. 58. Ficão isentos de reforma como marca o artigo seguinte, ou mesmo qualquer alteração os artigos 1.º e 56.

Art. 59. Os presentes estatutos não poderão ser reformados senão dous annos depois da approvação do governo imperial.

Approvados em sessão da assembléa geral de 12 de Setembro de 1869.—O presidente da commissão, *José Soter Nunes*.—*Antonio Mendes Moreira Junior*.—*José Francisco da Silva*.—*Pedro Ignacio Ferreira*.—*José Gomes de Pinho*.—*José Soares de Souza*.—*Ignacio José da Costa Ramos*.

DECRETO N. 4467—DE 29 DE JANEIRO DE 1870.

Concede a Antonio Lucio de Medeiros privilegio por dez annos para fabricar e vender uma machina de sua invenção, destinada a fazer cigarros.

Attendendo ao que me requereu Antonio Lucio de Medeiros, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda

Nacional, Hei por bem conceder-lhe privilegio por dez annos para fabricar e vender uma machina de sua invenção, destinada a fazer cigarros.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Janeiro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4468—DO 1.º DE FEVEREIRO DE 1870.

Altera os regulamentos relativos ao Imperial collegio de Pedro II.

Hei por bem Determinar que os Regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II sejam observados com as alterações seguintes:

Art. 1.º Tanto no Externato como no Internato do Imperial Collegio de Pedro II o curso de estudos continuará a ser de sete annos, seguindo-se em ambos os Estabelecimentos o mesmo systema de ensino.

Constará o referido curso de

Ensino religioso

Portuguez

Latim

Francez

Inglez

Grego

Geographia descriptiva, moderna e antiga, cosmo-graphia

Historia sagrada, antiga, média e moderna

Historia e chorographia do Brasil

Mathematicas
 Sciencias naturaes
 Philosophia
 Rhetorica e poetica, historia da litteratura em geral,
 e em particular da portugueza e nacional
 Desenho
 Musica vocal
 Gymnastica.
 Art. 2.º As materias do ensino serão distribuidas
 pelos diversos annos do modo seguinte:

1.º ANNO.

Religião e historia sagrada.
 Portuguez: grammatica; analyse logica e grammatical; exercicios de leitura, recitação e orthographia.
 Geographia elementar e descriptiva em geral.
 Arithmetica elementar.

2.º ANNO.

Portuguez: grammatica; analyse logica e grammatical; leitura (prosa e verso) de autores classicos; recitação; exercicios de redacção.
 Latim: grammatica; traducção para portuguez de autores latinos facéis; analyse e themas facéis.
 Francez: grammatica; traducção para portuguez de autores francezes facéis; analyse e themas facéis.
 Continuação da arithmetica; systema metrico comparado.
 Continuação da geographia, especialmente a da Europa e da America.

3.º ANNO.

Portuguez: prelecções sobre a indole da lingua; noticia historica de sua formação e progresso; leitura (prosa e verso) de autores classicos; recitação; exercicios de redacção; composições.
 Latim: traducção, analyse e themas.
 Francez: traducção, analyse e themas.
 Continuação da geographia, incluida a antiga.
 Aperfeiçoamento da arithmetica. Algebra até equações do 1.º grão, incluidas.

4.º ANNO.

Latim : traducção, analyse e themas mais difficeis.
Francez : traducção, analyse e themas mais difficeis ;
composição e recitação, não se fallando n'aula senão
esta lingua.

Inglez : grammatica ; leitura, e traducção para por-
tuguez de autores inglezes faceis ; analyse e themas
faceis.

Continuação da algebra : equações do 2.º grão. Geo-
metria plana.

Historia antiga.

Zoologia e botanica.

5.º ANNO.

Latim : traducção e analyse de autores mais dif-
ficeis ; composição de discursos e versos latinos.

Inglez : leitura, traducção, analyse e themas.

Grego : grammatica ; traducção, analyse e themas
faceis.

Leitura e apreciação de classicos francezes, e com-
posições (uma vez por semana), não se fallando n'aula
senão esta lingua.

Geometria no espaço ; trigonometria.

Historia média.

Physica e chimica.

6.º ANNO.

Inglez : leitura, analyse e traducção de autores ; mais
difficeis ; composição e recitação, não se fallando n'aula
senão esta lingua.

Grego : traducção, analyse e themas.

Continuação da chimica, incluidas noções da chi-
mica organica.

Historia moderna.

Rhetorica e poetica : Leitura e apreciação litteraria
dos melhores classicos da lingua portugueza ; exer-
cicios de stylo.

Philosophia : psychologia e logica.

Aperfeiçoamento nas linguas latina e franceza por
meio da traducção e apreciação litteraria de autores
classicos, e composições (uma vez por semana), não
se fallando n'aula de francez senão esta lingua.

7.º ANNO.

Grego : traducção e analyse de autores mais difficeis ; composições.

Historia e chorographia do Brasil.

Mineralogia e geologia.

Philosophia : metaphysica e ethica ; exposição dos systemas comparados de philosophia.

Cosmographia.

Historia da litteratura em geral, e especialmente da portugueza e nacional ; composição de discursos e narrações, declamação.

Aperfeiçoamento nas linguas latina, franceza e ingleza : prelecções elementares sobre a indole, formação e progresso de cada uma das referidas linguas, alternadas com a leitura, traducção e apreciação litteraria de autores classicos.

No ensino das diversas linguas a grammatica será sempre comparada com a da lingua portugueza.

Art. 3.º A distribuição por dias e horas das materias do ensino será feita segundo a tabella que, ouvidos os Reitores do Externato e Internato, organisar o Inspector Geral da Instrucção Publica, posta em execução depois de approvada pelo Ministro do Imperio.

Art. 4.º O ensino das diversas disciplinas regular-se-ha por um programma, no qual serão bem definidos o methodo e desenvolvimento que ha de ter o estudo de cada materia, designando-se os livros, que devem servir de compendios.

As lições de desenho, gymnastica e musica vocal serão tambem segundo o programma previamente estabelecido.

Art. 5.º Para as lições de desenho, musica vocal e gymnastica serão aproveitadas as quintas feiras, nas quaes, salvo o caso de feriado na semana, não haverá aulas das outras materias do ensino.

Antes de taes lições será celebrado no Externato pelo Capellão do Collegio, com assistencia de todos os alumnos, o Santo Sacrificio da Missa, seguindo-se-lhe uma pratica sobre o Evangelho e sobre os deveres da religião christã.

Estes actos no Internato realisar-se-hão nos dominigos e dias sanctificados.

As lições de desenho, musica e gymnastica são obrigatorias, contando-se, bem como nos actos religiosos, faltas aos alumnos, que não comparecerem. Serão

comtudo dispensados de todos ou de alguns dos exercicios de gymnastica e de musica vocal os alumnos, que, a juizo do respectivo Reitor, provarem molestia ou embaraço physico, que os inhabilite.

Para o estudo e exercicios de gymnastica e musica, os alumnos serão distribuidos em tres turmas — pequenos, médios e grandes,—segundo as idades e desenvolvimento physico.

Far-se-ha, para as lições de desenho, igual distribuição em tres turmas segundo o adiantamento dos alumnos.

Art. 6.º Perderá o anno e ficará inhibido de fazer exame o alumno que der vinte e cinco faltas, ainda que justificadas, em qualquer das aulas, devendo justificar as que excederem de seis. O Inspector Geral da Instrucção Publica poderá, não obstante, dispensar o excesso do mencionado numero de faltas e mandar admittir a exame o alumno quando a favor de seu comportamento e habilitações attestarem unanimemente o Reitor e professores.

Art. 7.º Nenhum alumno será admittido á matricula do primeiro anno, sem que, em exame, mostre saber bem doutrina christã, ler e escrever correctamente, as quatro operações fundamentaes da arithmetica, o systema decimal de pesos e medidas, as noções elementares da grammatica portugueza.

Art. 8.º Os exames serão finaes ou de sufficiencia.

Os primeiros effectuar-se-hão no Externato pelo methodo estabelecido nas Instrucções de 30 de Outubro de 1869, perante uma commissão composta do Inspector Geral da Instrucção Publica, de um commissario do Governo, dos Reitores do Externato e do Internato e do professor da materia. Os de sufficiencia realisar-se-hão pelo methodo, que se adoptar no programma, em cada um dos Estabelecimentos, perante uma commissão composta do Reitor, Vice-Reitor, professor da materia, e mais dous professores designados pelo Inspector Geral da Instrucção Publica.

Não haverá exames de Desenho e de Musica, nem de Gymnastica.

Art. 9.º Serão finaes:

No 3.º anno, os exames de Geographia, Arithmetica e Portuguez;

No 4.º anno, os de Francez, Algebra e Historia antiga;

No 5.º anno, os de Latim, Geometria e Historia média;

No 6.º anno, os de Inglez, e Historia moderna ;

No 7.º anno, os de Grego, Historia e Chorographia do Brasil, Philosophia, Rhetorica, Poetica e Litteratura.

Nestes exames comprehende-se toda a materia, ainda que ensinada em parte nos annos anteriores.

Art. 10. A approvação nos exames finaes dará os mesmos direitos que a nos effectuados perante a Inspectoria Geral da Instrucção Publica.

Art. 11. As aulas começarão, tanto no Externato como no Internato, ás nove horas da manhã e durarão para os alumnos do 1.º, 2.º e 3.º anno até uma hora da tarde, e para os do 4.º anno em diante até uma e meia hora da tarde, facultando-se-lhes, sempre que fôr possível, algum descanso depois da segunda aula.

Art. 12. Os internos e meio pensionistas terão de uma e meia ás tres e meia horas da tarde jantar e recreio, seguindo-se até as cinco e meia da tarde o preparo das lições do dia seguinte, no Internato sob a direcção dos actuaes Repetidores; e no Externato sob a de Explicadores que, mediante proposta do Reitor, contractar o Inspector Geral da Instrucção Publica, com approvação do Ministro do Imperio, para as materias em cujo estudo os alumnos precisarem mais de auxilio.

Art. 13. Além do Capellão, que será o mesmo para o Externato e Internato, encarregado em ambos os estabelecimentos do ensino de religião e de historia sagrada no 1.º anno, haverá os seguintes professores:

Para ambos os Estabelecimentos

Um professor de Grego,

- | | | |
|---|---|---|
| » | » | » Francez, |
| » | » | » Inglez, |
| » | » | » Portuguez, |
| » | » | » Allemão, |
| » | » | » Geographia e Cosmographia, |
| » | » | » Rhetorica, Poetica e Litteratura, |
| » | » | » Historia e Chorographia do Brasil, |
| » | » | » Philosophia, |
| » | » | » Latim para as aulas do 6.º e 7.º anno ; |

Para cada Estabelecimento

Um professor de Latim para as aulas do 2.º ao 5.º anno.

- | | | |
|---|---|--------------------------------------|
| » | » | » Historia antiga, média e moderna, |
| » | » | » Sciencias naturaes, |
| » | » | » Mathematicas, |
| » | » | privativo para o ensino das materias |

do 1.º anno, exceptuado o religioso e de Historia Sagrada a cargo do Capellão.

Art. 14. A frequencia da aula de Allemão continúa a ser facultativa, na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 2883 do 1.º de Fevereiro de 1862.

Art. 15. Fica supprimida a aula de Italiano, e bem assim o ensino de dansa.

Art. 16. Os Reitores do Externato e do Internato contractarão os mestres de Gymnastica e de Musica vocal.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.



DECRETO N. 4469—DE 10 DE FEVEREIRO DE 1870.

Approva os novos estatutos da companhia Luz Stearica.

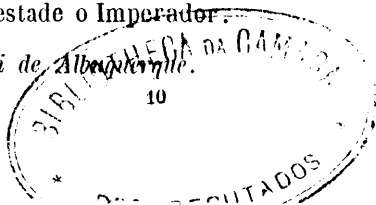
Attendendo ao que Me requereu a companhia Luz Stearica, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 29 do mez passado, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 14 de Novembro do anno proximaemente findo, Hei por bem approvar os novos estatutos da companhia Luz Stearica, com as modificações que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

PART. II.

10



Modificações a que se refere o Decreto n.º 4469 desta data, feitas nos novos estatutos da companhia Luz Stearica.

1.^a Art. 10. Os trabalhos da assembléa geral serão dirigidos por um presidente e por um secretario annualmente eleitos pelos accionistas na reunião ordinaria que se verificar na fórma do art. 8.º

2.^a Art. 17 § 6.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas e presidir ás reuniões da directoria.

3.^a Art. 18 § 1.º Lavrar as actas das sessões da directoria no respectivo livro.

4.^a Art. 22. Dos lucros liquidados das operações concluidas no respectivo semestre se deduziráo:

(Seguem os diversos paragraphos do artigo.)

Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Fevereiro de 1870. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

Estatutos da companhia Luz Stearica.

Art. 1.º A sociedade anonyma organisada nesta côrte sob a denominação de companhia Luz Stearica, tem como fim principal o fabrico de velas de stearina e com os seus residuos o de oleos e sabão, podendo tambem occupar-se na preparação do acido sulphurico e outros quaesquer productos chimicos quando o julgue conveniente.

Art. 2.º A duração da companhia será até 31 de Dezembro de 1880, podendo ser prorogada, se a assembléa geral dos accionistas assim o resolver; mediante approvação do governo. Poderá outrosim dissolver-se anticipadamente por deliberação da mesma assembléa, ou nos casos previstos em lei.

Art. 3.º O capital da companhia será de 500:000\$000, dividido em 2.500 acções de 200\$000 cada uma, podendo a companhia funcionar com 50 % desse capital, que outrosim poderá ser augmentado por deliberação da assembléa geral dos accionistas, sujeita á approvação do governo.

Art. 4.º As acções podem ser livremente vendidas, cedidas ou doadas; mas as transferencias só serão váli-

das sendo feitas nos livros da companhia, na presença e com assignatura do cedente e do cessionario ou seus procuradores.

Art. 5.º A responsabilidade dos accionistas é limitada ao valor das accções que possuirem.

Art. 6.º A totalidade dos accionistas será representada pela assembléa geral, que se julgará constituida sempre que por convite do presidente, publicado nos jornaes de maior circulação, se reunão accionistas que representem um terço do capital da companhia.

Art. 7.º Se no dia marcado não se reunir numero sufficiente, será a assembléa geral adiada para outro dia, que se designará por meio de annuncios, com a declaração de que nesse dia se julgará constituida a assembléa geral, qualquer que seja o numero dos accionistas presentes, com tanto que representem um sexto do capital social.

Art. 8.º A assembléa geral se reunirá ordinariamente até o mez de Março de cada anno para lhe ser presente o relatorio e balanço do anno anterior; poderá, porém, reunir-se extraordinariamente toda a vez que o presidente da companhia o julgar necessario, e sempre que para um fim designado lhe seja requerida essa convocação por accionistas que representem uma quinta parte do fundo social.

Art. 9.º Nas reuniões extraordinarias não se permitirá discussão sobre objecto algum estranho ao da convocação.

Art. 10. A assembléa geral será presidida pelo presidente da companhia, ou por quem o substituir, servindo de secretario o da directoria.

Art. 11. Os votos serão contados na razão de um por dez accções, até ao numero de vinte votos, maximo que poderá ter qualquer accionista, por si ou como procurador de outrem, competindo ao presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 12. Só terão direito de votar aquelles accionistas cujas accções tiverem sido averbadas em seu nome sessenta dias, pelo menos, antes da reunião.

Art. 13. Os accionistas ausentes poderão fazer-se representar por procuradores, que para terem voto deverão ser tambem accionistas da companhia; guardada, porém, a disposição do § 12 do art. 2.º da lei n. 1083 de 22 de Agosto de 1860.

Art. 14. A companhia será administrada por uma directoria eleita annualmente pela assembléa geral, e com-

posta de tres membros, dos quaes o mais votado será o presidente.

Os membros da directoria deverão ser accionistas pelo menos de 100 acções, as quaes serão inalienaveis emquanto durarem suas funcções.

Art. 15. A directoria se reunirá sempre que o presidente o julgar necessario e toda a vez que o requererem os dous directores.

Art. 16. O presidente da companhia será substituido em seus impedimentos pelo director mais votado.

Art. 17. Compete ao presidente da companhia:

1.º Nomear e demittir livremente o gerente, o engenheiro e mais empregados da companhia, fixando seus vencimentos.

2.º Designar o director, que deverá servir de secretario, e bem assim o que, visitando a miudo a fabrica e o deposito estabelecido na cidade, deverá fiscalisar os actos do gerente e do engenheiro e transmittir-lhes as ordens da directoria.

3.º Celebrar todos os contractos necessarios para o desenvolvimento da fabrica e maior vantagem da companhia.

4.º Determinar e regular o methodo da escripturação, que será feita com a necessaria clareza e conservada rigorosamente em dia.

5.º Fazer acquisição de tudo quanto possa interessar a fabrica, incluindo bens moveis, semoventes ou de raiz, bem como vendel-os, ou por qualquer fórma alienal-os, quando isso convenha aos interesses da companhia.

6.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas, a que presidirá, bem como ás reuniões da directoria.

7.º Representar a companhia em todos os seus direitos e interesses, exercendo livre e geral administração com plenos poderes, comprehendidos e outorgados todos, sem reserva alguma, inclusive os poderes em causa propria.

8.º Fazer recolher diariamente a receita apurada aos cofres de um banco acreditado, com o qual terá conta corrente aberta, de modo que os fundos disponiveis sejam productivos de juros.

Art. 18. Compete ao director secretario:

1.º Lavrar as actas das sessões da assembléa geral da directoria nos respectivos livros.

2.º Authenticar com sua assignatura os termos de transferencia das acções da companhia.

Art. 19. Compete ao director fiscal:

1.º Visitar com frequencia a fabrica e diariamente o deposito estabelecido na cidade, a fim de velar pelo bom andamento do serviço e combinar com o gerente e o engenheiro os meios de o melhorar.

2.º Transmittir a esses empregados as ordens da directoria e vigiar por sua fiel execução.

3.º Communicar á directoria quaesquer observações do gerente e do engenheiro tendentes a promover a prosperidade da companhia.

Art. 20. Compete ao gerente, além da execução das ordens da directoria, promover a venda dos productos da fabrica, estudando todos os meios de augmentar-lhe a extracção; recolher diariamente a receita apurada aos cofres do banco designado pelo presidente da companhia; conservar em dia a escripturação, segundo o methodo que lhe fôr determinado, apresentando á directoria, além dos balancetes mensaes, os balanços de cada semestre no mais curto prazo.

Art. 21. Compete ao engenheiro fabricante a direcção technica do estabelecimento que lhe é confiado, estudando todos os meios de augmentar a producção, barateando o seu custo; propôr á directoria, por intermedio do director fiscal, tudo quanto possa concorrer para esse fim e apresentar semestralmente um relatório dos trabalhos da fabrica, com o inventario das existencias e a avaliação dos machinismos e utensilios e dos predios.

Art. 22. Dos lucros liquidos se deduzirão :

1.º Dez por cento pelo menos para fundo de reserva ;

2.º Dez por cento para deterioração do material ;

3.º Dez por cento para commissão da directoria, sendo metade para o presidente e uma quarta parte para cada um dos directores.

4.º Os dividendos semestraes.

Art. 23. O fundo de reserva é exclusivamente destinado para fazer face ás perdas do capital social ou para substituil-o.

Art. 24. Não se poderá fazer distribuição de dividendos enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não fôr integralmente restabelecido.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1869.—*João Ignacio Tararcs.*

Approvamos os presentes estatutos e autorisamos a directoria, representada pelo seu presidente, a solicitar o beneplacito do governo imperial.

	Acções.
Como procurador da inventariante e meeira do casal do fallecido João Augusto Ferreira de Almeida—João Ignacio Tavares.....	1.615
Como procurador do Exm. barão de Mauá—Al- fredo Bastos.....	130
João Ignacio Tavares.....	125
Alfredo Bastos.....	125
Joaquim da Fonseca Guimarães.....	125
Eduardo Braga.....	125
Henrique Murat.....	25
	<hr/> 2.270

DECRETO N. 4470 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declara de 1.^a entrancia a comarca do Rio Pardo ultimamente restaurada na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de primeira entrancia a comarca do Rio Pardo, na Provincia de Minas Geraes, restaurada pela Lei n. 1620 de 3 de Novembro do anno proximo findo da respectiva Assembléa Legislativa.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos dez de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4471 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1870.

Marca o ordenado do Promotor Publico da comarca do Rio Pardo, ultimamente restaurada na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica marcado o ordenado annual de 800\$000 ao Promotor Publico da comarca do Rio Pardo, ultimamente restaurada pela Assemblêa Legislativa da Provincia de Minas Geraes.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos dez de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4472 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1870.

Eleva á categoria de batalhão a secção de batalhão n.º 19 do serviço da reserva da Guarda Nacional da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias, e a designação de quarto do serviço da reserva, a secção de batalhão n.º 19 da guarda nacional da Provincia do Rio Grande do Sul ; revogado o Decreto n. 2571 de 14 de Abril de 1860.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o

tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4473—DE 10 DE FEVEREIRO DE 1870.

Promulgando a convenção celebrada em 16 de Maio de 1864, entre o Brasil e outras nações, para o estabelecimento da linha telegraphica transatlantica, de que é empresario Pier Alberto Balestrini, e o acto de accitação da respectiva accessão por parte da Dinamarca.

Havendo-se concluido e assignado na cidade de Pa. aos dezeseis de Maio de 1864, entre o Brasil, a França, a republica do Haiti, a Italia e Portugal, uma convenção para o estabelecimento da linha telegraphica transatlantica de que é empresario Pier Alberto Balestrini; tendo a Dinamarca accedido em 27 de Maio de 1865 áquelle ajuste internacional; outrossim, tendo sido ratificado o mesmo ajuste e trocadas as ratificações na referida cidade em 31 de Agosto de 1869; Hei por bem que a dita Convenção e o acto, pelo qual accitei a accessão da Dinamarca, sejam observados e cumpridos, tendo-se em vista o que dispõem o auto da mencionada troca de ratificações e o protocollo assignado pelos respectivos plenipotenciarios na mesma data de 31 de Agosto.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interinamente dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, aos dez do mez de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

**Convenção e mais actos a que se refere o Decreto
n.º 4173 de 10 de Fevereiro de 1870.**

Nós, D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos dezeseis dias do mez de Maio de 1864, em Paris, concluiu-se e assignou-se entre Nós, Sua Magestade o Imperador dos Francezes, S. Ex. o Sr. Presidente da republica do Haiti, Suas Magestades o Rei de Italia e o de Portugal e Algarves, pelos seus respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, uma convenção relativa ao estabelecimento de uma linha telegraphica transatlantica, cujo teor é o segúinte :

(Traducção official.)

Sua Magestade o Imperador do Brasil, Sua Magestade o Imperador dos Francezes, S. Ex. o Sr. Presidente da republica do Haiti, Sua Magestade o Rei de Italia e Sua Magestade o Rei de Portugal e Algarves, Querendo facilitar o estabelecimento de uma linha telegraphica internacional entre o continente europeu e a America, e desejando assegurar ás correspondências que se trocarem por esta linha, as vantagens de um regimen uniforme e de uma tarifa moderada, resolvêrão celebrar para este fim uma convenção especial, e nomeárão para seus plenipotenciarios, a saber :

Sua Magestade o Imperador do Brasil, o Sr. Cavalleiro Marques Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, Grande Dignitario de Sua Ordem Imperial da Rosa, Grande Official da Ordem Imperial da Legião de Honra, etc., etc., etc., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes ;

Sua Magestade o Imperador dos Francezes o Sr. Dronyn de Lhuys, Senador do Imperio, Grã-Cruz de Sua Ordem Imperial da Legião de Honra, etc., etc., etc., Seu Ministro e Secretario de Estado da Repartição dos Negocios Estrangeiros ;

Sua Ex. o Sr. Presidente da Republica do Haiti, o Sr. Carlos Haentjens, Encarregado de Negocios da dita republica em Paris ;

Sua Magestade o Rei de Italia, o Sr. Cavalleiro Constantino Nigra, Grã-Cruz da Ordem de S. Mauricio e de S. Lazaro, Grande Official da Ordem Imperial da Legião de Honra, etc., etc., etc., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes ;

E Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, o Sr. Visconde de Paiva, Par do Reino, Grã-Cruz da Ordem Real de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, Grande Official da Ordem Imperial da Legião de Honra, etc., etc., etc., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes ;

Os quaes, depois de se terem communicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida fórma, convierão nos artigos seguintes :

Art. 1.º As Altas Partes Contractantes declaram de utilidade internacional, e tomão por esse motivo, sob sua protecção e garantia, nos seus respectivos territorios, e salvos os casos de força maior, a linha telegraphica transatlantica que o Sr. Pier Alberto Balestrini, tanto em seu nome como no da companhia que elle se propõe formar para esse fim, obriga-se a estabelecer e a entreter entre o continente europeu e o das duas Americas.

Art. 2.º Os Estados Contractantes obrigão-se a não cortar ou inutilisar, em caso de guerra os cabos immersos pelo Sr. Pier Alberto Balestrini, e a reconhecer a neutralidade da linha telegraphica.

Art. 3.º Sob a reserva do assentimento das diversas potencias que não adherirão á presente convenção, e salvas as modificações eventuaes que poderão ser accordadas entre os governos interessados e a companhia concessionaria, a linha partirá de Lisboa e de Cadix para afastar-se do continente europeu pelo cabo de S. Vicente, passará pelo littoral de Marrocos, ilha da Madeira e Canarias, irá ter a S. Luiz, Goréa e Cabo Verde, ganhará as ilhas de Cabo Verde, e depois o cabo de S. Roque. Ahi se bifurcará ; por um lado irá se reunir, na Bahia, á rede telegraphica brasileira, pelo outro, chegará, depois de tocar em diversos pontos, á costa septentrional do Brasil, á Guyana Franceza, tocará nas Guyanas Hollandeza e Ingleza, e irá ter ás Antilhas. Passará então pelas ilhas da Trindade, Grenada, S. Vicente, Santa Lucia, Martinica, Dominica, Guadelupe, Antigoa, S. Thomaz, Porto Rico, S. De-

mingos ou Haiti, e Cuba, terminando finalmente em Nova Orleans, na Luisiana.

Art. 4.º Os Estados que tomão parte na presente convenção, concedem, para este fim, ao Sr. Pier Alberto Balestrini todas as autorisações necessarias para trabalhar (atterrissage) nos seus respectivos territorios.

Art. 5.º As secções de cabos submarinos, chegando a terra firme, assim como as linhas terrestres, subterraneas ou outras destinadas a ligar estes cabos ás estações telegraphicas, ficão sob a protecção das leis de cada Estado com as mesmas garantias que as propriedades publicas e particulares desse mesmo Estado.

Art. 6.º O Sr. Pier Alberto Balestrini, ou a companhia que elle formar, fica investido de todos os direitos que as leis e regulamentos conferem á administração para os trabalhos publicos feitos em cada um Estado.

Art. 7.º A duração do privilegio, para a exploração da rede telegraphica, que faz o objecto da presente convenção, será de noventa e nove annos, a partir do dia em que a America fôr posta em communicação com a Europa.

Art. 8.º As Potencias Contractantes obrigão-se, durante o mesmo tempo, a não autorisar o trabalho de nenhuma outra linha telegraphica submarina na direcção indicada pelo art. 3.º, nas costas de suas possessões atlanticas acima indicadas.

Art. 9.º As regras que se tem a seguir para a acção, transmissão e conservação dos despachos, os direitos de prioridade; o calculo das palavras, dos algarismos e de todos os outros signaes de despachos, o systema para a progressão das taxas, segundo o numero de palavras, serão, salvas as modificações que se ajustarem entre os Estados interessados, as estabelecidas no continente europeu pelas convenções actualmente em vigor ou que ulteriormente se ajustarem entre os mesmos Estados.

Art. 10. A taxa do despacho simples entre a America e a Europa, assim como pelos portos intermedarios, será fixada pela companhia concessionaria, sem que ella possa exceder ao maximo que determinarem os governos contractantes.

Art. 11. Cada um dos governos interessados terá o direito de fazer velar á sua custa, em seu territorio, por seus agentes particulares, a execução das regras ajustadas para o estabelecimento e exploração da rede transatlantica.

Art. 12. Os Governos Contractantes executarão, depois de prévio accordo, as sondas que julgarem necessárias para a collocação dos cabos submarinos, no trajecto indicado pela companhia.

Obrigão-se igualmente a prestar o auxilio de sua marinha a vapor á companhia concessionaria para ajudar a collocação dos cabos, sem que, contudo possa a companhia exigir que estejam mais de dous navios empregados simultaneamente nessa operação.

Art. 13. Fica em principio concedida uma subvenção ao Sr. Pier Alberto Balestrini, ou á companhia que elle representa. A natureza, o modo e a quota desta subvenção serão definitivamente fixados em um protocollo no qual, cada um dos representantes dos diversos Estados Contractantes assignará as obrigações especiaes para as quaes tiver recebido os necessarios poderes.

Art. 14. As Potencias Contractantes obrigão-se a celebrar com o Sr. Balestrini os seus tratados especiaes dentro de um anno, a contar da data da ratificação da presente convenção.

Art. 15. A concessão será considerada como nulla e não existente, se, dentro de tres annos, a datar da troca das ratificações da presente convenção, não estiver funcionando a primeira secção da linha transatlantica e se a linha toda não estiver concluida dentro de cinco annos.

Todavia, dado o caso de força maior, o concessionario terá direito á prolongação do seu privilegio por um anno ao menos.

A concessão feita ao Sr. Pier Alberto Balestrini ou á companhia que elle formar ficará sem effeito, de pleno direito, se se der uma interrupção de correspondencia de mais de anno nas communicações telegraphicas entre a Europa e a America.

A primeira secção que se tem de estabelecer é a do continente europeu ás ilhas Canárias.

Art. 16. Os Estados que não tomárão parte na presente convenção serão admittidos a adherir a ella a seu pedido.

Art. 17. A presente convenção será ratificada e as ratificações serão trocadas em Paris dentro do prazo o mais curto.

Em fê do que os plenipotenciarios respectivos assignarão a presente convenção e lhe puzerão o sello de suas armas.

Feita em Paris, aos 16 de Maio de 1864.

(L. S.)—*José Marques Lisboa*.—(L. S.)—*Drouyn de Lhuys*.—(L. S.)—*C. Haentjens*.—(L. S.)—*Nigra*.—(L. S.)—*Paiva*.

E sendo-Nos presente a mesma convenção, cujo teor fica acima inserido; e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um dos seus artigos e estipulações, com as declarações constantes de um protocollo assignado na mesma data pelos referidos plenipotenciarios, e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo em fé e palavra imperial cumpril-a inviolavelmente e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, Fizemos lavrar a presente carta por Nós assignada, passada com o sello grande das armas do Imperio, e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro aos 22 dias do mez de Março do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1865.

PEDRO, Imperador (com guarda).

João Pedro Dias Vieira.

PROTOCOLLO A QUE SE REFERE A CONVENÇÃO SUPRA.

(Traducção official.)

Havendo estipulado o art. 13 de uma convenção, assignada hoje entre o Brasil, a França, a Republica do Haiti, a Italia e Portugal para o estabelecimento de uma linha telegraphica transatlantica, que a natureza, modo e quota de uma subvenção concedida para o estabelecimento desta linha ao Sr. Pier Alberto Balestrini serão definitivamente fixadas em um protocollo, no qual cada um dos representantes dos diversos Estados Contractantes estipularia as obrigações especiaes para as quaes tivesse recebido os necessarios poderes,

Os governos:

Brasileiro,

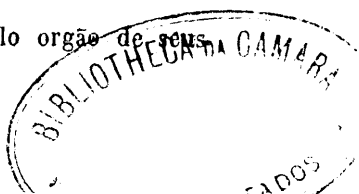
Francez,

Do Haiti,

Italiano,

Portuguez,

Fizerão as seguintes declarações pelo orgão de seus respectivos plenipotenciarios:



Declaração do Brasil.

« O plenipotenciario do Brasil declara que elle assigna a convenção telegraphica sob as reservas notificadas em 20 de Abril ultimo a S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros, e que elle resume pela maneira seguinte:

« A disposição do art. 2.º relativa á neutralidade da linha applicar-se-ha ao material e ao pessoal. O governo brasileiro reserva-se a faculdade de suspender eventualmente o serviço no caso previsto pelo § 35 do art. 179 da Constituição.

« O Governo Brasileiro reserva-se o direito de indicar os pontos de contacto e as estações que se tem de estabelecer sobre o seu territorio. A linha concedida ao Sr. Balestrini não ultrapassará o sul do Natal. Não haverá estação em Maracá.

« O plenipotenciario brasileiro declara, além disso, que o seu Governo obriga-se, salva a approvação legislativa, a conceder ao Sr. Balestrini uma subvenção de tres milhões de francos, cumpridas as diversas condições ajustadas com o concessionario. »

Declaração da França.

« O Governo Francez obriga-se, sob a reserva da sanction do corpo legislativo, a conceder á empreza do Sr. Balestrini uma subvenção de 4 milhões de francos. O modo por que deve ser paga esta subvenção e as condições pelas quaes é ella concedida serão determinadas no tratado especial que tem de ser celebrado com o Sr. Balestrini. »

Declaração da Republica do Haiti.

« O plenipotenciario do Haiti declara que o seu Governo reserva-se o direito de fazer conhecer ulteriormente a natureza, quota e modo por que tem de ser paga a subvenção que elle se propõe conceder ao concessionario. »

Declaração da Italia.

« O plenipotenciario italiano declara que está autorizado a assignar a convenção internacional sobre a linha

telegraphica projectada pelo Sr. Balestrini, reservando todavia :

« 1.º A questão da quota e do modo por que tem de ser feita a subvenção, a conceder-se, logo que a linha funcionar, assim como a dificuldade que se possa dar no cumprimento do art. 12 do projecto.

« 2.º A approvação do parlamento italiano. »

Declaração de Portugal.

« O governo portuguez obriga-se, sob a approvação das camaras, a conceder ao Sr. Pier Alberto Balestrini, concessionario da linha telegraphica transatlantica, uma subvenção de dous milhões de francos pagaveis em cinco prestações da maneira seguinte :

« A primeira prestação, logo que a linha funcionar de Lisboa á Madeira ; a segunda, logo que ella funcionar até Mindello, capital da ilha de S. Vicente (Cabo Verde) ; a terceira, logo que ella funcionar até ao cabo de S. Roque ; a quarta, logo que ella funcionar até George Town ; e a ultima quinta, logo que ella funcionar até ao Rio de Janeiro.

« O governo portuguez faz, além disso, as seguintes reservas :

« Que em caso algum tomará sobre si o reparo dos sinistros que se derem nos cabos ou nas propriedades da empreza.

« Que a companhia não concederá diminuição alguma nas taxas sem fazel-a extensiva na mesma proporção, a todos os paizes contractantes.

« Pelo que respeita ás sondas (as quaes, segundo o art. 12 da convenção, se farão depois de accordo prévio entre os governos contractantes), que os encargos do governo portuguez serão regulados por distancias kilometricas na proporção da população, tonelagem e commercio de Portugal, comparada aos outros paizes signatarios da convenção. »

Em fé do que os plenipotenciarios supramencionados assignarão o presente protocollo.

Feito em Paris aos 16 de Maio de 1864.—(L. S.)—*José Marques Lisboa*.—(L. S.)—*Drouyn de Lhuys*.—(L. S.)—*C. Haentjens*.—(L. S.)—*Nigra*.—(L. S.)—*Paiva*.

Acto pelo qual foi aceita e ratificada a accessão da Dinamarca.

Nós D. Pedro II Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de aceitação, approvação e ratificação virem que ás estipulações da convenção assignada em Paris aos 16 do mez de Maio de 1864, entre o Brasil, a França, a Republica de Haiti, o Reino da Italia e Portugal, para o estabelecimento de uma linha telegraphica accedeu Sua Magestade o Rei da Dinamarca, por um acto de accessão, cujo teor é o seguinte :

(Traducção official.)

« Tendo Sua Magestade o Rei de Dinamarca manifestado o desejo de acceder á convenção assignada em Paris aos 16 de Maio de 1864, entre Sua Magestade o Imperador do Brasil, Sua Magestade o Imperador dos Francezes, S. Ex. o Presidente da Republica do Haiti, Sua Magestade o Rei de Italia e Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, para o estabelecimento de uma linha telegraphica transatlantica

« O abaixo assignado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Dinamarca, junto ao gabinete das Tuilherias, devidamente autorisado para este fim, declara que Sua Magestade o Rei de Dinamarca accede pelo presente acto á dita convenção, a qual se considera inserta aqui textualmente, obrigando-se não sómente para com Sua Magestade o Imperador do Brasil, mas tambem para com todas as outras potencias que tomárão parte nos compromissos da convenção, a concorrer por sua parte ao preenchimento das obrigações contidas na dita convenção, que podem dizer respeito a Sua Magestade o Rei de Dinamarca.

« O presente acto de accessão será trocado por um acto de aceitação entregue em nome de Sua Magestade o Imperador do Brasil. Estes dous actos serão ratificados e as ratificações trocadas com a possivel brevidade.

« Em fé do que nós, Plenipotenciario de Sua Magestade o Rei de Dinamarca, assignámos o presente acto de accessão e lhe puzemos o sello de nossas armas.

« Feito em Paris em 27 de Maio de 1865. — *Moltke Hvitfeldt.* »

E tendo sido o mesmo acto recebido e aceito em Nosso nome pelo Governo de Sua Magestade o Imperador dos

Francezes, Nós depois de tel-o examinado e approvado em todas e cada uma das disposições que nelle se contém, Declaramos que fica acceito, ratificado e confirmado, promettendo em fé e palavra imperial fazel-o observar inviolavelmente.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio, e referendada pelo nosso ministro e secretario de estado abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro aos cinco dias do mez de Fevereiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta.

PEDRO, Imperador (com guarda).

Barão de Cotegipe.

Auto da troca das ratificações da convenção telegraphica de 16 de Maio de 1864.

(Traducção official.)

Tendo-se reunido os abaixo assignados para procederem á troca das ratificações, por parte de Sua Magestade o Imperador do Brasil, Sua Magestade o Rei de Dinamarca, Sua Magestade o Imperador dos Francezes, S. Ex. o Presidente da Republica do Haiti, Sua Magestade o Rei de Italia e Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, da convenção concluida em Paris aos 16 de Maio de 1864, para o estabelecimento de uma linha telegraphica transatlantica e do acto de accessão da Dinamarca á dita convenção :

Antes de proceder a essa troca, o plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador dos Francezes comunica que o governo imperial reserva-se submeter á approvação do Conselho de Estado, pelo que diz respeito á França, a concessão de 60 annos feita ao Sr. Balestrini.

O plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador do Brasil, de seu lado, expõe que o governo brasileiro acrescenta duas reservas ás que contém a declaração inserida em seu nome no protocollo de 16 de Maio de 1864, assignado ao mesmo tempo que aquella convenção. O dito plenipotenciario formula estas novas reservas nos termos seguintes ;

1.º O governo brasileiro ficará dispensado da obrigação, que lhe impõe o art. 12 da convenção de 16 de Maio

de 1864, de prestar a assistencia de sua marinha de guerra para a collocação dos cabos; esta obrigação, porém, continúa a subsistir pelo que diz respeito às operações de sondagem;

2.º As communicações das provincias brasileiras entre si, desde o cabo de S. Roque até ao Pará, ficão reservadas ao governo brasileiro ou a uma ou a mais companhias do paiz.

Os plenipotenciarios da Dinamarca, do Haiti, da Italia e de Portugal, se declarão scientes destas reservas.

Tendo sido exhibidos os instrumentos das ratificações, examinados e achados em boa e devida fórma, operou-se a respectiva troca.

Em fé do que, os abaixo assignados lavrarão o presente auto e o munirão do sello de suas armas.

Feito em seis exemplares na cidade de Paris, aos 31 de Agosto de 1869.—(L. S.)—*Henrique Luiz Ratton*.—(L. S.)—*L. Moltke Hvitfeldt*.—(L. S.)—*Principe de la Tour d'Auvergne*.—(L. S.)—*Salomon*.—(L. S.)—*Nigra*.—(L. S.)—*Duque de Saldanha*.

Protocollo assignado em 31 de Agosto de 1869.

(Traducção official.)

Tendo o governo francez communicado aos governos do Brasil, da Dinamarca, do Haiti, da Italia e de Portugal, que o Sr. Pier Alberto Balestrini aceita a redução a sessenta annos, do prazo da concessão que faz o objecto do art. 7.º da convenção de 16 de Maio de 1864, relativa ao estabelecimento de uma linha telegraphica sul-transatlantica; que elle renuncia á subvenção estipulada pelo art. 13; emfim, que compromette-se a terminar dentro do prazo de dous annos, a datar da troca das ratificações da convenção, a secção comprehendida entre as Antilhas Francezas e a America do Norte, e no de tres annos, a secção comprehendida entre as Antilhas Francezas e o cabo de S. Roque;

Os plenipotenciarios abaixo assignados declarão que os seus respectivos governos tomão minuciosamente nota:

1.º Da redução a sessenta annos do prazo da concessão feita ao Sr. Balestrini; 2.º do abandono da subvenção que tinhão-se compromettido a dar-lhe; 3.º do compromisso tomado pelo Sr. Balestrini de ligar dentro do

prazo de dous annos, as Antilhas Francezas, com a America do Norte e no de tres annos o cabo de S. Roque com as Antilhas Francezas; devendo a convenção ser considerada como perempta se o dito compromisso não fór satisfeito, salvo, comtudo, os casos de força maior, reconhecidos por verdadeiros pelos respectivos Governos.

Em fé do que, os plenipotenciarios abaixo assignados lavrarão o presente protocollo e o munirão do sello de suas armas.

Feito em seis exemplares na cidade de Paris, aos 31 de Agosto de 1869. — (L. S.) *Henrique Luiz Ratton*. — (L. S.) *L. Moltke Hvitfeldt*. — (L. S.) *Principe de la Tour d'Auvergne*. — (L. S.) *Salomon*. — (L. S.) *Nigra*. — (L. S.) *Duque de Saldanha*.

DECRETO N. 4474—DE 14 DE FEVEREIRO DE 1870.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de 2.407:220\$467, para occorrer ás despesas com a estrada de ferro de D. Pedro II, no exercicio de 1869—1870.

Sendo insufficiente a consignação votada no § 11 do art. 8.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para as despesas da verba — Estrada de ferro de D. Pedro II, — no exercicio de 1869—1870: Hei por bem, na conformidade do § 3.º art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e ouvindo o Conselho de Ministros, abrir um credito extraordinario de 2.407:220\$467, para a mencionada verba; devendo esta medida ser levada opportunamente ao conhecimento da Assembléa Geral.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

N. 1.

Demonstração da despesa realisada com a estrada de ferro de D. Pedro II, durante o primeiro semestre do exercicio de 1869—1870.

Credito votado..... 2.000:000.000

*Despesa effectuada no
Brasil.*Com a 1.^a divisão:

Pessoal da administração

central..... 23:279\$144

Almoxarifado, material para
diversos serviços..... 242:469\$995

268:749\$139

Com a 2.^a divisão:Trafego. } Pessoal..... 671:157\$386
 } Obras novas... 42:544\$222

713:701\$608

Com a 3.^a divisão:

Pessoal de engenharia.... 66:516\$219

Prolongamento da estrada 425:296\$787

491:803\$006

Fretes, descargas, etc..... 71:086\$835

Despezas diversas..... 13:919\$876

Encomendas feitas para
Londres.

Importancia do credito
posto na delegacia do the-
souro em Londres, inclui-
da a differença de cambio
(a 19 d.) como cousta
da demonstração do mes-
mo thesouro, para as en-
comendas autorisadas
por avisos deste ministe-
rio, a saber:

De 7 de Julho

de 1869.... £ 48.000,0,0. 606:315\$792

De 4 de Agosto

dito..... 141:500\$ 201:078\$948

De 10 de Agos-

to dito.... 620\$ 881\$053

De 13 de Agos-

to dito.... 50:000\$ 71:052\$631

De 27 de Agos-

to dito.... 148:000\$ 210:315\$790

De 29 de Agos-

to dito.... £ 10.000,0,0. 126:315\$789

1.215:960\$003

2.775:220\$467

Deficit..... 775:220\$467

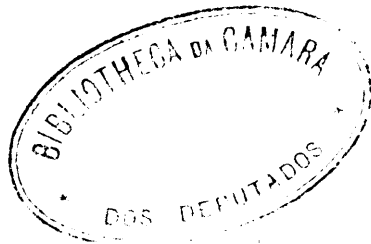
Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1870.—*Diogo Velho
Cavalcanti de Albuquerque.*

N. 2.

Demonstração da despesa que se tem de fazer com a estrada de ferro de D. Pedro II, durante o segundo semestre do exercício de 1869—1870.

	<i>Pedido pela directoria.</i>	<i>Concedido.</i>
Excesso de despesa no 1.º semestre.....		775:220\$467
<i>Despesa a effectuar :</i>		
No Brasil.		
Com a 1.ª divisão :		
Pessoal da administração central.....	27:000\$000	26:000\$000
Almoxarifado, material para todos os serviços.	350:000\$000	240:000\$000 266:000\$000
Com a 2.ª divisão :		
Trafego. { Pessoal	800:000\$000	670:000\$000
{ Obras novas ..	200:000\$000	50:000\$000 720:000\$000
Com a 3.ª divisão :		
Pessoal de engenharia..	80:000\$000	66:000\$000
Prolongamento da estrada.....	1.000:000\$000	400:000\$000 466:000\$000
Fretes, descargas, etc..	100:000\$000	70:000\$000
Despesas diversas.....	15:000\$000	10:000\$000 80:000\$000
Em Londres.		
Material necessario para o serviço da estrada, trilhos, etc.....	250:000\$000	100:000\$000 100:000\$000
	<u>2.822:000\$000</u>	<u>1.632:000\$000 2.407:220\$467</u>

Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1870.— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*



DECRETO N. 4475 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Approva os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Córte.

Attendendo ao que requereu o Presidente da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Córte, e Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Dezembro do anno proximo passado, Hei por bem Approvar os seus Estatutos divididos em quatorze capitulos e setenta e cinco artigos, com as seguintes modificações.

1.^a Que convem fixar no regulamento interno as disposições que por sua natureza são regimentaes.

2.^a Que a disposição do art. 73, que veda qualquer alteração nos mesmos Estatutos, dentro de dous annos, deve ser supprimida.

3.^a Que no § 8.^o do art. 1.^o se deve declarar que os certificados de habilitação não terão força legal, como os diplomas dos estabelecimentos publicos.

4.^a Que é preciso tornar claro que a contribuição de 10 %, de que trata o § 9.^o do art. 11, só recae sobre o producto dos serviços que os socios obtenhão da associação ou por seu intermedio, e que o termo —providos—, de que se usa, não exprime bem a idéa que parece ser a adoptada.

5.^a Que a dispensa da mensalidade para os que tenham admittido dez socios, ainda que sejam por elle angariados (§ 5.^o do art. 12), parece premio excessivo e desfalcador da caixa: o titulo de socio benemerito é compensação sufficiente. A remissão das mensalidades pelo pagamento adiantado de vinte e cinco mezes sómente (citado paragrapho) é demasiado favoravel. A regra para as remissões é que o adiantamento corresponda, a juros compostos, ao termo médio das prestações: tudo quanto fór menos de 200\$000 para a remissão é inconveniente.

6.^a Que o numero de trinta socios (§ 9.^o do mesmo art. 12) é desigual nas hypotheses possiveis de uma associação de 50 ou 500 membros, um quarto ou um quinto do numero dos socios quites é preferivel áquelle numero fixo.

7.^a Que ao art. 74 é preciso acrescentar no fim— depois de approvação do Governo Imperial.

Qualquer alteração que se fizer nos mesmos estatutos

só poderá ser posta em execução depois de obtida a approvação do Governo Imperial, de que se passará carta, que servirá de titulo.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos da Associação dos Guarda-Livros.

CAPITULO I.

DA SOCIEDADE E SEUS FINS.

Art. 1.º A Associação dos Guarda-Livros será composta de um numero illimitado das pessoas que exercção esta profissão, e ella tem por fins:

§ 1.º Melhorar e illustrar seus associados, diffundindo a maior somma possível de instrucção theorica e practica em todos os ramos de conhecimentos que interessão ao exercicio, desenvolvimento e prosperidade do commercio em geral, e muito principalmente o do Brasil.

§ 2.º Fundar uma revista periodica, na qual serão publicados os trabalhos da Sociedade, escolhidos por uma Comissão de redacção eleita em assembléa geral.

§ 3.º Instituir os cursos de Direito Mercantil e Economia politica, ou qualquer outro que se reconheça ser de grande utilidade ao exercicio da profissão de Guarda-Livros.

§ 4.º Applicar desde já a 5.ª parte do rendimento social á aquisição de livros dos melhores autores sobre assumptos commerciaes e dos classicos do nosso idioma, em ordem a formar uma bibliotheca para a sociedade, determinando-se no regimento interno as bases da or-

ganisação, custeio e regimen da bibliotheca. Este regulamento interno será feito pela administração e approved em assembléa geral.

§ 5.º Conceder mutuo soccorro pecuniario a seus associados, quando desempregados, ou que por molestia necessitarem, cuja quantia mensal lhe será marcada e mandada pagar pela administração: essa disposição, porém, só começará a ter execução logo que a renda da Sociedade tenha attingido a somma mensal de 300\$000.

§ 6.º Envidar todos os esforços ao seu alcance para empregar a qualquer dos seus associados que se acharem desempregados, e que por sua conducta publica e privada se tornarem recommendaveis.

§ 7.º Encarregar-se de todo e qualquer trabalho concernente á profissão de Guarda-Livros, na execução dos quaes, deverá preferir os seus socios desempregados.

§ 8.º Passar certificados de habilitações aos seus associados, que se submeterem a exame nas materias constantes do regimento interno e uellas forem approvedos.

Art. 2.º A sociedade procurará corresponder-se com todas as associações commerciaes e litterarias, uma vez reconhecida a utilidade que possa auferir.

Art. 3.º A Sociedade reunir-se-ha semanalmente em sessão ordinaria para a leitura e discussão dos trabalhos designados para a ordem do dia, e quaesquer outros de interesse social, submittidos ao seu conhecimento por qualquer associado, e celebrará a sessão anniversaria de sua fundação em assembléa geral no dia 18 de Abril de cada anno.

CAPITULO II.

DOS SOCIOS EM GERAL E DE SUA ADMISSÃO.

Art. 4.º A Associação dos Guarda-Livros compor-se-ha de socios effectivos, honorarios e correspondentes, sem distincção de nacionalidade.

Art. 5.º Será galardoado com o titulo de Benemerito, o socio que houver prestado relevantes serviços á Sociedade. Este titulo, porém, só lhe será conferido se assim o resolver a assembléa geral e por proposta de tres socios effectivos.

Art. 6.º Para ser admittido socio effectivo da Sociedade, requer-se :

§ 1.º A idade nunca menor de 18 annos.

§ 2.º Que exerça o lugar de 1.º ou 2.º Guarda-Livros.

§ 3.º Que goze de boa reputação e exemplar conducta.

§ 4.º Que seja proposto á Directoria e por ella approvedo.

Art. 7.º As propostas deverão ser feitas em fórma de officio dirigido ao 1.º Secretario, especificando a idade, naturalidade, estado e nome do proposto, rua, numero e firma da casa onde se acha empregado e o lugar que nella occupa o mesmo, sendo datada e assignada pelo proponente.

Art. 8.º Serão admittidos para socios honorarios, aquellas pessoas de reconhecida reputação litteraria ou scientifica, e que não estejam nas disposições do § 2.º do art. 6.º

Art. 9.º As propostas para socios honorarios deverão seguir o disposto do art. 7.º na 1.ª parte, e serem assignadas por tres socios effectivos.

Art. 10. Só poderão ser socios correspondentes, aquellos senhores que residirem fóra da Côrte. As propostas para tal fim terão as mesmas formalidades que para os socios honorarios.

CAPITULO III.

DEVERES E DIREITOS DOS SOCIOS.

Art. 11. Todo socio effectivo tem por dever :

§ 1.º A contribuir com a joia de 10\$000 no prazo de 15 dias depois de receber do Secretario o officio de sua approvação e com a prestação mensal de 2\$000 em trimestre adiantado.

§ 2.º A concorrer com suas propostas para a admissão de novos socios.

§ 3.º Concorrer para o augmento e prosperidade da Sociedade.

§ 4.º Aceitar e exercer com zelo e dedicação os cargos para que fôr eleito ou nomeado, podendo comtudo escusar-se quando houver impedimento grave e justificado.

§ 5.º Portar-se com ordem e decencia em todas as reuniões, e prestar a devida attenção ao membro da casa que estiver orando.

§ 6.º Respeitar e cumprir fielmente todas as disposições destes estatutos, e bem assim as do Regimento interno.

§ 7.º Comparecer ás sessões, e quando o não possa fazer, communicar-o por escripto, ou verbalmente, por intermedio de algum socio.

§ 8.º Participar á Directoria logo que se desempregue, declarando seu novo domicilio.

§ 9.º A entrar com 10 % para os cofres da Sociedade das quantias que receber provenientes de trabalhos extraordinarios promovidos pela Sociedade.

§ 10. A tirar certificado de habilitação, caso queira, no periodo de dous annos, contados do dia de sua admissão, preenchendo as formalidades do art. 1.º § 8.º

Art. 12. A todo o socio effectivo assiste o direito :

§ 1.º De receber um exemplar do periodico social quando exista.

§ 2.º De matricular-se nas aulas de direito mercantil, economia politica ou qualquer outra, logo que funcionem.

§ 3.º Ao disposto nos §§ 5.º, 6.º e 7.º do art. 1.º

§ 4.º A leitura das obras da bibliotheca de conformidade com o regimento interno.

§ 5.º A ficar dispensado de mensalidades, quando tenha admittido na Sociedade 10 socios effectivos, ou entre para os cofres com a verba de 50\$000, de uma só vez, ou em prestações de 25\$000 mensaes.

§ 6.º A comparecer á todas as sessões sociaes e tomar parte na ordem do dia.

§ 7.º A apresentar theses sobre assumptos commerciaes para serem discutidas.

§ 8.º A votar e ser votado, não se achando incurso nas penas do art. 35.

§ 9.º A requerer em numero nunca menor de 30 as convocações extraordinarias da assemblêa geral, especificando no requerimento o motivo da convocação.

§ 10. A ser considerado socio correspondente com o competente diploma, quando se retire da Côte, na conformidade do art. 10.

Art. 13. Os socios honorarios e correspondentes gozarão das regalias de que tratão os §§ 1.º, 4.º e 6.º do art. 12, quando na Côte, nunca porém, intervirão nas eleições e em questões de finanças.

Art. 14. Os socios de que trata o artigo precedente, poderão ser escolhidos para as commissões que representem a Sociedade nas suas relações exteriores, e para a commissão de redacção do periodico social.

Art. 15. Sómente ao socio correspondente assiste o direito de se transferir para a classe dos socios effectivos, cujo titulo deixa de existir, logo que fixe sua residencia nesta Córte.

CAPITULO IV.

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL.

Art. 16. A Sociedade será dirigida por uma Directoria, eleita annualmente e composta de sete membros, que serão: Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretarios, Orador, Thesoureiro e Bibliothecario.

Art. 17. Quando algum funcionario effectivo se escusar, se exonere ou seja destituído do cargo que occupa na Directoria, será chamado para substituil-o o immediato em votos, e se ainda este se recusar, se procederá á nova eleição.

Art. 18. Qualquer funcionario que tenha de se ausentar por breve tempo, ou que esteja impedido por molestia, o communicará por officio ao Presidente, que usará da prerogativa do § 7.º do art. 24.

Art. 19. A Directoria representará a Sociedade nas suas relações externas com as autoridades ou corporações a que ella tiver de dirigir-se. Ella é competente para nomear as commissões extraordinarias de que o serviço social haja mister.

Art. 20. A Directoria fará manter escrupulosamente a fiel observancia destes estatutos, cumpril-os na parte que lhe é relativa, e applicar as penas exaradas, procedendo com toda rectidão e justiça.

Art. 21. Ella se reunirá quando fór necessario, em sessão, a fim de decidir sobre o que fór de sua competencia. Estas reuniões se effectuarão por convite do Presidente, marcando dia e hora, e, se meia hora depois da hora marcada não houver numero, o Presidente marcará uma outra que será aberta com o numero de socios presentes.

Art. 22. A Directoria fará sciente á Sociedade, quando reunida em assembléa geral, os socios, que tendo cumprido o preceito do art. 12 § 5.º, requerêrão o cumprimento do referido paragrapho, passando aos requerentes attestados de se acharem remidos.

Art. 23. Quando hajão socios que requeiraõ ser examinados, a Directoria marcará os dias 15 dos mezes de Fevereiro e Novembro para esses exames, designando d'entre os socios uma commissão examinadora.

CAPITULO V.

DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE.

Art. 24. Todo o respeito e deferencia é devido ao Presidente, e são seus deveres :

§ 1.º Convocar as sessões da assembléa geral.

§ 2.º Presidir a todas as sessões, abrir e fechar os trabalhos, de conformidade com estes Estatutos, e o Regimento interno.

§ 3.º Manter a ordem, chamando a ella os socios que a perturbarem..

§ 4.º Dirigir a ordem do dia, chamar á questão o socio que della se afastar, retirar-lhe a palavra, quando offenda o decóro social, e levantar a sessão, quando se se torne tumultuosa.

§ 5.º Nomear dous, d'entre os socios, para desenvolverem as theses apresentadas, abrir, rubricar e encerrar todos os livros da Sociedade.

§ 6.º Assignar os diplomas, os certificados de habilitação, as actas e os officios, que pela presidencia tenham de ser expedidos.

§ 7.º Nomear interinamente os socios para os cargos vagos, por impedimento ou ausencia de seus proprietarios.

§ 8.º Apresentar á assembléa geral, findo o anno de sua direcção, um relatorio circunstanciado dos factos, occorridos durante o periodo de sua administração.

§ 9.º Pôr em todos os documentos, antes que vá ao Thesoureiro, o indispensavel — cumpra-se —, e assignar.

Art. 25. O Presidente não póde tomar parte em nenhum debate na cadeira presidencial, salvo se fôr em defeza de actos administrativos.

Paragrapho unico. Nas votações decidirá, quando empatadas, pelo voto de Minerva. Esta faculdade, porém, não o impede de votar como os demais socios.

Art. 26. O Vice-Presidente substitue o Presidente em todos os seus impedimentos, gozando neste exercicio das mesmas prerogativas.

CAPITULO VI.

DO 1.º E 2.º SECRETARIOS.

Art. 27. Compete ao 1.º Secretario:

§ 1.º Fazer a leitura das actas e do expediente que houver suas sessões, apurar as votações com o Presidente e 2.º Secretario.

§ 2.º Na primeira sessão de cada mez apresentar um pequeno relatorio dos socios que entrárão no mez anterior, e resumidamente das occurrencias havidas.

§ 3.º Fazer toda a correspondencia da Sociedade, expedir avisos, annuncios, officios, etc., etc., assignando-os; assim como assignar com o Presidente os diplomas.

§ 4.º Officiar no preciso prazo de tres dias áquelles senhores que tendo sido propostos forão approvados.

§ 5.º Archivar e ter em boa ordem os officios e participações dirigidas á Directoria, ou a qualquer de seus membros.

§ 6.º Copiar textualmente e por ordem chronologica, os officios, annuncios, avisos, etc., que forem expedidos.

§ 7.º Assumir as funcções do Presidente no impedimento deste ou do Vice-Presidente.

§ 8.º Tomar os apontamentos precisos para formular as actas das sessões da Sociedade e da Directoria, fazendo-as em livros distinctos e apropriados.

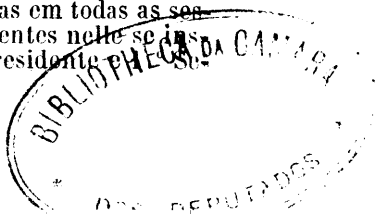
§ 9.º Apresentar na sessão solemne do anniversario da Sociedade, um relatorio circumstanciado de todo o occorrido durante o anno, e bem assim a necrologia dos socios fallecidos.

Art. 28. Compete ao 2.º Secretario:

§ 1.º Lançar em um livro denominado—de matricula—, o nome, naturalidade, residencia e estado de todos os socios, data de sua entrada, nome dos proponentes e as observações necessarias a cada um.

§ 2.º Substituir ao 1.º Secretario em seus impedimentos, e ajudal-o quando seja mister.

§ 3.º Organisar o livro de presenças em todas as sessões, fazendo com que os socios presentes nelle se inscrevãõ; apurar as votações com o Presidente e Secretario.



CAPITULO VII.

DO ORADOR E DO BIBLIOTHECARIO.

Art. 29. Compete ao Orador:

§ 1.º Fazer observar escrupulosamente os Estatutos e o Regimento interno.

§ 2.º A festejar com discursos apropriados as festas sollemnes da Sociedade.

§ 3.º A pedir o adiamento de qualquer discussão, quando entender que a materia não está sufficientemente discutida, cujo pedido será accito e votado. Essa faculdade, porém, será exercida com todo o escrupulo e rec-tidão.

§ 4.º A representar a Sociedade sempre que fôr no-meado, e bem assim nas commissões especiaes quando ella fôr convidada.

Art. 30. Compete ao Bibliothecario:

§ 1.º Observar escrupulosamente o Regimento in-terno, na parte que diz respeito á Bibliotheca.

§ 2.º Exigir todos os mezes do Thesoureiro o disposto no § 1.º do art. 1.º, apresentando o recibo ao Presi-dente para pôr o cumpria-se.

CAPITULO VIII.

DO THESOUREIRO.

Art. 31. Compete ao Thesoureiro:

§ 1.º Receber as joias dos socios admittidos, e arre-cadar todas as quantias que a Sociedade tiver de rece-ber de seus associados.

§ 2.º Cumprir os pagamentos ordenados pela Socie-dade ou pela Directoria, isto por aviso do 1.º Secretario e cumpria-se do Presidente.

§ 3.º Enviar trimestralmente á Directoria um ba-lancete das transacções daquelle trimestre e uma relação dos socios em atraso.

§ 4.º Ter, e escriptural-os com methodo e clareza os livros *caixa* e *contas correntes*, lançando no primeiro por ordem chronologica todos os recebimentos e paga-

mentos da Sociedade. isto especificadamente, numerando os documentos, e no segundo uma conta corrente para cada socio.

§ 3.º Apresentar, findo o anno de seu exercicio, em assembléa geral, um balanço geral de todo o movimento financeiro da Sociedade, isto muito especificadamente, datado e assignado.

Art. 32. Fica o Thesoureiro autorizado a pedir á Sociedade, quando julgue preciso, um Cobrador, que será por elle escolhido.

Art. 33. O Thesoureiro é obrigado a conservar em seu poder a quantia de 600\$000, para acudir de prompto ás necessidade da Sociedade, e todo o excedente depositará em banco de confiança, em nome da Sociedade, declarando os nomes do Presidente e 1.º Secretario.

Estes funcionarios assignarão com elle os recibos para levantamento de qualquer quantia.

Art. 34. Ter dous livros de talões, numerados e arrançados competentemente, um destinado para a joia dos socios e outro para as mensalidades dos mesmos.

CAPITULO IX.

DAS FALTAS E DAS PENAS RELATIVAS.

Art. 35. Todo o socio effectivo que não satisfizer a sua quota mensal no periodo de tres mezes consecutivos, será suspenso de seus direitos até que cumpra esse dever; e aquelle que durante um semestre não contribuir com prestação alguma será eliminado do gremio social.

Art. 36. O socio que em plena sessão perturbar a ordem será censurado pelo Presidente com declaração na acta, e no caso de reincidencia ficará privado de seus direitos por espaço de 60 dias. Estas penas serão applicadas igualmente a todo aquelle que no correr da discussão insultar ou injuriar alguém.

Art. 37. Qualquer socio effectivo que se ausentar temporariamente sem prévia participação á Directoria fica sujeito ao pagamento de suas mensalidades, que serão cobradas quando regressar; porém, se sua partida fór precedida de aviso ficará isento de mensalidades até que de novo se apresente.

Art. 38. O socio que infringir a doutrina destes

Estatutos e aquellas do Regimento interno, será admoestado em officio pelo 1.º Secretario de ordem da Directoria, e quando reincida soffrerá a privação de que trata o art. 36.

Art. 39. O socio que não cumprir a pena que legalmente lhe fôr imposta, será demittido por incorrigivel, e aquelle que tentar directa ou indirectamente contra a estabilidade e fins sociaes, será expulso. Só a assembléa geral, porém, é competente para decretar tal pena.

Art. 40. O socio que não se achar quite com os cofres da Sociedade fica inteiramente inhibido de qualquer soccorro ou protecção, e bem assim de todas as regalias concedidas nestes Estatutos.

Art. 41. Os socios que forem expulsos da Sociedade, jámais e em tempo algum poderão ser readmittidos: aquelles, porém, que forem eliminados por falta de pagamento de mensalidades, e os que se despedirem delicadamente, poderão ser readmittidos; os primeiros, pagando integralmente todo seu debito, e os segundos, sómente um anno depois de sua demissão.

Art. 42. Os funcçionarios são restrictamente obrigados a comparecerem ás sessões, e estão sujeitos ás penas impostas nos artigos precedentes e á destituição dos cargos que exercerem nos casos seguintes:

§ 1.º Não comparecendo a tres sessões seguidas, por motivos injustificados.

§ 2.º Não prevenindo á Directoria quando tenha de se ausentar da Côte.

§ 3.º Não desempenhando com zelo e aptidão as funcções de seus cargos, ou abusando dos poderes que lhes são conferidos, para fim diverso e prejudicial á Sociedade.

Art. 43. Só serão admittidos como justificação ao não comparecimento de qualquer funcçionario os casos provados de molestia ou ausencia da Côte.

Art. 44. A destituição de que trata o § 3.º do art. 42 é privativa da assembléa geral, que terá o direito de applical-a á administração, quando incursa nessa disposição.

Art. 45. O socio que por inhabilitação fôr destituido de qualquer cargo que occupe, não poderá ser eleito para nenhum outro no espaço de dous annos.

CAPITULO X.

DAS SESSÕES.

Art. 46. As reuniões da Sociedade serão constituídas :

§ 1.º Em sessões ordinarias.

§ 2.º Em assembléas geraes.

§ 3.º Em sessões sollemnes.

Art. 47. As sessões ordinarias serão semanaes e durarão duas horas, salvo no caso de votar-se alguma materia, e que haja requerimento de algum socio para ser prorogada por mais meia hora.

Art. 48. As sessões ordinarias serão constituídas da forma seguinte :

§ 1.º Declaração dos socios presentes pelo 2.º Secretario.

§ 2.º Leitura da acta e do expediente pelo 1.º Secretario.

§ 3.º Discussão e votação da mesma acta, fazendo-se as correcções necessarias na acta seguinte.

§ 4.º Leitura de manuscriptos pelos socios e offerecimentos á Sociedade.

§ 5.º Discussão da these approvada.

Art. 49. As sessões hebdomadarias poderão ser abertas com dez socios presentes, mas não haverá votação de materia alguma, visto ser esse o menor numero para abrir-se a sessão, passando, porém, o numero de socios do acima citado poder-se-ha votar qualquer objecto.

Art. 50. As assembléas geraes serão ordinarias e extraordinarias. No primeiro caso ellas constaráõ :

§ 1.º Da apresentação de contas da Directoria e eleição da commissão para examinal-as.

§ 2.º Da discussão e votação do parecer da commissão de exame e eleição dos novos funcionarios.

§ 3.º Para empossar a nova Directoria.

§ 4.º No segundo caso serão convocadas pelo Presidente, de accordo com estes Estatutos e o Regimento interno, ou para algum caso não previsto nelles.

Art. 51. Nas sessões da assembléa geral seguir-se-ha a ordem estabelecida para as sessões ordinarias nos §§ 1.º e 2.º do art. 48, tratando-se em seguida dos motivos de sua convocação. Ellas deverão ser constituídas com

o numero nunca menor de 15 socios, e durará o tempo preciso para se discutir e votar o objecto de que se tratar, podendo ser adiada, se a hora estiver adiantada ou a requerimento de algum socio, sendo approved pela casa.

Art. 52. Nas sessões em que a Directoria tiver de prestar contas, as quaes terão lugar nos mezes de Junho até o dia 15, observar-se-ha o seguinte :

- § 1.º Declaração dos socios presentes.
- § 2.º Relatorio circunstanciado pelo Presidente durante o periodo administrativo.
- § 3.º Relatorio de todo o movimento social, pelo 1.º Secretario.
- § 4.º Balanço geral do Thesoureiro do estado financeiro da Sociedade.

Art. 53. As sessões solemnes da Sociedade são intransferiveis, e nellas observar-se-ha :

- § 1.º Discurso analogo ao acto pelo Presidente.
- § 2.º Discursos pelos socios e convidados, em referencia ao objecto.
- § 3.º Se a Directoria entender que deve abrilhantar as sessões solemnes do anniversario da Sociedade com musica e canto o poderá fazer.

CAPITULO XI.

DAS VOTAÇÕES E ELEIÇÕES.

Art. 54. As votações serão por escrutinio; symbolicas ou nominaes, por escrutinio nas votações para eleição de Directoria e commissões, symbolicas quando hajão muitas materias para votar-se, e nominaes quando assim o entender o Presidente ou algum socio o requerer.

Art. 55. O Presidente, antes de dar principio á votação por escrutinio, nomeará dous escrutadores, e fará a apuração dos votos com o 1.º e 2.º Secretarios.

Art. 56. No primeiro escrutinio só sahirá eleito aquelle que obtiver maioria absoluta de votos, isto é, metade e mais um; não ficando, porém, preenchidos todos os lugares, correrá novo escrutinio sobre os mais votados, bastando obter maioria relativa; se houver ainda empate decidirá o Presidente. Não se contarão as cédulas em branco nem os votos dos ausentes.

Paragrapho unico. Só poderá votar e ser votado o socio que estiver quite com a Sociedade e por um trimestre adiantado.

Art. 57. Na sessão em que a Directoria prestar contas eleger-se-ha após esse acto uma commissão composta de tres membros, intitulada—Commissão de exame de contas,—que apresentará á casa com a maxima brevidade um parecer a respeito da marcha administrativa da Sociedade e das finanças sociaes, propondo o que julgar justo e conveniente.

Art. 58. Depois de discutido e votado o parecer da commissão, se procederá á eleição dos futuros funcionarios, marcando-se o dia para o empossamento dos mesmos.

CAPITULO XII.

DAS THESES, DAS DISCUSSÕES E MAIS MATERIAS.

Art. 59. As theses que forem apresentadas, só versarão sobre assumptos commerciaes, e economia politica, e deverão ser organisadas de fôrma tal, que não se envolva o systema governativo do Estado.

Art. 60. Qualquer socio não poderá usar da palavra, sobre qualquer discussão mais de tres vezes, exceptuão-se:

§ 1.º Os signatarios da these.

§ 2.º Os nomeados pelo Presidente para as desenvolver.

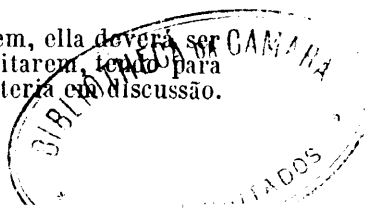
§ 3.º O orador, quando queira explicar ou illucidar o ponto da discussão.

§ 4.º Os membros da Directoria, quando se discutir os respectivos trabalhos.

§ 5.º O relator ou membro de qualquer commissão; estes poderão orar mais uma vez.

Art. 61. A palavra pedida pela ordem prefere a qualquer outra, della, porém, o orador não poderá abusar, e só lhe será concedida, para pedir o adiamento, encerramento ou votação de qualquer questão, ou para explicações sobre algum objecto, nunca se envolvendo no debate.

Art. 62. Havendo questão de ordem, ella deverá ser decidida nas sessões em que se suscitarem, tendo para isso a preferencia sobre qualquer materia em discussão.



Art. 63. As discussões deverão começar por opposição á materia, e quando haja mais de um inscripto para qualquer debate, o Presidente regularisará a concessão da palavra de maneira que, ao orador contra, succeda o orador a favor, e assim por diante.

Art. 64. São expressamente prohibidas as discussões dialogaes, e bem assim os apartes que perturbem o orador. Este deverá fallar de pé e dirigir-se sempre ao Presidente ou á casa.

Art. 65. Depois de approvada qualquer these, só na sessão seguinte entrará em discussão.

CAPITULO XIII.

DO PERIODICO SOCIAL E DAS AULAS.

Art. 66. Quando a Sociedade puder levar a effeito a publicação de um periodico e a creação das aulas de que tratão os §§ 2.º e 3.º do art. 1.º, ella o fará, elegendo em assembléa geral uma commissão de seis membros denominada de *Redacção*, cujas funcções durarão igualmente um anno.

Paragrapho unico. O regimen e custeio das aulas serão regulados no Regimento interno.

Art. 67. Compete á commissão de redacção:

§ 1.º Corrigir os artigos e deliberar sobre sua publicação.

§ 2.º Escrever o historico dos trabalhos da Sociedade, e a chronica do periodico, em estylo commercial.

§ 3.º Enviar ás sociedades commerciaes, litterarias e corporações do Imperio, que julgar conveniente, um exemplar do periodico.

Art. 68. No periodico se transcreverá resumidamente as actas das sessões sociaes.

Art. 69. A commissão receberá todo e qualquer trabalho em assumpto commercial, que lhe seja enviado, para ser publicado, não sendo obrigada a restituil-os se os julgar incapazes de publicidade.

Art. 70. Deverão ficar no archivo da Sociedade pelo menos 100 exemplares do periodico para serem fornecidos aos socios posteriormente admittidos.

CAPITULO XIV.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 71. Qualquer deliberação tomada pela Sociedade só poderá ser destruída um anno depois de sua approvação.

Art. 72. Logo que o rendimento social exceder a 400\$000 mensaes, reservar-se-ha desta data por diante a joia dos socios para compra de apolices da divida publica, podendo-se dispôr do capital existente nessa occasião para o mesmo fim.

Art. 73. Estes estatutos, uma vez approvados pelo governo imperial, só poderão ser reformados dous annos depois de sua approvação, depois de discutida a reforma, sendo de novo submettida á sancção do Governo.

Art. 74. Qualquer caso não previsto nestes estatutos, assim como a abolição de qualquer artigo que se reconheça ser improficuo, ou inconveniente aos interesses sociaes, será resolvido pela assembléa geral, e o que ella deliberar ficará constituindo lei social.

Art. 75. Duas terças partes dos membros activos da Sociedade, estando quites, podem requerer a dissolução della, apresentando o requerimento em assembléa geral.

Rio de Janeiro, 1.º de Julho de 1869.—Presidente, *Bernardo Fernandes da Cunha Avellar*.—Vice-Presidente, *José Fernandes Ferro*.—Secretario, *Manoel Pereira de Figueiredo*.—Thesoureiro, *Narciso José Leite Braga*.—Orador, *Francisco Dias Lopes*.

DECRETO N. 4476 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Approva o projecto de reforma dos estatutos do Monte-Pio dos Servidores do Estado.

Attendendo ao que Me representou o Presidente do Monte-Pio dos Servidores do Estado, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução do 1.º de Abril do anno de 1868, tomada sobre parecer da Secção dos Nego-

cios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 18 de Fevereiro do mesmo anno : Hei por bem approvar o projecto de reforma dos respectivos estatutos, divididos em 35 artigos, ficando as alterações que nelles se fizerem sujeitas á approvação do Governo Imperial, e devendo-se passar Carta para servir-lhe de titulo.

Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

Projecto de reforma do Plano e Leis do Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Art. 1.º Todo empregado publico que quizer matricular-se no Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado, deverá requerel-o á Directoria, sendo o requerimento acompanhado de uma declaração por elle assignada, na qual especifique sua idade, estado, nome de sua mulher, nomes, sexo e idade de seus filhos, o emprego e vencimento que tiver, ou com que desejar ser inscripto, nos termos do art. 3.º do Decreto de 22 de Junho de 1836 ; e bem assim das certidões originaes do seu vencimento, casamento e idade, e da de sua mulher, filhas e filhos.

Depois de admittido, communicará quaesquer mudanças, ou alterações, que occorrerem em sua familia, apresentando as necessarias certidões para fazerem-se no livro de matricula as competentes notas.

Art. 2.º Não poderão ser admittidos á matricula do Monte-Pio os individuos que servirem empregos interinamente, e exercerem meras commissões, ou occuparem cargos que não constituão empregos publicos, ou não estejam sujeitos ao pagamento de direitos.

No calculo do vencimento não serão computadas quaesquer gratificações temporarias, ou vantagens extraordinarias não inherentes ao emprego.

Paragrapho unico. A inscripção dos officiaes do exercito e armada será calculada na razão sómente do soldo da patente, salvo se requererem a matricula em virtude de emprego comprehendido no art. 1.º

Art. 3.º O pagamento das joias e annuidades será feito conforme a tabella annexa, columna A.

Art. 4.º Cada pensão será metade do valor da inscripção respectiva.

Nenhuma inscripção poderá exceder de 4:800\$000, devendo remir-se a que exceder de 2:000\$000, no todo ou sómente pelo excesso, á vontade do contribuinte.

Fica expressamente revogada a disposição do art. 9.º § 2.º do Plano approved pelo Decreto de 22 de Junho de 1836. Esta revogação porém em nada altera as pensões já instituidas conforme a dita disposição do art. 9.º, as quaes sómente poderão ser augmentadas d'ora em diante nos termos deste artigo.

Art. 5.º As inscripções não excedentes de 2:000\$000 poderão ser remidas, ou quando forem feitas, ou em qualquer tempo depois da matricula do contribuinte.

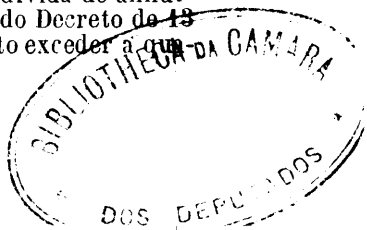
O contribuinte remido, assim na hypothese deste artigo, como na do antecedente, terá direito a entrar no gozo da pensão logo que tenha completado sua vida média.

Art. 6.º Quando a remissão tiver lugar no acto da matricula, as annuidades que deve adiantar o contribuinte, além da respectiva joia, serão dadas pela referida tabella, columna B.

Na hypothese de ser a remissão posterior á matricula do contribuinte, observar-se-ha a seguinte regra: calcule-se o capital accumulado no Monte-Pio pelo contribuinte até á data da remissão: se a joia que corresponder á idade actual do dito contribuinte fór maior do que este capital, juntar-se-ha o excesso á somma das annuidades que marcar a tabella, columna B; se a mesma joia fór menor, tirar-se-ha a differença da mesma somma de annuidades: o resultado é o que deve adiantar o contribuinte para remir-se.

Art. 7.º A Directoria não poderá mandar admittir á matricula nenhum pretendente sem que preceda parecer reservado sobre o seu estado de saude.

Paragrapho unico. Esta disposição é extensiva aos contribuintes que pretenderem elevar suas inscripções; assim como aos que quizerem remir a divida de annuidades, de conformidade com o art. 6.º do Decreto de 13 de Março de 1844, toda a vez que o debito exceder a quatro quarteis.



Art. 8.º Na primeira sessão depois da posse, o Presidente do Monte-Pio, de accôrdo com a Directoria, nomeará as commissões de sanidade, que serão compostas: na Côte e Provincia do Rio de Janeiro, de dous contribuintes medicos e um director; e em cada uma das outras Provincias, de dous contribuintes medicos e do Inspector da respectiva Thesouraria de Fazenda.

Na Côte e Provincia do Rio de Janeiro o Director, e nas outras Provincias os Inspectores das Thesourarias, serão os Presidentes das commissões, mas não terão voto sobre o exame medico dos candidatos, salvo se forem profissionaes.

§ 1.º Na falta de contribuintes medicos, serão nomeados; 1.º Quaesquer medicos; 2.º Contribuintes.

§ 2.º A retribuição dos medicos não contribuintes, quando não se prestarem a servir gratuitamente nas commissões de sanidade, será paga pelo candidato á matricula, o qual para esse fim deverá préviamente depositar na Thesouraria de Fazenda a quantia necessaria, que nunca excederá, em relação a cada medico, do honorario que estiver estabelecido para uma visita segundo o costume do lugar.

Art. 9.º As commissões deverão guiar-se na enunciação do seu parecer pelo exame medico a que procederem, pelo conhecimento pessoal que tiverem do candidato, e pelas informações que colherem a seu respeito; verificando a identidade de pessoa sempre que fór necessario.

Art. 10. Os pareceres serão assignados por todos os membros da commissão, e remettidos directamente pelo respectivo Presidente ao Secretario do Monte-Pio.

Art. 11. Provado pelos meios legaes que não existe assentamento de baptismo, ou não constando das certidões de baptismo o dia do nascimento do candidato á matricula, ou do pensionista, a Directoria, ouvida a respectiva commissão de sanidade, arbitrará a idade, e esse arbitramento será obrigatorio para os effeitos necessarios.

Art. 12. Para o pagamento da joia tomar-se-ha a idade do candidato correspondente ao primeiro dia do trimestre em que se matricular; e deste primeiro dia se contará tambem a primeira annuidade, que deverá ser paga na mesma occasião em que o fór a dita joia.

O anno de espera para os effeitos do art. 4.º do Decreto de 13 de Março de 1844, contar-se-ha do dia em que

se realizar o pagamento da joia e annuidade do primeiro anno.

Art. 13. Será feita sem juro a restituição da quantia a que tem direito a familia ou herdeiros do contribuinte, no caso do art. 4.º do Decreto de 13 de Março de 1844.

Paragrapho unico. Por familia ou herdeiros, de que trata o art. 4.º do Decreto de 13 de Março de 1844, entendem-se sómente os que pela legislação do Monte-Pio (Decretos de 22 de Junho de 1836, 13 de Março de 1844, 6 de Julho de 1839 e o presente) podem ter direito á pensão.

Art. 14. O empregado de que trata o art. 15 do Plano de 22 de Junho de 1836, deverá, no prazo de tres mezes, contados do dia em que se tornar effectiva a demissão, ou daquelle em que a sentença passar em julgado, fazer declaração por escripto, na Directoria do Monte-Pio, ou na Thesouraria da respectiva Provincia, de que prefere retirar a quantia com que tiver contribuido. Findo esse prazo, entende-se-ha que opta pela continuação na classe dos contribuintes do Monte-Pio.

Art. 15. Quando se matricular no Monte-Pio qualquer empregado mediante adiantamento das necessarias quantias pelos cofres provinciaes, a repartição competente deverá communicar-o immediatamente á Directoria, a fim de que se fação as convenientes declarações no respectivo assentamento.

Art. 16. No caso do artigo antecedente, acontecendo a demissão do empregado, e não se mostrando elle quite com os cofres provinciaes, o Monte-Pio restituirá aos mesmos cofres as quantias adiantadas, precedendo requisição do Presidente da Provincia.

Art. 17. As disposições dos artigos antecedentes são applicaveis aos empregados nas mesmas circumstancias que já se houverem matriculado.

Art. 18. Os filhos naturaes, reconhecidos na fórmula da Lei, têm direito á pensão conjunctamente com os legitimos, ou sem estes, não os havendo, e sempre que forem em juizo admittidos por herdeiros á herança do contribuinte.

Art. 19. Fallecendo o contribuinte no estado de solteiro, ou de viuvo sem filhos legitimos, ou naturaes reconhecidos, pertencerá a pensão por inteiro á sua mãe ou avós, e na falta destas ás suas irmãs, uma vez que vivessem sob seu amparo.

Paragrapho unico. E' licito ao contribuinte, na ultima hypothese deste artigo, designar d'entre suas irmãs aquella ou aquellas a quem quizer que pertença a pensão.

A designação para esse effeito deverá ser expressa por verba testamentaria.

Art. 20. A viuva pertencerá toda a pensão, no caso de não existirem filhos ou filhas, netos ou netas do contribuinte; nem mãe ou avós, que sob seu amparo vissem, nem, na falta dessas ascendentes, irmãs que estejam em idênticas circumstancias. No caso contrario, só lhe caberá metade da pensão, competindo a outra metade a quaesquer dos outros mencionados herdeiros.

Paragrapho unico. A faculdade concedida ao contribuinte pelo paragrapho unico do artigo antecedente é applicavel, pela mesma fórma, na hypothese final deste artigo, á outra metade da pensão, que poderá destinar a qualquer ou quaesquer de suas irmãs, ou á sua viuva, para quem em tal caso accrescerá essa metade á que por direito lhe compete.

Art. 21. Por morte da pensionista viuva de contribuinte, reverterá metade da sua pensão para os cofres do Estabelecimento, e a outra metade para os filhos ou filhas, netos ou netas do contribuinte, representando os ultimos suas mães que forem fallecidas ao tempo da morte de seu avó; e sendo excluidos os filhos e netos maiores de 21 annos, que não tiverem incapacidade physica ou mental para qualquer decente occupação.

Art. 22. A pensionista viuva de contribuinte, que passar a novas nupcias, perderá desde logo metade da pensão em favor do Estabelecimento; e a reversão para os herdeiros, no caso do artigo antecedente, será de toda a pensão que ella percebia ao tempo de seu fallecimento.

Art. 23. Concedida a pensão pela Directoria, expedir-se-ha titulo ao pensionista com as necessarias declarações.

Art. 24. Haverá um Thesoureiro estipendiado pelo Estabelecimento, e nomeado pela Directoria sobre proposta do Presidente.

§ 1.º O Thesoureiro, antes de entrar em exercicio, prestará ao Estabelecimento a fiança de 20:000\$ a aprazimento da Directoria.

§ 2.º O Thesoureiro será substituido, nas suas faltas ou impedimentos, por pessoa de sua escolha por elle remunerada, e approvada pela Directoria. Esta approvação porém não importa a isenção da responsabilidade do mesmo Thesoureiro.

Art. 25. O Thesoureiro apresentará á Directoria mensalmente, e sempre que lhe fór exigido, um balancete demonstrativo da receita e despeza da Thesouraria.

Parapho unico. O balancete mensal será distribuido a um dos Directores, para o examinar e fazer sobre elle as observações que entender convenientes, verificando a sua exactidão á vista dos livros.

Art. 26. Pelo menos de seis em seis mezes, a Directoria dará balanço ao cofre, e examinará a respectiva escripturação; lavrando-se disso termo nos competentes livros.

Art. 27. A Directoria do Monte-Pio será composta de sete membros, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretario e quatro Directores.

Art. 28. No fim de cada biennio, a assembléa geral dos contribuintes procederá á eleição dos sete membros da Directoria e dos doze adjuntos, por maioria relativa, ou á pluralidade dos votos presentes.

Art. 29. Reunida para a posse da nova Directoria, elegera a assembléa geral uma commissão de tres membros para examinar e dar parecer sobre as contas apresentadas pela administração que findou. Esta commissão, da qual não poderão fazer parte nem os membros da Directoria que termina, nem os da novamente eleita, submeterá dentro de 30 dias, quando muito, o seu parecer á approvação da assembléa, que para isso deverá ser convocada.

O mesmo parecer com o voto da assembléa será levado ao conhecimento do Governo.

Art. 30. A convocação da assembléa geral dos contribuintes será sempre feita com antecedencia, nunca menor de 10 dias, e por annuncios nas folhas publicas, repetidos pelo menos, tres vezes.

Art. 31. A assembléa geral julgar-se-ha constituida, achando-se reunidos, pelo menos, 60 contribuintes.

§ 1.º Se até uma hora depois da que houver sido marcada não se achar reunido aquelle numero, a sessão será adiada para dahi a cinco dias, repetindo-se os annuncios determinados no artigo antecedente.

§ 2.º No dia ultimamente designado julgar-se-ha constituida logo que se achem presentes 40 contribuintes.

§ 3.º Não se reunindo no dia da segunda convocação numero sufficiente, marcar-se-ha novo dia com o mesmo intervallo, fazendo-se do mesmo modo os annuncios necessarios; e bastará então, para que a assembléa se julgue constituida, a presença de 25 contribuintes.

Art. 32. Os adjuntos serão necessariamente ouvidos pela Directoria toda a vez que se tratar de reforma ou

interpretação authentica da legislação do Monte-Pio, criação ou suppressão de empregos, concessão, augmento ou reducção de vencimentos, ou de qualquer assumpto grave. Nos demais casos serão ouvidos quando a Directoria julgar conveniente.

Paragrapho unico. Nenhuma reforma ou interpretação authentica terá vigor sem a approvação do governo.

Art. 33. A Directoria dará as procurações que forem necessarias para os negocios do Monte-Pio, as quaes deverão ser assignadas pela maioria, ao menos, de seus membros, comprehendendo-se nella o Presidente ou Vice-Presidente, quando aquelle estiver impedido.

As procurações poderão ser escriptas pelo Secretario.

Art. 34. As presentes disposições são applicaveis tanto aos antigos como aos novos contribuintes, ficando revogada a excepção contida na ultima parte do art. 4.º do Decreto n. 2437, de 6 de Julho de 1859.

Art. 35. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado em 26 de Novembro de 1867.—O Presidente, *José Maria da Silva Paranhos*.—O Vice-Presidente, *José Antonio de Calasans Rodrigues*.—O Secretario, *José Julio Dreys*.—O Director Thesoureiro, *Antonio Henriques de Miranda Rego*.—O Director, *Augusto Cesar de Castro Menezes*.—O Director, *Lopo Diniz Cordeiro*.—O Director, *José Augusto Nascentes Pinto*.

Tabela das joias e das remissões de annuidades.

<i>Idades.</i>	A <i>Taxa das porcentagens ou joias das inscrições.</i>	B <i>Numero de annuidades para a remissão dellas.</i>
Até 23 annos....	17 %	14,84
De 23 até 25 annos	25 "	14,68
De 25 " 27 "	33 "	14,51
De 27 " 29 "	40 "	14,34
De 29 " 31 "	47 "	14,19
De 31 " 33 "	54 "	14,04
De 33 " 35 "	62 "	13,87
De 35 " 37 "	72 "	13,66
De 37 " 39 "	83 "	13,42
De 39 " 41 "	96 "	13,14
De 41 " 43 "	111 "	12,82
De 43 " 45 "	125 "	12,51
De 45 " 47 "	140 "	12,19
De 47 " 49 "	156 "	11,84
De 49 " 51 "	173 "	11,47
De 51 " 53 "	189 "	11,13
De 53 " 55 "	207 "	10,73
De 55 " 57 "	226 "	10,31
De 57 " 59 "	247 "	9,87
De 59 " 60 "	256 "	9,65

Observação.

A joia se calcula sobre o dobro da pensão que se quer instituir, segundo a porcentagem correspondente á idade.

A annuidade é de 5% sobre o dobro da mesma pensão.

FUNDAMENTO E EXPLICAÇÕES DA TABOA DAS JOIAS E REMISSÕES.

A taboa das joias, e das remissões de annuidades foi organizada por meio das seguintes formulas:

$$t = \frac{700,595 - 5 \left\{ (1,03)^{2n} + 0,511306 \frac{(1,03)^{2(n-1)} - 1}{0,03} \right\}}{(1,03)^{2n}}; \dots (1.^a)$$

$$x = 1 + \frac{0,511306}{0,03} \times \frac{(1,03)^{2(n-1)} - 1}{(1,03)^{2n}} \dots \dots \dots (2.^a)$$

Pela primeira (1.^a) calcula-se t , taxa da porcentagem para a determinação da joia correspondente á idade do contribuinte.

Pela segunda (2.^a) calcula-se x , numero de annuidades que devem pagar os contribuintes que pretendem remir-se, conforme a idade que tiverem.

Nas ditas formulas, n , representa a vida média correspondente a cada uma das idades. Para a tabella do projecto adoptou-se a taboa de mortalidade de Kersboom.

As ditas formulas forão deduzidas pelos principios algebricos, que servem para o calculo de juros compostos, e da somma dos termos de uma progressão geometrica, satisfazendo ás seguintes condições:

No calculo da joia : — 1.^a, pagar o contribuinte a joia calculada sobre o dobro da pensão que tiver de instituir; e a annuidade de 5 %, tambem sobre o dobro da pensão, sendo a 1.^a annuidade paga conjunctamente com a joia no acto da matricula do instituidor; e as mais sempre por trimestres adiantados; 2.^a, a importancia da joia, e a das annuidades que tiver de pagar o mesmo contribuinte até ao fim de sua vida média, capitalisadas semestralmente na razão do 6 % ao anno, deve ser igual ao onus da pensão, suppondo-se que esta dura, termo médio, 30 annos.

No calculo das remissões : — pagar o contribuinte adiantadamente um numero de annuidades tal, que a importancia destas, empregada a juros compostos na razão de 6 % ao anno, fazendo-se a capitalisação de 6

em 6 mezes, se eleve no fim da vida média do mesmo contribuinte ao algarismo a que se elevariam as annuidades que do outro modo teria elle de pagar até ao fim do mesmo periodo, capitalisadas pela mesma fórma.

REMISSÕES POSTERIORES À MATRICULA.

A regra das remissões dos socios que as queirão realisar em qualquer tempo de sua matricula no Monte-Pio (art. 6.º do projecto), é demonstrada pela seguinte equação :

$$(C+ax) \left(1 + \frac{r}{2}\right)^{2n'} = (j' + aq) \left(1 + \frac{r}{2}\right)^{2n'} ;$$

que dá

$ax = aq + j' - c$: regra das sobreditas remissões.

(a) exprime a annuidade que paga o socio ;

(j) a joia com que foi instituida a pensão ;

(j') a joia que o socio teria de pagar, se instituísse a pensão quando quer remitt-a ;

(q) o numero de annuidades (a) que se devião addicionar á annuidade (j'), se a remissão coincidissem com a matricula do contribuinte ;

(n) o numero de annos decorridos desde a matricula até á remissão ;

(c) o capital accumulado pelo socio no Monte-Pio até á época em que pretende remitt-se ;

(n') o numero de annos da vida media do socio, correspondente á idade em que se quer remitt ;

(p) a pensão annual, paga mensalmente ;

(r) o juro da unidade monetaria ;

(x) o numero das annuidades (a) que se devem addicionar a (c), isto é, a incognita do problema.

Vida média para as diversas idades, segundo a tabela de mortalidade de Herseboom.

IDADES.	VIDA MÉDIA.		IDADES.	VIDA MÉDIA.	
	<i>Annos.</i>	<i>Mezes.</i>		<i>Annos.</i>	<i>Mezes.</i>
1	41	9	49	20	0
2	42	8	50	19	3
3	43	6	51	18	10
4	44	2	52	18	4
5	44	5	53	17	10
6	44	3	54	17	3
7	44	0	55	16	9
8	43	9	56	16	2
9	43	3	57	15	8
10	42	8	58	15	2
11	42	2	59	14	7
12	41	7	60	14	1
13	40	11	61	13	7
14	40	3	62	13	1
15	39	7	63	12	7
16	38	11	64	12	1
17	38	3	65	11	7
18	37	7	66	11	1
19	36	11	67	10	7
20	36	3	68	10	1
21	35	7	69	9	7
22	35	0	70	9	2
23	34	5	71	8	8
24	33	10	72	8	2
25	33	3	73	7	9
26	32	8	74	7	3
27	32	1	75	6	10
28	31	6	76	6	5
29	31	0	77	6	0
30	30	6	78	5	8
31	30	1	79	5	4
32	29	8	80	5	0
33	29	3	81	4	9
34	28	10	82	4	5
35	28	4	83	4	1
36	27	10	84	3	8
37	27	3	85	3	4
38	26	8	86	3	1
39	26	1	87	2	10
40	25	6	88	2	7
41	24	10	89	2	5
42	24	2	90	2	2
43	23	6	91	2	0
44	22	11	92	1	9
45	22	4	93	1	6
46	21	9	94	1	0
47	21	2	95	0	6
48	20	7	96	0	0

DECRETO N. 4477 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Crêa uma cadeira publica de instrucção primaria para o sexo feminino na freguezia de Campo-Grande.

Attendendo ao que representou o Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Corte, de accordo com o parecer do respectivo conselho director: Hei por bem Crear uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino da freguezia de Campo-Grande.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4478 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Altera a disposição do art. 9.º dos Estatutos da sociedade Pharmaceutica Brasileira, approvados pelo Decreto n.º 4434 de 12 de Janeiro ultimo.

Attendendo ao que representou a sociedade Pharmaceutica Brasileira, Hei por bem que se altere a disposição do art. 9.º dos Estatutos da mesma sociedade, approvados pelo Decreto n.º 4434 de 12 de Janeiro ultimo, acrescentando-se depois da palavra — pharmaceuticos — as seguintes — e medicos.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4479—DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Concede privilegio a Ulysses Humbert Ramus para fabricar e vender no Imperio relógios de sua invenção.

Attendendo ao que Me requereu Ulysses Humbert Ramus, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por dez annos para fabricar e vender no Imperio os relógios que declarou ter inventado, e que denomina de corda invisivel, com systema de agulhas e mecanismo de acertar.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4480—DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Altera o Decreto n.º 3715 de 6 de Outubro de 1866 sobre a permissão concedida a James Johnson e outro, para a lavra da mina de carvão de pedra do arroyo dos Ratos.

Attendendo ao que Me requerêrão James Johnson e Ignacio José Ferreira de Moura, Hei por bem Alterar o Decreto n.º 3715 de 6 de Outubro de 1866 nos seguintes pontos :

1.º E' extensiva ao municipio do Triumpho a faculdade concedida aos peticionarios para a lavra da mina de carvão de pedra, sita no arroyo dos Ratos, e de quaesquer outros jazigos carboniferos.

2.º Ficão prorogados por tres annos, contados do dia em que expirarão, os prazos marcados nas clausulas 2.ª e 4.ª do citado decreto para a realização dos trabalhos nella prescriptos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4481—DE 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Proroga o prazo do privilegio concedido a José Porfírio de Lima e outro, para usarem do systema de calçamento denominado—*Seysselito ferruginoso comprimido*.

Attendendo ao que Me requereu Eugenio Chauvin, na qualidade de cessionario de José Porfírio de Lima e Theophilo Duluc, Hei por bem prorogar por cinco annos, que começarão a correr do dia 16 do proximo futuro mez de Março, o privilegio concedido aos cedentes pelo Decreto n.º 3446 de 15 de Março de 1865 para usarem do systema de calçamento denominado—*Seysselito ferruginoso comprimido*.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4482—DE 26 DE FEVEREIRO DE 1870.

Concede ao Dr. José Franklin de Massena e a outros faculdade pelo prazo de 90 annos, para a lavra de ouro e outros mineraes nas serras Negra e de Santo Antonio, na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que Me requerêrão o Dr. José Franklin de Massena, Antonio de Alcantara da Fonseca Guimarães, Vicente José Lopes, Francisco José de Andrade Botelho, Eugénio Antonio de Araujo e José Pedro Martins de Almeida, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 26 de Janeiro proximo findo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 15 de Outubro ultimo: Hei por bem Conceder-lhes faculdade, pelo prazo de 90 annos, para lavrarem, por si ou por meio de uma companhia que organizarem dentro ou fóra do Imperio, nas serras Negra e de Santo Antonio, na Provincia de Minas Geraes, ouro e quaesquer outros mineraes que descobrirem, sob as clausulas que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Fevereiro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n. 4482 desta data.

1.^a Fica concedida ao Dr. José Franklin de Massena e a outros, faculdade, pelo prazo de 90 annos, para lavrarem, por si ou por meio de uma companhia que organizarem, dentro ou fóra do Imperio, nas serras Negra e de Santo Antonio, na Provincia de Minas Geraes, e nos lugares que forem designados, medidos e demarcados, ouro e quaesquer outros mineraes que descobrirem, a excepção dos diamantes, para o que lhes

é concedida licença por um anno, contado desta data, a fim de que possam fazer as necessarias explorações, por meio de sondagem, abertura de poços e galerias, excavações ou qualquer outro trabalho identico, com tanto, porém, que previamente se obriguem a indemnizar os proprietarios do solo dos prejuizos, perdas, e damnos que lhes possam resultar destes trabalhos.

2.^a Esta concessão confere aos concessionarios todos os effeitos da propriedade da mina, em virtude dos quaes poderão elles vendel-a, trocal-a, doal-a ou fazer qualquer transacção tendente a transmittir a sua propriedade, com tanto, porém, que obtenhão do Governo Imperial permissoão prévia que só lhes poderá ser negada, se o subrogando nos seus direitos não provar que possui as faculdades para cumprir as obrigações dos concessionarios.

Tambem não poderá a mina ser dividida sem permissoão especial do Governo Imperial.

3.^a A desapropriação dos terrenos particulares só se verificará depois que os respectivos proprietarios, prevenidos pelos concessionarios, se recusem a executar os trabalhos da mineração.

Os terrenos devolutos lhes serão vendidos pelo preço minimo da lei n.^o 601 de 18 de Setembro de 1850.

4.^a Fica concedida aos concessionarios:

1.^o A isenção por cinco annos, contados da data em que começarem os trabalhos da mineração, dos direitos de consumo para todas as machinas, peças de machinas, ferramentas e utensilios de serventia especial do serviço da lavra.

Até o fim do mez de Janeiro de cada anno deste prazo, uma relação dos objectos que forem suficientes para o serviço de um anno, será apresentada ao Tribunal do Thesouro Nacional, o qual, ou approvará ou alterará, diminuindo o que entender conveniente em cada parcella, ou ainda supprimindo aquellas que se não destinarem exclusiva e directamente aos trabalhos da mineração.

2.^o A isenção dos direitos de exportação para o ouro e outros mineraes durante o tempo desta concessão.

5.^a Os trabalhadores nacionaes que forem empregados nos trabalhos da mineração serão isentos do recrutamento e do serviço activo da guarda nacional.

Para este fim os concessionarios apresentarão ao Presidente da Provincia, no mez de Janeiro, uma relação dos mesmos trabalhadores, com a designação de seus nomes, idades, naturalidades, estado civil e profissão, e informará o comportamento de cada um delles. A' vis-

ta desta relação o Presidente da Provincia fará expedir pelo Chefe de Policia as competentes guias de isenção aos que estiverem nas circumstancias de a gozarem.

6.^a Dentro do prazo improrogavel de nove mezes, contados desta data, os concessionarios deverão designar, nas serras Negra e Santo Antonio, o lugar, ou lugares, onde tiverem de minerar.

Nelles lhes serão concedidas até noventa datas mineraes de 141.750 braças quadradas cada uma, na fórma da condição 7.^a, do Decreto n.º 1993 de 2 de Outubro de 1857, na proporção dos capitães que effectivamente forem empregados na mineração, de modo que cada data corresponda ao emprego de 3.000\$000.

7.^a Dentro de igual prazo, também improrogavel, contado do dia em que terminar o da clausula antecedente, os concessionarios farão medir e demarcar o terreno que lhes competir por esta concessão, mas não poderão entrar na posse de mais de dez datas mineraes, emquanto não provarem, de conformidade com o que está estabelecido no Decreto n.º 3233 de 21 de Março de 1864, que effectivamente foi empregado o capital correspondente ao total das datas a que tiverem direito.

8.^a Os trabalhos da lavra deverão começar dentro do prazo improrogavel de dous annos, contados desta data, e depois de principiaidos não poderão ser interrompidos senão por casos de força maior, devidamente provados.

9.^a Os concessionarios pagarão a taxa fixa annual de cinco réis por braça quadrada, e a de 2 % proporcional ao rendimento da mina, liquido das despesas da extracção.

10.^a As despesas, tanto da medição e demarcação do terreno concedido, como do processo da desapropriação, correrão por conta dos concessionarios.

11.^a Os concessionarios não poderão lavar qualquer outro mineral além do ouro que descobrirem dentro dos limites da sua concessão, emquanto não apresentarem a planta do lugar onde estiver situada a nova mina, com uma descripção circumstanciada da sua posança, qualidade, direcção e quaesquer esclarecimentos que possam servir para dar uma idéa perfeita da mina, juntando a isto amostras differentes do mineral descoberto.

12.^a Os concessionarios ficam obrigados a collocar na direcção dos trabalhos da extracção dos mineraes um engenheiro de minas com habilitações provadas por titulos scientificos e attestados de pratica de trabalhos desta natureza.

Ficão responsáveis pelos desastres que ocorrerem nos trabalhos das minas provenientes da inobservancia das cautelas e medidas que a sciencia e a pratica aconselhão para os prevenir.

Os trabalhadores que ficarem impossibilitados de trabalhar, ou suas familias, no caso delles fallecerem em razão de qualquer acontecimento causado por impericia ou descuido na direcção e execução dos trabalhos, terão direito de haver dos concessionarios os meios de subsistencia que anteriormente ganhavão.

13.^a Os concessionarios se sujeitarão aos regulamentos de policia das minas que se estabelecerem, e enquanto não forem promulgados, a qualquer medida que neste sentido fór tomada pelo Governo Imperial ou Provincial.

Antes de começarem os trabalhos da extracção do ouro serão expedidas instrucções especiaes de policia sanitaria, que os concessionarios observarão fielmente, sendo além disso obrigados a cumprir todas as ordens que lhes forem dirigidas pelo Presidente da Provincia, no intuito de prevenir ou remediar qualquer damno causado pelos trabalhos á salubridade dos lugares circumvizinhos.

14.^a Em nenhuma circumstancia poderão os concessionarios fazer obras nos rios que correm pelos lugares, nos quaes têm de ser feita a mineração, sem licença do governo geral, a qual não lhes poderá ser concedida senão á vista da planta das obras que os concessionarios tiverem de executar e mediante parecer de uma comissão de engenheiros. Obtida a licença, os concessionarios não poderão de seu motu proprio alterar o plano das obras.

15.^a Aos engenheiros que o governo nomear para examinar os trabalhos da lavra, os concessionarios ministrarão todas as informações e lhes franqueará o ingresso nas officinas e nas lavras.

16.^a Os concessionarios remetterão semestralmente ao Governo Imperial, por intermedio do Presidente da Provincia, um relatorio circumstanciado dos trabalhos feitos durante o semestre, dos processos e machinas empregadas na extracção dos mineraes, com especificação do autor e qualidade da machina, sua força e seus motores; e bem assim a estatística dos empregados e trabalhadores, com a declaração da idade, naturalidade, estado civil e profissão de cada um.

17.^a Fica expressamente prohibido aos concessionarios empregar escravos nos trabalhos da lavra.

18.^a Se os trabalhos de mineração forem feitos pelos concessionarios, por elles será apresentado ao Governo

Imperial um balanço annual das operações da empresa ; se, porém, forem feitos por uma companhia, o balanço será remetido nas épocas marcadas nos seus estatutos ou na legislação em vigor.

19.^a Todas as contestações que se suscitarem por occasião da execução destas clausulas serão decididas peremptoria e definitivamente pelo Governo Imperial.

20.^a Pela inobservancia ou transgressão destas clausulas os concessionarios ficão sujeitos ás seguintes penas:

1.^a De multa de 100\$000 pela transgressão das clausulas 4.^a e 13.^a

2.^a De multa de 500\$000 pela transgressão das clausulas 12.^a, 13.^a, 14.^a, 16.^a e 18.^a

Na reincidência estas multas serão elevadas, as de 100\$000 a 500\$000 e as de 500\$000 ao dobro, salvo se outra pena fôr especialmente estabelecida.

3.^a De annullação desta concessão pela inobservancia das clausulas 2.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 11.^a; no caso de serem pela segunda vez infringidas as clausulas 16.^a e 18.^a, e no caso de continuar a inexecução daquellas, cuja infracção dá lugar á imposição de multa.

O pagamento das multas não liberta os concessionarios da obrigação de cumprir as clausulas, cuja inobservancia tiver dado lugar á sua imposição.

As multas serão impostas administrativamente pelo Presidente da Provincia, cabendo aos concessionarios recurso para o Governo Imperial da decisão do mesmo Presidente.

Na hypothese da annullação desta concessão, em virtude da transgressão da clausula 2.^a, as despezas que forem necessarias para melhorar as circumstancias sanitarias do lugar da mineração, correrão por conta dos concessionarios; ficando para isso especialmente hypothecados todos os bens moveis existentes na mina na occasião em que fôr decretada a annullação.

21.^a No caso de ser declarada sem effeito a presente concessão, os concessionarios poderão retirar da mina todos os objectos moveis, mas não terão direito a nenhuma indemnisação pelos trabalhos e obras que houverem feito, e nem os poderão destruir ou inutilisar, sob pena de ficarem responsaveis pelos damnos que causarem.

22.^a Ficão dependentes da approvação da assembléa geral as clausulas 3.^a, 4.^a e 5.^a

Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Fevereiro de 1870.— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4483—DE 3 DE MARÇO DE 1870.

Proroga por 10 annos o prazo de duração da Caixa Economica da Cidade da Bahia, e approva uma alteração feita nos respectivos estatutos.

Attendendo ao que Me representou a Direcção da — Caixa Economica da Cidade da Bahia —, e Tendo Ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado: Hei por bem Prorogar por 10 annos, contados do dia 29 de Abril proximo futuro, o prazo de duração da mesma Caixa, e Approvar a alteração feita pela assembléa geral dos accionistas nos respectivos estatutos; pelo que fica reduzido a sete o numero dos Directores da Caixa, para formarem turmas de dous, e um servir de Presidente, com a obrigação de comparecer diariamente no estabelecimento; dividindo-se d'ora em diante a commissão de 5 % dos lucros em oito partes iguaes, duas das quaes caberão ao Presidente, e uma a cada um dos outros Directores.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4484—DE 7 DE MARÇO DE 1870.

Regula a concessão de licenças aos empregados do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Convindo uniformisar as disposições que regulão a concessão de licenças a alguns, e generalisal-as a todos os empregados do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º As licenças que tiverem de ser concedidas a qualquer empregado do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, serão d'ora em diante reguladas exclusivamente pelo presente Decreto.

Art. 2.º As licenças serão concedidas com, ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercicio.

§ 1.º Só por motivo de molestia provada se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes; e de então em diante com metade do ordenado.

§ 2.º Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes; e sendo com ordenado, ficará sujeita ao seguinte desconto:

Da quinta parte, sendo a licença até dous mezes;

Da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes;

De duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 3.º O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorrogações dentro de um anno, a contar do dia em que o empregado entrar no gozo da primeira que obtiver no regimen deste Decreto, será sommado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Da mesma fôrma proceder-se-ha nos periodos annuaes ulteriores.

Art. 4.º Em todo o caso, findo o prazo maximo da licença, nada mais perceberá o empregado, nem será aquella renovada, ou prorogada, sem que este volte ao effectivo exercicio de seu cargo, e nelle permaneça por tempo pelo menos igual ao da ausencia determinada pelo gozo da licença.

Art. 5.º Ficará sem effeito a licença concedida, se o empregado que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão fôr publicado no *Diario Official*, sendo na Côrte. Nas Provincias o prazo correrá do dia que o respectivo Presidente marcar, tendo em conta as distancias e difficuldades das communicações.

Art. 6.º Não se concederá licença ao empregado que, tendo sido nomeado ou removido, não houver entrado no effectivo exercicio do seu cargo.

Art. 7.º O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

Art. 8.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 1185—DE 7 DE MARÇO DE 1870.

Concede a João Frederico Richsen privilegio para os melhoramentos que realizou nos ventiladores de café, e de sua invenção.

Attendendo ao que Me requereu João Frederico Richsen, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio, por cinco annos, para os melhoramentos que realizou nos ventiladores de café de sua invenção, privilegiados pelo Decreto n.º 1937 de 17 de Junho de 1857.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio, e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4486—DE 10 DE MARÇO DE 1870.

Eleva á categoria de batalhão a secção de batalhão n.º 16 do serviço da reserva, organizado no districto de Itapeva da Faxina, na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de S. Paulo, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão com quatro companhias, e a numeração de 12, do serviço da reserva, a secção de batalhão n.º 16, organizada no districto de Itapeva da Faxina, na Provincia de S. Paulo; revogado o Decreto n.º 3273 de 20 de Maio de 1864.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4487 — DE 12 DE MARÇO DE 1870.

Approva o regulamento para o serviço da Companhia Rio de Janeiro City Improvements.

Hei por bem Approvar e Mandar que se observe o regulamento para o serviço da Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, que com este baixa, assignado por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Regulamento para a Companhia City Improvements.

Art. 1.º As obras já construídas e as que tiverem de ser construídas pela Companhia City Improvements para limpeza das casas e esgoto das águas pluviais da cidade, sendo, como são, consideradas pelo § 12 da condição 3.ª do contracto approved pelo Decreto n.º 1929 de 26 de Abril de 1857, como obras publicas pertencentes ao Estado, gozarão de todos os privilegios concedidos a estas.

Os que as destruirem ou damnificarem por qualquer modo, além de incorrerem nas penas impostas pela Ilma. Camara Municipal nas posturas approvadas por portaria do Ministerio do Imperio de 30 de Abril de 1867, serão processados nos termos do Decreto n.º 1090 do 1.º de Setembro de 1860, art. 2.º, § 1.º, e mais leis em vigor.

Art. 2.º A autoridade competente a quem, segundo a condição 5.ª do contracto, deverão recorrer não só os empregarios, como tambem os particulares para prestar-lhes o seu apoio dentro dos limites legais, será um engenheiro de nomeação do Governo Imperial, ao qual competirá a inspecção de todas as obras e serviços da empresa.

Art. 3.º A Companhia poderá todas as vezes que julgar necessario reclamar o auxilio da autoridade do engenheiro do Governo, a fim de que aos seus prepostos seja franqueada a entrada em todos os predios, edificios particulares, áreas, quintaes, chacaras, campos e mais lugares por onde houverem de passar, ou se tiverem de construir ou assentar conductores, canos de despejo, vallas de esgoto e mais obras necessarias para a execução do systema por ella contractado.

A mesma faculdade terá a Companhia, quando, depois de concluidas as obras, tiver necessidade de proceder ao seu exame, limpeza e concertos.

Art. 4.º A entrada nos edificios publicos, nas casas, predios e terrenos particulares para os fins indicados no artigo antecedente, será sempre de dia, precedendo aviso ao respectivo proprietario, ou morador, com antecedencia de 24 horas, segundo prescrevem as supracitadas posturas.

Nos casos porém de exame, concerto, ou limpeza de obras já concluidas, além das mais condições, a hora

para taes serviços será marcada de combinação com o morador do prédio.

Nos casos imprevistos ou de força maior, o aviso prévio e a combinação da hora poderão ser dispensados, sendo esta marcada pelo engenheiro do Governo e logo intimada ao morador.

Art. 5.º O engenheiro do Governo, quando lhe fôr requisitado o seu apoio, procurará entender-se com o proprietario ou morador a fim de que não se opponha á execução da obra, nem recuse a entrada requerida pelos prepostos da Companhia.

Se o proprietario ou morador não attender ao engenheiro, requisitará este a intervenção da autoridade policial do districto, que, na fórma da lei, dará as providencias necessarias a fim de cessar a opposição e proseguirem os trabalhos.

Art. 6.º Os prepostos da Companhia terão um título passado pela policia, e serão obrigados a exhibil-o todas as vezes que apresentarem-se nos predios ou edificios publicos ou particulares, em acto de serviço.

Estes títulos serão passados gratuitamente em vista de requisição que ao Chefe de Policia fizer o representante da Companhia, por escripto, com as individuações necessarias quanto ao nome, idade, estado, naturalidade, e mais caracteriscos do preposto.

Quando algum preposto deixar o serviço da Companhia, o representante della devolverá á policia o respectivo título; e se este fôr extraviado, fará constar áquella repartição, publicando pela imprensa que tal individuo não restituin o seu título, mas deixou de pertencer ao serviço da Companhia.

Os prepostos subalternos da Companhia usarão, em serviço, de blusa azul com cinturão de couro e bonet daquella cor, sobre cuja palla haverá uma chapa de metal amarello com as iniciaes—C. G. 1.—

Art. 7.º Se os proprietarios que tiverem de reedificar seus predios, ou de nelles fazer obras novas forem embarçados pelos canos e galerias existentes em seus terrenos, de modo a não poderem executar o plano das obras, participará á Companhia a fim de mandar remover o embaraço.

No caso de desacordo o engenheiro do Governo decidirá, se com alguma alteração do plano as obras podem ser levadas a effeito sem prejuizo dos trabalhos da Companhia, ou se a Companhia deve remover os seus canos ou galerias. Nesta hypothese a despesa será por

conta da Companhia, salvo se os proprietarios dos terrenos tiverem sido previamente indemnizados por ella.

Da decisão do engenheiro poderão as partes recorrer para o Governo Imperial.

Art. 8.º Os proprietarios que quizerem ter maior numero de canos ou outras obras de esgoto em seus predios, além daquellas a que tem direito pelo contracto, ou que nas reedificações ou reparos tiverem de tocar nos que a Companhia tiver anteriormente assentado, farão á mesma uma requisição por escripto, declarando as obras que pretendem fazer e obrigando-se a indemnizar a importancia respectiva.

Essas obras, consideradas extraordinarias, serão pelos proprietarios pagas á Companhia, de conformidade com a tabella de preços em vigor.

Art. 9.º Se durante a construcção dos tres districtos contractados, levantarem-se sobrados nos predios terceiros, onde pela Companhia tenham sido collocados canos de despejo, os respectivos proprietarios terão direito a exigir mais um cano com a respectiva bacia, como se taes predios já fossem de sobrado na primitiva construcção das obras da Companhia.

Art. 10. Os proprietarios dos predios de sobrado, a quem convier ter sómente um em vez de dous canos de despejo, a que tem direito, participaráo ao engenheiro do Governo a desistencia que fazem.

Uma cópia dessa desistencia será remettida á Companhia, a fim de que, se no futuro o proprietario tentar fazer valer o direito de que desistiu, isso lhe possa ser provado.

Art. 11. Os predios ou edificios que para o futuro se construirem nos limites marcados no plano geral para o serviço da limpeza das casas da cidade e esgoto das aguas pluvias, ficarão sujeitos a taxa estabelecida, devendo o serviço do esgoto ser feito pela Companhia e á sua custa.

Art. 12. Os proprietarios dos predios edificados fóra do alinhamento das ruas ou estradas pagarão á Companhia a despeza feita com a porção de cano de esgoto que fór da parte exterior do predio até ao alinhamento da rua ou estrada, quando nestas e pela frente do predio passe o conductor geral destinado a receber o encanamento parcial.

Art. 13. Em qualquer rua que para o futuro se abrir dentro do perimetro dos tres districtos das obras contractadas, a Companhia será obrigada a construir o

respectivo conductor geral dos despejos, logo que nessa rua se edificar o primeiro predio.

Art. 14. Os predios que se edificarem nos futuros districtos, que a Companhia na fórma do § 11 da condição 2.^a do contracto tiver de formar, gozarão dos mesmos direitos e terão os mesmos onus dos tres districtos já contractados.

Art. 15. A Companhia annunciará pelos jornaes, e particularmente por escripto, aos moradores dos predios em que as obras se acharem completas, o dia em que elles devem principiar a servir-se dos canos de despejos, a fim de que fiquem na intelligencia de que de então em diante nenhum outro meio de despejo lhes é permittido.

Art. 16. A Companhia é autorizada a receber directamente, nos primeiros quinze dias dos mezes de Janeiro e Julho, durante o tempo do privilegio, dos proprietarios dos predios ou edificios publicos ou particulares, não sujeitos pela Lei de 16 de Abril de 1842 ao imposto da decima urbana, a taxa annual de 60\$000 de cada um dos predios ou edificios em que o systema de esgoto se achar em execução, uma vez que os mesmos não estejam incluídos em qualquer dos casos que os isentão do pagamento da decima.

A cobrança desta taxa só principiará a ser feita nos predios em que o systema tenha funcionado pelo menos tres mezes.

Art. 17. Serão excluídos das contas apresentadas pela Companhia semestralmente ao Thesouro Nacional, pelo serviço do esgoto, os predios que se acharem desoccupados, seja por estarem em ruinas em virtude de incendio ou qualquer causa, seja por terem entrado em obras de reconstrucção. Para este fim o Administrador da Recbedoria enviará em tempo ao engenheiro do Governo uma relação especificando os predios e as causas de isenção da decima acima declaradas.

Art. 18. Enquanto as obras dos tres districtos, ou dos que para o futuro se tenham de construir, se não acharem completas, os lançadores da Recbedoria do Municipio farão, conjunctamente com o lançamento da decima urbana, o alistamento dos predios em que o systema de esgoto já se achar em execução, sendo uma cópia authentica enviada ao engenheiro do Governo, para depois de verificar a existencia e estado das obras poder certificar e authenticar as contas da Companhia.

Entretanto a Companhia remetterá mensalmente ao engenheiro do Governo um mappa de todos os predios,

cujos canos de esgoto começarem a funcionar, para que depois de examinal-os transmita ao Governo a devida participação.

Art. 19. A Companhia, na fôrma do seu contracto receberá semestralmente da Ilma. Camara Municipal, nos mezes de Janeiro e Julho, durante o privilegio, a quantia de 12:000\$000, pelo custeio, conservação e limpeza das vallas de esgoto das aguas pluvias dos tres districtos contractados.

O pagamento dessa quantia só principiará a ser feito seis mezes depois de promptas as ditas vallas.

Art. 20. As obras de reedificações e reparos feitos nos esgotos dos predios pertencentes ao Estado, serão pagas á Companhia pelo Ministerio a que pertencerem, á vista da respectiva conta authenticada pelo engenheiro do Governo.

Art. 21. De tres em tres annos a Companhia apresentará á approvação do Governo uma tabella dos preços em que lhe importarão a mão de obra e materiaes na construcção de suas obras.

Por essa tabella, depois de approvada pelo Governo, se calculará a importancia de qualquer obra que os proprietarios tiverem de pagar á Companhia, tanto nas construcções por elles exigidas, segundo as disposições do respectivo contracto, como nas indemnizações a que a Companhia tiver direito.

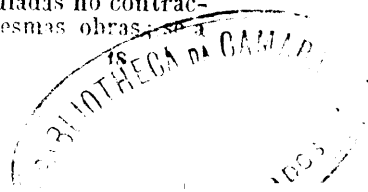
A tabella do triennio vigorará para todos os pagamentos, emquanto outra não fór approvada pelo Governo.

Art. 22. Os desenhos e orçamentos das obras necessarias para a construcção dos vasos e latrinas, de que trata o § 6.º da clausula 2.ª do contracto, serão apresentados ao Governo para sua approvação, antes de dar-se execução ás mesmas obras.

Os vasos e latrinas serão collocados nos lugares marcados pela municipalidade.

Art. 23. Todos os damnos que a Companhia causar ás obras publicas ou particulares serão por ella indemnizados, e vice-versa, todos os damnos que forem causados á Companhia pelas obras publicas ou particulares lhe serão indemnizados.

Art. 24. O engenheiro do Governo examinará especialmente as obras da Companhia já executadas, e que se forem construindo, estão de accordo e marchão de conformidade com as condições estipuladas no contracto e approvadas no plano geral das mesmas obras.



conservação dellas é mantida de modo a prestarem-se perfeitamente aos devidos fins; e se o processo de desinfectão das materias fecaes, nas casas de machinas de cada districto, satisfaz aos preceitos da arte, sem prejudicar a salubridade publica.

Art. 25. Verificando a existencia de qualquer falta no preenchimento das condições do contracto, o engenheiro do Governo intimará á Companhia para reparal-a completamente no prazo que designar, sob a comminação da multa facultada pelo mesmo contracto.

Se, findo o prazo marcado, continuar a falta notada, o engenheiro dará conta do occorrido ao Governo, que, ouvindo a Companhia, fará effectiva a imposição da multa no grão que entender de justiça.

A decisão final será communicada á Companhia por intermedio do engenheiro, e ao Thesouro Nacional, para os competentes effectos.

Nas reincidencias proceder-se-ha do mesmo modo, mandando-se nos casos urgentes fazer os reparos necessarios e sanar as faltas existentes á custa da Companhia.

Art. 26. São auxiliares do engenheiro do Governo na fiscalisação do serviço da Companhia, os agentes da municipalidade e da policia, que, sem prejuizo de quaesquer outras attribuições e deveres, lhe participarão directamente por escripto, apenas cheguem ao seu conhecimento, os accidentes que embaraçarem ou interromperem o mesmo serviço nos districtos e quarteiros respectivos.

Art. 27. A derivação da agua dos encanamentos das ruas, a que, segundo o § 8.º da condição 3.ª do contracto, a Companhia tem direito para o supprimento dos *flushing tanks* e lavagem dos vasos e latrinas publicas, será sobrestada todas as vezes que o Inspector geral das Obras Publicas demonstrar ser em prejuizo do abastecimento da cidade.

Para evitar qualquer inconveniente á salubridade publica a Companhia será avisada pelo Governo, para que dentro de um prazo razoavel trate de haver por outro modo a agua que lhe fór necessaria.

Art. 28. As questões que suscitarem-se entre a Companhia e o Governo na execução do presente regulamento serão decididas por arbitramento, na fórma estabelecida no contracto.

Art. 29. Nos casos omissos no presente regulamento a Companhia pedirá ao Governo as providencias que julgar necessarias para fiel execução do seu contracto;

e as que forem expedidas ficarão desde logo fazendo parte provisoriamente do mesmo regulamento, até que na revisão deste sejam definitivamente approvadas, substituidas ou alteradas, como ao Governo parecer conveniente.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Março de 1870.—
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4488—DE 17 DE MARÇO DE 1870.

Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar de 38:583\$918 para as despezas da rubrica — Contadoria de Marinha.

Sendo insufficiente a quantia votada pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, que vigora no exercicio de 1869—1870, em virtude do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, para as despezas da rubrica—Contadoria de Marinha,— do Ministerio da Marinha, no dito exercicio; Hei por bem, na conformidade do § 2.º do art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e tendo ouvido o Conselho de Ministros, abrir ao mesmo Ministerio um credito supplementar de 38:583\$918.

Deste augmento de despeza dar-se-ha conta á Assembléa Geral Legislativa em tempo opportuno, para ser definitivamente approvado.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendida e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Março de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

DECRETO N. 4489 — DE 22 DE MARÇO DE 1870.

Renova o prazo do privilegio e a subvenção concedidos á Associação Sergipense pelo Decreto n.º 1437 de 14 de Outubro de 1834.

Attendendo ao que Me requereu a Associação Sergipense, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 25 do mez ultimo, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 10 do referido mez : Hei por bem Conceder á mesma Associação renovação por dez annos, contados da presente data, do privilegio e da subvenção para o serviço de reboque por vapor nas barras da Provincia de Sergipe, sob as condições e clausulas constantes do Decreto n.º 1457 de 14 de Outubro de 1854, com a seguinte modificação :

O privilegio renovado não excluirá o serviço de reboque de embarcações feito por emprezas que tenham sido organizadas, e estejam effectivamente funcionando em alguma das barras da referida Provincia depois do dia 5 de Maio de 1868, em que terminou a concessão primitiva.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4490 — DE 22 DE MARÇO DE 1870.

Concede privilegio a João Luiz Loth para o fabrico e venda de colchões, almofadas ou coxins elasticos, de um systema de sua invenção.

Attendendo ao que Me requereu João Luiz Loth, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos, para fabricar e vender colchões, almofadas ou coxins elasticos de um systema de sua invenção.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4491 — DE 23 DE MARÇO DE 1870.

Concede a Charles T. Bright e outros autorisação para, por meio de uma Companhia que organizarem, construirem e custearem linhas telegraphicas submarinas entre o norte e o sul do Imperio.

Attendendo ao que Me requerêrão Charles T. Bright, E. B. Webb e William F. Jones, Hei por bem Conceder-lhes autorização para, por meio da Companhia que organizarem, construirem e custearem linhas telegraphicas submarinas entre o norte e o sul do Imperio, mediante contracto celebrado de accôrdo com as clausulas, que com este haixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Com-

mercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n. 4491 desta data.

1.^a O Governo Imperial concede á Companhia que fôr organizada por Charles T. Bright, E. B. Webb e William F. Jones autorização para a construcção e custeamento de linhas telegraphicas submarinas que, partindo da capital do Imperio e seguindo o littoral, vão terminar ao norte, na cidade de Santa Maria de Belém do Pará, e ao sul, na de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

2.^a A linha do norte tocará nas Provincias do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauly e Maranhão.

A linha do sul tocará nas Provincias de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina.

Os pontos dessas Provincias, em que deverão tocar as linhas telegraphicas do norte e sul, serão designados no plano a que se refere a clausula quinta.

3.^a A linha do norte poderá entroncar-se nas linhas transatlanticas entre o Brasil e a Europa, ou America do Norte, mediante os convenientes ajustes com as respectivas companhias, devidamente approvados pelo Governo.

Da mesma fórma poderá a linha do sul entroncar-se nas que se estabelecerem entre o Brasil e o Rio da Prata.

Paragrapho unico. O Governo reserva o direito de conceder igual favor ás linhas telegraphicas terrestres, que se estabelecerem por conta da administração publica, ou por empreza particular.

4.^a O prazo da concessão será de sessenta annos, contados da data das presentes clausulas.

§ 1.^o Durante esse prazo nenhum outro telegrapho submarino poderá ser estabelecido de qualquer ponto,

onde a empresa tiver estação, para outro em identica condição, por toda a extensão das respectivas linhas do norte e sul.

§ 2.º Fica salvo ao Governo estabelecer communicações telegrapho-electrico-terrestres em qualquer direcção e pelos pontos que julgar mais convenientes, e do modo que melhor lhe parecer administrativamente, ou por meio de empresa particular.

§ 3.º Na parte do littoral, em que achão-se collocados ou venhão a collocar-se fios electricos terrestres na conformidade do paragrapho antecedente, fica livre aos expedidores a transmissão dos telegrammas pelos cabos submarinos ou pelos referidos fios.

5.ª Antes de encetarem-se os respectivos trabalhos, a empresa deverá apresentar ao Governo o plano das linhas, no qual se designarão os pontos de immersão e emersão dos cabos, e as diversas estações telegraphicas.

§ 1.º O Governo terá a faculdade de fazer nesse plano as alterações que entender convenientes, entendendo-se que o approva, se dentro de tres mezes não as fizer constar á empresa.

Esta será obrigada a attender ás alterações, sob pena de annullação da concessão.

§ 2.º Concluidas as obras da empresa, deverá esta apresentar ao Governo o plano definitivo que tiver sido adoptado, com plantas topographicas, nas quaes se especificarão os pontos de immersão e emersão dos cabos, as suas ligações com a terra, as estações telegraphicas, a sondagem e a natureza do fundo do mar, por onde aquelles estiverem assentados.

Estes trabalhos serão entregues ao Governo dentro dos dez primeiros annos da concessão, sob pena d'elle os mandar fazer á custa da empresa.

6.ª As linhas devem começar a funcçãoar em toda a sua extensão dentro do prazo de dous annos contados da data destas clausulas.

§ 1.º Salvo o caso de força maior, justificado perante o Governo, que julgará da sua procedencia por Decreto, com audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado, a omissão daquella condição importará annullação da concessão sem mais formalidade alguma.

§ 2.º Todavia, se a empresa tiver começado os trabalhos, de modo que uma das linhas, do norte ou do sul, esteja funcçãoando effectivamente no prazo marcado, eximir-se-ha da pena comminada, pagando a multa de 4:000\$000 pelo primeiro semestre que exceder o mesmo prazo, e do dobro pelo segundo semestre, caducando a

concessão, se no fim deste não estiverem concluídas todas as obras, e ambas as linhas funcionando em toda a sua extensão.

7.^a A empresa obriga-se a conservar todas as suas construcções,apparelhos e cabos em bom estado, de modo que não haja interrupção na transmissão dos telegraphmas em toda a extensão das linhas.

§ 4.^o Se a interrupção em qualquer das linhas fôr de mais de dous até oito mezes, a empresa pagará a multa de 1:000\$000 pelo terceiro mez, de 2:000\$ pelo quarto, e assim por diante em progressão arithmetica até o oitavo mez.

§ 2.^o Se a interrupção exceder de oito mezes, salvo o caso de força maior justificada perante o Governo na conformidade do que a este respeito fica declarado na clausula sexta, caducará a concessão.

8.^a A empresa obriga-se a receber e transmittir os telegraphmas do Governo e do publico para qualquer das suas estações pelos preços que serão estabelecidos em uma tarifa approvada pelo Governo.

Os despachos officiaes terão preferencia a quaesquer outros, no caso de urgencia, e pagarão dez por cento menos em relação á tarifa do publico.

§ 1.^a A recepção e transmissão dos telegraphmas nas estações da empresa serão feitas por telegraphistas do quadro da Direcção Geral dos Telegraphos do Imperio, por esta Repartição nomeados e demittidos livremente.

§ 2.^a Os vencimentos dos telegraphistas assim empregados no serviço da empresa serão pagos por esta ao Governo.

§ 3.^a Na falta ou impedimento de telegraphistas do quadro poderão ser provisoriamente empregados outros, avisando-se á Directoria Geral dos Telegraphos para approval-os.

§ 4.^a De tres em tres mezes se procederá a ajuste de contas entre o Governo e a empresa.

9.^a A empresa obriga-se, sob pena de caducidade desta concessão, a depositar, seis mezes depois de promulgado o respectivo Decreto, como garantia de sua execução, em qualquer Banco de Londres, a quantia de quatro mil libras esterlinas á disposição do Governo do Brasil.

§ 1.^o Será levantado o deposito sómente quando as linhas do norte e do sul estiverem funcionando em toda a sua extensão.

§ 2.^o O deposito reverterá para o Estado logo que fôr declarada a caducidade da concessão, de conformidade com a clausula sexta e seus paragrafos.

10.^a A empresa poderá desapropriar, na fôrma da Lei, os terrenos, madeiras e outros materiaes necessarios para o estabelecimento e custeio das linhas, estações e postes destinados aos fios terrestres, que forem indispensaveis para ligar os cabos submarinos ás mesmas estações.

11.^a As Leis e Regulamentos que regem actualmente os telegraphos no Brasil, ou que forem para este fim decretados, serão applicados ás linhas de que trata a presente concessão.

12.^a O Governo fiscalisará, como entender conveniente, todo o serviço da empresa, a que se refere esta concessão.

13.^a O Governo reserva-se a faculdade de suspender o serviço telegraphico nas estações da empresa para toda a correspondencia, ou para certa classe della, por tempo limitado ou indeterminado.

Em todo o caso o Governo obriga-se a pagar á empresa o preço equivalente ao que tiver percebido no prazo anterior e igual áquelle durante que tiver lugar a suspensão.

14.^a Findo o prazo da concessão fixado na clausula 4.^a, reverterão para o Estado, sem indemnização alguma, todo o material das linhas, as estações e dependencias destinadas ao regular andamento do serviço telegraphico.

15.^a Em qualquer tempo, depois dos 10 primeiros annos, contados do dia em que começarem a funcçãoar as linhas em toda a sua extensão, poderá o Governo resgatar as linhas telegraphicas com as respectivas estações e dependencias.

O preço do resgate será fixado pela importancia das obras no estado em que se acharem, entrando na avaliação sómente as despezas de direcção e administração dessas obras e o valor que o material e mão de obra representarem.

A avaliação será feita por arbitros.

16.^a Igualmente por arbitros, e no Brasil, serão decididas todas as questões que suscitarem-se entre o Governo e a empresa sobre seus direitos e obrigações.

17.^a Para a nomeação dos arbitros, conforme as clausulas antecedentes, seguir-se-ha o seguinte:

§ 1.^o Se não concordarem as partes em um só arbitro, nomeará cada uma o seu.

§ 2.^o Havendo divergencia entre os dous, as partes escolherão um terceiro, que decidirá sem recurso algum.

§ 3.º Se não chegarem a accôrdo, a Companhia nomeará um Conselheiro de Estado; e este será o terceiro arbitro.

§ 4.º Quando houver necessidade de arbitramento em qualquer hypothese, uma das partes dará aviso á outra, declarando o seu arbitro. Se dentro de 30 dias a outra parte não communicar a sua escolha, entender-se-ha que aceita o proposto. O mesmo se praticará quanto á nomeação do terceiro arbitro.

§ 5.º No caso de resgate das linhas, ou de questões technicas, a escolha dos arbitros por ambas as partes recahirá em profissionaes. O terceiro arbitro será sempre Conselheiro de Estado, livremente nomeado pela empresa, seja ou não profissional.

18.ª No caso de caducidade desta concessão ficará o Governo inteiramente livre e habilitado a transferil-a a qualquer empresario, sem que a empresa possa reclamar cousa alguma a titulo de indemnisação e apenas com faculdade de dispor do material que lhe pertencer, preferindo sempre ao Governo, se este quizer ficar com elle, ou por ajuste com a mesma empresa, ou pelo preço que outros se propuzerem a pagar.

19.ª A empresa se obriga a ter nesta Côrte um representante com plenos poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes, ficando entendido que quantas surgirem entre ella e o Governo, ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil.

20.ª No caso de ter a empresa cumprido todas as condições desta concessão, e de caducar a convenção internacional, que concedeu a Pier A. Balestrini o estabelecimento do cabo submarino entre a Europa e o Brasil, será preferida a empresa para levar a effeito aquelle serviço em igualdade de circumstancias, depois de concurso aberto sobre as bases que o Governo julgar convenientes, e se este não resolver renovar a dita convenção.

21.ª Declara-se que á empresa não competirão outros favores, além dos mencionados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1870. —
Diogo Velho Cacalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4492—DE 23 DE MARÇO DE 1870.

Concede á companhia, que Stephen Busk & Comp. e o engenheiro André Rebouças organizarem, autorização para construir docas nas enseadas da Saude e Gambôa do porto do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me requerêrão Stephen Busk & Comp. e o engenheiro André Rebouças, e de conformidade com o Decreto n. 1746 de 13 de Outubro de 1869, Hei por bem conceder á companhia, que incorporarem, autorização para construir, nas enseadas da Saude e da Gambôa do porto do Rio de Janeiro, docas de importação e exportação, e um estabelecimento para a reparação de navios pelo systema de Edwin Clark, mediante as clausulas que com este baixão assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

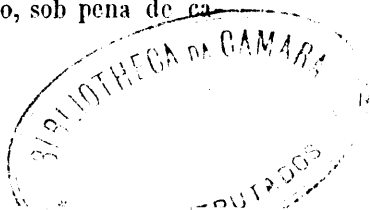
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n. 4492 desta data.

1.^a O Governo Imperial concede á companhia que fôr organizada pelos negociantes Stephen Busk & Companhia e pelo engenheiro André Rebouças, autorização para construir, nas enseadas da Saude e da Gambôa, no porto do Rio de Janeiro, docas de importação e exportação, e um estabelecimento para a reparação dos navios no systema de Edwin Clark, tudo de conformidade com a planta geral, sellada em 13 de Dezembro de 1867 e junta á petição inicial dos emprezarios, com as modificações adiante declaradas.

2.^a A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de dous annos, contados da data da promulgação do Decreto de concessão, sob pena de caducar a mesma.



O fundo capital da companhia será de dez mil contos, e não poderá ser alterado sem autorização do Governo.

3.^a O Governo concede á companhia o direito de desapropriação, na forma do Decreto n. 1664 de 27 de Outubro de 1855, dos terrenos particulares, prédios e bem-feitorias, adjacentes ás enseadas da Saúde e da Gambôa, que forem necessários ás construcções das dôcas, do aparelho de reparação dos navios e de suas dependencias. Os terrenos de marinhãs lhes serão aforados de conformidade com as leis vigentes.

4.^a As obras e os trabalhos que a companhia se obriga a executar, consistirão:

1.^o Na excavação das enseadas da Saúde e da Gambôa para lhes dar a profundidade necessaria á flutuação, em toda a maré, de navios de calado de nove metros.

2.^o Na construcção de câes e molhes com todo o material necessario ao embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

3.^o Na construcção de telheiros e grandes armazens para deposito das mercadorias, que tiverem de se demorar nas dôcas.

4.^o Na collocação do material fixo, e na aquisição do material movel, necesarios ao serviço das dôcas nas condições das melhores de Londres.

5.^o Uma muralha de altura de dous metros e cinquenta centímetros, armada de defesas, isolará o terreno das dôcas de todos os circumvizinhos, de modo que só se possa entrar nelle pelas portas guardadas por empregados da Alfandega. Do lado do mar os diversos molhes das dôcas tanto da Saúde, como da Gambôa, serão reunidos por meio de correntes de ferro, tendo no meio pontões de registro.

6.^o Os armazens das dôcas construidos pela companhia gozarão das mesmas vantagens e favores concedidos por lei aos armazens alfandegados e interpostos.

7.^o Antes de principiar o serviço das dôcas, a companhia sujeitará á approvação do Governo um regulamento para o mesmo serviço, e nelle se estabelecerão as regras necessarias para a exacta fiscalisação e arrecadação das rendas da alfandega.

8.^o A companhia será obrigada a dar no edificio das dôcas as accommodações necessarias para o serviço dos empregados da Alfandega, que forem encarregados de fiscalisar o movimento das mercadorias.

9.^o A companhia fica tambem obrigada a apresentar á approvação do Governo, tres mezes antes de dar co-

meço aos trabalhos, as plantas das construcções que tiverem de ser executadas.

10. As modificações da planta geral de que trata a clausula primeira são as seguintes:

1.^a Exclue-se tudo que se refere á ligação das docas com a estrada de ferro de D. Pedro II.

2.^a A estação central na Praça Municipal será collocada de modo que fiquem para serventia publica duas ruas lateraes de 15 metros de largura cada uma, e na frente do lado de terra outra rua de 30 metros no ponto mais estreito.

3.^a O becco da Pedra do Sal, em toda sua extensão desde a rua nova de S. Francisco até o mar ficará com a largura de 15 metros, tendo na extremidade cães de embarque e desembarque de cargas e passageiros, sem onus algum para o publico.

4.^a Entre o edificio do mercado publico existente na praça da Harmonia e o muro que por ahi deve limitar as propriedades da companhia ficará para serventia publica até o mar uma rua de 15 metros de largura, tendo na extremidade cães nas condições da modificação antecedente.

5.^a O becco do Vapor, junto á enseada da Gambôa, será alargado 15 metros em toda a sua extensão até o mar, tendo na extremidade cães nas mesmas condições da terceira modificação da presente clausula.

Fica entendido que as despesas necessarias ás modificações acima declaradas serão por conta da companhia.

11. Organizada a companhia, e approvados os seus estatutos, dará ella começo ás obras no prazo de seis mezes, a contar da data da approvação das plantas, sob pena de caducidade do contracto.

Se nenhuma modificação fór indicada pelo Governo dentro do prazo de tres mezes, contados da data da apresentação, poderá a companhia proceder á execução das obras conforme as mesmas plantas.

12. Dentro do prazo de cinco annos improrogaveis, a contar da data da approvação das plantas de conformidade com a clausula precedente, fica a companhia obrigada a concluir as obras projectadas na enseada da Saude, e as da Gambôa dentro de dez, contados da mesma data, salvo caso de força maior justificado perante o Governo, que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva secção do conselho de estado.

A falta de cumprimento da primeira destas condições

fará caducar o contracto, e a da segunda o annullará na parte relativa á dõca da Gambôa.

13. A companhia terá o direito de perceber:

1.º Pelo serviço de cáes das dõcas e de embarque e desembarque, da armazenagem das mercadorias e pelo embarque e desembarque das bagagens, as mesmas taxas actualmente estabelecidas pela companhia da dõca da Alfandega do Rio de Janeiro.

2.º De joia e de estadia dos navios, que fizerem obra nos diques da companhia, nunca mais do que as taxas actualmente percebidas no imperial dique da Ilha das Cobras, em virtude da tabella que baixou com o aviso do ministerio da marinha de 27 de Novembro de 1867.

4. A companhia poderá emittir titulos de garantia ou *warrants* das mercadorias depositadas nos respectivos armazens. De cada titulo emittido poderá a companhia cobrar um quarto por cento do valor das mercadorias nelle mencionadas.

O serviço de emissão e uso desses titulos serão feitos de conformidade com os regulamentos do governo imperial.

15. A tarifa dos artigos antecedentes será considerada provisoria e deverá ser revista dentro de um anno, e depois de cinco em cinco annos pela praça do commercio desta capital, e approvada pelo Governo, mas não poderá ser modificada de modo a reduzir a renda liquida geral da companhia, senão quando ella fôr maior de 12 % do capital empregado nas construcções e no material fixo e rodante da companhia.

16. Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Estado, as malas do correio, os agentes officiaes do Governo, bem como os colonos e suas bagagens.

17. Terão livremente transitio, embarque e desembarque durante as horas de serviço e expediente, passageiros que poderão conduzir volumes não excedentes de cento e vinte cinco litros, e pesos não maiores de trinta kilogrammas.

18. Se o governo entender conveniente effectuar o resgate da concessão, poderá fazel-o em qualquer tempo depois dos 12 primeiros annos da data deste decreto.

O preço do resgate será regulado de modo que reduzido a apolices da divida publica produza uma renda equivalente a 8 % de todo o capital effectivamente empregado na empreza.

O Governo estabelecerá o modo de verificar a importancia deste capital.

19. O Governo terá um engenheiro de sua confiança encarregado da fiscalização das obras da companhia, e até cinco praticantes para estudar o seu systema de construcção e administração.

20. Quando a companhia não executar qualquer obra ou serviço nas condições estabelecidas, o Governo as mandará fazer á custa della.

21. A presente concessão durará 90 annos, contados da data destas clausulas.

Findos elles, passarão para o Estado, sem indemnização alguma, todas as construcções, o material fixo e rodante, e bem assim os terrenos occupados pela companhia.

22. A companhia deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas deduzidas de seus lucros liquidos, e calculadas de modo que reproduzão seu capital no fim dos 90 annos da concessão.

A formação deste fundo principiará, o mais tardar, 10 annos depois de concluidas as obras.

23. A directoria da companhia terá sua sede nesta Corte, e tratará directamente com o Governo Imperial.

As questões, que se suscitarem entre o Governo e a companhia a respeito de seus direitos e obrigações, e não puderem ser resolvidas de commum accôrdo, serão decididas no Brasil por tres arbitros, dos quaes um será de nomeação do Governo, outro da companhia, e o terceiro, que decidirá definitivamente, escolhido por accôrdo de ambas as partes ou sorteado, offerecendo cada uma dellas o nome de um Conselheiro de Estado.

24. Fica entendido que á companhia não se concedem outros favores e isenções além dos mencionados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1870.—
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4493,—DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Approva os Estatutos da Sociedade Mineira Protectora e Beneficente, que se pretende estabelecer nesta Côrte.

Attendendo ao que requereu a Sociedade Mineira Protectora e Beneficente, que se pretende estabelecer nesta Côrte, e conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 16 do corrente mez: Hei por bem Approvar os seus estatutos, divididos em cinco capitulos e quarenta e sete artigos.

Qualquer alteração que se fizer nos mesmos estatutos só poderá ser posta em execução depois de obtida a approvação do Governo Imperial; do que se passará Carta, que servirá de titulo.

Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

Estatutos da Sociedade Mineira Protectora e Beneficente.**CAPITULO I.****FIM DA SOCIEDADE.**

Art. 1.º A Sociedade Mineira Protectora e Beneficente, fundada na cidade do Rio de Janeiro, tem por fim prestar protecção e soccorros aos filhos da Provincia de Minas Geraes, que delles precisarem, residentes no Municipio neutro e no de Nicteroy.

Art. 2.º A protecção que a Sociedade promette aos Mineiros, estende-se ás suas viúvas e filhos, embora não sejam naturaes de Minas.

Art. 3.º Os membros da Sociedade, que houverem cumprido as obrigações que lhes impõem os estatutos, por dous annos pelo menos, terão, elles ou suas familias, preferencia na distribuição dos soccorros.

Art. 4.º A Sociedade propõe-se realizar seu fim:

§ 1.º Distribuindo dinheiro pelos Mineiros pobres, e desamparados, que forem accommettidos de molestias graves, ou que por sua idade decrepita estiverem impossibilitados de promover meios de subsistencia.

§ 2.º Soccorrendo com prestações mensaes de dinheiro as familias mineiras honestas, que se acharem em estado de pobreza e desamparo.

§ 3.º Promovendo occupação e trabalho para os Mineiros, ou suas familias, que delles precisarem.

§ 4.º Prestando-lhes todo o apoio moral de que precisarem, ainda os que não forem pobres, auxiliando-os com conselhos.

§ 5.º Proporcionando instrucção primaria aos Mineiros e filhos de Mineiros desvalidos.

CAPITULO II.

DOS SOCIOS, SEUS DIREITOS, E OBRIGAÇÕES.

Art. 5.º Podem fazer parte da Sociedade todos os Mineiros, maiores ou menores, de um ou de outro sexo, residentes em qualquer parte.

Art. 6.º Só serão elegiveis para qualquer cargo social os Mineiros residentes no Municipio neutro ou no de Nictheroy.

Art. 7.º Os socios varões maiores, residentes em qualquer lugar, achando-se no Rio de Janeiro, quando se reunir a assembléa geral, poderão tomar parte em suas deliberações e prestar o seu voto.

Art. 8.º Os socios pagarão, ao entrar na Sociedade, uma joia de 20\$000. Os socios elegiveis pagarão, além da joia, a mensalidade de 2\$000 em semestres adiantados.

Art. 9.º Os socios, que no acto da admissão quizerem remir-se das mensalidades, pagarão 100\$000, nos quaes include-se a joia. Se quizerem remir-se dentro dos primeiros cinco annos, pagarão 80\$000; e 50\$000 depois dos cinco annos.

Art. 10. O socio não elegivel, que mudar sua residencia para esta cidade ou para Nictheroy, torna-se elegivel, uma vez que sujeite-se ás mensalidades, pagando por inteiro o semestre em que se inscrever.

Art. 11. Nenhum socio poderá tomar parte nas deliberações da assembléa geral, se não achar-se quite de suas mensalidades do semestre anterior.

Art. 12. Os que deixarem de pagar as mensalidades por mais de um anno, salvo motivo que justifique a omissão, serão eliminados do numero dos socios.

Art. 13. O socio que distinguir-se por serviços extraordinarios, julgados relevantes, será nomeado socio benemerito.

Art. 14. Qualquer individuo, seja qual fôr sua nacionalidade, que fizer á Sociedade donativo importante pecuniario, ou prestar-lhe qualquer outro serviço de valor, poderá ser nomeado socio bemfeitor.

No regulamento social serão especificadas as condições exigidas para conferirem-se os títulos de socio benemerito ou bemfeitor.

CAPITULO III.

RECEITA E DESPEZA SOCIAL.

Art. 15. A receita da Sociedade consiste:

- § 1.º Nas joias.
- § 2.º Nas mensalidades.
- § 3.º Nas remissões.
- § 4.º No rendimento do capital social.
- § 5.º Nos donativos pecuniarios feitos pelos socios ou por terceiros.

Art. 16. A receita proveniente de joias e remissões, assim como de donativos, a que não fôr designada applicação especial, será convertida em apolices da Divida Publica geral ou em apolices provinciaes mineiras.

Art. 17. Em caso algum a administração da Sociedade dará ao fundo outra applicação.

Art. 18. As mensalidades e a renda das apolices serão applicadas aos soccorros que a Sociedade tem de prestar, deduzindo-se dessa receita, sempre que fôr possivel, vinte e cinco por cento para augmento do fundo social.

Art. 19. Se no fim do anno social houver saldo da receita destinada a soccorros, esse saldo será igualmente applicado a augmento do fundo, a juizo da administração.

CAPITULO IV.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 20. A administração superior da Sociedade pertence á assembléa geral dos socios e ao Conselho administrativo, seu delegado.

Art. 21. A assembléa geral reunir-se-ha duas vezes por anno nos mezes de Julho e Agosto, mediando entre as duas sessões um intervallo nunca menor de 15 dias, nem maior de 30.

Na primeira reunião ouvirá a leitura do relatorio, que apresentar o Presidente, e nomeará uma commissão composta de tres membros, a qual dará parecer sobre as contas.

Na segunda discutirá o parecer da commissão de contas e votará sobre as suas conclusões.

Art. 22. Nas reuniões ordinarias, cada socio poderá propôr as medidas que julgar a bem da Sociedade, com tanto que não alterem os estatutos.

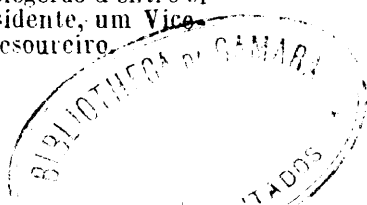
Art. 23. Além das reuniões ordinarias, a assembléa geral poderá reunir-se extraordinariamente, sempre que para isso fór convocada pelo Conselho. Far-se-ha tambem reunião extraordinaria, se o requerer um numero de socios igual ao dos membros do Conselho.

Art. 24. Nas reuniões extraordinarias não se discutirá senão o objecto especial para que fór convocada a assembléa.

Art. 25. O Conselho administrativo compõe-se de 12 membros eleitos annualmente na segunda reunião ordinaria da assembléa geral por maioria absoluta de votos em listas de doze nomes.

Art. 26. Os membros do Conselho poderão ser reeleitos. No caso de reeleição porém não serão obrigados a aceitar o cargo.

Art. 27. Os membros do Conselho elegerão d'entre si uma directoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente, dous Secretarios e um Thesoureiro.



Cada um destes funcçionarios será substituido pelo seu immediato em votos.

Art. 28. O Conselho administrativo deve reunir-se uma vez por trimestre, e extraordinariamente quando fór convocado pela Directoria. Funcçionará achando-se reunida a maioria de seus membros.

Art. 29. Ao Conselho administrativo compete :

§ 1.º Eleger a Directoria na fórma do art. 27, e proceder á eleição para preenchimento de alguma vaga, que por circumstancia imprevista se der na Directoria.

§ 2.º Conceder titulos de socio benemerito, ou benfeitor, na fórma do regulamento.

§ 3.º Resolver sobre a conversão dos 25 % e do saldo, de que tratão os arts. 18 e 19, em fundo social.

§ 4.º Crear empregos, e marcar-lhes vencimentos na fórma do regulamento.

§ 5.º Auxiliar o Presidente com as informações necessarias para organização do relatorio.

§ 6.º Autorizar as despezas sociaes mensaes ou annuaes, ordinarias ou extraordinarias.

§ 7.º Deliberar sobre a conveniencia de contractos que se devão celebrar com qualquer hospital publico ou particular, para tratamento dos enfermos a cargo da Sociedade.

§ 8.º Consultar sobre a conveniencia da acquisição, ou construcção de algum edificio para hospital da Sociedade, submettendo a consulta á assembléa geral, reunida ordinaria ou extraordinariamente.

§ 9.º Formar a estatistica da população mineira, residente na Côte e em Nictheroy, que esteja no caso de precisar dos auxilios da Sociedade.

§ 10. Nomear commissões de socios, membros, ou não, do Conselho, para tratar de algum objecto particular de interesse social.

§ 11. Convocar a assembléa geral para as sessões ordinarias, caso o Presidente não o tenha feito.

§ 12. Convocar reuniões extraordinarias da assembléa geral, quando o interesse da Sociedade o exigir. Neste caso a convocação deverá ser feita por dous terços do numero total dos membros do Conselho.

§ 13. Velar na observancia dos estatutos, e propôr a reforma dos artigos que della precisarem.

§ 14. Eliminar do numero dos socios os que tiverem perdido os respectivos direitos ; e relevar das mensalidades os socios que as não puderem pagar. Em ambos os casos deve preceder proposta da Directoria.

Art. 30. São attribuições da Directoria :

§ 1.º Approvar e rejeitar propostas para admissão de socios.

§ 2.º Propôr ao Conselho a eliminação dos socios que tiverem perdido os respectivos direitos.

§ 3.º Propôr ao Conselho que sejam relevados do pagamento das mensalidades os socios que se acharem em más circumstancias.

§ 4.º Designar o estabelecimento bancario onde devão ser recolhidos os capitaes sociaes, emquanto não são convertidos em apolices; e hem assim a importancia das mensalidades.

§ 5.º Nomear empregados, suspender-os, e demittil-os.

§ 6.º Nomear, no intervallo das sessões do Conselho, as comissões que julgar necessarias para serviço de interesse social.

§ 7.º Propôr ao Conselho, o convocar a assembléa geral extraordinariamente, quando o exigirem os interesses sociaes.

§ 8.º Convocar a assembléa geral e o Conselho para as sessões ordinarias, quando o Presidente não o tenha feito cinco dias antes dos dias prefixados.

§ 9.º Autorizar as despesas mensaes, quér devão ser applicadas ao ensino primario, quér a soccorros de outro genero, nunca excedendo ás forças do orçamento.

§ 10. Prestar ao Conselho em sua reunião trimensal, contas da sua gestão.

§ 11. Executar e fazer executar os estatutos e o regulamento social.

Art. 31. A Directoria reunir-se-ha ordinariamente pelo menos duas vezes por mez em dias fixados na reunião anterior, e extraordinariamente quando fôr convocada pelo Presidente.

Art. 32. Ao Presidente compete:

§ 1.º Presidir ás reuniões da Directoria, do Conselho administrativo e da assembléa geral; manter a ordem nas respectivas reuniões; suspender as sessões; dirigir todos os trabalhos das eleições, as discussões, etc.

§ 2.º Convocar reuniões extraordinarias da Directoria, sempre que o julgar conveniente.

§ 3.º Representar a Sociedade perante o Governo Imperial e quaesquer autoridades.

§ 4.º Assignar os contractos e obrigações da Sociedade, depois de prévia deliberação da Directoria ou do Conselho.

§ 5.º Assignar as actas das sessões e os diplomas de socios.

§ 6.º Autorizar as despesas urgentes, quando não fôr possível convocar immediatamente a Directoria.

§ 7.º Fiscalizar os empregados no desempenho dos deveres que lhes impõem os estatutos e o regulamento.

§ 8.º Desempatar as votações com o voto de qualidade.

Art. 33. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

Se durante o anno social por qualquer causa vagar o lugar de Presidente, exercerá o cargo o Vice-Presidente, independente de nova eleição.

Art. 34. Ao 1.º Secretario compete:

§ 1.º Substituir o Vice-Presidente e o Presidente.

§ 2.º Redigir e assignar as actas das sessões da Directoria, ler o expediente da Directoria, as actas do Conselho e da assembléa geral.

§ 3.º Assignar a correspondencia e ter a seu cargo o archivo da Sociedade.

Art. 35. Ao 2.º Secretario compete:

§ 1.º Substituir o 1.º Secretario em todas as suas attribuições e auxiliar-o no trabalho do expediente da Secretaria.

§ 2.º Redigir e assignar as actas do Conselho administrativo e da assembléa geral.

§ 3.º Organizar a estatística da população mineira na fórma do art. 29 § 9.º depois de colligidos os dados necessarios.

Art. 36. Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Proceder á cobrança dos dinheiros da Sociedade, têl-os em boa guarda, deposital-os na casa bancaria designada pela Directoria, convertel-os em titulos da Divida Publica quando se resolver a conversão, dar-lhes, finalmente, as applicações que forem ordenadas.

§ 2.º Ter a escripturação da Sociedade de despeza e receita em boa ordem, e sempre em dia, de modo a poder-se, em qualquer occasião de sessão da Directoria ou do Conselho, obter com promptidão informações precisas sobre o estado financeiro da Sociedade.

§ 3.º Apresentar á Directoria balancete trimensal, e no fim do anno social contas detalhadas e justificadas para serem apresentadas á assembléa geral com o relatório do Presidente.

§ 4.º Fornecer ao 1.º Secretario, nas reuniões ordinarias da assembléa geral, a lista dos socios que não estiverem quites com a Sociedade.

Art. 37. Nos impedimentos temporarios, o Thesoureiro será substituído pelo immediato em votos; vagando o lugar, o Conselho elegerá novo Thesoureiro.

Art. 38. Os livros de talões de recibos serão numerados e rubricados pelo Presidente; o de receita e despesa será aberto, numerado e rubricado pelo 1.º Secretário.

CAPITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 39. A comissão de contas dará parecer, não só sobre as contas da administração, como sobre a direcção geral dos negocios sociaes.

Art. 40. Os membros do Conselho e os da Directoria não podem ser eleitos para essa comissão.

Art. 41. As sessões do Conselho serão publicas. Podem tomar parte na discussão, além dos membros do Conselho, as Comissões que forem convidadas para assistirem ás sessões, não podendo porém votar.

Art. 42. Os membros do Conselho, que não fizerem parte da Directoria, serão substituidos pelos immediatos em votos.

Art. 43. Se o Conselho entender que a Sociedade não pôde continuar a preencher seu fim, proporá a dissolução á assembléa geral para isso convocada extraordinariamente.

Art. 44. Resolvida a dissolução, a assembléa geral na mesma sessão, ou em outra que se reunirá 10 dias depois, determinará a obra pia, a que devem ser applicados os capitaes sociaes.

Art. 45. Se a esse tempo existir ainda a escravidão, os capitaes da Sociedade serão applicados á emancipação de escravos naturaes da provincia de Minas, preferindo-se os de sexo feminino menores de 20 annos.

Art. 46. Na mesma sessão a assembléa geral elegerá uma comissão de tres membros, á qual serão conferidos plenos poderes para realizar a deliberação social.

Art. 47. A comissão, terminada sua missão, o que deverá realizar-se durante tres mezes, publicará pela imprensa o seu relatorio, que será submettido á ultima assembléa geral.

Rio de Janeiro, 1.º de Dezembro de 1869. — *João Baptista da Fonseca*, Presidente. — *Misael Candido de Mesquita*, Secretario.

DECRETO N. 4494—DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Concede autorização ao Instituto dos Cirurgiões Dentistas, estabelecido nesta Córte, para exercer suas funcções, e approva os respectivos Estatutos.

Attendendo ao que representou o Instituto dos Cirurgiões Dentistas, estabelecido nesta Córte, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 9 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 7 de Fevereiro ultimo, Hei por bem Conceder ao dito Instituto autorização para exercer suas funcções, e Approvar os respectivos Estatutos, ficando porém entendido que o ensino a que o referido Instituto se propõe nos arts. 53 e 54 é de natureza particular e não dá direito ao exercicio da profissão, o qual ficará sempre dependente dos exames e condições estabelecidos nas leis e regulamentos em vigor.

Quaesquer alterações que se fizerem nos ditos Estatutos ficarão sujeitas á approvação do Governo Imperial.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Março de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos do Instituto dos Cirurgiões Dentistas.**CAPÍTULO I.****DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS.**

Art. 1.º O Instituto dos Cirurgiões Dentistas, fundado no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1869 pelos Cirurgiões Dentistas Manoel da Silva•Costa Ju-

nior, José Gomes de Faria, Antonio José de Oliveira Castro, Agostinho Pereira da Cunha Junior, José Ramos Cordeiro, Luiz José Cardoso, Dr. José Spyer, Hypolito Emilio Hallais, José Joaquim Corrêa Leal, Thiago Bivilaqua, Emilio Colonna, Henrique Schnoor, Miguel Ferreira da Silva, Horacio Teixeira Lopes Guimarães, Manoel Paranhos da Silva Velloso, D. Affonso Henrique de Tavora Noronha Rohan e Vasconcellos Freire de Andrade e Antonio Maria Salgado, é uma associação de Cirurgiões Dentistas que tem por fim o estudo de questões relativas á Cirurgia e prothese dentaria por meio de discussões e trabalhos escriptos.

CAPITULO II.

DOS MEMBROS, SUA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES.

Art. 2.º O Instituto compõe-se de membros effectivos, correspondentes e honorarios.

§ 1.º Só podem ser membros effectivos os Cirurgiões Dentistas que residirem na Côrte, e na capital da Provincia do Rio de Janeiro.

§ 2.º Os membros fundadores do Instituto ainda que se ausentem da Córte serão sempre considerados effectivos.

§ 3.º Só podem ser membros correspondentes os Cirurgiões dentistas que residirem fóra da Côrte ou mesmo fóra do Imperio.

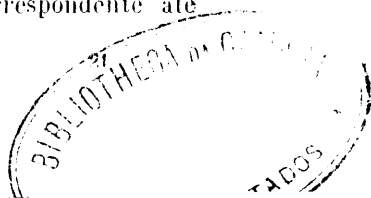
§ 4.º Só podem ser membros honorarios os Cirurgiões dentistas que tenham prestado relevantes serviços ao Instituto.

Art. 3.º A admissão dos membros será feita por aprovação da casa, precedendo :

§ 4.º Para membro honorario uma proposta assignada por um dos membros do Instituto, na qual declare os serviços prestados pelo candidato.

§ 2.º Parà membro effectivo e correspondente um trabalho escripto pelo candidato e apresentado por um dos membros effectivos do Instituto, cujo trabalho será escripto sobre um ponto á escolha do candidato.

Art. 4.º O membro effectivo que se retirar da Corte deverá ser considerado membro correspondente até a sua volta.



Art. 5.º Os trabalhos de que trata o § 2.º do art. 3.º devem ser lidos nas sessões em que forem entregues pelos candidatos, ou na sua ausencia por qualquer dos Secretarios.

Art. 6.º Uma commissão nomeada pelo Instituto formulará um parecer a respeito do trabalho ou memoria apresentada, no qual dará sua opinião que será sujeita á approvação do Instituto.

Art. 7.º Os candidatos serão considerados membros do Instituto, depois de approvados e discutidos pela casa o trabalho e o parecer de que falla o art. 6.º

Paraphgraph unico. O parecer e a memoria podem ser discutidos separadamente em caso de necessidade.

Art. 8.º Não se póde pôr em discussão o trabalho do candidato á effectividade sem que elle se achhe presente a sessão.

Art. 9.º Os candidatos, cujos trabalhos forem impugnados, poderão defendel-os, e sendo rejeitados só poderão apresentar-se candidatos quando o Instituto julgar conveniente.

Art. 10. As propostas ou requerimentos para um lugar de membro do Instituto devem declarar o nome, naturalidade, residencia e titulos do candidato.

Art. 11. Os membros effectivos são de mais obrigados :

§ 1.º Ao pagamento de uma joia de vinte mil réis.

§ 2.º Ao pagamento de uma mensalidade de mil réis.

Art. 12. Todo o membro effectivo tem direito de :

§ 1.º Tomar parte nas questões administrativas e discussões scientificas.

§ 2.º Propôr pontos para discussão, assim como qualquer medida a bem do Instituto.

§ 3.º Apresentar por si, ou por correspondencia, trabalhos, jornaes, theses, memorias, observações clinicas, e qualquer outro escripto relativo aos fins da associação.

§ 4.º Votarem em todas as questões do Instituto, em suas eleições, e ser votado para os cargos e commissões.

§ 5.º Ser recebido por uma commissão de tres membros nomeada pelo Presidente quando pela primeira vez tomar assento na casa.

Art. 13. Os membros correspondentes e honorarios serão igualados aos effectivos quando presentes á sessão, e gozarão de todas as garantias destes, excepto as do § 4.º do artigo antecedente.

CAPITULO III.

DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO E SEUS FUNCIONARIOS EM GERAL.

Art. 14. O Instituto terá os seguintes funcionarios electivos :— Um Presidente, um Vice-Presidente, dous Secretarios, um Thesoureiro, e as commissões extraordinarias exigidas pelo art. 6.º e outros.

Art. 15. Os cargos de eleição durarão sómente até o fim do anno social; os cargos porém de nomeação da presidencia durarão até o desempenho da missão.

CAPITULO IV.

DA MESA.

Art. 16. O Presidente e os dous Secretarios que estiverem funcionando, formarão a mesa, á qual além de outras attribuições marcadas nestes estatutos compete dar parecer sobre policia e regimen interno e quaesquer duvidas ou interpretações dos estatutos.

Art. 17. No caso de impedimento de qualquer membro da mesa, substitui-o-lha o seu immediato na ordem seguinte :— Presidente, Vice-Presidente, 1.º Secretario, 2.º Secretario, e seu immediato em votos.

Art. 18. Ao Presidente é devido todo o respeito e deferencia.

Art. 19. São suas attribuições:

§ 1.º Convocar as sessões ordinarias de oito em oito dias, e extraordinarias quando reconhecer essa necessidade.

§ 2.º Presidir a todas as sessões, abrir e fechar os trabalhos, manter a ordem chamando a esta os socios que a perturbarem.

§ 3.º Dirigir e marcar a ordem do dia, chamando á questão o socio que della se afastar, retirar-lhe a palavra quando elle offender o decôro social, e levantar a sessão quando ella se tornar tumultuosa.

§ 4.º Nomear as commissões de que trata o art. 14.

§ 5.º Abrir, rubricar e encerrar todos os livros do

Instituto, assignar as actas, officios de nomeação, que servirão de diplomas, documentos e contas para serem pagas pelo Thesoureiro.

§ 6.º Velar pela observancia destes estatutos e mais deliberações do Instituto.

§ 7.º Apresentar na sessão anniversaria um relatório circumstanciado dos factos notaveis occorridos durante seu periodo administrativo.

§ 8.º O Presidente não poderá tomar parte nos debates occupando a cadeira presidencial, salvo em defesa dos actos administrativos.

Art. 20. O Vice-Presidente terá as attribuições do Presidente, quando o substituir.

Art. 21. Ao 1.º Secretario compete :

§ 1.º Ler a acta e o expediente.

§ 2.º Redigir, subscrever a acta, e apurar as votações com o Presidente e o 2.º Secretario.

§ 3.º Fazer em um livro competente a matricula dos membros, segundo a classe a que pertencer, especificando, além dos esclarecimentos exigidos no art. 10, a data da admissão, com declaração do modo por que esta foi feita.

§ 4.º Redigir e assignar a correspondencia do Instituto e os officios de nomeação dos membros.

§ 5.º Escripturar e ter em boa ordem todos os papeis e livros a seu cargo.

Art. 22. Ao 2.º Secretario compete :

§ 1.º Ajudar ao 1.º Secretario na escripturação das actas e no registro da Secretaria.

§ 2.º Tomar nota do que se passar nas sessões, rubricando todas as propostas remettidas á mesa, e dal-as com brevidade ao 1.º Secretario para a confecção da acta.

§ 3.º Tomar nota dos membros presentes e ausentes.

§ 4.º Registrar em um livro proprio todos os papeis quér officios, quér communicações de qualquer ordem que do Instituto sejam expedidas.

Art. 23. Ao Thesoureiro compete :

§ 1.º Arrecadar as joias e mensalidades dos membros.

§ 2.º Ter em sua guarda e responsabilidade todos os fardos do Instituto.

§ 3.º Pagar todas as contas de despezas rubricadas pelo Presidente.

§ 4.º Ter em dia com toda a clareza em um livro proprio a escripturação dos dinheiros a seu cargo.

§ 5.º Prestar informações sobre os negocios a seu cargo sempre que o Instituto o exigir.

§ 6.º Apresentar no fim do anno social ao Instituto um balanço geral da receita e despesa, que será remetido a uma commissão para dar seu parecer.

§ 7.º Fazer entrega ao seu successor de todo o dinheiro e papeis a seu cargo.

Art. 24. Na falta do Thesoureiro proceder-se-ha a nova eleição para esse cargo.

CAPITULO V.

DAS COMMISSÕES.

Art. 23. As commissões serão nomeadas pelo Instituto por eleição ; a ellas compete :

§ 1.º Receber os trabalhos que lhes forem enviados pelo Instituto e dar parecer sobre elles.

§ 2.º Satisfazer finalmente as deliberações do Instituto.

§ 3.º As commissões que não tiverem de dar parecer, darão todavia conta da sua missão.

CAPITULO VI.

DAS SESSÕES, ELEIÇÕES E VOTAÇÕES.

Art. 26. As sessões do Instituto serão ordinarias, extraordinarias e solemne.

Art. 27. Para haver sessão é preciso que na hora marcada estejam presentes oito membros, isto quando se tratar de discussão de pontos scientificos ; é porém preciso maioria absoluta dos membros effectivos: 1.º para eleição dos funcionarios ; 2.º para alteração dos estatutos ; 3.º quando a maioria dos membros presentes o julgar necessario.

Art. 28. As sessões ordinarias terão lugar uma vez por semana.

Art. 29. As sessões extraordinarias terão lugar quando o Presidente julgar necessario.

Art. 30. A sessão solemne terá lugar no dia da installação do Instituto.

Art. 31. Nenhuma sessão ordinaria durará mais de tres horas, salvo se fôr pedida e approvada a sua prorrogação.

Art. 32. As questões que se ventilarem sobre emenda da acta não deverão prolongar-se por mais de dez minutos : compete ao Presidente encerral-as.

Art. 33. A eleição de funcionarios para o novo anno social será feita no dia anniversario da instalação do Instituto.

Art. 34. As decisões do Instituto serão tomadas por maioria de votos, que devem ser sempre por escrutinio secreto. No caso porém de empate a sorte decidirá.

Art. 35. Qualquer membro pôde mandar á mesa para ser inserida na acta a declaração de seu voto.

Art. 36. Observar-se-ha nas discussões o estylo adoptado nas associações analogas.

CAPITULO VII.

DOS DIPLOMAS.

Art. 37. O diploma de membro do Instituto, constará de um officio assignado pelo Presidente e Secretario participando a nomeação.

Art. 38. Os fundadores não terão diploma, mas sim os seus nomes assignados na acta da sessão da instalação do Instituto, e em um quadro que será collocado nas salas das sessões.

CAPITULO VIII.

DO ARCHIVO.

Art. 39. O archivo sob a immediata vigilancia do 1.º Secretario, constará :

§ 1.º De todos os trabalhos escriptos offerecidos ao Instituto por seus membros e pelos candidatos a tal lugar.

§ 2.º Dos livros das sessões, livros de assentos e mais trabalhos dos funcionarios e commisões.

§ 3.º De todos os jornaes e livros offerecidos ao Instituto.

Art. 40. O archivo será collocado na casa das sessões e franqueado a todos os membros, não podendo estes retirar do archivo objecto algum.

Art. 41. São propriedades do Instituto todos os trabalhos lidos em suas sessões.

CAPITULO IX.

DO PERIODICO.

Art. 42. Quando as posses do Instituto o permitirem, elle terá o seu periodico sob o nome de « Revista do Instituto dos Cirurgiões Dentistas. »

Art. 43. A Revista estará sob a immediata direcção de uma commissão de redacção eleita pelo Instituto em occasião opportuna.

Art. 44. A commissão de redacção compete :

§ 1.º Servir-se do archivo do Instituto quando tiver necessidade de materia para o preenchimento da publicação.

§ 2.º Rejeitar, censurar e corrigir os trabalhos que lhe forem submittidos, sem alterar as idéas scientificas que os autores nutrirem.

§ 3.º Escrever a chronica do periodico, historiando as discussões scientificas que apparecerem no recinto do Instituto.

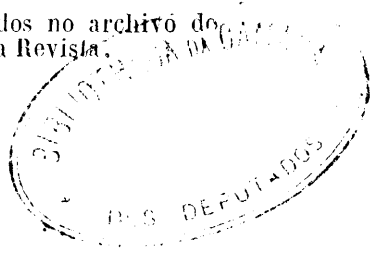
§ 4.º Enviar ás principaes corporações scientificas do Imperio um exemplar de cada numero da Revista.

§ 5.º Conservar em seu poder todos os trabalhos que lhe forem submittidos sem serem obrigados a restituil-os a seus autores.

Art. 45. A Revista, exclusivamente mantida por meio das assignaturas, apparecerá ao menos uma vez por mez.

Art. 46. Só por falta de assignaturas poderá a redacção recorrer aos cofres do Instituto, com prévia autorização do mesmo.

Art. 47. Deverão ficar reservados no archivo do Instituto pelo menos dez numeros da Revista.



CAPITULO X.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 48. Todo o dinheiro e objectos que pertencão ao Instituto, por offerta ou contribuição dos seus membros, não serão restituídos sobre pretexto algum.

Art. 49. Para fazer face a qualquer despesa extraordinaria do Instituto, não havendo dinheiro em caixa, dever-se-ha fazer um rateio entre os socios effectivos.

Art. 50. No caso de dissolução do Instituto o seu espolio reverterá em beneficio do Asylo de Invalidos da Patria.

Art. 51. Logo que constar que qualquer membro não tem comparecido no Instituto por motivo de molestia, será encarregada de visital-o e offerecer os seus officios uma commissão nomeada pelo Instituto.

Art. 52. No caso de fallecimento de algum dos membros o Instituto não só nomeará uma commissão para assistir ao seu funeral, como tambem a uma missa de 7.º ou 30.º dia que o Instituto mandará celebrar.

Art. 53. Quando as circumstancias do Instituto o permittirem crear-se-ha uma aula pratica de cirurgia e prothese dentaria, cujo programma de ensino será em tempo organizado por uma commissão nomeada pelo Instituto.

Art. 54. Esta aula terá os professores necessarios, que só poderão ser escolhidos d'entre os membros effectivos do Instituto.

Art. 55. Os presentes estatutos só poderão ser alterados ou mesmo reformados quatro annos depois de sua approvação.

Sala das sessões do Instituto dos Cirurgiões Dentistas, em 26 de Setembro de 1869.—Os membros da commissão de redacção.—*Manoel da Silva Costa Junior.*—*Agostinho Pereira da Cunha Junior.*—*Antonio José de Oliveira Castro.*

Approvados em sessão do Instituto de 26 de Setembro de 1869.—O secretario interino, *Antonio José de Oliveira Castro.*

DECRETO N. 1495—DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Concede autorização ao Instituto dos Directores e Vice-Directores de estabelecimentos de instrução particular, e dos Professores da mesma instrução para exercer suas funções, e approva os respectivos estatutos.

Attendendo ao que representou o Instituto dos Directores e Vice-Directores de estabelecimentos de instrução particular, e dos Professores da mesma instrução, estabelecido nesta Córte, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 16 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado do 1.º do mesmo mez, Hei por bem Conceder ao dito Instituto autorização para exercer suas funções e Approvar os respectivos Estatutos, ficando quaesquer alterações que nelles se fizerem, sujeitas á approvação do Governo Imperial.

Paulino José Soares de Souza. do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro. em vinte seis de Março de mil oitocentos e setenta. quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos do Instituto dos Directores, e Vice-Directores e Professores da instrução particular.**CAPITULO I.****DO INSTITUTO E SUA REPRESENTAÇÃO.**

Art. 1.º O Instituto é a reunião dos Directores, Vice-Directores e Professores da instrução primaria e secundaria particular do Imperio, nacionaes e estrangeiros, de ambos os sexos.

Art. 2.º O Instituto tem por fim trabalhar e esforçar-se em pro da instrução, dos interesses e dos direitos de seus

membros e de seus respectivos alumnos, propondo e admit-tindo as modificações e innovações sobre methodos de ensino e compendios, cuja adopção julgar mais conveniente.

Art. 3.º Esta associação durará o espaço de dez annos, pelo menos; podendo este prazo ser prorogado por deliberação da assembléa geral de seus membros.

Art. 4.º O Instituto será representado por um Conselho superior composto de sete membros, a saber: um Presidente, um 1.º e um 2.º Secretarios, um Thesoureiro e tres Vogaes.

Art. 5.º Este Conselho será eleito por escrutinio secreto e maioria relativa, na assembléa geral de Dezembro, apresentando cada socio em uma só lista os nomes dos votados com a indicação dos cargos que tenham de servir.

Art. 6.º As funcções do Conselho são annuaes, e poderão ser reeleitos todos os seus membros.

Art. 7.º São deveres do Presidente:

§ 1.º Presidir as sessões do Conselho e da assembléa geral do Instituto.

§ 2.º Convocar os membros do Conselho para suas reuniões.

§ 3.º Convocar os socios para as reuniões da assembléa geral, tanto ordinaria como extraordinaria, por meio de annuncios nos jornaes mais publicos da Corte, com antecedencia de dez dias, declarando o motivo da reunião, e repetido o annuncio na vespera e dia da convocação.

§ 4.º Dirigir os trabalhos, tanto do Conselho como da assembléa geral, podendo suspender e levantar a sessão em circumstancias extraordinarias.

§ 5.º Ler o relatório annual do movimento do Instituto na sessão ordinaria de Dezembro.

§ 6.º Ceder a cadeira da presidencia ao 1.º Secretario, quando tiver de orar.

§ 7.º Desempatar pelo voto de Minerva.

§ 8.º Assignar a correspondencia que tenha de ser dirigida aos altos Poderes do Estado.

§ 9.º Manter a regularidade durante as discussões, chamando á ordem qualquer socio que della se afastar, e podendo até, depois de consultada a assembléa geral, fazel-o retirar do recinto da sessão.

§ 10. Levantar as sessões quando estejam terminados os trabalhos.

Art. 8.º Ao 1.º Secretario compete:

§ 1.º Ler o expediente, tanto do Conselho como da assembléa geral.

§ 2.º Fazer a escripturação que lhe fór indicada pelo Presidente.

§ 3.º Dirigir e assignar toda a correspondencia que não esteja no caso da do art. 7.º, § 8.º, devendo sempre fazel-o em nome do Presidente.

§ 4.º Substituir o Presidente nos seus impedimentos.

§ 5.º Ter sob sua guarda o archivo do Instituto.

§ 6.º Passar as certidões autorisadas pelo Presidente.

Art. 9.º E' do dever do 2.º Secretario :

§ 1.º Redigir as actas do Conselho e assembléa geral, e lê-las em sessão.

§ 2.º Tomar todas as apontamentos precisos para a redacção das mesmas actas.

Art. 10. São obrigações do Thesoureiro :

§ 1.º Promover a arrecadação dos fundos do Instituto e empregar-os em apolices da divida publica sempre que tiver quantia sufficiente em seu poder, e o Conselho o julgar acertado.

§ 2.º Fazer os pagamentos determinados pelo Conselho.

Art. 11. Incumbe aos Vogacs :

§ 1.º Tomar parte nas discussões e votações do Conselho como os demais membros do mesmo Conselho.

§ 2.º Substituir os Secretarios e o Thesoureiro, do modo seguinte : o Vogal mais votado substituirá o 1.º Secretario, o segundo em votação substituirá o 2.º Secretario, e o terceiro o Thesoureiro.

CAPITULO II.

DO CONSELHO.

Art. 12. O Conselho se reunirá, pelo menos, uma vez por mez.

Art. 13. Não poderá haver sessão sem que estejam presentes quatro de seus membros, pelo menos.

Art. 14. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria relativa dos votos presentes.

Art. 15. São attribuições do Conselho :

§ 1.º Promover todo o desenvolvimento do Instituto e pagar pelos seus direitos e interesses, e dos de cada um de seus membros.

§ 2.º aconselhar particularmente os socios que se desviarem dos dictames da moral publica a fim de que se corrião, e no caso de recidencia applicar-lhes as penas estabelecidas no art. 31.º dos Estatutos.

§ 3.º Determinar todas as despesas que julgar necessarias para o bom andamento do Instituto.

§ 4.º Velar na boa execução dos Estatutos e de quaesquer regulamentos sociaes.

§ 5.º Preparar a assembléa geral todas as medidas que a experiencia indique como proficuas á boa marcha e desenvolvimento do Instituto.

§ 6.º Tomar sob sua responsabilidade, em caso urgente e não previsto pelos Estatutos ou Regulamentos, toda e qualquer providencia reclamada pelas circumstancias, solicitando em tempo breve da assembléa geral approvação para seu acto.

CAPITULO III.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 16. A assembléa geral do Instituto é a reunião de seus membros.

Art. 17. Para haver sessão da assembléa geral é preciso que estejam reunidos, pelo menos 30 socios: se porém uma hora depois da indicada não estiver presente este numero abrir-se-ha a sessão com 15, pelo menos.

Art. 18. As sessões ordinarias serão duas annualmente, uma em Junho e outra em Dezembro.

Art. 19. As sessões extraordinarias serão convocadas quando o Presidente julgar opportuno fazel-o.

Art. 20. Oito membros do Instituto têm o direito de solicitar do Presidente a convocação de qualquer sessão extraordinaria, e, se não forem attendidos, poderão fazer a mesma convocação, independente do Presidente.

Art. 21. Nas sessões extraordinarias não se discutirá nem votará materia diversa daquella para que tenha sido convocada a assembléa geral; nao impedindo porém esta clausula a apresentação de quaesquer indicações, quando couber no tempo, para serem discutidas e votadas em outra reunião.

Art. 22. Cada sessão, tanto ordinaria como extraordinaria, durará até duas horas, podendo ser prorogada por decisão da assembléa.

Art. 23. Nenhum socio poderá fallar sobre cada materia mais de duas vezes, exceptuados os relatores de commissões e aquelles que pedirem a palavra pela ordem.

CAPITULO IV.

DOS SOCIOS.

Art. 24. O Instituto compor-se-ha de socios effectivos, correspondentes, honorarios e benemeritos.

Art. 25. São socios effectivos todos os Directores, Vice-Directores e Professores particulares, de instrucção primaria e secundaria, nacionaes e estrangeiros, de um e outro sexo, que tiverem os seguintes requisitos:

§ 1.º Os que installarão o Instituto.

§ 2.º Os que depois da installação forem propostos por um socio e approvados pela maioria absoluta do Conselho.

Art. 26. O socio effectivo pagará em acto de entrada no Instituto a joia de 10\$000, e mensalmente a contribuição de 1\$000, e poderá remir-se pagando de uma só vez a quantia de 60\$000.

Art. 27. O socio effectivo tem o direito de discutir, votar e propôr em assembléa geral tudo quanto julgar util ao Instituto, e de ser votado para qualquer cargo social.

Art. 28. O socio, que não estiver quite de suas contribuições, não poderá fazer parte da assembléa geral.

Art. 29. O socio que não pagar sua joia trinta dias depois de haver recebido communicação de sua admissão, ou que deixar de satisfazer suas mensalidades no espaço de seis mezes, ficará suspenso de seus direitos sociaes até que se mostre quite.

Art. 30. Se uma tal falta continuar a existir por espaço de um anno, o socio, que a commetter, será considerado eliminado do Instituto.

Art. 31. Todo o socio é obrigado a aceitar qualquer cargo social para que fôr eleito pela primeira vez, salvo circumstancia attendivel, sob pena de ser eliminado do Instituto.

Art. 32. O socio, que não puder assistir a qualquer sessão da assembléa geral, poderá mandar sua opinião escripta sobre a materia, que tenha de ser discutida, a fim de ser lida na referida sessão.

Art. 33. Além dos cargos de que trata o art. 31, todo o socio é obrigado a aceitar qualquer commissão para a qual seja nomeado pelo Presidente ou Conselho.

Art. 34. O socio que por seu procedimento contrario aos dictames da moral publica, se tornar indigno de pertencer ao Instituto, será d'elle eliminado por maioria absoluta de votos dos membros do Conselho.

Art. 35. Todo o socio que se julgar offendido em seus direitos por qualquer deliberação do Conselho, poderá recorrer para a assembléa geral.

Art. 36. São socios correspondentes todos os que tiverem as condições de socios effectivos, mas que residirem em lugar distante, que os impossibilite de exercerem as obrigações que aos mesmos socios pertencem.

Art. 37. Estes socios poderão passar para a classe dos effectivos, se vierem estabelecer sua residencia na Corte.

Art. 38. Se estiverem porém temporariamente na Córte poderão tomar parte nos trabalhos da assembléa geral.

Art. 39. São socios honorarios todas as pessoas que tiverem prestado serviços ao Instituto ou á instrucção ou mesmo á classe.

Art. 40. O maior premio que o Instituto póle conceder é o diploma de socio benemerito, o qual só poderá ser dado ás pessoas que tiverem prestado serviços relevantissimos, tanto ao Instituto como á instrucção.

Art. 41. Estes socios têm o direito de occupar lugar especial e distincto quando assistirem ás sessões da assembléa geral, em cujos trabalhos poderão tomar parte.

CAPITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 42. Os diplomas dos socios effectivos serão expedidos e assignados pelo Presidente, Secretarios e Thesoureiro, e os dos socios das outras classes pelos mesmos empregados menos o Thesoureiro.

Art. 43. O Conselho ou cinco membros do Instituto têm o direito de propôr em assembléa geral ordinaria para socio honorario ou benemerito qualquer pessoa que esteja nas condições dos arts. 39 e 40.

Art. 44. A assembléa geral apreciará taes condições, e poderá admittir ou rejeitar a proposta; devendo o Conselho, no primeiro caso, expedir o diploma na fórma estabelecida pelo art. 42.

Art. 45. Não é permitido servirem conjuntamente no Conselho parentes em grão proximo, nem mesmo affins.

Art. 46. Ficão suspensos dos seus direitos socios os membros effectivos e correspondentes, que por acto de vontade propria fecharem seus collegios ou deixarem de leccionar.

Art. 47. A disposição do artigo antecedente não se entenderá com aquelles socios que por circumstancias extraordinarias suspenderem os trabalhos de seus estabelecimentos ou o exercicio do magisterio.

Art. 48. O socio effectivo que se ausentar temporariamente da Córte e o participar per carta ao Conselho, será dispensado do pagamento de qualquer contribuição durante sua ausencia.

Art. 49. Logo que o estado financeiro do Instituto o permitta, poderá a respectiva assembléa geral determinar a creação de uma caixa de beneficencia em favor dos socios e de suas famílias.

Art. 50. É expressamente vedado aos membros do Instituto, na sua qualidade de Directores, Vice Directores ou Professores, iniciar a menor correspondencia com o Governo ou com quaesquer outras autoridades; não o podendo fazer senão por intermedio do Conselho; menos, porém, quando se tratar de objectos privativos do collegio ou do exercicio do professorado.

Art. 51. O socio que infringir o precepto do artigo antecedente incorrerá na multa de 60\$000, que será logo cobrada pelo Thesoureiro, por ordem do Presidente.

Art. 52. A assembléa geral do mez de Junho nomeará uma commissão composta de tres membros, da qual o mais votado será o relator, a fim de examinar as contas do Conselho e moralisar os actos do mesmo, do que fará um relatorio, que entrará em discussão e será votado na sessão do mez de Dezembro.

Art. 53. Todos os livros, papeis, contas e outros quaesquer documentos do Instituto serão rubricados pelo Presidente.

Art. 54. O capital social será formado: 1.º das joias dos socios effectivos; 2.º das mensalidades dos mesmos socios; 3.º das remissões; 4.º das multas em que possão incorrer; 5.º dos donativos voluntarios do Presidente, na occasião da morte; 6.º dos donativos ou legados que possão ser feitos ao Instituto; 7.º das loterias que os Poderes do Estado possão conceder; 8.º dos jures capitalisados.

Art. 55. O Regimento interno e quaesquer outros Regulamentos necessarios á boa marcha dos trabalhos do Instituto serão organizados pelo Conselho e approvados pela assembléa geral.

Art. 56. A reforma destes Estatutos só terá lugar sendo votada por metade e mais um dos membros effectivos reunidos em assembléa geral.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1870. — Conselheiro Dr. *Adolpho Manoel Victorio da Costa*, Presidente. — Dr. *Ascanio Ferraz da Motta*, 1.º Secretario. — Padre *Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte*, 2.º Secretario.



DECRETO N. 4496 — DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Concede ao Dr. Joaquim Montinho dos Santos privilegio para os melhoramentos que realisou nos apparelhos de sua invenção, destinados á extincção da formiga-saúva.

Attendendo ao que Me requereu o Dr. Joaquim Montinho dos Santos, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional; Hei por bem Conceder-lhe privilegio, por dez annos, para os melhoramentos que realisou em seus apparelhos, destinados á extincção da formiga—saúva—, privilegiados pelo Decreto n.º 2682 de 3 de Novembro de 1860.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4497 — DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Concede á companhia ingleza « The Commercial Union Assurance Company » a necessaria autorização para estender suas operações ao Imperio.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza de seguros —The Commercial Union Assurance Company—, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 16 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Fevereiro proximo findo: Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para estender suas operações ao Imperio, sob as seguintes condições:

1.ª A companhia não poderá effectuar no Brasil operações sobre o seguro de vidas;

2.^a Em qualquer dos estabelecimentos bancarios existentes na praça do Rio de Janeiro depositará a companhia a quantia de 10:000\$000 como fundo de garantia.

3.^a Os actos da companhia praticados no Imperio serão regidos pelas leis brasileiras;

4.^a A companhia responderá pelos actos dos seus agentes no Imperio e pelo cumprimento de todas as obrigações que elles contrahirem;

5.^a Será trazida ao conhecimento do Governo Imperial qualquer alteração que soffrerem os estatutos por que se rege a companhia;

6.^a A companhia terá uma agencia na cidade do Rio de Janeiro, e não poderá estender suas operações a outras praças do Imperio, sem especial autorização do Governo Imperial.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4498 — DE 26 DE MARÇO DE 1870.

Concede á companhia ingleza —The British and Foreign Marine Insurance Company Limited— autorização para estabelecer uma agencia na Provincia de Pernambuco.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza de seguros maritimos —The British and Foreign Marine Insurance Company Limited— devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 16 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 21 de Fevereiro proximo findo; Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para estabelecer uma agencia na Provincia de Pernambuco, sob as seguintes condições:

1.^a Em qualquer dos estabelecimentos bancarios existentes na mencionada Provincia depositará a companhia a quantia de 10:000\$000 como fundo de garantia;

2.^a Os actos da companhia praticados no Imperio serão regidos pelas leis brasileiras;

3.^a A companhia responderá pelos actos dos seus agentes no Imperio e pelo cumprimento de todas as obrigações que elles contrahirem;

4.^a Será trazida ao conhecimento do Governo Imperial qualquer alteração que soffrerem os estatutos por que se rege a companhia.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Março de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4499—DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Altera os direitos taxados em diversos artigos da Tarifa das Alfandegas.

Hei por bem, Usando da autorização concedida no § 9.º do art. 1.º do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, Ordenar que na Tarifa das Alfandegas, actualmente em vigor, se fação as alterações que com este baixão, assignadas pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4500—DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Approva os novos estatutos da sociedade — Reunião dos Expositores.

Attendendo ao que Me requereu a sociedade — Reunião dos Expositores —, devidamente representada, e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Fevereiro ultimo, Hei por bem Approvar os novos Estatutos, que com este baixão, accitos pela assemblêa geral dos respectivos socios, salvas as disposições dos paragraphos do art. 25, do art. 37, do paragrapho unico do art. 39, e dos arts. 40 e 44, as quaes ficão supprimidas por ser a materia de que tratão, mais propria do regulamento interno que a mencionada Sociedade adoptar para o preenchimento do seu fim.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Estatutos a que se refere o Decreto n.º 4500 de 2 de Abril de 1870, da sociedade — Reunião dos Expositores.

CAPITULO I.

DA SOCIEDADE E SEUS FINS.

Art. 1.º A sociedade — Reunião dos Expositores —, constituida na Corte e approvada pela Carta Imperial de 21 de Julho de 1867, fica sendo d'ora em diante denominada — *Reunião dos Expositores da Industria Brasileira* —; tendo por fim o congraçamento de todos que se occupão da industria em seus differentes ramos, quer sejam nacionaes ou estrangeiros, para estudarem o meio pra-

tico de levar a effeito entre nós as exposições industriaes dentro e fóra do paiz.

Art. 2.º Propõe-se:

§ 1.º Excitar a emulação do Brasil para com os paizes estrangeiros mais adiantados.

§ 2.º Contribuir com todas as suas forças para preparar o trabalho verdadeiramente nacional, ajudando a formar aprendizes e obreiros em diversos ramos da industria.

§ 3.º Propagar pela influencia individual dos seus associados, e pela collectiva da associação, os melhores methodos de trabalho industrial e artistico.

§ 4.º Occupar-se da vulgarisação do ensino que possa contribuir para o adiantamento intellectual e moral da classe dos obreiros no Brasil.

§ 5.º Levantar o trabalho manual e os trabalhadores ao grão que lhes pertence em toda a sociedade esclarecida, amiga do progresso, e que respeita a dignidade do homem util e laborioso.

Art. 3.º Para alcançar este desideratum a sociedade estabelecerá, quando permittirem suas forças:

§ 1.º Uma escola de instrucção primaria e secundaria nocturna para os obreiros que desejarem instruir-se nos diversos ramos do ensino publico.

§ 2.º Cursos theoricos nocturnos em que se expliquem os principios sobre que se assentão as diversas industrias.

§ 3.º Um museu industrial, que deverá conter specimen dos objectos que forem julgados dignos de exposiçào, e que sirvão outrosim para marcar a marcha e progresso da industria nacional.

§ 4.º Uma bibliotheca especial sobre tudo que possa interessar ás questões industriaes.

§ 5.º Um jornal.

§ 6.º Exposição annual de productos industriaes, á qual concorrerão todos os seus associados que puderem, bem como os estranhos que quizerem honrar a associação expondo seus productos.

CAPITULO II.

DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 4.º A sociedade se comporá de numero illimitado de socios, sem distincção de nacionalidade, debaixo

da seguinte classificação: honorarios, correspondentes, benemeritos e effectivos.

§ 1.º Terá o diploma de socio honorario não só o membro effectivo que mostrar interesse real no desenvolvimento das idéas exaradas no programma adoptado pela sociedade, como também toda a pessoa de posição social reconhecida e que por seus conhecimentos especiaes implicitamente contribua para o seu progresso.

§ 2.º Sómente poderá ser correspondente a pessoa que, tendo sido socio effectivo, passar a residir fóra da séde da associação, ou o individuo que fóra da Côte, ou no estrangeiro, entretiver com a sociedade correspondencia interessante e tendente ao bom desempenho do seu programma.

§ 3.º Terá direito ao titulo de benemerito o socio effectivo que concorrer com um importante donativo para os cofres sociaes, bem como o que propuzer o numero de 40 socios effectivos. Estes, bem como os honorarios e correspondentes, ficão dispensados da prestação pecuniaria.

§ 4.º Para socio effectivo requer-se: 1.º, que o proposto tenha concorrido a uma exposição qualquer, ou que por suas luzes tenha contribuido para o desenvolvimento e progresso da industria e bellas artes, e que deponha além disso no cofre da sociedade a quantia de 5\$000 como joia de entrada, e a mensalidade de 500 rs., que poderá ser elevada a 1\$000, se isso fôr necessario para a sustentação do jornal, e serão cobrados trimestralmente.

CAPITULO III.

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL.

Art. 5.º A administração da sociedade será feita por uma mesa composta dos seguintes membros: um Presidente, um Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretarios, Thesourero, Bibliothecario, Director de aulas e um Secretario adjuncto.

Art. 6.º São deveres da administração:

§ 1.º O governo economico da sociedade.

§ 2.º Arrecadação dos bens da sociedade e sua applicação conforme o disposto no orçamento.

§ 3.º Propôr a approvação de titulo de socio hono-

rario e benemerito para o individuo que achar incluído nas condições prescriptas pelos Estatutos.

§ 4.º Prover sobre tudo que fôr administrativo e regulamentar.

Art. 7.º Quando qualquer dos eleitos, sem motivo justificado, não se empossar ou deixar por espaço de um mez o cargo para que fôra escolhido, será chamado o immediato em votos, e no caso deste não accitar, se procederá a nova eleição em assembléa geral.

CAPITULO IV.

SÃO DEVERES DO PRESIDENTE.

1.º Presidir as sessões, abrir e fechar os trabalhos.

2.º Redigir a ordem do dia e a discussão.

3.º Abrir, rubricar e encerrar com o 1.º Secretario todos os livros de registro, bem como assignar todas as actas, balancetes e balanços.

4.º Exercer só o voto de desempate, não podendo votar ordinariamente.

5.º Nomear as commissões extraordinarias que não sejam previstas nos Estatutos.

6.º Levantar a sessão, quando a prudência e a boa ordem dos trabalhos, assim lhe aconselhar.

7.º Assignar os diplomas com o 1.º Secretario e o Thesoureiro.

Art. 9.º No caso de impedimento, passará a administração ao Vice-Presidente, a quem ficarão inherentes todas as obrigações exaradas no art. 8.º

CAPITULO V.

Art. 10. Compete ao 1.º Secretario:

1.º Redigir o periodico que a Sociedade mantiver.

2.º Fazer o relatorio annual dos trabalhos.

3.º Escrever toda a correspondencia da associação e assignal-a, bem como expedir os avisos, annuncios, etc., assignar outrosim os diplomas com o Thesoureiro e Presidente.

4.º Rubricar juntamente com o Presidente todos os livros da sociedade, excepto os pertencentes á biblio-

theca, e apurar as votações com o Presidente e 2.º Secretário.

Art. 11. Ao 2.º Secretario são prescriptas as seguintes obrigações: 1.º dar conta do expediente na 1.ª parte da ordem do dia, devendo outrosim incumbir-se da organização e leitura das actas das sessões, quer ordinarias, quer extraordinarias, dar relação dos socios presentes, da apuração das votações, bem como da escripturação, de um livro especial denominado de socios, em que se indique a naturalidade do socio, profissão, idade, data da entrada, nome do proponente, o motivo de sua demissão, quando por qualquer motivo deixe de fazer parte do quadro social.

Art. 12. O Secretario adjuncto substitue o 2.º em todas suas faltas e impedimentos, e o coadjuva.

CAPITULO VI.

DO THESOUREIRO E SEUS DEVERES.

Art. 13. Cabe-lhe só a responsabilidade no bom ou máo andamento do cofre social.

Art. 14. São seus deveres:

§ 1.º Arrecadar por si, ou por pessoa de sua confiança, os rendimentos da associação, bem como pagar todas as despesas ordenadas pela directoria, de conformidade com a lei do orçamento.

§ 2.º Escripturar o livro caixa.

§ 3.º Mostrar em um minucioso relatorio semestral o estado financeiro da sociedade, bem como um que diga respeito a todo tempo de sua gerencia e que deve ser acompanhado do orçamento do anno futuro, e que será entregue aos cuidados da commissão de fundos.

§ 4.º Propôr á directoria uma casa bancaria de sua confiança para nella depositar as quantias arrecadadas, devendo sempre preferir as garantidas pelo Governo.

Art. 15. Cumpre-lhe depositar toda a quantia que exceder a 50\$000, salvo se os compromissos da sociedade excederem a esta somma.

CAPITULO VII.

DO BIBLIOTHECARIO.

Art. 16. Compete ao Bibliothecario:

§ 1.º Ter em boa ordem os archivos.

§ 2.º Rubricar todos os livros pertencentes á bibliotheca.

§ 3.º Organizar um livro especial em que mencione o titulo da obra e o numero dos volumes, nome do doador e data de sua doação.

§ 4.º Formular um catalogo das obras existentes pela classificação mais aceita.

§ 5.º Exigir do socio a restituição dos livros, quando elle exceder na leitura dos mesmos ao prazo marcado no regulamento especial da bibliotheca.

§ 6.º Tomar conta do museu industrial.

Art. 17. Propôr todas as medidas de accôrdo com a directoria, que forem de interesse para a bibliotheca.

Paragrapho unico. A bibliotheca terá um regulamento especial que será organizado pelo Bibliothecario e approved em assembléa geral, para ter força de lei.

CAPITULO VIII.

DO DIRECTOR DE AULAS.

Art. 18. Ao Director de aulas pertence:

Paragrapho unico. Não só a direcção interna das aulas, como propôr todas as medidas concernentes ao bom andamento das mesmas, ficando outrosim obrigado a dar no fim de seu anno social, um relatório circumstanciado sobre o seu estado de progresso ou atrazo.

CAPITULO IX.

DAS COMMISSÕES.

Art. 19. As commissões serão as seguintes:

§ 1.º Comissão de fundos, composta de cinco membros, que será eleita no fim de cada anno social, depois

de apresentado o respectivo relatorio pelo Thesoureiro e que tem por incumbencia o estado e apreciação do já citado relatorio.

§ 2.º Toda aquella que o Presidente julgar conveniente, devendo esta ser composta de tres membros.

Art. 20. O socio que, nomeado para uma commissão no espaço de seis mezes, não emittr seu juizo sem motivo justificado sobre a materia submettida á sua apreciação, não poderá mais ser eleito para qualquer outra commissão.

CAPITULO X.

DAS SESSÕES.

Art. 21. A associação se reunirá em sessões ordinarias, assembléas geraes e sessões annuaes.

Art. 22. Para as sessões ordinarias requer-se apenas a presença de seis socios.

Art. 23. As assembléas geraes serão : ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º Ordinarias, quando convocadas para a eleição da mesa e questões administrativas.

§ 2.º Extraordinarias as que forem marcadas para negocios urgentes, não incluídos no § 1.º

Art. 24. Para ambas trabalharem, se faz preciso a presença da quarta parte dos socios effectivos inscriptos e quites, devendo preceder aviso por espaço de dous dias consecutivos.

Paragrapho unico. Não comparecendo numero sufficiente se fará nova convocação e então se trabalhará com o numero de socios presentes.

Art. 25. São consideradas sessões annuaes não só a anniversaria da fundação, como tambem a da abertura e encerramento da exposição que annualmente deve fazer a sociedade.

§ 1.º E' programma da 1.ª:

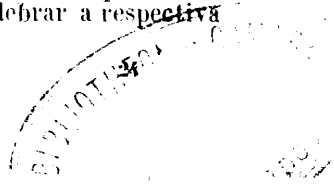
1.º Discurso do Presidente.

2.º Relatorio dos trabalhos pelo 1.º Secretario.

3.º Trabalhos analogos ao acto pelos socios.

§ 2.º Quanto á 2.ª seu programma será especificado na occasião em que se tenha de celebrar a respectiva exposição.

PARTE II.



Art. 26. São consideradas sessões ordinarias as da directoria.

CAPITULO XI.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 27. A assembléa geral se reunirá extraordinariamente nos casos previstos no art. 23, § 2.º

Art. 28. A associação reunir-se-ha em assembléa geral ordinaria em um dos dias do mez de Novembro de cada anno social, podendo as sessões demorar o tempo e os dias que forem necessarios.

Art. 29. Compete-lhe:

§ 1.º O exame das actas, do relatorio da commissão de fundos e do orçamento sobre o balanço geral apresentado pelo Thesoureiro.

§ 2.º Approvar o orçamento da receita e despesa do anno social vindouro.

§ 3.º Nomeação da commissão de fundos, aclamação dos socios honorarios e benemeritos approvados, decisão de todas as questões que lhe forem propostas e eleição dos membros que devem formar a administração social.

CAPITULO XII.

DAS ELEIÇÕES.

Art. 30. Reunida a associação em assembléa geral ordinaria para a eleição, e recebidas em urna especial as cédulas, considera-se aberta a sessão embora se retirem os socios presentes e deixe portanto de haver o numero fixado para taes sessões.

Art. 31. A administração social será eleita biennalmente, podendo ser reelegivel indefinidamente e a votação recahir em qualquer classe de socios, menos na dos correspondentes.

Paragrapho unico. Requer-se para todos os eleitos maioria absoluta de votos.

CAPITULO XIII.

FAVORES CONCEDIDOS AOS SOCIOS.

Art. 32. Qualquer socio poderá, assistir ás sessões, propor, discutir e votar sobre qualquer medida, bem como utilizar-se dos livros existentes na bibliotheca, visitar o muzeu e a exposição industrial, tendo outrosim direito a um exemplar do que fór publicado pela sociedade.

CAPITULO XIV.

DAS PENAS.

Art. 33. O socio effectivo que terminado o anno financeiro, não tiver cumprido o pagamento de suas mensalidades e joia, será eliminado do quadro social, pena que tambem será imposta ao socio effectivo que se retirar da séde da associação sem participar á directoria.

Paragrapho unico. Cessa a pena acima desde que o socio satisfizer o seu compromisso e justificar a sua falta.

Art. 34. Ainda ficão sujeitos á pena de eliminação.

§ 1.º Os que tentarem, directa, ou indirectamente, por factos provados destruir a associação ou lançar mão de meios pelos quaes possam causarão descredito ou aniquilamento da mesma.

§ 2.º Os que faltarem á honra e probidade por bancarrota ou de outra maneira, ou que forem sentenciados pelos tribunaes criminaes.

CAPITULO XV.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 35. A directoria tomará posse no dia 9 de Janeiro.

Art. 36. As reuniões ordinarias serão semanaes, não podendo haver por semana mais de duas sessões.

Art. 37. No intervallo das sessões, fica publico a todos os socios a casa da sociedade para leitura das publicações recebidas, actas, etc.

Art. 38. E' renda da sociedade, as joias de entrada de todos os socios e as respectivas mensalidades, bem como as quantias que lhe possão ser offerecidas para ajudal-a na realização dos fins a que ella se propõe attingir.

Art. 39. Salvo as despezas miudas de registro de papeis, pennas, tintas, annuncios, e circulars de convocação, todas as outras deverão ser autorizadas por um voto anterior.

Paragrapho unico. A sociedade não responde por quantias adiantadas pelo thesoureiro, que não tenham sido autorisadas.

Art. 40. Paragrapho unico. O Thesoureiro não dará cumprimento á 2.^a parte do § 1.^o do art. 11 sem que a conta esteja rubricada pelo Presidente e 1.^o Secretario.

Art. 41. Toda a proposta deverá para ser posta a votos ser apresentada por escripto e assignada pelo proponente, que será approvada em sessão seguinte, salvo urgencia.

Art. 42. Estando o Presidente, ausente ou impedido, será substituido pelo Vice-Presidente e na sua falta pelo 1.^o Secretario.

Paragrapho unico. Dado o impedimento dos dous substitutos do Presidente, será chamado o socio mais antigo d'entre os que estiverem presentes.

Art. 43. Para satisfazer ás necessidades que o tempo fôr mostrando precisas para o bom andamento dos paragraphos dos arts. 3.^o, 7.^o, 11 e 13, fica autorizada a directoria a nomear os empregados necessarios, devendo disso dar contas á assembléa geral.

Art. 44. Fica prejudicada a 2.^a parte do § 3.^o do art. 4.^o desde que os propostos não tenham satisfeito o seu compromisso.

Art. 45. Os presentes Estatutos não poderão ser modificados nos seus pontos capitaes, desde que forem submettidos á sancção do Governo Imperial, sem estar o pedido de reforma assignado por dous terços dos socios effectivos inscriptos e quites, modificações que só terão força de lei depois que forem approvadas pelo Governo Imperial.

Sala das sessões da reunião dos expositores, em 47 de Junho de 1869.—O Presidente, *Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas*.—*João Francisco Rebello*, Secretario interino.—Thesourciro, *Manoel Antonio de Mello*.

Commissão das estatutos.—Dr. José Pereira Rego Filho.—José Maria dos Reis.

Commissarios.—J. B. Lombaerts.—François Catlins.—José Marques Merino.—José Cactano Carneiro.—N. Fachinetti.

DECRETO N. 4301—DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Concede á companhia —Intimidade— a necessaria authorização para funcçãoar e approva os respectivos estatutos.

Attendendo ao que Merequeren a companhia —Intimidade—, devidamente representada e organizada na cidade do Rio Grande, da Provincia de S. Pedro, para o estabelecimento da navegação a vapor entre a mencionada cidade e a de Porto-Alegre, e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 3 do mez proximo findo, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria authorização para funcçãoar e Approvar os respectivos estatutos, com as seguintes modificações:

1.ª Fica supprimida a segunda parte do § 1.º do art. 16, competindo á assembléa geral dos accionistas escolher em suas reuniões a mesa que deva presidil-a.

2.ª Acrescente-se no fim do art. 25 — salvo o caso da eleição do Director e seu substituto.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Estatutos a que se refere o Decreto n.º 4504 de 2
de Abril de 1870, da companhia de navegação
a vapor —Intimidade.**

CAPITULO I.

DA COMPANHIA.

Art. 1.º A companhia denominada —Intimidade— tem por fim a navegação a vapor entre esta cidade e a capital da provincia, ou entre ella e outro qualquer ponto que se mostre mais conveniente. Para preencher o seu fim terá a companhia um ou mais barcos de vapor de tonelagem e força precisa.

Art. 2.º A companhia terá a sua séde nesta cidade do Rio Grande, e começará as suas operações dentro do prazo de doze mezes, contados da data da approvação dos seus estatutos pelo poder competente, com um vapor de força e lotação necessários.

Art. 3.º O numero de vapores será augmentado quando e como resolver a assembléa geral dos accionistas.

Art. 4.º A companhia durará por espaço de dez annos, a contar do acto da approvação dos seus estatutos pelo Governo Imperial.

Antes do findo este prazo, só poderá ser dissolvida:

§ 1.º Dado o caso de qualquer das hypotheses do art. 295 do código commercial e 35 e seguintes do capitulo 10 do Decreto n.º 2744 de 19 de Dezembro de 1860.

§ 2.º Se a assembléa geral dos accionistas, legal e expressamente convocada para esse fim, resolver a dissolução por votos que representem dois terços das acções emitidas.

CAPITULO II.

DO CAPITAL DA COMPANHIA.

Art. 5.º O capital da companhia será de 104:000\$000, divididos em dezaseis acções do valor de 6:500\$000 cada uma.

Este capital poderá ser augmentado sob proposta da directoria, por deliberação da assembléa geral e autorização do Governo Imperial.

No caso de emissão de acções para augmento do capital, dar-se-ha preferencia aos que forem accionistas.

Art. 6.º Os accionistas entrarão com metade do valor das acções que tomarem, no prefixo prazo de 30 dias que lhe será marcado pelo Gerente, por avisos nos jornaes, e por carta dirigida a cada um.

Pela mesma forma entrarão com as demais prestações que houverem de lhes ser pedidas até a realização do fundo capital.

Art. 7.º Os que não entrarem com as suas cotas, nos prazos que lhes forem marcados, serão eliminados da companhia, com perda, a beneficio da companhia, das entradas que houverem feito, e dos interesses que lhes possam pertencer, ficando ainda sujeitos aos prejuizos acontecidos até o dia da exclusão.

As penas comminadas neste artigo, não se poderão impôr no caso de força maior, justificada perante o gerente, de cuja decisão haverá recurso para o Director, sendo elle interposto no prazo de dez dias.

Art. 8.º As acções que, por infracção do art. 6.º cahirem em commisso, serão de novo emitidas; e se não houver quem as queira, ficarão pertencendo á companhia que as conservará satisfazendo as entradas com fundos da receita do respectivo anno.

Art. 9.º Nenhum accionista poderá despedir-se da companhia durante o prazo de sua duração, mas poderá fazer-se substituir transferindo as suas acções a outrem, da approvação do Gerente, que tome sobre si as suas responsabilidades e obrigação por termo, que assignará com o mesmo Gerente.

Art. 10. Só farão parte dos dividendos, os lucros provenientes das operações concluidas e liquidadas dentro do respectivo semestre.

Em quanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas não estiver integralmente restabelecido, não se fará distribuição alguma de dividendos.

Art. 11. O fundo de reserva e os seus juros são destinados para fazer face ás perdas do capital social, ou para substituí-lo.

Elle será formado de 5 % tirado dos lucros liquidados de cada anno, até attigir a 50 % do capital da companhia.

Art. 12. Todos os valores pertencentes á companhia serão depositados em um banco ou casa bancaria, a premio ou em conta corrente.

CAPITULO III.

DA DIRECÇÃO.

Art. 13. A companhia será dirigida por um Director e administrada por um Gerente.

Art. 14. O Director será eleito no mez de Janeiro de cada anno, pela assembléa geral por escrutínio secreto, e maioria relativa de votos.

Art. 15. Na mesma occasião em que se eleger o Director, eleger-se-ha pela mesma fôrma um substituto, para ser chamado a servir na vaga ou impedimento do Director.

No caso de empate para qualquer dos cargos decidirá a sorte; as reeleições serão permittidas.

Art. 16. Ao Director compete :

§ 1.º Convocar a assembléa geral e presidil-a, tendo por Secretario o accionista que nomear.

§ 2.º Dar instrucções para a boa administração e fiscalização dos negocios da companhia, e prover sobre os interesses da mesma.

§ 3.º Fixar, sob proposta do Gerente, o numero dos empregados e agentes, e marcar-lhes os vencimentos.

§ 4.º Autorizar o Gerente a fazer despesas reputadas extraordinarias, a realizar contractos, alienações e aquisições approvadas pela assembléa geral.

§ 5.º Autorizar a chamada para prestações do capital.

§ 6.º Julgar o commissão das acções, em gráo de recurso das decisões do Gerente, como dispõe a parte final do art. 7.º

§ 7.º Tomar contas ao Gerente quando lhe pareça a proposito; suspendel-o por motivos justificados, nomeando, entretanto, bem como no caso de morte ou impossibilidade absoluta, quem o substitua interinamente, e dando conta á assembléa geral para resolução definitiva.

§ 8.º Resolver as consultas do Gerente, e fechar a commissão do mesmo, no fim do primeiro anno da sua administração.

Art. 17. O Director servirá gratuitamente, e será ao mesmo tempo o encarregado da escripturação do seu expediente.

CAPITULO IV.

DO GERENTE.

Art. 18. Ao Gerente compete :

§ 1.º Administrar as operações sociaes e todo o expediente, com poderes para obrar como entender em beneficio da companhia, e cumprir as deliberações do Director.

§ 2.º Representar a companhia em juizo e fóra d'elle, por si, seus agentes e procuradores, para o que lhe são concedidos plenos poderes.

§ 3.º Nomear e demittir os commandantes e capitães dos navios, agentes e mais empregados na administração dos negocios da companhia.

§ 4.º Assignar os contractos e a correspondencia, ordenar as compras e despesas ordinarias, receber e despendar os dinheiros da companhia, collocando o saldo na fórmula determinada no art. 12.

§ 5.º Fazer as transacções das acções de que falla o art. 8.º, dirigir a escripturação, providenciando que seja methodica e clara.

§ 6.º Apresentar á assembléa geral, no mez de Janeiro de cada anno, um relatorio de todas as operações do anno findo, acompanhado das observações ou considerações que achar a proposito, do balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas.

Art. 19. O Gerente perceberá no primeiro anno de sua administração a comissão de 5 % dos productos dos fretes e passagens, e depois a que lhe fôr marcada pelo Director.

CAPITULO V.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 20. A' assembléa geral compete :

§ 1.º Deliberar sobre tudo que fôr do interesse da companhia, e sobre a continuação da mesma, art. 3.º destes Estatutos.

§ 2.º Reformar ou alterar os presentes estatutos, ficando, porém, a reforma ou alteração dependente da approvação do Governo Imperial.

§ 3.º Autorizar a aquisição, construcção e alienação de navios ou trapiches.

§ 4.º Eleger o Director nas épocas marcadas no art. 13.

§ 5.º Nomear a comissão de exames de contas que será de um só membro tirado dos accionistas, para dar seu parecer sobre o relatorio, balanço e conta do Gerente.

§ 6.º Ordenar os dividendos dos lucros liquidos.

§ 7.º Resolver sobre as contas do Gerente, approvando ou reprovando-as, e dar ou negar-lhe quitação.

§ 8.º Nomear ou destituir o Gerente.

§ 9.º Augmentar o capital da companhia nos termos do art. 5.º

§ 10. Marcar o modo de liquidar a companhia em todos os casos de sua dissolução.

Art. 21. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no mez de Janeiro, em dia e hora designada pelo Director, e ex-

traordinariamente todas as vezes que o Director julgar conveniente, quando lhe fôr requerido pelo Gerente, ou por um numero de accionistas, que represente um terço do fundo social, declarando-se o objecto da reunião.

Art. 22. As convocações da assembléa geral serão feitas por annuncios nas folhas diarias de maior circulação com anticipação de cinco dias pelo menos.

Art. 23. Entender-se-ha constituida a assembléa geral, desde que dada a hora estiverem reunidos accionistas que representem um terço do capital.

Art. 24. As deliberações da assembléa geral serão tomadas pela maioria de votos dos accionistas que possuirem acções averbadas no livro das transferencias, trinta dias anteriores a qualquer reunião.

Só um dos das firmas collectivas que forem accionistas poderão votar, posto que, fica permitido a todos o propôr e discutir.

Art. 25. Os accionistas residentes fóra desta cidade, ou que se ausentarem poderão fazer-se representar por procurador na assembléa geral e em todos os actos e deveres.

Art. 26. Os votos serão contados na razão de um por cada acção, mas nenhum accionista terá mais de quatro votos, seja qual fôr o numero de suas acções.

Art. 27. No dia e hora marcada para a eleição da directoria, chamados os accionistas pelo Presidente, entregará cada um duas cédulas com rotulo, uma para eleição do Director e um suplente e outra para a commissão de exame de contas.

Cada uma destas cédulas levará mais por fóra o numero de votos que competirem ao votante, e dentro os nomes dos votados que será um para Director, um para suplente, e outro para a commissão de contas.

Art. 28. Se passadas duas horas depois da marcada para a reunião da assembléa geral, não apparecer o Director para a presidir, os accionistas presentes, verificando que estão em numero legal para a reunião, elegerão um Presidente *ad hoc*, e nomeado, por este, o Secretario, constituir-se-hão em assembléa geral e funcçãoará esta até o fim da sessão, embora compareça depois o mesmo Director.

Art. 29. Quando á hora designada não se reunirem accionistas, como exige o art. 23, convocar-se-hão os accionistas de novo com as mesmas formalidades, e então constituir-se-ha a assembléa geral com os que se acharem presentes, uma hora depois de designada nos avisos publicados pelos jornaes.

CAPITULO VI.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 30. Por fallencia ou morte de qualquer accionista, suas acções ficarão vagas, e a companhia tomando-as a si, o gerente disporá dellas, conservando seu producto e interesses, deduzida a quota que em proporção lhe tocar, de quaesquer prejuizos verificados até a data da morte ou fallencia, á disposição de quem por direito pertencer.

No caso de morte, se os herdeiros dos accionistas forem maiores, e não estiverem privados da administração de seus bens, as acções lhes serão entregues, se dentro de 30 dias, sendo presentes, e seis mezes, sendo ausentes, declararem ao gerente que preferem ser accionistas.

Art. 31. Os accionistas da companhia—Intimidade—obrigam-se ao fiel cumprimento das disposições destes estatutos, por si, seus herdeiros ou successores, renunciando qualquer direito que tenham ou possam vir a ter para impedir a sua observancia, e tudo validão com as suas assignaturas.

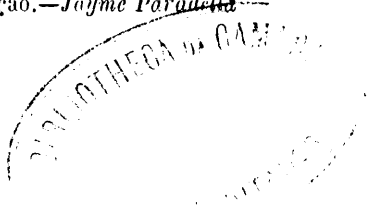
{DISPOSIÇÃO COMPLEMENTAR.

Art. 32. Os accionistas são responsaveis unicamente pelas acções que lhe forem distribuidas.

Art. 33. O minimo necessario para que as operações tenham começo, fica fixado na quantia de 80:000\$, o que effectuar-se-ha no prazo de dois mezes depois de satisfeita a disposição do art. 6.º destes estatutos.

Art. 34. Os accionistas dão plenos poderes aos socios John Proudfoot & Comp., Joaquim Francisco Garcia e Thomsen Loeft & Lind, para solicitarem ao Governo a incorporação da companhia e approvação dos Estatutos, que serão, depois de approvados, registrados no Tribunal do Commercio.

Cidade do Rio Grande, Provincia de S. Pedro, 22 de Setem-
bro de 1859.—*John Proudfoot & Comp.*, sete acções.—*Domingos Cordeiro & Filho*, uma acção.—*Thomsen Loeft & Lind*, uma acção.—*J. Whishmy & Comp*, uma acção.—*Joaquim Francisco Garcia*, uma acção.—*José Maria Teixeira Bastos*, uma acção.—*Amaro Henrique da Silva & Comp.*, uma acção.—*Domingos Magalhães & Silva*, uma acção.—*Jayme Paradelha & Filhos*, duas acções.



DECRETO N. 4502 — DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Concede perdão ás diferentes praças dos corpos da armada, imperiaes marinheiros, batalhão naval e marinhagem, que tiverão a infelicidade de desertar da esquadra imperial.

Commiserando-Me das circumstancias, em que se achão as diferentes praças dos corpos da armada, imperiaes marinheiros, batalhão naval e marinhagem, que tiverão a infelicidade de desertar da esquadra imperial, apartando-se de suas bandeiras: Hei por bem, por effeitos da Minha Imperial Clemencia, indultar ás referidas praças com excepção das que desertarão para o inimigo, o crime de deserção, apresentando-se porém os réos ás autoridades militares ou civis, dentro do prazo de 90 dias, contados da publicação do presente decreto em cada uma das comarcas do Imperio, ou nos lugares em que houverem capitancias de portos, estações navaes ou navios soltos, incluindo neste indulto os réos sentenciados, e os que estão por sentenciar.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

DECRETO N. 4503 — DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Concede perdão ao Imperial Marinheiro José Coelho de Carvalho Dias, condemnado pelo supposto crime de deserção.

Attendendo ao que Me representou o Imperial Marinheiro José Coelho de Carvalho Dias, condemnado a um anno de prisão com trabalho pelo crime de deserção, em que parecera incorrer, por ter estado ausente da guarnição da corveta *Nictheroy*, a que pertencia, o prazo marcado para qualificação de tal crime,

verificando-se, depois de dada a respectiva sentença, que esta ausencia não fôra voluntaria, porque o sobre-dito Imperial Marinheiro tinha sido recrutado pelas Autoridades da Republica Oriental do Uruguay, e obrigado á assentar praça em um dos corpos do exercito da mesma Republica: Hei por bem Perdoar-lhe a pena, que lhe foi imposta, em vista das circumstancias referidas.

O Barão de Cotegipe, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

DECRETO N. 4504—DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Extingue a Junta de Justiça Militar creada provisoriamente na Provincia do Rio Grande do Sul pelo Decreto n.º 3499 de 8 de Julho de 1863.

Hei por bem extinguir a Junta de Justiça Militar, creada provisoriamente na Provincia do Rio Grande do Sul pelo Decreto n.º 3499 de 8 de Julho de 1863, e que passou a funcionar junto ao Exercito em operações no Paraguay, devendo os processos, que estiverem pendendo de seu julgamento, ser remettidos ao Conselho Supremo Militar de Justiça nesta Côte.

O Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4505 — DE 9 DE ABRIL DE 1870.

Da Regulamento para a arrecadação do imposto do sello.

Usando da autorização do art. 4.º § 9.º do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869:

Hei por bem Ordenar que se execute o Regulamento para a arrecadação do imposto do sello, que com este baixa, assignado pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

**Regulamento para a arrecadação do imposto do sello,
a que se refere o Decreto n.º 4505 desta data.**

TITULO I.

Do sello proporcional.

CAPITULO I.

DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO PROPORCIONAL.

Art. 1.º Os titulos comprehendidos nas classes mencionadas neste capitulo estão sujeitos ao sello proporcional fixado nas respectivas tabellas.

1.ª CLASSE.

Letras de cambio e da terra; escriptos á ordem; creditos e escripturas ou escriptos de obrigação ou exoneração de sommas e valores.

VALOR.	SELLO.
Não excedendo de 200\$000	200 réis.
De mais de 200\$000 até 400\$000	400 »
» 400\$000 » 600\$000	600 »
» 600\$000 » 800\$000	800 »
» 800\$000 » 1:000\$000	1\$000 »

Assim por diante; cobrando-se mais 1\$000 por conto ou fracção de conto de réis.

Comprehendem-se nesta classe:

Letras de cambio e da terra sacadas no Imperio.

Letras sacadas em paiz estrangeiro para serem aceitas ou pagas no Imperio.

Esriptos á ordem.

Creditos, facturas ou contas assignadas.

Titulos de emprestimo de dinheiro.

Esripturas publicas de hypotheca.

Contractos de sociedade.

Esripturas publicas e particulares de dissolução de sociedade.

Arrendamento ou locação e quaesquer titulos de transmissão de uso e gozo de bens immoveis, moveis e semoventes.

Titulos de transferencia, não sujeita ao imposto de transmissão de propriedade.

Esripturas publicas e escriptos particulares de fiança.

Cartas de credito e abono.

Cartas de ordens.

Conhecimentos ou bilhetes definitivos de metaes preciosos, passados pela Casa da Moeda na conformidade do art. 83, 2.ª parte, do Regulamento n.º 2537 de 2 de Março de 1860.

Titulos de garantia de mercadorias, passados na conformidade do Decreto n.º 4450 de 8 de Janeiro de 1870.

Bilhetes passados pelos Assignantes das Alfandegas, e as letras de direitos de consumo e de reex-

portação, a que se referem os arts. 585 § 1.º, 586 e 612 n.º 2 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Saldos de contas correntes, quando ajuizados.

Endossos dos titulos sem prazo.

Os dos que forem pagaveis *á vista*, sendo feitos depois da apresentação.

Os dos titulos a prazo, quando feitos depois do vencimento dos mesmos titulos.

Titulos de deposito extrajudicial.

Ordens para entrega de bens de orphão, casado sem licença.

Termos de fiança prestada em Juizo ou em Reparação Publica.

Papeis que contiverem promessa ou obrigação, ainda que sob fórma de recibo, distrato ou exoneração de obrigação, delegação, subrogação, garantia e declaração ou liquidação de sommas e valores.

2.ª CLASSE.

Notas ao portador e á vista.

VALOR.	SELLO.
Não excedendo de 200\$000.....	200 réis.
De mais de 200\$000 até 1:000\$000.....	500 »

Assim por diante; cobrando-se mais 500 réis por conto ou fracção de conto de réis.

3.ª CLASSE.

Fretamentos de navios.

VALOR DO FRETE.	SELLO.	
	Para dentro do Imperio.	Para fóra do Imperio.
Não excedendo de 500\$....	1\$000	2\$000
De mais de 500\$ até 1:000\$.	2\$000	4\$000
1:000\$ » 2:000\$.	4\$000	8\$000

Assim por diante; cobrando-se mais 2\$000 por conto ou fracção de conto de réis, sendo o navio fretado para dentro do Imperio, e 4\$000 sendo-o para paiz estrangeiro, ou sem declaração de lugar.

4.^a CLASSE.

*Apólices ou letras de seguro e contractos ou
letras de risco.*

VALOR DO PREMIO.	SELLO.
Não excedendo de 10\$000.....	200 réis.
De mais de 10\$000 até 50\$000.....	1\$000 »
» 50\$000 » 100\$000.....	2\$000 »
» 100\$000 150\$000.....	3\$000 »

Assim por diante; cobrando-se mais 1\$000 por 50\$000 ou fracção de cincoenta mil réis.

Art. 2.º O sello dos titulos da 4.^a e 2.^a classes será cobrado:

1.º Nos contractos de arrendamento, sobre o preço de todo o tempo da locação e, não havendo estipulação de prazo, ou sendo este incerto, sobre a renda de um anno; computando-se além disso em ambos os casos a quantia que se estipular sob o titulo de joia, entrada ou qualquer outro.

Nos casos de traspasso, sobre o valor correspondente ao tempo que faltar para a terminação do prazo, ou sobre o de um anno, se o prazo for incerto.

2.º Nas fianças prestadas em Juizo ou nas Repartições Publicas, sobre o valor arbitrado, ou estabelecido em Lei ou Regulamento.

3.º Nos titulos de arrematação de rendas publicas, sobre a lotação do excesso do rendimento que o contracto deve produzir e que constitue as vantagens do arrematante.

4.º Nas transferencias de apólices e acções de Companhias ou Sociedades anonymas, sobre o preço da negociação ou transmissão.

5.º Nos titulos de contracto em virtude dos quaes se passarem letras na mesma data delle e que não constituirem por si só obrigação nova, sobre a differença entre o valor do contracto e o das letras.

Sendo o contracto feito por escriptura publica, o Tabellião deverá declarar nella qual a importancia do sello das letras e o modo por que foi pago.

No caso de escripto particular, igual declaração será lançada no titulo pelo Recebedor e Escrivão do sello, dentro do prazo de trinta dias da data do titulo.

6.º Nos contractos de sociedade, sobre o fundo capital, qualquer que seja o tempo de duração; e nas prorrogações sómente sobre o accrescimento, se o houver.

7.º Nos contractos de que houverem diversos exemplares, numerados seguidamente, sobre um delles sómente, declarando nos outros o Recebedor e o Escrivão do sello o numero do exemplar sellado, o valor do imposto e o nome de quem inutilizou a estampilha, ou a data e o numero da verba, se não fôr sujeito ao sello adhesivo.

Esta disposição não é extensiva ás letras.

8.º Do capital das Companhias ou Sociedades anonymas e suas Agencias e Caixas filiaes, sobre a importancia total das entradas, á medida que o capital se fôr realizando.

9.º Nos titulos em que se convencionar o pagamento, por prestações de quantias, que se não possam determinar, sobre a importancia de uma annuidade.

10. Nos contractos com as Repartições Publicas, não se declarando o valor total, antes da expedição das ordens para pagamento de cada prestação.

11. Das notas ao portador e á vista, sobre o termo médio dos bilhetes de cada classe em circulação no anno anterior.

Este termo médio será calculado, verificando-se o numero dos bilhetes emittidos de cada classe em circulação no fim dos mezes do referido anno, e dividindo-se depois o total dos bilhetes pelo numero dos mezes.

Art. 3.º O sello proporcional de um titulo comprehende o das disposições constitutivas do contracto e das que forem consequencias necessarias destas.

Se, porém, o titulo contiver varias estipulações independentes umas das outras, de sorte que por si só constituão outros tantos contractos, será devido o sello de cada uma dellas, ainda que se refirão aos mesmos contrahentes.

3.ª CLASSE.

Mercês pecuniarias.

Art. 4.º Ficão sujeitos ao sello de 2 % do vencimento de 200\$000 para cima:

Titulos de nomeação expedidos por Funcionarios Publicos e Autoridades Ecclesiasticas, pelas Mesas das Camaras Legislativas e das Assembléas Provincias e pelas Camaras Municipaes.

Os de Empregados das Corporações de mão morta e Sociedades anonymas.

Os de concessão de reforma, aposentadoria, meio soldo e outras mercês pecuniarias.

Art. 5.º O sello será calculado sobre o ordenado, gratificação ou outro vencimento de um anno, comprehendidas as porcentagens, commissões e emolumentos, conforme a lotação.

§ 1.º Nos casos de accesso, transferencia, remoção, ainda que para lugares de diverso Ministerio, reconducção ou novo provimento para continuar no exercicio do mesmo emprego, pagar-se-ha o sello proporcional da melhoria de vencimento, se a houver.

§ 2.º O sello do accrescimo será devido, ainda que se não lavrem novos titulos, nem apostillas, averbando-se naquelles em virtude dos quaes se acharem servindo os Empregados.

Art. 6.º O sello dos titulos desta classe é devido, qualquer que seja a fôrma por que fôr expedido o acto da nomeação ou mercê. Havendo mais de um acto, será averbado no que der direito ao exercicio do emprego, ou ás vantagens da nomeação.

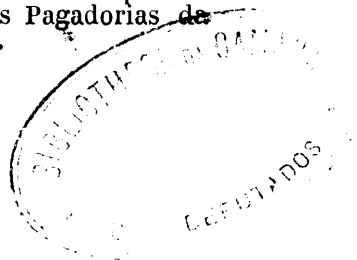
Art. 7.º Sómente á vista dos titulos de nomeação devidamente sellados, se abrirá assentamento e serão os Empregados incluídos em folha de pagamento; podendo estes tomar posse e entrar em exercicio antes de satisfeito o sello.

Art. 8.º Não obstante a disposição do artigo antecedente, será permittido abrir assentamento no Theouro, sem pagamento do sello:

1.º Aos titulos dos Empregados do Corpo Diplomatico, que o poderão pagar nas Legações onde receberem os vencimentos.

2.º Aos dos Empregados e Pensionistas residentes nas Provincias.

Art. 9.º O sello das patentes dos Militares poderá ser arrecadado á vista de guias das Pagadorias da Côrte e Thesourarias de Fazenda.



CAPITULO II.

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO PROPORCIONAL.

1.ª e 2.ª Classes.

Art. 10. São isentos:

I. Titulos de actos e contractos sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, salvo se contiverem estipulações independentes, de sorte que por si só constituão outros contractos sujeitos a sello. (art. 3.º)

II. Bilhetes e outros titulos de credito emittidos pelo Thesouro Nacional, e pelas Thesourarias de Fazenda Geraes ou Provinciaes; excepto as lettras sacadas a favor de particulares, ainda que para movimento de fundos entre Repartições Publicas.

III. Notas ao portador e á vista, emittidas pelo Banco do Brasil, e o fundo capital do mesmo Banco.

IV. O capital das Sociedades de credito real, e as lettras hypothecarias ou a transferencia destas (Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 13 § 12, e Decreto n.º 3471 de 3 de Junho de 1865).

V. Vales postaes.

VI. Os conhecimentos, passados para pagamento aos vendedores de generos para os Arsenaes e outros Estabelecimentos Publicos.

VII. Concordatas commerciaes celebradas judicialmente (Decreto n.º 2481 de 28 de Setembro de 1839).

VIII. Moratorias concedidas na fôrma do Codigo Commercial.

IX. Titulos, actos e papeis lavrados e processados nos Consulados das Nações Estrangeiras, se não tiverem de produzir os seus effeitos no Imperio.

X. Contractos de empreitada ou locação de serviço, em que o empreiteiro ou locador apenas fornece o proprio trabalho ou industria.

XI. Actos relativos á desapropriação por utilidade ou necessidade publica, por conta do Estado, das Administrações Provinciaes, ou das Camaras Municipaes.

XII. Titulos de concessão de liberdade.

XIII. Obrigações, cautelas de penhor e todos os actos relativos ás administrações das Caixas Economicas, Montes Pios, Montes de Piedade ou de Soccorro e Sociedades de Soccorros Mutuos e o capital dos mesmos estabelecimentos, creados na fórma da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860.

XIV. Contractos de parceria celebrados com colonos.

XV. Titulos e documentos apresentados em Juizo a favor dos que litigarem por sua liberdade.

XVI. Quitações de dinheiro provenientes de contractos que tenham pago sello proporcional.

Exceptuão-se as que comprehendão pagamento de juro ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão o sello do accrescimo.

XVII. Transferencias de apolices, acções de Companhias e Sociedades anonymas e outros titulos para o effeito de serem recebidos em penhor.

XVIII. Transferencias em livros de apolices e acções de Companhias e Sociedades anonymas em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional ou imposto de transmissão de propriedade.

Art. 11. Não é devido sello dos endossos *à ordem* sem declaração de *valor recebido* ou *em conta*, nem dos passados até o dia do vencimento nos titulos a prazo, ou antes da apresentação, quanto áquelles que forem pagaveis *à vista*.

Os endossos em branco reputão-se sempre *à ordem com valor recebido* (Cod. Com. arts. 361 e 362).

5.ª CLASSE.

Art. 12. São isentos:

I. Vencimentos de Empregados do Corpo Diplomatico em disponibilidade.

II. Titulos de substituição temporaria entre Empregados da mesma Repartição e os de exercicio eventual.

III. Titulos de nomeação interina, ou por menos de anno, e os de emprego de vencimento annual menor de 200\$000.

IV. Gratificações por serviços extraordinarios e as de Officiaes de Gabinete.

V. Nomeações de Delegados e Subdelegados de Policia.

VI. Titulos de reforma de praças de pret e as vantagens de effectividade que lhes competirem.

VII. Pensões concedidas a familias dos Militares e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional e Voluntarios da Patria, que morrerem em consequencia da guerra do Paraguay.

VIII. Gratificações militares inherentes ao exercicio do posto, excluidas as que se derem por commissões ou empregos.

TITULO II.

Do sello fixo.

CAPITULO I.

DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO FIXO.

Art. 13. Estão sujeitos ao sello fixo os papeis, livros e titulos comprehendidos nas seguintes classes:

1.^a CLASSE.

Papeis que pagão segundo o numero de folhas.

§ 1.^o *Papeis forenses e documentos civis.*

Autos de qualquer natureza, comprehendidos os que correm ante o Juizo Ecclesiastico, Delegados, Subdelegados e Juizes de Paz.	} 200 rs.
Requerimentos, memorias e memoriaes dirigidos a qualquer autoridade.	
Escriptos particulares, ou por instrumento publico fóra das notas, em que directa ou indirectamente se não declare valor certo.	
Traslados, certidões e publicas-fórmas.	
Sentenças e sobre-sentenças extrahidas de processo, incluidas as de formal de partilhas.	
Cartas testemunhaveis, precatorias, avocatorias, executorias, de inquirição, arrematação e adjudicação, ainda que expedidas a favor da Fazenda Provincial.	

Provisões de tutela e outras não especificadas.	
Instrumentos de dia de apparecer, de posse, protesto e outros fóra das notas.	
Edictaes e mandados judiciaes.	
Procurações e <i>apud-acta</i> , não contendo clausulas que torne exigivel o sello proporcional.	
Substabelecimentos das mesmas, quando não outorguem poderes para a venda de escravos.	200 rs.
Attestados e recibos de menos de 50\$000.	
Testamentos e codicillos.	
Compromissos ou estatutos de Irmandades, Ordens Terceiras, Confrarias e Sociedades.	
Contractos, titulos e papeis não sujeitos ao sello proporcional, nem á taxa fixa maior do que a designada neste paragrapho.	
§ 2.º <i>Livros.</i>	
De termos de bem viver, de segurança e os de rol dos culpados.	
Dos cofres de orphãos.	
Das Ordens Terceiras, Irmandades, Confrarias, Fabricas e Hospitaes.	
De notas, de protocollo das audiencias, do apontamento de letras e de registro de Tabelliães e Escrivães de qualquer Juizo.	400 rs.
De protocollo dos Officiaes do registro geral.	
Dos Distribuidores judiciaes e Depositarios publicos.	
De registro de nascimentos, baptismos, casamentos e obitos.	
Os que são obrigados a ter os Commerciantes, Companhias, Corretores, Agentes de leilões, Trapicheiros e Administradores de armazens de depositos (Cod. Com. arts. 44, 43, 50, 71 e 88).	40 rs.
Os dos Despachantes.	

As taxas estabelecidas nos §§ 1.º e 2.º são devidas por meia folha de papel, toda escripta ou em parte, não excedendo de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura. Excedendo esta medida, cada meia folha pagará o dobro da respectiva taxa.

Não é permittido escrever em cada meia folha de papel dous ou mais actos, salvo pagando-se o sello de cada um; excepto os que forem escriptos em consequencia ou para complemento dos actos que os precederem.

2.^a CLASSE.

Papeis que pagão na razão da qualidade do acto.

§ 3.^o—*Documentos diversos.*

Recibos ou quitações particulares de 50\$000 para cima.	
Recibos de dinheiro depositado em conta corrente nos bancos e casas bancarias de 50\$000 para cima.	
Cheques e mandatos ao portador ou a pessoa determinada, passados para serem pagos por banqueiros na mesma praça, em virtude de contas correntes, na fórma do art. 1. ^o § 40 da lei de 22 de Agosto de 1860.	200 réis.
Titulos de concessão de pennas d'agua dos aqueductos publicos.	
Diplomas de habilitação para ser nomeado Juiz de Direito (Dec. n. 687 de 26 de Julho de 1850).	
Passaportes, guias de mudança de domicilio e titulos de residencia.	
Conhecimentos de carga.	
Cartas de registro de embarcação	1\$000
Substabelecimentos de procurações, que outorguem poderes para a venda de um escravo.....	20\$000
Sendo para mais de um, a taxa será multiplicada pelo numero delles, com tanto que não exceda de 4:000\$.	
Titulos de posse de terrenos devolutos (Lei n. ^o 601 de 18 de Setembro de 1850).	5\$000
Excedendo de um quadrado de 500 braças por lado, cobrar-se-hão tantas vezes 5\$000 quantos forem os quadrados de igual numero de braças, excluidas as fracções.	

§ 4.º—*Licenças.*

A Empregados Publicos, até 3 mezes....	2\$000
Por mais de 3 mezes.....	4\$000
Para aceitar emprego, pensão ou condecoração de governo estrangeiro.....	30\$000
Para abertura de theatro, concedidas por autoridade policial.....	40\$000
Para espectáculo publico, de que se au-fira lucro, idem.....	30\$000
Licenças concedidas pelas Camaras Municipaes para o exercicio de industria, profissão, arte ou officio. }	1\$000
Pelas Capitancias dos Portos. }	

Licenças e alvarás não especificados....	2\$000
--	--------

§ 5.º—*Loterias.*

Bilhetes de loterias, segundo o numero de inteiros do plano approved.....	150 rs.
---	---------

§ 6.º—*Titulos e tratamentos.*

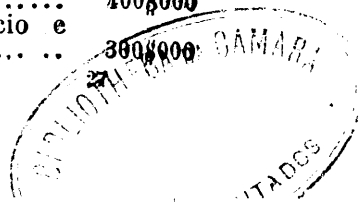
Cartas de mercê do titulo de Duque ou Duqueza	1:000\$000
De Marquez ou Marqueza.....	800\$000
» Conde ou Condessa, Visconde ou Barão com grandeza.....	600\$000
» Visconde ou Viscondessa.....	400\$000
» Barão ou Baroneza.....	300\$000
» Honras de grandeza.....	300\$000
» Conselho.....	150\$000
» Tratamento de Excellencia.....	300\$000
» » » Senhoria.....	150\$000

§ 7.º—*Nobreza e brazão.*

Alvarás de mercê de Fidalgo Cavalleiro, ou Moço Fidalgo com exercicio.....	200\$000
De Fidalgo Escudeiro, ou Moço Fidalgo. » Cavalleiro Fidalgo, ou Escudeiro Fidalgo	140\$000
» Brazão d'armas.....	80\$000
	70\$000

§ 8.º—*Officios da Casa Imperial.*

Mercês do cargo de Mordomo-mór.....	500\$000
De Capellão-mór, Etribeiro-mór, Camareira-mór, e qualquer Official-mór da Casa Imperial.....	400\$000
« Gentilhomem, Dama de Palacio e Veador	300\$000



De Moço da Imperial Camara da Guarda-roupa.....	120\$000
» Mordomo.....	80\$000
» Acafata.....	60\$000
» Official-menor.....	70\$000
» Moço da Imperial Camara.....	50\$000
Qualquer outra nomeação de officio ou emprego da Casa Imperial.....	20\$000

Honras dos referidos officios, metade do sello correspondente ao titulo de effectividade.

§ 9.º—*Condecorações.*

Mercês de Grã-Cruz de qualquer Ordem	500\$000
De Grande Dignitario da Ordem da Rosa.	400\$000
» Dignitario da Ordem Imperial do Cruzeiro e da Rosa.....	300\$000
» Commendador da Rosa.....	200\$000
» Official do Cruzeiro e da Rosa.....	150\$000
» Commendador das outras Ordens....	120\$000
» Cavalleiro de qualquer Ordem.....	60\$000

Os agraciados com distincções de qualquer Ordem pagarão mais metade do sello correspondente aos grãos anteriores, que lhes não houverem sido especialmente conferidos.

§ 10. *Diplomas scientificos e outros.*

Cartas de Doutor e Bacharel.....	50\$000
Cartas de Bacharel em Letras, de approva- ção do curso de Institutos Commerciaes, de Engenheiro Civil ou Geographo e de Pharmaceutico	20\$000
Outros titulos de habilitação scientifica ou de profissão	2\$000
As apostillas nos titulos scientificos, passados por Faculdades estrangeiras, pagarão o sello acima esta- belecido para os que o forem no Imperio.	
De Advogado do Conselho de Estado.....	50\$000
Provisões para advogar, a quem não seja formado pelas Faculdades do Imperio:	
Sem declaração de tempo, ou com a clau- sula de—emquanto se não mandar o contrario—ou semelhante:	
Nas cidades em que houver Relações..	150\$000
Nas outras cidades e villas.....	90\$000
Sendo provido temporariamente, cada anno	5\$000

Provisões de Solicitador dos auditorios das cidades onde houver Relações...	80\$000
Das outras cidades e villas.....	30\$000
Sendo temporarias, cada anno ou fracção de anno.....	2\$000
Nomeações de Escrevente juramentado..	5\$000
Diplomas de matricula de Negociante.....	60\$000

§ 11. *Privilegios.*

Diplomas de concessão de privilegio a qualquer empresa:

Por dez annos, ou menor prazo.....	400\$000
• mais de dez annos até vinte.....	300\$000
• mais de vinte annos.....	500\$000

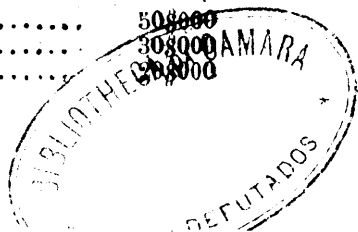
Pagar-se-ha o sello estabelecido neste parographo, ainda que o privilegio seja estipulado nos contractos e estatutos de Companhias ou Sociedades anonymas.

§ 12. *Outras Mercês.*

Titulos de concessão de honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça..	50\$000
Ditos de honras de Desembargador.....	
Ditos de honras de Monsenhor.....	
Ditos de honras de Conego da Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro...	
Ditos de Pregador da Capella Imperial e de honras deste officio.....	30\$000
Ditos de honras de Dignidade das outras Cathedraes.....	
Nomeação de Addido de 2. ^a Classe ás Le-gações	
Titulos de commissão sem vencimento ou de emprego remunerado, mas de exercicio eventual.....	
Titulos de nomeação interina, ou por menos de anno, e os de emprego de vencimento annual menor de 200\$000.....	1\$000
Titulos de remoção de emprego ou para continuação de exercicio, sem melhoria de vencimento.....	200 rs.

Patentes concedendo honras e graduações de postos do exercito e da armada:

Official General.....	50\$000
Dito Superior.....	30\$000
Capitão ou subalterno.....	20\$000



Sendo as gradações concedidas a Officiaes do exercito e armada.....	1\$000
Patentes de Officiaes da Guarda Nacional, quér de effectividade, quér de reforma, de concessão de honras ou de passagem da activa para a reserva ou vice-versa:	
Commandante superior ou Coronel.....	120\$000
Tenente Coronel.....	96\$000
Major.....	80\$000
Capitão, Tenente, Alferes ou 2.º Tenente..	20\$000
Cartas de naturalisação, excepto as que forem isentas dos emolumentos de Secretaria.....	30\$000
Cartas de autorização de Companhia ou Sociedade anonyma e de approvação dos estatutos.....	60\$000
Sendo concedida a autorização por acto distincto do da approvação dos estatutos, cobrar-se-ha de cada um metade deste sello.	
Actos de confirmação de compromissos de) Confraria, Irmandade e Ordem Terceira.	30\$000
Alvarás de supprimento de licença de pai ou tutor para casamento.....	
Dispensas de lapso de tempo.....	
Cartas de perfilhação e adopção, tantas vezes quantas as pessoas contempladas.	40\$000
Ditas de supplemento de idade, idem....	30\$000
Provisões de <i>opere demoliendo</i>	20\$000
Diplomas de qualquer mercê não especificada.....	2\$000
§ 13. <i>Diplomas ecclesiasticos.</i>	
Bullas de confirmação de Bispo Titular.	80\$000
Breves concedendo honras, graças e títulos especiaes a Clerigos seculares ou regulares.....	50\$000
Ditos concedendo graças espirituaes....	10\$000
Cartas de Ordens de Presbytero.....	
Provisões de confirmação de compromisso de Confraria, Irmandade e Ordem Terceira.....	
Dispensas de intersticio para Ordens, ou de idade.....	15\$000
Ditas de lapso de tempo. concedidas pelos Bispos.....	

Ditas de impedimento e de pregão para casamento; excepto as concedidas a pobres, declarados taes pelos Parochos, e as que o forem para casamentos de consciencia	10\$000
Ditas de fiança de banhos, as chamadas de temporas, irregularidade, etc., quando dadas pelo Ordinario.....	
Ditas de illegitimidade para o provimento de beneficios.....	2\$000
Outros diplomas passados por Autoridade Ecclesiastica, não especificados neste paragrapho	
Licenças para oratorio particular:	
Por tempo de um anno.....	4\$000
Por mais de um anno:	
Nas povoações.....	30\$000
N'outros lugares	10\$000

§ 14. — *Titulos de Agentes auxiliares do commercio.*

De Trapicheiro e Administrador de armazem de deposito.....	20\$000
» Corretor e Agente de leilões.....	
» Despachante da Alfandega e Ajudante..	10\$000
» Interprete do commercio.....	
» Guarda-livros.....	5\$000
» Caixeiro-despachante.....	

Art. 14. Se um titulo contiver differentes mercês, de cada uma das quaes seja devido o sello fixo, pagará o imposto sómente da mercê sujeita a taxa maior.

CAPITULO II.

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO FIXO.

Art. 15. São isentos:

I. Titulos, condecorações, honras e distincções concedidas a Officiaes e praças do Exercito, Armada, e Guarda Nacional em destacamento ou Corpos destacados, por serviços militares; declarando-se esta circumstancia no proprio Decreto de Mercê, salvo quanto ás condecorações da Ordem de S. Bento de Aviz.

II. Mercês conferidas a Principes e a subditos estrangeiros.

III. Livros das Caixas Economicas, Montes Pios, Montes de Piedade, ou de Soccorro e das Sociedades de Soccorros Mutuos creadas em virtude da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860.

IV. Os das Casas de Caridade e de Misericordia, os dos termos das multas a Jurados e das correições, e outros não especificados no art. 43 § 2.º

V. Processos em que forem partes a Justiça, ou a Fazenda Nacional; os traslados e sentenças delles; os mandados e quaesquer actos promovidos *ex-officio* em Juizo, sendo porém o réo, quando a final condemnado, sujeito ao sello.

VI. Processos de desapropriação por utilidade ou necessidade publica, promovidos por conta do Estado, ou das Administrações Provinciaes e pelas Camaras Municipaes.

VII. Actos promovidos, titulos ou documentos apresentados em Juizo a favor dos que litigarem por sua liberdade; sendo, porém, a parte contraria sujeita ao pagamento do sello, se fôr vencida.

VIII. Processos do Conselho de direcção, inquirição, disciplina, investigação, de guerra e outros que se instaurarem no Exercito e Armada, nos Corpos Policiaes e na Guarda Nacional.

IX. Recibos passados em titulos sujeitos ao sello proporcional e as differentes vias dos mesmos recibos; excepto no caso de serem juntos a requerimentos, ou apresentados a autoridades.

X. Titulos ou papeis sujeitos ao sello proporcional e os que delle forem isentos, pagando estes ultimos o sello fixo do art. 43 § 1.º, quando exhibidos como documentos em Tribunaes, Juizos, ou Estações Publicas.

XI. Attestados dos medicos e guias das Autoridades para sepultura dos cadaveres.

XII. Documentos do expediente das Repartições Geraes, Provinciaes e Municipaes.

XIII. Nomeações de Delegados e Subdelegados e as de Inspectores de Quarteirão.

XIV. Requerimentos e papeis de presos pobres.

Art. 46. Os papeis, de que tratão os n.ºs 44 a 44 do artigo antecedente, pagarão o sello do art. 43 § 1.º, quando apresentados a autoridades, a fim de produzirem effeito diverso daquelle para que forem passados.

TITULO III.

Da cobrança:

CAPITULO I.

DO SELLO ADHESIVO.

Art. 17. Haverá estampilhas de sello adhesivo, cujos valores, formato e signaes característicos serão determinados pelo Governo.

Art. 18. O sello adhesivo serve:

§ 1.º Para os titulos da 1.ª, 3.ª e 4.ª classes do sello proporcional, excepto o do capital das Companhias e Sociedades anonymas.

§ 2.º Para os actos e papeis sujeitos ao sello fixo, a que se refere o art. 13 §§ 1.º, 3.º e 4.º

Art. 19. O sello será inutilisado, escrevendo-se a data e a assignatura, parte no papel e parte na estampilha.

§ 1.º E' competente para inutilisar o sello:

1.º Nas letras de cambio e da terra, o aceitante; nas que forem sacadas *à vista* ou sobre paiz estrangeiro, o sacador.

2.º Nas que se protestarem por falta de *accite*, o Escrivão do protesto.

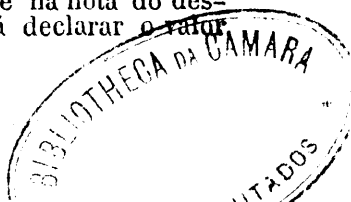
3.º Nas transferencias de apolices e acções, o transferente, nos livros em que se lavrarem os termos.

4.º Nos contractos lavrados em Notas e em Repartições Publicas, o contrahente que o assignar em primeiro lugar; collocando-se a estampilha no proprio livro.

No caso de que trata o art. 2.º n.º 10, o Escrivão do sello inutilisará a estampilha nas guias expedidas pela Repartição onde se houver celebrado o contracto.

5.º Nas facturas ou contas de generos vendidos, o comprador; nos creditos e outros titulos de obrigação, o devedor.

6.º Nos fretamentos de navios *à carga*, *colheita* ou *prancha*, o Capitão ou Mestre na nota do despacho marítimo, em que deverá declarar o valor total do frete.



7.º Nas contas correntes, o Escrivão do sello ou qualquer dos signatarios.

8.º Nos demais titulos sujeitos ao sello proporcional, nos cheques sobre banqueiros da mesma praça, nos conhecimentos de carga e nos recibos de 50\$000 para cima, o signatario.

9.º Nos titulos extrahidos de processos, nas certidões, traslados, publicas-fórmãs, traducções e outros documentos officiaes, o Empregado Publico ou de Corporação de mão morta, que primeiro subscrever taes documentos.

10. Nas procurações e substabelecimentos por instrumento publico fóra das notas e nas *apud-acta*, o Tabellião ou Escrivão.

11. Nos autos judiciaes e administrativos, a parte que assignar os arrazoados, articulados e allegações; nas demais folhas, o Escrivão do processo.

Exceptuão-se os de execuções da Fazenda Nacional, cujo sello será inutilisado na guia para o pagamento da divida, pelo Escrivão do sello.

12. Nos requerimentos, o signatario, a Autoridade que os despachar ou o Empregado que, antes de despacho, lhes der andamento ou informação.

13. Nos testamentos ou codicillos, o Escrivão que lavrar o termo de aceitação da testamentaria.

14. Nos titulos sujeitos ao sello do art. 13 §§ 3.º e 4.º, passados nas Secretarias de Estado, do Senado e da Camara dos Deputados e nas Directorias do Thezouro Nacional, o Escrivão do sello da Estação a que forem remettidos para a cobrança dos emolumentos.

Nos que expedirem as Secretarias das Presidencias de Provincia, dos Tribunaes e das Camaras Municipaes, os respectivos Secretarios.

Sendo passados em outra Repartição, o signatario do titulo.

15. Nas procurações particulares e nos documentos não especificados nos numeros antecedentes, o signatario, ou na falta, o Escrivão do sello ou o Empregado a quem forem apresentados para produzirem effeito.

§ 2.º Aos Bancos e Associações bancarias é facultado inutilisar o sello por meio de carimbo, que imprima o nome do Banco ou da firma social e a data.

§ 3.º Quando forem diversos os signatarios de um papel, inutilisará a estampilha o que o assignar em primeiro lugar.

§ 4.º Para completar a importância da taxa devida poderão ser colladas n'um título estampilhas de diversos valores.

Art. 20. O sello adhesivo será vendido nas Repartições encarregadas da cobrança do imposto e em casas particulares, autorizadas pelo Thesouro e Thesourarias.

CAPITULO II.

DO SELLO DE VERBA.

Art. 21. Devem ser sellados por verba:

§ 1.º Os papeis não sujeitos ao sello adhesivo.

§ 2.º Aquelles, em que não se empregar o sello adhesivo, por não o haver no lugar, sendo isto declarado pelo Escrivão do sello que lançar a verba.

§ 3.º Os títulos, cujo sello proporcional exceder ao de estampilha de maior valor, se o contribuinte não preferir o modo de pagamento estabelecido no art. 19 § 4.º

§ 4.º Os que incorrerem em revalidação, na conformidade do art. 31.

Art. 22. Os contractos, que forem obrigados ao sello proporcional, não serão lavrados em livros de notas do Tabellião, nós de Repartições Publicas e Companhias anonymas, sem terem pago a taxa, conforme o art. 20.

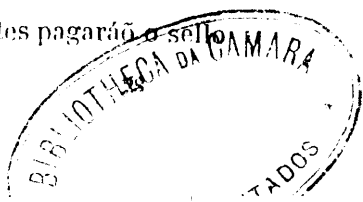
§ 1.º Os que forem lavrados em autos judiciais, ou officialmente fóra delles, não serão assignados ou subscriptos pelo Escrivão ou Official competente, sem que estejam sellados.

§ 2.º Os que e forem por particulares, onde houver Repartição arrecadadora do sello ou desse lugar distante até tres leguas metricas, pagarão o imposto dentro de trinta dias da data, concedendo-se mais trinta dias para cada nova distancia de tres leguas metricas. Ficão, porém, salvas as disposições seguintes :

1.º Nas letras de cambio e da terra, sacadas a dias ou mezes de vista, conta-se o prazo para o sello da data do *acete*.

2.º Os saldos de contas correntes pagarão o sello antes de ajuizados.

PART II.



3.º Os títulos a prazo menor de trinta e um dias serão sellados até a vespera do vencimento.

4.º Nenhuma obrigação poderá ser solvida, sem que esteja devidamente sellada.

§ 3.º O sello do capital das Companhias ou Sociedades anonymas será pago no prazo de 30 dias, contados do em que findar o termo de cada entrada.

§ 4.º O das notas ao portador e á vista pagar-se-ha annualmente, até 30 de Julho.

§ 5.º Dos fretamentos, na hypothese do art. 19 § 1.º n.º 6, será averbado o sello na nota do despacho marítimo.

Art. 23. Os papeis sujeitos ao sello fixo serão sellados:

1.º Os autos judiciaes antes da conclusão para sentença final, ou interlocutoria com força de definitiva.

2.º Os títulos extrahidos de processos, certidões e outros documentos officiaes, antes de subscriptos.

3.º Os cheques e mandatos, antes de cumpridos.

4.º Os conhecimentos de carga, dentro de oito dias da data.

5.º Os testamentos e codicillos, antes de subscripto o termo de aceitação da testamentaria.

6.º Os requerimentos, antes de despachados.

7.º Os demais papeis assignados por particulares, antes de juntada a autos e a requerimentos, ou de apresentação a Autoridade ou Official Publico para produzirem effeito.

8.º Os livros, antes de rubricados ou de se começar nelles a escripturação.

9.º As loterias, antes da venda dos bilhetes.

Art. 24. O sello das graças concedidas pela Santa Sé averbar-se-ha no Beneplacito Imperial, e o dos outros diplomas ecclesiasticos no despacho ou titulo da concessão, antes de produzir effeito.

Art. 25. O imposto será arrecadado e escripturado nas Recebedorias, Mesas de Rendas, suas Agencias e Collectorias.

Nos casos em que é permittido o sello de verba, será tambem arrecadado:

§ 1.º Em qualquer outra Repartição Publica, autorizada pelo Ministro da Fazenda.

§ 2.º O dos passaportes de embarcações e documentos pertencentes ao despacho dellas, nas Alfandegas e Mesas de Rendas e suas Agencias, por onde taes despachos se expedem.

§ 3.º O dos papeis e documentos sujeitos ao sello fixo que se expedirem e processarem pelos Juizes de Paz, e Autoridades Policiaes de lugares onde não houver alguma das referidas estações, pelos respectivos Escrivães.

§ 4.º O dos titulos passados por Bancos e Associações bancarias, pelos mesmos estabelecimentos; assignando a respectiva Directoria ou Gerente termo no Thesouro e nas Thesourarias, em que se obrigue a entregar á Estação Fiscal nos primeiros dez dias de cada mez, o producto do mez antecedente e a exhibir, quando exigidos, os livros da escripturação.

§ 5.º O dos bilhetes de loterias, pelos Thesoureiros dellas, sendo entregue o producto no Thesouro, Thesouraria ou Estação do sello do lugar da extracção, antes que esta se verifique.

Art. 26. O pagamento do sello constará de uma verba rubricada pelo Recebedor e Escrivão, contendo o numero do assento do livro de Receita, o valor da taxa em algarismos e por extenso, o nome do lugar e a data.

Art. 27. Apresentado qualquer papel á Estação Fiscal, e sendo entregue ao Recebedor a importancia do sello, escreverá este em algarismos o valor recebido, lançando depois o Escrivão a partida no livro e em ultimo lugar a verba no papel.

Art. 28. Quando se houver pago taxa inferior á devida, e o titulo fôr de novo apresentado ao sello no prazo legal, cobrar-se-ha a differença sómente; lançando-se no livro de Receita e na verba as letras — Dif. —

Art. 29. A verba de sello dos titulos lavrados nos livros de Notas, nos das Repartições Publicas e nos de transferencias de acções de Companhias, se lançará em uma nota circumstanciada assignada por algum dos interessados, ou pelo Tabellião, Empregado ou Corretor; mencionando-se no acto, que só á vista desta nota se poderá lavrar, o numero, quantia e data do sello.

Art. 30. O numero de folhas de livros levados ao sello será declarado na ultima folha por quem delles se deva servir.

CAPITULO III.

DA REVALIDAÇÃO.

Art. 31. Os papeis não sellados em tempo e aquelles em que o sello adhesivo não fôr competentemente inutilizado, ou de que se cobrar taxa inferior á devida, serão revalidados, pagando:

1.º No primeiro e segundo casos, o decuplo do sello marcado na respectiva tabella; no ultimo, o decuplo da differença entre o mesmo sello e o que houverem pago no prazo legal.

2.º O dobro das taxas designadas no numero antecedente, os que estão sujeitos ao sello proporcional, se não forem revalidados antes do dia do vencimento.

§ unico. Os titulos sem prazo e os passados *à vista*, considerão-se vencidos, para os effeitos deste artigo, no dia em que forem pagos, protestados ou ajuizados.

Art. 32. A disposição do artigo precedente não é applicavel aos titulos da 5.ª classe, nem aos da 2.ª classe, §§ 6.º a 44, do sello fixo.

Art. 33. Aos titulos sem data, ou que a tiverem emendada, sem que no mesmo papel tenha o proprio signatario ratificado a emenda, applicar-se-ha a disposição relativa aos não sellados em tempo, exceptuados aquelles cujo prazo para o sello não se contar da data.

Art. 34. A revalidação será calculada com relação ao valor, de que se devêra pagar o sello proporcional, ainda que o mesmo valor se ache diminuido por quitação ou outro meio legal.

CAPITULO IV.

DA FISCALISAÇÃO.

Art. 35. As Estações encarregadas da cobrança não poderão fazer exames nos Cartorios ou em Repartições, para averiguarem faltas de pagamento;

devendo, no caso de infracção, requisitar das autoridades certidões ou exames para procederem contra os infractores.

Art. 36. Os Delegados, Subdelegados e Juizes de Paz são fiscaes do procedimento dos seus Escrivães, como Recebedores do sello.

Art. 37. O Juiz, Chefe de Repartição Publica, ou qualquer Autoridade Civil, Ecclesiastica e Militar, Geral, Provincial ou Municipal, a quem fôr presente algum processo administrativo ou judicial, no qual existão papeis, que não tenham pago o sello ou a revalidação nos prazos legaes, exigirá, por despacho no mesmo processo, antes de lhe dar andamento, que a falta seja supprida.

Os processos, de que trata o art. 59, e os que estiverem submittidos aos Tribunaes Judiciarios, Militares e Ecclesiasticos, ás Thesourarias de Fazenda Geraes e Provinciaes, ao Thesouro e ás Secretarias de Estado, poderão todavia ser ahi despachados antes de pago o sello, ficando deste dependentes os effeitos dos despachos.

Art. 38. Os Directores ou Gerentes de Sociedades anonymas são obrigados a apresentar, quando o Chefe da Estação Fiscal o exigir, os titulos de nomeação dos respectivos Empregados, considerando-se verificada a hypothese do art. 44 § 3.º, no caso de recusa.

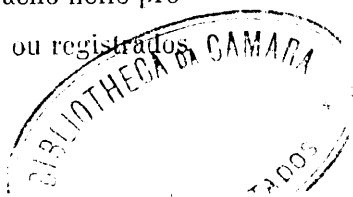
Art. 39. Os contractos ou estatutos das Sociedades anonymas não serão recebidos nos Tribunaes e Conservatorias do Commercio, sem que conste delles o assentamento do sello do capital.

Art. 40. As Autoridades, Empregados, Juizes, Tabelliães, Escrivães e Officiaes Publicos, a quem fôr presente titulo, ou papel sujeito á revalidação, ou d'onde conste alguma das infracções, de que tratão os arts. 43 a 47, o remetterão ao Chefe da Estação Fiscal do districto ou a quem competir proceder sobre elle.

Art. 41. As decisões serão dadas por despacho no proprio titulo, no requerimento da parte ou comunicação official.

Art. 42. Se o contribuinte não pagar logo o imposto ou se, além da revalidação, houver multa, ser-lhe-ha não obstante devolvido o titulo, ficando cópia authentica do mesmo e do despacho nelle proferido, para os effeitos legaes.

§ 1.º De autos e escriptos lavrados ou registrados



em livros de Cartorios e Repartições Publicas, e de papeis de grande volume não se extrahirá cópia, mas sim extracto contendo os factos justificativos da decisão.

§ 2.º Este artigo não é applicavel aos titulos e papeis, de que trata o art. 43, os quaes, decidida definitivamente a questão pela Autoridade administrativa, serão enviados a quem de direito fôr para instauração do processo criminal.

CAPITULO V.

DAS MULTAS

Art. 43. Ficão sujeitos á multa de 5\$000 a 25\$000, além das penas do Código Crim., os Empregados na arrecadação do sello, que receberem ou lançarem no livro de Receita taxa maior ou menor do que a devida.

Art. 44. Incorrem na multa de 10\$000 a 50\$000, além das penas do Código Crim.:

§ 1.º Os Juizes, que sentenciarem autos ou assignarem mandados e quaesquer instrumentos e papeis que nenhum sello tenham pago, ou em que a verba tiver sido feita e o sello adhesivo inutilisado por pessoa incompetente.

§ 2.º Os Empregados que, sem prévio pagamento do sello, fizerem assentamento, em folha, de titulos de nomeação.

§ 3.º O Juiz, Autoridade Civil, Ecclesiastica, Militar ou Municipal, Chefe de Corporação de mão-morta ou Director de Sociedade anonyma, que der posse e exercicio a qualquer Empregado, que não tenha vencimento dos cofres publicos, sem que o titulo de nomeação esteja sellado.

§ 4.º O Chefe de Repartição Publica, Juiz, ou outro Funcionario, que assignar contractos ou nomeações, attender officialmente ou deferir requerimento, ou papel instruido de documentos não sellados; ou fizer guardar e cumprir, ou que produza effeito titulo ou papel sujeito a sello, sem que o tenha pago.

§ 5.º O Official Publico, que lavrar contracto, subscrever, ou registrar papel sujeito ao sello, sem prévio pagamento deste.

§ 6.º O Thesoureiro que extrahir loteria antes de pago o sello.

Art. 43. Ficão sujeitos á multa de 40\$ a 200\$, além das penas do Código Crim.:

§ 1.º Os que falsificarem o sello, ou empregarem estampilha falsa, ou de que já se tenha feito uso e os que escreverem verbas falsas.

§ 2.º O Escrivão ou outro Empregado nas Estações do sello, que antedatar ou alterar verba, com o fim de evitar o pagamento da revalidação.

Art. 46. O que negociar, aceitar ou pagar letra de cambio e da terra, escripto á ordem, cheque ou nota promissoria, antes de pago o sello em tempo ou revalidação, quando devida, será sujeito á multa de 5 % do valor da letra, escripto ou nota, e ao dobro, na reincidencia. Se o negociador da letra, escripto ou nota fôr Corretor, e houver procedido de má fé, será na reincidencia destituído do officio.

Art. 47. O que vender sello adhesivo, sem a competente autorização, perderá o valor das estampilhas, que lhe forem encontradas e incorrerá na multa de 20\$000 a 100\$000. No caso de reincidencia a multa será duplicada.

Art. 48. As multas serão impostas:

1.º Pelas Recebedorias de Rendas internas, Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias, cada uma em relação aos papeis que nellas se possam sellar, a quaesquer infractores que não sejam Autoridades Judiciaes, Ecclesiasticas, Militares e Civis, incluidos os Vereadores e os Chefes das Repartições administrativas Geraes e Provinciaes, quando procedão em razão de seus cargos.

2.º Pelos Presidentes de Provincias ás respectivas Autoridades e Funcionarios, comprehendidos na excepção do numero antecedente.

3.º Pelos Ministros de Estado ás Autoridades e Chefes das Repartições da Côte.

CAPITULO VI.

DOS RECURSOS E RESTITUIÇÕES.

Art. 49. Das decisões proferidas pelos Chefes das Repartições Fiscaes, sobre questões relativas ao imposto do sello e sobre as multas comminadas neste Regulamento, caberão os recursos facultados pelo

Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859, arts. 3.º, § 4.º, e 27.

§ 4.º Os Collectores e Administradores de Mesas de Rendas recorrerão *ex-officio*, na Provincia do Rio de Janeiro para o Tribunal do Thesouro e nas outras Provincias para as Thesourarias, das decisões favoraveis sobre restituição do imposto e das multas.

§ 2.º Os recursos, tanto voluntarios como necessarios, serão interpostos dentro de 30 dias, contados da intimação ou publicação das decisões; tendo effeito suspensivo os que versarem sobre restituição.

Art. 50. Será restituído o sello de verba devidamente arrecadado:

1.º De nomeação, que não produzir effeito pela posse do nomeado ou pelo exercicio do emprego.

2.º De acto ou contracto que não se effectuar.

3.º De contracto nullo, se a nullidade fôr *absoluta*.

Art. 51. O sello adhesivo em nenhum caso se restitue, ficando salvo á parte o direito á indemnisação pelo Funcionario que, em razão do cargo, applicar a algum papel estampilha de valor maior que o devido, ou cujo imposto deva ser pago por verba.

TITULO IV.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 52. O deposito central das estampilhas estará na Casa da Moeda e os depositos provinciaes nas Thesourarias de Fazenda, sob a administração do Provedor e dos Inspectores e sob a guarda dos Thesoureiros.

Art. 53. Da Casa da Moeda serão as estampilhas remettidas á Recebedoria, Mesas de Rendas e Collectorias da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, e ás Thesourarias das demais Provincias, de conformidade com as ordens do Director Geral das Rendas Publicas.

Das mesmas Thesourarias far-se-ha a distribuição dellas pelas Estações Fiscaes encarregadas da cobrança do sello.

§ unico. A disposição deste artigo não obsta á remessa directa das ditas estampilhas a qualquer

das mesmas Estações, dando-se aviso á Thesouraria competente, para debitar os responsaveis e tomar-lhes contas.

Art. 54. Os vendedores particulares fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas Repartições competentes, e terão direito a uma commissão marcada pelo Ministro da Fazenda, sendo deduzida do valor das estampilhas no acto da compra.

Art. 55. Haverá na Casa da Moeda um registro, d'onde conste o anno e mez em que começou a distribuição para a venda publica das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes característicos por que se distinguão. Deste registro dará o Provedor, por despacho, as certidões requeridas.

Art. 56. Os títulos das mercês, de que trata o art. 43 §§ 4.º, 6.º a 14, serão remettidos á Recebedoria do Rio de Janeiro, ou á Estação arrecadadora do imposto na Capital da Provincia em que residirem os agraciados, a fim de lhes serem entregues depois de sellados.

§ 4.º Terminando o prazo, em que os títulos devem ser solicitados, sem que os interessados o tenham feito, a Estação Fiscal os devolverá á Repartição que os houver expedido.

§ 2.º A disposição deste artigo é applicavel aos actos do Governo, da Mordomia da Casa Imperial e dos Presidentes de Provincias; os outros pagarão o sello antes de assignados.

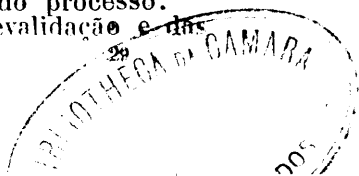
§ 3.º Aos títulos de nomeação para emprego com vencimento dos cofres publicos é applicavel o art. 8.º

Art. 57. Os Escrivães, Empregados, Sociedades, Thesoureiros das loterias e quaesquer outros ficão sujeitos ás penas do art. 43 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, pela indevida detenção do producto do sello.

Art. 58. O producto arrecadado nos termos do art. 25 § 3.º será remettido no fim de cada semestre com a competente guia á estação fiscal do districto, pelos Escrivães, que terão por este encargo a commissão de 5 % do mesmo producto.

Art. 59. Não será retardado o julgamento dos processos criminaes e policiaes em qualquer instancia por falta de sello, o qual será pago depois pelo interessado no andamento do processo.

Art. 60. O valor do sello de revalidação e das



multas, que não fôr pago voluntariamente, será arrecadado por meio executivo; procedendo-se, quanto ás multas, na conformidade do Decreto n.º 2486 de 29 de Setembro de 1859 art. 33.

Art. 61. Os infractores das Leis e Regulamentos do sello são solidariamente responsaveis á Fazenda Nacional pela importancia da revalidação dos titulos e das multas. Terão, porém, direito regressivo uns contra os outros, na ordem da responsabilidade contrahida.

Os Funcionarios responderão sómente pelas multas, quando procederem em razão de seus cargos.

Art. 62. Serão admittidas denuncias sobre as infracções deste Regulamento, cabendo ao denunciante metade das multas.

Art. 63. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1870.

Visconde de Itaborahy.



DECRETO N. 4506—DE 9 DE ABRIL DE 1870.

Renova o prazo da autorização concedida á Companhia de Seguros—Garantia—da Cidade do Porto, para estender suas operações ao Imperio.

Attendendo ao que Me requerêrão os negociantes Carvalho & Rodrigues, incumbidos, na praça da Bahia, da agencia da Companhia de Seguros—Garantia—da Cidade do Porto, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 2 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 12 de Fevereiro ultimo; Hei por bem Renovar, por seis annos contados desta data, o prazo da autorização concedida á mencionada Companhia para estender suas operações ao Imperio, ficando em seu inteiro vigor as clausulas do Decreto n.º 2905 de 16 de Abril de 1862.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4507 — DE 20 DE ABRIL DE 1870.

Abrindo ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar de 14.710:422\$000 para diversas rubricas do mesmo Ministerio no exercicio de 1869 a 1870.

Sendo insufficiente o credito votado no art. 7.º da Lei n. 4507 de 26 de Setembro de 1867 para as despesas do Ministerio da Fazenda no exercicio de 1869 a 1870, em que vigora a mesma lei em virtude da Resolução n. 1750 de 20 de Outubro de 1869; Hei por bem, na conformidade do art. 42 da Lei n.º 4477 de 9 de Setembro de 1862, e Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, abrir ao dito Ministerio um credito supplementar de quatorze mil setecentos e dez contos quatrocentos e vinte dous mil réis, distribuido pelas rubricas mencionadas na tabella junta, assignada pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Tabella das verbas do art. 7.º da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor no exercício de 1869—70 por virtude da Resolução n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, as quaes carecem de augmento de credito, a que se refere o decreto desta data.

§ 2.º Juros da divida interna fundada....	7.730:0345000
§ 4.º Caixa da amortização e filial da Ba-	
hia.....	121:1005000
§ 5.º Pensionistas e aposentados.....	170:6965325
§ 8.º Juizo dos feitos da fazenda.....	23:1835000
§ 10. Casa da moeda.....	94:1585602
§ 16. Despezas eventuaes, sendo	
1.084:6245555 para differenças de cambio,	
calculadas as remessas ao cambio médio de 24.	4.834:2175327
§ 17. Premios, descontos de bilhetes da	
alfandega, commissões, carretagens, seguros,	
juros reciprocos, agio de moedas e metaes..	1.263:9155746
Adiantamento da garantia de 2 % provin-	
ciaes á estrada de ferro de S. Paulo, na fórma	
do Aviso do Ministerio da Agricultura de 15	
de Junho de 1867 e do Decreto n. 2499 de 29	
de Outubro de 1869.....	471:1175000
	<hr/>
	14.710:4225000

Palacio do Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1870.— *Visconde de Itaborahy.*

DECRETO N. 4508—DE 20 DE ABRIL DE 1870.

Approva algumas alterações competentemente feitas nos estatutos do—Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me representou a Directoria do—Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro—, e Tendo Ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado: Hei por bem Approvar as seguintes alterações feitas pela assemblêa geral dos accionistas nos respectivos estatutos; sendo porém os arts. 18 e 19, de que trata a segunda alteração, redigidos do modo abaixo indicado:

1.ª Acrescente-se ao final do art. 7.º: —devendo o restante constituir o dividendo semestral aos accionistas, salvo o disposto no art. 53.

2.^a Substituição os arts. 18 e 19 pelos seguintes:

Art. 18. Na reunião ordinaria da assemblêa geral dos accionistas serão apresentados o relatorio da directoria e o parecer da commissão de exame e consulta, que tiver sido eleita no começo do anno de cujas contas se tratar; e finda a discussão das materias sobre que se offerecer debate, proceder-se-ha á eleição ou substituição dos directores na fórma da lei, e bem assim á dos membros da nova commissão de exame e consulta, que deve acompanhar a directoria durante o anno que então começar, para apresentar o seu parecer no fim do mesmo anno.

Art. 19. A esta commissão serão franqueados todos os livros e cofres do Banco, sem excepção alguma, bem como cópias do relatorio da directoria, balanços e quaesquer contas que tenham de ser presentes á assemblêa geral dos accionistas, a fim de que ella possa proceder ao mais minucioso exame sobre tudo, e formular o parecer que tem de apresentar á mesma assemblêa na época designada no artigo antecedente.

3.^a Ao § 10 do art. 38 acrescente-se: — carecendo estas operações do accôrdo pleno da directoria.

4.^a Adde-se ao § 5.^o do art. 39 o seguinte: — exceptuão-se, quanto ás primeiras, as letras do Thesouro e as do Governo Provincial.

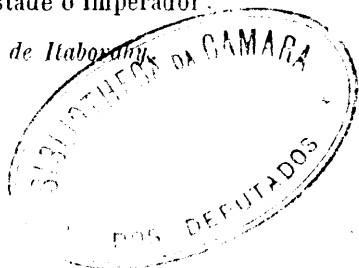
5.^a No § 7.^o do art. 39 substitua-se as palavras: — nas operações de que tratão os §§ 8.^o e 10., por estas: — nas operações de que trata o § 8.^o

6.^a No art. 53 em lugar das palavras — levando o terço restante á conta especial — diga-se: — levando o terço restante á conta do antigo fundo de reserva para oppôr aos prejuizos que se fôrem realizando.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy



DECRETO N. 4509 — DE 20 DE ABRIL DE 1870.

Concede ao Coronel George E. Church, privilegio exclusivo pelo tempo de 50 annos para a construcção de uma estrada de ferro que evitando as quedas ou cachoeiras dos rios *Madeira* e *Mamoré* partindo do ponto mais vantajoso nas proximidades e abaixo da Cachoeira de Santo Antonio ao ponto mais vantajoso nas proximidades e acima da Cachoeira de Guajará-mirim.

Tendo em attenção o que Me representou o Coronel de Engenheiros George E. Church, dos Estados-Unidos da America do Norte, ácerca da utilidade de uma estrada de ferro que, evitando as quedas ou cachoeiras dos rios *Madeira* e *Mamoré*, desembarace o commercio fluvial do Brasil e da Bolivia, e desejando promover quanto fôr possível o desenvolvimento e prosperidade das provincias do Amazonas e Mato Grosso pela facilidade de communicações e protecção da industria de seus habitantes, Hei por bem, de conformidade com a Lei de 26 de Junho de 1852, Conceder-lhe privilegio exclusivo pelo tempo de 50 annos para, por meio de uma companhia que organizará, construir, custear e gozar uma estrada de ferro que, partindo do ponto mais vantajoso nas proximidades e abaixo da cachoeira de Santo Antonio, se prolongue pela margem direita do rio *Madeira* até o ponto mais vantajoso nas proximidades e acima da cachoeira do Guajará-mirim, extensão esta de pouco mais ou menos 300 kilometros, tudo de accôrdo com as clausulas que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4509
desta data.**

1.ª O Governo Imperial concede ao Coronel de Engenheiros George E. Church autorização a fim de organizar uma companhia para a construcção de uma estrada de ferro na margem direita dos rios Madeira e Mamoré, pelo systema mais apropriado.

A empreza se denominará *Madeira and Mamoré Railway*.

2.ª A estrada de ferro, tendo por fim evitar as cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré, será construida pela companhia no melhor traço praticavel, e estender-se-ha do ponto mais vantajoso nas proximidades e abaixo da cachoeira de Santo Antonio ao ponto mais vantajoso nas proximidades e acima da queda do Guajará-mirim.

A estrada poderá ramificar-se até o ponto fronteiro á embocadura do rio Buri no Madeira.

3.ª A companhia terá o privilegio exclusivo pelo tempo de 50 annos para a construcção, custeamento e gozo dessa estrada de ferro.

4.ª A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de um anno, a contar da promulgação do Decreto da concessão, e não se considerará feita sem que os seus Estatutos sejam registrados no Tribunal do Commercio competente: as obras começarão dentro do prazo de dous annos, e ficarão terminadas no de sete, contados da mesma data, em condições de poder funcçãoar a estrada regularmente; salvos em qualquer das hypotheses os casos de força maior, que serão allegados e provados perante o Governo, e por este decididos por Decreto, precedendo audiencia do Conselho de Estado.

5.ª Provado em qualquer hypothese o caso de força maior, os prazos serão prorogados como o Governo Imperial entender conveniente.

Finda qualquer prorrogação sem que a companhia tenha cumprido as condições estipuladas, caducará a concessão sem mais formalidade.

6.ª Seis mezes antes de terem começado os trabalhos da via ferrea, ou de qualquer de suas secções, a companhia submeterá á approvação do Governo os respectivos planos, que se considerarão approvados, se dentro de tres mezes da entrega não forem impugnados.

A companhia attenderá ás alterações que o governo determinar, sob pena de serem estas executadas á custa della.

Os planos devem comprehender não só o traçado da linha, como as obras d'arte, estações e o respectivo orçamento.

7.ª Além dos terrenos devolutos precisos para o leito da estrada e suas dependencias, o Governo concede á companhia, mais 32 leguas quadradas kilometricas, em lotes alternados

nunca maiores de quatro leguas quadradas, ao longo da estrada de ferro, ou nas suas immediações, e designadamente nos dous extremos da linha, e em frente á barra do Buri. A legua kilometrica é a que corresponde a 6,6 kilometros.

A demarcação dos terrenos assim cedidos á companhia será effectuada á sua custa.

8.ª É igualmente concedido á companhia o direito de desapropriar, na forma da Lei n.º 816 de 10 de Julho de 1853, os terrenos de dominio particular, que, não havendo devolutos, forem indispensaveis para o leito da estrada e suas dependencias.

9.ª O Governo concede á companhia isenção de direitos de importação, durante o prazo do privilegio, em favor dos materiaes destinados á construcção da estrada, sua conservação, custeio, e quaesquer outros trabalhos da empresa, ficando esta sujeita aos regulamentos fiscaes.

10.ª O Governo solicitará dos poderes competentes, isenção de taxas e impostos de qualquer natureza para as propriedades da companhia durante o tempo do privilegio.

11.ª Os nacionaes empregados nos trabalhos da estrada, o em quaesquer outros servicos da empresa, durante a existencia della, serão isentos do recrutamento, como também dispensados do serviço da guarda nacional.

12.ª A companhia terá o direito de cortar o tirar nos terrenos do Estado as madeiras de que precisar para o combustivel dos seus vapores e construcção de suas obras.

13.ª A companhia, durante o tempo do seu privilegio, terá igualmente o direito de explorar dentro de uma zona de cinco leguas da margem da estrada, e no seu prolongamento, minas de quaesquer metaes preciosos e productos chimicos, devendo, quando as descobrir, requerer ao Governo para na forma das leis em vigor serem-lhe demarcadas as datas, e estipuladas as condições do seu gozo.

14.ª A companhia perceberá o preço dos transportes de mercadorias e passageiros á vista de uma tarifa por ella organizada de accôrdo com o Governo.

As tarifas serão provisórias durante os 10 primeiros annos, e posteriormente sujeitas á revisão de cinco em cinco annos.

15.ª Trinta annos depois de estar aberta ao trafego a estrada de ferro, a companhia deverá formar um fundo de amortização do seu capital por meio de uma taxa adicional no transporte de passageiros e mercadorias que transitarem pela estrada de ferro e suas dependencias.

A referida taxa será opportunamente fixada pelo Governo de accôrdo com a companhia.

Amortizado o capital reverterá para o Estado a estrada de ferro e suas dependencias, sem indemnização alguma.

16.ª Durante a construcção da estrada, e emquanto não estiver ella funcionando regularmente, terá a companhia o direito de, sem prejuizo da navegação actual, apprehender os

melhoramentos que forem necessários, para facilitar a passagem dos barcos pelas cachoeiras, submettendo previamente ao conhecimento do Governo qualquer projecto, que para este fim tenha de ser posto em execução.

17.^a As embarcações, não pertencentes á companhia, que se utilisarem desses melhoramentos, pagarão uma taxa sobre tonelagem que será fixada em uma tarifa, que a companhia de accordo com o Governo deverá organizar. A tarifa será provisoria durante os 10 primeiros annos.

18.^a A cobrança da taxa, de que falla a clausula antecedente, não cessará pelo facto de se declarar livre a todas as bandeiras, na conformidade do Decreto de 7 de Setembro de 1867, a navegação de todo o curso do Madeira; mas será regulada de modo a favorecer o commercio e a navegação no interesse da companhia, sem offensa dos tratados existentes.

Para melhor execução desta clausula o Governo Imperial fará habilitar na linha do Madeira os portos de embarque e desembarque, que julgar convenientes, expedindo para este fim os precisos regulamentos.

19.^a A companhia, sob garantia de seus accionistas, da sua propriedade particular e da renda liquida da estrada, poderá contrahir empréstimos por meio da emissão de titulos negociaveis, para maior facilidade de suas operações economicas; sendo obrigada a publicar semestralmente os balanços da receita e despesa nas Provincias onde abrir suas operações, e a transmittil-os ao Governo nas mesmas épocas.

20.^a O Governo fiscalisará, como julgar conveniente, a construção das obras, o serviço do tráfego, e a execução das estipulações desta concessão.

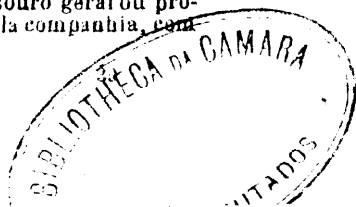
21.^a Serão observadas nesta estrada de ferro, na parte que lhe fór applicavel as disposições dos regulamentos em vigor nas actuaes estradas de ferro, e quaesquer outros que pelo Governo Imperial forem decretados, uma vez que não offendão as clausulas da presente concessão.

22.^a Se o Governo Imperial entender conveniente effectuar o resgate da presente concessão poderá fazel-o em qualquer tempo depois de 30 annos de duração do privilegio.

O preço do resgate será regulado de modo que reduzido a apolices da divida publica, produza uma renda equivalente a média da receita liquida da estrada de ferro nos tres ultimos annos; e delle será deduzido o fundo de amortização que houver, conforme a clausula 15.^a

23.^a Não se verificando a hypothese da clausula antecedente, terminado o prazo do privilegio, a companhia continuará na posse e gozo da estrada e suas dependencias, deixando porém de cobrar qualquer taxa que perceba pelo tráfego fluvial.

24.^a As malas do correio e seus conductores, e quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao thesouro geral ou provincial, serão conduzidas gratuitamente pela companhia, com as necessarias garantias de segurança.



25.^a Se o Governo precisar transportar forças para qualquer ponto da linha ou seus extremos, fica a companhia obrigada a pôr á sua disposição os meios de transporte que possuir, quer terrestres, quer fluviaes, pagando-lhe o Governo o serviço com 20 % de abatimento nos preços das suas tarifas. Igual abatimento se fará quanto á condução de cargas pertencentes ao Governo geral ou ao provincial, de colonos e de suas bagagens.

26.^a A companhia, será preferida em igualdade de condições nas concessões e favores que o Governo Imperial houver de conceder para a navegação do Guaporé e Mamoré, na parte que pertence ao Brasil, quando entender conveniente estabelecer essa navegação.

27.^a A companhia poderá ter sua séde no paiz ou fóra d'elle, com tanto que, para decisão dos assumptos relativos á empreza, tenha no Brasil um representante, habilitado com os necessários poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial, as questões emergentes, ficando entendido que quantas apparecerem entre ella e o Governo, ou entre ella e os particulares serão tratadas e resolvidas no Brasil.

28.^a Podendo, não obstante a clareza das estipulações desta concessão, haver desaccôrdo entre o Governo e a companhia sobre os direitos e obrigações de ambas as partes na execução da mesma concessão, será o ponto controvertido sujeito á decisão de Juizes arbitros.

O arbitramento terá sempre lugar no Brasil, e se regulará nomeando livremente cada uma das partes o seu arbitro, quando não convierem n'um só.

Se os dous arbitros divergirem, a companhia nomeará para desempatar um Conselheiro de Estado, cujo voto será definitivo.

Quando por qualquer circumstancia uma das partes contractantes appellar para o arbitramento, dará aviso a outra declarando o seu arbitro. Se dentro de 30 dias a outra parte não communicar a sua nomeação, entender-se-ha que aceita o proposto.

29.^a Fica entendido que a companhia não terá direito de exigir garantia de juro sobre o capital empregado nas suas obras, nem prestação ou subvenção alguma do Thesouro Nacional, nem quaesquer favores além dos que vão expressados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1870.— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4510 — DE 20 DE ABRIL DE 1870.

Altera algumas disposições do Regulamento das Alfandegas.

Attendendo á conveniencia de simplificar o processo dos despachos dos generos e mercadorias e de alterar outras disposições do Regulamento das Alfandegas; e usando da autorização conferida ao Governo pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º, § 9.º; Hei por bem que se observem as disposições constantes do Regulamento que com este baixa, assignado pelo Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Regulamento alterando algumas disposições do das Alfandegas, a que se refere o Decreto n.º 4510 desta data.

Art. 1.º O serviço interno nas Alfandegas de 1.ª e 2.ª ordem será distribuido por tres Secções, e nas de 3.ª ordem por duas.

Nas Alfandegas de 2.ª ordem servirá de Ajudante do Inspector o Chefe da 3.ª Secção, e nas de 3.ª o da 1.ª Secção.

§ 1.º A' 1.ª Secção pertencerá o serviço: 1.º de entrada de mercadorias; 2.º de capatazias, armazens internos de Alfandega e trapiches alfandegados; 3.º de exportação, reexportação e transito, 4.º de despacho maritimo.

§ 2.º A' 2.ª Secção o serviço: 1.º de contabilidade; 2.º de arrecadação e Thesouraria; 3.º de rendas internas.

§ 3.º A' 3.ª Secção: 1.º o de revisão e estatistica; 2.º o de balanço, expediente e archivo.

Art. 2.º A estatística commercial da Alfandega da Córte continuará a ser organizada na 3.ª Secção da mesma Alfandega.

Art. 3.º Nas Alfandegas de 3.ª ordem fica pertencendo :

A' 1.ª Secção a entrada das mercadorias, as capatazias, os armazens internos da Alfandega, os trapiches alfandegados, a exportação, reexportação e transitio, o despacho marítimo.

A' 2.ª Secção a contabilidade, a arrecadação e The-souraria, as rendas internas, a revisão e estatística commercial, o balanço, expediente e archivo.

Art. 4.º O serviço nas Alfandegas de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem continuará a ser feito sob a immediata direcção, fiscalisação e responsabilidade dos respectivos inspectores.

Art. 5.º A inspecção e fiscalisação do serviço externo competem ao Guarda-mór. Os Officiaes de descarga lhe ficão immediatamente subordinados.

As folhas de descarga continuarão, porém, a ser expedidas pela 1.ª Secção, segundo a data das entradas das embarcações, e remettidas ao Guarda-mór, a quem fica competindo a escala do serviço dos mesmos Officiaes.

Art. 6.º Os capitães ou mestres dos navios mercantes, nacionaes ou estrangeiros, que demandarem porto alfandegado do Brasil, trarão um, em vez dos dous manifestos a que os obrigava o art. 399 do citado Regulamento, continuando em vigor as outras disposições relativas aos mesmos documentos.

Art. 7.º A's embarcações de cabotagem servirão de manifesto as guias ou cópias dos despachos que são enviadas ás Alfandegas ou Mesas de Rendas dos portos a que se destinão as mesmas embarcações. As que sahirem para portos estrangeiros não serão obrigadas a levar manifestos : poderão, porém, requerel-os, se lhes forem necessários.

Art. 8.º Para o despacho ou passe das embarcações estrangeiras basta que o capitão ou mestre, além da nota de que trata o art. 496 §§ 1.º e 2.º do Regulamento apresente documento que prove : 1.º a matrícula da equipagem ou gente de serviço de mar ; 2.º a arqueação do navio ; ficando assim alterado o art. 497.

Art. 9.º A conferencia dos manifestos das embarcações que, finda a descarga, tiverem sido visitadas, será feita por empregados da 1.ª Secção, os quaes remetterão os respectivos relaterios e mais papeis ao Inspector da

Alfandega para impôr as multas em que ellas tiverem incorrido ou para mandal-as desembaraçar ; ficando assim alterados os arts. 476 e 477.

Art. 10. O prazo marcado pelo art. 382 aos capitães dos navios para apresentação do despacho nas barcas de vigia poderá ser prorogado pelos Inspectores por mais 24 horas úteis.

Art. 11. Fica restabelecida a disposição do § 8.º do art. 642 e elevado a um mez o prazo de uma semana que ali se acha fixado.

Art. 12. As notas para os despachos sujeitos a duas conferências devem ser calculadas, a 1.^a via pelo Conferente interno, e a 2.^a pelo Despachante e revista pelo mesmo Conferente.

As notas para os despachos de uma só conferencia serão calculadas, ambas as vias, pelos Despachantes, e a 1.^a revista pelo Conferente que der sahida á mercadoria.

Ultimados os despachos e sahidas as mercadorias, serão as 4.^{as} vias remettidas immediatamente pelo Porteiro á 3.^a Seccção para se fazer a revisão.

Art. 13. Ficão abolidos os prazos de estadia livre.

A armazenagem nas Alfândegas em que este serviço estiver a cargo dellas será calculada e cobrada sobre a importancia dos direitos de consumo, do modo seguinte:

Do dia imediato da descarga até 6 mezes na razão de.....	1 %	ao mez
Até um anno na de.....	1 ½	»
Até 18 mezes na de.....	2 %	»
Até 24 „ „	3 %	»

2.º Si, não apresentando os volumes aquelles indícios, se verificar a avaria na conferencia interna ou na de sahida.

Art. 17. Fica supprimido o paragrapho unico do art. 42 das Disposições Preliminares da Tarifa, que obriga o Inspector a recorrer ex-officio de suas decisões sobre questões de avaria.

Art. 18. Encontrando-se entre as mercadorias acondicionadas em volumes algumas peças de qualidade differente que importem accrescimos de direitos de 50 % ou mais, o Conferente, depois de o participar ao Chefe da Repartição, que mandará verificar a existencia do facto, mencionará na nota o numero, quantidade e qualidade das ditas peças para serem cobrados os direitos correspondentes; pagando de mais a parte, em favor do respectivo Conferente, uma multa igual aos direitos da differença verificada, si estes direitos excederem de 50\$000.

Do mesmo modo se praticará, quando em algum ou alguns dos volumes de uma mesma addicção da nota forem encontradas mercadorias de qualidade differentes declaradas na dita nota e contidas nos outros volumes.

Si as mercadorias se acharem acondicionadas entre as outras como escondidas, para se subtrahirem aos direitos, o Conferente as apprehenderá com todas as demais contidas no volume, dando logo desse facto conta ao Chefe da Repartição para que este proceda nos termos do processo respectivo. No caso de condemnação, o dono ou consignatario perderá todas as mercadorias contidas no volume, e pagará além disto a multa de metade do valor dellas.

Quando as mercadorias contidas no mesmo volume (si a addicção da nota constar de um só) ou nos diversos volumes (si constar de muitos) forem todas differentes das declaradas na nota sómente se exigirá o pagamento dos direitos simples e mais a multa de $1\frac{1}{2}\%$, mas neste caso o Conferente deverá examinar todos os volumes. (*)

Art. 19. Achando-se entre a nota e as mercadorias postas a despacho differença para mais em quantidade, medida ou peso, só terá lugar a multa de direitos em dobro do art. 553 se os direitos da differença excederem de 50\$000.

(*) A palavra *addições* designa as diversas verbas ou artigos escriptos separadamente na mesma nota de despacho.

Art. 20. Achando-se differença para menos entre o declarado na nota e as mercadorias postas a despacho o Conferente assim o declarará na mesma nota para sómente se haverem direitos do que realmente se encontrar. Dando-se, porém, circumstancias que revelem fraude ou subtracção de mercadorias, pagará a parte, a juizo do Inspector, direitos em dobro pela differença que existir entre o declarado na nota e o verificado pelo Conferente.

Art. 21. O pagamento dos direitos exigidos pelo Regulamento, será feito unicamente em moeda corrente.

Art. 22. O producto da impugnação, quér seja feita na conferencia interna, quér na da sahida, pertence integralmente ao Conferente que a houver indicado.

Art. 23. Será de 2 a 5 mezes o prazo concedido para apresentação de documento justificativo do destino das mercadorias reexportadas para os portos do Imperio e para os das Republicas do Prata; e de 6 mezes a um anno para os portos fóra do Imperio.

Art. 24. O expediente da Capatazia será cobrado na razão de 30 réis por volume de peso não excedente de 50 kilogrammas, e mais 10 réis por dezena ou fracção de dezena que exceder de 50 kilogrammas.

E' devido pelo embarque e desembarque de mercadorias nacionaes e estrangeiras nas pontes, caes e depositos externos mantidos e custeados por conta da Fazenda Nacional, e por qualquer serviço ou trabalho feito a requerimento da parte.

Art. 25. Os despachos de reexportação ou de transitio serão processados na fórma das instrucções que forem expedidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 26. O prazo da prescripção para a Fazenda Nacional, de que trata o art. 775 fica reduzido a um anno.

Art. 27. Os embargos, arrestos, penhoras judiciais e quaesquer exames nas mercadorias depositadas nas Alfandegas terá lugar em todos os casos admittidos em direito, se forem expedidos por autoridade competente, precedendo deprecada ao Inspector e observadas as regras do art. 209.

Art. 28. Os trapiches que se destinarem a deposito de generos nacionaes livres de direitos, ou estrangeiros já despachados para consumo, não necessitam de titulo passado pelo Thesouro, nem de licença das autoridades fiscaes.

Art. 29. Não será permittido o abandono ou reexportação de mercadorias quando a parte estiver obri-

gada a multas por differenças encontradas no despacho, sem prévio pagamento das mesmas multas.

Art. 30. Os Despachantes e seus ajudantes serão nomeados e demittidos pelos Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de Rendas.

O numero dos Despachantes poderá ser augmentado por Portaria do Ministro da Fazenda, segundo as necessidades do commercio, sobre proposta dos mesmos Inspectores ou Administradores.

Art. 31. Ficão supprimidas no art. 648, § 4.º, as palavras *conferencias de mercadorias*.

Art. 32. O imposto de ancoragem será calculado pela arqueação constante do registro dos navios, qualquer que seja sua nacionalidade, fazendo-se redução das toneladas estrangeiras ás que servem de base para este imposto.

Art. 33. A alçada dos Inspectores das Alfandegas da 1.ª, 2.ª e 3.ª Ordem será de 200\$000, e a das outras Alfandegas, bem como das Mesas de Rendas, de 100\$000

A alçada das Thesourarias será de 400\$000 para as tres primeiras ordens de Alfandegas e de 200\$000 para as outras.

As alçadas serão determinadas, não pela importancia ou valor dos objectos submettidos a despacho, mas pela dos direitos que tiverem de pagar.

Art. 34. Um Decreto ulterior determinará as classes, numero e vencimentos dos empregados das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Art. 35. As gratificações dos empregados das Alfandegas farão d'ora em diante parte de seus respectivos ordenados.

Art. 36. O Ministro da Fazenda fará colligir em um só Regulamento todas as disposições de Leis e Decretos que ficão em vigor, na parte relativa á administração das Alfandegas do Imperio.

Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1870. — *Visconde de Itaborahy*.

DECRETO N. 4511 — DE 20 DE ABRIL DE 1870.

Approva o contracto celebrado com Conceição & Comp, para o serviço da navegação a vapor na linha intermediaria até Santa Catharina.

Hei por bem Approvar o contracto, que com este baixa, celebrado entre a Directoria Geral dos Correios do Imperio e Conceição & Comp., em 8 do corrente mez, para o serviço da navegação a vapor na linha intermediaria até Santa Catharina.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Abril de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

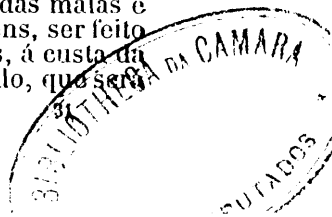
Contracto que em virtude do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datado de 6 de Abril de 1870, celebrão entre si o Director Geral dos Correios e Conceição & Comp. para o serviço da navegação a vapor na linha intermediaria até Santa Catharina.

1.^a

O serviço da navegação a vapor na linha intermediaria será feito mensalmente, partindo os vapores do Rio de Janeiro até o porto da capital da provincia de Santa Catharina, com escala tanto na ida como na volta pelos portos de Santos, Iguape, Cananéa, Paranaguá, S. Francisco do Sul e Itajahy.

Os vapores ficarão isentos da obrigação de entrada no porto de Itajahy, sempre que não fôr isto praticavel, devendo neste caso o transporte das malas e passageiros, com as respectivas bagagens, ser feito em escaleres ou em vapores apropriados, á custa da empresa, desde o lugar onde se der fundo, que será

PARTI II,



o mais aproximado possível do referido porto, até o desembarque, e vice-versa. Nesta hypothese o prazo de demora será contado do momento em que chegarem ao porto os escaleres ou vapores especiaes com as malas do correio.

2.^a

Os vapores empregados neste serviço deverão ter 600 toneladas de arqueação, accomodações para 50 passageiros de ré e 100 de prôa, e capacidade para receberem 300 toneladas de carga. O calado destes navios não excederá de nove pés inglezes com o carregamento completo, e sua marcha nunca será inferior a nove milhas por hora.

Estas condições serão verificadas por uma commissão nomeada pelo governo imperial.

3.^a

O prazo de cada viagem redonda não excederá de 45 dias.

4.^a

Os vapores serão nacionalisados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionais ; o que não os isentará dos regulamentos policiaes e da alfandega.

5.^a

A tarifa das passagens e fretes será organizada de accôrdo e com approvação do governo, ficando desde já estabelecido que as passagens e fretes por conta do Estado gozarão do abatimento de 40 % nos preços fixados na dita tarifa.

O abatimento será de 30 % quando essas passagens forem dadas a immigrants.

6.^a

A empresa fará transportar gratuitamente as malas do correio, obrigando-se a fazel-as conduzir de terra

para bordo, e vice-versa, ou a entregal-as aos agentes do correio, devidamente autorizados para recebê-las. Os commandantes passarão e exigirão recibos das malas que entregarem ou receberem.

O governo imperial terá direito de embarcar nos vapores da empresa, livre das despezas de passagem e comedoria, em lugar distincto e com as precisas accommodações, um empregado do correio, que incumbir-se-ha das respectivas malas. Em tal caso os commandantes fornecerão escaler para o embarque e desembarque das malas, mas não serão por ellas responsaveis.

7.ª

A empresa fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros que se remetterem do thesouro ás thesourarias das provincias e vice-versa. Estas remessas serão encaixotadas na fórma das Instrucções do Thesouro de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores, sem obrigação de procederem elles á contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque, segundo os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

8.ª

Os dias e horas da partida e chegada e tempo da demora em cada porto das escalas serão fixados em uma tabella organizada pelo director geral dos correios, de accôrdo com a empresa, e approvada pelo ministerio da agricultura. Esta tabella será revista sempre que o governo de accôrdo com a empresa entender conveniente. Os prazos de demora serão contados por horas uteis, de sol a sol, do momento em que os vapores fundearem, ainda que seja em domingo ou dia feriado.

9.ª

As repartições do correio deverão ter as suas malas sempre promptas a tempo de não retardarem a viagem dos vapores, além da hora marcada para a sahida.

10.^a

O serviço começará dentro do prazo de dous mezes contados da assignatura do contracto, salvo o caso de força maior.

11.^a

A empresa fica sujeita ás multas seguintes :

§ 1.º De quantia igual á subvenção respectiva, se não effectuar alguma das viagens estipuladas ;

§ 2.º De 4:000\$000 a 4:000\$000, além da perda da subvenção respectiva se a viagem depois de encetada fôr interrompida.

Sendo a interrupção por força maior não terá lugar a multa e a empresa perceberá a quota da subvenção correspondente ao numero de milhas que o vapor houver percorrido ;

§ 3.º De 250\$000 de cada prazo de 12 horas que exceder ao marcado, tanto para a partida como para a chegada dos vapores no porto do Rio de Janeiro ;

§ 4.º De 100\$ a 500\$ pela demora que houver na entrega e recebimento das malas do correio, no extravio ou máo acondicionamento a bordo, ou pelo facto de incumbir-se o commandante ou qualquer empregado de bordo, do transporte da correspondencia fóra das ditas malas e sem estar devidamente franqueada com os sellos do correio.

12.^a

Quando a demora de que trata o § 3.º da condição antecedente fôr motivada por ordem do governo, pagará este á empresa a respectiva multa.

Ficarão isentos da multa o governo, se a demora por elle determinada (a qual sempre por ordem escripta) fôr causada por sedição, rebelião ou qualquer perturbação da ordem publica ; e a empresa se a demora fôr causada por força maior.

13.^a

Os vapores deverão ter a bordo os sobressalentes, aprestos, material, objectos de serviço dos passageiros e numero de officiaes machinistas, foguistas e individuos de equipagem que forem necessarios, a

juízo do governo, que poderá fiscalizar este serviço e tomar as providencias indispensaveis para que as suas prescripções sejam observadas.

14.^a

No caso de declaração de guerra entre o Brasil e qualquer potencia durante o prazo do contracto, o governo se obriga a indemnizar á empresa do premio do seguro dos seus vapores pelo risco de guerra sómente, ficando a cargo da empresa o seguro pelo risco marítimo.

15.^a

No caso de innavegabilidade de algum dos vapores da empresa, poderá ella, mediante prévia licença do governo, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou em caso de falta absoluta, nas que mais se lhes aproximarem para substituir provisoriamente aquelle.

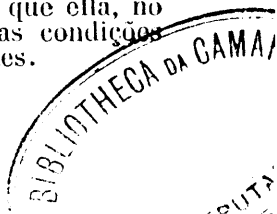
16.^a

A interrupção do serviço contractado por mais de um mez em toda a linha ou em parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empresa á indemnização de todas as despesas que o governo fizer para a continuação do referido serviço durante o tempo de interrupção, e mais á multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo o caso de força maior.

17.^a

O governo imperial poderá lançar mão dos vapores da empresa para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo, quanto ao preço quér do fretamento, quér da compra; cumprindo, porém, que ella, no ultimo caso, os substitua por outros nas condições exigidas e dentro do prazo de seis mezes.



18.^a

Em retribuição dos serviços especificados, a empresa receberá de cada viagem redonda a subvenção de 5:000\$000.

O pagamento da subvenção será feito no Thesouro Nacional, em moeda corrente do Imperio, segundo requisição do Ministerio da Agricultura, de quem o Director geral dos correios, solicitará o dito pagamento, depois de realizada a viagem e deduzidas ou adicionadas as multas em que porventura houver incorrido a empresa, ou a administração.

19.^a

As alfândegas dos portos em que os vapores têm de tocar, expedirão os despachos necessários para se proceder ao desembarque ou embarque da carga, ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar com preferencia a descarga ou carga de qualquer embarcação, e sem embargo de domingos ou dias feriados; admittindo por conseguinte a despachos anticipados a carga e as encomendas que porventura tenham de ser transportadas pelos vapores da empresa. Os Presidentes das Provincias dentro das suas faculdades lhes prestarão a protecção e o auxilio de que por qualquer motivo necessitarem para a continuação de sua viagem dentro do devido tempo, e em cumprimento do contracto com o Governo Imperial, pagas pela empresa todas as despesas nos casos em que ellas tiverem lugar.

20.^a

O prazo de duração do contracto será de cinco annos, contados do dia em que começar o serviço da navegação. Findo o prazo a empresa terá preferencia a qualquer outra para a continuação do mesmo serviço, em igualdade de circumstancias.

21.^a

Os casos de força maior serão justificados perante o Governo, que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

22.^a

As questões que suscitarem entre o governo e a empresa, inclusive as que se derem sobre os preços de fretamento ou compra dos vapores, nos termos da clausula 17.^a, serão resolvidas por arbitros. Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu, e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, e entre estes decidirá a sorte.

23.^a

A empresa terá sua séde no Rio de Janeiro onde serão tratadas e decididas todas as questões entre ella e o governo, ou entre ella e os particulares.

24.^a

A empresa obriga-se a entrar para o Thesouro Nacional, com a porcentagem proporcional á sua subvenção, que fôr marcada pelo Ministerio da Agricultura, para o pagamento de um Inspector geral, se o Governo Imperial deliberar-se a crear esta commissão sob a base seguinte :

Decretada a despesa a fazer com esta inspecção, sua importancia será dividida em quotas correspondentes aos contos de réis que o Estado pagar de subvenção ás empresas de navegação, e cada uma destas concorrerá na proporção respectiva.

25.^a

A empresa não terá direito a exigir do governo algum outro favor ou isenção, além dos designados nestas clausulas.

26.^a

O presente contracto só terá vigor depois de approvado pelo governo imperial e pagos os direitos devidos á fazenda nacional.

Directoria Geral dos Correios, em 8 de Abril de 1870. — (Assignados).—*Luiz Plínio de Oliveira*.—*Conceição & Comp.*— Como testemunhas, *José Tertuliano Monteiro de Mendonça*.— *José Ricardo de Andrade*.

DECRETO N. 4512 — DE 27 DE ABRIL DE 1870.

Fixa a taxa de cinco por cento para a amortização das notas do Banco do Brasil no anno bancario de 1869—1870.

Não estando ainda fixado o quanto a resgatar das notas do Banco do Brasil, de que trata o § 6.º do art. 1.º da Lei n. 1349 de 12 de Setembro de 1866, e Attendendo ao que Me representou a directoria do mesmo Banco: Hei por bem fixar a taxa de cinco por cento para a amortização relativa ao anno bancario de 1869—1870.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte sete de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4513 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Autoriza a incorporação da companhia União Fluminense, de seguro de vida de escravos e approva os respectivos estatutos.

Attendendo ao que Me requereu Luiz José dos Reis Montenegro, devidamente autorizado pela assembléa geral dos socios da companhia União Fluminense, de seguro de vida de escravos, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 25 de Fevereiro ultimo, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 5 do mez anterior, Hei por bem Conceder á referida companhia a necessaria autorização para funcionar, e approvar os respectivos estatutos que com este baixão.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Estatutos da companhia de seguro de vida de escravos — União Fluminense.

CAPITULO I.

DA COMPANHIA, SEUS FINS, DURAÇÃO E DISSOLUÇÃO.

Art. 1.º A companhia anonyma fundada no Rio de Janeiro com o titulo de União Fluminense, é uma associação de pessoas que fazem contracto com o fim de segurarem entre si contra os prejuizos provenientes da mortalidade de escravos, sob as condições expostas nestes estatutos.

Art. 2.º A companhia será installada logo que estes estatutos tiverem sido approvados pelo governo imperial; depois que se acharem inscriptos, para serem seguros, valores que representem, pelo menos, a importancia de 500:000\$000 e 60 dias depois de publicados e registrados os estatutos e carta imperial que os approvar.

Art. 3.º Os seguros desta companhia circumscrevem-se, por emquanto, ao municipio neutro e ao de Nictheroy, e quando o conselho fiscal deliberar, poderão ser creadas agencias nas Provincias do Imperio.

Art. 4.º A duração da companhia será de nove annos contados do dia da sua installação; findos os quaes a assembléa geral resolverá o que melhor convier á companhia. Se fór deliberada a prorrogação, solicitar-se-ha immediatamente a approvação do Governo Imperial, e sendo resolvida a dissolução nos casos dos arts. 35 e 36 do Decreto n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860, começará logo a liquidação.

Art. 5.º A dissolução poderá ainda verificar-se antes de findo o prazo marcado no art. 4.º quando os valores seguros descerem do minimo fixado no art. 2.º

CAPITULO II.

DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA.

Art. 6.º O valor segurado será estimado pela directoria, precedendo o exame medico.

Art. 7.º Os seguros serão todos feitos pelo tempo de um anno, e regular-se-hão por uma tabella proporcional ás idades approvada pela directoria e conselho fiscal. O fim dos riscos tomados será ao meio dia dos dias designados pela apolice.

Art. 8.º O anno economico da companhia será contado pelo anno civil. As liquidações serão sempre feitas em 31 de Dezembro de cada anno.

Art. 9.º O maximo do valor segurado por cada vida de escravo será de 1:500\$000.

Art. 10. Os premios dos seguros, não excedendo a quantia de 60\$000 serão pagos á vista; mas quando ultrapassarem esta quantia, serão pagos parte á vista e parte em letras a prazo nunca maior de tres mezes.

Art. 11. A falta do pagamento das letras a que se refere o artigo antecedente, na data do vencimento, importa a cessação da responsabilidade tomada pela companhia, ficando a esta o direito de proceder pelos meios legaes á cobrança de taes letras.

Art. 12. Logo que haja sinistro reputar-se-hão vencidas todas as letras que a companhia possuir aceitas pelo segurado, as quaes serão encontradas no pagamento dos mesmos sinistros.

Art. 13. A companhia toma a si o risco de morte do escravo seguro, menos quando esta resultar de suicidio ou de sevicias, castigo barbaro, ou tortura dos respectivos senhores, ou mesmo da autoridade.

Art. 14. No caso do seguro recahir em escravo que posteriormente pertença á tripolação de algum navio, a directoria, de accôrdo com os interessados, augmentará o premio.

Da mesma forma se procederá quando o escravo passar a exercer algum officio que seja danoso ou arriscado, como foguista, padeiro, catraieiro, etc. Fica, porém, estabelecido que se o escravo estiver comprehendido nestas condições, no acto do seguro, o premio será sempre mais elevado do que para aquelles que estiverem em caso diverso. A falta de declaração acima vicia e annulla a apolice em todos os seus effeitos.

Art. 15. A morte do escravo será verificada por um medico da companhia que certificará a identidade, e se aquella

procedeu de sevicias ou propinação de veneno. O segurado deverá prestar-se a dar todos os esclarecimentos, devendo antes do cadaver ser dado á sepultura, participar por escripto á companhia, a fim de proceder-se áquella verificação.

Art. 16. Se a morte se der onde não possa ter plena execução o disposto no artigo antecedente, certificará o medico do lugar, mencionando na certidão os signaes particulares do escravo, a qual será authenticada por tres assignaturas de pessoas qualificadas do lugar e reconhecidas por tabellião.

Art. 17. Quando por falta de medico, não se puer preencher o disposto no artigo precedente, será o respectivo certificado passado pela primeira autoridade policial do lugar.

Art. 18. Os attestados mortuarios, conducções e despesas que se fizerem por causa do sinistro, serão pagas pelo segurado.

Art. 19. A propriedade da apolice será transferivel no caso de herança ou venda ; mas, para que a transferencia seja válida é indispensavel participação e consentimento referendados pela directoria. Os transferidos serão obrigados a apresentar escriptura de venda ou certidão do formal de partilha na parte relativa ao escravo. A falta de declaração da transferencia importa a annullação do contracto.

Art. 20. Quando o escravo seguro fôr recolhido a hospital publico ou particular, o interessado participará immediatamente á companhia ; o mesmo se fará quando o escravo fôr para fóra dos municipios da cõrte ou de Netheroy por mais de 15 dias.

CAPITULO III.

DOS PREMIOS E MODO DA INDEMNIZAÇÃO.

Art. 21. A importancia total dos premios será recolhida a um banco, e delle só será retirada a parte concernente á indemnização dos sinistros e mais despesas occorridas durante o anno social. Deste deposito não haverá a directoria, para si, interesse algum.

Art. 22. Entender-se-ha por despesas da companhia, os vencimentos dos medicos e empregados, aluguel da casa, gastos de escriptorio ; impressões, custas judiciaes e em geral quaesquer outras despesas que se fação em beneficio dos interesses sociais.

Art. 23. Verificado o sinistro, depois de apresentados á companhia os competentes documentos, esta indemnizará aos interessados pelo seguinte modo : metade do valor segurado será pago em uma letra a prazo de tres mezes, e o excedente,

15 dias depois de feita a liquidação annual. Se o sinistro se der no ultimo trimestre do anno social o segurado sómente receberá aquelle excedente tres mezes depois da liquidação.

Art. 24. Fallecendo qualquer escrava em consequencia de parto, se o seguro não tiver sido tomado, tendo em vista aquelle risco, far-se-ha o abatimento de 25 % que será encontrado na final indemnização. Da mesma fórma se procederá quando o escravo fallecer de hernia. Desde que o escravo seguro se libertar ou fôr libertado, cessa a responsabilidade da companhia, á qual aliás pertencerá o premio respectivo.

Art. 25. Se, por epidemia ou outro qualquer motivo o producto dos premios existentes em deposito, os juros e fundo de reserva não chegarem para o pagamento integral dos sinistros havidos nesse anno social, far-se-ha abatimento proporcional nos sinistros dados, quando se effectuar a liquidação final do anno. Este abatimento ou rateio não poderá, em caso algum, attingir os segurados que não tenham a haver indemnização de sinistro.

Art. 26. O direito de reclamação, por parte do segurado, prescreve dentro de um anno depois de acontecido o sinistro.

CAPITULO IV.

DO FUNDO DE RESERVA.

Art. 27. O fundo de reserva é unicamente destinado a fazer face ao pagamento de sinistros, quando os premios annuaes recebidos e depositados não cheguem para pagamento dos mesmos sinistros. Será composto do modo seguinte:

§ 1.º Dos saldos que ficarem quando a mortalidade fôr inferior aos premios recebidos annualmente;

§ 2.º Dos juros que fôr rendendo todo o capital recolhido, e os quaes serão levados annualmente ao fundo de reserva;

§ 3.º Do que possa resultar da ultima parte do que se dispõe no art. 42.

Art. 28. O fundo de reserva que existir quando se liquidar a companhia será destinado a um asylo pio, designado pela assembléa geral dos socios, quando a mesma assembléa geral não delibere que seja distribuido pelos socios da companhia.

CAPITULO V.

DA ASSEMBLÉA GERAL,

Art. 29. A reunião dos segurados desta companhia quando convocados em conformidade com estes estatutos, constitue a assembléa geral.

Art. 30. A assembléa geral compor-se-ha de um presidente, escolhido por aclamação d'entre os segurados presentes e dous secretarios por elle designados.

Art. 31. A assembléa geral julgar-se-ha constituida estando presentes por si ou por procuradores, tantos segurados quantos representem o numero sextuplo do conselho fiscal.

Art. 32. Quando a assembléa geral não puder funcionar por falta do numero marcado no artigo antecedente, far-se-ha nova convocação e nesta segunda reunião, qualquer que seja o numero dos que concorrerem, poderá deliberar.

Art. 33. Nenhum segurado, por maior numero de seguros que tenha nesta companhia, terá mais que um voto. Serão aceitos, entretanto, os votos daquelles que não puderem comparecer, uma vez que sejam representados por seus procuradores legais e necessarios; salvo para eleição do conselho fiscal e gerentes, na qual só serão admittidos os votos dos socios presentes. São procuradores necessarios dos segurados todos aquelles que o direito civil do Imperio autoriza a administrar bens de terceiro.

Art. 34. A convocação da assembléa geral será feita pela directoria em annuncios publicados nas folhas de maior circulação, e com uma antecedencia de cinco dias pelo menos.

Art. 35. A assembléa geral reunir-se-ha annualmente duas vezes. A primeira logo depois de feita a liquidação annual e a segunda depois que a commissão de exame de contas apresentar seu parecer. Na primeira reunião será apresentado o relatorio acompanhado do balanço do anno findo, e em acto continuo far-se-ha a eleição de uma commissão para exame de contas, composta de tres membros, tirados de preferencia d'entre os socios que tiverem a haver indemnização de sinistro nesse mesmo anno.

Na segunda reunião, depois de lido o parecer da commissão de exame de contas, abrir-se-ha a discussão, tanto do relatorio do presidente da companhia como do parecer da commissão de exame de contas, que serão a final submettidos á votação. Nos annos em que tiver de haver eleição do conselho fiscal ou de gerentes este processo terá lugar na segunda reunião.



Art. 36. Toda a vez que a directoria, o conselho fiscal entenderem conveniente, ou 30 socios o requererem, convocar-se-ha extraordinariamente a assembléa geral.

Nas reuniões extraordinarias não se poderá tratar de objecto estranho á convocação; qualquer proposta nessa occasião apresentada ficará sobre a mesa, a fim de ser considerada em outra sessão para isso expressamente convocada.

Art. 37. São attribuições da assembléa geral:

1.º Eleger o conselho fiscal e gerentes, e demittir-os quando ara isso haja motivos ponderosos e justificados;

2.º Resolver qualquer duvida sobre a interpretação destes estatutos;

3.º Prorogar ou resolver a liquidação da companhia;

4.º Reformar os estatutos.

Nestas duas ultimas hypotheses exigir-se-ha que a assembléa geral seja representada, pelo menos, por metade dos valores segurados, e que as deliberações tomadas sejam approvadas pelo governo imperial.

CAPITULO VI.

DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 38. A administração da companhia pertencerá:

1.º A uma directoria composta de dous gerentes e um director;

2.º A um conselho fiscal composto de cinco membros e outros tantos supplentes.

Art. 39. Os gerentes serão eleitos pela assembléa geral á maioria relativa de votos, salva sempre a disposição do § 12 do art. 2.º da lei n. 1083 de 22 de Agosto de 1860.

Suas funcções durarão por tres annos; mas, findos que se-jão, poderão ser reeleitos. Exceptua-se o que a este respeito determina o art. 46 em disposição transitoria. Se algum dos gerentes ficar impedido, fallecer ou resignar o cargo, o conselho fiscal nomeará quem o substitua interinamente até á primeira reunião da assembléa geral. O director será um dos membros do conselho fiscal e servirá de presidente da companhia, suas funcções durarão por um anno, findo o qual poderá ser reeleito. A eleição do presidente, que servirá de director annual, será feita pelo conselho fiscal d'entre os seus membros por meio de scrutinio secreto.

O conselho fiscal será eleito pela assembléa geral á maioria relativa de votos e suas funcções durarão por tres annos: os supplentes serão eleitos do mesmo modo e entrarão em exercicio na ausencia, falta ou demissão dos membros effectivos.

Logo que entrar em exercicio o ultimo supplente será convocada a assembléa geral para se proceder á eleição da conselho e supplentes.

Art. 40. São attribuições da directoria :

§ 1.º Ao presidente compete representar a companhia em todos os actos civis, presidir a directoria, assignar com os directores gerentes todas as apolices, cheques e mais papeis concernentes á companhia, e bem assim rubricar e encerrar os livros em que forem registradas as actas da assembléa geral e das sessões do conselho fiscal;

§ 2.º Ao caixa que será um dos gerentes, compete arrecadar toda a cobrança da companhia e depositar-a no banco que lhe fôr designado pelo conselho fiscal, não podendo nunca ter em caixa maior quantia que a de duzentos mil réis;

§ 3.º Ao secretario, que será o outro gerente, compete, além das obrigações geralmente attribuidas a este cargo, dirigir ou mesmo fazer a escripturação da companhia, propôr á directoria a nomeação e vencimentos dos empregados do escriptorio.

§ 4.º A todos os directores, cumulativamente, compete executar os presentes estatutos, regular entre si o meio pratico de levar a effeito as suas disposições e exercer toda a administração; para o que lhes são outorgados plenos poderes, sem reserva, considerados como os de causa propria, ficando individualmente responsaveis pelos abusos que commetterem no exercicio das suas funcções.

Art. 41. E' da competencia do conselho fiscal :

§ 1.º Reunir-se ordinariamente no principio de cada trimestre, e extraordinariamente toda a vez que o julgar conveniente;

§ 2.º Fiscalizar todas as operações e entradas de capitães, examinar relatorios e contas da directoria antes de serem apresentadas á assembléa geral;

§ 3.º Consignar em acta especial todas as resoluções tomadas em sessão, e velar pela exacta observancia dos estatutos da companhia.

Art. 42. Em remuneração dos encargos que toma a directoria no desempenho de suas funcções perceberá ella, dos segurados, no acto do seguro, a agencia de dez por cento sobre a importancia do premio, a qual será repartida entre os tres membros que compõem a directoria.

Além daquella agencia os segurados pagarão mais os seguintes emolumentos: pela apolice, dous mil réis; pela verificação medica de cada escravo, dous mil réis; pelo attestado mortuario, dez mil réis, e por cada uma transferencia, cinco mil réis. Estes emolumentos pertencem repartidamente aos dous directores, caixa e secretario.

Se em algum tempo os emolumentos e agencia dos directores, caixa e secretario, chegarem a dez contos de réis, o excedente passará a pertencer ao fundo de reserva da companhia.

CAPITULO VII.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 43. A escripturação da companhia será feita por partidas dobradas, e em todos os trimestres será apresentada ao conselho fiscal a relação dos seguros feitos, seus valores, numeros de apolices e importancias dos premios.

Art. 44. Qualquer contestação que possa haver entre a directoria e algum dos segurados, será decidida por arbitros extrajudiciaes nomeados, um pelo segurado e outro pela directoria, que em caso de empate se conformarão com a decisão de um terceiro, tirado á sorte, e do juizo deste não poderá haver appellação, de conformidade com o Decreto n. 3900 de 26 de Junho de 1867.

Art. 45. A directoria é responsavel solidariamente pela observancia do preceito imposto ás sociedades anonymas na Lei de 22 de Agosto de 1860, Decreto n. 3189 de 23 de Novembro de 1863 e Codigo Commercial.

CAPITULO VIII.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA.

Art. 46. Por excepção ao disposto no art. 39, e em attenção aos serviços prestados pelos incorporadores desta companhia, serão directores gerentes, durante o primeiro anno, os abaixo assignados.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1869.—*Luiz José dos Reis Montenegro.*—*Manoel José de Mendonça Furtado.*

DECRETO N. 4514 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Concede privilegio a Alexandre Bristal para fabricar e vender no Imperioapparelhos, que declarou ter inventado, para secçar o café.

Attendendo ao que Me requereu Alexandre Bristal e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por dez annos, para

fabricar e vender no Imperioapparelhos, que declarou ter inventado, para secçar o café.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4515—DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Approva as alterações feitas pela companhia geral de seguros Feliz Lembrança, em varios artigos de seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia geral de seguros Feliz Lembrança estabelecida na cidade do Rio de Janeiro e devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 19 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 17 do mez passado, Hei por bem Approvar as alterações que com este baixão, feitas pela assembléa geral dos respectivos accionistas em varios artigos dos estatutos, a que se referem os Decretos ns. 2077, 2673 e 3352 de 16 de Janeiro de 1858, 20 de Outubro de 1860 e 29 de Novembro de 1865, ficando dependentes da ulterior approvação do Governo Imperial os regulamentos e tabellas organizados para o seguro de vida.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque

PART E II.



**Alterações a que se refere o Decreto
n.º 4515 de 28 de Abril de 1870.**

CAPITULO 1.

Ao art. 1.º As palavras — Feliz Lembrança — sejam substituídas pela de—União—; e depois da palavra—terrestre— acrescente-se — na matriz e nas agencias onde lhe convier.

Ao art. 2.º Onde diz o fundo da companhia, diga-se — o capital da companhia; onde diz — será de 2.000 contos, diga-se — será de 1.200:000\$000; onde diz — divididos em 4.000 acções, diga-se — divididos em 1.200 acções; e em lugar de se dizer—de 500\$000 cada uma, diga-se—de conto de réis. O mais como está.

O art. 5.º substitua-se pelo seguinte :

Todo o dinheiro disponível terá a seguinte applicação: metade depositar-se-ha em qualquer dos bancos acreditados, e a outra metade empregar-se-ha em bilhetes do Thesouro Nacional ou da Alfandega, ou em titulos de igual natureza e garantidos pelo Governo.

CAPITULO II.

Ao art. 12. Depois das palavras que dizem —venda ou cessão — acrescente-se — a pessoa que goze credito aceita pela directoria. O mais como está.

O art. 14. Substitua-se pelo seguinte :

A directoria poderá aceitar ou recusar qualquer transferencia de acções que não julgue de vantagem á companhia.

CAPITULO III.

O art. 21, onde diz— pela companhia geral de seguros— Feliz Lembrança — diga-se — pela companhia geral de seguros— União.

Ao art. 25. Depois das palavras—na falta ou impedimento de qualquer director — acrescente-se — por mais

de 60 dias. O mais como está até as palavras que dizem— quando entrem em exercicio—que serão substituidas pelas que digão—quando estiverem em exercicio os tres supplentes. O mais como está.

O art. 26 seja substituido pelo seguinte :

A directoria eleita funcionará consecutivamente por espaço de tres annos, podendo todos ou cada um de seus membros ser reeleitos.

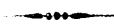
O art. 27 seja substituido pelo seguinte :

Cada director vencerá, pela direcção que exerce, oito por cento dos lucros liquidos a dividir pelos accionistas, e quando os não haja ou não cheguem á quantia de 3:000\$000, fica subentendido que essa quantia é a que fica marcada para cada um dos directores, como remuneração do seu trabalho, e mais 600\$000 ao director que estiver com a caixa, em remuneração das quebras e trabalho; não podendo receber cada um dos directores nem mais de 5:000\$000, nem menos de 3:000\$000.

CAPITULO IV

Ao art. 31. Em lugar de 20 votos, diga-se— 10 votos — acrescentando-se em seguida — nem mais de 50 acções para os actuaes e 20 para os que se associarem á companhia da data da approvação destas alterações em diante, e nem podendo o accionista votar sem que esteja inscripto como accionista no livro do registro da companhia com 60 dias de antecedencia á reunião da assembléa geral, ficando assim findo o artigo; tendo este tido alteração no que diz respeito aos accionistas antigos que não podem ter mais de 50 acções e 20 os que entrarem novamente, conforme acima se vê, foi assim approvedo.

Os directores, *Francisco Borges Xavier de Lima.*—
José Viriato de Freitas.



DECRETO N. 4316 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Declara nulla a concessão feita ao finado Visconde de Maranguape pelos Decretos ns. 887 de 18 de Dezembro de 1851 e 1319 de 31 de Janeiro de 1854, e transferida aos seus herdeiros pelo Decreto n. 3351 A de 29 de Novembro de 1864.

Não tendo sido organizada dentro do prazo marcado na clausula 1.^a do Decreto n. 3351 A de 29 de Novembro de 1864 a companhia que devia encarregar-se da exploração e lavra dos mineraes existentes no Rio Grande ou Araguaya, comprehendidos os afluentes, tanto na provincia de Mato Grosso como na de Goyaz, e igualmente das minas de cobre do rio Jaurú, Hei por bem Declarar nulla a concessão feita ao finado Visconde de Maranguape pelos Decretos ns. 887 de 18 de Dezembro de 1851 e 1319 de 31 de Janeiro de 1854, e transferida aos seus herdeiros pelo citado Decreto n. 3351 A de 29 de Novembro de 1864.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4517 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Approva a alteração feita no art. 16 dos estatutos da companhia de seguros contra fogo Argos Fluminense.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de seguros contra fogo Argos Fluminense, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro e devidamente representada, e Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 28

do mez passado, Hei por bem Permittir que o art. 16 dos estatutos, que baixarão com o Decreto n. 2079 de 16 de Janeiro de 1858, seja substituido pela seguinte disposição : cada um dos directores terá em remuneração de seu trabalho o honorario de 3:600\$000 por anno e mais 6 % dos dividendos que se fizerem, repartidos em partes iguaes pelos tres directores.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4518 — DE 28 DE ABRIL DE 1870

Proroga por mais um anno o prazo concedido pela condição 13.^a do Decreto n. 3924 de 3 de Agosto de 1867, a Cunha Plant & Comp, para a incorporação da companhia emprezaria da via ferrea, ou tram-road da cidade do Rio Grande aos terrenos carboniferos do Candiota, na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me requerêrão Cunha Plant & Comp.: Hei por bem prorogar por espaço de mais um anno o prazo concedido na condição 13.^a do Decreto n. 3924 de 3 de Agosto de 1867, para incorporação da companhia, que tem de realisar a construeção de uma estrada de ferro pelo modo mais economico, ou de um tram-road, partindo da cidade do Rio Grande até os terrenos carboniferos do Candiota, na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4519 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, um credito supplementar de 103:020\$878, para fazer face ás despesas com a verba — *Iluminação publica* —, pertencente ao exercicio de 1869—1870.

Sendo insufficiente a quantia votada no § 9.º art. 8.º da Lei de Orçamento n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no actual exercicio de 1869—1870 pela Resolução Legislativa de 20 de Outubro de 1869, e tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros: Hei por bem, de conformidade com o art. 4.º, § 2.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e do art. 12, da de n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, abrir ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, um credito supplementar de 103:020\$878, para fazer face ás despesas com a verba — *Iluminação publica* —, pertencente ao dito exercicio de 1869—1870, como se vê da demonstração junta; levando-se este acto ao conhecimento do poder legislativo em sua proxima reunião.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Demonstração da despesa com a verba — Iluminação
Pública — pertencente ao exercício de 1869 — 1870, a
que se refere o decreto desta data.**

§ 9.º ART. 8.º DA LEI N.º 1307 DE 26 DE SETEMBRO DE 1867.		CAMBIO.	NUMERO DE HORAS.	PAGAMENTO SEGUNDO OS CAMBIOS	TOTAL.
			h. m.		
Nas ruas e praças da Cidade.	1869.	Julho.....	18 5/8	1.768.231 44	69:2118033
		Agosto....	19 1/4	1.689.209 36	63:9708586
		Setembro..	19 1/8	1.543.933 52	58:8518123
		Outubro..	19	1.487.268 30	57:0648144
		Novembro..	19 5/8	1.333.253 12	50:2.88615
		Dezembro..	19 7/8	1.332.073 14	49:5938027
	1870.	Janeiro...	»	1.363.032 32	50:0698108
		Fevereiro..	»	1.302.346 4	47:7698069
		Março.....	21 3/4	1.531.487 36	52:0018607
	Despesa que se terá de pagar até o fim do exercicio, inclusive a diferença de cambio. Approximadamente.....				156:0008000
Consumo do Passeio Publico.					
Despesa feita de Julho a Novembro, in- clusive o cambio, e o pagamento ao encarregado da mesma iluminação...				1:2438209	
Dita que se terá de pagar até o fim do exercicio				1:0268989	2:2708198
Idem feita com 20 combustores do Jardim da Praça da Constituição de Julho a Março, inclusive a diferença de cambio				1:0378310 3248000	1:3618310
Idem por fazer até o fim do exercicio....					
Idem feita com a remoção de combus- tores de uns para outros pontos da Ci- dade.....				4728500	4728500
Despesa que se terá de fazer com este mesmo serviço até o fim do exercicio..				3508000	3508000
Iluminação a azeite.					
Importancia paga ao pessoal empregado nesta iluminação, até Março.....				3:4368636	
Idem com o material para a mesma.....				4:9318200	
Idem que se terá de fazer com o pessoal, até o fim do exercicio.....				1:9208000	
Idem com o material.....				1:6208000	13:9278836
Credito da Lei.....				673:1808158 570:1598280	
Deficit.....					103:0208878

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1870. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4520 — DE 28 DE ABRIL DE 1870.

Crêa um batalhão de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Boa Viagem, da Provincia do Ceará.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado no municipio de Boa Viagem, e subordinado ao commando superior da guarda nacional dos municipios de Quixeramobim e annexos da Provincia do Ceará, um batalhão de infantaria com seis companhias e a numeração de cincoenta e dous do serviço activo, o qual terá a sua parada no lugar que lhe fôr marcado pelo Presidente da Provincia, na forma da lei.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Abril de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4521—DE 7 DE MAIO DE 1870.

Promulga a Convenção celebrada em 21 de Janeiro do corrente anno, entre o Brasil e a Hespanha, para regular a troca da correspondencia entre os dous paizes.

Havendo-se concluido e assignado nesta côrte no dia 21 de Janeiro do corrente anno, uma Convenção entre o Brasil e a Hespanha, para o fim de facilitar e regular pela maneira a mais vantajosa a troca da correspondencia entre os dous paizes; e tendo sido esses actos mutuamente ratificados e trocadas as ratificações nesta Côrte aos 30 de Abril proximo passado, Hei por bem Mandar que a dita Convenção seja observada e cumprida inteiramente como nella se contém.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Maio de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

Nós D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos 21 dias do mez de Janeiro de 1870, concluiu-se e assignou-se nesta Côrte do Rio de Janeiro, entre Nós e Sua Alteza o Regente do Reino de Hespanha, pelos respectivos plenipotenciarios, que se achavão munidos dos competentes Plenos Poderes, uma convenção postal do teor seguinte :

Sua Magestade o Imperador do Brasil, e Sua Alteza o Regente do Reino de Hespanha, desejando estreitar, por meio de uma convenção postal, as boas relações que existem entre os seus respectivos Estados, nomearão para esse fim seus plenipotenciarios :

Sua Magestade o Imperador do Brasil o Sr. João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, Grande do Imperio, Membro do Seu Conselho, Senador, Commendador da Sua Imperial Ordem da Rosa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, etc.;

E Sua Alteza o Regente do Reino de Hespanha, o Sr. D. Dionysio Roberts y Prendergast, Commendador de numero da Real Ordem de Izabel a Catholica, Commendador da Real e distincta Ordem de Carlos III, Cavalleiro da de S. João de Jerusalem e da de Leopoldo da Belgica, e encarregado de negocios de Hespanha no Brasil, etc.

Os quaes, depois de se terem communicado os seus respectivos plenos poderes, que forão achados em boa e devida forma, convierão nos artigos seguintes :

Art. 1.º Entre a Administração do Correio do Brasil e a Administração do Correio de Hespanha, haverá uma troca periodica e regular de :

- 1.º Cartas ordinarias.
- 2.º Cartas registradas.
- 3.º Amostras de mercadorias.
- 4.º Periodicos e impressos.

Art. 2.º A troca da correspondencia de que trata o artigo precedente se effectuará em malas fechadas e por intermedio

PART E II.

131127 CAMA
DEPUTA

da Administração do Correio de Portugal, aproveitando-se as linhas de paquetes a vapor francezes e britannicos, ou quaesquer outras que, fazendo escala por Lisboa, se dirijão ao Rio de Janeiro, e de conformidade com os accôrdos em vigor, ou que para o futuro tenham de vigorar entre o Brasil e a Hespanha, de um lado, e os Governos de França, Inglaterra e Portugal, de outro lado.

Art. 3.º As despesas resultantes do transporte da correspondencia em malas fechadas, que entre si trocarem o Brasil e a Hespanha, por via de Portugal e por meio das linhas de paquetes francezes e britannicos, ou outros, serão feitas pela administração do correio brasileiro, e a administração do correio hespanhol, com relação ás suas respectivas remessas.

Em consequencia, a administração hespanhola pagará os direitos de transporte e conducção maritima devidos ás administrações portugueza, franceza e britannica por todas as cartas, amostras de mercadorias e impressos, que em malas fechadas forem transportados da Hespanha para o Brasil; e a administração brasileira, pela sua parte, pagará os direitos de transito e conducção maritima devidos ás referidas administrações por todas as cartas, amostras de mercadorias e impressos, que em malas fechadas forem transportados do Brasil para a Hespanha.

Art. 4.º As despesas de transporte que occasionar a correspondencia remettida em malas fechadas por via de Portugal e pelas linhas de paquetes francezes e britannicos, quer do Brasil para a Hespanha ou da Hespanha para o Brasil, ficarão todas a cargo daquella das duas administrações que houver obtido condições mais favoraveis nos preços de transito e de conducção maritima.

A administração que houver satisfeito a totalidade das ditas despesas será indemnizada pela outra administração, de conformidade com as estipulações do precedente art. 3.º da parte que a esta ultima competir abonar pela correspondencia que ella tiver remettido.

Fica convencionado que a administração do correio hespanhol se encarrega de pagar á administração do correio de Portugal, ou, quando o caso o exija, ás administrações dos correios de França e de Inglaterra, enquanto ultteriores disposições tomadas de mutuo accôrdo entre ambas as administrações não prescreverem o contrario, as despesas relativas ao transito e á conducção maritima de que se faz menção no citado art. 3.º

Art. 5.º As cartas ordinarias, isto é, não registradas (ou certificadas), procedentes do Brasil para a Hespanha, assim como as cartas ordinarias da Hespanha para o Brasil, deverão ser préviamente franqueadas com os sellos postaes que estiverem em uso no respectivo paiz, pregados na sobrecarta.

Art. 6.º Qualquer carta ordinaria que tenha de ser trocada entre a administração dos correios do Brasil e a administra-

ção dos correios de Hespanha, e cujo peso não exceder de dez grammas, pagará previamente no Brasil o porte de trezentos réis e na Hespanha o de trinta centimos de escudo. Por qualquer carta que exceder do dito peso e não passar de 20 grammas, cobrar-se-ha previamente no Brasil seiscentos réis e na Hespanha sessenta centimos de escudo, e assim por diante, augmentando-se, trezentos réis no Brasil ou trinta centimos de escudo na Hespanha, por cada dez grammas ou fracção de dez grammas que exceder daquelle peso.

Art. 7.º Quem remetter uma carta registrada, dirigida, quer seja do Brasil para a Hespanha ou da Hespanha para o Brasil satisfará, no acto de registral-a e a titulo de direito fixo e invariavel de registro, a taxa de duzentos réis no Brasil ou de vinte centimos de escudo na Hespanha, e mais o porte correspondente ao franqueamento de uma carta ordinaria de igual peso.

Art. 8.º As pessoas que remetterem cartas registradas, quer seja do Brasil para a Hespanha ou da Hespanha para o Brasil poderão solicitar aviso immediato de terem as cartas registradas chegado ás mãos daquelles a quem forem destinadas. Para gozar da vantagem que se concede pelo presente artigo, o remettente de uma carta registrada deverá satisfazer de ante-mão, e como uma indemnização pelos gastos que occasionar a transmissão do aviso, uma nova taxa fixada em dez centimos de escudo na Hespanha e cem réis no Brasil.

Art. 9.º Se perder-se uma carta registrada, a administração em cujo territorio tiver-se verificado o extravio pagará ao remettente uma indemnização de dezaseis mil réis ou dezaseis escudos.

Não haverá direito a esta indemnização, se a reclamação não fór feita dentro do prazo de seis mezes, contados desde a data do registro.

A administração do correio do Brasil e a administração do correio de Hespanha pagarão por partes iguaes a indemnização mencionada no presente artigo, quando a perda da carta registrada realisar-se no territorio portuguez ou no trajecto entre Lisboa e o Rio de Janeiro, salvo todavia a eventualidade de sinistro maritimo, caso este em que não serão obrigados á indemnização alguma.

Art. 10. As amostras de mercadorias que forem enviadas do Brasil para a Hespanha ou da Hespanha para o Brasil pagarão o mesmo porte que as cartas ordinarias.

Não serão expedidas as amostras de mercadorias que não reunirem as seguintes condições:

1.º Não deverão conter valor algum;

2.º Serão ciñadas ou acondicionadas de modo á serem facilmente reconhecidas;

3.º Não conterão cousa alguma manuscrita a não ser o nome da pessoa a quem forem destinadas, o do lugar de sua residencia, os signaes de sua habitação, as marcas da fabrica ou do negociante, a numeração de ordem e os preços.

Art. 11. Todo e qualquer pacote de periodicos, gazetas, obras periodicas, folhetos, catalogos, prospectos, annuncios e avisos, quer sejam impressos, gravados, lithographados ou autographados, ainda que contenhão mappas, debuxos, estampas e papeis de musica, com tanto que formem parte das mesmas publicações periodicas remettidas da Hespanha para o Brasil, será previamente franqueado com sellos postaes até ao lugar do seu destino, mediante o pagamento de um porte de cincoenta millesimos de escudo por cada quarenta grammas ou fracção de quarenta grammas; e reciprocamente todo e qualquer pacote que contiver objectos da mesma natureza, remettido do Brasil para a Hespanha, será previamente franqueado com sellos postaes até ao lugar do seu destino, mediante o pagamento do porte de cincoenta réis por cada quarenta grammas ou fracção de quarenta grammas.

Art. 12. Os periodicos e mais impressos de que trata o anterior art. 11 só poderão gozar da modicidade do porte que o mencionado artigo lhes concede se a sua remessa se effectuar sob cintas ou de modo que seja facil reconhecer-os, e se não contiverem papel algum estranho á sua publicação nem palavra ou signal algum em manuscripto, além do nome da pessoa a quem forem dirigidos, o lugar da sua residencia e os signaes da sua habitação.

Não serão expedidos os periodicos impressos que não reunirem estas condições, que não houverem sido franqueados até o seu destino ou o houverem sido insufficientemente.

Art. 13. As disposições contidas nos arts. 11 e 12 que precedem não excluem nem limitão de maneira alguma o direito que as administrações do correio de ambos os paizes têm de não levar a effeito em seus respectivos territorios o transporte e distribuição daquelles objectos designados nos ditos artigos, a respeito dos quaes não se tenha cumprido com as leis, ordens ou decretos que marquem ordinaria ou excepcionalmente as condições de sua publicação e circulação tanto no Brasil como na Hespanha.

Art. 14. Nenhuma das duas administrações do correio do Brasil e da Hespanha admittirá com destino a um dos dous paizes ou aos que se sirvão de seu intermedio, correspondencia alguma que contenha ouro ou prata cunhados, nem joia ou effeitos preciosos, nem objecto algum sujeito ao pagamento de direitos de Alfandega.

Essa correspondencia não será expedida, mas deverá ser aberta e devolvida aos que a remetterão, ficando o seu conteúdo sujeito ás leis especiaes do correio de cada Nação.

Art. 15. Pelo transporte da correspondencia que em malas fechadas fôr trocada entre o Brasil e os paizes aos quaes a Hespanha sirva de intermediario, pagará a administração dos correios do Brasil á de Hespanha, a titulo de direito de transito terrestre, sempre que este direito não seja abonado por outra Nação, a quantia de 20 centesimos de escudo por cada 30 grammas, peso liquido de cartas e 20 centesimos de

escudo por cada 480 grammas, peso liquido de periodicos e outros impressos.

Reciprocamente pelo transporte da correspondencia que em malas fechadas fôr trocada entre a Hespanha e os paizes aos quaes o Brasil sirva de intermediario pagará a administração dos correios de Hespanha á do Brasil a titulo de direito de transporte terrestre, sempre que este direito não seja abonado por outra nação, a quantia de 200 rs. por cada 30 grammas, peso liquido de cartas, e 200 rs. por cada 480 grammas, peso liquido de periodicos e outros impressos.

Fica entendido que as administrações dos correios dos dous paizes poderão de commum accôrdo e com prévia autorização de seus respectivos Governos, modificar os direitos de transitio, fixados no presente artigo ou supprimi-los se assim se julgar mais conveniente.

Art. 16. A correspondencia mal dirigida, mal endereçada ou endereçada a pessoas que tenham mudado de domicilio será reciprocamente devolvida sem demora.

Se a correspondencia que deve ser transmittida de um para outro paiz, no caso de mudança de domicilio, proceder de outros Estados e tiver dado occasião a contas com a administração do paiz de procedencia, as administrações de correios da Hespanha e do Brasil farão seguir essa correspondencia, abonando-se mutuamente o peso e preço que lhes houver sido lançado em conta pela administração estrangeira.

As cartas ordinarias ou registradas, as amostras de mercadorias, os periodicos e os impressos que tenham cahido em refugio, isto é, que por qualquer motivo não tenham podido ser entregues ás pessoas a quem erão dirigidos, serão devolvidos de um para outro paiz nos prazos e pela forma que determinarem as administrações dos correios dos dous Estados.

Art. 17. Cada uma das duas administrações guardará para si o producto do franqueamento das cartas, periodicos, impressos e amostras de mercadorias, assim como o dos direitos de registro que perceber pela correspondencia que remetter á outra.

Art. 18. As duas administrações fixarão de commum accôrdo as condições sob as quaes poderão trocar-se entre as mesmas administrações as cartas e impressos não franqueados procedentes ou com destino a paizes estrangeiros que se servem do intermedio de um dos Estados para corresponder-se com outro.

Art. 19. O peso da correspondencia de todas as classes que cahir em refugio, assim como das communicações officiaes, relativas ás contas; o das folhas de aviso e outros documentos de contabilidade motivados pela troca da correspondencia transportada em malas fechadas por uma das duas administrações por conta da outra e que se menciona no art. 15 do presente convenio, não será comprehendido no repeso das cartas e impressos, nos quaes deverá ser lançado o preço de transporte fixado pelo dito artigo.

Art. 20. As administrações dos correios do Brasil e de Hespanha organizarão em cada mez as contas a que der occasião a transmissão reciproca da correspondencia, e estas contas depois de discutidas e approvadas contra dictoriamente, serão saldadas no fim de cada trimestre pela administração que ficar em debito.

Art. 21. A administração dos correios do Brasil e a administração dos correios de Hespanha organizarão de commum accôrdo um regulamento de ordem e detalha para assegurar o cumprimento de todas e de cada uma das estipulações do presente convenio.

Este regulamento comprehenderá :

1.º As disposições relativas ao serviço das agencias de troca e as que se refirão á direcção da correspondencia.

2.º As condições especiaes a que as cartas registradas devem ser submettidas para serem aceitas.

3.º Todas as disposições relativas á correspondencia mal endereçada ou mal remettida ou dirigida a pessoas que tenham mudado de domicilio e a que por qualquer causa caia em refugo.

4.º A forma das contas mencionadas no art. 20 e o modo por que se ha de effectuar o pagamento do saldo.

5.º E, finalmente, qualquer outra medida de ordem e detalhe que ambas as administrações julgarem necessaria para assegurar a prompta execução de quanto se dispõe pelo presente convenio.

As disposições deste regulamento poderão ser modificadas por ambas as administrações, sempre que de commum accôrdo o julguem necessario.

Art. 22. Fica convencionado entre as duas partes contractantes que a correspondencia dirigida do Brasil para a Hespanha ou da Hespanha para o Brasil, de conformidade com as disposições do presente convenio, não poderá ser gravada sob nenhum titulo nem pretexto, em a nação a que é destinada, com imposto ou direito a cargo das pessoas a quem fôr dirigida.

Art. 23. Ficão revogadas, desde o dia em que fôr posto em execução o presente convenio, todas as disposições em vigor no interior dos dous paizes concernentes á correspondencia procedente de cada um dos dous Estados.

Art. 24. O presente convenio será posto em execução desde o dia que fôr marcado pelas duas administrações dos correios do Brasil e de Hespanha, e continuará em vigor até que uma das duas altas partes contractantes annuncie á outra, com um anno de anticipação, a sua intenção de dal-o por terminado.

Durante este ultimo anno o convenio continuará em plena e completa execução, sem prejuizo da liquidação e saldo das contas entre as administrações dos correios dos dous paizes depois de expirado este prazo.

Art. 25. O presente convenio será ratificado e as ratificações se trocarão no Rio de Janeiro com a maior brevidade.

Em fé do que os respectivos plenipotenciarios assignarão o presente convenio e lhe puzerão o sello de suas armas.

Feito em duplicata no Rio de Janeiro, aos 21 de Janeiro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870.

(E. S.)—*Burão de Cotegipe.*

(L. S.)—*Dionysio Roberts.*

E sendo-nos presente a mesma Convenção, cujo teor fica acima inserido e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos assim no todo, como em cada um dos seus artigos e estipulações e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito, prometendo em fé e palavra imperial cumpril-a inviolavelmente e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por Nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio, e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado, abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de Abril do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870.

(L. S.) — PEDRO, Imperador. (Com guarda.)

Visconde de Itaborahy.

Nota da Legação de Hespanha ao Governo Imperial.

Tradução.—Legação de Hespanha no Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1870.

Sr. Ministro.—Cumprindo com as ordens do meu governo tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. as seguintes declarações relativas á convenção postal, celebrada entre a Hespanha e este Imperio:

1.^a Devendo variar proximamente na Hespanha o padrão da moeda, empregando-se a *peseta* em vez do *escudo*, ficão autorizadas ambas as administrações superiores dos correios a substituir, só por si, as antigas moedas pelas novas, tendo em attenção o seu equivalente legal.

2.^a Que quando a creação de novas linhas de vapores o permitta, poderão enviar as duas administrações uma á outra, a respectiva correspondencia, sem valer-se do concurso ou transitio de outros paizes.

3.^a Que prohibindo a constituição da nação hespanhola, no seu art. 7.^o, que as autoridades governativas abram a correspondencia confiada ao correio, entende-se que a faculdade, consignada no art. 14 do convenio, de abrir as cartas que contenhão ouro ou prata cunhados, joias ou effeitos preciosos ou algum objecto sujeito ao pagamento de direitos de alfandega, não é applicavel á direcção geral de communicações da Hespanha, a qual procura evitar a fraude da transmissão dos citados objectos pelo correio, pelos meios que a legislação do paiz lhe permite empregar.

Abriço a esperanza de que estas ligeiras modificações merecerão a approvação de Sua Magestade o Imperador e de que V. Ex. se servirá assim communicar-m'o, a fim de que fiquem ajustadas entre os dous paizes.

Aproveito esta occasião para reiterar ao Sr. Barão de Cotegipe as seguranças de minha mais alta consideração.—*Dionysio Roberts.*

Nota do Governo Imperial á Legação de Hespanha.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 1870.

2.^a Secção n. Tive a honra de receber a nota dada de hontem pela qual o Sr. D. Dionysio Roberts, encarregado de negocios de Hespanha, faz-me de ordem do seu governo as seguintes declarações relativas á convenção postal, cujas ratificações havemos de trocar amanhã:

1.^a Devendo variar proximamente na Hespanha o padrão monetario, empregando-se a *peseta* em vez do *escudo*, ficão autorizadas ambas as administrações superiores dos correios a substituir, só por si, as antigas moedas pelas novas, tendo em attenção o seu equivalente legal.

2.^a Que, quando a creação de novas linhas de vapores o permitta, poderão enviar as duas administrações, uma á outra, a respectiva correspondencia, sem valer-se do concurso ou transitio de outros paizes.

3.^a Que prohibindo a constituição da nação hespanhola no seu art. 7.^o que as autoridades governativas abram a correspondencia confiada ao correio, entende-se que a faculdade, consignada no art. 14 do convenio, de abrir as cartas que contenhão ouro ou prata cunhados, joias, ou effeitos preciosos ou algum objecto sujeito ao pagamento de direitos de alfandega, não é applicavel á direcção geral de communicações da Hespanha, a qual procura evitar a fraude da transmissão dos citados objectos pelo correio, pelos meios que a legislação do paiz lhe permite empregar.

Em resposta á supracitada nota, cumpre-me communicar ao Sr. Roberts que o governo imperial concorda nas ligeiras

modificações que por esta forma sofre a dita convenção postal, restando-me acrescentar que a constituição do Império contém disposição analoga á de Hespanha sobre a inviolabilidade do segredo das cartas; apenas é licito abri-las sómente para extrahir os objectos do contrabando, observando-se nesse acto as formalidades legais prescriptas em taes casos.

Reitero ao Sr. Roberts as expressões da minha mui distincta consideração. — *Barão de Cotegipe*. — Ao Sr. D. Dionysio Roberts.

DECRETO N. 4522— DE 13 DE MAIO DE 1870.

Concede a Alfredo Casimiro de Vasconcellos e Silva, permissão por dous annos para explorar carvão de pedra no Municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro.

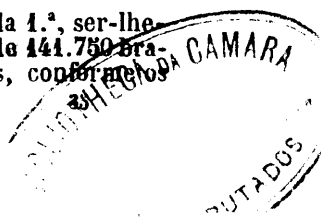
Attendendo ao que Me requereu o Engenheiro Civil Alfredo Casimiro de Vasconcellos e Silva, Hei por bem Conceder-lhe permissão, por dous annos improrogaveis, contados desta data, para proceder á exploração de minas de carvão de pedra no Municipio de S. Fidelis, na Provincia do Rio de Janeiro, sob as seguintes clausulas:

1.ª Dentro do referido prazo o concessionario designará os lugares em que tiver de minerar, apresentando na Secretaria de Estado competente, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados com os perfis que demonstrem, tanto quanto fór possível, a superposição das camadas carboníferas. A estes trabalhos acompanhará, além de amostras do mineral e das variedades das camadas de terras, uma descripção minuciosa da possança das minas e dos terrenos de dominio publico ou particular necessarios á exploração, com designação dos proprietarios, das edificações nelles existentes, e do uso ou emprego a que são destinadas.

Outrosim indicará qual o meio mais apropriado para o transporte dos productos da mineração, e qual a distancia entre cada uma das minas e os povoados mais proximos.

2.ª Satisfeitas as exigencias da clausula 1.ª, ser-lhe-
hão concedidas até cinco datas mineiras de 441.750 bra-
ças quadradas por espaço de trinta annos, contados

PART II.



meios que o concessionario provar que terá de empregar effectivamente, sob as condições annexas ao Decreto n.º 3049 de 6 de Fevereiro de 1863, no que forem applicaveis á especie de mineração que lhe fôr concedida, e quaesquer outras que o Governo Imperial julgar conveniente impôr no acto da concessão em beneficio dos interesses publicos e da policia das minas.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4523— DE 13 DE MAIO DE 1870.

Renova a autorização concedida ao Desembargador Polycarpo Lopes de Leão, para lavrar mineraes na Comarca da Chapada, da Provincia do Maranhão.

Attendendo ao que Me representou o Desembargador Polycarpo Lopes de Leão, Hei por bem renovar a autorização que lhe foi concedida para lavrar (minas de) cobre e outros mineraes na Comarca da Chapada da Provincia do Maranhão, sob as clausulas do Decreto n.º 3817 de 23 de Março de 1867; devendo ser contados da data do presente Decreto os prazos fixados para a execução dos respectivos trabalhos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4524—DE 13 DE MAIO DE 1870.

Concede á Companhia Catharinense a necessaria authorização para funcçãoar e approva seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia Catharinense, devidamente representada e estabelecida na cidade da Laguna para o estabelecimento da navegação a vapor entre a mesma cidade e a capital da Provincia de Santa Catharina, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 de Dezembro do anno passado, Hei por bem conceder-lhe a necessaria authorização para funcçãoar e approvar os respectivos Estatutos que com este baixão.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Estatutos da Companhia de navegação a vapor
Catharinense.**

CAPITULO I.

DA COMPANHIA, SEU FIM E DURAÇÃO.

Art. 1.º A Companhia anonyma denominada—Catharinense—estabelecida na Laguna, tem por fim fazer a navegação a vapor entre este porto e o de Santa Catharina, e o serviço de reboques neste porto e outra qualquer navegação a vapor que convenha aos interesses da Companhia.

Art. 2.º A Companhia funcçãoará por espaço de quinze annos contados do dia em que iniciar as suas

operações, podendo este prazo ser prorogado se a assembleia geral dos accionistas assim o deliberar e o Governo o permittir, e sómente poderá ser dissolvida antes do referido prazo, nos casos do art. 295 do Código Commercial e 35 e seguintes do Decreto n.º 2714 de 19 de Dezembro de 1860.

CAPITULO II.

DO CAPITAL DA COMPANHIA, LUCROS E DIVIDENDOS.

Art. 3.º O capital da companhia é de cincoenta contos de réis divididos em duzentas e cincoenta acções de duzentos mil réis cada uma.

Art. 4.º Dos lucros liquidos verificados semestralmente se deduzirão quarenta por cento para fundo de reserva e dous por cento para retribuição da Directoria.

§ 1.º O fundo de reserva será unicamente applicado, quando necessario fôr, a concertos, restauração ou substituição de material da Companhia.

§ 2.º Quando a despesa a fazer, nos casos previstos no paragrapho anterior, absorver mais do que a quantia existente em fundo de reserva, sahirá dos lucros o excedente.

§ 3.º Não se fará distribuição dos dividendos, emquanto o capital desfalcado em virtude de perdas, não fôr integralmente restabelecido.

Art. 5.º Os lucros liquidos serão distribuidos aos accionistas a titulo de dividendo na forma da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, art. 1.º, § 8.º

Art. 6.º O accionista que não fôr pontual nas suas prestações, incorrerá na multa de cinco por cento sobre a importancia de suas acções, ficando-lhe o direito salvo de effectuar o pagamento até quinze dias depois do prazo marcado, e se findos estes não realizar o devido pagamento, perderá o direito ao capital ou prestações com que tiver entrado, revertendo as acções ao dominio da Companhia, que disporá dellas como mais convier.

CAPITULO III.

DOS ACCIONISTAS.

Art. 7.º São accionistas da Companhia os que se obrigãrão em suas assignaturas a tomarem acções, aquelles que forem admittidos e os que os succederem legitimamente. As acções pertencentes a firmas sociaes só poderão ser representadas em assembléa geral por um dos socios.

Art. 8.º As acções da Companhia são intransferiveis enquanto não estiverem realizadas as prestações; porém uma vez realizadas, os accionistas podem vender e transferir a quem mereça a approvação da Directoria.

Art. 9.º Sendo a Companhia uma sociedade anonyma, a responsabilidade dos accionistas não se estende além do valor que representam suas acções, de conformidade com o art. 298 do Código Commercial.

Art. 10. Todo o accionista póde comparecer ou fazer-se representar em assembléa geral dos accionistas, por outro accionista, bem como apresentar nella as propostas que julgar conducentes ao bem da Companhia, salvo o caso de eleição para Directores, em conformidade do art. 2.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860.

CAPITULO IV.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 11. A assembléa geral dos accionistas é a reunião destes, quando convocada e constituida em conformidade com os presentes estatutos.

Paragrapho unico. A mesa da assembléa geral compôr-se-ha de tres accionistas eleitos á pluralidade de votos nas reuniões ordinarias, servindo o mais velho de Presidente e os outros de Secretarios.

Art. 12. A convocação da assembléa geral será pelos Directores em edital firmado por todos ou por dois ao menos, e affixado nos lugares mais publicos da cidade, ou publicado por tres dias nas folhas de maior curso se as houver.



Art. 13. A assembléa geral se julgará constituída estando presentes tantos accionistas quantos representam metade e mais um do total das acções.

Art. 14. Quando a assembléa geral não puder deliberar por falta de numero, se fará nova convocação com as formalidades do art. 12, declarando-se os motivos della; nesta reunião os socios presentes, qualquer que seja o seu numero, constituem assembléa geral.

Art. 15. A assembléa geral se reunirá ordinariamente no mez de Janeiro ou Fevereiro, e extraordinariamente sempre que a Directoria julgar conveniente convocar-a ou fór requerida por accionistas que representem um decimo do capital.

Art. 16. Na reunião da assembléa geral dos Directores apresentarão o seu relatorio sobre o balanço e estado da Companhia, que será submettido á apreciação e approvação da mesma assembléa, podendo os accionistas exigirem todas as informações que julgarem precisas. Para as votações vigora sempre a maioria de votos presentes contando-se cada um voto por uma acção; não podendo, porém, nenhum accionista ter mais de seis votos, qualquer que seja o numero de acções que representar.

Art. 17. Nas reuniões extraordinarias da assembléa geral só se tratará do objecto que motivou a convocação, ficando sobre a mesa qualquer proposta que se apresente, para ser attendida em outra sessão expressamente convocada para isso.

Art. 18. Nas reuniões ordinarias da assembléa geral em que se tratar da eleição da directoria, depois de se deliberar sobre qualquer proposta apresentada, proceder-se-ha a eleição da Directoria por escrutinio secreto.

Paragraphe unico. Os Directores são eleitos por maioria absoluta dos votos presentes, e podem ser reeleitos.

Art. 19. Compete á assembléa geral:

1.º Tomar conhecimento de todos os negocios da Companhia, dos quaes deve ser informada pela Directoria.

2.º Eleger a Directoria.

3.º Resolver qualquer proposta que lhe seja apresentada dentro da esphera dos presentes estatutos, inclusive a da sua reforma.

CAPITULO V.

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.

Art. 20. A companhia será administrada por uma direcção de tres accionistas, eleita pela forma estabelecida no art. 18, paragrapho unico. Suas funcções durará dous annos.

Art. 21. Os membros da direcção são obrigados a possuir pelo menos cinco acções desta companhia, das quaes não poderão dispôr enquanto occuparem os ditos cargos.

Art. 22. Compete á Directoria:

1.º Executar e fazer executar os presentes estatutos.

2.º Representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, por si, seus agentes e procuradores.

3.º Nomear e demittir agentes que representem a companhia em qualquer parte que seja necessario, e igualmente todos os mais empregados, ficando dependente da ulterior approvação da assembléa geral a fixação do numero e ordenado dos empregados de que a companhia careça, marcando-lhes os ordenados e gratificações.

4.º Deliberarem sobre os dividendos que devem ser semestralmente, quando os lucros o permittirem.

5.º Organizar tabellas que forem necessarias tanto para os reboques neste porto, como para as passagens e fretes deste porto para o de Santa Catharina, e vice-versa, ou para outra qualquer parte.

6.º Exercer finalmente, livre e geral administração para o que lhe são outorgados plenos poderes, nos quaes devem, sem reserva alguma, considerar-se comprehendidos todos, mesmo os poderes em causa propria.

Art. 23. Comquanto seja bastante, que em cada mez um dos Directores dirija os negocios da companhia, todavia são necessarios dous votos concordes para se effectuar qualquer negocio em que a companhia tome responsabilidade.

Art. 24. Cessão as funcções de Directores: 1.º por morte; 2.º por ausencia por mais de seis mezes; 3.º por abuso no exercicio de seu cargo do qual resulte prejuizo á companhia; 4.º quando o seu mandato fór revogado pela assembléa geral dos accionistas. Em qualquer

desses casos os outros dous membros da direcção convocarão a assembléa geral dos accionistas para esta resolver a tal respeito.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 25. Qualquer modificação ou innovação nos presentes estatutos não terá execução sem prévia approvação do Governo Imperial.

Art. 26. No caso de liquidação esta será feita como determina o Codigo Commercial e mais leis em vigor.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA.

Art. 27. As entradas de capital serão feitas em tres prestações, sendo a primeira de trinta por cento no acto da inscripção, a segunda de trinta por cento, sessenta dias depois, e a terceira e ultima de quarenta por cento sessenta dias depois da segunda entrada.

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1870. — *Galdino José de Bessa*, Procurador da Companhia Catharinense.

DECRETO N. 4528 — DE 13 DE MAIO DE 1870.

Renova a autorização concedida a Ignacio José Ferreira de Moura e outros, para explorarem mineraes nas margens do Quarahim, na Proviúcia de S. Pedro.

Attendendo ao que Me representarão Ignacio José Ferreira de Moura, Nathaniel Plant e João Landell, Hei por bem renovar a autorização que lhes foi concedida para explorarem a mina de sulfureto de cobre e outros mineraes existentes nas margens do Quarahim, entre os arroios Cagnat e Capivary, na Provincia de S. Pedro, sob as clausulas do Decreto n.º 3697 de 10 de Setembro de 1866; devendo ser contados da data do presente Decreto os prazos fixados para a execução dos respectivos trabalhos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4526—DE 13 DE MAIO DE 1870.

Renova a autorização concedida ao Desembargador Polycarpo Lopes de Leão e Nathaniel Plant, para procederem á exploração de mineraes em varias Comarcas da Provincia do Maranhão.

Attendendo ao que Me representárão o Desembargador Polycarpo Lopes de Leão e Nathaniel Plant, Hei por bem renovar a autorização que lhes foi concedida para explorarem (minas de) schistos bituminosos e outros mineraes nas Comarcas da Capital, Rosário, Vianna e Alto Mearim, da Provincia do Maranhão, sob as clausulas do Decreto n. 3894 de 20 de Fevereiro de 1867; devendo ser contados da data do presente Decreto os prazos fixados para a execução dos respectivos trabalhos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4527—DE 21 DE MAIO DE 1870.

Concede a Januario José de Freitas permissão por dous annos para explorar turfa, carvão de pedra e schistos bituminosos nas Comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que Me requereu Januario José de Freitas, Hei por bem Conceder-lhe permissão por dous annos improrogaveis, contados desta data, para proceder á exploração de minas de turfa, carvão de pedra e schistos bituminosos nas Comarcas de Porto-Seguro e Ilhéos, na Provincia da Bahia, sob as seguintes clausulas:

1.ª

Dentro do referido prazo o concessionario designará os lugares em que tiver de minerar, apresentando na Secretaria de Estado competente plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com os perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível, a superposição das camadas mineraes.

A estes trabalhos acompanhará, além de amostras dos mineraes e das variedades das camadas de terras, uma descripção minuciosa da possança das minas dos terrenos de dominio publico ou particular necessarios á exploração, com designação dos proprietarios, das edificações nelles existentes e do uso ou emprego a que são destinadas.

Outrosim indicará qual o meio mais apropriado para o transporte dos productos da mineração, e qual a distancia entre cada uma das minas e os povoados mais proximos.

2.ª

Satisfeitas as exigencias da clausula 1.ª, ser-lhe-hão concedidas até cinco datas mineraes de 141.750 braças quadradas por espaço de 30 annos, conforme os meios que o concessionario provar que terá de empregar effectivamente, sob as condições annexas ao Decreto n.º 3049 de 6 de Fevereiro de 1863, no que forem applicaveis ás especies de mineração que lhe tiverem de ser facultadas, e quaesquer outras que o Governo Imperial julgar conveniente impôr no acto da concessão em beneficio dos interesses publicos e da policia das minas.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4328 — DE 30 DE MAIO DE 1870.

Concede á Companhia —Linha Telegraphica do Interior— a necessaria authorização para funcionar e approva seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia—Linha Telegraphica do Interior—, devidamente representada e organizada na Cidade do Rio de Janeiro para a realização do privilegio concedido a F. A. Kieffer pelo Decreto n.º 4350 de 5 de Abril do anno passado e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 18 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mesmo mez: Hei por bem Conceder-lhe a necessaria authorização para funcionar e approvar os respectivos estatutos com as seguintes modificações:

1.ª A renda liquida, da qual sahirão as quotas fixadas no art. 5.º, deverá ser deduzida de operações effectivamente concluidas nos respectivos semestres.

2.ª A dissolução da companhia verificar-se-ha nos casos dos arts. 33 e seguintes do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860.

3.ª E' fixado á companhia o prazo de um anno, contado desta data, para a distribuição das acções ainda não emittidas.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Estatutos da Companhia—Linha Telegraphica do Interior—, a que se refere o Decreto n.º 4328 de 50 de Maio de 1870.

CAPITULO I.

DA COMPANHIA E SEUS FINS.

Art. 1.º A companhia—Linha Telegraphica do Interior—tem por fim a construcção e custeio da linha telegraphica entre a cidade do Rio de Janeiro e a de Ouro Preto na Provincia de Minas Geraes, com ramificações para as de Rezende e S. João da Barra na provincia do Rio de Janeiro, podendo estender-se com approvação prévia do Governo Imperial ás localidades situadas dentro de uma zona de 25 leguas, contadas de qualquer dos pontos das mesmas linhas em conformidade com o Decreto n.º 4350 de 5 de Abril de 1869.

Art. 2.º O capital da companhia será de trezentos contos de réis (300:000\$000) dividido em 3.000 acções de cem mil réis (100\$000) cada uma, as quaes serão pagas em quatro prestações iguaes, sendo a primeira no acto da assignatura. As outras serão exigidas conforme as necessidades da empreza, com intervallo nunca menor de trinta dias uma da outra e precedendo annuncios nos jornaes de maior circulação da Côrte, devendo ficar realizadas todas as prestações no fim de um anno contado da data da approvação destes Estatutos. Os accionistas que deixarem de fazer qualquer das entradas subsequentes á primeira perderão em favor da companhia as quantias com que houverem entrado e esta disporá das respectivas acções como melhor convier.

Art. 3.º A sede da companhia e consequentemente a sua direcção será nesta Córte.

Art. 4.º Logo que a companhia estiver organizada F. A. Kieffer fará trespasso do privilegio que lhe foi concedido pelo mencionado Decreto n.º 4350 de 5 de Abril de 1869 e ficará subrogada em todos os seus direitos, favores, isenções e onus estipulados nelle. Emquanto não forem approvados estes estatutos todas as obrigações impostas pelo mencionado Decreto continuarão a cargo de F. A. Kieffer.

Art. 5.º Annualmente, depois de deduzidos 10 % da renda liquida da companhia para fundo de reserva, o restante será dividido pelos accionistas na proporção das suas acções. A percentagem indicada continuará a ser deduzida até que o fundo de reserva seja igual ao capital da companhia ; dahi em diante toda a renda será dividida entre os accionistas. Se o capital da companhia fôr desfalcado em consequencia de perdas, não se distribuirão dividendos enquanto não fôr restabelecido o mesmo capital no estado em que se achava na occasião do desfalque.

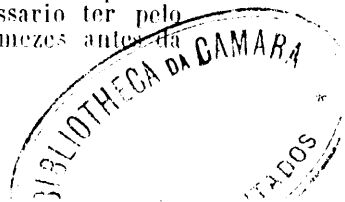
Art. 6.º A companhia durará o mesmo tempo que devem durar as obrigações impostas e os favores concedidos pelo citado Decreto n.º 4350 de 5 de Abril de 1869. Findo o prazo estipulado no mesmo Decreto a companhia se liquidará de conformidade com as leis em vigor.

CAPITULO II.

DOS ACCIONISTAS.

Art. 7.º Todo o accionista tem o direito de discutir os negocios da companhia em assembléa geral, mas sómente poderão votar os que tiverem dez acções e dahi para cima até cem, contando-se um voto por dez acções, de sorte que nenhum accionista terá mais de dez votos nas deliberações da companhia. As firmas sociaes possuidoras de acções da companhia se farão representar por um dos seus socios.

Paragrapho unico. Para ser director da companhia ou membro do conselho fiscal é necessario ter pelo menos cinquenta acções havidas seis mezes antes da eleição.



Art. 8.º Em conformidade da Lei os accionistas não se poderão fazer representar para os actos da eleição, mas para as deliberações da companhia poderão constituir procurador estando fóra da Côte, tendo mais de dez acções e sendo o procurador também accionista.

Art. 9.º E' livre a venda, cessão ou transferencia por qualquer titulo das acções da companhia fazendo-se as necessarias averbações nos livros desta.

Art. 10. A responsabilidade dos accionistas não vai além do valor das acções que subscreverem.

CAPITULO III.

DA DIRECTORIA.

Art. 11. A companhia será regida por uma directoria que a representará, composta de tres accionistas, sendo um presidente, um secretario e um caixa, eleitos pela assembléa geral d'entre os accionistas que tiverem pelo menos cincoenta acções.

Art. 12. A directoria exercerá suas funcções por dous annos e findos elles poderão os seus membros ser substituidos ou reeleitos.

Art. 13. A cargo da directoria ficão:

§ 1.º A conservação e custeio das linhas telegraphicas.

§ 2.º A fiscalisação e arrecadação do que produzirem as mesmas linhas, devendo dar ao producto liquido o destino que fôr indicado pelo conselho fiscal em suas reuniões semestraes.

§ 3.º A nomeação e demissão dos empregados nas linhas telegraphicas e no escriptorio da companhia, menos a do director e engenheiro da linha que será F. A. Kieffer, emquanto outra cousa não fôr estipulada entre elle e a companhia.

§ 4.º A correspondencia da companhia.

Art. 14. A directoria formulará o regulamento das linhas telegraphicas no qual fixará o ordenado de todos os empregados, definirá suas obrigações e determinará o modo de se fazer o serviço. Este regulamento será apresentado ao conselho fiscal para approval-o definitivamente, sendo todavia executado logo.

Art. 15. Se a directoria parecer necessaria qualquer modificação ou alteração nestes Estatutos a proporá ao

conselho fiscal, e se fôr por este approvada será a mesma proposta apresentada á assembléa geral com emendas ou sem ellas para deliberar.

Do mesmo modo procederá a directoria quando lhe pareça conveniente estender a linha telegraphica ás localidades situadas dentro da zona de vinte e cinco leguas, contadas de qualquer dos pontos da mesma linha, e a proposta será igualmente apresentada á assembléa geral depois de approvada pelo conselho fiscal.

Art. 16. Os directores terão annualmente a gratificação de 10 % sobre o producto liquido não excedendo esta gratificação a seis contos de réis (6:000\$000) divididos entre os tres.

CAPITULO IV.

DO CONSELHO FISCAL.

Art. 17. Haverá um conselho fiscal composto de seis accionistas, eleitos pela assembléa geral d'entre os que tiverem mais de cincoenta acções, sendo o mais votado o presidente e o ultimo o secretario.

Art. 18. Ao conselho fiscal compete:

§ 1.º Approvar o regulamento que fizer a directoria, na conformidade do art. 14 e as modificações aconselhadas pela experiencia e propostas por esta.

§ 2.º Examinar as propostas que devem ser submettidas á assembléa geral conforme o art. 15.

§ 3.º Examinar sempre que lhe parecer, por si ou por um de seus membros o estado da companhia, e verificar semestralmente o balanço que lhe será apresentado pela directoria, dando logo as providencias que julgar convenientes ou exigindo do presidente da directoria a convocação da assembléa geral.

§ 4.º Determinar, logo que fôr eleito, o destino que se deve dar ao producto das linhas telegraphicas, renovando esta determinação de seis em seis mezes.

§ 5.º Apresentar annualmente á assembléa geral um relatorio do estado da companhia e o balanço da receita e despesa.

§ 6.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando o presidente da directoria, sendo requisitado para isso, o não fizer.

Art. 19. O cargo de conselheiro fiscal será gratuito.

DECRETO N. 4529 — DE 30 DE MAIO DE 1870.

Concede á Companhia Alliança de seguros marítimos a necessaria autorização para funcçãoar e approva seus Estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia Alliança de seguros marítimos, devidamente representada e estabelecida na capital da Provincia da Bahia e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 18 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mesmo mez, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para funcçãoar e approvar os respectivos Estatutos com as seguintes modificações:

1.^a A dissolução da companhia verificar-se-ha nos casos dos arts. 33 e seguintes do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860.

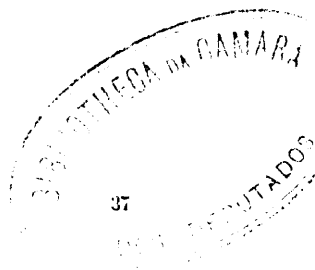
2.^a Verificado algum dos casos de dissolução proceder-se-ha á liquidação na fórma do Codigo Commercial e Leis posteriores.

3.^a O dividendo dos accionistas será deduzido dos lucros liquidados de operações effectivamente concluidas nos respectivos semestres: sendo vedada sua distribuição quando o capital da companhia, desfalcado em virtude de perdas, não estiver integralmente restabelecido.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Maio de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



CAPITULO V.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 20. Haverá annualmente uma reunião da assembléa geral para exame do relatorio e do balanço que deve apresentar o conselho fiscal. Quando outros objectos se devão tratar na reunião ordinaria serão mencionados nos annuncios de convocação que se farão com antecedencia de oito dias.

Paragrapho unico. Haverá reunião de assembléa geral extraordinaria, sempre que a directoria por si ou requisitada pelo conselho fiscal a convocar, ou quando accionistas em numero de quinhentas acções a reclamarem.

A convocação se fará por annuncios com antecedencia de trinta dias, mencionando-se nos mesmos os fins para que é convocada a assembléa geral.

Art. 21. A convocação será feita pelo presidente da directoria, tanto para os casos ordinarios como para os extraordinarios, e quando o não faça em tempo, será a assembléa geral convocada pelo conselho fiscal representado pelo seu presidente.

Art. 22. A assembléa geral pôde deliberar estando presentes accionistas representando mil e quinhentas acções.

Art. 23. A assembléa geral será presidida pelo accionista que na occasião fór por ella eleito, elegendo-se ao mesmo tempo, mas em cédulas distinctas, dous secretarios que servirão na mesa. A eleição será presidida pelo presidente da directoria e na sua falta pelo do conselho fiscal.

Disposição transitória.

Trinta dias depois da approvação destes Estatutos haverá a primeira reunião da assembléa geral, e dahi se contará o tempo para as convocações ordinarias posteriores.

Rio de Janeiro, 28 de Março de 1870.—F. A. Kieffer.



**Estatutos da Companhia Alliança de Seguros Marí-
timos a que se refere o Decreto n.º 4529 de 30
de Maio de 1870.**

CAPITULO I.

DA COMPANHIA E SEUS FINS.

Art. 1.º A sociedade installada na cidade da Bahia, Imperio do Brasil, aos 15 dias do mez de Janeiro de 1870, denomina-se —Companhia Alliança— e tem por fim fazer por sua conta toda a especie de seguros marítimos, fóra e dentro do Imperio, nas condições previstas nos estatutos.

Art. 2.º O fundo ou capital da Companhia Alliança é de 2.000:000\$000, moeda corrente, dividido em duas series de 1.000 acções de 1:000\$000 cada uma.

Art. 3.º A primeira serie de 1.000 acções será sub-scripta na installação da companhia.

A segunda serie de 1.000 acções serão vendidas em hasta publica, quando os seguros da companhia o exigirem; porém nunca por menos do que o preço da entrada, e pelo beneficio que resultar será levado ao fundo de reserva.

Art. 4.º Será de prompto effectuada uma entrada de 5 %, que será conservada intacta, e quando algum sinistro ou empenhos da companhia o exigirem, a direcção fará logo outra chamada igual, ou tanto quanto baste para fazer face ao desfalque havido. (art. 14.)

Art. 5.º Haverá um fundo de reserva para occorrer tambem, e em primeiro lugar ao previsto no art. 3.º, e se comporá de 10 %, tirados annualmente dos rendimentos da companhia, e do art. 3.º

Art. 6.º As apolices, recibos, acções, contractos e mais obrigações sociaes serão assignados pelos directores, com responsabilidade solidaria, em harmonia com as autorizações da assembléa geral, ou a estipulada nos estatutos e o farão pelo seguinte modo:

Pela Companhia Alliança F. F. F.

Art. 7.º Qualquer documento firmado por dous directores tem a mesma validade, como se o fosse pelos tres.

Art. 8.º A companhia não tomará risco sobre um só navio de vela mais do que 6 % do capital subscripto, e 10 % em vapores.

Art. 9.º Será de 40 annos a duração desta companhia.

Art. 10. Os accionistas installadores, ou outros quaesquer que de futuro o venhão a ser, poderão na fórma da lei vender ou traspassar as suas acções, precedendo porém approvação da directória quanto ao novo accionista. Não será válida qualquer alienação, fóra desta condição, e continuará a ser responsavel o accionista cedente, emquanto não satisfizer esta obrigação.

Art. 11. Quando tenha de haver alguma questão entre a companhia e algum segurado, ou mesmo questões de natureza diversa, serão decididas pelos Tribunaes do Imperio: aquellas porém que, por accôrdo das partes puderem ser confiadas a arbitros commerciaes, serão deste modo resolvidas.

Art. 12. A companhia será representada em todos seus negocios, externos e internos, por uma directoria que em tudo zelará os seus direitos, como causa propria.

CAPITULO II.

DOS ACCIONISTAS.

Art. 13. E' reconhecido accionista desta companhia quem possuir uma ou mais acções, mas só terão votos em assembléa geral, os que possuirem cinco ou mais acções tres mezes antes da reunião.

Art. 14. Em conformidade com o art. 3.º são obrigados os accionistas actuaes, ou seus procuradores, a verificarem a entrada de cinco por cento do valor das acções que subscrevêrão, logo que o Governo autorize a formação da companhia.

§ 1.º Aquelles que o não fizerem no prazo de 30 dias, data dos annuncios da direcção, serão excluidos, mas responsaveis pelos prejuizos que dessa escusa possão resultar á companhia.

Art. 15. Os accionistas são do mesmo modo obrigados a fazer entrar na caixa da companhia a quota que lhes fór reclamada pela direcção, para fazer face a algum desfalque occasionado por sinistro, e os que o não fizerem no decurso de 30 dias, por si ou por seus procuradores,

serão excluidos e perderão a beneficio da companhia, não só as entradas que houverem realizado como os lucros que lhe pudessem vir a tocar e sempre responsáveis pelo prejuizo a que derem lugar conforme o art. 14.

Art. 16. Uma vez cada anno durante o mez de Janeiro, reunir-se-ha a mesa, direcção e commissão fiscal, para examinarem a lista dos accionistas e ajuizarem a solidariiedade de cada um, para que, no caso de algum haver peiorado de circumstancias, exigir-lhe melhor garantia.

Art. 17. Dando-se o caso de exclusão de algum accionista, pelas razões descriptas nestes estatutos, a directoria fará venda das acções no decurso de 30 dias em hasta publica, e quando faltem os titulos emittirá novos com a mesma numeração dos inutilizados.

Art. 18. Cessa o interesse de qualquer accionista nos casos de morte, fallencia, ou falta ás obrigações que lhe são aqui impostas.

§ 1.º No caso de morte passarão as acções a ser propriedade dos herdeiros caso dêem fiança idonea e em caso de fallencia serão postas em hasta publica por conta da massa.

Art. 19. Para que os herdeiros tenham o direito que lhes concede o art. 18, § 1.º devem apresentar-se á direcção no decurso de 30 dias, e prestar a fiança exigida pelo mesmo artigo. O referido prazo é o maximo para em todos os casos se dispôr das acções vagas por morte, fallencia ou qualquer exclusão assim como cessa neste mesmo prazo a responsabilidade dos mesmos mortos, fallidos ou excluidos.

Art. 20. Os accionistas da companhia são só responsáveis para com ella, até o valor representativo das acções que possuirem; neste sentido haverá um livro de termos que será assignado não só pelos accionistas installadores, como pelos que o vierem a ser.

Paragrapho unico. O termo, estando assignado pelo cedente e pelo successor, desonera aquelle e obriga este novo accionista.

Art. 21. Nenhum accionista poderá possuir mais de 40 acções desta companhia.

CAPITULO III.

DA DIRECÇÃO.

Art. 22. A administração e gerencia desta companhia será feita por tres directores eleitos na assembléa geral ordinaria d'entre os accionistas que possuirem a tres mezes 10 ou mais acções, e serão responsaveis *in solidum* (art. 7.º)

Art. 23. Sendo que em algum tempo os prejuizos da companhia cheguem a 25 % do capital representativo, a direcção reunirá a mesa e a commissão fiscal para providenciar a respeito, podendo logo suspender os seguros e convocar em seguida a assembléa geral para resolver o que parecer mais conveniente.

Art. 24. Dos tres directores um será caixa e como tal responsavel pelos capitales da companhia a seu cargo.

O capital realizado da companhia será empregado em apolices do Governo.

Art. 25. A direcção poderá nomear agentes dentro ou fóra do Imperio, segundo os interesses o reclamarem, e lhes concederá precisos poderes para em tudo procederem como delegados desta companhia.

Art. 26. Os agentes de que trata o art. 25 perceberão uma commissão estipulada pela direcção, que será tirada dos negocios e seguros que liquidarem, salvo deliberação da assembléa geral em sentido diverso, em cujo caso se ouvirá a commissão fiscal.

Art. 27. Os directores estipularão o premio e condições do seguro da maneira que lhes parecer mais conveniente, tendo em attenção o porto do destino, capacidade do commandante, estado do navio, estação do tempo e outras mais circumstancias.

Art. 28. Do mesmo modo a direcção é autorizada a pagar aos segurados todas as perdas e damnos, até o valor seguro, segundo constar da apolice, tendo em vista a boa fé dos mesmos segurados, e promovendo por este modo o futuro credito da companhia.

Art. 29. Os premios dos seguros serão pagos a dinheiro á vista, quando não excederem de 100\$000. Quando o premio do seguro fôr superior a 100\$000, a direcção poderá aceitar uma letra á sua ordem, a prazo nunca maior de seis mezes, exigindo garantia se julgar precisa.

Art. 30. Todos os annos se dará balanço e do producto liquido das operações findas, incluindo o que resultar das agencias, serão deduzidos 10 % para fundo de reserva, e 8 % serem divididos igualmente pelos tres directores como compensação de seu trabalho.

Art. 31. Na reunião ordinaria da assembléa geral (no mez de Janeiro) a direcção apresentará o relatorio com as melhores e mais claras informações em relação á marcha da companhia, e com elle o parecer da commissão fiscal, e o balanço que será fechado em 31 de Dezembro de cada anno.

Art. 32. Dando-se impossibilidade ou ausencia de algum director por mais de 30 dias, será chamado a tomar posse o primeiro supplente, e na falta o segundo ou terceiro. No caso de demissão forçada ou voluntaria o supplente pôde ser logo chamado a tomar posse.

Paragrapho unico. Esgotando-se os tres supplentes nomeados, poderão servir em ordem de votação os immediatos a estes (art. 40).

Art. 33. E' da competencia da direcção admittir e exonerar os empregados, marcar-lhes salarios, etc., tendo em vista a intelligencia e capacidade dos mesmos, e de tudo dará conta á assembléa geral na sua primeira reunião.

CAPITULO IV.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 34. A assembléa geral da Companhia *Alliança*, compõe-se dos accionistas de uma ou mais acções, e se declarará constituida com a presença de trinta accionistas que representem pelo menos um quarto do fundo subscripto. As suas decisões serão tomadas por maioria dos membros presentes, e não havendo numero sufficiente no primeiro dia, será de novo convocada, e funcionará então com qualquer numero. De toda forma precederão annuncios nos jornaes, tres dias antes da reunião.

Art. 35. Póde reunir-se extraordinariamente a convite da directoria para negocios extraordinarios ou pelo respectivo presidente, quando um quarto dos accionistas lh'o requererem com causa motivada: e ordinariamente no mez de Janeiro de cada anno em dia indicado pela respectiva direcção para prestação de contas e nova eleição (art. 36).

Art. 36. Na assembléa geral não são admissíveis procurações, nem um accionista poderá votar por outro. Podem porém os procuradores que abonarem accionistas ausentes fazer numero e como taes tomarem parte nas deliberações da mesma assembléa, menos nas votações de escrutinio secreto.

Logo que sejam approvados os presentes estatutos haverá reunião ordinaria da assembléa geral para elegerem os directores, tres supplentes, mesa e commissão de exame. A eleição ordinaria se fará todos os annos no mez de Janeiro por occasião de reunir-se a assembléa geral (art. 31).

§ 1.º A mesa que tem de dirigir os trabalhos da mesma assembléa nas seguintes reuniões, se compõe de um presidente e dous secretarios, classificados em primeiro e segundo.

§ 2.º A direcção, que se comporá de tres membros d'entre aquelles que possuirem dez ou mais acções.

§ 3.º Tres supplentes da direcção nas mesmas condições.

§ 4.º A commissão fiscal que se comporá de tres accionistas, possuidores de cinco ou mais acções.

§ 5.º Nenhum accionista poderá exercer dous cargos ao mesmo tempo, nem os directores e agentes de outras companhias maritimas, poderão ser eleitos para algum dos cargos acima.

Art. 37. Nas eleições por escrutinio secreto, terão um voto os accionistas que tiverem cinco ou mais acções, terão dous votos os que tiverem de dez a dezanne, e tres votos os que possuirem vinte ou mais acções (art. 21).

Art. 38. A assembléa geral, legalmente constituida, é a competente para alterar e reformar estes estatutos com votação de dous terços dos accionistas que estiverem presentes, e que estes representem pelo menos metade do capital da companhia. Ficará, porém, dependente da prévia approvação do Governo Imperial a execução de qualquer alteração e reforma que fôr votada.

Art. 39. O presidente da mesa será substituido nos seus impedimentos pelo primeiro secretario, e este pelo segundo, podendo preencher-se o lugar destes com os immediatos em votos. Os directores serão substituidos pelos tres supplentes eleitos, e na falta destes pelos que se seguirem em votos. A commissão fiscal quando impedida em parte ou no todo, será preenchida com os immediatos em votos (art. 36).

CAPITULO V.

DA COMMISSÃO FISCAL.

Art 40. Haverá uma commissão fiscal, composta de tres accionistas (art. 36) que se encarregará de examinar as contas e mais negocios da companhia, e lhe cumpre apresentar o seu parecer á assembléa geral, informando-a do estado e marcha da companhia.

Art. 41. A commissão de contas dará parecer, além disso, sobre as reformas autorizadas no art. 38, ou a respeito de outros negocios não especificados nos estatutos, e sobre os quaes seja urgente resolver.

Bahia, 1.º de Fevereiro de 1870. — *J. P. S. Moreira.*
— *Domingos Gonçalves Ferreira Basto.* — *João Eduardo dos Santos.*

DECRETO N. 4530— DE 30 DE MAIO DE 1870.

Autoriza o augmento do capital da Companhia União Mercantil.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia União Mercantil, devidamente representada e estabelecida na Capital da Provincia das Alagóas e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 18 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mesmo mez, Hei por bem Conceder-lhe permissão para elevar de 250:000\$000 a 300:000\$000 o respectivo capital.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4531—DE 30 DE MAIO DE 1870.

Dissolve o batalhão de infantaria n.º 49, creado no Municipio de Jahú da Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de S. Paulo, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica dissolvido o batalhão de infantaria n.º 49, creado no Municipio de Jahú da Provincia de S. Paulo, passando os respectivos guardas para o batalhão de infantaria n. 42 do districto de Brotas da mesma Provincia, o qual é elevado a seis companhias; revogado o Decreto n.º 4120 de 18 de Março de 1868.

Joaquim Octavio Nebias, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Maio de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

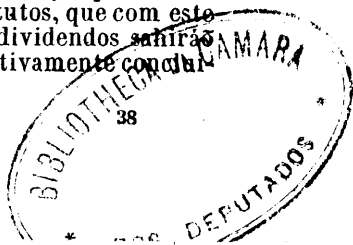
Joaquim Octavio Nebias.

DECRETO N. 4532—DE 4 DE JUNHO DE 1870.

Concede á companhia de exploração e manufactura de marmores, organizada na Provincia de S. Pedro, a necessaria autorização para funcçãoar e approva seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de exploração e manufactura de marmores, organizada na Capital da Provincia de S. Pedro, e devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 25 do mez passado, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do referido mez: Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para funcçãoar e approvar os respectivos Estatutos, que com este baixão, com a declaração de que os dividendos sahirão dos lucros liquidos de operações effectivamente concluidas nos respectivos semestres.

PART E II.



Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em quatro de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Estatutos da companhia de exploração e manufactura dos marmores da Provincia de S. Pedro.

DA ORGANIZAÇÃO, DURAÇÃO E FINS DA COMPANHIA.

Art. 1.º Fica creada na cidade de Porto Alegre, capital da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, uma associação que se denominará—Companhia de exploração e manufactura dos marmores da Provincia.

Art. 2.º O fim da companhia é fazer explorar e manufacturar os marmores da Provincia, adquirindo para esse effeito os terrenos e materiaes necessarios.

Art. 3.º O seu fundo capital é de duzentos contos de réis (200:000\$000) divididos em quatro mil acções de cinquenta mil réis (50\$000) cada uma, das quaes se farão duas emissões, sendo a primeira de tres mil acções, effectuada logo depois de installada a Companhia, e a segunda de mil acções realizada quando a directoria a julgar necessaria, com prévia approvação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 4.º O pagamento das acções será realizado em prestações de cinco por cento, mas sómente até a decima chamada, de modo que se passará a segunda emissão sem que a companhia tenha disposto da metade restante do valor real das acções da primeira emissão. Emitidas as quatro mil acções, se farão quando a assembléa geral assim o determinar as chamadas que faltarem até a realização do capital integral.

§ 1.º Os prazos dentro dos quaes se devem realizar as entradas, serão préviamente annunciados pelos jor-

naes sob resolução da directoria, e o intervallo de uma a outra entrada será de trinta dias pelo menos.

§ 2.º O accionista que nos prazos annunciados não realizar as entradas correspondentes ás acções que tiver subscripto, entende-se que renuncia a estas, e qualquer prestação que já tenha feito, reverterá em favor da companhia.

Art. 5.º A companhia durará pelo tempo de dez annos contados da data de sua installação; mas poderá ser este prazo prorogado se assim o determinar a assembléa geral dos accionistas, por deliberação tomada seis mezes antes de findo o dito prazo, e uma vez obtida a necessaria autorização do Governo para tal prorrogação.

DOS ACCIONISTAS.

Art. 6.º São accionistas da companhia de extracção e manufactura dos marmores da Provincia todos os possuidores de acções della, seja como primeiro proprietario ou como cessionario, uma vez que os titulos estejam competentemente averbados nos livros da companhia: no caso de transferencia o averbamento será feito á vista da acção e assignado pelas partes interessadas ou seus legitimos procuradores, ficando a procuração no archivo da companhia.

Art. 7.º Os accionistas só respondem pelo valor de suas acções, as quaes poderão ser transferidas por venda, troca, cessão gratuita ou qualquer outra forma reconhecida em direito, e o seu capital não poderá ser retirado antes da extincção da companhia.

Art. 8.º Justificado perante a directoria o extravio de acções da companhia entregar-se-ha ao accionista uma nova, prestando quem a receber a devida caução.

Art. 9.º São aptos para votar na assembléa geral todos os accionistas que tiverem de cinco acções para cima, devendo porém contar-se os votos pela forma estabelecida no art. 15. Havendo accionistas com firmas sociaes um só votará.

Art. 10. Só podem ser votados para qualquer dos cargos não estipendiados da companhia os accionistas de cinco acções para cima.

Art. 11. Os accionistas em igualdade de condições terão preferencia para todos os empregos estipendiados da companhia.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 12. A assembléa geral compõe-se de todos os accionistas que possuirem de cinco acções para cima.

Art. 13. A assembléa geral será convocada ordinariamente pela directoria mediante annuncio do secretario da mesma assembléa no dia em que terminar o anno social, para apresentação de suas contas e relatorio e para a eleição do Presidente, Secretarios, directores e commissão de exame.

Art. 14. Se no dia marcado para assembléa geral não comparecerem accionistas, que representem um terço do capital effectivo da companhia, far-se-ha nova convocação e nesta se deliberará com o numero que comparecer.

Art. 15. Os votos em assembléa geral serão contados pela fórma seguinte: os accionistas de cinco acções terão um voto e de cinco para cima um voto por cada cinco acções até dez votos, mas em nenhum caso um accionista poderá ter mais de dez votos.

Art. 16. Nas votações por escrutinio secreto o 4.º Secretario procederá á chamada e receberá dos accionistas as cédulas, em cujo verso estará o numero de votos correspondentes ás acções que tiver o votante.

Art. 17. Não serão admittidos votos por acções transferidas, que não tenham sido averbadas dous mezes antes nos livros da companhia.

Art. 18. As deliberações tendentes a prorogar-se o prazo, marcado para a duração da companhia (art. 5.º) ou a reformar os presentes estatutos, serão tomadas pela assembléa geral em sessão extraordinaria, para esse fim convocada pela directoria de motu proprio ou em virtude de requisição firmada por accionistas que representem um quarto do numero de acções ou por seus procuradores. No ultimo caso deverá a directoria convocar a assembléa geral dentro dos oito dias uteis que se seguirem ao da entrega da requisição no escriptorio da companhia.

Art. 19. A assembléa geral terá um presidente, um 1.º e um 2.º secretario todos eleitos na reunião annua por maioria relativa de votos presentes, em uma só lista e por escrutinio secreto (art. 13).

Art. 20. Nos seus impedimentos ou faltas, o presidente será substituido pelo 1.º secretario, este pelo 2.º, e este pelo immediato em votos até a primeira reunião, na qual se fará o preenchimento.

Art. 21. Ao Presidente compete :

§ 1.º Abrir e fechar as sessões, dirigir a ordem dos trabalhos, conceder a palavra aos accionistas que pedirem e retirar-a áquelle que abusar della.

§ 2.º Assignar com os secretarios o expediente da assembléa geral.

§ 3.º Fazer cumprir as ordens da assembléa geral, transmittindo á directoria as que forem de sua competencia.

Art. 22. Aos secretarios compete:

§ 1.º Fazer as chamadas, contar os votos dos accionistas presentes e fazer a apuração delles.

§ 2.º Redigir as actas, escrever a correspondencia e dar andamento ao expediente, na fórma determinada pelo presidente, e segundo o que fór deliberado pela assembléa.

Art. 23. Se trinta dias depois de findo o anno social a directoria não tiver convocado a assembléa geral para execução do disposto no art. 13 o presidente a convocará, fazendo para isso os necessarios annuncios.

Art. 24. Na reunião annual, depois de discutidas e julgadas as contas da directoria e o parecer da commissão de exame, terá lugar a eleição dos funcionarios mencionados no art. 19, e pelo mesmo modo a de cinco directores e cinco supplentes que os devem substituir nos seus impedimentos e de tres membros em uma só lista para comporem a commissão de exame : todos estes membros poderão ser reeleitos, a commissão porém, não poderá ser reeleita mais do que uma vez.

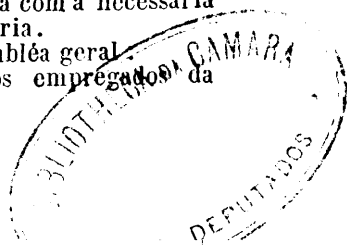
Art. 25. Compete á commissão examinar o relatório, balanços, correspondencia, o material, a escripturação e o procedimento dos empregados da companhia, interpondo ácerca de tudo o seu parecer e propondo as emendas ou reformas que julgar convenientes.

Art. 26. Para o bom desempenho da commissão de exame, a directoria é obrigada trinta dias antes da reunião annua, a fornecer-lhe os esclarecimentos e informações que ella solicitar dos seus membros ou de qualquer dos empregados.

Art. 27. O parecer da commissão de exame, o relatório e balanços da directoria e bem assim a lista dos accionistas, serão impressos e distribuidos por estes ; e para esse fim a commissão remetterá com a necessaria antecedencia o seu parecer á directoria.

Art. 28. Compete tambem á assembléa geral:

§ 1.º Approvar as nomeações dos empregados da



companhia e a assignação de seus ordenados feitos pela directoria.

§ 2.º Autorizar a directoria a fazer os contractos e compras de terrenos ou pedreiras e mais materiaes de que necessitar a companhia.

DA DIRECÇÃO.

Art. 29. A companhia será dirigida por uma directoria composta de cinco membros (art. 24) e administrada por um gerente (art. 36).

Art. 30. Compete á directoria :

§ 1.º Organizar e pôr logo em execução o regimento interno da companhia o qual será todavia apresentado na primeira reunião da assembléa geral, para ser approvado e modificado se assim ella o entender. Este regimento além de marcar as obrigações dos diversos empregados da companhia, e as fianças que devem prestar, determinará os systemas de serviços a cargo da companhia.

§ 2.º Nomear o gerente e mais empregados da companhia.

§ 3.º Suspender de suas funções os empregados afiançados até a primeira reunião da assembléa geral, nomeando outros que os substituão interinamente, e demittir os empregados não afiançados que procederem mal.

§ 4.º Convocar a assembléa geral annualmente para a tomada de contas e eleição, e extraordinariamente quando algum caso previsto ou imprevisto nestes estatutos torne necessaria a reunião dos accionistas.

§ 5.º Promover por todos os meios licitos os interesses da companhia, para o que fica autorizada a represental-a perante os governos, autoridades e tribunaes do paiz e de fóra d'elle; a demandar e ser demandada, exercendo para todos os casos de sua gerencia plenos e especiaes poderes, sem reserva de alguns inclusive o de procurador em causa propria.

§ 6.º A fazer as compras e contractos necessarios para o regular andamento dos trabalhos da companhia.

§ 7.º Assignar e substituir as acções da companhia (art. 8.º), emittil-as e arrecadar o seu producto nas épocas e pela fórma que fór mais conveniente.

§ 8.º Autorizar o pagamento dos dividendos, e quaesquer outros encargos da companhia.

§ 9.º Autorizar a entrada para qualquer estabelecimento de credito nesta cidade dos dinheiros da companhia que não tiverem applicação immediata inclusive os que constituirem o seu fundo de reserva.

Art. 31. A directoria nomeará d'entre os seus membros um presidente e um secretario, aquelle dirigirá as discussões, e este redigirá as actas, que serão assignadas pelos directores presentes e registradas em livro especial.

Art. 32. No primeiro dia util de cada mez haverá sessão ordinaria da directoria, e extraordinaria todas as vezes que ella julgar conveniente; sendo a convocação feita pelo seu presidente. As decisões serão á pluralidade de votos; se não estiverem presentes todos os membros serão necesarios tres votos concordes para as tornar valiosas. Os vencidos poderão declarar seu voto na acta, motivando-o succintamente.

Art. 33. A correspondencia mais importante a juizo da directoria, será expedida em seu nome, e assignada pelo presidente e secretario e registrada em livro competente.

Art. 34. O presidente da directoria será substituido pelo secretario, e este pelo membro que a directoria designar. A substituição dos directores pelos supplentes terá lugar quando o impedimento daquelle durar mais de trinta dias, e sempre por convite do presidente: o director substituido por qualquer circumstancia, perde o direito de director e só poderá ser por nova eleição.

Art. 35. Os serviços dos directores serão gratuitos.

Art. 36. O gerente será nomeado pela directoria (art. 30 § 2.º) d'entre os accionistas da companhia e approved pela assembléa geral.

Art. 37. Haverá tambem um administrador nomeado pela directoria e approved pela assembléa geral.

Art. 38. O gerente e o administrador antes de entrarem no exercicio de suas funcções deverão prestar uma fiança no valor, o primeiro de dez contos de réis e o segundo de tres: tanto o gerente como o administrador não poderão administrar outra companhia enquanto estiverem empregados nesta.

Art. 39. Ao gerente compete:

§ 1.º Gyrar e administrar todos os negocios da companhia em conformidade com estes estatutos, e resoluções da assembléa geral e da directoria.

§ 2.º Ter toda a escripturação em dia, e apresentar á directoria semestralmente um balancete, e annual-

mente um relatório e o balanço geral que devem ser apresentados á assembléa geral dos accionistas.

§ 3.º Prestar todas as informações e esclarecimentos exigidos pela directoria.

§ 4.º Dar direcção a todos os negocios a cargo do administrador.

§ 5.º Ter agencias nas cidades do Brasil e Rio da Prata, e onde possão ter mercado os productos da companhia, promovendo encomendas e fazendo conhecer os marmores da Provincia e productos da companhia.

§ 6.º Propôr á directoria a nomeação de empregados da companhia que não se achão mencionados nestes estatutos.

§ 7.º Expedir toda a correspondencia, exceptuada a que pertencer á directoria.

§ 8.º Receber e ter em boa guarda os fundos da companhia. Os fundos que não estiverem em gyro nem tiverem destino demorado serão guardados em cofre especial de tres chaves, das quaes uma estará em poder do gerente e as outras em poder do presidente e secretario da directoria.

§ 9.º Executar e fazer executar estes estatutos, o regimento interno, as ordens da directoria e todas as resoluções da companhia, dando promptamente á directoria sciencia das infracções que commetterem os empregados.

Art. 40. O gerente e o administrador, perceberão como compensação de seu trabalho e responsabilidade além do ordenado fixo que lhe fór marcado uma percentagem correspondente ao estado de prosperidade da companhia, a juizo da directoria, e na fórma do disposto no art. 28 § 1.º

Art. 41. Ao administrador compete:

§ 1.º Administrar as terras, estabelecimentos e quaesquer materiaes da companhia.

§ 2.º Ter a seu cargo a contabilidade e economia dos estabelecimentos que lhe forem entregues pela companhia.

§ 3.º Cumprir as ordens do gerente, prestar as informações que lhe forem exigidas, e apresentar as suas contas ao gerente trimestralmente.

§ 4.º Propôr ao gerente os meios praticos que a experiencia lhe suggerir para a mais facil direcção e economia da exploração e manufactura dos marmores, para que o gerente a seu turno leve as suas indicações ao conhecimento da directoria aproveitando-as no entanto desde logo na parte que lhe competir.

§ 5.º Fazer executar os contractos que a companhia tiver com os seus operarios e demais serventuarios.

DOS DIVIDENDOS E FUNDOS DE RESERVA.

Art. 42. O balanço que tem de ser apresentado annualmente á assembléa geral será fechado trinta dias antes da reunião.

Art. 43. Dos lucros de cada semestre se deduzirá cinco por cento para fundo de reserva que será exclusivamente destinado para fazer face ás perdas do capital social; e do resto se farão dividendos semestraes. Os lucros que não se tiverem liquidado no semestre não farão parte do seu dividendo.

Art. 44. Na dissolução da companhia o fundo de reserva que houver será accumulado ao capital e dividido pelos accionistas em proporção ao numero de suas acções.

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS.

Art. 45. Logo que se ache legalmente constituida a companhia, será convocada a assembléa geral para a eleição de presidente, secretarios, directores e membros da commissão de exame, que devem servir effectivamente no primeiro anno social.

Art. 46. Nessa mesma reunião deverá a assembléa geral autorisar a directoria a nomear e fazer entrar logo em exercicio interinamente o gerente e o administrador, até que na seguinte reunião ordinaria ou extraordinaria dos accionistas, possam ser approvadas e tornar-se effectivas taes nomeações. Será igualmente autorizada a directoria, nesta primeira reunião, a contractar os operarios marmoristas que forem necessarios, mandando-os vir de Carrara ou de outros lugares da Italia; a encomendar e mandar vir as machinas que forem precisas, a fazer a acquisição de pedreiras, terrenos e todo mais material indispensavel para a exploração, transporte e manufactura dos marmores.

Art. 47. A companhia terá nas terras de sua posessão, além da serraria, as officinas precisas, os galpões para ellas e para habitação dos operarios, e os arranjos necessarios para o serviço de transporte.

Art. 48. Terá na capital uma officina em que se fará montar o torno, e aonde se executarão os trabalhos de estatuaría e escultura.

Art. 49. Engajar-se-hão trabalhadores nacionaes, e se manterão nas officinas oito aprendizes, moços aptos e intelligentes, de modo que a extracção dos marmores e a arte do marmorista se acclimatem na Provincia.

Art. 50. A directoria poderá, se o julgar conveniente, estabelecer um ou mais fornos de cal e utilizar toda e qualquer materia prima que houver nos terrenos da possessão da companhia.

Art. 51. Logo que estejam subscriptas duas mil acções, isto é, a metade do capital marcado no art. 3.º tendo os subscriptores declarado por escripto que acci-tão os presentes estatutos, a directoria provisoria que procedeu a confecção delles e os apresentou á reunião dos accionistas para serem discutidos e adoptados, requererá ao governo a sua approvação e promoverá tudo quanto fôr necessario para a effectiva incorporação da companhia, e installação de seus trabalhos.

Sala da directoria, aos 25 de Outubro de 1869.—*Felippe B. de Freitas Noronha*, presidente.—*Luiz Affonso Azambuja*, secretario.—*João Teixeira de Carvalho e Silva*.—*Timotheo Pereira da Rosa*.—*Firmiano Antonio de Araujo*.

DECRETO N. 4533 — DE 4 DE JUNHO DE 1870.

Approva as alterações feitas pela companhia de seguros marítimos Confiança, da Provincia de S. Pedro, nos arts. 12 e 21 dos seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de seguros marítimos Confiança, estabelecida na cidade do Rio Grande, da Provincia de S. Pedro e devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 25 do mez passado, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do referido mez, Hei por bem Approvar as alterações feitas pela mencio-

nada companhia nos estatutos que baixarão com o Decreto n. 3886 de 5 de Junho de 1867: dizendo-se no art. 12—dez por cento—em vez de—cinco por cento—, e ficando redigido o art. 21 do modo seguinte:—Depois de deduzida a quota destinada ao fundo de reserva e a commissão arbitrada á directoria, se distribuirá pelos accionistas, como dividendo, o resto dos lucros liquidos de operações effectivamente concluidas nos respectivos semestres. A commissão da directoria será formada do decimo desses lucros, mas, em nenhum caso, poderá exceder de 4:000\$ annuaes, sendo 1:600\$ ou quatro centesimos para o caixa e 1:200\$ ou tres centesimos para cada um dos outros directores.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Junho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

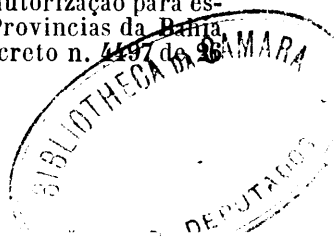
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4534 — DE 4 DE JUNHO DE 1870.

Concede autorização á companhia ingleza de seguros «The Commercial Union Assurance Company» para estabelecer agencias nas Capitais das Provincias da Bahia e Pernambuco.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza de seguros «The Commercial Union Assurance Company», devidamente representada e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 25 do mez passado, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 27 do mez anterior, Hei por bem Conceder-lhe autorização para estabelecer agencias nas capitais das Provincias da Bahia e Pernambuco, sob as clausulas do Decreto n. 4497 de 26 de Março do corrente anno.



Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4535 — DE 7 DE JUNHO DE 1870.

Approva o contracto celebrado com Conceição & Comp., para o serviço da navegação a vapor na linha fluvial de Montevideo á Cuiabá, na Provincia de Mato Grosso.

Hei por bem Approvar o contracto que com este baixa, celebrado entre a Directoria Geral dos Correios do Imperio e Conceição & Comp., em 3 do corrente mez, para o serviço da navegação a vapor na linha fluvial de Montevideo á Cuiabá, na Provincia de Mato Grosso.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Contracto que celebrão entre si, o Director Geral dos Correios e Conceição & Comp., para o serviço da navegação a vapor na linha fluvial de Montevideo á Cuiabá, na Provincia de Mato Grosso.

1.^a Os vapores empregados no serviço da navegação de Montevideo até Corumbá deverão ter capacidade para 300 toneladas de carga e accomodações para 50 passa-

geiros de 1.^a classe, calado maximo de 8 pés inglezes e marcha de 9 milhas por hora. Os vapores empregados de Corumbá á Cuiabá deverão ter capacidade para 80 toneladas de carga e 25 passageiros de 1.^a classe, calado e marcha adequados á natureza do serviço de modo que a viagem redonda possa ser realizada no prazo estipulado. Estas condições serão verificadas por uma commissão nomeada pelo Governo Imperial.

2.^a Os vapores serão nacionalizados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes, o que os não isentará dos regulamentos policiaes e da alfandega.

3.^a Os vapores deverão ter a bordo os sobresalentes, aprestos, material, objectos de serviço dos passageiros e numero de officiaes machinistas, foguistas e individuos de equipagem que forem marcados no acto do recebimento dos vapores pelo Governo, que fiscalizará a fiel observancia desta clausula.

4.^a O serviço começará no mez de Julho proximo futuro, salvo o caso de força maior.

5.^a O serviço da navegação fluvial será feito mensalmente, partindo os vapores de Montevidéo até Cuiabá com escala pelos portos intermediarios, sendo obrigatorias as de Buenos-Ayres, Rosario, Paraná, Corrientes, Assumpção e Corumbá.

6.^a Cada viagem redonda em toda a linha não excederá a 35 dias, salvo o caso de força maior. O prazo das duas primeiras viagens poderá estender-se até 40 dias.

7.^a Os dias e horas da partida e chegada e o tempo da demora em cada porto das escalas serão fixados em uma tabella organizada pelo Director Geral dos Correios, de accôrdo com a empresa, e approvada pelo Ministerio da Agricultura. Esta tabella será revista sempre que o Governo, de accôrdo com a empresa, entender conveniente. Os prazos de demora serão contados por horas uteis, de sol a sol, do momento em que os vapores fundearem, ainda que seja em domingo ou dia feriado.

8.^a As alfandegas dos portos em que os vapores têm de tocar expedirão os despachos necessarios para se proceder ao desembarque ou embarque da carga, ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar com preferencia á descarga ou carga de qualquer embarcação, e sem embargo de domingos ou

dias feriados ; admittindo por consequente a despachos anticipados a carga e as encomendas, que porventura tenham de ser transportadas pelos vapores da empresa. Os Presidentes das Provincias dentro das suas faculdades lhes prestarão a protecção e o auxilio de que por qualquer motivo necessitarem para continuação de sua viagem dentro do devido tempo, e em cumprimento do contracto com o Governo Imperial, pagas pela empresa todas as despesas nos casos em que ellas tiverem lugar.

9.^a As repartições do correio deverão ter as suas malas sempre promptas a tempo de não retardarem a viagem dos vapores além da hora marcada para a sahida. E quando por culpa de alguma houver demóra, soffrerá ella a multa de que trata a condição 15.^a

10.^a A tarifa das passagens e fretes será organizada de accôrdo e com approvação do Governo, de modo que em relação á tarifa da extincta companhia do Alto Paraguay haja redução de 25. % pelo menos quanto aos preços das passagens e fretes dos artigos de importação, e de 50 % nos fretes de cargas aguas abaixo. Fica estabelecido que as passagens e fretes por conta do Estado gozarão do abatimento de 10 % nos preços fixados naquella tarifa.

11.^a A empresa fará transportar gratuitamente as malas do correio, obrigando-se a fazel-as conduzir de terra para bordo e vice-versa, ou a entregal-as aos agentes do correio devidamente autorizados para receber-as. Os commandantes passarão e exigirão recibos das malas que entregarem e receberem. O Governo Imperial terá direito de embarcar nos vapores da empresa, livre das despesas de passagem e comedoria, em lugar distincto e com as precisas accommodações, um empregado do correio, que incumbir-se-ha das respectivas malas. Em tal caso, os commandantes fornecerão escaler para o embarque e desembarque das malas, mas não serão por ellas responsaveis.

12.^a A empresa fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros que se remetterem do Thesouro, tanto ás Thesourarias das Provincias, como á legação e consulado em Montevideo e vice-versa. Estas remessas serão encaixotadas na fórma das Instrucções do Thesouro de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores, sem obrigação de procederem elles á contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque, segundo os es-

tylos commerciaes. Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

13.^a A empresa obriga-se a transportar gratuitamente:

§ 1.^o De Montevidéo a qualquer porto da escala até Corumbá em cada viagem aguas acima, 30 emigrantes quér expedidos pelo Governo quér pela mesma empresa.

§ 2.^o De Corumbá a Montevidéo durante o prazo de dous annos, todas as cargas de producção da lavoura da Provincia que couberem em seus vapores.

14.^a A empresa fica sujeita ás multas seguintes:

§ 1.^o De quantia igual á subvenção respectiva, se não effectuar alguma das viagens estipuladas.

§ 2.^o De 1:000\$000 a 4:000\$000, além da perda da subvenção respectiva, se a viagem, depois de encetada, fôr interrompida.

Sendo a interrupção por força maior não terá lugar a multa, e a empresa perceberá a quota da subvenção, correspondente ao numero de milhas que o vapor houver percorrido.

§ 3.^o De 500\$000 de cada prazo de 12 horas que exceder ao marcado, tanto para a partida como para a chegada dos vapores no porto de Montevidéo.

§ 4.^o De 100\$000 a 500\$000 pela demora que houver na entrega e recebimento das malas do correio, no extravio ou máo acondicionamento a bordo, ou pelo facto de incumbir-se o commandante ou qualquer empregado de bordo do transporte da correspondencia fóra das ditas malas e sem estar devidamente franqueada com os sellos do correio.

15.^a A parte que occasionar em qualquer porto demora maior que a designada na tabella pagará á outra a multa de 200\$000 por cada prazo completo de tres horas que exceder aos da referida tabella. Ficarão isentos da multa, o Governo, se a demora por elle determinada (a qual será sempre por ordem escripta) fôr causada por sedição, rebelião ou qualquer perturbação da ordem publica; e a empresa, se a demora fôr causada por força maior.

16.^a Em retribuição dos serviços especificados neste contracto a empresa receberá de cada viagem redonda a subvenção de dezoito contos.

17.^a O pagamento da subvenção será feito no Thesouro Nacional em moeda corrente do Imperio, segundo requisição do Ministerio da Agricultura, de quem o Director

Geral dos Correios solicitará o dito pagamento depois de realizada a viagem e deduzidas ou adicionadas as multas em que porventura houver incorrido a empresa, ou a administração.

18.^a A empresa terá a faculdade de cortar lenha nas terras do Estado para o uso de seus vapores.

19.^a No caso de innavegabilidade de algum dos vapores da empresa, poderá ella, mediante prévia licença do Governo, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou em caso de falta absoluta, nas que mais se lhes aproximarem para substituir provisoriamente aquelle.

20.^a A interrupção do serviço contractado por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empresa á indemnização de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do referido serviço durante o tempo de interrupção, e mais a multa de 50 %, das mesmas despesas. No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a interrupção de serviço por mais de tres mezes, salvo o caso de força maior.

21.^a Se por alguma occurrencia extraordinaria e imprevista fôr interrompida a navegação, continuará ou não o serviço na linha ou na parte da linha em que elle fôr possível, segundo accordarem o Governo e a empresa, ficando entendido que poderá o Governo nesta hypothese suspender a subvenção se assim julgar conveniente.

22.^a O Governo Imperial poderá lançar mão dos vapores da empresa para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo, quanto ao preço quér do fretamento, quér da compra, cumprindo, porém, que ella no ultimo caso, os substitua por outros nas condições exigidas, e dentro do prazo de 12 mezes.

23.^a No caso de declaração de guerra entre o Brasil e qualquer potencia durante o prazo do contracto, o Governo se obriga a indemnizar a empresa do premio do seguro dos seus vapores pelo risco de guerra sómente, ficando a cargo da empresa o seguro pelo risco marítimo.

24.^a As questões que suscitarem-se entre o Governo e a empresa, inclusive as que se derem sobre os preços de fretamento ou compra dos vapores nos termos da clausula 22.^a serão resolvidas por arbitros.

Se as partes contractantes não accordarem n'um mes-

mo arbitro, cada uma nomeará o seu e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro, cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado e entre estes decidirá a sorte.

25.^a Os casos de força maior serão justificados perante o Governô, que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

26.^a A empresa terá sua séde no Rio de Janeiro, onde serão tratadas e decididas todas as questões entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares.

27.^a A empresa obriga-se a entrar para o Thesouro Nacional com a porcentagem proporcional á sua subvenção que fór marcada pelo Ministerio da Agricultura, para o pagamento de um inspector geral, se o Governo Imperial deliberar-se a crear esta commissão, sob a seguinte base :

Decretada a despeza a fazer com essa inspecção, sua importancia será dividida em quotas correspondentes aos contos de réis que o Estado pagar, de subvenção ás empresas de navegação, e cada uma destas concorrerá na proporção respectiva.

Fica estabelecido que o maximo da porcentagem não excederá de $1\frac{1}{2}\%$ da subvenção.

28.^a O presente contracto terá vigor durante o prazo de cinco annos contados do dia em que começar o serviço da navegação, ficando estipulado que valerá por mais cinco annos, se 60 dias pelo menos, antes de findar aquelle primeiro periodo, o Governo Imperial não intimar a empresa a resolução de dal-o por findo.

Em todo caso, quando o Governo resolva contractar novamente o serviço da navegação, a empresa terá preferencia para continual-o em igualdade de circumstancias.

29.^a Antes da assignatura do contracto, a empresa depositará no Thesouro Nacional quantia igual a 10 % da subvenção annual. Se findo o prazo fixado para começo do serviço, conforme a condição 4.^a, não estiverem no porto de Montevidéo os vapores necessarios, reverterá para o Estado a importancia do deposito, ficando o contracto rescindido sem mais formalidade. Começado o serviço dentro do prazo estipulado será o deposito levantado pela empresa.

30.^a A empresa não terá direito a exigir do Governo algum outro favor ou isenção, além dos designados nestas clausulas.

31.ª Os effeitos desté contracto fiação dependentes de sua approvação pelo Governo Imperial.

Directoria Geral dos Correios, 3 de Junho de 1870.— O Director geral, *Luiz Plinio de Oliveira*.— *Conceição & Comp.*— Como testemunhas, *José Tertuliano Monteiro de Mendonça*, *José Ricardo de Andrade*.

A cautela n. 52, assignada pelo Thesoureiro Geral, mostra que os emprezarios depositarão no Thesouro em 31 do mez findo a quantia de 21:600\$000 em seis letras do Thesouro, sendo uma de 20:000\$000, sob n. 451, duas de 500\$000 sob ns. 4160 e 4161, tres de 200\$000 emittidas na mesma data a prazo de seis mezes.

Rio, 3 de Junho de 1870.—*Plinio de Oliveira*.

DECRETO N. 4536 — DE 7 DE JUNHO DE 1870.

Approva o contracto celebrado com Estevão Busk & Comp., representantes da companhia Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation para o serviço da navegação a vapor do Rio de Janeiro a Montevideo.

Hei por bem Approvar o contracto que com este baixa, celebrado entre a Directoria Geral dos Correios do Imperio e Estevão Busk & Comp., representantes da companhia Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation em 1 do corrente, para o serviço da navegação a vapor do Rio de Janeiro a Montevideo.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Contracto que entre si celebrão o Director Geral dos Correios e Estevão Busk & Comp., representantes da companhia Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation para o serviço da navegação costeira a vapor na linha do sul até Montevidéo.

1.^a Os vapores destinados ao serviço desta linha serão inteiramente novos e construidos com os melhoramentos ultimamente adoptados nos paquetes de 1.^a classe, com accomodações bem arejadas para mais de 50 passageiros de ré, e espaço sufficiente debaixo de coberta para 200 passageiros de convés, com capacidade para receberem 400 toneladas de carga, lotação de 600 a 800 toneladas inglezas, calado não excedente a nove pés com carregamento completo, e marcha nunca inferior a 10 milhas por hora.

Estas condições serão verificadas antes da aceitação dos vapores por uma commissão nomeada pelo Governo Imperial.

2.^a Os vapores serão nacionalizados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes; o que os não isentará dos regulamentos policiaes e da alfandega.

3.^a Os vapores deverão ter a bordo os sobresalentes, aprestos, material, objectos de serviço dos passageiros e numero de officiaes, machinistas, foguistas e individuos de equipagem que forem marcados no acto do recebimento dos vapores pelo Governo, que fiscalizará a fiel observancia desta clausula.

4.^a O serviço começará dentro do prazo de 12 mezes, contados da promulgação do Decreto que approvar este contracto, salvo o caso de força maior; ou antes desse prazo, se a empresa conseguir habilitar-se para isso, precedendo, neste caso, aviso prévio de tres mezes ao Governo.

5.^a As viagens serão duas mensalmente, ambas do Rio de Janeiro até Montevidéo, com escala, tanto na ida como na volta, a 1.^a pelos portos de Paranaguá, capital de Santa Catharina e cidade do Rio Grande do Sul, a 2.^a pelos portos da capital de Santa Catharina e cidade do Rio Grande.

O transporte das malas do Correio e dos passageiros

315127 THEATRO CAMARA
TADOS

ros com suas bagagens entre as cidades do Rio Grande e de Porto Alegre, será feito por vapores especiaes á custa da empresa.

6.^a Cada viagem redonda, sem a escala de Paranaguá, não excederá a 19 dias, nem a 22 quando os vapores tocarem naquelle porto, conforme está disposto na condição antecedente.

7.^a Os dias e horas da partida e chegada e o tempo da demora em cada porto das escalas serão fixados em uma tabella organizada pelo Director Geral dos Correios, de accôrdo com a empresa, e approvada pelo Ministerio da Agricultura.

Esta tabella será revista sempre que o Governo, de accôrdo com a empresa, entender conveniente. Os prazos de demora serão contados por horas uteis, de sol a sol, do momento em que os vapores fundearem, ainda que seja em domingo ou dia feriado.

8.^a As alfandegas dos portos em que os vapores têm de tocar expedirão os despachos necessarios para se proceder ao desembarque ou embarque da carga, ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar com preferencia á descarga ou carga de qualquer embarcação, e sem embargo de domingos ou dias feriados; admittindo por conseguinte a despachos anticipados a carga e as encomendas, que porventura tenham de ser transportadas pelos vapores da empresa. Os Presidentes das Provincias dentro das suas faculdades lhes prestarão a protecção e o auxilio de que por qualquer motivo necessitarem para a continuação de sua viagem dentro do devido tempo, e em cumprimento do contracto com o Governo Imperial, pagas pela empresa todas as despesas nos casos em que ellas tiverem lugar.

9.^a As Repartições do Correio deverão ter as suas malas sempre promptas a tempo de não retardarem a viagem dos vapores além da hora marcada para a sahida. E quando por culpa de alguma houver demora, soffrerá ella a multa de que trata a condição 14.^a

10.^a A tarifa das passagens e fretes será organizada de accôrdo e com approvação do Governo, ficando desde já estabelecido que as passagens e fretes por conta do Estado gozarão do abatimento de 10 % nos preços fixados na dita tarifa.

11.^a A empresa fará transportar gratuitamente as malas do Correio, obrigando-se a fazel-as conduzir de terra para bordo e vice-versa, ou a entregal-as aos agentes do Correio devidamente autorizados para recebêl-as.

Os commandantes passarão e exigirão recibos das malas que entregarem e receberem.

O Governo Imperial terá direito de embarcar nos vapores da empresa, livre das despesas de passagem e comediação, em lugar distincto e com as precisas accomodações, um empregado do Correio, que incumbir-se-ha das respectivas malas. Em tal caso, os commandantes fornecerão escalas para o embarque e desembarque das malas, mas não serão por ellas responsaveis.

12.^a A empresa fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros que se remetterem do Thesouro, tanto ás Thesourarias das Provincias, como á legação e consulado em Montevideó e vice-versa. Estas remessas serão encaixotadas na fórma das Instrucções do Thesouro de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores, sem obrigação de procederem elles á contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque, segundo os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

13.^a A empresa fica sujeita ás multas seguintes :

§ 1.^o De quantia igual á subvenção respectiva, se não effectuar alguma das viagens estipuladas.

§ 2.^o De 1:000\$000 a 4:000\$000, além da perda da subvenção respectiva, se a viagem, depois de encetada, fôr interrompida.

Sendo a interrupção por força maior não terá lugar a multa, e a empresa perceberá a quota da subvenção correspondente ao numero de milhas que o vapor houver percorrido.

§ 3.^o De 500\$000 de cada prazo de doze horas que exceder ao marcado, tanto para a partida como para a chegada dos vapores no porto do Rio de Janeiro.

§ 4.^o De 200\$000 de cada hora que anticipar a sahida de seus vapores nos portos de escala, salvo quando a sahida fôr determinada pela necessidade de aproveitar a maré, e o Presidente da Provincia, isto reconhecendo, autorizar a sahida anticipada por ordem escripta.

§ 5.^o De 100\$000 a 500\$000 pela demora que houver na entrega e recebimento das malas do Correio, no extravio ou má acondicionamento a bordo, ou pelo facto de incumbir-se o commandante ou qualquer empregado de bordo do transporte da correspondencia fóra

das ditas malas e sem estar devidamente franqueada com os sellos do Correio.

14.ª A parte que occasionar em qualquer porto demora maior que a designada na tabella pagará á outra a multa de 200\$000 por cada prazo completo de tres horas que exceder aos da referida tabella.

Ficaráo isentos da multa, o Governo, se a demora por elle determinada (a qual será sempre por ordem escripta) fór causada por sedição, rebelião ou qualquer perturbação da ordem publica; e a empreza, se a demora fór causada por força maior.

15.ª Em retribuição dos serviços especificados neste contracto a empreza receberá de cada viagem redonda a subvenção de 10:000\$000.

16.ª O pagamento da subvenção será feito no Thesouro Nacional, em moeda corrente do Imperio, segundo requisição do Ministerio da Agricultura, de quem o Director Geral dos Correios, solicitará o dito pagamento depois de realizada a viagem e deduzidas ou addicionadas as multas em que porventura houver incorrido a empreza ou a administração.

17.ª No caso de innavegabilidade de algum dos vapores da empreza, poderá ella, mediante prévia licença do Governo, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou em caso de falta absoluta, nas que mais se lhes aproximarem para substituir provisoriamente aquelle.

18.ª A interrupção do serviço contractado por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empreza á indemnização de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do referido serviço durante o tempo de interrupção, e mais a multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empreza pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a interrupção de serviço por mais de tres mezes, salvo o caso de força maior.

19.ª O Governo poderá lançar mão dos vapores da empreza para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo, quanto ao preço, quér de fretamento quér da compra, cumprindo porém, que ella, no ultimo caso, os substitua por outros nas condições exigidas, e dentro do prazo de doze mezes.

20.ª No caso de declaração de guerra entre o Brasil e qualquer potencia durante o prazo do contracto, o Go-

vêrno se obriga a indemnizar a empresa do premio do seguro dos seus vapores pelo risco de guerra somente, ficando a cargo da empresa o seguro pelo risco marítimo.

21.^a As questões que suscitarem-se entre o Governo e a empresa, inclusive as que se derem sobre os preços de fretamento ou compra dos vapores nos termos da clausula 19.^a serão resolvidas por arbitros. Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, e entre estes decidirá a sorte.

22.^a Os casos de força maior serão justificados perante o Governo, que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

23.^a A empresa se obriga a ter nesta Côrte um representante com plenos poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes, ficando entendido que quantas surgirem entre ella e o Governo, ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil.

24.^a A empresa obriga-se a entrar para o Thesouro Nacional, com a percentagem proporcional à sua subvenção que fór marcada pelo Ministerio da Agricultura para pagamento de um inspector geral, se o Governo Imperial deliberar-se a crear esta commissão, sob a seguinte base:

Decretada a despesa a fazer com essa inspecção, sua importancia será dividida em quotas correspondentes aos contos de réis que o Estado pagar de subvenção às empresas de navegação, e cada uma destas concorrerá na proporção respectiva.

Fica estabelecido que o maximo da percentagem não excederá de 1/2 % da subvenção.

25.^a O presente contracto terá vigor durante o prazo de cinco annos contados do dia em que começar o serviço da navegação, ficando estipulado que valerá por mais cinco annos, se 90 dias pelo menos, antes de findar aquelle primeiro periodo, o Governo Imperial ou a empresa não manifestar a resolução de dal-o por findo.

Em todo o caso quando o Governo resolve contractar novamente o serviço da navegação, a empresa terá preferencia para continual-o em igualdade de circumstancias.

26.^a Antes da assignatura do contracto, a empresa depositará no Thesouro Nacional quantia igual a 10 % da subvenção annual. Se, findo o prazo fixado para começo do serviço, conforme a condição 4.^a não estiverem no porto do Rio de Janeiro ou de Montevidéo os vapores necessários, reverterá para o Estado a importancia do deposito, ficando o contracto rescindido sem mais formalidade. Começado o serviço dentro do prazo estipulado, será o deposito levantado pela empresa.

27.^a A empresa não terá direito a exigir do governo algum outro favor ou isenção, além dos designados nestas clausulas.

28.^a Os effeitos deste contracto ficão dependentes de sua approvação pelo Governo Imperial.

Directoria Geral dos Correios, em 1.^o de Junho de 1870.
—O Director Geral, *Luiz Plinio de Oliveira*.—*Estevão Busk & Comp.*—Como testemunhas, *José Ricardo de Andrade*, *José Tertuliano Monteiro de Mendonça*.

A cautela n. 53 assignada pelo Thesoureiro Geral, mostra que os emprezarios depositarão no Thesouro nesta data 24 apolices da divida publica de ns. 190479 a 190502, do valor nominal de 1:000\$000.

Rio, 1.^o de Junho de 1870.—*Plinio de Oliveira*.

DECRETO N. 4537—DE 7 DE JUNHO DE 1870.

Approva o contracto celebrado com J. M. Carrere & W. R. Garrison para o serviço da navegação a vapor do Rio de Janeiro ao Pará.

Hei por bem Approvar o contracto que com este baixa, celebrado entre a Directoria Geral dos Correios do Imperio e J. M. Carrere & W. R. Garrison em 31 do mez findo, para o serviço da navegação a vapor na linha costeira do Rio de Janeiro ao Pará.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Contracto que celebrão entre si o Director Geral dos Correios e J. M. Carrere & W. R. Garrison para o serviço da navegação costeira na linha do Norte.

1.^a Os vapores destinados ao serviço desta linha serão inteiramente novos e construidos com os melhoramentos ultimamente adoptados nos paquetes de 1.^a classe, com accomodações bem arejadas para 100 passageiros á ré, espaço sufficiente debaixo da coberta para 400 passageiros de convez, com capacidade para receberem 400 a 600 toneladas de carga, lotação de 1.200 toneladas inglezas e marcha nunca inferior a 11 milhas por hora.

Estas condições serão verificadas antes da aceitação dos vapores por uma commissão nomeada pelo Governo Imperial.

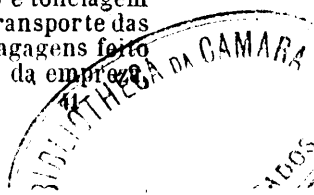
2.^a Os vapores serão nacionalizados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matrícula, gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes; o que os não isentará dos regulamentos policiaes e da alfandega.

3.^a Os vapores deverão ter a bordo os sobresalentes, aprestos, material, objectos de serviço dos passageiros e numero de officiaes machinistas, foguistas e individuos de equipagem que forem marcados no acto do recebimento dos vapores pelo Governo, que fiscalizará a fiel observancia desta clausula.

4.^a O serviço começará dentro do prazo de 12 mezes, contados da promulgação do Decreto que approvar este contracto, salvo o caso de força maior; ou antes desse prazo se a empresa conseguir habilitar-se para isso, precedendo, neste caso, aviso prévio de tres mezes ao Governo.

5.^a As viagens serão duas mensalmente, partindo os vapores do Rio de Janeiro até a capital do Pará, com escala, tanto na ida como na volta, pelos portos das capitães da Bahia, Maceió, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Os vapores ficarão isentos da obrigação de entrada nos portos da Parahyba e Rio Grande do Norte, sempre que não fôr isto praticavel, por falta d'agua e pela construcção e tonelagem dos mesmos vapores, sendo neste caso o transporte das malas e passageiros com as respectivas bagagens feito em escaleres ou vapores apropriados á custa da empresa.

PART E II.



desde o lugar onde se der fundo, que será o mais aproximado possível dos referidos portos, até o desembarque e vice-versa. Quando realizar-se esta hypothese os prazos de demora serão contados do momento em que chegarem aos portos os escaleres ou vapores especiaes com as malas do Correio.

6.^a Cada viagem redonda não excederá de 32 dias. Preenchida esta condição não será obrigatoria a velocidade exigida na condição 1.^a

7.^a Os dias e horas da partida e chegada e o tempo da demora em cada porto das escalas serão fixados em uma tabella organizada pelo Director Geral dos Correios, de accôrdo com a empresa, e approvada pelo Ministerio da Agricultura. Esta tabella será revista sempre que o Governo, de accôrdo com a empresa, entender conveniente. Os prazos de demora serão contados por horas uteis, de sol a sol, do momento em que os vapores fundearem, ainda que seja em domingo ou dia feriado.

8.^a As alfandegas dos portos em que os vapores têm de tocar expedirão os despachos necessarios para se proceder ao desembarque ou embarque da carga, ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar, com preferencia a descarga ou carga de qualquer embarcação, e sem embargo de domingos ou dias feriados; admittindo por conseguinte a despachos anticipados a carga e as encomendas que porventura tenham de ser transportadas pelos vapores da empresa. Os Presidentes das Provincias dentro das suas faculdades lhes prestarão a protecção e o auxilio de que por qualquer motivo necessitarem para continuação de sua viagem dentro do devido tempo, e em cumprimento do contracto com o Governo Imperial, pagas pela empresa todas as despesas nos casos em que ellas tiverem lugar.

9.^a As Repartições do Correio deverão ter as suas malas sempre promptas a tempo de não retardarem a viagem dos vapores além da hora marcada para sahida. E quando por culpa de alguma houver demora, soffrerá ella a multa de que trata a condição 14.^a

10.^a A tarifa das passagens e fretes será organizada de accôrdo e com approvação do Governo, ficando desde já estabelecido que as passagens e fretes por conta do Estado gozarão do abatimento de 10 % nos preços fixados na dita tarifa.

11.^a A empresa fará transportar gratuitamente as malas do Correio, obrigando-se a fazel-as conduzir de terra para bordo e vice-versa, ou a entregal-as aos

agentes do Correio devidamente autorizados para recebê-las.

Os commandantes passarão e exigirão recibo das malas que entregarem ou receberem.

O Governo Imperial terá direito de embarcar nos vapores da empresa, livre das despesas de passagem e comedoria, em lugar distincto e com as precisas accomodações, um empregado do Correio, que incumbir-se-ha das respectivas malas. Em tal caso, os commandantes fornecerão escaler para o embarque e desembarque das malas, mas não serão por ellas responsaveis.

12.^a A empresa fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros que se remetterem do Thesouro às Thesourarias das Províncias e vice-versa. Estas remessas serão encaixotadas na forma das Instrucções do Thesouro de 4 de Setembro de 1863, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores, sem obrigação de procederem elles à contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque segundo os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

13.^a A empresa fica sujeita ás multas seguintes :

§ 1.^o De quantia igual á subvenção respectiva, se não effectuar alguma das viagens estipuladas.

§ 2.^o De 1:000\$000 a 4:000\$000, além da perda da subvenção respectiva, se a viagem, depois de encetada, fôr interrompida.

Sendo a interrupção por força maior não terá lugar a multa, e a empresa perceberá a quota da subvenção correspondente ao numero de milhas que o vapor houver percorrido.

§ 3.^o De 500\$000 de cada prazo de 12 horas que exceder ao marcado, tanto para a partida como para a chegada dos vapores no porto do Rio de Janeiro.

§ 4.^o De 200\$000 de cada hora que anticipar a sahida de seus vapores nos portos de escala, salvo quando a sahida fôr determinada pela necessidade de aproveitar a maré, e o Presidente da Provincia isto reconhecendo autorizar a sahida anticipada por ordem escripta.

§ 5.^o De 100\$000 a 500\$000 pela demora que houver na entrega e recebimento das malas do Correio, no extravio ou máo acondicionamento a bordo, ou pelo facto de incumbir-se o commandante ou qualquer empregado de bordo do transporte da correspondencia fóra das di-

tas malas e sem estar devidamente franqueada com os sellos do Correio.

14.ª A parte que occasionar em qualquer porto demora maior que a designada na tabella pagará á outra a multa de 200\$000 por cada prazo completo de tres horas que exceder aos da referida tabella.

Ficarão isentos da multa, o Governo, se a demora por elle determinada (a qual será sempre por ordem escripta) fôr causada por sedição, rebellião ou qualquer perturbação da ordem publica; e a empresa, se a demora fôr causada por força maior.

15.ª Em retribuição dos serviços especificados neste contracto a empresa receberá de cada viagem redonda a subvenção de 26:000\$000, vinte seis contos de réis.

16.ª O pagamento da subvenção será feito no Thesouro Nacional em moeda corrente do Imperio, segundo requisição do Ministerio da Agricultura, de quem o Director Geral dos Correios solicitará o dito pagamento depois de realizada a viagem e deduzidas ou addicionadas as multas em que porventura houver incorrido a empresa, ou a administração.

17.ª No caso de innavegabilidade de algum dos vapores da empresa poderá ella, mediante prévia licença do governo, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou, em caso de falta absoluta, nas que mais se lhes aproximarem para substituir provisoriamente aquelle.

18.ª A interrupção do serviço contractado por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior sujeitará a empresa á indemnização de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do referido serviço durante o tempo de interrupção e mais a multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de 3 mezes, salvo o caso de força maior.

19.ª O Governo Imperial poderá lançar mão dos vapores da empresa para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo quanto ao preço quér do fretamento, quér da compra, cumprindo porém, que ella, no ultimo caso, os substitua por outros nas condições exigidas, e dentro do prazo de 12 mezes.

20.ª No caso de declaração de guerra entre o Brasil e qualquer potencia durante o prazo do contracto, o

Governo se obriga a indemnizar a empresa do premio do seguro dos seus vapores pelo risco de guerra sómente, ficando a cargo da empresa o seguro pelo risco marítimo.

21.^a As questões que suscitarrem-se entre o Governo e a empresa, inclusive as que se derem sobre os preços de fretamento ou compra dos vapores nos termos da clausula 19.^a serão resolvidas por arbitros. Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, e entre estes decidirá a sorte.

22.^a Os casos de força maior serão justificados perante o Governo que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

23.^a A empresa terá sua séde no Rio de Janeiro, onde serão tratadas e decididas todas as questões entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares.

24.^a A empresa obriga-se a entrar para o Thesouro Nacional com a porcentagem proporcional á sua subvenção que fôr marcada pelo Ministerio da Agricultura, para o pagamento de um inspector geral, se o Governo Imperial deliberar-se a crear esta commissão, sob a seguinte base:

Decretada a despesa a fazer com essa inspecção, sua importancia será dividida em quotas correspondentes aos contos de réis que o Estado pagar de subvenção ás empresas de navegação, e cada uma destas concorrerá na proporção respectiva.

Fica estabelecido que o maximo da porcentagem não excederá de $1/2\%$ da subvenção.

25.^a O presente contracto terá vigor durante o prazo de cinco annos contados do dia em que começar o serviço da navegação, ficando estipulado que valerá por mais cinco annos, se 60 dias pelo menos antes de findar aquelle primeiro periodo o Governo Imperial não intimar á empresa a resolução de dal-o por findo.

Em todo o caso quando o Governo resolve contractar novamente o serviço da navegação, a empresa terá preferencia para continual-o em igualdade de circumstancias.

26.^a Antes da assignatura do contracto, a empresa depositará no Thesouro Nacional quantia igual a 10% da subvenção annual. Se, findo o prazo fixado para o começo do serviço, conforme a condição 4.^a, não estiverem no porto do Rio de Janeiro os vapores necessarios,

reverterá para o Estado a importancia do deposito, ficando o contracto rescindido sem mais formalidade. Começado o serviço dentro do prazo estipulado, será o deposito levantado pela empresa.

27.^a A empresa não terá direito a exigir do Governo algum outro favor ou isenção além das designadas nestas clausulas.

28.^a Os effeitos deste contracto ficão dependentes de sua approvação pelo Governo Imperial.

Directoria Geral dos Correios, 31 de Maio de 1870. — O director Geral, *Luiz Plinio de Oliveira*. — *J. M. Carriere*, por si e como procurador de W. R. Garrison. — Como testemunhas, *José Tertuliano Monteiro de Mendonça*, *José Ricardo de Andrade*.

A cautela n. 51 assignada pelo Thesoureiro Geral mostra que os emprezarios depositarão no Thesouro nesta data 63 apolices da divida publica do valor nominal de 1:000\$000.

Rio, 31 de Maio de 1870. — *Plinio de Oliveira*.

DECRETO N. 1538—DE 11 DE JUNHO DE 1870.

Autoriza o augmento do capital da companhia de illuminação a gaz do Maranhão.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia de illuminação a gaz do Maranhão devidamente representada e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em Consulta de 7 do mez passado: Hei por bem Conceder-lhe permissão para elevar o respectivo capital de 400:000\$ a 550:000\$, ficando de nenhum effeito o Decreto n. 3563 de 16 de Dezembro de 1865.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4539 — DE 11 DE JUNHO DE 1870.

Approva a substituição dos arts. 2.º e 10 dos estatutos da companhia de seguros marítimos e terrestres Fidelidade, estabelecida na capital do Imperio, e autoriza a mesma companhia a organizar uma sociedade de seguro mutuo sobre a vida e a contractar a instituição de heranças, dotes e pensões.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de seguros marítimos e terrestres Fidelidade, estabelecida na capital do Imperio e devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução do 1.º do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mez anterior, Hei por bem approvar a substituição dos arts. 2.º e 10 dos estatutos que acompanharão os Decretos n.ºs 2958 e 2963 de 4 e 25 de Agosto de 1862 e autorizar a citada companhia a organizar uma sociedade de seguro mutuo sobre a vida e a contractar a instituição de heranças, dotes e pensões, sob as bases, que com este baixão, acompanhadas das modificações constantes da referida consulta.

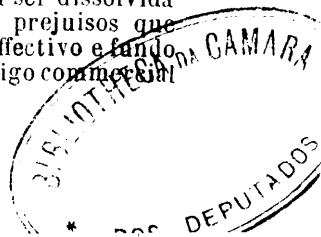
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Junho de mil oitocentos e setenta e quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Disposições, a que se refere o Decreto n.º 4539 desta data substitutivas dos arts. 2.º e 10 dos estatutos da companhia de seguros marítimos e terrestres Fidelidade.

Art. 2.º A companhia durará por espaço de cincoenta annos contados desta data e só poderá ser dissolvida antes desse tempo, se houver soffrido prejuizos que absorvão mais de um terço do capital effectivo e fundo de reserva, ou nos casos do art. 295 do codigo commercio e mais leis do Imperio.



Paragrapho unico. O prazo de sua duração poderá ser prorogado por deliberação da assemblêa geral dos accionistas para esse fim expressamente convocada, mediante a approvação do Governo Imperial.

Art. 10. Dos lucros verificados nos balanços semestrais deduzir-se-hão 15 % para commissão aos membros do conselho director e 10 % para fundo de reserva.

§ 1.º O restante será distribuido a titulo de dividendo em Janeiro e Julho de cada anno.

§ 2.º O premio do dinheiro e os dividendos dos titulos, com que os accionistas tiverem feito suas entradas, não fazem parte dos lucros e lhes serão entregues.

Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Junho de 1870.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Modificações, feitas nas bases da sociedade de seguro mutuo sobre a vida e outras operações permittidas á companhia de seguros marítimos e terrestres Fidelidade, a que se refere o Decreto n.º 4539 desta data.

1.ª A companhia Fidelidade não poderá iniciar as novas operações, que se propõe effectuar, em quanto não duplicar o fundo social ou pelo menos o realizado, devendo verificar-se a entrada da nova quota equivalente á differença entre a quantia fixada nos estatutos actuaes e a prescripta nesta modificação, logo que o valor dos encargos provenientes dos contractos de heranças, dotes e pensões seja de 100:000\$000.

2.ª Supprima-se o paragrapho unico do art. 5.º do appendice aos estatutos da companhia.

3.ª No § 2.º do art. 23 do mesmo appendice acrescente-se—podendo a parte que se sentir prejudicada recorrer ás justças do paiz para convencer a companhia da veracidade dos documentos ou informações exigidas para a celebração do contracto.

Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Junho de 1870.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Projecto de appendice aos estatutos da companhia Fidelidade.

TITULO I.

CAPITULO I.

Art. 1.º Além das operações designadas no cap. 2.º arts. 3.º, 4.º e 5.º dos seus estatutos, a companhia—Fidelidade—do Rio de Janeiro, poderá contractar a instituição de pensões, dotes e heranças.

Paragrapho unico. Estas operações serão reguladas segundo as idades, condições physicas, costumes, profissões e permanencia de residencia dos instituidores e instituidos, de accôrdo com a tabella de Montferrand, adoptada pela companhia; e por entradas feitas annualmente, ou por uma só vez.

CAPITULO II.

HERANÇAS.

Art. 2.º Qualquer individuo civilmente capaz de contractar poderá instituir uma ou mais heranças, a favor de uma ou mais pessoas determinadas ou indeterminadas, com tanto que a totalidade das heranças não exceda a 40:000\$000.

Art. 3.º O instituidor poderá designar na apolice, por meio de endosso, por elle datado e assignado e reconhecido por tabellião, o herdeiro ou herdeiros da herança instituida, assim como a proporção da partilha.

Paragrapho unico. O endosso não sortirá effeito se não houver sido apresentado a registro na companhia pelo instituidor ou por seu procurador.

Art. 4.º O instituidor pôde tambem dispôr por testamento da herança instituida, sem necessidade de endosso; mas, havendo endosso, este prevalece sobre a disposição testamentaria.

Art. 5.º Se o instituidor fallecer sem dispôr da herança instituida, por qualquer dos dous modos mencionados nos arts. 3.º e 4.º, passará esta aos herdeiros necessarios, e, não os havendo, reverterá metade a favor da companhia e metade a favor dos irmãos legitimos do instituidor ou filhos legitimos dos que hajão morrido, de fôrma que a todos os filhos de cada um dos irmãos fallecidos não caberá mais do que a seu progenitor caberia.

Paragrapho unico. Na falta de irmãos ou sobrinhos legitimos reverterá esta metade a favor de dous Estabelecimentos de Caridade designados pela Directoria.

Art. 6.º Tambem poderá qualquer individuo instituir uma herança a favor de determinadas pessoas inserindo no contracto o nome destas. (art. 2.º)

Paragrapho unico. Para cada instituido se lavrará uma apolice ou contracto.

Art. 7.º A herança será entregue ao instituido, fallecendo antes delle o instituidor.

Art. 8.º Se algum, alguns, ou todos os instituidos fallecerem antes do instituidor, cessão os effeitos do contracto, na parte relativa a cada um dos fallecidos, sem restituição de premios, annuidades ou entradas unicas.

CAPITULO III.

DOTES.

Art. 9.º Qualquer individuo poderá instituir para si, ou para pessoas designadas, um dote a vencer em dia prefixo

Paragrapho unico. Para cada dotado se lavrará uma apolice.

Art. 10. Se o instituidor fallecer antes de haver completado as entradas, e estas se não perfizerem na fôrma do art. 19, terá o dotado sómente direito a receber, na época do vencimento do dote, a somma das entradas realizadas.

Art. 11. Se o dotado fallecer antes do vencimento do dote, cessão os effeitos do contracto, sem restituição de premios, annuidados ou entradas unicas.

Art. 12. A companhia não contractará instituição de dotes superiores a 40:000\$000 cada um.

CAPITULO IV.

PENSÕES.

Art. 13. A companhia contractará *pensões de data fixa, e—pensões por caso de morte.*

§ 1.º São *pensões de data fixa* aquellas que o instituido começa a receber desde um dia determinado, até o do seu fallecimento.

§ 2.º São *pensões por caso de morte* as que o instituido começa a receber desde o dia do fallecimento do instituidor, até o do pensionista.

Art. 14. Qualquer individuo poderá instituir para si ou para pessoa ou pessoas designadas no contracto, uma pensão de data fixa, que não exceda a 4:800\$000 annuaes para cada instituido.

Art. 15. Se o instituidor fallecer antes de haver completado as entradas, e estas se não perfizerem na fórma do art. 19, terá o instituido sómente direito a receber por uma só vez, e na época em que teria de começar a pensão, as sommas realizadas pelo instituidor.

Art. 16. Qualquer individuo poderá instituir para uma ou mais pessoas designadas no contracto, pensão ou *pensões por caso de morte*, cuja importancia não exceda a 4:800\$000 para um só pensionista, ou 3:600\$000 para todos.

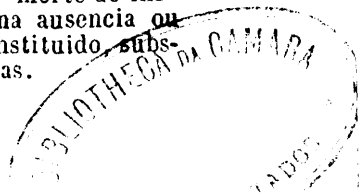
Art. 17. As *pensões* serão pagas por trimestres vencidos.

Art. 18. Em ambas as especies de *pensões*, fallecendo o instituido antes do instituidor, cessão todos os effeitos do contracto, sem restituição de premios, annuidades ou entradas unicas.

CAPITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 19. Qualquer pessoa pôde, por morte do instituidor, ou com consentimento, ou na ausencia ou impossibilidade deste, e até o proprio instituido substituir o instituidor para fazer as entradas.



Art. 20. As entradas parciaes das diversas operações podem ser remidas todas, ou as que faltarem, por uma entrada unica.

Art. 21. Qualquer instituidor, quér tenha feito as entradas annualmente, quér por uma só vez, pôde rescindir o contracto no fim de cinco annos, recebendo metade das entradas realizadas, e no fim de dez annos recebendo dous terços.

Art. 22. Os instituidores de heranças ou de pensões por caso de morte devem instruir as suas propostas com certidões de sua idade e da dos instituidos, e com attestados de saude passados pelo seu medico; além de se sujeitarem ao exame de sanidade feito pelo medico da companhia, e de fornecerem por escripto as informações que por esta lhes forem pedidas.

Art. 23. Cessão os effeitos do contracto, sem restituição de premios, annuidades ou entradas unicas:

1.º Por falta de pagamento das entradas nos prazos marcados pela apolice;

2.º Por falsidade dos documentos, ou informações exigidas.

3.º Nos casos dos arts. 8.º, 11, 18, 25 e 26.

Art. 24. Dos lucros verificados da secção que abrange todas estas operações, se deduzirão semestralmente 10 % para fundo de reserva especial, sendo o restante incorporado na conta geral de lucros e perdas da companhia.

Paragrapho unico. Este fundo de reserva, não poderá em caso algum ser applicado a fins estranhos a esta especie de operações.

Art. 25. O suicidio do instituidor da herança ou pensão por caso de morte, faz cessar os effeitos do contracto, sem restituição dos premios, annuidades ou entradas unicas; a assembléa geral dos accionistas poderá, entretanto, neste ponto, resolver por equidade.

Art. 26. Provando-se judicialmente que o instituido concorreu directa ou indirectamente para a morte do instituidor, perderá todo o direito á herança, dote ou pensão, que reverterá para a companhia.

Art. 27. E' expressamente prohibido á directoria dar o motivo da rejeição de qualquer proposta.

TITULO II.

CAPITULO VI.

Art. 28. A companhia de seguros—Fidelidade—do Rio de Janeiro, organizará uma sociedade de seguros mutuos sobre a vida.

Art. 29. A sociedade será regida pelo regulamento annexo a este appendice, depois de approvedo pelo Governo Imperial; e administrada pela Directoria da companhia—Fidelidade—, salva a disposição do art. 295 do Codigo do Commercio.

TITULO III.

CAPITULO VII.

Art. 30. Com o fim de auxiliar e de facilitar aos menos abastados as operações de seguros sobre a vida, a companhia—Fidelidade—, do Rio de Janeiro, creará uma Caixa Depositaria, na qual, tanto os interessados, ou que o pretendão ser, da sociedade mutua, como os da companhia, poderão depositar em parcelas, no correr do anno, as quantias, mais ou menos, com que tenham de entrar como premios ou annuidades, na fórma dos estatutos e regulamento.

Art. 31. A companhia pagará aos depositantes um juro opportunamente estipulado.

Art. 32. O deposito da Caixa Depositaria da companhia—Fidelidade—far-se-ha em conta corrente n'um Banco (art. 9.º dos estatutos).

Art. 33. A Caixa Depositaria da companhia—Fidelidade—poderá emprestar, ao juro do dia, a qualquer possuidor de uma ou mais apolices representando ENTRADAS UNICAS REALIZADAS da sociedade de seguros mutuos sobre a vida, até dous terços do valor de cada apolice; com tanto que elle institua na companhia—Fidelidade—, e na fórma do art. 2.º deste appendice, uma herança equivalente á quantia emprestada.

§ 1.º Em tal caso o endosso de que trata o art. 3.º será immediatamente feito a favor da companhia Fidelidade ».

§ 2.º São dispensados da clausula deste artigo os possuidores de apolices da sociedade mutua que não tenham o risco de perda de capital, na forma do artigo do respectivo regulamento.

§ 3.º Em qualquer dos casos, porém, ficará em caução á companhia — Fidelidade — a apolice da sociedade mutua, sobre que tenha sido feito o emprestimo.

EMENDA.

O art. 25 foi assim alterado pela assemblêa geral que approvou o projecto :

Art. 26. O suicidio do instituidor da herança, ou pensão em caso de morte, faz cessar os effeitos do contracto, com restituição dos premios, annuidades ou entradas unicas do instituido ou instituidos.

Parapho unico. Dado este caso, poderá a assemblêa geral resolver por equidade, quanto á herança ou pensão.

DECRETO N. 4540 — DE 15 DE JUNHO DE 1870.

Faz alterações no Decreto n. 4444 de 29 de Dezembro de 1869 que orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Córte para o exercicio de 1870.

Attendendo ao que representou a Illma. Camara Municipal: Hei por bem Conceder-lhe autorização para, das sobras que se verificarem do excesso de sua receita no corrente exercicio, e da economia nas despesas municipaes, despende a quantia de 45:000\$000 na construção de um edificio destinado ao estabelecimento de uma Escola Municipal de instrução primaria; ficando para esse fim elevada a somma votada no § 8.º do art. 2.º do Decreto n. 4444 de 29 de Dezembro de 1869 para os proprios municipaes.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4541 — DE 20 DE JUNHO DE 1870.

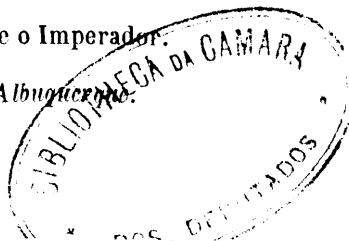
Concede á companhia que os engenheiros André Rebouças e Raymundo Teixeira Belfort Rôxo organizarem, autorização para construir uma doca no local em que se acha a capitania do porto do Maranhão, e concluir o dique das Mercês.

Attendendo ao que Me requererão os engenheiros André Rebouças e Raymundo Teixeira Belfort Rôxo, e de conformidade com o Decreto n. 1746 de 13 de Outubro de 1869, Hei por bem conceder á companhia que incorporarem autorização para construir uma doca no local, em que se acha a capitania do porto do Maranhão, e concluir o dique das Mercês, segundo a planta geral sellada a 10 de Agosto de 1867, e junta á petição inicial dos emprezarios, mediante as clausulas que com este baixão assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



Clausulas a que se refere o Decreto n. 4344 desta data.

1.^a O Governo Imperial concede á companhia, que fôr organizada pelos engenheiros André Rebouças e Raymundo Teixeira Belfort Rôxo, autorisação para construir uma doca no local em que se acha a capitania do porto do Maranhão, e concluir o dique das Mercês, de conformidade com a planta geral sellada a 10 de Agosto de 1867, e junta á petição inicial dos emprezarios.

2.^a A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de dous annos, contados da data da promulgação do decreto de concessão, sob pena de caducar esta sem mais formalidade.

3.^a O fundo capital da companhia será de 2.000:000\$, e não poderá ser augmentado ou diminuido sem authorização do governo.

4.^a O governo concede á companhia o direito de desapropriação, na fórma do decreto n. 1664 de 27 de Outubro de 1855, dos terrenos particulares, predios e melhorias necessarias á construcção da doca, do dique e das suas dependencias. Os terrenos de marinha lhe serão aforados de conformidade com as leis vigentes.

5.^a A companhia será obrigada :

1.^o A construir uma doca pelo typo das melhores de Londres, no local em que está presentemente a capitania do porto do Maranhão, conservando-o com profundidade necessaria á fluctuação, em toda a maré, de navios do calado de cinco metros.

A doca comprehenderá, além do caes com registros de agua para abastecimento dos navios, comportas e todas as outras construcções hydraulicas, telheiros e armazens para deposito das mercadorias ; guindastes para embarcal-as e desembarcal-as ; vias ferreas para o seu transporte dos caes aos armazens, e todo o material usado nas docas tomadas para typo.

2.^o A concluir o dique das Mercês dando-lhe dimensões sufficientes para a reparação de navios que tenham até 80 metros de comprimento, e cinco de calado, e munil-o de todos os mecanismos e utensilios para o seu custeio nas melhores condições.

3.^o A desobstruir os canaes de accesso á doca e ao dique por meio de barcas de excavação de modo que estas construcções possam ser constantemente utilizadas por navios das dimensões e calado declarados nos paragraphos antecedentes.

4.º A construir uma muralha de altura de dous metros e 50 centímetros, armada de defesas, a fim de separar o terreno da dóca e suas dependências dos circumvizinhos, de modo que só se possa entrar nelle pelas portas guardadas por guardas da alfandega. Do lado do mar a dóca será fechada pelo molhe exterior e pela comporta.

6.ª Os armazens da dóca, construidos pela companhia, gozarão de todos os favores e vantagens concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos.

7.ª Antes de principiar o serviço da dóca, a companhia sujeitará á approvação do governo um regulamento para o mesmo serviço, estabelecendo as regras necessarias para a exacta fiscalização e arrecadação das rendas da alfandega.

8.ª A companhia será obrigada a dar no edificio da dóca accomodações para os empregados da alfandega, encarregados de fiscalizar o movimento das mercadorias.

9.ª A companhia fica tambem obrigada a apresentar á approvação do governo, tres mezes antes do começo dos trabalhos, as plantas das construcções que deverão ser executadas.

Se nenhuma modificação fôr indicada pelo governo dentro do prazo de tres mezes, poderá a companhia proceder á execução das obras, conforme as mesmas plantas.

10.ª Organizada a companhia, e approvados seus estatutos, principiarão as obras no prazo de seis mezes contados da approvação das plantas, sob pena de, sem mais formalidades, caducar a concessão.

11.ª Dentro do prazo de cinco annos improrogaveis, a contar da approvação das plantas, fica a companhia obrigada a concluir as obras projectadas, sob pena de caducar esta concessão, salvo caso de força maior, justificada perante o governo, que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

12.ª A companhia terá o direito de perceber :

1.º Pelo serviço de cács da dóca de embarque e desembarque e armazenagem das mercadorias e bagagens, as mesmas taxas actualmente estabelecidas pela companhia da dóca da Alfandega do Rio de Janeiro.

2.º De joia e de estadia dos navios que se utilisarem do dique, nunca mais do que as taxas actualmente percebidas no imperial dique da ilha das Cobras, em virtude da tabella que baixou com o Aviso do Ministerio da Marinha de 27 de Novembro de 1863.

13.^a A companhia terá a faculdade de emittir titulos de garantia ou *warrants* das mercadorias depositadas nos respectivos armazens.

Por titulo emittido cobrará um quarto por cento do valor das mercadorias nelle mencionadas.

A emissão e o uso destes titulos serão feitos de conformidade com os regulamentos do governo.

14.^a A tarifa dos artigos antecedentes se considerará provisoria, e será revista dentro de um anno e depois de cinco em cinco annos pela praça do commercio do Maranhão e approvada pelo governo, não podendo ser modificada de modo a reduzir a renda liquida geral da companhia, senão quando exceder 12 % do capital empregado nas construcções, e no material fixo e rodante da companhia.

15.^a Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros pertencentes ao Estado, as malas do correio, os agentes officiaes do governo, bem como os colonos e suas bagagens.

16.^a Terão livre transito, embarque e desembarque, durante as horas de serviço e expediente, passageiros, que poderão conduzir volumes não excedentes de cento e vinte cinco litros e pesos não maiores de trinta kilogrammos.

17.^a Se o governo entender conveniente effectuar o resgate desta concessão poderá fazel-o em qualquer tempo.

O preço do resgate será regulado de modo que, reduzido a apolices da divida publica, produza uma renda equivalente a 8 % do capital effectivamente empregado. O governo estabelecerá o modo de verificar a importancia deste capital.

Do preço do resgate será deduzido o fundo de amortização que houver de conformidade com a clausula 21.^a

18.^a O governo poderá ter um engenheiro de sua confiança, encarregado da fiscalização das obras da companhia, e até cinco praticantes para estudarem o seu sistema de construcção e de administração.

19.^a Quando não se executar qualquer obra ou serviço nas condições estabelecidas, o governo os mandará fazer á custa da companhia.

20.^a A presente concessão durará 90 annos, contados desta data. Findos elles, passarão para o governo, sem indemnização alguma, todas as construcções, o material fixo e rodante, e bem assim os terrenos occupados pela companhia.

21.^a A companhia deverá formar um fundo de amor-

tização por meio de quotas, deduzidas dos seus lucros líquidos, e calculadas de modo que reproduzão o seu capital no fim dos 90 annos da concessão. A formação deste fundo de amortização principiará o mais tardar, dez annos depois de concluidas as obras.

22.^a A companhia deverá construir um novo edificio para capitania do porto do Maranhão, no valor de vinte contos de réis, no lugar que fôr indicado pelo governo.

23.^a A companhia terá no Maranhão um delegado com plenos poderes para tratar e resolver directa e definitivamente com a presidencia da provincia todas as questões, ficando estipulado que quantas surgirem entre ella e o governo, ou entre ella e os particulares serão decididas no Brasil.

24.^a As questões que se suscitarem entre o governo e a companhia a respeito dos seus direitos e das suas obrigações, e não puderem ser resolvidas de commum accôrdo, serão decididas no Brasil por tres arbitros dos quaes um será de nomeação do governo, outro da companhia, e o terceiro que decidirá definitivamente, escolhido por accôrdo de ambas as partes ou sorteado, offerecendo cada uma dellas o nome de um Conselheiro de Estado.

25.^a Fica entendido que á companhia não se concedem outros favores e isenções além dos mencionados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1870.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4542 — DE 28 DE JUNHO DE 1870.

Modifica as clausulas 18.^a e 23.^a do Decreto n.º 4492 de 23 de Março de 1870.

Attendendo ao que Me requereu o engenheiro André Rebouças, por si e como cessionario de Stephen Busk & Comp., Hei por bem fazer nas clausulas 18.^a e 23.^a do Decreto n.º 4492 de 23 de Março ultimo, as seguintes modificações :

Do preço do resgate, a que se refere a clausula 18.^a, será deduzida a porção do fundo de amortização, que houver na occasião, em que se verificar o mesmo resgate.

A primeira parte da clausula 23.ª fica assim redigida : A companhia poderá ter sua sede no paiz ou fóra d'elle, com tanto que para a decisão dos assumptos relativos á empresa, tenha no Brasil um representante habilitado com os necessarios poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes, ficando entendido que quantas apparecerem entre ella e o governo, ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil de conformidade com a respectiva legislação.

As mencionadas clausulas continuarão a ser observadas na parte em que não interessarem as modificações que lhes dizem respeito.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4542 A — DE 30 DE JUNHO DE 1870.

Reorganiza o serviço de Fazenda nos navios da Armada.

Na conformidade do art. 53 do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio de 1868, Hei por bem reorganizar o serviço de Fazenda nos navios da Armada, pela forma prescripta no Regulamento que com este baixa, assignado pelo Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

Reorganização do serviço de Fazenda nos navios da Armada, de conformidade com a autorização conferida no art. 5.º da Lei n. 1250 de 8 de Julho de 1865.

CAPITULO I.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1.º O presente regulamento substitue o Alvará de 7 de Janeiro de 1797, de conformidade com o disposto no art. 53 do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio de 1868.

Art. 2.º O Official de Fazenda em primeiro lugar, o Commandante, o Immediato e o Official do quarto, são os responsaveis a bordo pelo serviço de Fazenda, no qual comprehendem-se as especies seguintes : *Pedido, Recebimento, Arrecadação, Despeza, Escripturação e Fiscalização.*

CAPITULO II.

PEDIDO.

Art. 3.º O pedido, ou requisição pelo systema estabelecido no art. 67, é uma formalidade indispensavel para que legalmente se dê o fornecimento.

Haverá pedido ordinario, e extraordinario.

§ 1.º E' ordinario o que se fizer pelas tabellas respectivas.

§ 2.º E' extraordinario o que se referir a dinheiro, e a objectos não consignados nas tabellas.

Este ultimo só poderá ser satisfeito depois de justificado pelo commandante da estação, ou do navio, e com autorização do Ministro da Marinha na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias.

Art. 4.º Nos portos estrangeiros, os extraordinarios serão satisfeitos por ordem e responsabilidade do Commandante mais antigo, segundo as instrucções que houver recebido.

Art. 5.º Onde houver mais de um navio de guerra, os pedidos, ordinarios ou extraordinarios, serão dirigidos ao Commandante mais antigo.

Na Côte devem ser apresentados ao Quartel General da Marinha, para que verifique se estão de accôrdo com as disposições do paragrapho seguinte.

Paragrapho unico. O tempo que tenha de durar a commissão do navio, e a natureza dessa commissão, regulão a requisição e fornecimento dos generos, quér se dêem pelas tabellas, quér extraordinariamente.

Art. 6.º Serão depois remettidos á estação competente, á qual incumbe confrontal-os com as tabellas, e satisfazel-os o mais breve possivel.

Art. 7.º Nos portos se balanceará, no fim de cada mez, a receita de mantimentos, a fim de serem organizados os pedidos do mez seguinte, incluindo o numero de rações existentes nos paões, a perfazer 33 dias de fornecimento.

Art. 8.º Os pedidos ordinarios serão apresentados no primeiro dia util de cada mez.

Paragrapho unico. Em bem da fiscalização, os artigos do pedido ordinario deverãõ ser fornecidos de uma só vez; para o que haverá prévia intelligencia entre o Official de Fazenda e o Almoxarifado, de conformidade com a nota que será dada pelo Immediato.

Art. 9.º Não existindo no Almoxarifado todos os artigos constantes do pedido ordinario que houver de ser feito, o Official de Fazenda lançará em pedido separado o que faltar, cumprindo á Intendencia providenciar de modo que o fornecimento se faça sem demora, depois do exame dos peritos de bordo.

§ 1.º Nas commissões urgentes, os artigos serão convenientemente examinados na propria casa do fornecedor, e dahi conduzidos para bordo.

§ 2.º A urgencia das commissões será determinada pelo Ministro da Marinha na Côte, e pela autoridade competente nas Provincias.

Art. 10. Serão incluídos no fornecimento os viveres, ainda prestaveis, de torna viagem, que existirem nos armazens e fizerem parte do pedido.

Art. 11. O calculo dos mantimentos, desprezadas as fracções, será feito pelo Official de Fazenda, revisto pelo Immediato, e na falta deste pelo Commandante.

A revisão competirá ao Escrivão do Almoxarifado, quando dahi proceder o fornecimento.

Art. 12. Será feito por vales o pedido diario de pão e carne.

Estes vales, assignados pelo Official immediato e pelo de Fazenda, serão apresentados mensalmente pelo fornecedor ao Commandante do navio, que deverá examinal-os e rubrical-os.

Preenchida esta formalidade, o Official de Fazenda arrecadará os vales e cortará do livro de pedidos a requisição de que trata o art. 70. Esta requisição será entregue ao fornecedor, que a apresentará na estação competente para haver o seu pagamento.

Art. 13. Para aquisição de fundos, nos portos estrangeiros, e naquelles do Imperio em que não houverem Thesourarias de Fazenda, ou Estações Fiscaes, observar-se-hão as seguintes formalidades:

1.^a Ao Commandante em Chefe da Força Naval, ou a quem suas vezes fizer, apresentará o Official de Fazenda da Divisão, ou do navio, no dia 20 de cada mez, um orçamento da despesa necessaria para o mez seguinte, descontando a quantia que existir de saldo a bordo.

2.^a A' vista deste orçamento, que terá o destino abaixo indicado, o Commandante dará por escripto autorização para o saque da quantia orçada. O saque será feito pelo Official de Fazenda, que igualmente passará letras contra o Thesouro Publico Nacional, na fórmula do Modelo L.

3.^a Estas letras serão cortadas de um livro de talão; numeradas por ordem de data; assignadas pelo Official de Fazenda, e pelo Commandante do navio, ou da Força Naval, se houver; e selladas com as armas imperiaes.

4.^a Devem ser expedidas em 1.^a e 2.^a via, sendo cada uma dellas acompanhada de uma carta de aviso, dirigida pelo Commandante á Secretaria de Estado, com o orçamento apresentado pelo Official de Fazenda, e certificado de tres corretores juramentados da praça, que justifique a cotação.

5.^a Contractado directamente com o Governo Imperial o fornecimento de fundos, as letras serão passadas ao banco ou casa contractante, prescindindo-se do certificado dos corretores.

Neste caso se incluirá no saque o valor da commissão ajustada.

Art. 14. A remessa de dinheiros de navio para navio, existindo elles em portos diversos e sujeitos a um mesmo Chefe, será feita por um dos tres modos seguintes:

1.^o De preferencia por navio de guerra nacional.

2.º Por navio mercante, sob a guarda e responsabilidade de um Official de Fazenda ou da Armada.

3.º Finalmente, por intermedio de uma casa bancaria ou commercial, debaixo da exclusiva responsabilidade do Commandante que autorizar a remessa.

CAPITULO III.

RECEBIMENTO.

Art. 15. O Official de Fazenda, presente o Immediato do navio, é o unico competente para receber dinheiros do Estado, que tenham de ser arrecadados a bordo, qualquer que seja o seu destino.

Paragrapho unico. O recebimento terá lugar, de accôrdo com as formalidades deste e dos regulamentos das repartições que fizerem a entrega.

Art. 16. Deverão assistir a todos os recebimentos o Official de Fazenda e o Immediato do navio, e na falta deste o Commandante, a fim de verificarem conta, peso e medida.

Paragrapho unico. Deverão tambem assistir aos recebimentos, com os Officiaes supramencionados, o mestre, o 1.º machinista e os officiaes artifices, a fim de interporém parecer, cada um sobre o objecto de sua competencia profissional.

Art. 17. Os viveres destinados para o navio serão examinados pelo respectivo Cirurgião no lugar do recebimento; na falta deste pelo do navio chefe, e em ultimo lugar por pessoa idonea nomeada pela autoridade competente.

Não havendo autoridade a quem recorrer, compete ao Commandante deliberar como melhor convier.

Art. 18. Os fornecimentos de todos os artigos serão feitos pelos Almoxarifados, salvo o § 1.º do art. 9.º, e o disposto no art. 12.

Paragrapho unico. Onde não houver Repartição do Estado incumbida dos referidos fornecimentos, serão elles feitos directamente por quem os contractar.

Art. 19. Se os generos de qualquer especie forem rejeitados pelos peritos, a quem se referem os artigos antecedentes, quer no Almoxarifado, quer em casa dos fornecedores, serão substituidos por outros a contento dos mesmos peritos; e do occorrido dar-se-ha conta á Secretaria de Estado.

Paragrapho unico. A substituição terá lugar pelo proprio fornecedor, e desde que este não a faça immediatamente, serão os generos comprados por sua conta, attendida a differença em preço para indemnização da Fazenda Nacional, ou de accôrdo com o que estiver estabelecido nos respectivos contractos.

Art. 20. Da decisão dos peritos terá recurso o fornecedor, na Côte para o Ministro da Marinha, nas Provincias para os Presidentes, e nos portos estrangeiros para o Commandante mais antigo; sem prejuizo da substituição determinada no artigo antecedente.

Art. 21. Concluido o recebimento, dará o Immediato providencias sobre o embarque dos generos, a fim de que este serviço se faça na melhor ordem possivel.

CAPITULO IV.

ARRECADAÇÃO.

Art. 22. Os dinheiros do Estado, qualquer que seja o seu destino, serão arrecadados no cofre do navio.

§ 1.º Se o cofre não tiver capacidade para toda a quantia, será o excedente guardado á chave, em lugar seguro, indicado pelo Commandante.

§ 2.º São clavicularios do cofre o Official de Fazenda, o Immediato e o Commandante; os quaes, como adiante se determina, darão o competente certificado da arrecadação do dinheiro.

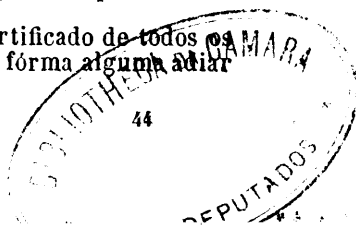
Art. 23. O Official de Fazenda, e no impedimento o seu Fiel, é obrigado a acompanhar os generos para bordo, e a apresental-os ao Official do quarto, com a respectiva *contraprova*, que servirá de guia de condução.

Art. 24. Os objectos perdidos por erro ou negligencia, no transporte ou recebimento a bordo, serão carregados, pelo valor correspondente, ás pessoas que forem administrativamente convencidas de culpa.

Art. 25. O Official do quarto, ao receber os generos, examinará se combinão as especies e quantidades com as declaradas na *contraprova*.

Neste mesmo documento dará certificado de todos os objectos recebidos, não devendo por forma alguma adiar o cumprimento deste dever.

PARTÉ II.



Art. 26. Reconhecendo, [porém, o Official do quarto quaesquer faltas com relação ao disposto nos artigos antecedentes, desde logo fará dellas menção na *contraprova*, e posteriormente no livro de quartos.

Art. 27. De taes faltas o Commandante do navio dará immediatamente parte á autoridade superior militar da Marinha, que procederá convenientemente.

Art. 28. Ao Official do quarto incumbe dar e fazer executar as ordens necessarias, para os generos recebidos serem arrecadados nos competentes paiões.

Art. 29. Os paiões serão fechados á chave, cuja guarda compete ao Official de Fazenda, ou ao seu Fiel.

Art. 30. Poderão ficar debaixo da guarda e responsabilidade temporaria dos officiaes artistas, dos officiaes marinheiros, do fiel de artilharia, e em geral de qualquer official, de patente ou inferior, que tenha incumbencia especial a bordo, os instrumentos e utensilios necessarios ao seu respectivo serviço.

§ 1.º Haverá porém o Official de Fazenda recibo no livro de cautelas.

§ 2.º Se os objectos não forem opportunamente restituídos, o Official de Fazenda assim o fará constar ao Commandante, que resolverá debaixo da sua responsabilidade.

Art. 31. Compete ao Official de Fazenda, auxiliado pelo seu Fiel, fazer arrumar e limpar os paiões por praças de confiança, que para esse serviço serão designadas pelo Commandante.

Art. 32. O Official immediato examinará frequentemente o estado dos paiões, a fim de que se conservem na melhor ordem possivel, evitando-se deterioração dos generos, e facilitando-se o balanço mensal determinado no art. 7.º

Art. 33. Quando fór necessaria a verificação do existente em sobresalentes, dar-se-ha balanço nos respectivos paiões.

Art. 34. A existencia de viveres deteriorados será authenticada por um termo de exame, na fórmula do art. 400.

§ 1.º Em viagem, serão lançados ao mar, se constar do termo que possam contaminar outros generos, ou prejudicar a saude da guarnição.

§ 2.º Nos portos taes viveres terão o mesmo destino, precedendo, porém, determinação de autoridade superior da marinha, e na falta desta por deliberação do Commandante.

§ 3.º Haverá cuidado de não fazer o alijamento

senão de conformidade com os regulamentos da policia sanitaria e das capitancias dos portos.

Art. 35. Serão remettidos para as officinas os objectos que não puderem ser concertados a bordo, e para a estação competente os inuteis.

Art. 36. Poderão ser transformados para outros misteres do serviço de bordo os objectos, que não mais se prestarem á applicação primitiva.

Da transformação se lavrará termo.

Art. 37. Voltarão aos paíões, por conta peso ou medida:

1.º As sobras dos materiaes fornecidos pelo navio para qualquer obra ou concerto, e bem assim o que restar do objecto concertado a bordo.

2.º Os objectos que tiverem sido substituidos, por não mais convirem na applicação em que estavam.

Art. 38. Reconhecida, por má arrecadação, a existencia de prejuizos á fazenda publica, em vista de informação, quér da Intendencia, quér do Chefe do Corpo de Fazenda, ou pelo exame de contas, compete ao Ministro resolver como fór conveniente, ouvindo-se o indiciado em culpa.

CAPITULO V.

DESPEZA.

Art. 39. A despesa de bordo terá duas classificações: ordinaria, que pertence ao *Livro diario de despesa*; e extraordinaria, ao *Livro de termos*.

Art. 40. A despesa ordinaria comprehende o supprimento para o uso e consumo da guarnição e para o serviço de bordo.

Art. 41. Nenhum objecto á cargo do Official de Fazenda será entregue senão á vista de ordem escripta no livro diario, quando o objecto tiver de ser applicado ao serviço do proprio navio.

Paragrapho unico. Exceptuão-se os casos de força maior, como seções temporaes, abalroações, naufragios e combates, fem que a entrega do objecto poderá ser authenticada com o documento legal do artigo antecedente, logo depois do acontecimento.

Art. 42. A entrega de objectos para qualquer outro destino, que não seja no proprio navio, será feita

à vista de recibo passado na *requisição*. Nos casos de imperiosa necessidade do serviço, substituirá o recibo uma ordem escripta do Commandante, a qual ficará em poder do Official de Fazenda para ser resgatada opportunamente.

Art. 43. Na prestação de contas, a ordem escripta do Commandante só poderá ser admittida em substituição ao recibo por determinação da Secretaria de Estado, que apreciará então a validade dos motivos da mesma substituição.

Art. 44. A despesa das rações diarias será dada com as formalidades do art. 84.

Paragrapho unico. Das rações a praças do exercito; ou a empregados de outros Ministerios, fará o Official de Fazenda um mappa em duplicata, conforme o modelo V. A 2.^a via será remettida ao Quartel General, e por ella se haverá do Ministerio competente indemnização da despesa feita.

Art. 45. As rações serão distribuidas pelo Fiel, estando presentes o Official de Fazenda e o Immediato, e na falta deste um Official de patente.

§ 1.^o Só poderão ficar depositadas nos paiões, até a entrada do navio em algum porto, as rações não recebidas pelo rancho da praça d'armas, nas quaes devem comprehender-se as dos criados.

§ 2.^o Sahindo o navio, as rações que não houverem sido retiradas dos paiões serão levadas em receita ao Official de Fazenda como pertencentes ao Estado.

§ 3.^o As do paiol devem ser recebidas por todas as praças, diariamente, tendo direito às rações seccas sómente os officiaes de ré e proa.

E' permittida a excepção para a praça d'armas, com as restricções expressas no § 1.^o

§ 4.^o Nenhuma ração poderá ser adiantada, nem mesmo a pretexto de desconto nas subsequentes.

§ 5.^o Dada a circumstancia de que o pão distribuido à cada praça não tenha o peso da ração, será este completado de modo que perfaça o total do fornecimento de cada rancho.

§ 6.^o Serão annualmente aferidos os pesos e medidas de uso nos paiões.

Art. 46. As dietas serão suppridas pelo Official de Fazenda, mediante requisição por escripto dirigida ao Immediato pelo facultativo de bordo, ou na falta deste pelo official encarregado da enfermaria.

Art. 47. A despesa de medicamentos será feita de conformidade com o art. 147.

Para os navios em que não houver Cirurgião, a despesa dos artigos de ambulancia será dada pelo Immediato no livro diario, á requisição do official encarregado da enfermaria.

Art. 48. Nos casos de força maior, determinados por eventualidades de guerra, contrariedades de navegação, ou deterioração de generos, que imponhão ao Commandante a necessidade de diminuir as rações de bordo, mandará este mencionar no termo, que deve então lavar-se, as circumstancias que justifiquem essa deliberação, declarando-se no livro diario a redução que houver sido feita nos diversos artigos de ração, e o tempo que durar o referido caso de força maior.

Art. 49. Á vista de uma relação extrahida do livro de soccorros, no qual o Official de Fazenda deverá ter lançado as competentes notas, serão indemnizadas em dinheiro, na primeira oportunidade de pagamento, as praças da guarnição, cujas rações houverem sido quartadas, na conformidade do artigo antecedente.

Art. 50. A despesa do dinheiro applicado á compra de pão e carne verde, em geral de qualquer genero, por falta de cumprimento do contracto nos termos do art. 49, será comprovada com a factura passada por quem substituir o genero rejeitado; na qual attestará, o Immediato o preço, o Cirurgião de bordo a qualidade, e o Official de quarto o recebimento.

§ 1.º O Official de Fazenda realizará a compra, e o Commandante autorizará o pagamento pelo cofre de bordo.

§ 2.º A mesma factura servirá de documento de receita do genero comprado.

§ 3.º Se o vendedor não souber ler e escrever, será aceita a conta que apresentar authenticada pelo Official de Fazenda, e com as formalidades já determinadas no presente artigo.

§ 4.º Em geral nenhum pagamento se fará senão á vista de documento original, e depois de escripta a contraprova.

Art. 51. O Commandante prestará á repartição competente a necessaria informação, para que se dê a indemnização de que trata o paragrapho unico do art. 49.

Art. 52. As despesas extraordinarias, a que se refere o art. 39, só poderão ser justificadas por casos de força maior.

Art. 53. Serão tambem reputadas extraordinarias para serem levadas ao livro de termos as seguintes despesas:

1.^a De supprimento de viveres, ou munições navaes, por emprestimo, no alto mar, á navios do commercio, nacionaes ou estrangeiros.

2.^a De lançamento ao mar de viveres deteriorados, nas condições estabelecidas pelo art. 34.

3.^a De objecto avariado, perdido, ou que cahir ao mar, logo que o seu valor exceda a 10\$000.

4.^a De objecto transformado para nova applicação, segundo o art. 36.

Art. 54. Os navios promptos á seguir viagem, emquanto se conservarem nos portos, deverão despende com preferencia os generos arrecadados nos paídes, fazendo, porém, o Commandante pedidos para substituição, se houver demora que assim o exija.

Art. 55. Para justificação da despeza de commissões, e corretagens, no saque de dinheiros é sufficiente uma ordem do Commandante competente, por escripto e em duplicata; a qual será lançada por seu numero no livro de conta corrente, e terá o destino designado no art. 117 para todos os documentos desta classe.

Esta ordem deve mencionar o numero e data da letra a que se referir.

CAPITULO VI.

ESCRITURAÇÃO.

Art. 56. A escripturação de Fazenda a bordo será feita em livros das seguintes denominações:

Pedidos $\left\{ \begin{array}{l} 1.^{\circ} \text{ de dinheiro.} \\ 2.^{\circ} \text{ de mantimentos.} \\ 3.^{\circ} \text{ de sobresalentes.} \end{array} \right.$

4.^o Livro de entrega ou remessas para o Almoxarifado.

5.^o Diario da despeza.

6.^o Livro Mappa.

7.^o Livros de Soccorros e Cadernetas subsidiarias.

8.^o Alardo.

9.^o Termos.

10.^o Livros de cautelas.

Nos navios chefes, em portos estrangeiros, e nos do Imperio onde fôr necessario, haverá tambem os seguintes livros:

De conta corrente de dinheiro.

De registro de letras.

Art. 57. Além dos livros supramencionados, a escripturação de Fazenda comprehenderá em avulso:

Folhas de pagamento.

Relações de fardamentos.

Relações de luzes a Officiaes.

Art. 58. O 1.º livro de pedidos tem por fim registrar as quantias requisitadas, e effectivamente recebidas, para as despesas a dinheiro feitas pelo navio, de ordem e sob a responsabilidade do Commandante.

Essas quantias serão empregadas no pagamento das guarnições, engajamento de marinhagem, tratamento de praças fóra dos hospitaes de Marinha, enterramentos, aquisição de viveres, dietas; finalmente, na satisfação de quaesquer outras necessidades do serviço, conforme a commissão do navio e as instrucções dadas ao Commandante.

Art. 59. O 2.º livro é destinado á escripturação dos mantimentos recebidos a bordo, pelo modo prescripto no respectivo modelo.

Do 3.º constará todo o material necessario ao serviço de bordo, qualquer que seja a sua denominação e applicação.

Art. 60. As folhas de cada um dos livros de pedidos serão divididas em tres partes ou columnas distinctas, com as seguintes rubricas:

Registro.

Contraprova.

Requisição.

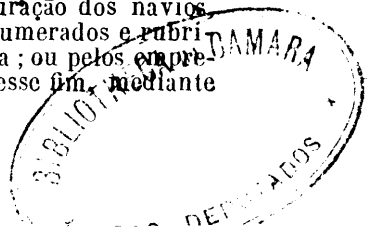
Serão além disso as mesmas folhas numeradas e rubricadas no alto das columnas Registro e Requisição.

Art. 61. No livro 1.º e 2.º de pedidos as folhas deverão conter dizeres impressos, e as do 3.º serão em branco, segundo se vê nos modelos **A**, **B** e **C**.

Art. 62. Entrelinhas, rasuras, emendas, omissões, espaços em branco, e quaesquer irregularidades na escripturação, principalmente dos livros que servem para a tomada de contas, constituem faltas, que serão devidamente apreciadas, e punidas conforme a legislação da Marinha.

Dado um erro de escripta, será feita a competente rectificação, em nota assignada pelo autor do erro e pelo Commandante.

Art. 63. Todos os livros da escripturação dos navios, á excepção do livro mappa, serão numerados e rubricados pelo Chefe do Corpo de Fazenda; ou pelos empregados por elle commissionados para esse fim, mediante



autorização assignada pelo mesmo Chefe na primeira folha do livro.

Em portos estrangeiros esta formalidade será preenchida pelo Chefe do Estado-Maior; ou pelo Commandante tratando-se de navio solto.

Art. 64. Haverá como sobresalentes a bordo tantos livros em branco quantos os que constituírem o jogo fixado no art. 56 para a escripturação.

Estes livros servirão, quando, fóra da Côrte, fór necessario abrir nova escripturação, por fallecimento do Official de Fazenda.

Art. 65. Nos casos de substituição de Officiaes de Fazenda, por intermedio do Chefe do Corpo serão entregues aos nomeados os livros necessarios.

Art. 66. A escripturação encontrada em atrazo será posta em dia por Official de Fazenda, percebendo este, á vista de comunicação do Chefe do Corpo á Contadoria, de cada mez de receita ou despesa que tiver lançado, uma gratificação, deduzida dos vencimentos do Official de Fazenda responsavel, e regulada por uma tabella previamente organizada com approvação do Ministro da Marinha.

Requisição.

Art. 67. As requisições serão escriptas pelo Official de Fazenda, assignadas por este e pelo Immediato, e rubricadas pelo Commandante.

Deverão satisfazer ás seguintes exigencias:

1.^a Mencionar o nome e classe do navio; o exercicio financeiro; as especies pedidas; por extenso as quantidades; e em geral quaesquer circumstancias, que facilitem o supprimento e aproveitem á fiscalização.

2.^a Para rações e dietas, que serão pedidas conforme as tabellas, conter por extenso o total das praças; o numero dos dias de municiamento; o numero das luzes necessarias, declarando-se por extenso no verso os generos existentes a bordo que tenham de ser descontados.

3.^a Declarar o numero de praças accrescidas e dos dias correspondentes, quando fór preciso inteirar rações de mantimentos.

4.^a Relativamente a dinheiros para verduras, mencionar o numero das praças e dos dias de fornecimento; importancia pedida; a existente no cofre de bordo; e a differença a receber.

Art. 68. Fóra da Côte e nos portos estrangeiros, os documentos de despeza com os navios continuarão a ser processados em duplicata, ficando appensa á Requisição a 1.^a via da factura do fornecedor; pela qual lhe será feito o pagamento.

Paragrapho unico. Será remettida á Contadoria de Marinha a segunda via da mesma factura, com a declaração pela Thesouraria, e onde não houver Thesouraria pelo Immediato, de haver sido aquelle documento conferido com a requisição.

Art. 69. As requisições, que não tiverem especial classificação em algum dos livros mencionados no art. 56 sob os n.^{os} 1.^o e 2.^o, pertencerão ao 3.^o

Art. 70. Para o fornecimento de pão e carne consistirá a requisição em uma nota escripta pelo Official de Fazenda, assignada por este, pelo Immediato, e pelo Commandante; na qual se declare por extenso o numero e peso das rações fornecidas durante o mez, e o preço respectivo.

Art. 71. O Official de Fazenda dará sempre na requisição recibo do que lhe fôr entregue.

Paragrapho unico. Nos supprimentos feitos directamente pelos fornecedores, ou de navio a navio, o recibo será authenticado pelo Immediato.

Art. 72. Se á sahida do navio houver alguma requisição por satisfazer, no todo ou em parte: no primeiro caso será ella restituida ao Immediato, com a declaração escripta nesse mesmo documento pelo Escrivão do Almoxarifado, e assignada por elle e pelo Almoxarife, dos motivos que prohibirão o fornecimento; no segundo caso, as especies deficientes serão mencionadas pelo Official de Fazenda no recibo que deve ser passado na requisição, e pelo Escrivão no Registro, assignando o mesmo Escrivão com o Almoxarife, e lançando o immediato a nota *Confere* no recibo.

Art. 73. As requisições que voltarem ao navio, na primeira hypothese do artigo antecedente, serão colladas ás Contraprovas de que houverem sido separadas; as quaes por este modo ficarão annulladas, e bem assim o respectivo registro.

Art. 74. O Escrivão da Secção communicará á Intendencia a entrega das requisições, de que tratão os dous artigos antecedentes, indicando-as pelos numeros.

A' vista da communicação, a Intendencia tomará as necessarias notas, para que conste o occorrido.

Registro.

Art. 75. O registro serve para a conferencia, na tomada de contas, do pedido pela requisição com o effectivamente recebido pela Contraprova. Poderão as quantidades ser alli transcriptas por algarismos.

§ 1.º Transcrevendo-se porém no Registro a requisição de mantimentos ou dietas, deve-se mencionar o existente a bordo, escrevendo-se neste caso as quantidades por extenso.

§ 2.º Para authenticar o Registro basta a assignatura do Official Immediato.

Contraprova.

Art. 76. A Contraprova tem por fim demonstrar o effectivamente recebido, e justificar a receita do Official de Fazenda.

§ 1.º Será escripta pelo Escrivão da Secção do Almoxarifado por onde correr o fornecimento, e assignada por aquelle empregado e pelo Almoxarife.

§ 2.º Mencionará por extenso as especies, quantidades suppridas, e os preços em algarismos.

§ 3.º Será escripta e assignada pelo fornecedor, ou a rôgo se não souber escrever, quando o mesmo directamente faça o supprimento de quaesquer artigos contractados. Terá tambem a assignatura do Official Immediato.

Para os fins do presente paragrapho será o livro de pedidos apresentado ao fornecedor.

§ 4.º No recebimento de dinheiros será escripta pelo empregado que servir de Escrivão, assignada por este e pelo Thesourciro ou Pagador, authenticando finalmente com as respectivas assignaturas os clavicularios de bordo (art. 22) a arrecadação da quantia no cofre competente.

§ 5.º Será escripta pelo Official de Fazenda entregador, assignada por este e pelo Immediato, nos supprimentos de navio a navio; declarando em ultimo lugar o Official do quarto do navio que der o supprimento o destino que este houver seguido.

Esta disposição é applicavel ao navio mercante que transportar generos do Estado, com a differença porém de ser a Contraprova assignada pelo Capitão.

§ 6.º Nos portos das Províncias em que não houver Thesourarias, ou nos estrangeiros, será escripta por quem fornecer os fundos.

Art. 77. A Contraprova em caso algum poderá ser cortada da folha a que pertencer no *Livro de Pedidos*.

Livro de entregas.

Art. 78. Por intermedio das guías de entrega cortadas do livro desse titulo serão restituídos ás estações competentes os inuteis, e quaesquer outros objectos que não forem necessarios a bordo.

Art. 79. Para essas guias haverá um livro organizado pelo systema do livro de pedidos, com as seguintes differenças:

1.ª Terá o titulo de *Remessa* o documento que se extrahir e acompanhar o genero.

2.ª Na *Contraprova* o Escrivão da Secção dará recibo do que fôr entregue.

3.ª Na Côte, o Ajudante do Intendente rubricará o recibo, depois de conferil-o com o livro de termos da Secção.

Art. 80. Não é permittido em uma só guia mencionar artigos de trem naval com os de trem de guerra, nem objectos que pertençam á mais de uma Secção do Almoxarifado. Este serviço será feito de conformidade com as tabellas.

Art. 81. Immediatamente depois da entrega devem os Escrivães do Almoxarifado dar aos responsaveis os titulos de sua descarga.

A falta de execução deste artigo será punida administrativamente com a suspensão ou demissão do Escrivão.

Livro Diario.

Art. 82. O *Livro Diario* é consagrado á inscripção de toda a despeza de bordo, com excepção da extraordinaria a que refere-se o art. 39.

Ahi serão escriptas e assignadas pelo Official do quarto, durante esse serviço, quaesquer ordens para o fornecimento de sobresalentes. Poderá, porém, em occasião de faina geral, o proprio Official de Fazenda escrever a ordem, que será depois examinada e assignada pelo Official de quarto.

Fôra do serviço do quarto nenhum Official pôde autorizar despesa; á excepção do Immediato, nos casos previstos neste regulamento.

Art. 83. A assignatura do Commandante pôde ser posterior á entrega do objecto; em todo caso, porém, justifica a despesa pela conferencia, que elle deve effectivamente fazer do Livro Diario com o caderno dos quartos, a fim de salvar a sua responsabilidade e evitar dispendios desnecessarios ou excessivos.

A declaração da *Despesa* será feita, sob esse titulo, e distinctamente, no caderno dos quartos, a fim de facilitar a conferencia que fica determinada.

Art. 84. Relativamente ao abono de rações, a ordem será de vespera escripta pelo Immediato, tendo em vista o alardo e a competente tabella.

Deverá aquelle Official regularmente fazer, não só as declarações que se achão explicadas sob o titulo *observações* no Modelo EE, como quaesquer outras que occorrão á sua intelligencia, e lhe pareção de utilidade para a fiscalização.

Art. 85. Do fardamento far-se-ha tambem assentamento, com a denominação e quantidade de cada uma das peças, e o numero da *relação* que autorizar a distribuição.

Bem assim serão notados, por numero e designação de peças, os colxões e roupas de enfermaria lançados ao mar, por conveniencias da hygiene; as quaes o Cirurgião especificará no mesmo Livro Diario, assignando com o Commandante e o Immediato.

Art. 86. Pertencem ainda ao Livro Diario, mediante ordem escripta, que o Commandante assignará com o Immediato:

1.º A despesa por consumo de objecto inutilizado, ou extraviado, uma vez que no maximo o seu valor seja de 10\$000.

Ficarão todavia em deposito e inscriptos sob o titulo *Arrecadação* os metaes de applicação nas officinas, que se poderem aproveitar dos mesmos objectos.

2.º A polvora e morrão para o gasto diario, e as velas para luzes extraordinarias.

A despesa deste 2.º numero será lançada por quinzena, com as explicações estabelecidas para a despesa ordinaria.

Livro Mappa.

Art. 87. No Livro Mappa, destinado á demonstração da receita e despesa, é obrigatoria a nomenclatura official das tabellas de fornecimento.

§ 1.º Nesse livro com dizeres impressos, será diariamente mencionado tudo quanto se receber e despesar, a fim de que se possa facilmente balancear a conta do Official de Fazenda.

§ 2.º Os documentos justificativos de entregas, quaesquer que elles sejam, serão lançados precisamente na data do seu recebimento; o que deverá constar de nota escripta pelo Official de Fazenda nos mesmos documentos.

Art. 88. Pertencem á Receita:

1.º Os artigos fornecidos pelos Almojarifados e pelos particulares.

2.º Os objectos manufacturados, ou transformados a bordo, e os recebidos de outros navios.

3.º Em geral todos os objectos que pertençam ao Estado, quer sejam do proprio navio, quer tenham outro destino; feita destes ultimos, sob a rubrica *A entregar*, a conveniente discriminação.

4.º A quantia mensal recebida para compra de verduras.

Art. 89. Prestão ao Livro Mappa justificação de despesa:

1.º O Diario da Despesa.

2.º As relações de fardamento.

3.º Os Termos.

4.º Os recibos de entregas feitas a navios e ao Almojarifado.

Paragrapho unico. Documentos de outra especie só poderão ser attendidos, precedendo informações da Contadoria e do Chefe do Corpo, além de autorização da Secretaria de Estado.

Art. 90. A despesa de mantimentos será encerrada no fim do mez e confrontada com a receita.

O saldo indicado pela escripturação será depois reconhecido pelo Immediato, que fará pesar e medir os generos existentes. Este procedimento constitue o balanço de que trata o art. 7.º

§ 1.º Se o saldo coincidir com o existente nos paiões, será transportado á folha immediata do Livro Mappa, para ser attendido na requisição do mez seguinte.

§ 2.º Se houver excesso será debitado ao Official de Fazenda.

§ 3.º Se houver faltas, serão especificadas no caderno dos quartos. O Immediato dará do occorrido parte ao Commandante, o qual a transmittirá, com o seu parecer, á Secretaria de Estado, por intermedio do Quartel General.

§ 4.º Da differença que existir para mais ou para menos se lavrará termo, especificando a qualidade e quantidade dos generos encontrados. No mesmo Livro Mappa haverá referencia ao numero do termo, e ao caderno dos quartos na data em que tratar do facto.

Semelhantermente se procederá com referencia ao disposto no art. 33.

Livro de Soccorros.

Art. 91. Os livros de soccorros serão escripturados pelo Official de Fazenda. Destinão-se ao historico da vida official de cada uma das praças de bordo, qualquer que seja a sua categoria, comprehendendo portanto os esclarecimentos que puderem preencher semelhante fim.

Servem ainda para verificar o estado da guarnição do navio, á entrada e sahida dos portos.

Art. 92. Incumbe ao Official Immediato transmittir ao de Fazenda as notas que tiverem de ser lançadas por extenso, ou resumidas, nos livros de soccorros.

§ 1.º Além de outros que estejam de accôrdo com o disposto no artigo antecedente, são proprios daquelles livros os seguintes esclarecimentos:

1.º Nomeações, com as notas das repartições competentes.

2.º Ordens de embarque, desembarque, ou de passagem para outro navio ou serviço, no mar ou em terra.

3.º Baixas para o hospital.

4.º Altas do hospital.

5.º Abonos de dinheiro, fardamento, premios, etc.

6.º Ordem do dia, louvando ou advertindo.

7.º Notas de fallecimento, deserções, prisões, castigos, reprehensões, elogios do chefe militar ou do commandante do navio, com especificação dos factos.

8.º Nome, lotação, classe, armamento, e resumidamente as commissões do navio.

§ 2.º As datas serão escriptas por extenso.

§ 3.º Cada nota ou lançamento differente será assignada pelo Official de Fazenda.

§ 4.º Além da assignatura do Official de Fazenda, serão obrigatorias as do Immediato e do Commandante em todos os lançamentos do Livro de Soccorros.

§ 5.º A praça que receber dinheiro, ou qualquer objecto, prestará sua assignatura, no caso de saber ler e escrever.

§ 6.º As verbas para o pagamento serão lançadas na Côte pela Contadoria; nas Provincias pelas Thesourarias; e nos portos estrangeiros pelo Official de Fazenda que servir de Pagador.

Art. 93. Os documentos levados aos livros de soccorros ficarão archivados a bordo sob a responsabilidade do Official de Fazenda, e por occasião do desarmamento do navio serão remettidos á Contadoria de Marinha.

Cadernetas.

Art. 94. Todos os esclarecimentos, excepto o 8.º do § 1.º art. 92, proprios do Livro de Soccorros, serão lançados em livro especial e subsidiario com a denominação de Caderneta.

§ 1.º A escripturação por bordo será feita pelo Official de Fazenda, e esgotada em uma Caderneta continuará em outra para os assentamentos de um mesmo individuo.

§ 2.º Na organização da folha de pagamento serão conferidas pelo Immediato as notas da caderneta com as correspondentes do livro de soccorros, e para em resumo authenticarem-se todas as alterações do mez findo bastará que então assignem com aquelle Official o de Fazenda e o Commandante, de conformidade com os modelos.

§ 3.º Na Côte, as nomeações, guias, attestados, e outros documentos de igual importancia, de costume passados em avulso, serão dados pela autoridade competente na Caderneta do official ou praça a que referirem-se, desde logo produzindo os devidos effeitos na marcha do serviço.

Art. 95. Relativamente ás Cadernetas devem ainda ser observadas as seguintes disposições:

1.ª Serão fornecidas pela repartição competente; remettidas com as praças, official ou qualquer outra de bordo, no movimento que tiverem por conveniencia

do serviço; e voltarão com as mesmas praças, dada nova commissão.

2.^a Por occasião de desembarque de officiaes de diferentes classes, serão apresentadas, em primeiro lugar ao Chefe respectivo para serem extrahidas as notas necessarias, e por esse Chefe depois remettidas á Contadoria da Marinha, que lh'as devolverá, feito o ajuste de contas pela fórma até aqui praticada com a guia de desembarque.

3.^a Servirão de escusa á praça de bordo, marinheiro, carvoeiro ou foguista, voluntario, engajado ou recruta, que obtiver desembarque na Côrte ou nas Provincias, lançando-se-lhes a competente nota de final pagamento, que será feito por meio de folha, á vista do Livro de Soccorros.

4.^a Com referencia a Imperiaes Marinheiros e soldados do Batalhão Naval, serão remettidas aos Commandantes respectivos para os fins legaes de ajustamento de contas, que será feito por meio de folhas de pagamento, ficando alli archivadas até novo destino das praças; e por ultimo substituirão, com a declaração competente, ás baixas que até aqui se passavam em documento avulso.

5.^a Serão enviadas á Contadoria de Marinha, nos casos de fallecimento ou deserção de qualquer praça de bordo, a fim de reconhecer-se, pela escripturação feita, o debito que haja para a Fazenda, e providenciar-se sobre a indemnização pelo producto do espolio, quando não sejam sufficientes os soldos e vencimentos em atraso.

6.^a Terminado pela Contadoria o processo que fica exposto, voltarão á repartição ou quartel a que pertencerem, onde ficarão archivadas.

7.^a A' Capitania do Porto, na Côrte, incumbe archivar as Cadernetas das praças de marinhagem.

Art. 96. Opportunamente serão fornecidos livros do modelo III, para o fim previsto no § 1.^o do art. 94, e para os assentamentos de recrutas ou praças engajadas fóra da Côrte.

Paragrapho unico. O valor das Cadernetas extra- viadas será indemnizado pelo causador do damno.

Alardo.

Art. 97. O alardo é o livro privativo do Immediato; por elle escripto ou por outrem debaixo de sua responsabilidade, porém nunca pelo Official de Fazenda. O seu

fim é prestar ás despesas consignadas no Livro Diario meios de verificação, naquella parte, que depende principalmente do movimento diario da guarnição.

Deverá por isso declarar os nomes, postos e classes de todas as praças de bordo, o numero das que tiverem de ser municiaadas no dia seguinte, as alterações que se derem, e as demais occurrencias que vão de accôrdo com as obrigações fiscaes do Immediato.

Art. 98. Nos casos de duvida, poderá ser consultado o alardo para confrontações com o Livro Diario, na tomada de contas.

Livro de Termos.

Art. 99. O livro de termos (com relação exclusiva ao serviço de Fazenda) é destinado á inscripção das despesas extraordinarias, de conformidade com os arts. 39, 52 e 53.

Art. 100. O termo será escripto pelo Official do quarto, que assignará com o Commandante do navio e o Official Immediato.

Com relação a viveres deteriorados, assignará tambem o Cirurgião de bordo.

§ 1.º A ordem da autoridade que o mandar lavar, e todas as circumstancias do acontecimento serão ahi transcriptas, a fim de que se possa bem ajuizar do facto e da necessidade de semelhante documento.

§ 2.º Se tiver por motivo a deterioração ou transformação de algum objecto, cujo valor exceda a 10\$000, dirá o destino ou applicação que se lhe der.

§ 3.º Tratando de emprestimo de mantimentos, ou quaesquer outros artigos a navio mercante em viagem, será tambem assignado pelo Capitão do mesmo navio.

Do termo a que se refere o presente paragrapho dar-se-ha uma cópia ao navio recebedor, e será outra remettida á Secretaria de Estado, a fim de reclamar a importancia do fornecimento despendido.

§ 4.º Nenhum termo de despesa será válido sem approvação da Secretaria de Estado, que previamente os remetterá á informação do Chefe do Corpo de Fazenda.

Art. 101. Os termos de armamento e desarmamento serão lavrados no livro de soccorros pelo empregado que assistir á mostra. Devem declarar as ordens recebidas e mais occurrencias que tiverem relação com o facto.

PART E II.



Livro de Cautelas.

Art. 102. As cautelas, de que trata o art. 30, serão passadas em livro proprio, organizado de conformidade com o modelo J.

Resgatado o objecto, o Official de Fazenda entregará a cautela, cortando-a do talão respectivo.

Folhas de pagamento.

Art. 103. Os Officiaes da Armada e classes annexas, bem assim todas as praças embarcadas nos navios da armada, serão pagos por folhas ou relações de pagamento, as quaes, organizadas mensalmente, á vista do livro de soccorros, pelo Official de Fazenda, serão assignadas por este, e pelo Immediato quando não deva exercer as funcções de conferente, e pelo Commandante quando não tenha de autorizar o pagamento: tudo na conformidade das disposições seguintes.

Art. 104. As folhas e os livros de soccorros serão directamente enviados á Contadoria da Marinha na Córte, ás Thesourarias nas Provincias, e ao navio chefe em portos estrangeiros, a fim de verificar-se:

1.º A exactidão do calculo em geral, e particularmente de cada um dos descontos.

2.º A clareza e authenticidade das notas lançadas, nos assentamentos.

3.º Quaesquer outros esclarecimentos, que dêem ás relações a legalidade precisa.

§ 1.º As faltas que se reconhecerem serão concertadas á tinta differente, quando possa dispensar-se a organização de novas relações, e desde logo serão postas no livro de soccorros as competentes verbas para o pagamento.

Concluida a verificação, como fica estabelecido, e reparadas, na forma do art. 62, as faltas encontradas nos livros, o Conferente, sob sua responsabilidade, lançará nas mesmas folhas a seguinte nota;

« Confere com os livros de soccorros, e importa
« na quantia de..\$.... (por extenso), liquida de..\$...
« (por extenso) de descontos »

§ 2.º Nos portos estrangeiros será Conferente o Secretario do Commandante das Forças, e o Immediato nos navios soltos.

Esta disposição é applicavel a todos os documentos que justificarem despezas de dinheiro.

Art. 105. As relações rubricadas pelo chefe da repartição, onde se fizer a conferencia, serão apresentadas a quem competir, para autorizar o pagamento; o qual, quer para os officiaes, quer para a guarnição, será sempre feito á bordo, em acto de mostra, e no dia precisamente designado, com as seguintes formalidades:

1.^a A presença á bordo do Pagador e do seu Escrivão.

2.^a Chamada pelo livro de soccorros, e declaração de identidade de pessoa pelo Immediato do navio.

3.^a Pagamento em mão propria, e nunca de outro modo; aos Chefes e Commandantes na camara, aos Officiaes na praça d'armas.

4.^a Com relação ás praças de marinhagem e de pret o signal —Pg.— posto pelo Escrivão do Pagador na folha, immediatamente depois de feito o pagamento á cada praça.

5.^a Com relação ao official de qualquer classe, quitação deste escripta por seu proprio punho no lugar competente da folha.

6.^a Declaração escripta e assignada pelo Escrivão nos livros de soccorros, com referencia á cada praça, nos seguintes termos:

« Pago no dia (tantos). »

7.^a Annullação pelo mesmo empregado e no mesmo livro, da verba de que trata o § 6.^o do art. 92, pela seguinte nota, quando a praça não comparecer:

« Não compareceu. »

E será exposto o motivo do não comparecimento, por informação do Immediato.

A praça impedida só poderá receber pela proxima folha geral de pagamento.

A circumstancia de achar-se a praça presa á bordo não a inibe de comparecer.

Art. 106. Concluido o pagamento, serão as folhas respectivas immediatamente encerradas pelo Escrivão do Pagador, com declaração nominal das praças que não tiverem acudido á chamada.

Paragrapho unico. No exterior será este processo feito pelo Official de Fazenda pagador, que assignará com o Commandante e o Immediato.

Art. 107. As praças que, tendo sido relacionadas, não forem, entretanto, pagas, por haverem passado de navio, ou regressado aos quartéis, levarão nas Cadernetas nota do ultimo pagamento realizado; e entrarão na primeira folha geral para satisfação do que se lhes dever.

§ 1.º Às que desembarcarem se fará o ajuste de contas por folha especial, processada de modo identico á folha geral. O pagamento, porém, terá lugar na Pagadoria da Marinha, onde comparecerá a praça acompanhada do Immediato e do Official de Fazenda, devendo este apresentar o livro de soccorros, e aquelle declarar a identidade da mesma praça.

§ 2.º Nas Provincias proceder-se-ha de modo analogo, quando por ordem da autoridade competente tenha de desembarcar alguma praça.

§ 3.º No exterior procederá o Commandante de accôrdo com as instrucções que houver recebido.

Art. 108. As differenças em prejuizo da Fazenda, reconhecidas em folhas, serão satisfeitas por quem, na fórma dos paragraphos do art. 104, houver conferido as mesmas folhas.

Se a differença fór devida á praça, ser-lhe-ha indemnizada.

Para execução do artigo antecedente serão mensalmente remettidas á Contadoria as segundas vias das folhas pagas nas Provincias, ou em portos estrangeiros.

Art. 109. D'ora em diante, por folha especial, serão mensalmente pagas em dinheiro, segundo o valor fixado no orçamento, as rações de velas a officiaes.

Essas folhas serão organizadas pelo Official de Fazenda, sobre esclarecimentos dados pelo Immediato, á vista do livro de soccorros, e por ambos assignadas.

No caso de desembarque, o processo correrá pela Contadoria, liquidando-se a Caderneta.

Art. 110. Será debitado no livro de dinheiro pelo Immediato do navio ao Official de Fazenda o agio proveniente da troca de moeda metallica para facilitar os pagamentos. Este procedimento, deverá constar do balancete mensalmente remettido á Contadoria.

Baixas para o hospital.

Art. 111. As baixas para os hospitaes, quér do Estado, quér particulares, serão passadas pelo Cirurgião, que as assignará com o Official immediato na Caderneta da praça ;— official, soldado, ou marinheiro.

§ 1.º Na falta de Cirurgião, escreverá e assignará o Immediato, e não estando este presente, o Official do quarto.

§ 2.º Nos casos de desastre, poderão estas formalidades ser preenchidas depois.

§ 3.º Dada a alta, o Director do hospital entregará ao official, de qualquer classe, a sua Caderneta, mencionando ali esta occurrencia.

§ 4.º As cadernetas das demais praças, com analogia menção, serão remettidas com segurança ao respectivo navio; na falta deste ao Commandante mais antigo que se achar no porto; por ultimo á autoridade de marinha que ali existir, para lhe dar destino, de conformidade com o artigo seguinte.

Art. 112. O Commandante se entenderá com a autoridade competente da localidade em que se achar, para que a praça, com a respectiva Caderneta, tenha o destino conveniente no caso do navio ter de deixar o porto.

Relações de fardamentos.

Art. 113. As relações das peças de fardamento para o terno de cada uma das praças da guarnição serão organizadas pelo commandante da respectiva divisão de roupa, nas occasiões de mostra.

Assignadas pelo dito official e rubricadas pelo Immediato, irão a despacho do Commandante, e o Official de Fazenda fará entrega das peças requisitadas, observadas porém as seguintes formalidades:

1.ª Nenhum fornecimento excederá a dous terços da soldada de um mez.

Exceptua-se o que se fizer ás praças de marinhagem, por occasião de alistarem-se no serviço.

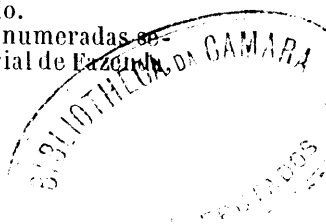
2.ª Serão abonadas de preferencia as peças de roupa mais necessarias á praça, dando-se-lhe nos mezes subsequentes as que não obtivera no anterior por força do disposto na condição 1.ª

3.ª O abono será immediatamente notado no Livro Diario e na Caderneta da praça, d'onde passará para o livro de soccorros.

4.ª Os prejuizos á Fazenda, por excesso de fornecimento, serão pagos pelo Commandante e pelo Immediato do navio.

5.ª Na conferencia das folhas de pagamento, a Contadoria verificará se os abonos foram feitos de conformidade com o que fica determinado; e no caso de abuso dará conta á Secretaria de Estado.

Art. 114. As relações de fardamento, numeradas seguidamente, serão apresentadas pelo Official de Fazenda na prestação de contas.



Art. 115. Serão vendidos em leilão o fardamento e mais objectos das praças que fallecerem ou desertarem, recolhido o producto ao cofre do navio, até que tenha o destino legal.

Ficará consignada a venda no livro de soccorros, descripto o numero de peças e mais circumstancias notaveis. A importancia irá ao Livro Mappa sob o titulo « Bens de defuntos e ausentes. »

Da occurrencia dará o Commandante participação ao Quartel General, e chegando á Côrte o Official de Fazenda entregará o dinheiro á repartição competente.

Livro de conta corrente de dinheiros.

Art. 116. Para a escripturação dos fundos de que trata o art. 13 haverá um livro especial de conta corrente, escripturado conforme o Modelo K, guardadas as seguintes regras:

1.^a O livro de pedidos de dinheiro e o registro das letras comprovará a receita.

2.^a Na despesa é sufficiente consignar o numero do documento e a respectiva importancia.

Art. 117. No fim de cada mez se fechará a conta, e depois de examinados os lançamentos á vista dos documentos, será verificado o saldo existente pelo Commandante do navio.

Em seguida se extrahirá um balancete, para ser enviado com a 2.^a via dos documentos á Contadoria da Marinha.

Á esta incumbe classificar a receita e a despesa de accôrdo com o orçamento, e mensalmente apresentar á Secretaria de Estado um relatorio circumstanciado sobre a legalidade e moralidade das despesas feitas.

Registro de letras.

Art. 118. Haverá um livro, conforme o Modelo L, de onde se cortarão as letras que se tiver de sacar.

No talão desse livro ficarão indicados:

1.^o A importancia, não só em moeda do Imperio, mas tambem na especie metallica em que forem suppridos os fundos.

2.^o O cambio, data e lugar onde se fizer o saque.

3.^o A entrada para o cofre da quantia recebida.

Parapho unico. As quantias serão escriptas por extenso, e bem assim se repetirá em algarismo o valor que lhes corresponder no systema monetario do Imperio.

CAPITULO VII.

FISCALIZAÇÃO.

Art. 119. E' indispensavel para sahirem de bordo objectos, qualquer que seja o seu destino, um documento, assignado pelo Immediato e pelo Official de Fazenda, com as declarações necessarias ao fisco.

Pela execução do presente artigo fica directamente responsavel o Official do quarto.

Art. 120. Nenhum objecto será devolvido á estação competente sem a guia de que trata o art 78, na qual se declare conta, peso e medida. Esta verificação será feita, na presença do Immediato e do Official do quarto, pelo Official de Fazenda, ou com autorização deste pelo seu Fiel.

§ 1.º Na repartição competente se lavrará termo do recebimento, e, acto continuo, dar-se-ha recibo ao Official de Fazenda na fórma do art. 81.

§ 2.º No verso desse termo farão opportunamente os peritos a classificação dos objectos recebidos, pela qual terá receita o Almoxarife.

Art. 121. A mostra de desarmamento não terá lugar enquanto existirem objectos á descarga, devendo até final entrega permanecerem a bordo o Commandante, o Immediato, o Official de Fazenda, o seu Fiel, e as praças necessarias para o referido trabalho.

Art. 122. No desarmamento do navio, os livros da Fazenda e mais documentos serão relacionados e directamente remittidos ao Chefe do Corpo pelo Commandante.

§ 1.º Proceder-se-ha de modo identico, nos casos de substituição ou morte do Official de Fazenda.

§ 2.º A escripturação atrasada será posta em dia sob as vistas do Chefe do Corpo, e de accôrdo com o disposto no art. 66.

Prestação de contas e inventarios.

Art. 123. Ordinariamente os Officiaes de Fazenda prestarão contas no fim do anno financeiro: e ex-

traordinariamente, no caso de serem substituídos, ou quando fôr conveniente, por ordem da Secretaria de Estado, e á requisição da Repartição Fiscal ou do Chefe do Corpo de Fazenda.

Taes contas serão encerradas por inventario, reconhecendo-se o existente.

Art. 124. A respeito dos inventarios, devem ser particularmente attendidas as seguintes disposições :

1.^a Na Côte serão feitos por Officiaes de Fazenda, preferindo os reformados, nomeados pelo respectivo Chefe, e assistindo sempre o Immediato.

O Chefe inspecionará este serviço, pelo que comparecerá a bordo quando julgar conveniente.

2.^a Nas Provincias por Official de Fazenda, que não pertença ao navio, e na falta delle por empregados da Thesouraria, assistindo sempre o Immediato.

3.^a Além da classificação, nomes e preços dos objectos encontrados, deverão conter as notas ou esclarecimentos que o inventariante julgar convenientes á salvaguarda dos interesses da Fazenda.

4.^a Serão em duplicata, assignando com o inventariante o Official de Fazenda recebedor, aquelle que fizer a entrega e o Immediato do navio.

5.^a A 1.^a via servirá para a tomada de contas.

A 2.^a via, depois de examinada pelo Chefe do Corpo, será por elle remettida directamente ao Official de Fazenda, para escriptural-a no Livro Mappa, na mesma data em que a houver recebido.

6.^a Serão attendidos os recibos dos objectos que existirem em concerto nas officinas.

7.^a Os recibos supramencionados, no caso de substituição do Official de Fazenda, ficarão com o substituto, para reclamar os objectos ; e o traspasse escripto pelo inventariante será assignado por elle, o Official de Fazenda entregador e o Immediato do navio.

8.^a Os inuteis não serão comprehendidos nos inventarios, toda vez que puderem ser remettidos ás estações competentes.

Art. 125. A receita e despesa serão feitas por conta do novo Official de Fazenda, desde que começar o inventario.

Paraphrapho unico. Do diario da despesa se extrahirá nota dos generos e mais artigos despendidos, para opportunamente figurarem em additamento aos encontrados a bordo pelo inventariante.

Art. 126. Dada a necessidade de inventario, por substituição de responsaveis, em lugar onde não possa

cumprir-se a disposição 2.^a do art. 124, será feito e escripto pelo Official de Fazenda entregador, na presença do Immediato, que assignará com aquelle official e com o recebedor.

§ 1.^o No caso do inventario ser feito, por simples verificação, no fim do anno financeiro, segundo o art. 123, representará para os devidos effeitos, como entregador e recebedor o Official de Fazenda de bordo, recahindo porém no Immediato a responsabilidade de inventariante.

§ 2.^o Nesta hypothese, ao Commandante do navio compete a conferencia da 1.^a com a 2.^a via do inventario, as quaes depois assignará. E remettendo a 1.^a via ao Chefe do Corpo, prestará sobre o serviço feito todos os esclarecimentos que lhe parecerem necessarios.

Art. 127. Se na prestação de contas reconhecerem-se erros ou omissões dos inventariantes, serão estes punidos administrativamente, segundo as circumstancias do facto.

Art. 128. E' fixado o maximo prazo de 30 dias para a tomada de contas correspondentes a um anno.

Para aquellas que excederem o anno, resolverá o Contador da Marinha, tomando por base o prazo que fica estabelecido.

Art. 129. Na tomada de contas proceder-se-ha de accôrdo com os regulamentos da Contadoria, tendo-se, todavia, em particular attenção as seguintes verificações:

1.^a Se os livros estão numerados e rubricados pela repartição competente.

2.^a Se a escripturação está feita com asseio, e de conformidade com as disposições do presente regulamento.

3.^a Se as despesas estão devidamente autorizadas e justificadas.

4.^a Se a quantidade dos viveres e dietas recebidas são as correspondentes ás marcadas nas tabellas para o tempo e numero de praças calculados na requisição.

5.^a Se a quantidade de sobresalentes fornecidos está de accôrdo com as tabellas.

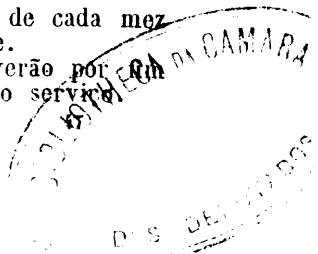
6.^a Se os calculos estão ou não exactos.

7.^a Se a receita precedeu a despesa, como é de rigor em escripturação regular.

8.^a Se o saldo de mantimentos no fim de cada mez foi encontrado no pedido do mez seguinte.

9.^a Se as despesas extraordinarias tiverão por fim satisfazer uma indeclinavel exigencia do serviço.

PARTE II.



10.^a Se forão bem executadas as disposições do presente regulamento sobre a materia sujeita.

Paragrapho unico. Todas as circumstancias importantes da tomada de contas constarão de um relatorio, examinado pelo Contador da Marinha.

Art. 130. O empregado incumbido das verificações supramencionadas responderá por escripto a respeito de cada um dos quesitos, expondo minuciosamente o resultado do exame feito, pelo qual demonstrará o alcance ou accrescimento porventura existente.

Art. 131. O relatorio, a que refere-se o paragrapho do artigo antecedente, será remettido pela Contadoria ao Chefe do Corpo de Fazenda, e por este ao Official de Fazenda para allegar sobre os pontos arguidos, dentro de 15 dias, contados daquelle em que lhe fôr entregue a intimação.

§ 1.^o No tempo comprehendido nesse prazo poderá ser concedida, a requerimento do Official de Fazenda, a revisão de suas contas.

§ 2.^o Será ouvido o Official de Fazenda responsavel, quando assim convier á revisão.

Art. 132. Reconhecendo-se origem criminosa nas faltas existentes nas contas, proceder-se-ha de conformidade com a lei.

Art. 133. Nas contas dos Officiaes de Fazenda de navios armados, concedem-se dez por cento de quebra para os generos alimenticios consumidos na ração diaria do navio.

§ 1.^o Igual abatimento se concede nos seguintes artigos :

Carvão mineral.

Sebo em pão.

Oleos.

Sabão.

Fumo.

Tintas preparadas.

§ 2.^o As porcentagens, a que se refere este artigo, serão calculadas sobre o total da importancia em dinheiro das faltas, que se encontrarem nos generos que ficão mencionados.

Art. 134. Durante o prazo legal da prestação de contas, não poderá o Official de Fazenda entrar no gozo de qualquer licença.

Alcances.

Art. 135. Continuação os Officiaes de Fazenda a deixar em caução metade do soldo, na fôrma da legislação em vigor.

Art. 136. O alcance deve ser pago dentro do prazo improrogavel de 30 dias, a contar da data da intimação.

Bem assim será restituída a caução, deduzido o debito á Fazenda.

Esta restituição terá lugar, na Córte pela Pagadoria da Marinha; e nas Províncias pelas Thesourarias, á vista de uma guia da Contadoria.

Art. 137. Ainda que o alcance seja satisfeito no prazo legal de 30 dias, se na conta de um anno exceder a 500\$, responderão por elle, a juizo do Ministro, em conselho de guerra, o Official de Fazenda como responsavel, e o Immediato como fiscal, de accôrdo com a doutrina do art. 78 cap. 2.º do Regimento Provisioanal da Armada.

§ 1.º Terminado o processo—, independentemente da sentença o Official de Fazenda poderá ser demittido ou reformado, segundo prescreve o art. 133.

A divida, se houver, passará ao Ministerio competente.

§ 2.º Se o alcance não exceder a 500\$, e não houver sido satisfeito dentro do prazo fixado de 30 dias, poderá o Official de Fazenda embarcar por proposta do Chefe do Corpo, deixando, para amortizar a divida, quantia nunca inferior á metade de todos os seus vencimentos.

Art. 138. Sobre proposta do Chefe do Corpo, e quando não haja materia para conselho de guerra, poderá ser demittido o Official de Fazenda, com menos de 10 annos de serviço, que accumular dous alcances; e, nas mesmas condições, reformado o que contar mais daquelle tempo no serviço da Armada.

Art. 139. Ao Official de Fazenda reformado e ao desembarcado se descontará mensalmente quantia nunca inferior á metade do soldo, até amortização completa dos respectivos alcances.

Esta determinação não servirá de obstaculo á cobrança da divida pelos meios estabelecidos na legislação ordinaria.

Art. 140. As contas dos Officiaes de Fazenda poderão ser trancadas por determinação do Governo, dadas circumstancias extraordinarias que impeção a sua li-

quidação, ouvindo-se além disto a Contadoria e o Chefe do Corpo.

Trancadas as contas, serão as cauções restituídas ao Official de Fazenda.

Art. 141. Não receberá o Official de Fazenda o que se lhe dever ao desembarcar, senão depois de haver quitação da repartição competente, continuando todavia a ser pago do soldo.

Substituições.

Art. 142. Para os diversos effeitos do serviço de fazenda e nos impedimentos de qualquer empregado de bordo, se observará o seguinte:

§ 1.º Onde houver um só Cirurgião, será este substituído pelo official encarregado da enfermaria.

§ 2.º Ao Official de Fazenda substituirá o official da Armada de menor graduação, inclusive Guarda-marinha ou Piloto. O substituto será incumbido da escripturação; exercendo o Fiel unicamente as funcções de recebedor e distribuidor dos generos, e assignando as receitas como preposto do Official de Fazenda.

§ 3.º No caso de morte do Official de Fazenda, ou de suspensão a que refere-se o art. 143, se procederá immediatamente ao encerramento das contas, e no primeiro porto ao inventario. Enquanto se não preencher a vaga terá o Fiel sob sua responsabilidade os generos da Fazenda Nacional, e depois de entregal-os ao Official de Fazenda substituto desembarcará para prestar contas.

Art. 143. No impedimento maior de 30 dias, ou definitivo do Official de Fazenda, requisitará o Commandante o preenchimento da vaga, na primeira oportunidade que se lhe offerecer, incorrendo em falta pela demora ou descuido no cumprimento do presente artigo.

Art. 144. De conformidade com o disposto no art. 42 do Decreto de 6 de Maio de 1868, nem os Officiaes de Fazenda, nem os seus Fieis, poderão ser passados de um navio para outro.

Art. 145. Nos casos de fraude reconhecida e comprovada, serão suspensos pelo Commandante da força naval, e substituídos, o Official de Fazenda na fórma do art. 142 deste regulamento, desde logo procedendo-se a inventario, e o Fiel como se acha disposto no art. 26 do Decreto supracitado.

CAPITULO VIII.

DAS BOTICAS.

Art. 146. O fornecimento de medicamentos será fiscalizado pelo Cirurgião-mór; e fóra da Côte pelo Cirurgião da divisão, ou pela pessoa a quem competir.

Paragrapho unico. O Cirurgião do navio fará o pedido, conforme o modelo 52, e de accôrdo com as tabellas para esse fim organizadas.

Art. 147. Haverá um livro Receituário, no qual o Cirurgião, além do nome, posto ou classe do enfermo, e do diagnostico, notará o medicamento que prescrever á cada praça, com designação das quantidades por extenso.

A parte escripta será encerrada logo depois da visita, e assignada pelo Cirurgião e pelo Commandante.

Paragrapho unico. Na escripturação das boticas este livro representa o *Diario*, a que refere-se o art. 82, notando-se, com relação a objectos inutilizados, perdidos ou avariados, a despeza ordinaria como prescreve o art. 86, e a extraordinaria, sob esse titulo, de conformidade com o disposto no art. 53 parte 3.^a

Art. 148. O Receituário justificará a despeza do Pharmaceutico, ou a do proprio Cirurgião, se fór o encarregado da botica.

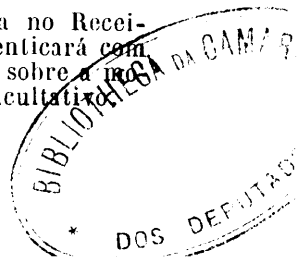
Art. 149. Para balancear e facilitar a prestação de contas, haverá um pequeno Livro Mappa, ao qual se levará, em resumos mensaes feitos pelo encarregado da botica, a receita e despeza.

Art. 150. Os encarregados das boticas prestarão contas quando desembarcarem.

Paragrapho unico. Achando-se a escripturação atrazada, será posta em dia, fóra das horas do serviço, por um empregado da Contadoria, a quem se abonará 10\$000 de cada mez de atrazo, deduzidos da gratificação que percebe o Cirurgião pelo encargo da botica, ou dos vencimentos do Pharmaceutico, se a este pertencer a conta.

Art. 151. Nenhuma conta será tomada sem que preceda exame pelo Cirurgião-mór.

Em seguida á ultima despeza lançada no Receituário emittirá aquella autoridade, e authenticará com a sua assignatura, a opinião que tiver sobre a realidade das despesas e procedimento do facultativo.



Art. 152. Os encarregados, que forem substituídos fóra da Córte, farão entrega das boticas, por inventario, a seus successores, com assistencia do Official Immediato, que assignará no mesmo inventario.

Art. 153. O inventario será em duplicata. Um encerrará a conta do entregador, e o outro dará começo á conta do recebedor.

A mudança de navio importa prestação de contas, as quaes serão sempre remettidas officialmente ao Cirurgião-mór.

Art. 154. O Cirurgião verificará com frequencia o estado das drogas e utensis a cargo do Pharmaceutico; assistirá com elle aos recebimentos, e fiscalizará o transporte dos generos e sua arrecadação a bordo, depois do exame que compete ao Official do quarto.

Art. 155. Os ferros cirurgicos serão entregues pelo Hospital de Marinha da Córte, mediante requisição apresentada por intermedio do Cirurgião-mór; e serão carregados ao Cirurgião do navio no livro de pedidos, pelo qual dará contas.

Se houver Pharmaceutico, a carga se fará em livro especial.

Art. 156. A descarga dos ferros cirurgicos terá lugar, á vista de documento, que prove a entrega ao Hospital, ou a quem substituir o Cirurgião.

§ 1.º A gratificação de botica não será paga ao Cirurgião que prestar contas, senão declarando por escripto o Hospital de Marinha, ou o Cirurgião substituto, que forão entregues em perfeito estado de conservação os instrumentos e drogas medicinaes:

§ 2.º Reconhecido prejuizo ou damno á Fazenda Publica, será a indemnização feita por deducções dos vencimentos do responsavel, Cirurgião ou Pharmaceutico, quando não possa ter lugar de uma só vez, e no prazo de 30 dias fixado no art. 136.

CAPITULO IX.

DOS MACHINISTAS.

Art. 157. Os Machinistas terão a seu cargo e responsabilidade todas as peças, sobresalentes, e ferramentas das machinas, sendo o fornecimento pela respectiva directoria, no armamento do navio.

§ 1.º Tacs objectos deverão constar de inventario feito na directoria de machinas do Arsenal de Marinha da Côrte, ou da Provincia onde o vapor de guerra, ou transporte, passar mostra de armamento. Tudo o mais que não fôr considerado no inventario ficará a cargo do Official de Fazenda, o qual procederá de accôrdo com o art. 30.

§ 2.º No desarmamento do navio, o empregado da Contadoria, auxiliado por um perito da officina competente, dará conta por escripto ao seu chefe do estado do inventario.

§ 3.º Nenhuma peça da machina será entregue na officina, sem que esta dê ao Machinista o competente recibo, o qual será resgatado voltando o objecto para bordo.

Art. 153. A respeito das peças adquiridas fóra da Côrte para substituição de outras na machina, proceder-se-ha analogamente ao disposto nos §§ 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do art. 159.

§ 1.º O inventario passará do Machinista ao seu successor, mediante um recibo escripto e assignado por este no livro respectivo, e authenticado com a assignatura do Immediato.

§ 2.º Se não encontrar a machina, sobresalentes e ferramentas, de conformidade com o descripto no inventario, no mesmo recibo dirá o novo Machinista quanto occorrer a fim de resalvar sua responsabilidade.

§ 3.º Para os fins convenientes o Commandante communicará á Contadoria o que constar desse ultimo documento, informando com os esclarecimentos que obtiver.

§ 4.º Da Caderneta deverá constar se o Machinista acha-se quite com a Fazenda Nacional, mencionando-se as faltas e a sua importancia, a fim de que se dê a competente indemnização.

CAPITULO X.

DOS MESTRES.

Art. 159. Os Mestres dos navios do Estado terão em carga a mastreação com o apparelho fixo do navio, e em geral todo o material náutico permanente a bordo.

§ 1.º Esses objectos serão fornecidos pelo Armazem ou Deposito Naval, a que refere-se o art. 10 do De-

creto n.º 4045 de 19 de Dezembro de 1867, e constará de inventario organizado por aquella mesma repartição.

§ 2.º No inventario serão especificados os artigos que tiverem de ficar a bordo, e bem assim aquellos que, pelo desarmamento, deverem ser restituídos ao Deposito.

§ 3.º Os artigos inutilizados ou extraviados serão substituidos por outros, dando o Immediato a despeza no Livro Diario, e mencionando, sob o titulo *Arrecadação*, o objecto, restituído no todo ou em parte, ou o seu extravio, se pelo valor não depender de termo á conta do Official de Fazenda.

§ 4.º Não sendo possível a substituição do objecto extraviado, no proprio inventario far-se-ha a competente declaração, escrevendo e assignando os officiaes mencionados no art 100. Feita porém, a aquisição, proceder-se-ha de accôrdo com o paragrapho seguinte.

§ 5.º Se o objecto requisitado não tiver igual no inventario, será entregue ao Mestre, mediante as cautellas prescriptas no art. 30.

§ 6.º Dada porém a substituição, a inscripção do objecto entregue, feita no inventario do Mestre, subsistirá como pertencente ao objecto novo.

Art. 160. A entrega dos objectos carregados ao Mestre será feita, no todo ao seu substituto; ou em parte ao Deposito, pelo desarmamento do navio.

§ 1.º No primeiro caso, o substituto, depois de tomar conhecimento do existente, e do que esteja sómente representado por documentos, passará recibo no proprio inventario, com as declarações que lhe occorrerem para garantir sua responsabilidade.

O Immediato dirigirá este serviço, e com sua assignatura authenticará as declarações, fazendo-se, por intermedio do Commandante, á Contadoria quaesquer communicações que interessarem á Fazenda.

§ 2.º No segundo caso, o Deposito dará ao Mestre recibo, para ser resgatado quando voltarem os objectos para bordo.

§ 3.º Na mostra de desarmamento, o empregado da Contadoria, acompanhado de um perito que não seja o responsavel, verificará o inventario, e do resultado dará conta por escripto ao seu chefe.

Art. 161. A nota de desembarque, lançada na Cader-neta do Mestre, deverá attestar se teve elle ou não faltas pela passagem do inventario ao seu successor, as quaes serão transcriptas no caso affirmativo. Esta nota, como fica estabelecido no art. 91, constará igualmente do livro de soccoros.

CAPITULO X.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS.

Art. 162. O expediente de bordo, não mencionado no presente regulamento, será feito pelo Escrevente, ou na falta deste por uma praça da confiança do Commandante, nunca pelo Official de Fazenda.

§ 1.º Os Officiaes de Fazenda communicarão ao Chefe do Corpo as occurrencias relativas ao serviço a seu cargo, cujo conhecimento possa interessar á Fazenda Publica, ficando revogado o art. 74 do Decreto n.º 4214 de 20 de Junho de 1868.

§ 2.º A' vista destas communicações, o Chefe do Corpo dará as providencias que lhe parecerem necessarias, recorrendo ao Ministro, nos casos que dependerem de sua deliberação.

§ 3.º Regressando das commissões, se apresentarão ao mesmo Chefe, para lhe prestar, verbalmente ou por escripto, os esclarecimentos que este exigir relativamente ao serviço.

Art. 163. O Official de Fazenda terá a bordo camarote espaçoso e claro, onde possa archivar livros e papeis, e fazer o serviço de escripturação.

§ 1.º Documentos que se referirem á despesa de dinheiro, e outros de igual importancia serão guardados no cofre do navio.

§ 2.º Os Fieis serão assemelhados aos Mestres dos navios, e como taes terão camarotes á prôa.

Art. 164. Quando, por motivo de disciplina, o Commandante do navio tenha de impôr castigo de prisão ao Official de Fazenda, não o impedirá todavia de dirigir o serviço dos paioes.

Art. 165. Para realizar, nos arsenaes, o concerto de armamento e mais objectos de bordo, proceder-se-ha do seguinte modo:

1.º Na officina será apresentado o objecto a concertar com bilhete despachado pela autoridade competente.

2.º O Mestre da officina dará recibo ao Official de Fazenda.

3.º No bilhete acima referido o Official de Fazenda mencionará o recebimento do objecto concertado, e então o Mestre da officina deverá inutilisar o recibo que houver passado.

Art. 166. No caso em que o objecto a concertar tenha de ser substituido, ou immediatamente, por

motivo da partida do navio a que pertencer, ou porque delle se careça a todo o momento, se fará entrega do dito objecto, seguindo-se o processo prescripto no art. 78.

Art. 167. Nos portos estrangeiros, e nos do Imperio onde não houver arsenaes, poderão ser feitos por operarios particulares os reparos ou fabricos de que precisarem os navios, mediante ordem da autoridade superior, ou de conformidade com as instrucções para esse fim recebidas pelo Chefe das forças, ou pelo Commandante do navio.

Nestes casos, o Official de Fazenda organizará, em duplicata, e à vista do caderno dos quartos, mappas semanaes dos operarios contractados para semelhante serviço.

Dos mappas, modelo X, deverá constar o nome de cada operario, o jornal que vencer, os dias de trabalho, e finalmente, em *Observação*, o serviço feito.

Taes documentos serão examinados e assignados pelo Commandante e pelo Immediato.

Na 1.^a via o Commandante em chefe dará o competente despacho para pagamento da fêria; e a 2.^a, com a sua assignatura, será enviada opportunamente à Contadoria de Marinha.

Art. 168. O Official de Fazenda, que ás obrigações ordinarias do seu emprego reunir as de Pagador de força naval, composta pelo menos de seis navios, perceberá, além dos seus vencimentos, uma gratificação mensal marcada pelo Ministro, a qual sómente lhe será paga à vista de quitação, e se não estiver comprehendido no disposto no art. 137.

Art. 169. Aos Officiaes de Fazenda incumbidos dos trabalhos a que refere-se o art. 124 marcar-se-ha, além do soldo, uma gratificação mensal que não excederá de 80\$000, sendo tambem obrigados ao serviço e ao ponto da respectiva repartição.

Art. 170. O serviço de fazenda, quanto aos supprimentos da esquadra em circumstancias extraordinarias de tempo de guerra, será feito por instrucções, a que servirá de base o presente Regulamento, de accôrdo porém com o art. 5.^o da Lei n.^o 1250 de 8 de Julho de 1865.

Art. 171. No desempenho dos seus deveres o Official de Fazenda deverá exclusivamente cingir-se ás disposições do presente Regulamento, ficando por isso revogados os artigos do Regimento Provisional da Armada, e quaesquer outras disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1870.

Barão de Cotequipe.

**Elenco dos modelos annexos ao Decreto e Regulamento
n.º 4542 A de 30 de Junho de 1870.**

A.		De pedidos de dinheiro.
B.		» » de mantimentos.
C.		» » de sobressalentes.
D.		De entregas ou remessa para o almoxarifado.
E.		Diario de despeza.
F.	Livros	De soccorros.
G. H. I.		Cadernetas subsidiarias.
J.		De cautelas.
K.		De conta corrente de dinheiros.
L.		De registro de letras.
M.		De pedidos de medicamentos.
N.		De dinheiros para verduras.
O.		De dinheiros para inteiração de rações.
P.		De dinheiros de navio para navio.
Q.		De mantimentos:
R.	Suprimentos.	De pão e carne.
S.		De sobressalentes pelo almoxarifado.
T.		De sobressalentes pelo fornecedor.
U.		De sobressalentes de navio a navio.
V.		De viveres a praças de outros ministerios.
X.		Folha de pagamento a operarios.
Y.		Autorização para saques de letras.
Z.		Inventarios dos mestres e machinistas.

Chefe do Corpo de Fazenda.

Chefe do Corpo de Fazenda.

[illegible]

Chefe do Corpo de Fazenda.

Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.	CONTRAPROVA.	REQUISIÇÃO N.																																																																																															
1869 a 1870.	1869 a 1870.	1869 a 1870.																																																																																															
<p>Para..... remettem-se os generos abaixo declarados para rações e..... luzes, sendo..... de azeite doce, deduzido o existente a bordo segundo a declaração feita no verso da requisição. Estes generos serão entregues ao Sr.....</p>		<p>Municiamento..... praças e..... luzes, sendo..... de azeite doce, descontados os generos constantes do verso da requisição. Bordo.....</p> <p>..... Imediato..... Recebi do Sr..... os generos seguintes:</p>																																																																																															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%;">GENEROS.</th> <th style="width: 50%;">QUANTIDADES.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Arroz.....</td><td></td></tr> <tr><td>Assucar.....</td><td></td></tr> <tr><td>Aguardente.....</td><td></td></tr> <tr><td>Azeite doce.....</td><td></td></tr> <tr><td>Dito de luz.....</td><td></td></tr> <tr><td>Bolacha.....</td><td></td></tr> <tr><td>Bacalhão.....</td><td></td></tr> <tr><td>Café em grão.....</td><td></td></tr> <tr><td>Carne de vacca salgada.....</td><td></td></tr> <tr><td>Farinha.....</td><td></td></tr> <tr><td>Feijão.....</td><td></td></tr> <tr><td>Peixe salgado.....</td><td></td></tr> <tr><td>Sal.....</td><td></td></tr> <tr><td>Toucinho.....</td><td></td></tr> <tr><td>Vinagre.....</td><td></td></tr> </tbody> </table>	GENEROS.	QUANTIDADES.	Arroz.....		Assucar.....		Aguardente.....		Azeite doce.....		Dito de luz.....		Bolacha.....		Bacalhão.....		Café em grão.....		Carne de vacca salgada.....		Farinha.....		Feijão.....		Peixe salgado.....		Sal.....		Toucinho.....		Vinagre.....		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%;">GENEROS.</th> <th style="width: 20%;">QUANTIDADES.</th> <th style="width: 10%;">UNIDADE.</th> <th style="width: 20%;">PREÇO.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Arroz.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Assucar.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Aguardente.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Azeite doce.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Dito de luz.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Bolacha.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Bacalhão.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Café em grão.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Carne de vacca salgada.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Farinha.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Feijão.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Peixe salgado.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Sal.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Toucinho.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Vinagre.....</td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	GENEROS.	QUANTIDADES.	UNIDADE.	PREÇO.	Arroz.....				Assucar.....				Aguardente.....				Azeite doce.....				Dito de luz.....				Bolacha.....				Bacalhão.....				Café em grão.....				Carne de vacca salgada.....				Farinha.....				Feijão.....				Peixe salgado.....				Sal.....				Toucinho.....				Vinagre.....			
GENEROS.	QUANTIDADES.																																																																																																
Arroz.....																																																																																																	
Assucar.....																																																																																																	
Aguardente.....																																																																																																	
Azeite doce.....																																																																																																	
Dito de luz.....																																																																																																	
Bolacha.....																																																																																																	
Bacalhão.....																																																																																																	
Café em grão.....																																																																																																	
Carne de vacca salgada.....																																																																																																	
Farinha.....																																																																																																	
Feijão.....																																																																																																	
Peixe salgado.....																																																																																																	
Sal.....																																																																																																	
Toucinho.....																																																																																																	
Vinagre.....																																																																																																	
GENEROS.	QUANTIDADES.	UNIDADE.	PREÇO.																																																																																														
Arroz.....																																																																																																	
Assucar.....																																																																																																	
Aguardente.....																																																																																																	
Azeite doce.....																																																																																																	
Dito de luz.....																																																																																																	
Bolacha.....																																																																																																	
Bacalhão.....																																																																																																	
Café em grão.....																																																																																																	
Carne de vacca salgada.....																																																																																																	
Farinha.....																																																																																																	
Feijão.....																																																																																																	
Peixe salgado.....																																																																																																	
Sal.....																																																																																																	
Toucinho.....																																																																																																	
Vinagre.....																																																																																																	
<p>Os generos acima mencionados foram recebidos a bordo e conferem as quantidades.</p> <p style="text-align: right;">..... Oficial do quarto.</p> <p>Lançado no Livro Mappa a fl....</p>																																																																																																	

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO — C.

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.

CONTRAPROVA.

REQUISIÇÃO N.

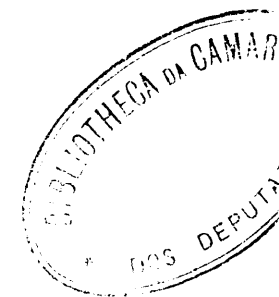
Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO—D.

Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.	CONTRAPROVA.	REMESSA n.º
<p>1869-70.</p> <p>Remette-se para a ...ª Secção do Almoxa- rifado por não serem precisos a bordo: 20 Espingardas: a 12\$000. 6 Polvarinhos de sola: a 6\$000.</p> <p>Bordo da Corveta no porto de, de de</p> <p>..... Immediato, Official de Fazenda.</p>	<p>1869-70.</p> <p>Ajudante do Intendente.</p> <p>De fls. ... do livro de termos desta Secção consta a entrega pelo Official de Fazenda do navio , dos seguintes objectos: Espingardas: vinte a 12\$000. Polvarinhos de sola: seis a 6\$000.</p> <p>Secção do Almocharifado, .. de de</p> <p>..... Almocharife, Escrivão.</p> <p>Lançado no livro mappa a fl. ,</p>	<p>Receba-se. Intendencia da Marinha, ... de de</p> <p>..... Intendente da Marinha,!</p> <p>1869-70.</p> <p>Remette-se para a... Secção do Almocharifado os objectos seguintes por não serem precisos a bordo: Espingardas: vinte a 12\$000. Polvarinhos de sola: quatro a 6\$000.</p> <p>Bordo da Corveta no Rio de Janeiro, .. de de</p> <p>..... Immediato, Official de Fazenda.</p> <p>..... Official do Quarto.</p> <p>Termo a fl. do livro respectivo.</p> <p>..... Escrivão</p>

N. B. —Este livro serve unicamente para as entregas que se fizerem ao almocharifado.



.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO—E.

Diario da despesa.

**Rações distribuidas, hoje terça feira do No-
vembro de, a bordo d.....
em viagem.**

RAÇÕES.		DIETAS.				LUZES.		
NUMERO DA TABELA.	QUANTIDADES.	ESPECIES.	NUMERO DE DOENTES.	ESPECIES.	NUMERO DE DOENTES.	AZEITE DOCE.	AZEITE ORDINARIO.	KEROSENE.
2	Duzentas noventa e nove.	1. ^a	Seis.	3. ^a	Quatro.	Oito.	Dezesseis.	Duas.
		2. ^a	Dous.	4. ^a	Trez.			

Observações.

- 1.^a No numero das rações incluem-se vinte fornecidas a praças do Exército, e cinco a praças do Corpo Policial da Corte.
- 2.^a Dou-se arroz em lugar de feijão, por não haver este genero a bordo.
- 3.^a Não receberão aguardente dez menores, que se destinão à Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte.
- 4.^a A contar de hoje supprime-se á guarnição um terço da ração nos seguintes generos: arroz, carne salgada e farinha.
- 5.^a Além das dietas supramencionadas, deu-se a um doente um oitavo de vinho.
- 6.^a Distribuirão-se quatro latas de verduras.

.....
Commandante.

.....
Immediato.

Sobresalentes.

ESPECIES.	QUANTIDADES.	APPLICAÇÕES.
Tinta preparada...	Vinte e oito libras.....	} Para pintar os escaleres.
Óleo de linhaça...	Quatro libras.....	
Rezes de ouro.....	Quatro onças.....	
Agua-raz	Uma libra.....	

.....
Commandante.

.....
Official do Quarto.

ESPECIES.	QUANTIDADES.	APPLICAÇÃO.
-----------	--------------	-------------

Merlim.....	Seis libras.....	Para botões do aparelho.
Lona velha.....	Dez varas.....	Para presilhas.
Alcatrão.....	Um barril.....	Para refrescar o aparelho

.....

Commandante.

Official do Quarto.

Brim velho.....	Seis varas.....	Para limpeza de amarellos
Tijolo inglez	Um.....	Idem.

Lona nova	Oito varas	} Produziu um sacco para conduccão de pão.
Fio de vela	Uma libra	

.....

Commandante.

Cabo alcatroado . Vinte arrobas e quinze libras... Para o aparelho.

Sebo em pão..... Trinta e oito libras..... Para dar nos mastaréos.

.....

Commandante.

Official do Quarto.

Filele-sortido.....	Oito covados.....	} Para concertar ban lei-
Linha de coze.r..	Duas oncas.....	

Chumbo em lençol. Oito libras.....	} Para forrar os trinca-
Taxas de cobre.... Oito onças.....	

.....

Commandante.

Oficial do Quarto.

Lona nova.....	Cento e quarenta varas.....	} Para concertar a gavia grande.
Fio de vela.....	Cinco libras.....	

.....

Commandante.

Oficial do Quarto.

Camisas de baeta. Vinte	} Distribuídos às praças mencionadas na rela- ção sob n.º 3.
Calças de panno.. Cinco	
Lenços de seda... Cinco	
Bonés de panno... Dez	

• • • • •

Comandante.

MODELO—F.

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

Livros de soccorros.

Carvoeiro.

Antonio da Costa Guimarães.

CLASSE.	NOME.	SIGNAES.					
		Ordinarios.				Particulares.	
Carvoeiro.....	Antonio da Costa Guimarães.	Naturalidade ..	Pernambuco.....	Côr.....	Branco..	Cicatriz na face es- querda.	
		Idade.....	35 annos	Cabellos ..	Crespos.		
		Estado.....	Solteiro.....	Olhos....	Negros..		
		Estatura	5 pés e 6 pollegadas.	Barba....	Pouca ..		
Gratificação.....	José da Costa Guimarães e Maria da Silva.						

TAS EXPLICATIVAS DO DEBITO E CREDITO.	DEBITO.					CREDITO.		HISTORICO.
	DESCONTOS.					VENCIMENTOS.	LIQUIDADO.	
	Asylo.	Hospital.	Fardamento.	Por outros motivos.	Total.			
1868 a 1869.								
— Gratificação de dezeseite a fim de Carvoeiro.....	\$	\$	\$	\$	\$	14\$000	14\$000	Engajou-se em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e oito para servir de carvoeiro por um anno com a gratificação mensal de vinte e quatro mil réis.
..... Empregado da Contadoria. a em 19 de Março de 1868.							 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... Escrivão do Pagador. Deu em vinte e oito do mesmo mez de de panno: um 2\$700							 Baixa ao hospital em doze de Abril de mil oitocentos sessenta e oito.
..... mandante.							 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... mediato. Official de Fazenda.							 Veio com alta a vinte e quatro do mesmo mez e anno.
..... Gratificação de Março com desconto de mil e setecentos de fardamento.	\$	\$	2\$700	\$	2\$700	14\$000	11\$300 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... Empregado da Contadoria. recebeu a gratificação de Março por o hospital.							 Baixa ao hospital a vinte tres de Maio dito.
..... Escrivão do Pagador.							 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... Gratificação de Março e Abril com o de dous mil e setecentos réis de ento e doze dias de hospital.....	\$	9\$600	2\$700	\$	12\$300	48\$000	35\$700 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... Empregado da Contadoria. em 21 de Maio de 1868.							 Desembarcou a vinte e nove de Junho de mil oitocentos sessenta e oito.
..... Escrivão do Pagador.							 Commandante. Immediato. Official de Fazenda.
..... Gratificação de Maio a vinte e oito ho por ter de desembarcar a vinte com desconto de vinte e dous dias nital.....	\$	17\$800	\$	\$	17\$800	46\$400	28\$800	
..... Empregado da Contadoria. a 29 de Junho de 1868.								
..... Escrivão do Pagador.								

MODELO — G.

Caderneta subsidiaria do Livro de Soccorros

Pertencente ao 1.º Tenente

.....

Encarregado do Quartel General. 4

Numerada e rubricada pelo Sr..... em vista
de autorização que lhe dei.

Repartição do Corpo de Fazenda..... de..... de....

.....

Chefe do Corpo de Fazenda.

NOTAS EXPLICATIVAS DO DEBITO E CREDITO.	DEBITO.		
	DESCONTOS.		
	Hospital.	Por outros motivos.	Total.
Está pago de soldo de terra até Janeiro proximo passado. ...Secção da Contadoria da Marinha, 3 de Março de 1869. Chefe de Secção.			
N.ºs — Recebeu em soldo de Fevereiro e Março, maiorias e o equivalente a velas para luzes deste ultimo mez e comedorias de Março e Abril...	\$	\$	\$
..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.			
N.ºs — Recebeu em soldo, maiorias e o equivalente a velas para luzes de Abril e Maio e comedorias de Maio e Junho	\$	\$	\$
..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.			
N.ºs — Recebeu em soldo, maiorias e o equivalente a velas para luzes de Junho e comedorias de Julho.....	\$	\$	\$
..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.			
N.ºs — Recebeu em soldo de Julho, com desconto de onze dias de hospital, o equivalente a velas para luzes, maiorias do dito mez e comedorias de Agosto	\$	\$	\$
..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.			
N.ºs — Recebeu em soldo, maiorias e o equivalente a velas para luzes de Agosto e comedorias de Setembro com desconto da 5.ª parte para amortização de sua divida.....	\$	\$	\$
..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.			

CREDITO.		
VENCIMENTOS.	LIQUIDADO E PAGO.	HISTORICO.
		<p>Vai servir na qualidade de Official na Corveta..... Quartel General da Marinha, tres de Março de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>..... Encarregado do Quartel General.</p> <p>Apresentou-se a bordo no mesmo dia.</p>
§	§	<p>..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.</p> <p>Baixa ao hospital da Marinha em cinco de Julho do mesmo anno.</p>
§	§	<p>..... Commandante. Immediato. Cirurgião.</p> <p>Teve alta hoje. Hospital de Marinha, desceise de Julho do dito anno.</p> <p>..... Director.</p>
§	§	<p>Apresentou-se a bordo no mesmo dia.</p> <p>..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.</p>
§	§	<p>Por Aviso de oito de Agosto de mil oitocentos ses- senta e nove publicado em Ordem do dia de doze do referido mez, do Commando em Chefe da Divisão do Districto, mandou-se-lhe adiantar tres mezes de soldo na importancia de cento e oitenta mil réis para lhe ser descontado mensalmente pela quinta parte de seus vencimentos.</p>
§	§	<p>Em observancia da ordem do Quartel General da Marinha de onze de Agosto de mil oitocentos ses- senta e nove, publicada em Ordem do dia da Divisão Naval do..... Districto de vinte e dous do mesmo mez, passou para o transporte <i>Isabel</i> a quatro de Setembro a fim de regressar ao Rio de Janeiro.</p>
§	§	<p>..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.</p> <p>Desembarcou no Rio de Janeiro a quinze de Se- ptembro de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>..... Commandante. Immediato. Offi. de Fazenda.</p>

MODELO — II.

Caderneta Subsidiaria do Livro de Soccorros.

PERTENCENTE AO CARVOEIRO.

Antonio da Costa Guimarães.

FILIAÇÃO.	NATURALIDADE.	IDADE.	ESTADO.	ESTATURA.	COR.	CABELLOS.	OLHOS.	BARBA.
Filho de José da Costa Guimarães.	Pernambuco.	35 annos.	Solteiro.	5 pés e 6 pollegadas.	Branca.	Crespos e pretos.	Pretos.	Pouca.

Signaes particulares.

Cicatriz na face esquerda.

.....

Commandante.

.....

Official de Fazenda.

Numerado e rubricado pelo Sr.....

.....
em vista de autorização que lhe dei.

Repartição do corpo da Fazenda.....

.....

.....

MODELO—1.

Caderneta subsidiaria do Livro de Soccorros.

BATALHÃO NAVAL.

9.^a COMPANHIA.

N. 95.

José Antonio do Nascimento.

FILIAÇÃO.	NATURALIDADE.	IDADE.	ESTADO.	ESTATURA.	CÔR.	CABELLOS.	OLHOS.	BARBA.
Francisco de Paulo Toscano.	Bahia.	Vinte e tres annos.	Solteiro.	Quatro pés e oito pollegadas.	Branco.	Pretos.	Pardos.	Pouca.

Signaes particulares.

.....
.....
Immediato.

.....
.....
Official do Fazenda.

MODELO — K.

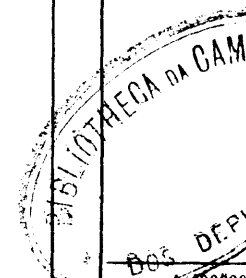
Deve.

F . . . Oficial da Corveta em % com a Fazenda Nacional.

Haver.

1867.					
Janeiro.....	24	A importancia de dous mil patações, que correspondem, conforme o cambio de dous mil e duzentos réis o patação, á quatro contos e quatrocentos mil réis.....	1		4.400\$000
		Producto da letra n.º 1 sacada hoje por ordem do Commandante em chefe contra o Thesouro Publico Nacional, e á favor de F...			
	 Official de Fazenda.			
<hr/>					
4:400\$000					

1867.					
Janeiro.....	24	Documento n.º	1		1:600\$000
	 Official de Fazenda.			
		Documento n.º	2		800\$000
	 Official de Fazenda.			
		Saldo que passa ao mez de Fevereiro.....			2:000\$000

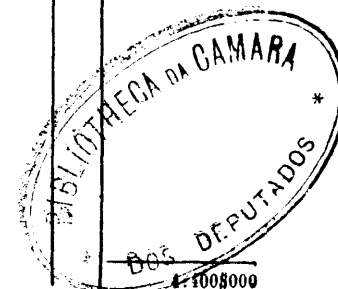


BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bordo d..... .. em Montevideo, 31 de Janeiro de 1869.

.....

Official de Fazenda.



Chefe do Corpo de Fazenda.

Registro.

N. 1.

Rs. 8:000\$000 (Oito contos de réis) correspondentes a tantos patações ou a tantas onças de ouro ao cambio de.....
recebidas do Sr.....

Montevideo 5 de Janeiro de 1869.

F. F.
Commandante. Official de Fazenda.

Foi recebida a quantia acima e entrou para o cofre.

F. F.
Commandante. Official Immediato.

F.
Official de Fazenda.

MODELO L.

1.ª Via.

Rs. 8:000\$000

Bordo surta em Montevideo, etc.

A quinze dias precisos sirva-se V. S. pagar, por esta 1.ª via de letra, não o havendo feito pela 2.ª, ao Sr. F., ou á sua ordem, a quantia de oito contos de réis, moeda corrente do Imperio, correspondente a tantos mil patações, ao cambio de tantos mil réis por patação, recebidos do mesmo senhor. Aquella importancia tem de ser applicada ao pagamento de soldos, comedorias e mais vencimentos do pessoal, viveres, sobresalentes e outras despezas feitas por este navio. E no dia de seu vencimento rogo se faça o devido pagamento.

F.
Commandante do navio.

Ilm. Sr. F.
Thesoureiro do Thesouro Publico Nacional.

F.
Official de Fazenda.

2.ª Via.

Rs. 8:000\$000

N. 1.

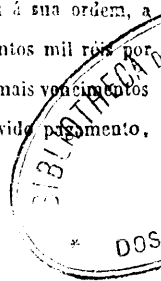
Bordo d..... surta em Montevideo, etc.

A quinze dias precisos sirva-se V. S. pagar, por esta 2.ª via de letra, não havendo feito pela 1.ª, ao Sr. F., ou á sua ordem, a quantia de oito contos de réis, moeda corrente do Imperio, correspondente a tantos mil patações, ao cambio de tantos mil réis por patação, recebidos do mesmo senhor. Aquella importancia tem de ser applicada ao pagamento de soldos, comedorias e mais vencimentos do pessoal, viveres, sobresalentes e outras despezas feitas por este navio. E no dia de seu vencimento rogo se faça o devido pagamento.

F.
Commandante do navio.

Ilm. Sr. F.
Thesoureiro do Thesouro Publico Nacional.

F.
Official de Fazenda.



Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO M.

Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.º

CONTRAPROVA.

REQUISIÇÃO N.º

1869 A 1870.

1869 A 1870.

1869 A 1870.

Requisição feita nesta data :

Agua de flor de laranjeira Libras.... 1
Oleo de ricino..... » 2
Sulfato de quinino..... Onças 10

Bordo do Encouraçado , no porto
de Assumpção, em ... de de 18...

.....
Immediato.

.....
Cirurgião.

O Sr., Cirurgião do Encouraçado , recebo os medicamentos abaixo declarados em cumprimento do despacho do Chefe do Estado-Maior da Esquadra, exarado na requisição que me foi apresentada.

Agua de flor de laranjeira Uma libra por 560.
Oleo de ricino..... Duas libras a 600.
Sulphato de quinino..... Dez onças a 58000.

Cidade d..... de de 18...

.....
Fornecedor.

Forão recebidos a bordo os objectos supramencionados.

.....
Official do Quarto.

REQUISIÇÃO N.º
1869 A 1870.
Rubrica do Chefe do Corpo de Sauté ou de quem fizer as suas vezes no lugar do fornecimento.

Precisa-se para fornecimento da botica deste Encouraçado dos medicamentos seguintes:

Agua de flor de laranjeira Uma libra.
Oleo de ricino..... Duas libras.
Sulphato de quinino..... Dez onças.

Bordo do Encouraçado , no porto de
.. de de 18....

.....
1.º Cirurgião.

Recbi na mesma data do Sr. os artigos e quantidades supramencionados.

.....
1.º Cirurgião

Observação.

Se no navio houver Pharmaceutico, escreverá este o registro e a requisição que assignará com o Cirurgião, o qual com o seu confere authenticará tambem o recibo.

Chefe do Corpo de Fazenda.

Chefe do Corpo de Fazenda.

[illegible]

Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO — S.

Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.

CONTRAPROVA.

REQUISIÇÃO N.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

Objectos pedidos á.... Secção do Almojarifado.

Lona nova... Duas peças.

Obrêas..... Um massô.

Brim novo... Duas peças.

Brim velho.. Quarenta varas.

Bordo d..... no porto d..... de..... de....

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Remettem-se para bordo de..... os generos abaixo declarados, que em virtude do despacho de ... do corrente forão entregues ao Sr....., Official de Fazenda, na presença do Sr. Official Immediato.....

Lona nova.. Duas peças	Peça.....	40\$000
Obrêas..... Um massô.....	Masso	\$500
Brim novo.. Duas peças	Peça.....	30\$000
Brim velho. Quarenta varas.....	Vara.....	\$100

... Secção do Almojarifado da Marinha em... de..... de....

.....
Almojarife.

.....
Escrivão.

Forão recebidos a bordo d..... e conferem as quantidades.

Em ... de..... de....

.....
Official do Quarto.

Lançado no Livro mappa a fl

Entregue-se. Intendencia da Marinha, ... de..... de....

.....
Commandante.

.....
Intendente.

Para bordo de....., pela Secção do Almojarifado, precisa-se o seguinte:

Lona nova... Duas peças.

Obrêas..... Um massô.

Brim novo.. Duas peças.

Brim velho.. Quarenta varas.

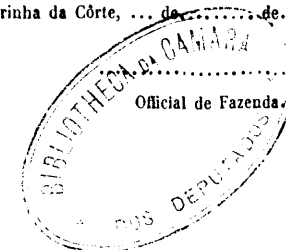
Bordo d..... no porto d..... em... de..... de....

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Recebi do Sr..... os objectos supramencionados.

... Secção do Almojarifado da Marinha da Côte, ... de..... de....



.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO—T.

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.

CONTRAPROVA.

REQUISIÇÃO N.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

Registrão-se os generos abaixo declarados pedidos para bordo deste navio por não os terem de boa qualidade os fornecedores :

Filele..... 50 covados

Brim novo..... 4 peças

Lona nova estreita . 2 peças

Fio de vela..... 6 libras

Bordo de..... no porto de..... em... de..... de....

.....

Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Remettem-se para o navio..... os generos abaixo declarados, que, em virtude do despacho de... de..... de.... forão entregues ao Sr. Official de Fazenda.....

.....

Filele, cincoenta covados a 500 réis.

Brim novo, quatro peças a 36\$000.

Lona nova estreita, duas peças a 36\$000.

Fio de vela, seis libras a 600 réis.

Montevideo, ... de..... de....

.....

Capitão Tenente Immediato.

.....
Fornecedor.

Forão recebidos no mesmo dia a bordo do navio..... e conferem as quantidades.

.....

Official do Quarto.

Lançado no Livro Mappa a fl.

.....
Commandante.

.....
Commandante de Divisão.

Precisa-se comprar para este navio os seguintes objectos, por não os terem de boa qualidade os fornecedores :

Filele, cincoenta covados.

Brim novo, quatro peças.

Lona nova estreita, duas peças.

Fio de vela, seis libras.

Bordo do navio..... em... de..... de....

.....

Capitão Tenente Immediato.

.....

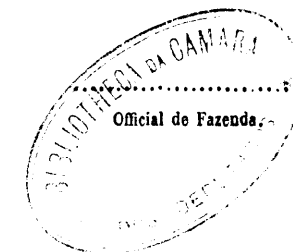
Official de Fazenda.

Recebi na mesma data do Sr..... os objectos supramencionados.

Confere.

.....

Immediato.



.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

MODELO—U.

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

REGISTRO N.

CONTRAPROVA.

REQUISIÇÃO N.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

1869 a 1870.

Requisitarão-se ao navio..... os objectos seguintes:

Camizas de brim..... 100
Calças de brim..... 100
Lenços de seda..... 100

Bordo d..... no porto de..... em... de..... de....

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Remettem-se para bordo da Corveta..... os objectos seguintes, que serão entregues
ao Official de Fazenda da ... Classe em virtude do despacho
exarado na requisição competente pelo Commandante em chefe:

Camizas de brim. Cem.....	Uma.	1\$800
Calças de brim... Cem.....	Uma.	1\$950
Lenços de seda... Cem.....	Um..	2\$000

Bordo d..... no porto de..... em... de..... de....

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Os objectos acima declarados seguirão para o navio..... em... de..... de....

.....
Official do Quarto.

Forão recebidos a bordo do navio....., e conferem as quantidades.

Em... de..... de....

.....
Official do Quarto.

Lançado no Livro Mappa a fl.

.....
Entregue-se. Bordo e
... em... de..... de....

.....
Commandante.

.....
Commandante em Ch.

Precisa esta Corveta que pelo navio..... se forneção os objectos seguintes:

Camizas de brim. Cem.
Calças de brim... Cem.
Lenços de seda... Cem.

Bordo da Corveta..... em... de..... de....

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Recebi do Sr....., Official de Fazenda do navio..... os obje
supramencionados.

..... de..... de....

.....
Confere.

.....
Immediato.



MODELO V.

Mappa dos mantimentos gastos com 50 praças do Batalhão..... transportadas neste navio do Rio de Janeiro a Provincia de..... desde o 1.º até 10 de Março de.... as quaes forão muniçadas por ordem do Quartel General da Marinha desde 25 de.... de..... até....

DATAS DA DESPEZA.		ARROZ.		AGUARDENTE.	AZEITE DOCE.	ASSUCAR.	BOLACHA.	CAFÉ.	CARNE.										FARINHA.	FEIJÃO.	CARVÃO DE PEDRA.	SAL.	TOUÇINHO.	VINAGRE.	IMPORTANCIA TOTAL.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
									Vacca.					Porco salgado.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
									q	lb	o/o	Pracas.	Pracas.	q	lb	o/o	Pracas.	Pracas.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
18..	Março.	1	q	lb	Pracas.	Medidas.	Pracas.	Medidas.	Pracas.	q	lb	Pracas.	Medidas.	Pracas.	q	lb	Pracas.	Medidas.	Pracas.	q	lb	Pracas.	Medidas.	Pracas.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

OBSERVAÇÕES.

- 1.ª A distribuição foi igual á da guarnição do navio, e regulada pelas Tabellas.
 - 2.ª A importancia dos generas foi calculada pelos preços tirados do Livro de Receita, e consta do verso deste Mappa. Bordo do..... no Rio de Janeiro.....
-
 Official immediato.
-
 Official de Fazenda.



MODELO — X.

Pague-se, e abone-se em despesa ao official de fazenda.

Bordo.....
.....

Capitão de Fragata.

**Relação dos operarios que trabalharão a bordo deste
Brigue de..... a..... do corrente mez, a saber:**

Offícios.	Nomas.	Dias.	Jernaes.	Importan- cias.	OBSERVA- ÇÕES.
Calafates.	F.....	6	800	4\$800	Calafet- tário o navio por den- tro.
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
	F.....	6	800	4\$800	
Réis.				48\$000	

Importa na quantia de quarenta e oito mil réis.
Bordo, etc.

.....
Commandante.

.....
Official de fazenda.

.....
Immediato.

Fez-se o pagamento no dia

.....
Immediato.

.....
Official de Fazenda.

Lançada no livro de receita e despesa de dinheiro
a fls.

MODELO Y.

Autorizo ao Sr..... Official
de Fazenda da Divisão ou do navio.....
a sacar nesta praça, a quantia de.....
..... passando e assignando
letras contra o Thesouro Publico Nacional, a quinze dias
de vista, as quaes só serão válidas com a minha assigna-
tura. A referida quantia deve ser entregue ao mesmo
Official de Fazenda, na presença do Sr..... Official
Immediato do navio.....

Bordo, etc.

.....

Commandante.

MODELO—Z.

.....
Chefe do Corpo de Fazenda.

	TRANSFERENCIA DE RESPONSABILIDADE.	RESALVAS.
Inventario a cargo de.....	Tomci hoje conta do material a cargo	Do quarto escripto no caderno respectivo
Mestre de Classe embarcado no	do Mestre F.....	deste navio, a folhas.... consta que no dia
navio.....	e achei tudo conforme o inventario atten-	tal a tantas horas, perdeu-se (referir as cir-
<i>Objectos que pelo desarmamento permanecem</i>	didas as resalvas constantes deste livro.	cumstancias que justifiquem o facto, o ob-
<i>a bordo.</i>	Bordo do..... de.....	jecto (tal). Pelo que se dá a competente
.....	de 187 .	reserva ao Mestre.....
.....
..... Mestre recebedor.
.....	Immediato.	Commandante. Official do Quarto.
.....	Tomci hoje conta do material a cargo
<i>Objectos que pelo desarmamento devem</i>	do Mestre F.....	Official Immediato.
<i>voltar ao deposito.</i>	e attendidas as resalvas e o descripto no	
.....	inventario encontrei as seguintes faltas:	
.....	1. ^a	
.....	2. ^a	
.....	3. ^a	
.....	Bordo do..... de.....	
.....	de 187 .	
.....	
Deposito Naval do Arsenal de Marinha	
da Côrte..... de..... de 187...	Immediato. Mestre recebedor.	
.....		
Mestre recebedor. Official de Fazenda.		

N. B.— Na 1.^a pagina anterior, em branco deve ser descripto o navio, declarando-se, além das dimensões principaes, os arranjos internos e objectos fixos com a especificação dos metaes.

NOTAS EXPLICATIVAS DO DEBITO E CREDITO.	DEBITO.					CREDITO.		SEMPRE.	HISTÓRICO.
	DESCONTOS.					VENCIMENTOS.	LIQUIDADO E PAGO.		
	Asylo.	Hospital.	Fardamento.	Por outros motivos.	Total.				
<p>Está pago pelo Quartel dos soldos vendidos até Dezembro de mil oitocentos sessenta e oito. Nada deve á Fazenda Nacional.</p> <p>.....</p> <p>Comm. 2.º Comm. Offic. de Fazenda.</p> <p>1868 a 1869.</p> <p>Recebeu pelo vapor <i>Ipiranga</i>, soldo e gratificação de embarque de Janeiro a Março de mil oitocentos sessenta e nove, liquido da contribuição para o Asylo, de sete dias de hospital, de um balde que deixou cair ao mar, e fardamento que recebeu no dia 13 de Março.....</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Recebeu pela corveta <i>Nictheroy</i>, soldo e gratificação de embarque de Abril a Junho de mil oitocentos sessenta e nove, liquido da contribuição para o Asylo e a importância das rações que lhe foram quartadas por bordo do vapor <i>Ipiranga</i> de 7 a 10 de Abril.....</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Nada recebeu por bordo do transporte <i>Vassimon</i>.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>1869 a 1870.</p> <p>Recebeu no Quartel o soldo liquido do mez de Julho de mil oitocentos sessenta e nove.....</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p>	\$300	\$700	4\$200	1\$200	6\$400	18\$400	12\$000	<p>Destacou para o vapor <i>Ipiranga</i> a quatro de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>.....</p> <p>Comm. 2.º Comm. Offic. de Fazenda.</p> <p>Apresentou-se a bordo no mesmo dia.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Baixa ao hospital em um de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Alta a oito de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e nove. Foi preso a ferros no dia doze do mesmo mez, por falta de subordinação. Solto no dia quatorze, por ter sido elogiado na frente da guarnição no dia e cinco, por salvar um companheiro que caíra ao mar. No dia vinte e oito extraviou um balde no mar de mil e duzentos.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Recebeu no dia treze de Março uma camisa de mil e duzentos réis.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Tem de ser indemnizado do valor de meia de bolacha que lhe foi quartada por caso de maior desde sete até dez de Abril, conforme o termo a fl. ... do livro respectivo. Para a corveta <i>Nictheroy</i> a quinze de Abril de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Apresentou-se a bordo no mesmo dia.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Foi inspecionado no dia seis de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, e no dia doze para o transporte <i>Vassimon</i> a fim de seguir para o Rio de Janeiro. Desembarcou e recolheu-se ao quartel a vinte e sete do mesmo mez.</p> <p>.....</p> <p>Comm. Immediato. Offic. de Fazenda.</p> <p>Destacou para a corveta <i>Nictheroy</i> a cinco de Agosto de mil oitocentos sessenta e nove.</p> <p>.....</p> <p>Comm. 2.º Comm. Offic. de Fazenda.</p>	

Preços dos generos.

Arroz a.....	§	@
Aguardente a.....	§	medida.
Azeite doce.....	§	»
Assucar.....	§	@
Bolacha.....	§	»
Bacalhão.....	§	»
Café.....	§	»
Vacca salgada.....	§	»
Porco salgado.....	§	»
Farinha.....	§	alqueires.
Feijão.....	§	»
Carvão de pedra.....	§	Toneladas.
Sal.....	§	alqueires.
Toucinho.....	§	@
Vinagre.....	§	medidas.

.....
 Official de Fazenda.

DECRETO N. 4543—DE 9 DE JULHO DE 1870.

Regula as substituições entre os diversos membros do magisterio da Escola de Marinha, e explica os vencimentos, que nesse caso lhes competem.

Constando o pessoal do magisterio da Escola de Marinha do numero strictamente necessario, para funcionarem as diversas cadeiras e aulas, e resultando dessa circumstancia difficuldades ao regular proseguimento do ensino, nos casos inevitaveis de impedimento de alguns dos membros do mesmo magisterio, os quaes, segundo disposições em vigor, não podem accumular serviços lectivos, sem a correspondente retribuição em os seus vencimentos; ouvido o Conselho Naval, Hei por bem Decretar o seguinte:

1.º O oppositor ou adjunto, que reger cadeira ou aula, terá direito aos vencimentos de lente ou professor.

2.º O lente, oppositor ou professor, que reger duas cadeiras ou aulas, simultaneamente, perceberá com os vencimentos do exercicio effectivo, a gratificação de interino.

3.º O lente, que reger cadeira, e simultaneamente, na fórma do art. 98 do regulamento do 1.º de Maio de 1858, repetir as materias por elle mesmo explicadas, achando-se impedido o oppositor, perceberá, além dos vencimentos do primeiro emprego, a gratificação do segundo.

4.º O oppositor ou adjunto, que reger cadeira ou aula, e ao mesmo tempo desempenhar os deveres do seu privativo exercicio, terá direito á gratificação desse mesmo exercicio, accumulada aos vencimentos da cadeira ou aula.

5.º A accumulção dos vencimentos subsistirá com a do exercicio, e só terá lugar por autorização do Ministro da Marinha.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.



DECRETO N. 4344—DE 9 DE JULHO DE 1870.

Declara de nenhum effeito os Decretos n.ºs 3706 de 26 de Setembro de 1866 e 4233 de 23 de Setembro de 1868.

Tendo expirado no dia 26 de Maio findo o prazo marcado a Augusto Teixeira Coimbra e Richard Francis Burton para a exploração de chumbo e outros mineraes na Freguezia do Yporanga, na Provincia de S. Paulo, sob as clausulas dos Decretos n.ºs 3706 de 26 de Setembro de 1866 e 4233 de 23 de Setembro de 1868, Hei por bem Declarar de nenhum effeito os mencionados Decretos.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4345—DE 9 DE JULHO DE 1870.

Proroga por mais cinco annos o prazo marcado a José Jacomo Tasso para a exploração de mineraes nos sertões limitrophes das Provincias da Parahyba e Pernambuco.

Attendendo ao que Me requereu José Jacomo Tasso, Hei por bem Prorogar por mais cinco annos, contados desta data, o prazo que lhe foi marcado nos Decretos n.ºs 2444 de 27 de Julho de 1859 e 3260 de 28 de Abril de 1864, para a exploração de ouro e outros mineraes nos sertões limitrophes das Provincias da Parahyba e Pernambuco.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha

entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Caralcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4543—DE 9 DE JULHO DE 1870.

Concede ao bacharel Antonio Corrêa do Couto, permissão por dous annos para explorar ouro, cobre e outros mineraes nos morros d Prainha, Jassê, Cachipó e Cöcaes, na Provincia de Mato Grosso.

Attendendo ao que Me requereu o bacharel Antonio Corrêa do Couto, Hei por bem Conceder-lhe permissão por dous annos improrogaveis, contados desta data, para proceder á exploração de minas de ouro, cobre e outros mineraes nos morros da Prainha, Jassê, Cachipó e Cöcaes, na Provincia de Mato Grosso, sob as seguintes clausulas :

1.^a Dentro do referido prazo o concessionario designará os lugares em que tiver de minerar, apresentando na Secretaria de Estado competente plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados com os perfis que demonstrem tanto quanto fôr possível a superposição das camadas mineraes.

A estes trabalhos acompanhará além de amostras dos mineraes e das variedades das camadas de terras, uma descripção minuciosa da possança das minas, dos terrenos de dominio publico ou particular, necessarios á exploração, com designação dos proprietarios, das edificações nelles existentes e do uso ou emprego a que são destinadas.

Outrosim, indicará qual o meio mais apropriado para o transporte dos productos da mineração e qual a distancia entre cada uma das minas, e os povoados mais proximos.

2.^a Satisfeitas as exigencias da clausula 1.^a, ser-lhe-hão concedidas até cinco datas mineraes de 141.750

brças quadradas, por espaço de 30 annos, conforme os meios que o concessionario provar que terá de empregar effectivamente sob as condições annexas ao Decreto n. 3049 de 6 de Fevereiro de 1863, no que forem applicaveis ás especies de mineração que lhe tiverem de ser facultadas, e quaesquer outras que o Governo Imperial julgar conveniente impôr no acto da concessão em beneficio dos interesses publicos e da policia das minas.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4547—DE 9 DE JULHO DE 1870.

Concede a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, ou á companhia que organizarem, autorização para importarem trabalhadores asiaticos.

Attendendo ao que Me requererão Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, Hei por bem Conceder-lhes autorização para importarem no Imperio, por si ou por meio de companhia que organizarem, trabalhadores asiaticos, mediante as clausulas que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio..

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4547 desta data.

1.ª O Governo Imperial concede a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, ou á Companhia que organizarem, autorização para a importação de trabalhadores asiaticos destinados ao serviço da lavoura no Brasil.

2.ª O prazo da concessão será de 10 annos, contados da data da chegada da primeira expedição de trabalhadores a um dos portos do Imperio.

Durante esse prazo nenhuma outra empreza poderá importar trabalhadores da mesma procedencia para o mesmo fim.

3.ª Os trabalhadores assignarão contracto que declarará:

1.º A respectiva idade, sexo, povo e naturalidade.

2.º O tempo da duração do contracto.

3.º O salario, sua especie e tempo de pagamento, a qualidade e quantidade dos alimentos, o vestuario, o tratamento nas enfermidades e o fornecimento dos necessarios medicamentos, como obrigações do patrão.

4.º A suspensão do salario nos casos de interromper-se o serviço por motivo independente da vontade do patrão.

5.º O numero das horas do trabalho diario, que não excederá de dez, podendo elevar-se a doze, mediante compensação, ou diminuindo-se no serviço o tempo correspondente, ou dando-se a gratificação que fôr ajustada.

6.º A obrigação de ser o patrão indemnizado pelo trabalhador do tempo de serviço perdido por culpa deste.

7.º A sujeição do trabalhador á disciplina da fazenda, fabrica ou estabelecimento, uma vez que não se opponha ás disposições das leis e regulamentos em vigor.

8.º A renuncia por parte do trabalhador do direito de reclamar contra o salario estipulado, ainda que seja maior o de outros jornaleiros livres ou escravos do Brasil.

9.º O direito de rescindir o trabalhador o contracto mediante pagamento prévio:

1.º Da importancia das despesas que tiver occasionado ao patrão, deduzida a quota proporcional ao tempo de serviço prestado:

2.º Do que dever por indemnização de serviço não executado, ou por qualquer outro motivo provado;

3.º Do prejuizo que occasionar ao patrão pela dificuldade deste contractar quem o substitua, se não fôr um simples trabalhador, ou se a rescisão fôr exigida no tempo da safra.

10. A faculdade de transferir o patrão a outra pessoa o contracto pelo tempo que faltar ou de alugar o serviço do trabalhador sob as mesmas condições estipuladas.

11. A obrigação de fazer o trabalhador novo contracto dentro de dous mezes depois de findo o primeiro se quizer permanecer no Imperio, e, no caso contrario, de retirar-se á sua custa.

4.º Os contractos serão escriptos em portuguez e na lingua do trabalhador, referendados pelo Consul, ou agente consular do Brasil, unicamente para authentical-os. Lavrar-se-hão seis exemplares, um para o trabalhador, outro para o Consulado, o terceiro para a empresa na Asia, o quarto para o Governo Imperial e os mais para a empresa no Brasil.

5.º No processo do alistamento e contracto dos trabalhadores a empresa deverá cingir-se ás leis e regulamentos em vigor nas respectivas localidades, correndo este serviço sob sua exclusiva responsabilidade, e sem o direito de reclamar por qualquer fôrma a intervenção do Governo Imperial, dos Consules ou agentes officiaes.

6.º Os trabalhadores devem ser robustos e habitua-dos especialmente ao serviço da lavoura, não podendo haver no total de uma expedição mais de um decimo de individuos que se dediquem a profissão diferente.

E' prohibida a importação de trabalhadores acostumados ao uso do opio, de compleição fraca, ou maiores de 45 annos.

As infracções da presente clausula sujeitarão a empresa á multa de 100\$000 por individuo que importar fóra das condições prescriptas, e á obrigação de reexportal-o sem demora.

7.º Os navios empregados no transporte de trabalhadores asiaticos para o Brasil ficão sujeitos ás disposições do Decreto n.º 2168 do 1.º de Maio de 1858.

8.º Na conformidade do Decreto n.º 3254 de 20 de Abril de 1854, o Agente Official de colonisação exercerá as funcções de commissario de immigrants na Côte. O Governo designará pessoa idonea para as mesmas funcções nas Provincias.

9.ª Por trabalhador adulto que desembarcar pagará o consignatario a taxa de 3\$000 a titulo de despesas de expediente.

A importância dessa taxa será cobrada pelo Agente Official na Côte, e pelos que exercerem suas funções nas Provincias.

10.ª Nenhuma expedição desembarcará em portos do Imperio, se a empresa não tiver apercebido os necessarios alojamentos, e se o capitão do navio não apresentar documento que prove ter satisfeito o que exige as leis e regulamentos dos lugares de sua procedencia.

11.ª Terá a empresa nos portos de desembarque agentes responsaveis pelo cumprimento de suas obrigações, sem prejuizo da responsabilidade do capitão do navio.

12.ª Dentro de vinte e quatro horas, contadas da entrada do navio, em qualquer porto do Imperio, a não ser por franquia, a empresa, por seu agente ou pelo consignatario do navio, depositará quantia correspondente a 100\$000 por trabalhador maior de 15 annos, e a de 50\$000 por trabalhador menor daquelle idade, que tenha de desembarcar, ou prestará fiança equivalente.

Será levantado o deposito ou fiança, logo que estejam preenchidas as disposições deste contracto, relativas ás accomodações e sustento dos trabalhadores até serem distribuidos.

13.ª Se a empresa não tiver provido á accomodação dos trabalhadores não serão estes desembarcados, e ficará ella sujeita á reparação do damno que aos mesmos causar.

Se depois de estarem em terra lhes faltar o sustento o Governo mandará fazer as despesas necessarias por conta da quantia depositada ou affiançada e esgotada esta, por conta da empresa.

Se decorridos dous mezes, depois do desembarque, os trabalhadores não estiverem contractados, a empresa os reexportará á propria custa

14.ª A empresa tem o direito de transferir os contractos feitos com os trabalhadores sob as condições que lhe convierem, com tanto que se guardem as clausulas do contracto exigidas nesta concessão.

Cabe igual direito aos cessionarios durante o respectivo prazo.

15.ª Na transferencia dos contractos não será licito separar os trabalhadores casados, e de seus pais os

filhos ainda sujeitos ao patrio poder, segundo as leis do seu paiz, e no caso de duvida, segundo as leis do Imperio.

16.^a Findo o prazo dos contractos celebrados na Asia, poderão ser renovados com as formalidades legais em presença do Juiz de Paz do Districto.

O trabalhador que o recusar será dentro de dous mezes reexportado á custa da empresa, se não tiver meios para pagar a sua passagem.

17.^a A protecção dos trabalhadores asiaticos e a garantia das obrigações ou direitos reciprocos dos trabalhadores e seus patrões ou locatarios, regular-se-hão pela Lei n.º 108 de 11 de Outubro de 1837, ou qualquer outra que se promulgar.

18.^a A empresa terá sua séde no Imperio, ou fóra delle, com tanto que haja na Côte e em cada Provincia um representante com poderes para tratar directamente com o Governo.

Fica entendido que serão resolvidas no Brasil e de conformidade com a legislação respectiva quaesquer questões que suscitarem-se entre o Governo e a empresa, ou entre esta e os particulares.

19.^a A empresa depositará no Thesouro Nacional a quantia de 30:000\$000, que lhe será restituída á chegada da primeira expedição de trabalhadores em numero pelo menos de 100, ou reverterá á Fazenda Publica, se nenhuma effectuar no prazo designado na clausula seguinte.

20.^a Caducará a concessão, sem mais formalidades, excepto o caso de força maior, devidamente justificado pela empresa, e decidido por Decreto Imperial com prévia consulta da competente Secção do Conselho de Estado:

1.º Se dentro de seis mezes da data da promulgação do Decreto de concessão, não se tiver verificado o deposito de que trata a clausula 19.^a

2.º Se ao fim de dous annos da mesma data não tiver chegado a primeira expedição de trabalhadores nas condições estipuladas.

21.^a Tambem caducará a concessão relativamente a qualquer provincia do Imperio, cujo pedido de trabalhadores não fór attendido pela empresa em prazo, em numero e por preços razoaveis, a juizo do Governo que, havendo reclamação, resolverá com audiencia da empresa.

Salva-se o caso de força maior na conformidade da clausula antecedente.

22.^a Ao fim de cinco annos, contados da entrada da primeira expedição, este contracto será revisto, cabendo ao Governo alteral-o com as modificações mais convenientes ao fim a que se destina.

23.^a Em nenhum caso a empresa terá direito a indemnização sob qualquer pretexto, e a favores que não estejam expressamente declarados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Julho de 1870.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4548—DE 16 DE JULHO DE 1870.

Faz alterações ao Decreto n.º 4444 de 29 de Dezembro de 1869, que orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Córte para o exercicio de 1870.

Attendendo ao que Me representou a Illma. Camara Municipal sobre a necessidade de ser reduzida a consignação da verba — Diferentes obras—, destinada a melhoramento de estradas e conservação, para elevar-se a de—Eventuaes—no exercicio de 1870; e a que as despesas desta verba, sendo por sua natureza variaveis, não podem ser precisamente fixadas: Hei por bem, ha conformidade do art. 23 da Lei n.º 108 de 26 de Maio de 1840, alterar dentro do credito da receita ordinaria o orçamento da Illma. Camara Municipal para o referido exercicio de 1870, pelo modo seguinte :

Decreto n.º 4444 de 29 de Dezembro de 1869, art. 2.º

§ 8.º Diferentes obras. Fica reduzido a 232:860\$000 sendo tirada da consignação para—melhoramento de estradas e conservação —a quantia de 6:000\$000.

§ 18. Eventuaes. Fica elevado a..... 10:612\$333

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4549 — DE 22 DE JULHO DE 1870.

Dissolve as companhias avulsas de cavallaria e artilharia, organizadas no Municipio de Angra dos Reis, da Provincia do Rio de Janeiro.

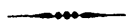
Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficão dissolvidas as companhias avulsas de cavallaria e artilharia da guarda nacional, organizadas no Municipio de Angra dos Reis, da Provincia do Rio de Janeiro; revogado nesta parte o Decreto n.º 980 de 6 de Maio de 1852.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4550 — DE 22 DE JULHO DE 1870.

Altera a organização da guarda nacional dos Municipios de S. Borja e Itaqui, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão reduzidos a seis companhias os corpos de cavallaria n.ºs 38 e 39 da guarda nacional, organizados nos Municipios de S. Borja e Itaqui, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e extincta a 3.ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo, cujas praças serão incorporadas ao 3.º batalhão de infantaria do mesmo serviço, o qual ficará organizado no

segundo daquelles Municipios ; revogados nesta parte os Decretos n.ºs 2371 de 5 de Março de 1859 e 3441 de 12 de Abril de 1865.

Art. 2.º Ficão creados nas villas de S. Luiz e S. Francisco de Assis, subordinados ao commando superior dos Municipios acima referidos, dous corpos de cavallaria com seis companhias cada um, e a numeração de 50 e 51, os quaes terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na fórma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4551 — DE 22 DE JULHO DE 1870.

Crêa um commando superior de guardas nacionaes na Comarca de Caruarú, da Provincia de Pernambuco.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de Pernambuco, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica desligada dos commandos superiores dos Municipios do Bonito e Garanhuns da Provincia de Pernambuco, a guarda nacional pertencente á Comarca de Caruarú, da mesma Provincia, e com ella creado um commando superior, formado do esquadrao de cavallaria n.º 5, dos batalhões de infantaria n.ºs 27 e 57 do serviço activo, e do batalhão da reserva n.º 10.

Art. 2.º Ficão revogados nesta parte, os Decretos n.ºs 4391 e 1403 de 24 de Maio e 1.º de Julho de 1854, 4033 de 4 de Dezembro de 1867, e 4206 de 13 de Junho de 1868.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado, interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e dous de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4532—DE 23 DE JULHO DE 1870.

Concede á companhia—Brasil Industrial—à necessaria autorização para funcionar, e approva os respectivos estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia—Brasil Industrial—, cujo fim é o estabelecimento de uma fabrica de tecidos de algodão e outras materias textis no lugar denominado—Fazenda do Ribeirão de Macacos,—e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 2 do mez passado, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para funcionar e approvar os respectivos estatutos com as modificações que com este baixão ; ficando extensivos á mencionada companhia os favores do Decreto n.º 3965 de 18 de Setembro de 1867.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Modificações feitas nos estatutos da companhia—Brasil Industrial—, a que se refere o Decreto n.º 4552 desta data.

1.^a Acrescente-se no final do art. 1.^o : — e durará por tempo de vinte annos, salva a hypothese de prejuizos, que absorvão a quarta parte do capital ; caso em que a mesma companhia entrará em liquidação, a qual será feita conforme fôr deliberado pela assembléa geral dos seus accionistas.

2.^a Acrescente-se ao art. 31 : — Paragrapho unico. Fica entendido que no caso de desfalque de capital não se farão dividendos aos accionistas.

3.^a No art. 14, depois da palavra—necessario—, acrescente-se—ou quando seja requerido por cinco ou mais accionistas que representem pelo menos um decimo do capital.

4.^a Acrescente-se ao art. 33: — começando desde logo as operações da companhia.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

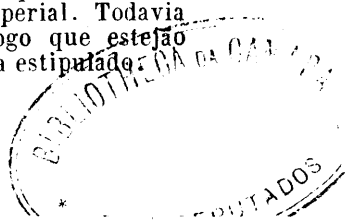
Estatutos da companhia—Brasil Industrial—.

CAPITULO I.

DA COMPANHIA.

Art. 1.^o A companhia—Brasil Industrial—tem por objecto a fabricação de fazendas de algodão ou outras materias textis, no lugar denominado—Fazenda do Ribeirão de Macacos,—mas com sua séde na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.^o O capital da companhia será de mil contos de réis, dividido em 5.000 acções de 200\$000 cada uma. Este capital poderá ser augmentado por deliberação da assembléa geral dos accionistas, sob proposta da Directoria e com approvação do Governo Imperial. Todavia a companhia poderá ser installada logo que estejam subscriptos dous terços do capital acima estipulado.



Art. 3.º No caso de verificar-se o augmento de capital, os accionistas então inscriptos nos registros da companhia terão preferencia na distribuição das novas acções que forem emittidas.

Art. 4.º Os accionistas entrarão com 10 % do valor nominal de suas acções no acto de subscrevel-as.

O restante será realizado por chamadas que a Directoria fará á proporção que forem sendo necessarias ; mas nunca com intervallo menor de 30 dias entre uma e outra chamada , annunciando-se com antecedencia de 20 dias pelo menos, a época e o lugar do pagamento..

Art. 5.º Os accionistas são responsaveis sómente pelo valor nominal de suas acções ; aquelles, porém, que não satisfizerem as prestações de capital com a devida pontualidade, perderão em beneficio da companhia a importância das entradas que já tiverem realizado e o direito ás respectivas acções.

Art. 6.º As acções só serão transferiveis depois que estiver realizada a quarta parte de seu valor nominal. A transferencia se operará por termo lavrado nos registros da companhia, assignado pelo vendedor e comprador, ou seus procuradores legalmente constituídos e authenticado pelo Secretario da Directoria.

CAPITULO II.

DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS.

Art. 7.º A assembléa geral compor-se-ha dos accionistas possuidores de 20 ou mais acções, inscriptos nos registros da companhia 60 dias pelo menos, antes da reunião para que forem convocados, salva a primeira reunião se tiver ella lugar dentro daquelle prazo, contado da installação da companhia.

Art. 8.º Julgar-se-ha constituida a assembléa geral achando-se presentes accionistas que representem mais do terço do capital realizado.

Não se verificando esta condição na primeira reunião, convocar-se-ha outra para 15 dias depois, e então se poderá deliberar com qualquer numero de accionistas que se apresentarem.

Quando porém se tratar de augmento de capital, e de reforma ou modificação destes estatutos, é indispensavel para que as deliberações sejam válidas, que por ellas vo-

tem accionistas que representem a maioria absoluta das acções emitidas.

Art. 9.º O accionista, habilitado na fôrma do art. 7.º, que não puder comparecer, terá o direito de se fazer representar por outro accionista também habilitado, conferindo-lhe para isso poderes especiaes.

Art. 10. Cada vintena completa de acções dá direito a um voto; nenhum accionista, porém, terá mais de 10 votos, qualquer que seja o numero de acções que represente por si ou como procurador de outros.

Quando se tratar da eleição de Directores ou de membros da Comissão Fiscal, não serão admittidos votos por procuração.

Art. 11. Serão admittidos em assembléa geral, exhibindo previamente documentos comprobatorios dos seus direitos, se os representados possuirem 20 ou mais acções:

- 1.º Os inventariantes por seus inventariados.
- 2.º Os pais e os tutores por seus filhos ou pupillos.
- 3.º Os maridos por suas mulheres.
- 4.º Os prepostos de qualquer firma ou corporação.

Art. 12. Fôra dos casos da eleição de Directores ou membros da Comissão Fiscal, de reforma ou modificação dos estatutos, e de augmento de capital, as votações poderão ser feitas *per capita*; entretanto, e a requerimento de qualquer membro da assembléa geral, esta poderá resolver que se faça por acções na fôrma do art. 10.

Art. 13. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente em qualquer dia do mez de Julho de cada anno, para tomar conhecimento do relatorio da Directoria, balanço do anno findo, parecer da Comissão Fiscal, e eleger os membros da Directoria quando tenham terminado o tempo de seu exercicio, e a Comissão Fiscal.

Se na mesma reunião a assembléa geral não tiver tempo de pronunciar seu juizo sobre a gestão da Directoria, ou resolver qualquer assumpto de interesse social, a sessão poderá ser adiada para outro dia, dentro dos oito seguintes.

Art. 14. A assembléa geral também se reunirá extraordinariamente, quando a Directoria o julgar necessario; nessas reuniões, porém, não se poderá tratar senão do objecto para que forem convocadas.

Art. 15. A convocação para as reuniões tanto ordinarias como extraordinarias da assembléa geral, se fará por annuncios nos jornaes de maior circulação desta

Côrte, com antecedencia nunca menor de oito dias do indicado para a reunião.

Art. 16. A eleição dos Directores ou membros da Commissão Fiscal, bem como todas as deliberações da assembléa geral não comprehendidas as de que trata o final do art. 8.º, serão por maioria relativa de votos dos accionistas presentes, ou das acções que elles representarem nos termos do art. 10.

Art. 17. As reuniões da assembléa geral serão presididas pelo Presidente da Directoria, o qual nomeará dous Secretarios para os trabalhos da mesa, d'entre os membros da mesma assembléa.

CAPITULO III.

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.

Art. 18. A companhia será dirigida por uma Directoria de cinco membros, que não poderão entrar em exercicio sem possuir 50 ou mais acções, eleita pela assembléa geral dos accionistas, com excepção da primeira Directoria, a qual se comporá dos cinco incorporadores da companhia, que assignão os presentes estatutos.

Art. 19. Não poderão exercer conjuntamente o cargo de Directores, accionistas que forem sogro e genro ou cunhados, durante o cunhadio, os parentes, por sanguinidade até o segundo gráo, dous ou mais socios de uma firma social, nem credores por acções penhoradas se não possuirem proprias em numero requerido.

Art. 20. Os Directores, inclusive os da primeira Directoria, servirão por tempo de tres annos, podendo ser reeleitos no fim desse prazo; durante seu exercicio são obrigados a conservar intransferiveis as acções requeridas para a elegibilidade.

Art. 21. Nos casos de impedimento, renuncia ou morte de algum de seus membros, a Directoria convidará, d'entre os accionistas de 50 ou mais acções, quem faça as suas vezes até a primeira reunião ordinaria da assembléa geral dos accionistas.

Art. 22. A companhia terá um agente (negociante ou firma social desta praça, no pleno gozo de seus direitos civis) que se encarregará gratuitamente da compra de todos os generos e materiaes para a fabrica;

e mediante uma commissão de 5 % da venda dos productos da mesma fabrica.

O agente será indemnizado pela companhia, de todas as despesas que fizer com a sua viagem á Europa, para a acquisição do material e pessoal habilitado para a fabrica.

Art. 23. O agente, para garantia de seus actos, é obrigado a depositar nos cofres da companhia titulos ou acções da mesma, que representem o valor real de 100:000\$000.

A fraude ou má fé do agente para com a companhia importará sua immediata destituição, além da responsabilidade legal em que incorrer pelos prejuizos resultantes para a mesma companhia.

Art. 24. Incumbe á Directoria :

1.º Nomear d'entre seus membros, um Presidente, um Secretario e um Thesoureiro, competindo :

Ao Presidente, presidir ás reuniões e fazer executar as resoluções tanto da Directoria como da assembléa geral dos accionistas.

Ao Secretario, lavrar as actas, fazer o expediente e authenticar com sua assignatura os termos de transferencias de acções.

Ao Thesoureiro, annunciar as chamadas de capital, depois de resolvidas pela Directoria ; receber o producto das mesmas chamadas e quaesquer dinheiros da companhia, sendo obrigado a recolher a um banco acreditado e escolhido pela Directoria, todas as sommas que não tiverem immediata applicação ; pagar os materiaes para a construcção da fabrica, se as contas forem julgadas exactas pela Directoria, e dividendo aos accionistas no fim de cada semestre ; e ter uma conta geral dos negocios da companhia, sempre em dia, para conhecimento da Directoria e facil verificação do balanço annual que deve ser apresentado á assembléa geral dos accionistas nas suas reuniões ordinarias.

2.º Nomear o agente da companhia, com excepção do primeiro, que tambem assigna estes estatutos como incorporador. Este primeiro agente servirá por tempo de cinco annos, contados do dia em que principiarem as vendas dos productos da fabrica, salvo o disposto na segunda parte do art. 23.

3.º Fazer acquisição, por intermedio do agente, das machinas e mais accessorios para a fabrica.

4.º Velar sobre o comportamento e desempenho das obrigações do agente, a quem dará suas instrucções.

5.º Nomear ou contractar um engenheiro para as

obras da fabrica ; um Superintendente para a direcção interna da mesma fabrica, e os mais empregados que forem necessarios, marcando-lhes seus vencimentos e demittindo-os quando não servirem bem.

6.º Decidir todas as duvidas que possão apparecer em relação ao serviço da companhia.

7.º Fechar as contas no fim de cada semestre e fazer dividendo dos lucros liquidos que tocarem aos accionistas, nos mezes de Janeiro e Julho, depois de deduzir-se 10 % para um fundo de reserva.

8.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas na reunião ordinaria do mez de Julho, o balanço do anno findo e relatorio da marcha e das occurrencias dos negocios da companhia.

9.º Franquear á Commissão Fiscal o exame da escripturação, dando lhe todas as informações e explicações que ella exigir.

10. Fazer escripturar os livros da companhia com toda a regularidade e pelo melhor systema usado em commercio.

11. Organizar um regulamento interno para o serviço da fabrica e do escriptorio, especificando com a maior clareza as obrigações do superintendente e mais empregados da Companhia.

Art. 25. Em retribuição do seu trabalho os Directores perceberão o honorario de 1:500\$000 em cada semestre, que será levado á conta de despezas geraes, desde a installação da companhia. Logo porém que a fabrica principiar a funcionar e a produzir renda, além desse honorario, os Directores terão mais uma percentagem dos lucros liquidos que a assembléa geral dos accionistas arbitrará.

Art. 26. A Directoria representada por seu Presidente poderá demandar e ser demandada, preferindo sempre resolver quaesquer questões por meios conciliatorios ou arbitramento.

Art. 27. O agente é responsavel á companhia pela garantia de que trata o art. 23, por perdas que se derem nas vendas ou compras feitas por seu intermedio por conta da mesma companhia.

Incumbe ao Agente :

1.º Cumprir as ordens e instrucções da Directoria relativas á compra de todos os generos e material para a companhia e á venda dos productos de sua fabrica.

2.º Ter a seu cargo um deposito nesta córte para os generos e productos da fabrica.

3.º Entregar ao Thesoureiro no fim de cada mez as

sommas provenientes das vendas que fizer, assim como uma demonstração dos generos e productos em ser.

4.º Ministar á Directoria com fidelidade todas as informações tendentes á boa marcha dos negocios da companhia.

CAPITULO IV.

DA COMMISSÃO FISCAL.

Art. 28. Na assembléa geral ordinaria de cada anno será eleita uma commissão fiscal, composta de tres accionistas possuidores de 50 ou mais acções, servindo de relator aquelle que entre si designarem.

Art. 29. Incumbe á commissão fiscal :

1.º Examinar a escripturação da companhia, para o que a Directoria lhe franqueará todos os livros e documentos comprobatorios da receita e despeza, ministrando-lhe todas as informações, sem reserva, que ella requisitar.

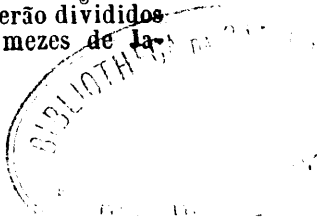
2.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas nas reuniões ordinarias, o seu parecer sobre a gestão da Directoria durante o anno decorrido e quaesquer negocios concernentes á companhia.

Art. 30. Por morte, renuncia ou impedimento de qualquer dos membros da Commissão Fiscal, os outros dous designarão, para preencher a vaga, um accionista de 50 ou mais acções, que exercerá as funcções do cargo até a primeira reunião ordinaria da assembléa geral dos accionistas.

CAPITULO V.

DOS DIVIDENDOS.

Art. 31. Os lucros liquidos de cada semestre, depois de deduzidos os 10 %, para o fundo de reserva, e a porcentagem dos Directores, de que tratão o § 7.º do art. 24 e a segunda parte do art. 25, serão divididos entre os accionistas da companhia nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno.



CAPITULO VI.

DO FUNDO DE RESERVA.

Art. 32. O fundo de reserva é destinado a prover a deterioração do material da fabrica, e aos prejuizos excedentes da garantia do agente, caso isso aconteça. Sempre que o fundo de reserva attingir a somma de 100:000\$ (ou 10 % do capital) fica dispensada a deducção dos lucros liquidos para tal applicação.

CAPITULO VII.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA.

Art. 33. Todas as pessoas que subscreverem acções desta companhia são obrigadas a fazer as entradas do capital respectivo nos termos do art. 4.º, e a sujeitar-se ás disposições dos presentes estatutos e ás alterações que o Governo Imperial fizer no acto da approvação dos mesmos.—Presidente, *J. J. de Lima e Silva Sobrinho*.—Directores, *Barão de S. Francisco Filho, Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro*.—Secretario, *Evaristo J. de Sá*.—Thesoureiro, por José Corrêa de Aguiar, *B. Caymari*.—Agentes, *B. Caymari, João Baptista Vianna Drumond*.

 DECRETO N. 4533—DE 29 DE JULHO DE 1870.

Promulga a Convenção Postal celebrada em 14 de Março do corrente anno entre o Brasil e os Estados-Unidos da America.

Havendo-se concluido e assignado nesta côrte no dia 14 de Março do corrente anno, uma Convenção entre o Brasil e os Estados-Unidos da America, para o fim de estabelecer as communicações postaes entre os dous

paizes sobre um pé vantajoso; e tendo sido esses actos mutuamente ratificados, trocando-se as ratificações nesta Côrte aos vinte e cinco dias deste mez, Hei por bem Mandar que a dita Convenção seja observada e cumprida inteiramente como nella se contém.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

Nós D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc.: Fazemos saber a todos os que a presente Carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos 14 dias do mez de Março do corrente anno de 1870 concluiu-se e assignou-se nesta Côrte entre nós e S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados-Unidos da America, pelos respectivos plenipotenciarios munidos dos competentes plenos poderes, uma Convenção Postal.

E sendo-nos presente a mesma Convenção, e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos assim no todo, como em cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito, prometendo em fé e palavra Imperial cumpril-a inviolavelmente e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, fizemos passar a presente carta por Nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado, abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 28 dias do mez de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870.—PEDRO, IMPERADOR (com guarda).—*Visconde de Itaborahy.*

Convenção postal a que se referem o Decreto e Carta de ratificação supra.

Sua Magestade o Imperador do Brasil, e os Estados-Unidos da America, desejando promover as amigaveis relações existentes entre os seus respectivos subditos e cidadãos, collocando as communicações postaes entre os dous paizes n'um pé vantajoso, resolverão celebrar para esse fim uma Convenção e nomearão seus plenipotenciarios, a saber :

Sua Magestade o Imperador do Brasil o Illm. e Exm. Sr. João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, Senador e Grande do Imperio, Membro do Seu Conselho, Commendador de sua ordem da Rosa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, etc.

O Presidente dos Estados-Unidos o Sr. Henry Taylor Blow, cidadão dos Estados-Unidos, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Córte de Sua Magestade Imperial.

Os quaes, depois de se terem communicado os seus respectivos plenos poderes, que forão achados em boa e devida fórma, convierão nos artigos seguintes:

Art. 1.º Haverá entre o Imperio do Brasil e os Estados-Unidos da America uma troca regular de correspondencia por meio da linha de paquetes, subvencionada pelos respectivos governos, que mensalmente navegação entre os portos de New-York e o de S. Thomaz nas Antilhas, e Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro no Brasil; e bem assim por quaesquer outros meios de transporte que entre os portos maritimos dos dous paizes possam para o futuro ser estabelecidos com approvação das administrações dos correios do Brasil e dos Estados-Unidos, e esta correspondencia comprehenderá :

1.º Cartas e manuscriptos sujeitos pelas leis de cada paiz á taxa de porte de cartas.

2.º Jornaes e impressos de toda natureza em avulso, em folhetos e em livros, papeis de musica, gravuras, lithographias, photographias, desenhos, mappas e planos.

Toda essa correspondencia poderá ser permutada, quér provenha de qualquer dos dous paizes com des-

tino ao outro, quer seja procedente de ou destinada para paizes estrangeiros, aos quaes possão os dous correios servir de intermediarios.

Art. 2.º Serão estações de permuta para todas as malas transmittidas entre os dous paizes, sob as condições deste ajuste, por parte dos Estados-Unidos New-York, e por parte do Brasil Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; e toda a correspondencia transmittida em qualquer das duas direcções, entre as ditas estações postaes, será expedida em sacos fechados ou bolsas lacradas e dirigidas á estação correspondente.

As duas administrações poderão em qualquer tempo suspender qualquer das referidas estações postaes ou estabelecer outras.

Art. 3.º O peso para o porte simples e a respectiva regra de progressão, serão :

1.º Para cartas ou manuscriptos sujeitos por lei á taxa de cartas, quinze (15) grammas.

2.º Para toda a correspondencia mencionada no § 2.º do art. 1.º, a taxa que cada administração adoptar para as malas que ella expedir para a outra, de conformidade com a conveniencia e usos de sua administração interna.

Cada administração, porém, dará á outra conhecimento do peso que houver adoptado e de quaesquer alterações subsequentes.

O peso total declarado pela estação postal expeditora será sempre aceito excepto no caso de manifesto erro.

Art. 4.º As administrações dos correios dos dous paizes, não terão contas entre si pela correspondencia manuscripta ou impressa permutada entre ellas; cada paiz imporá, cobrará e guardará para si as seguintes taxas de porte :

1.º A taxa postal que se arrecadar nos Estados-Unidos sobre as cartas ou manuscriptos sujeitos á taxa de cartas expedidas dos Estados-Unidos com direcção a qualquer lugar do Brasil, será de quinze (15) cents, moeda dos Estados-Unidos, por cada quinze grammas ou fracção de quinze grammas; e a taxa postal que fór arrecadada no Brasil sobre as cartas ou manuscriptos sujeitos á taxa de cartas expedidas do Brasil com direcção a qualquer lugar nos Estados-Unidos, será de trescentos (300) réis, moeda do Brasil: nessas mesmas taxas ficarão em cada caso, integralmente comprehendidas todas as despesas de qualquer natureza devidas até ao lugar do destino em qualquer dos dous paizes;

2.º Sobre toda a correspondencia mencionada no pa-

ragrapho segundo do artigo primeiro serão cobradas pelo paiz expeditor, as taxas de porte territorial actualmente em vigor, ou as que possão para o futuro ser estabelecidas por lei para a correspondencia interna da mesma classe; e em addição ás mesmas, a taxa maritima de um (1) cent, moeda dos Estados-Unidos (ou seu equivalente em moeda brasileira) sobre cada jornal, e por cada trinta grammas ou fracção de trinta grammas de outros impressos, papeis de musica, gravuras, lithographias, photographias, desenhos, mappas e planos. Essas taxas territorial e maritima, deverão ser reunidas em uma só, e seu pagamento será certificado por meio de sellos da estação postal expeditora.

Do mesmo modo, sobre os jornaes, impressos de qualquer natureza que sejam e outros artigos (excepto cartas) recebidos em cada paiz, serão cobradas pela estação postal de distribuição no paiz destinatario, as taxas de porte territorial actualmente em vigor, ou as que para o futuro possão ser estabelecidas para a correspondencia interna da mesma classe, em virtude das leis de cada paiz.

Além das taxas acima mencionadas nenhuma outra será cobrada no paiz em que forem entregues as cartas internacionaes, jornaes, etc.

Os jornaes e os mais objectos mencionados no paragrapho segundo do artigo primeiro deverão ser expedidos, cintados e abertos pelas extremidades, de modo que possão ser facilmente examinados, e ficarão sujeitos ás leis e regulamentos do paiz expeditor quando tenham de ser taxados como cartas, por conterem materia manuscrita ou por qualquer outro motivo especificado nas ditas leis e regulamentos.

Art. 5.º As cartas e outras communicações manuscritas, que por qualquer outro motivo não puderem ser entregues ao destinatario, serão, depois de expirado o prazo necessario para a sua effectiva entrega, reciprocamente reenviadas todos os mezes, sem serem abertas e sem onus algum para a administração postal do paiz expeditor; os jornaes, porém, e todos os mais objectos impressos não serão devolvidos e ficarão á disposição do correio destinatario.

As cartas erradamente expedidas ou mal endereçadas serão immediatamente devolvidas ao correio expeditor.

Art. 6.º Os governos do Brasil e dos Estados-Unidos concedem um ao outro o privilegio de baldear malas fechadas de um navio para outro, nos portos dos seus

respectivos paizes, em continuação de transporte para o seu destino.

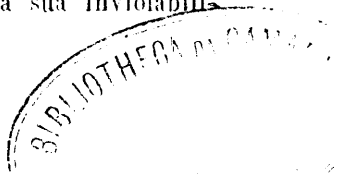
Art. 7.º As administrações dos correios do Brasil e dos Estados-Unidos, estabelecerão de mutuo accordo o de conformidade com os ajustes que então vigorarem, as condições sob as quaes possam permutar em malas abertas a correspondencia procedente de ou destinada para outros paizes, aos quaes as ditas administrações servirem de intermediarias; esta correspondencia, porém, será sómente sujeita á taxa internacional estabelecida por esta convenção, accrescendo-lhe a taxa postal em vigor entre o paiz remetente e o paiz destinatario e quaesquer outras de serviço externo.

Ambas as administrações de correios fornecerão uma á outra relações dos paizes estrangeiros para os quaes a taxa de porte estrangeiro e as respectivas importancias devão ser ou possão deixar de ser préviamente pagas. Emquanto taes relações não forem fornecidas nenhum dos dous paizes poderá expedir correspondencia alguma para paizes estrangeiros, além do paiz para onde forem enviadas as malas.

A correspondencia desta classe deverá ser acompanhada de uma factura do correio remetente, especificando a importancia devida a cada um dos correios, e o correio destinatario devolverá pela primeira mala que expedir ao correio remetente o recibo e a competente verificação: essas facturas e recibos servirão de documentos para o ajuste das contas. As contas entre as duas administrações sobre esta correspondencia serão liquidadas por quarteis, transmittidas e verificadas o mais breve que fôr possível, e o saldo devido será promptamente pago ao correio credor, segundo as disposições que forem ajustadas de tempos a tempos entre as duas administrações de correios.

Art. 8.º As cartas e outras correspondencias procedentes de paiz estrangeiro e dirigidas para o Brasil ou para os Estados-Unidos, que houverem pago por inteiro as taxas de porte estrangeiro e internacional, quando expedidas em malas de um dos dous paizes para o outro, serão entregues no paiz destinatario livres de qualquer onus.

Art. 9.º A correspondencia official entre cada um dos dous governos e sua legação junto ao outro, e a que esta dirigir áquelle, serão levadas a seu destino livres de porte e com as precauções que os dous governos julgarem necessarias para garantir a sua inviolabilidade e segurança.



Art. 10. Nenhuma das duas administrações postaes será obrigada a entregar objecto algum recebido nas malas, cuja circulação seja prohibida pelas leis do paiz destinatario.

Art. 11. As ditas administrações postaes poderão providenciar por mutuo accôrdo, a fim de que a transmissão de objectos registrados se effectue pelas malas permutadas entre os dous paizes. A taxa fixa pelo registro de cada objecto será de dez cents. nos Estados-Unidos e duzentos réis no Brasil.

Art. 12. As duas administrações estabelecerão de mutuo accôrdo as medidas de detalhe que forem necessarias para a execução desta Convenção e poderão do mesmo modo modifical-as de tempos a tempos, conforme as exigencias do serviço.

Art. 13. Esta Convenção terá execução no dia que fór fixado pelas duas administrações, e continuará em vigor até ser annullada por mutuo consentimento ou até um anno depois de notificado por uma dellas o desejo de dal-a por terminada.

Art. 14. A presente Convenção será ratificada, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro o mais breve possível.

Em testemunho do que os respectivos plenipotenciarios assignarão e sellarão a mesma Convenção.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, aos 14 dias do mez de Março do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870.—(L. S.) *Barão de Cotequipe*.—(L. S.) *Henry T. Blow*.

DECRETO N. 4534—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Concede á companhia Ituana a necessaria autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a companhia Ituana, destinada a construir e custear uma estrada de ferro entre as cidades de Jundiaby e Itú, devidamente representada; Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado: Hei por bem Conceder-lhe a ne-

cessaria autorização para funcionar, e Approvar os respectivos estatutos com as modificações que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Modificações a que se refere o Decreto n. 4554 desta data.

1.^a Supprima-se o art. 3.^o, porque é de lei que as sociedades anonymas tenham existencia legal depois de autorizadas.

2.^a No fim do art. 4.^o acrescentem-se as seguintes palavras: — com approvação do Governo Imperial.

3.^a O § 16 do art. 17 ficará assim redigido: — decidir finalmente de conformidade com as disposições dos estatutos e contracto com o Governo da Provincia todas as questões, e regular todos os negocios da companhia, salvos os que são da competencia privativa da assembléa geral dos accionistas.

4.^a No § 4.^o do art. 35 e nos que tratarem do emprestimo se acrescente: — não excedendo este de um terço do capital social realizado.

5.^a No art. 58 acrescente-se o seguinte: — os juros das apolices e mais titulos, com excepção dos dividendos das acções resgatadas, pertencentes ao fundo de amortização, entrarão na conta dos lucros divisiveis.

6.^a Fica marcado o prazo de dous annos para a companhia completar a distribuição de suas acções.

7.^a Fica salva a preferencia que pelas clausulas 3.^a e 43.^a do Decreto n. 1759 de 26 de Abril de 1856 cabe á companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1870. —
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Estatutos da companhia Ituana da estrada de ferro de Itú a Jundiahy, approvados pela assembléa geral dos accionistas, aos 20 de Fevereiro de 1870, a que se refere o Decreto desta data.

CAPITULO I.

Da companhia e sua organização.

Art. 1.º Fica creada uma companhia ou sociedade anonyma, que se denominará —Companhia Ituana,— e que terá por fim construir um ramal de estrada de ferro, que dessa cidade vá entroncar-se em Jundiahy ou na estrada de ferro da companhia ingleza, ou na da companhia Paulista, segundo a planta que fôr approvada pelo governo e de conformidade com os presentes estatutos.

Art. 2.º A séde da companhia e sua direcção geral estará na cidade de Itú.

Art. 3.º A companhia terá existencia de direito na data em que estiverem subscriptas pelo menos oito mil acções do seu capital.

Art. 4.º A duração da companhia será de 90 annos, ou por tanto tempo quanto fôr o privilegio concedido pelo Governo Imperial. Findo o prazo do privilegio, a companhia, a quem fica a propriedade garantida, poderá vender essa mesma propriedade, ou prorogar sua duração por prazo determinado, como convier e fôr determinado pela assembléa geral de accionistas.

CAPITULO II.

Da administração da companhia.

Art. 5.º Os negocios da companhia serão regidos por uma Directoria composta de cinco membros, que se denominarão Directores, dos quaes um será o Presidente.

Art. 6.º Os cinco Directores serão eleitos pela assembléa geral de accionistas. D'entre os Directores o governo da provincia escolherá o Presidente.

Art. 7.º A eleição para Director só poderá recahir em accionistas que tenham pelo menos 50 acções, subscriptas e registradas seis mezes antes da eleição.

Art. 8.º As 50 acções de que se falla no artigo antecedente, tornão-se inalienaveis e serao depositadas durante o exercicio da Directoria.

Art. 9.º Não poderão exercer conjunctamente os cargos de Presidente e Directores, accionistas que forem sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes por consanguinidade até o segundo grão, e socios de firmas sociaes.

Art. 10. Não póle ser Director aquelle que exercer emprego de confiança da companhia, ou tenha, quer directa, quer indirectamente, interesse ou algum contracto com ella. A superveniencia de qualquer destes factos importa a perda do lugar de Director.

Art. 11. Os Directores e os que substituirem a estes, não poderão ser reeleitos dentro do primeiro anno, contado do dia da substituição, de conformidade com o § 13. do art. 2.º da Lei de 22 de Agosto de 1860.

Art. 12. A assembléa geral de accionistas fará de 5 em 5 annos a eleição de sua Directoria, e annualmente a substituição de um dos membros d-sta. Não fica sujeita á esta disposição a primeira Directoria que se eleger, que funcionará sem alteração alguma durante a construcção da estrada.

Art. 13. Para a substituição de qua se falla no artigo antecedente, regulará a antiguidade, devendo ser substituido o Director mais antigo no cargo. Em caso de igual antiguidade sahirá da Directoria aquelle que a sorte designar.

Art. 14. Quando tenha de ser substituido o Director escolhido pelo governo da provincia para Presidente, o mesmo governo designará outro d'entre os que ficarem.

Art. 15. Para que possa a Directoria funcionar é essencial a presença de tres Directores pelo menos.

Art. 16. A Directoria decide todos os negocios da companhia, e para esse fim lhe são conferidos plenos poderes.

Art. 17. A' Directoria compete :

§ 1.º Estabelecer regulamento para reger os empregados da companhia nos seus differentes serviços.

§ 2.º Formular regulamento para a direcção de todos os serviços, e em geral de tudo que respeita á construcção e custeio da estrada de ferro.

§ 3.º Fazer com os governos, geral e provincial, com outras companhias, ou com terceiras pessoas, todos os contractos necessarios para a boa marcha da empreza.

§ 4.º Fazer todos os contractos geraes ou parciaes necessarios para a construcção e custeio da estrada, para fornecimentos, materiaes, etc.

§ 5.º Resolver se a execução das obras deve ser feita por administração ou por empreitadas, quer geraes, quer especiaes, com tab-lla de preços, precedendo proposta em carta fechada.

§ 6.º Fazer aquisição de todos os bens moveis ou immoveis, e de tudo quanto preciso lôr á empresa, podendo igualmente alheiar aquelles que tornarem-se desnecessarios.

§ 7.º Convocar assembléa geral de accionistas nas épocas marcadas, e todas as vezes que parecer precisa uma convocação extraordinaria.

§ 8.º Organizar o balanço e relatorio semestraes, que devem ser apresentados á assembléa geral de accionistas.

§ 9.º Assignar os contractos que forem celebrados com o governo geral, ou com o governo provincial.

§ 10. Assignar os titulos e cautelas das acções e emittir acções nos casos previstos nestes estatutos.

§ 11. Arrecadar os fundos da companhia e escolher o deposito mais conveniente para os mesmos.

§ 12. Annunciar as chamadas das acções, respeitando as condições determinadas nestes estatutos.

§ 13. Formular e dirigir o plano da escripturação da companhia.

§ 14. Nomear e demittir livremente seus empregados; diminuir o numero destes, quando convier; marcar-lhes a categoria e vencimentos.

§ 15. Fazer a distribuição de dividendos de seis em seis mezes, quando elle puder ter lugar, guardada a disposição do art. 54 destes estatutos.

§ 16. Decidir finalmente todas as questões e regular todos os negocios da companhia, salvo os que são da competencia privativa da assembléa geral de accionistas.

Art. 18. O Presidente é o executor das deliberações e resoluções da Directoria.

Art. 19. Ao Presidente compete:

Paragrapho unico. Assignar todos os contractos celebrados com a Directoria, excepção feita dos contractos com os governos geral e provincial, a respeito dos quaes se guardará o que fica disposto no art. 17, § 9.º destes estatutos.

Art. 20. Fallecendo, ou demittindo-se algum dos Directores, será chamado para substitui-lo provisoriamente o accionista, que tiver obtido maior numero de votos immediatamente aos cinco eleitos, até que se cumpra o disposto no art. 33, § 8.º destes estatutos.

Art. 21. As funcções da Directoria são gratuitas. O Presidente, porém, será remunerado com uma gratificação nunca maior de 4:000\$000 annuaes, marcada pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 22. A Directoria reunir-se-ha ordinariamente de quinze em quinze dias; extraordinariamente todas as vezes que o exijão os interesses da companhia.

Art. 23. As decisões da Directoria serão tomadas por maioria de votos. No caso do empate, o Presidente, além do seu voto como Director, terá o voto de qualidade.

Art. 24. Na falta do Presidente fará suas vezes o Director mais votado.

CAPITULO III.

Da assembléa geral.

Art. 25. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas, ou pelo menos de um decimo delles, e que representem tres mil acções.

Art. 26. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente todos os semestres e extraordinariamente todas as vezes que for convocada pela Directoria. No primeiro caso haverão annuncios com antecedencia de trinta dias : no segundo com antecedencia de vinte

Art. 27. Tambem terá lugar a convocação extraordinaria pela Directoria, sempre que isso fôr requerido para o fim designado, por accionistas que representem uma decima parte do capital social realizado.

Art. 28. A assembléa geral, regularmente convocada e constituida, representa a totalidade dos accionistas, e suas decisões são obrigatorias.

Art. 29. Os votos dos accionistas serão recebidos na seguinte razão : cada cinco acções dará um voto até dez ; excedendo deste numero, se contará um voto por cada dez acções até vinte : excedendo deste numero, se contará um voto por cada vinte acções até quarenta, que será o maximo dos votos.

Não serão admittidos votos por procuração na eleição dos Directores.

Art. 30. Para o accionista poder votar em qualquer reunião, exige-se que não tenha incorrido na penalidade do art. 40 destes estatutos, que tenha registrado e depositado suas acções no escriptorio da companhia ; fazendo-se o registro com a antecedencia de 60 dias e o deposito com antecedencia de 15 em relação ao dia da reunião.

Art. 31. Para votar na eleição de Directores exige-se que o accionista registre e deposite suas acções no escriptorio da companhia 90 dias antes da eleição. Deste deposito e do mencionado no artigo antecedente dar-se-ha uma cautela ao accionista.

Art. 32. Em cada sessão ordinaria a Directoria apresentará á assembléa geral o balanço das contas e o relatorio. O balanço trará a demonstração minuciosa do estado da companhia : deverá apontar o capital social, referindo-se a tudo quanto represente o debito e o credito da companhia, a demonstração da conta de ganhos e perdas, e conterá fualmente todas as explicações para esclarecimento dos accionistas.

Art. 33. Apresentado o balanço e relatorio, a assembléa geral elegará uma commissão de exame de contas, composta

de cinco membros para dar parecer a respeito. O parecer da comissão, acompanhado das peças sobre que versar, será sujeito á discussão e approvação dos accionistas em assembléa geral, especialmente convocada para esse fim.

Art. 34. Todo o accionista terá o direito de examinar pessoalmente o balanço, os livros da companhia, e quaesquer papéis, ou documentos della. Esta faculdade, porém, será limitada a um dia por mez, o qual será designado pela Directoria.

Art. 35. A' assembléa geral compete :

§ 1.º Eleger os Directores.

§ 2.º Deliberar e resolver sobre qualquer proposta da Directoria ou dos accionistas.

§ 3.º Mandar proceder a exame da administração sem limitação alguma, nomeando delegados especiaes para esse fim.

§ 4.º Autorizar a Directoria a contrahir empréstimos, marcando-lhe o modo e as condições.

§ 5.º Autorizar e determinar o augmento do capital, na fórma do art. 73 destes estatutos, além da quantia garantida pelo governo da provincia.

§ 6.º Deliberar sobre a renuncia da garantia de juros por parte do governo da provincia.

§ 7.º Marcar gratificação ao Presidente.

§ 8.º Eleger Director, que substitua o que houver fallecido, ou se tiver demittido.

§ 9.º Resolver sobre a venda ou cessão da estrada, dissolução da companhia ou incorporação della a outras companhias.

§ 10. No caso de venda da linha, resolver se deve a companhia empregar seu capital reembolsado na continuação da estrada de ferro até outro ponto, salvos os direitos de terceiro: sendo licito ao accionista, que quizer, retirar seus capitães.

§ 11. Resolver a modificação dos presentes estatutos, ficando qualquer modificação dependente da approvação do Governo Imperial.

§ 12. Eleger o Presidente e Secretarios em suas reuniões.

Art. 36. As decisões em assembléa geral serão tomadas pela maioria de votos representados: porém as decisões sobre os §§ 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 9.º, 10 e 11 do artigo antecedente só poderão ser tomadas em assembléa geral expressamente convocada para tal fim, e por dous terços pelo menos dos votos representados.

CAPITULO IV.

Do capital social, dos direitos e deveres dos accionistas.

Art. 37. O capital social da companhia Ituana, da estrada de ferro de Itú a Jundiaby, será de 2.500:000\$000, divididos em acções de 200\$000 cada uma.

Art. 38. As acções são realizaveis em prestações nos prazos, que forem marcados, ou pela forma determinada nestes estatutos.

Art. 39. As chamadas serão feitas segundo as necessidades da companhia e na razão do valor estimativo das despesas que tiverem de ser feitas com os trabalhos da estrada, e serão annunciadas com o prazo de 30 dias pelo menos. A Directoria deverá fazer a demonstração da necessidade da chamada perante o governo da provincia antes de annuncial-a.

Art. 40. O accionista, que não realizar a respectiva entrada no prazo da chamada, perderá, em beneficio da sociedade, as entradas anteriormente verificadas.

Art. 41. O accionista impontual poderá justificar-se perante a Directoria, allegando os motivos que o impedirão de fazer a entrada no tempo competente. Se sua justificação fôr attendida, a Directoria mandará receber posteriormente as entradas demoradas, exigindo nestes casos juro pela móra, e que será contado na razão de mais 1 % do que na occasião se cobrar na caixa filial do banco do Brasil em S. Paulo, durante o periodo em que occorra a impontualidade.

Art. 42. A Directoria tem o direito de declarar em commisso as acções sobre que occorra a impontualidade, devendo publicar que ficão nullas e sem valor, effectuando a emissão de outras que as substituição.

Art. 43. As acções serão ao portador; poderá, porém, a Directoria declarar no verso o nome do possuidor que assim o exija.

Art. 44. A transferencia das acções realiza-se por qualquer modo válido em direito. Não pôde, porém, essa transferencia ter lugar por meio algum, senão depois de realizado um quarto de seu valor. (Lei de 22 de Agosto de 1860, art. 2.º, § 5.º)

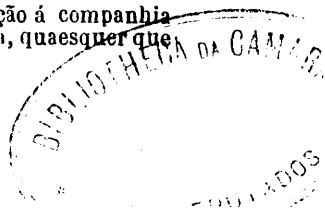
Art. 45. Por endosso só é permittida a transferencia depois que se tiver recolhido o capital integral das acções emitidas.

Art. 46. No escriptorio da companhia haverá um registro nominal de todos os possuidores de acções. As transferencias serão averbadas por acto lançado em livro competente.

Art. 47. As despesas de taxa e outras com a transferencia de cada acção não poderão exceder á quantia de 1\$000.

Art. 48. No caso de perda ou extravio de uma ou mais acções da companhia, a Directoria substituirá os titulos perdidos por outros, que serão entregues a quem de direito pertença, depois de feitos os precisos annuncios e de adoptar todas as necessarias cautelas, de modo a inutilizar completamente os titulos perdidos.

Art. 49. Cada acção é indivisivel em relação á companhia e deve ser representada por uma unica pessoa, quaesquer que sejam os contractos de que haja sido objecto.



Art. 50. Os credores ou herdeiros do accionista não poderão arrestar, sob qualquer pretexto, a propriedade de quaesquer objectos que sejam da companhia, salvos os direitos que lhes compõem sobre os titulos ou acções que pertençam a seus devedores.

CAPITULO V.

Dos juros, dos dividendos, do fundo de reserva.

Art. 51. Durante a construcção da estrada de ferro de Itã a Jundiáhy, o governo da provincia garante 7 % de juros sobre o capital que fôr desembolsado.

Art. 52. Os accionistas receberão os 7 % pagos pelo governo provincial sobre o capital desembolsado, mas os pagamentos só deverão ser annunciados depois de effectivamente recebidos os juros pela Directoria, de tal sorte que em nenhum caso, ainda temporariamente, parte do capital seja empregado em dividendo.

Art. 53. Depois de construida a estrada, o governo da provincia completará os 7 % garantidos, se porventura os lucros liquidos da companhia não attingirem esse quantum : e pagal-os-ha por inteiro até o maximo de 7 %, se a companhia não auferir lucro algum.

Art. 54. Todos os semestres, em vista das contas e documentos, a Directoria proporá á assembléa geral de accionistas o pagamento de um dividendo, que esteja calculado, e a assembléa geral resolverá se deve o dividendo ser pago ou não.

Art. 55. Logo que os lucros liquidos excedão a 10 %, o governo da provincia entrará em partilha igual com a companhia no excesso dos 10 %.

Art. 56. Esta partilha, que é uma compensação dos 7 %, garantidos pela provincia, se effectuará só até o reembolso da quantia despendida por ella.

Art. 57. A Directoria deduzirá annualmente dos lucros liquidos uma quantia correspondente a seis decimos por cento sobre o capital para formar seu fundo de reserva. Esta quantia poderá ser empregada em apolices da divida publica, acções da companhia, ou pelo modo que mais conveniente julgue a Directoria, com a approvação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 58. O fundo de reserva é destinado a representar no fim do prazo da duração da companhia o capital com que se constitue, e a acudir ás necessidades extraordinarias provenientes de força maior. Nunca porém será applicado ao pagamento das multas em que incorra a companhia.

CAPITULO VI.

Da dissolução da companhia e sua liquidação.

Art. 59. A companhia será dissolvida :

§ 1.º Expirando o prazo marcado para a sua duração, se a assembléa geral de accionistas não resolver o contrario.

§ 2.º Pela venda ou cessão da estrada a diversa companhia, ou pela sua incorporação com outra.

§ 3.º Pela perda de dous terços de seu capital.

§ 4.º Mostrando-se que a companhia não póde preencher seu fim.

§ 5.º Por todos os outros meios em direito estabelecidos a respeito de sociedades anonymas e companhias.

Art. 60. Dissolvida a companhia, entrará ella em liquidação.

Art. 61. A liquidação será feita promiscuamente pela companhia e pelo governo provincial, elegendo a assembléa geral tres liquidadores e o governo provincial dous.

Art. 62. Podem ser liquidadores tanto accionistas como pessoas estranhas á companhia.

Art. 63. A commissão liquidadora procederá na fórma das disposições da legislação commercial.

Art. 64. Feita a liquidação e a proposta de partilhas, serão esses trabalhos apresentados á Directoria, que convocará a assembléa geral extraordinaria.

Art. 65. A assembléa geral resolverá, por dous terços dos votos representados, se devem ser approvadas a liquidação e proposta de partilha.

Art. 66. Approvada a liquidação e proposta de partilha, nenhum accionista poderá mais reclamar.

CAPITULO VII.

Da fiscalização do governo da provincia.

Art. 67. O governo da provincia tem o direito de fiscalizar todos os trabalhos e operações da companhia nos seus diversos serviços.

Art. 68. Para esse fim ser-lhe-ha licito o exame dos livros da escripturação da companhia e de todos os documentos á mesma pertencentes. A Directoria lh'os franqueará sempre que houver exigencia.

CAPITULO VIII.

Disposições geraes.

Art. 69. O contracto para a construcção da estrada de ferro de Itú a Jundiahy, tal qual fôr publicado, e depois de approvado pelo governo geral, será parte integrante dos presentes estatutos, e ambos entender-se-hão aceitos e approvados por todos aquelles que subscreverem acções da companhia ou em qualquer tempo forem dellas possuidores.

Art. 70. A assembléa geral resolverá se a Directoria deve estabelecer agencias e que poderes lhe deve conferir.

Art. 71. A companhia poderá ter agencias em diversas localidades da provincia, dentro ou fóra do Imperio, como melhor convier, sendo indispensavel a approvação do governo geral, quanto ás que forem estabelecidas no exterior. Estas agencias actuarão pela força dos poderes que lhes forem conferidos pela Directoria.

Art. 72. A companhia poderá vender a estrada e seu privilegio uma vez concluida ella, ou mesmo durante a sua construcção, por deliberação da assembléa geral dos accionistas e de accôrdo com o governo provincial.

Art. 73. Se tornar-se necessario augmento de capital para a construcção da linha contractada, a assembléa geral dos accionistas poderá autorizar uma nova emissão de acções, ou determinar que a companhia levante emprestimo, que nunca poderá exceder a um terço do capital social. O augmento de capital, porém, sob qualquer das formas indicadas, não gozará da garantia de juros pagos pela provincia.

Art. 74. No caso de vir a ser desfalcado o capital da companhia em quantia equivalente a 20 por cento da sua total importancia, a assembléa geral poderá autorizar a emissão supplemmentar de acções ou levantamento de emprestimo, salva sempre a responsabilidade dos gerentes, na fórma da lei. Nesta hypothese, porém, nem as acções emittidas, nem o emprestimo levantado, gozarão do privilegio da garantia de juros por parte da provincia.

Art. 75. Depois de concluida a estrada de ferro de Itú a Jundiahy serão fixadas as taxas de transito, de accôrdo com o governo provincial.

Art. 76. Logo que os lucros liquidos da companhia excedão, em dous annos consecutivos, a doze por cento, deverão

ser modificadas as taxas do transitio, de accôrdo com o governo provincial. A diminuição nos preços das taxas de cargas deverá começar pelos generos destinados á alimentação publica, e nos preços das taxas de passageiros pelos lugares de 2.^a classe.

Art. 77. Não se pagarão dividendos aos accionistas enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não fôr integralmente restabelecido na fôrma do art. 5.^o, § 17, n. 2 do Decreto n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860.

Art. 78. Os accionistas são responsaveis pelo valor das acções que lhes forem distribuidas.—Os directores interinos, *José Elias Pacheco Jordão.*—*Agostinho de Souza Neves.*—*Barão de Piracicaba.*—*Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco.*

DECRETO N. 4555—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Concede a Florencio Monteiro Peixoto privilegio por cinco annos para a machina de sua invenção destinada á sécca do café e do assucar.

Attendendo ao que Me requereu Florencio Monteiro Peixoto, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional: Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos para a machina que diz ter inventado, destinada a sécca do café e do assucar.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4556—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Concede ao Engenheiro Charles Bernard privilegio por quatro annos, para o seu systema de perfuração de poços de agua limpida e inodora.

Attendendo ao que Me requereu o Engenheiro Civil Charles Bernard, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional: Hei por bem Conceder-lhe privilegio por quatro annos, para o seu systema de perfuração de poços de agua limpida e inodora.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4557—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Approva a substituição dos arts. 2.º, 3.º, 6.º e 7.º dos estatutos da companhia de navegação por vapor na bahia do Rio de Janeiro e Nictheroy.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de navegação por vapor na bahia do Rio de Janeiro e Nictheroy, devidamente representada e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 21 de Julho do anno passado, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 3 de Maio do mesmo anno, Hei por bem Approvar a substituição dos arts. 2.º, 3.º, 6.º e 7.º dos respectivos estatutos, a que se referem os Decretos ns. 2184 de 5 de Junho de 1858 e 2568 de 31 de Março de 1860, pela seguinte disposição:

A companhia poderá empregar na navegação barcas do systema que julgar mais conveniente, e as horas das viagens e todo o mais serviço serão estabelecidos em um regimento interno feito pela directoria sobre proposta da gerencia, ficando dependente da prévia approvação do Governo Imperial a execução desse regimento interno.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4333—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Concede á companhia—The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance—autorização para estabelecer uma agência na capital da provincia de Pernambuco.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza —The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance—, devidamente representada, e Conformando-Me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 5 de Junho do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhe autorização para estabelecer uma agencia na capital da provincia de Pernambuco, sob as mesmas condições com que, por Decreto n.º 4406 do 1.º de Setembro do anno passado, lhe foi concedida autorização para estabelecer agencia no Rio de Janeiro.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4559—DE 30 DE JULHO DE 1870.

Concede á companhia—The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance—autorização para estabelecer uma agencia na capital da provincia da Bahia.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza —The British and Foreign Life and Fire Assurance Alliance—, devidamente representada, e Conformando-Me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 5 de Junho do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhe autorização para estabelecer uma agencia na capital da provincia da Bahia, sob as mesmas condições com que, por Decreto n.º 4405 do 1.º de Setembro do anno passado, lhe foi concedida autorização para estabelecer agencia no Rio de Janeiro.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4560—DE 6 DE AGOSTO DE 1870.

Concede o uso de uma medalha ao exercito em operações na guerra contra o governo do Paraguay.

Attendendo aos relevantes serviços prestados pelo exercito em operações na guerra contra o governo do Paraguay: Hei por bem Conceder aos officiaes generaes, officiaes superiores, capitães e subalternos, e ás praças de pret, que formárão o mesmo exercito, o uso de uma medalha, segundo o desenho e instrucções, que com este baixão, assignados pelo Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Instrucções sobre o uso da medalha a que se refere o decreto desta data.

Art. 1.º A medalha será conforme o desenho junto, do bronze dos canhões tomados na guerra contra o governo do Paraguay; e a respectiva fita, representando as côres da alliança, terá cinco listras iguaes em sentido vertical, dispostas na seguinte ordem: verde, branca, azul, branca e amarella.

Art. 2.º Os officiaes generaes, os officiaes superiores, capitães, subalternos e praças de pret dos differentes corpos do exercito, da guarda nacional, de voluntarios da patria e de policia, bem como os empregados civis, que servirão no exercito em operações na guerra contra o governo do Paraguay, usarão a medalha no lado esquerdo do peito, pendente da mencionada fita, presa a um passador, no qual se inscreverá o numero de annos que estiverão na campanha.

Art. 3.º O passador será de ouro para os officiaes generaes e superiores, de prata para os capitães e subalternos e de bronze para as praças de pret.

Art. 4.º Será contado por um anno, para a inscripção no passador, o tempo de nove mezes, desprezadas as fracções; sendo igualmente computado para o mesmo fim, o tempo que o agraciado tiver deixado de servir em consequencia de ferimento recebido em combate.

Art. 5.º O agraciado usará, em todo o tempo, da medalha com o passador correspondente ao grão que tiver obtido, não podendo trocar o de um pelo de outro grão.

Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1870.
—Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4361 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Concede aos vapores de propriedade de Robert Singlehurst & Comp.
as vantagens de paquetes.

Usando da autorização que me confere o Decreto n.º 803 de 20 de Setembro de 1854, Hei por bem Conceder aos vapores de propriedade de Robert Singlehurst & Comp. e destinados á nova linha de navegação estabelecida entre Liverpool e as provincias do Pará, Maranhão e Ceará as vantagens de paquetes outorgadas aos da companhia—Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation—, ficando sujeitos os concessionarios ás clausulas do Decreto n.º 3800 de 9 de Fevereiro de 1867, e ao pagamento dos direitos de ancoragem, de expediente para o carvão necessario ao consumo dos seus vapores e dos que estão estabelecidos em beneficio das casas de caridade.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4562 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o augmento do capital da companhia do Queimado.

Attendendo ao que Me requereu a companhia do Queimado, devidamente representada e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 15 de Julho do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhe autorização para elevar até a quantia de 1.200:000\$ o capital fixado nos respectivos estatutos approvados pelo Decreto n.º 3521 de 30 de Setembro de 1865.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4563 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o augmento do capital da companhia de trilhos urbanos do Recife a Olinda.

Attendendo ao que Me requereu a companhia de trilhos urbanos do Recife a Olinda, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 16 de Julho do corrente anno: Hei por bem Conceder-lhe autorização para elevar a 500:000\$000 o capital fixado nos estatutos approvados pelo Decreto n.º 4337 de 6 de Março do anno passado.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4564 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Crêa um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na Freguezia de S. Sebastião da Boa-Vista, da Provincia do Pará.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na Freguezia de S. Sebastião da Boa-Vista, da Provincia do Pará e subordinado ao commando superior da guarda nacional da Capital da mesma Provincia, um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designaç^{ão} de oitavo do serviço activo, o qual terá a sua parada no lugar que lhe fôr marcado pelo Presidente da Provincia, na fórma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4565 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Crêa um corpo de cavallaria de guardas nacionaes no Municipio do Icó, da Provincia do Ceará.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado no Municipio do Icó, da Provincia do Ceará, e subordinado ao commando superior do mesmo Municipio, um corpo de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro companhias, e a designação de sexto, o qual terá a sua parada no lugar que fór marcado pelo Presidente da Provincia, na fórmula da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4566 — DE 10 DE AGOSTO DE 1870.

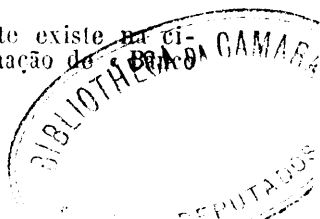
Approva com alterações os novos estatutos do Banco do Brasil.

Attendendo ao que Me representou o Presidente do Banco do Brasil, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem Approvar os estatutos abaixo publicados, pelos quaes se deverá o mesmo Banco reger d'ora em diante, com as seguintes alterações:

1.ª

Substitua-se por este outro o

Art. 1.º O Banco, que actualmente existe na cidade do Rio de Janeiro, sob a denominação de



do Brasil, e cuja duração foi prorogada até 1886, será d'ora em diante regido por estes estatutos.

2.^a

No art. 8.^o Em lugar de —2 %.— diga-se —2 $\frac{1}{2}$ %; e em vez de —1% entre os membros do Conselho— diga-se—1 $\frac{1}{2}$ % entre os membros do Conselho.

3.^a

No art. 22. Supprima-se o ultimo periodo, que diz—De dous Gerentes.

4.^a

No art. 23. Em lugar de—Os dous Gerentes serão nomeados pelo conselho—diga-se—O Banco terá dous Gerentes nomeados pelo Conselho.

5.^a

Substitua-se pelo seguinte o

Art. 36. Ao serviço dos descontos assistirão diariamente um dos membros do Conselho e um dos dous Gerentes: e nenhum titulo será descontado sem accôrdo de ambos. No caso de divergencia entre os dous será a questão decidida pelo Presidente do Banco.

Incumbe aos membros do Conselho fazerem este serviço um em cada quinzena.

Os outros trabalhos serão distribuidos entre o presidente e os dous Gerentes, como mais conveniente fôr á regularidade do serviço; de modo, porém, que nenhuma deliberação se tome sem prévia approvação do mesmo Presidente.

6.^a

Art. 41. Em vez de—pela Gerencia — diga-se—na forma do art. 33, n.^o 3.

7.^a

Art. 43. Em lugar de—accôrdo com a Gerencia— diga-se—accôrdo com a Administração.

8.^a

Art. 47. Em lugar de—Gerencia—diga-se—Administração.

9.^a

Art. 48. Em lugar de—um dos membros da Gerencia—diga-se—um dos Gerentes.

10.^a

Art. 49. Em lugar de—pela Gerencia—diga-se—pela Administração.

E no n.º 6, depois das palavras—De acções de companhias—acrescente-se—menos as do proprio Banco.

11.^a

Art. 50. Em vez de—pelo Presidente e Gerentes—diga-se—pelo Presidente, Gerentes ou membro do Conselho que assistir ao desconto.

12.^a

Art. 58. Em vez de—Gerencia—diga-se—Administração.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Estatutos do Banco do Brasil. a que se refere o Decreto supra.

TITULO I.

DO BANCO DO BRASIL.

Art. 1.º O Banco que actualmente existe na cidade do Rio de Janeiro, sob a denominação de—Banco do Brasil—, continúa a funcionar debaixo do mesmo nome, como Banco de depositos e descontos, e de empréstimos sobre hypothecas.

Art. 2.º Seu fundo capital de trinta e tres mil contos de réis (33.000:000\$000), dividido em 463.000 acções de 200\$000 cada uma, poderá ser elevado, por deliberação da assembléa geral dos accionistas com autorização do governo.

Art. 3.º No caso de augmento de capital, os accionistas das novas acções, que não effectuarem seus pagamentos com a devida pontualidade, nos prazos marcados pela administração do Banco, deixarão de ser considerados como taes, e perderão, em beneficio do Banco, as prestações anteriormente realizadas, podendo a administração dispôr das acções que cahirem em commisso.

Exceptuão-se, todavia, os casos em que ocorrerem circumstancias extraordinarias, devidamente justificadas perante a administração.

Art. 4.º O Banco constitue uma companhia anonyma, e suas acções podem ser possuidas por nacionaes ou estrangeiros.

Art. 5.º A transferencia das acções sómente se opera por acto lançado nos registros do Banco, com assignatura do proprietário, ou de seu procurador com poderes especiaes.

Art. 6.º O Banco poderá, precedendo autorização do governo, continuar a estabelecer caixas filiaes, ou converter as existentes em agencias.

Art. 7.º Os estatutos das referidas caixas ou agencias serão organizados pela administração do Banco, e submettidos á approvação do governo.

Art. 8.º Dos lucros líquidos do Banco, provenientes de operações effectivamente concluidas no respectivo

semestre, se deduzirão 18 % para o seu novo fundo de reserva, enquanto este fundo não se elevar a 50 % do capital effectivo do Banco, a somma precisa para o dividendo, que nunca excederá de 40 % ao anno, e 2 % da importancia do dividendo, para serem distribuidos do seguinte modo: 1 % entre o presidente do Banco e os gerentes, e 1 % entre os membros do conselho.

O presidente vencerá, além disso, o ordenado de 20:000\$000 e cada um dos gerentes o de 15:000\$000, por anno.

Depois de feitas as deducções mencionadas, o que exceder será destinado á coadjuvação da amortização das notas do Banco, que se achão em circulação, na forma e pelo modo que determina a Lei de 12 de Setembro de 1866, art. 4.º § 3.º e o Decreto n.º 3720 de 18 de Outubro de 1866, expedido para a execução da mesma lei.

TITULO II.

DA ASSEMBLÉA GERAL DO BANCO.

Art. 9.º A assembléa geral do Banco será representada pelos accionistas possuidores de 100 ou mais acções, e que como taes, estejam inscriptos nos registros do Banco, seis mezes, pelo menos, antes da sua reunião ordinaria ou extraordinaria.

Art. 10. A assembléa geral poderá deliberar legalmente, achando-se presentes 100 accionistas.

Se no dia designado para a reunião, não tiver comparecido numero sufficiente de membros, será de novo convocada a assembléa geral, com anticipação de cinco dias, e nesta reunião se poderá deliberar com o numero de membros presentes, mas em caso algum este numero será menor de 50.

Art. 11. Quando a convocação tiver por objecto a reforma de estatutos, ou a deliberação sobre o caso de que trata o art. 17, § 3.º, a assembléa geral só poderá deliberar achando-se representada a sexta parte do capital social.

Art. 12. Não poderão fazer parte da assembléa geral os accionistas pelas acções que possuirem caucionadas.

Art. 13. Durante os oito dias que precederem ao da reunião da assembléa geral, ficarão suspensas as transferencias de acções.

Art. 14. Serão admittidos a votar na assembléa geral :

1.º Os tutores por seus pupillos ;

2.º Os maridos por suas mulheres ;

3.º Os prepostos de firmas ou corporações, com tanto que qualquer dos representados tenham as qualidades exigidas para serem incluídos na lista dos votantes.

Os documentos comprobatorios para que produzão seu effeito, deverão ser apresentados na secretaria do Banco oito dias antes da reunião ordinaria da assembléa geral, e terão vigor nas extraordinarias até Julho do anno seguinte.

Art. 15. Os votos serão contados da maneira seguinte: cada 100 acções dá direito a um voto.

Mas, nenhum accionista terá mais de tres votos, seja qual fór o numero de acções que represente por si ou por outrem.

Art. 16. Todos os accionistas, embora não fação parte da assembléa geral, podem assistir ás suas sessões, com tanto que se conservem como espectadores, e em lugar separado.

Art. 17. Compete á assembléa geral :

1.º Alterar ou reformar os estatutos do Banco ;

2.º Approvar, rejeitar ou modificar o regulamento interno organizado pela administração ;

3.º Julgar as contas annuaes ;

4.º Eleger o Presidente, os membros do Conselho e a commissão de contas ;

5.º Deliberar sobre a responsabilidade do Presidente e membros do Conselho.

Art. 18. A assembléa geral reunir-se-ha, sob a presidencia do presidente do Banco, ordinariamente no mez de Julho e extraordinariamente nos casos seguintes :

1.º Quando sua reunião fór requerida por um numero de accionistas, cujas acções formem, ao menos, um decimo do fundo capital do Banco ;

2.º Quando o conselho julgar necessario.

Nas sessões extraordinarias a assembléa geral só poderá tratar do objecto para que fór convocada.

A convocação ordinaria ou extraordinaria se fará por edital publicado nos jornaes tres vezes consecutivas, e pelo menos oito dias antes do indicado para a reunião.

Art. 19. Em cada reunião nomeará a assembléa geral, por aclamação e sob proposta do Presidente, dous Secretarios, que serão incumbidos de verificar

o numero de accionistas presentes, contar os votos, fazer a apuração das votações, ler o expediente e redigir as actas.

Art. 20. Na primeira sessão de cada reunião ordinaria da assembléa geral, immediatamente depois da apresentação do relatorio e balanço do estado do Banco, procederá a mesma assembléa á eleição, por maioria absoluta de votos, de uma commissão composta de cinco accionistas possuidores de 100 ou mais accções.

Art. 21. A esta commissão serão franqueados todos os livros e cofres do Banco, sem excepção alguma, para que ella possa proceder ao mais minucioso exame e formular seu parecer, que será presente á assembléa geral em um prazo que não exceda de 60 dias, para que esta, assim informada, delibere sobre a gestão dos negocios do Banco, e proceda logo depois á eleição ou substituição do Presidente e do Conselho.

TITULO III.

DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO BANCO.

Art. 22. O Banco será regido por uma administração composta:

- De um Presidente, e na sua falta do Vice-Presidente ;
- De um Conselho de seis membros ;
- De dous Gerentes.

Art. 23. O Presidente e Conselho serão eleitos pela assembléa geral, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos, procedendo-se em primeiro lugar á eleição do Presidente e depois á do Conselho.

Sê no primeiro escrutinio não houver maioria absoluta, proceder-se-ha á segundo entre os candidatos mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos.

Em caso de empate decidirá a sorte.

No segundo escrutinio bastará a maioria relativa de votos para designar os eleitos.

Os Gerentes serão nomeados pelo Conselho.

O Vice-Presidente será eleito pelo Conselho d'entre seus membros.

Art. 24. O Presidente e os membros do Conselho não poderão entrar em exercicio sem po suirem e

depositarem no Banco : o primeiro 200 acções e os segundos 100 cada um : estas acções serão inalienáveis enquanto durarem suas respectivas funções, e até seis mezes depois que cessar o seu exercício do lugar.

Art. 25. Não poderão exercer conjunctamente os cargos da administração do Banco os que forem sogro e genro, ou cunhados durante o cunhadio, os parentes por consanguinidade até o 2.º grão e os socios de firmas commerciaes.

Não poderão ser eleitos os credores pignoratícios se não possuírem acções proprias, nem os impedidos de negociar segundo as disposições do Código Commercial.

Art. 26. Recahindo a escolha da assembléa em pessoas que reunão qualquer dos impedimentos mencionados na 1.ª parte do artigo antecedente, serão declarados nulos os votos que recahirem no menos votado, e proceder-se-ha em acto successivo a nova eleição para completar o numero dos que tiverem de ser eleitos.

Quando houver igualdade de votos a sorte decidirá.

Art. 27. A nenhum dos membros do conselho, nem ao presidente é permittido deixar de exercer por mais de seis mezes as funções de seu cargo, ficando no caso contrario entendido que resigna o lugar.

Art. 28. Para preencher os lugares dos membros do Conselho fallecidos, ou impedidos por mais de 30 dias, ou que resignarem o cargo, escolherá o Conselho tantos accionistas que estiverem nas condições de elegibilidade para o cargo de membro ou membros do Conselho.

O exercício dos escolhidos não durará além da primeira reunião ordinaria ou extraordinaria da assembléa geral, á excepção dos que substituírem os impedidos, cujo exercício cessará logo que os substituidos se apresentarem.

Art. 29. Compete ao Conselho :

1.º Deliberar, sob proposta do Presidente, de accôrdo com os Gerentes, sobre as medidas concernentes á substituição, resgate e amortização das notas em circulação, na fórma da Lei n.º 4319 de 12 de Setembro de 1866 ;

2.º Approvar o cadastro que fôr organizado pelo presidente e gerentes, fazendo as alterações que julgar necessarias ;

3.º Nomear e demittir os Gerentes;

4.º Approvar o regulamento interno, confeccionado pelo Presidente e Gerentes, fazendo as modificações que entender;

5.º Examinar os balanços mensaes e annuaes, e o relatorio das transacções de cada semana, que lhe forem apresentados pelo Presidente, podendo exigir explicações sobre todos os assumptos, e proceder a qualquer averiguação;

6.º Marcar o dividendo que tenha de ser distribuido semestralmente;

7.º Deliberar sobre a suppressão, criação ou conservação de caixas filiaes ou agencias, mediante proposta do Presidente e Gerentes;

8.º Resolver as duvidas ou questões que occorrem entre o Presidente e Gerentes, e prestar os conselhos que lhe forem requeridos pelo Presidente do banco:

9.º Eleger o Vice-Presidente na fórma do art. 26.

Art. 30. O Conselho reunir-se-ha ordinariamente, de oito em oito dias, e extraordinariamente, sempre que fôr convocado pelo Presidente do Banco.

Poderá deliberar estando presentes quatro de seus membros além do Presidente.

Art. 31. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes; quando houver empate sobre a resolução de qualquer negocio, será este adiado e discutido de novo na sessão seguinte, e se ainda nesta sessão houver empate, terá o Presidente voto de qualidade.

Art. 32. O Conselho terá um Secretario para lavrar e ler as respectivas actas, nas quaes serão consignadas as decisões que tomar.

Art. 33. Os membros do Conselho serão substituidos annualmente pela quinta parte.

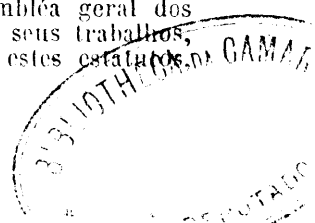
A antiguidade, e no caso de igual antiguidade, a sorte regulará a substituição.

Os substituidos não poderão ser reeleitos dentro do primeiro anno contado do dia da substituição.

Art. 34. Compete ao Presidente do Banco:

1.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas em suas reuniões ordinarias, e em nome da administração, o relatorio annual das operações e estado do Banco;

2.º Presidir ao Conselho e á assembléa geral dos accionistas, ser órgão delles, regular seus trabalhos, executar e fazer executar fielmente estes estatutos.



o regulamento interno e as decisões do Conselho e da assembléa geral;

3.º Convocar extraordinariamente o conselho, sempre que julgar conveniente ouvir-o sobre quaesquer assumptos concernentes á administração do Banco ;

4.º Assignar os balancetes que se publicarem, e toda a correspondencia do Banco ;

5.º Representar o Banco em suas relações com terceiros ou em juizo, sendo-lhe facultado para isso constituir mandatarios.

Art. 35. Compete mais ao Presidente, de accôrdo com os Gerentes :

1.º Nomear e demittir os empregados, marcar-lhes os vencimentos e gratificações ;

2.º Organizar o cadastro e o regulamento interno, que serão submittidos á approvação do Conselho ;

3.º Determinar o minimo e o maximo das taxas dos descontos, dos emprestimos e do dinheiro que se receber a juro, o maximo dos prazos por que se fizerem os descontos e emprestimos, observando as regras estabelecidas nestes estatutos ;

4.º Propôr ao conselho as medidas convenientes á substituição, resgate e amortização das notas do Banco, bem como á suppressão, criação ou conservação de caixas filiaes, ou agencias.

Art. 36. Os trabalhos da administração serão distribuidos entre o Presidente e os Gerentes, como entenderem mais conveniente á regularidade do serviço, de modo, porém, que nenhuma operação seja effectuada sem o voto do Presidente.

Art. 37. Os Gerentes se reunirão diariamente, sob a presidencia do Presidente do Banco ; nestas reuniões serão resolvidos todos os negocios administrativos pelos votos do Presidente e de um dos Gerentes.

Quando o Presidente não estiver de accôrdo com os Gerentes sobre a intelligencia de qualquer medida, poderá suspender sua execução para ser presente e definitivamente resolvida pelo Conselho.

Servirá de secretario para lavrar as actas o Gerente que o Presidente designar.

Art. 38. O mandato do Presidente durará tres annos, findos os quaes poderá ser novamente eleito.

No caso de morte, renuncia ou abandono do lugar, proceder-se-ha á nova eleição.

Nos de ausencia, impedimento e vacatura do lugar, o Presidente será substituido pelo Vice-Presidente, a quem ficará competindo todas as suas funcções.

Art. 39. Os Gerentes exercerão as respectivas funções por tempo indeterminado, enquanto bem servirem.

Art. 40. O Presidente e os Gerentes não poderão negociar por conta própria, nem aceitar mandatos políticos ou cargos de qualquer natureza, enquanto exercerem os seus respectivos empregos.

TITULO IV.

DAS OPERAÇÕES DO BANCO.

Art. 41. O Banco poderá :

1.º Descontar letras de cambio, da terra e outros títulos commerciaes, á ordem e com prazo determinado, garantidos por duas assignaturas, ao menos, de pessoas notoriamente abonadas, residentes no lugar onde se fizer o desconto, e bem assim escriptos das Alfandegas, bilhetes do Thesouro e cautelas da Casa da Moeda.

Como excepção de regra poderá uma só das mencionadas assignaturas ser de pessoa residente no lugar do desconto, mas a importancia dos titulos, assim descontados, nunca excederá a decima parte do fundo effectivo do Banco.

Os prazos serão semanalmente marcados pela gerencia, mas nunca excederão a seis mezes;

2.º Encarregar-se por commissão da compra e venda de metaes preciosos, de apolices da divida publica, e de quaesquer outros titulos de valores, e da cobrança de dividendos, letras e de outros titulos a prazo fixo;

3.º Receber em conta corrente as sommas que lhe forem entregues por particulares ou estabelecimentos publicos, e pagar as quantias de que estes dispuzerem, até a importancia do que houver recebido;

4.º Tomar dinheiro a premio por meio de contas correntes, ou passando letras, não podendo o prazo, em nenhum dos dous casos ser menor de 60 dias;

5.º Comprar e vender por conta propria metaes preciosos e fundos publicos;

6.º Fazer emprestimos sobre penhor de ouro, prata e diamantes, de apolices da divida publica, de acções de companhias acreditadas que tenham cotação real, e na proporção da importancia realizada; de titulos particulares que representem legitimas transacções

commerciaes, e de mercadorias não sujeitas a corrupção, depositadas nas Alfandegas ou armazens alfandegados ;

7.º Fazer movimentos de fundos de umas para outras praças do Imperio ;

8.º Fazer operações de cambio com as praças do Imperio ou estrangeiras, sendo estas ultimas, sómente por conta de terceiros ;

9.º Realizar empréstimos hypothecarios, de conformidade com o que determinão os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º da Lei n.º 1349 de 12 de Setembro de 1866 e o Decreto n.º 3720 de 18 de Outubro do mesmo anno, e observando o mais que sobre estas operações se dispõe nestes estatutos ;

10. Abrir contas correntes garantidas com penhor dos objectos mencionados no § 6.º

Art. 42. O Banco não poderá fazer outras operações além das designadas nestes estatutos.

Art. 43. O Banco terá um cofre de depositos voluntarios para titulos de credito, pedras preciosas, moeda, joias e ouro ou prata em barras, recebendo um premio na proporção do valor dos objectos depositados.

Este valor será estimado pela parte, de accôrdo com a gerencia.

O Banco dará recibos dos depositos, nos quaes designará a natureza, e valor dos objectos depositados, o nome e a residencia do depositador, a data em que o deposito fôr feito, e o numero do registro da inscripção dos mesmos objectos. Taes recibos não serão transferidos por via de endosso.

Art. 44. Nos empréstimos de que trata o § 6.º do art. 41, o Banco receberá, além do penhor, letras a prazo que não exceda a seis mezes, as quaes poderão ser assignadas unicamente pelo mutuario, se fôr notoriamente abonado.

Estas letras serão sujeitas em seus vencimentos ao mesmo processo que se seguir nas letras de desconto.

As suas garantias serão executadas no menor prazo possível.

Art. 45. Se o penhor consistir em apolices da divida publica, ou acções de companhias, o mutuario deverá transferil-as previamente ao Banco.

Art. 46. Se o penhor consistir em papeis de credito, negociaveis no commercio, ou em ouro, prata e outras mercadorias, o Banco exigirá consentimento por escripto do devedor, autorizando o mesmo Banco para negociar ou alhear o penhor, se a divida não fôr paga em seu vencimento.

Art. 47. As mercadorias que tiverem de servir de penhor aos empréstimos do Banco serão previamente avaliadas por um ou mais Corretores designados pela gerencia.

Art. 48. Se a letra proveniente de empréstimo sobre penhor não fôr paga em seu vencimento, poderá o Banco proceder á venda do penhor em leilão mercantil, na presença de um dos membros da gerencia, e precedendo annuncios publicos tres dias consecutivos, mas o dono do penhor terá o direito de resgatal-o até começar o leilão, pagando o que dever, e as despesas que tiver occasionado.

Verificada a venda, e liquidada a divida com todas as despesas, juros e a commissão de 1 %, será o saldo, se o houver, entregue a quem de direito fôr.

Art. 49. O Banco só poderá emprestar sobre penhor :

1.º De ouro ou prata com abatimento de 10% do valor verificado pelo contraste ;

2.º De titulos da divida publica, com abatimento de 10 %, ao menos, do valor do mercado ;

3.º De mercadorias com abatimento de 25 %, ao menos, regulando-se pela deterioração a que forem sujeitas ;

4.º De titulos commerciaes, com abatimento nunca menor de 10 % do valor que representarem na occasião, attendendo-se aos prazos de seus vencimentos ;

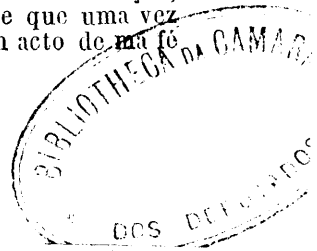
5.º De diamantes, com abatimento de 50 %, ao menos, do valor que lhes fôr dado por peritos nomeados pela gerencia ;

6.º De acções de companhias, que tenham pelo menos 50 % de seu valor já realizado, com abatimento nunca menor de 20 % da cotação da praça, não devendo computar-se para se calcular este abatimento o excesso do valor venal sobre o valor nominal das mesmas acções.

Art. 50. Não serão contadas nas letras admittidas a desconto as firmas dos membros do conselho, nem as firmas sociaes de que elles fizerem parte ; e, em nenhum caso, serão admittidas as letras assignadas pelo Presidente e Gerentes.

Art. 51. Não serão admittidas nas letras de desconto ou caução as firmas de individuos, que tiverem feito concordatas, obtido moratorias ou fallido judicialmente antes de sua completa e legal rehabilitação.

Nem será jámais admittida em qualquer transacção, seja de que natureza fôr, a firma daquelle que uma vez tiver praticado reconhecidamente algum acto de má fé para com o Banco.



Art. 52. O cadastro das firmas que podem ser admittidas no Banco será revisto de seis em seis mezes, fazendo-se as alterações convenientes, não só quanto á inclusão de firmas e exclusão, como também a respeito do *quantum* de sua responsabilidade.

Art. 53. A repartição de hypothecas continuará a ter como fundo exclusivo para suas operações, a somma de 33.000:000\$000 em titulos de carteira actual, que lhe forão destinados para ser convertidos em titulos hypothecarios, regulando-se as operações desta repartição pelas disposições dos arts. 2.º e 13 da Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864.

Art. 54. Esta repartição será distincta da repartição de descontos e empréstimos commerciaes, posto que sob a mesma administração.

Nenhuma parte do capital ou fundo de uma repartição poderá ser applicada ás operações da outra.

Art. 55. A parte do fundo destinado para a repartição das hypothecas, que não fór empregada em empréstimos hypothecarios, poderá sel-o em apolices da divida publica.

Art. 56. O Banco poderá permittir a substituição das letras de que trata o art. 53 por titulos hypothecarios de prazo de um a seis annos com amortização annua, ou sem ella, sob as condições seguintes:

1.ª Que taes titulos sejam garantidos por primeira hypotheca constituida, cedida ou subrogada na fórma da Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864, e dos regulamentos já publicados pelo governo para sua execução:

2.ª Que nenhuma hypotheca exceda á metade do valor dos immoveis ruraes, nem a $\frac{3}{4}$ dos immoveis urbanos;

3.ª Que taes hypothecas dêem ao Banco segurança igual ou superior ás das firmas responsaveis pelas letras que se tiverem de substituir.

Art. 57. As letras mencionadas no art. 53, que não forem substituidas por titulos hypothecarios, nos termos do artigo antecedente, continuarão a fazer parte da carteira da repartição das hypothecas para serem cobradas no devido tempo, ou reformadas no caso em que assim convier.

Art. 58. A avaliação dos bens, que tiverem de ser hypothecados ao Banco, será feita por peritos designados pela gerencia, os quaes procurarão verificar acuradamente o valor venal dos mesmos bens, já exigindo dos respectivos proprietarios declarações e documentos

sobre a renda líquida que elles produzirem, já pedindo informações de outros proprietarios e pessoas da vizinhança, já, finalmente, comparando-o com os de outros bens que tenham sido anteriormente avaliados.

Art. 59. Quando o estado da repartição das hypothe-cas permittir empréstimos de longo prazo (de 10 a 30 annos) pagaveis por annuidades successivas, poderá o Banco solicitar do governo autorização para emittir letras hypothecarias na fórma do art. 13 da citada lei de 24 de Setembro de 1864.

Art. 60. Todas as disposições comprehendidas neste titulo serão applicadas ás operações das caixas filiaes ou agencias, no que forem adaptadas ás localidades em que estiverem ou forem estabelecidas.

TITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 61. O Banco obriga-se a retirar annualmente as notas por elle emittidas, e que ainda restarem na circulação, na quantidade que fôr marcada pelo governo, de conformidade com o disposto no art. 1.º § 6.º da Lei de 12 de Setembro de 1866.

Art. 62. O Presidente do Banco remetterá ao ministro da fazenda e fará publicar até o dia 8 de cada mez, conforme o modelo que fôr dado pelo Thesouro, um balanço que mostre com clareza as operações realizadas no mez anterior, e o estado do activo e passivo do estabelecimento no ultimo dia do mesmo mez.

Art. 63. O Presidente do Banco procurará sempre ultimar por meio de arbitros as contestações que se possam suscitar no mancio dos negocios do Banco.

Art. 64. O Banco poderá requerer dos poderes do Estado quaesquer medidas que julgar convenientes para credito, segurança e prosperidade do estabelecimento, e particularmente, que as acções ou fundos existentes no Banco pertencentes a estrangeiros sejam, mesmo no caso de guerra, inviolaveis, como o dos nacionaes.

Art. 65. Os bens moveis, semoventes ou de raiz, que o Banco houver de seus devedores por meios conciliatorios ou judiciaes, serão vendidos no menor prazo possivel.

Art. 66. O Banco poderá comprar ou possuir os edificios que forem necessarios para seu estabelecimento.

Art. 67. O Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho, os Gerentes e todos os empregados do Banco são individualmente responsaveis pelas perdas e damnos que causarem ao estabelecimento, provenientes de fraude, dolo, malicia, ou negligencia culpavel.

1.º Sómente em nome do Banco, e por deliberação da assembléa geral sobre parecer da commissão de contas, ou por proposta de qualquer accionista em assembléa geral, depois do exame da dita commissão, pôde ser intentada accção judicial, contra o Presidente, Vice-Presidente, e membros do conselho, incumbindo á assembléa nomear commissarios para represental-a em juizo, e requerer a hem de seu direito;

2.º Logo que fôr votada a accusação pela assembléa geral, ficarão *ipso facto*, demittidos os membros da administração contra os quaes fôr dirigida, procedendo-se em acto consecutivo á eleição dos accionistas que tiverem de substituil-ós.

Art. 68. O presidente e conselho ficão autorizados para demandar e ser demandados, e para exercer livre e geral administração e plenos poderes, nos quaes devem, sem reserva alguma, considerar-se comprehendidos e outorgados todos, mesmo os poderes em causa propria.

Militão Maximo de Souza.

Manoel Marques de Sá.

J. J. de Lima e Silva Sobrinho.

J. J. de Mesquita.

Candido José Rodrigues Torres.

João Baptista da Fonseca.

José Fernandes Moreira, vencido por não conformar-se com o systema proposto de administração do Banco, e preferir o plano apresentado pela ultima commissão de contas reduzindo o numero dos directores.

Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, vencido com o mesmo fundamento.

Barão do Rio Negro, vencido pelos mesmós motivos.

Jordan Creuse, idem.



DECRETO N. 4567 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Separa o termo de Santo Antonio de Sá do de Itaborahy, na Província do Rio de Janeiro, e creá nelle o lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica separado o termo de Santo Antonio de Sá do de Itaborahy, na Província do Rio de Janeiro, e creado nelle o lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos ; revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4568 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Marca o ordenado do Promotor Publico da Comarca da Lapa, na Província do Paraná.

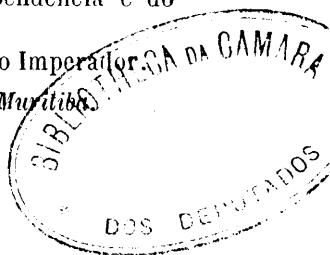
Hei por bem, em execução do art. 23 da Lei n.º 261 de 3 de Dezembro de 1844, Decretar o seguinte :

Artigo unico. O Promotor Publico da Comarca da Lapa, creada na Província do Paraná, pela Lei n.º 212 de 30 de Março do corrente anno, vencerá o ordenado de 800\$000.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4559 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Declara de primeira entrancia a Comarca da Lapa, creada na Provincia do Paraná.

Hei por bem, em execução do art. 1.º da Resolução n.º 559 de 28 de Junho de 1850 e art. 7.º do Regulamento n.º 687 de 26 de Julho do mesmo anno, Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de 1.º entrancia a Comarca da Lapa, ultimamente creada na Provincia do Paraná, pela Lei n.º 212 de 30 de Março do corrente anno.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4570 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Crêa um corpo de cavallaria de guardas nacionaes no Municipio de Santa Anna, da Provincia do Ceará.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado no Municipio de Santa Anna, da Provincia do Ceará, e subordinado ao commando superior da guarda nacional dos Municipios de Acaracú e annexos, da mesma Provincia, um corpo de cavallaria, com seis companhias e a designação de 8.º, o qual terá a sua parada no lugar que lhe fôr marcado pelo Presidente da Provincia, na forma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4371 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

(Promulga a) Convenção celebrada em 23 de Abril do corrente anno entre o Brasil e a Belgica, para regular a troca da correspondencia entre os dous paizes.

Havendo-se concluido e assignado nesta Córte, no dia 23 de Abril do corrente anno, uma Convenção entre o Brasil e a Belgica, para o fim de facilitar e regular pela maneira a mais vantajosa, a troca da correspondencia entre os dous paizes; tendo sido esses actos mutuamente ratificados, e trocadas as ratificações nesta Córte a 9 do corrente: Hei por bem Mandar que a dita Convenção seja observada e cumprida inteiramente como nella se contém.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

Nós, Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc.

Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos 23 dias do mez de Abril de 1870, concluiu-se e assignou-se nesta Córte do Rio de Janeiro, entre Nós e Sua Magestade o Rei dos Belgas, pelos respectivos plenipotenciarios, que se achavão munidos dos competentes plenos poderes, uma Convenção postal do teor seguinte :

Sua Magestade o Imperador do Brasil e Sua Magestade o Rei dos Belgas, desejosos de estreitar os laços de amizade que felizmente unem os seus respectivos Estados, facilitando a troca da correspondencia entre os dous paizes, resolvêrão chegar a este resultado, por meio de uma convenção, e para este fim nomeárão seus plenipotenciarios, a saber :

Sua Magestade o Imperador do Brasil, o Hlm. e Exm. Sr. João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, Senador e Grande do Imperio, Membro do Seu Conselho, Commendador da Sua Ordem da Rosa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos Negocios Estrangeiros, etc.

Sua Magestade o Rei dos Belgas, o Sr. Eduardo Anspach, Ministro Residente, Cavalleiro da Ordem de Leopoldo, Grande Official da Ordem do Leão e do Sol, Commendador da Ordem de Medjedié, etc.

Os quaes, depois de se terem communicado os seus plenos poderes, que forão julgados em boa e devida fórma, convierão nos artigos seguintes :

Art. 1.º Haverá entre a administração dos correios do Brasil e a administração dos correios da Belgica, uma troca periodica e regular de cartas, jornaes, impressos de qualquer natureza e amostras de mercadorias.

Essa troca effectuar-se-ha por meio das linhas regulares de paquetes a vapor, estabelecidas ou que para o futuro se estabeleção, entre um porto belga e um porto brasileiro ; e tanto quanto fôr possível, por quaesquer outros meios de transporte susceptiveis de serem utilmente empregados para a communicação entre os dous paizes.

O emprego destes ultimos meios deverá ser objecto de prévio accôrdo entre as duas administrações.

Art. 2.º As pessoas que quizerem enviar cartas ordinarias, isto é, não registradas (non recommandées) do Brasil para a Belgica ou da Belgica para o Brasil, po-

derão á escolha sua pagar o porte adiantado dessas cartas, até ao seu destino ou deixar esse porte a cargo das pessoas a quem forem destinadas.

Art. 3.º O preço do porte que terão de pagar adiantado as cartas ordinarias expedidas do Brasil com destino á Belgica ou da Belgica com destino ao Brasil é fixado pela maneira seguinte:

1.º Pelas cartas expedidas do Brasil 400 réis, até o peso de 10 grammas;

2.º Pelas cartas expedidas da Belgica um franco, até o peso de 10 grammas.

As cartas que pesarem mais de 10 grammas pagarão além disso mais um porte simples por cada excedente de 10 grammas ou fracção desse peso.

Art. 4.º As cartas não franqueadas expedidas do Brasil com destino á Bélgica e da Belgica com destino ao Brasil pagarão respectivamente uma taxa igual ao preço fixado no art. 3.º para as cartas franqueadas e mais uma taxa adicional fixa e independente do peso, de 120 réis no Brasil e de 30 centimos na Belgica.

Art. 5.º Quando uma carta, procedente de um dos dous paizes com destino ao outro se achar munida de sellos de valor insufficiente para poder-se realizar o franqueamento completo, pagará a differença do porte e mais a taxa adicional fixa de 120 réis ou de 30 centimos.

Comtudo, se a taxa que tiver de ser lançada em virtude da precedente disposição, apresentar uma fracção de 10 centimos ou de 10 réis, essa fracção poderá ser elevada á dezena.

Art. 6.º Poderão ser expedidas cartas registradas (recommandées) do Brasil para a Belgica assim como da Belgica para o Brasil, e, tanto quanto fôr possível, para os paizes aos quaes o Brasil ou a Belgica servem de intermediarios.

Essas cartas, que serão obrigatoriamente franqueadas, ficarão sujeitas á taxa progressiva das cartas ordinarias e pagarão além disso um direito fixo de 200 réis no Brasil e de 50 centimos na Belgica.

Art. 7.º No caso de perder-se qualquer carta registrada (recommandée), aquella das duas administrações em cujo territorio tiver lugar a perda, pagará ao remetente, como indemnização, a quantia de 50 francos no prazo de tres mezes a contar do dia da reclamação.

Se a perda da carta tiver lugar no transporte entre a fronteira dos dous paizes, a indemnização será paga

pela administração do lugar da expedição, salvo o recurso contra quem de direito.

Fica, porém, entendido que as reclamações não serão admittidas senão dentro de seis mezes contados da data em que houver sido feito o registro; findo esse prazo as duas administrações não serão responsaveis uma para com a outra por indemnização alguma.

Art. 8.º Os jornaes, as gazetas, as obras periodicas, os livros brochados ou encadernados, os papeis de musica, os avisos circulares, as gravuras, os preços correntes e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados, authographados ou photographados e qualquer outra reproducção analoga obtida por meio de processos mecanicos, bem como as amostras de mercadorias que forem expedidas do Brasil para a Belgica ou da Belgica para o Brasil, deverão ser franqueados pelos preços marcados pela agencia de expedição que os communicará á outra.

Esses preços, pelo que diz respeito a objectos daquellas especies transportados em paquetes estabelecidos ou subsidiados por um dos dous paizes contractantes, não poderão exceder aos que forem cobrados pelos de igual categoria que se expedirem por outras vias de comunicação regular.

Os jornaes e quaesquer impressos deverão ser cintados e não deverão conter escripto algum, algarismo ou qualquer outro signal manuscripto, além do lugar da procedencia, a data e a assignatura do remetente.

As amostras deverão ser acondicionadas por fórma tal, que facilmente se possa verificar que ellas não têm valor intrinseco ou mercante, e não contém escripto algum a não ser o nome do remetente, o endereço do destinatario, uma marca da fabrica ou de negociante, numeros de ordem e preços. Essas amostras não poderão exceder o peso de 300 grammas, nem ter em nenhuma de suas faces uma dimensão superior a 25 centimetros.

Fica entendido que cada administração terá o direito de não effectuar, em seus respectivos territorios, o transporte e a distribuição daquelles objectos mencionados no presente artigo, a cujo respeito não houverem sido cumpridas as leis, decretos ou disposições que regulão as condições de sua publicação e de sua circulação, tanto em um como em outro paiz.

Art. 9.º Os objectos mencionados no anterior art. 8.º, cujos sellos não tenham o valor correspondente ao seu verdadeiro porte, pagarão por conta do destinatario

uma taxa igual á differença do porte, e mais uma taxa addicional que não poderá exceder para cada objecto á somma de 120 réis, ou de 30 centimos; aquelles dos ditos objectos que houverem sido entregues ao correio sem estar franqueados, e aquelles que não se acharem nas condições exigidas respectivamente para serem aceitos com redução de preço, não poderão ser expedidos para seus destinos. Essas remessas ficarão á disposição da administração do lugar de procedencia.

Tambem não dará curso algum ás amostras, cujo transporte puder offerecer inconvenientes e perigo.

Art. 10. A administração dos correios da Belgica se encarregará de pagar por conta commum, e pelo preço convencionado ou que se convencionar ulteriormente, todas as despesas que occasionar o transporte entre a fronteira belga e a fronteira brasileira, da correspondencia trocada entre os dous paizes, em virtude da presente convenção.

Fica, porém, entendido que, se no futuro o governo do Brasil obtiver para esse transporte condições mais vantajosas do que as que são feitas á Belgica, a administração dos correios do Brasil substituirá a administração dos correios da Belgica no pagamento das ditas despesas.

Art. 11. O producto das taxas cobradas respectivamente pelas administrações dos correios do Brasil e da Belgica pelas correspondencias de differente natureza, em virtude das disposições da presente convenção, será dividido pelo modo seguinte:

A administração belga ou a do Brasil, se esta alguma vez tiver a seu cargo o transporte marítimo das malas, deduzirá em proveito seu, da somma das taxas internacionaes e de registro (*lettres recommandées*) que as cartas pagão em cada paiz, junta á somma dos preços de porte pagos pelos outros objectos (jornaes, impressos e amostras) a importancia da taxa marítima que representa o preço de transporte das malas entre as duas fronteiras, e o excedente será igualmente repartido entre as duas administrações e constituirá as suas taxas territoriaes.

A taxa marítima mencionada no paragrapho anterior é fixada para as cartas a 60 centimos pelo porte simples de 10 grammas ou fracção de 10 grammas, e para os impressos e outros objectos mencionados no art. 8.º, a cinco centimos pelo porte simples de 40 grammas ou fracção de 40 grammas.

Fica entendido que as taxas territoriaes convencio-

naes das cartas, são de 20 centimos para a Belgica, e de 80 réis para o Brasil.

Art. 12. Por derogação do art. 11, a taxa adicional fixa applicavel ás cartas não franqueadas ou insufficientemente franqueadas, e o complemento do porte, assim como a taxa adicional que se cobrará pelos jornaes, impressos e amostras de mercadorias que estiverem insufficientemente franqueados, não darão lugar a desconto algum entre as duas administrações.

Esses productos pertencerão na totalidade á administração que houver feito a cobrança.

Art. 13. Fica entendido que, se para o futuro os gastos com o transporte das correspondencias entre as fronteiras dos dous paizes, taes quaes achão-se marcados no antecedente art. 11, forem augmentados ou diminuidos por uma mudança na tarifa dos preços do serviço directo, ou pelo emprego de novos meios de communicação entre os dous paizes, as administrações dos correios do Brasil e da Belgica poderão, de commun accôrdo, modificar em consequencia as differentes taxas estabelecidas pela presente convenção, observando todavia as bases estabelecidas pelo precedente art. 11, pelo que diz respeito á taxa territorial pertencente a cada uma das duas administrações.

Art. 14. Fica formalmente convencionado entre as duas partes contractantes que as cartas, jornaes, impressos de qualquer natureza, e as amostras de mercadorias dirigidas de um dos dous paizes para o outro, e franqueados até o seu destino, de conformidade com as disposições da presente convenção, não poderão, sob pretexto ou titulo algum, ser sujeitos no paiz do seu destino á uma taxa ou direito qualquer que recaia na pessoa a quem são destinados.

Art. 15. As correspondencias trocadas entre os dous governos e suas respectivas legações e entre as administrações dos correios dos dous paizes serão transportadas livres do pagamento da taxa do porte.

As outras correspondencias administrativas, admittidas a circular em franquia no territorio do paiz de procedencia, serão entregues isentas do preço de porte e só pagarão a taxa territorial do paiz destinatario.

Art. 16. As administrações dos correios do Brasil e da Belgica regularão de commun accôrdo e de conformidade com as convenções em vigor, as condições em que poderão ser trocadas entre essas duas administrações as correspondencias não seguras (à découvert) originarias de ou destinadas a paizes estrangeiros, para os

quaes essas administrações puderem respectivamente servir de intermediárias.

Fica entretanto convencionado que as correspondencias não seguras (à découvert) por esta forma trocadas não serão sujeitas senão à taxa Belgo-Brasileira, augmentada com o porte devido ás administrações estrangeiras.

Art. 17. As administrações dos correios do Brasil e da Belgica não aceitarão com destino a nenhum dos dous paizes ou daquelles paizes que se servirem do seu intermedio nenhuma carta ou outro objecto que contenha ouro ou prata em moeda, joias, artigos de valor ou qualquer outro objecto que seja sujeito a direitos de alfandega.

Art. 18. As cartas ordinarias ou registradas (recommandées), os jornaes, os impressos de qualquer natureza e as amostras de mercadorias erradamente endereçados ou dirigidos, serão sem demora alguma, reenviados por intermedio das respectivas agencias, pelos preços por que houver a agencia remittente lançado esses objectos em conta á outra agencia.

Os objectos da mesma natureza que forem endereçados a pessoas que tenham mudado de residencia, serão respectivamente devolvidos onerados do mesmo porte que deveria ser pago no seu primeiro destino, com addição, se houver lugar, da taxa maritima.

Art. 19. As correspondencias de qualquer natureza, trocadas entre as administrações do Brasil e da Belgica e que não tiverem, por qualquer motivo, sido reclamadas (tombées en rebut) deverão ser reenviadas de uma para outra parte, no fim de cada trimestre e com mais frequencia, se possível fôr.

Aquellas das ditas correspondencias, que tiverem sido lançadas em conta como não franqueadas, serão entregues pelo preço por que houverem sido cotadas pela agencia remittente.

Quanto aos objectos que forem remittidos já franqueados até ao seu destino, serão elles reenviados sem taxa nem desconto.

Art. 20. A administração dos correios da Belgica organizará no fim de cada trimestre uma conta geral das correspondencias trocadas entre os dous paizes, e esta conta, depois de verificada pela administração dos correios do Brasil, será saldada sem demora, por aquella das duas administrações que fôr reconhecida devedora á outra. O saldo dessa conta será fixado em moeda da Belgica.

Para este fim, as quantias lançadas em moeda brasi-



leira serão reduzidas a francos ao cambio de 400 réis por um franco.

Fica, porém, entendido que, se o cambio melhorar sensivelmente as duas administrações poderão, de commun accôrdo, modificar a taxa de redução acima convencionada.

Os saldos das contas serão pagos, a saber :

1.º Em letras sobre o Rio de Janeiro, quando o saldo fôr a favor da administração dos correios do Brasil ;

2.º Em letras sobre Bruxellas, quando esse saldo fôr a favor da administração dos correios da Belgica.

Art. 21. As administrações dos correios do Brasil e da Belgica designarão de commun accôrdo as agencias de cada um dos dous paizes pelas quaes deverá ter lugar a troca das respectivas correspondencias. Regularão a fórma das contas mencionadas no precedente art. 20, bem como todas as outras medidas de detalhe ou de ordem necessarias para assegurar a execução da presente convenção.

Fica entendido que as medidas acima designadas poderão ser modificadas de commun accôrdo pelas mesmas administrações, todas as vezes que ellas nisso reconhecerem utilidade.

Art. 22. A presente convenção será posta em execução logo depois da troca das ratificações, e ficará em vigor, até que um dos dous governos annuncie ao outro, com anticipação de doze mezes pelo menos, a intenção de fazer cessar os seus effeitos.

Durante estes ultimos doze mezes a convenção continuará a ter plena e inteira execução sem prejuizo da liquidação e do saldo das contas entre as administrações dos correios dos dous paizes depois de expirado o dito prazo.

Art. 23. A presente convenção será ratificada e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro o mais breve possível.

Em fé do que os plenipotenciarios respectivos assignarão a presente convenção e a sellarão com o sello de suas armas.

Feita no Rio de Janeiro em dous originaes aos 23 dias do mez de Abril do anno de Nosso Senhor de 1870. — (L. S.) *Barão de Cotequipe*. — (L. S.) *E. Anspach*.

E sendo-nos presente a mesma convenção, cujo teor fica acima inserido e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo, como em

cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito, promettendo em fê e palavra imperial cumpril-a inviolavelmente e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por Nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado, abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 28 dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870.—(L. S.) PEDRO, Imperador. (Com guarda.)—*Visconde de Itaborahy*.

2.^a secção.—N. 3.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1870.

O art. 5.^o da convenção postal, que hoje assigno com o Sr. Eduardo Anspach, Ministro residente de Sua Magestade o Rei dos Belgas, é concebido nos termos seguintes:

« Quando uma carta, procedente de um dos dous paizes com destino ao outro, se achar munida de sellos de valor insufficiente para poder-se realizar o franqueamento completo, pagará a differença do porte e mais a taxa adicional fixa de trinta centimos ou cento e vinte réis.

« Comtudo, se a taxa que tiver de ser lançada em virtude da precedente disposição, apresentar uma fracção de dez centimos ou de dez réis, essa fracção poderá ser elevada á dezena. »

Não estando o pensamento dos dous plenipotenciarios exactamente exposto no segundo paragrapho acima transcripto, e correspondendo o franco á quantia de quatrocentos réis, declaro, de accôrdo com o Sr. Anspach, que na hypothese prevista, quando a taxa que tiver de ser lançada, apresentar uma fracção de quarenta réis, poderá essa fracção ser elevada á dita quantia de quarenta réis.

Aproveito a occasião para reiterar ao Sr. Anspach as seguranças de minha mais distincta consideração.—*Barão de Cotingipe*.—Ao Sr. Eduardo Anspach.

Traducção.—Legação da Belgica.—Rio de Janeiro, em 24 de Abril de 1870.

Recebi a nota que S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe serviu-se dirigir-me com a data de 23 deste mez a respeito da maneira de entender o § 2.º do art. 5.º da convenção postal que assignei hontem com S. Ex.

Declaro que estou perfeitamente de accôrdo com S. Ex. sobre a rectificação confida na sua dita nota.

Aproveito com prazer esta oportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe as seguranças de minha muito alta consideração.—*Eduardo Anspach.*—A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.



DECRETO N. 4372—DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Approva o plano da organização dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria.

Usando da autorização concedida pelo art. 3.º da Lei n.º 1765 de 28 de Junho do corrente anno: Hei por bem Approvar o plano de organização dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria, que com este baixa, assignado pelo Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Plano da organização dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria, em conformldade do art. 3.º da Lei n.º 1765 de 28 de Junho do corrente anno, a que se refere o decreto desta data.

Art. 1.º O quadro dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria compõe-se dos corpos moveis, dos corpos, esquadrão e companhias de guarnição abaixo declarados.

Art. 2.º Dos corpos moveis :

§ 1.º Um batalhão de engenheiros.

§ 2.º Um regimento de artilharia a cavallo.

§ 3.º Cinco batalhões de artilharia a pé de ns. 1 a 5.

§ 4.º Cinco regimentos de cavallaria ligeira de ns. 1 a 5.

§ 5.º Seis batalhões de infantaria pesada de ns. 1 a 6.

§ 6.º Quinze batalhões de infantaria ligeira de ns. 7 a 21.

Art. 3.º Dos corpos de guarnição :

§ 1.º Dois corpos de cavallaria das provincias de Mato Grosso e Goyaz de ns. 1 e 2.

§ 2.º Um esquadrão de cavallaria da do Paraná.

§ 3.º Quatro companhias de cavallaria das de Minas Geraes, S. Paulo, Bahia e Pernambuco.

§ 4.º Oito companhias de infantaria ligeira das do Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Alagoas, Sergipe, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina.

Art. 4.º Da organização dos corpos moveis.

O batalhão de engenheiros compõe-se de um estado-maior e menor e de quatro companhias.

Estado-maior e menor.

Tenente-coronel ou coronel comandante.

Majôr.

Ajudante.

Quartel-mestre.

Secretario.

Sargento ajudante..... 1

Sargento quartel-mestre..... 1

Espingardeiro..... 1

Coronheiro..... 1

Selleiro.....	1	
Ferrador.....	1	
Artifice de fogo.....	1	
Corneta-mór.....	1	
	—	8

Uma companhia.

Capitão.		
1.º tenente.		
2.ºs tenentes.		
1.º sargento.....	1	
2.ºs sargentos.....	2	
2.ºs sargentos mandadores.....	4	
Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Cabos conductores.....	2	
Soldados artífices.....	24	
Soldados trabalhadores.....	48	
Soldados conductores.....	8	
Cornetas.....	2	
	—	98

Recapitulação.

Praças de pret do estado-menor....	8	
Praças de pret das companhias....	392	
	—	400

Um regimento de artilharia a cavallo compõe-se de um estado-maior e menor, e de seis baterias.

Estado-maior e menor.

Coronel commandante.....	1	
Tenente-coronel.....	1	
Major.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario.....	1	
Veterinario.....	1	
	—	7

Sargento-ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Selleiro.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Serralheiros.....	2	
Carpinteiros de sege.....	2	
Cocheiro.....	1	
Trombeta-mór.....	1	
	—	10

Uma bateria.

Capitão.....	1	
1.º tenente.....	1	
2.º tenentes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	3	
Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados artilheiros.....	60	
Soldados conductores.....	50	
Trombetas.....	2	
Ferrador.....	1	
	—	130

Recapitulação

Officiaes do estado-maior.....	7	
Officiaes das companhias... ..	24	
	—	31
Praças de pret do estado-menor...	40	
Praças de pret das companhias.....	780	
	—	790
	—	821

Um batalhão de artilharia a pé compõe-se de um estado-maior e menor, e de oito companhias.

Estado-maior e menor.

Tenente-coronel ou coronel com- mandante... ..	1
Major.....	1

Ajudante	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario	1	
	—	5
Sargento ajudante	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro	1	
Coronheiro	1	
Tambor-mór.....	1	
Mestre de musica.....	1	
Musicos	16	
Pifares.....	2	
	—	24

Uma companhia.

Capitão	1	
1.º tenente	1	
2.ºs tenentes	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.ºs sargentos	2	
Ferriel	1	
Cabos de esquadra	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados	52	
Tambores	2	
	—	70

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	5	
Officiaes das companhias	32	
	—	37
Praças de pret do estado-menor....	24	
Praças de pret das companhias.....	580	
	—	584

Um regimento de cavallaria ligeira compõe-se de um estado-maior e menor, e de oito companhias.

Estado-maior e menor.

Coronel commandante.....	1
Tenente-coronel.....	1

Major.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretaria.....	1	
Veterinario.....	1	
Picador.....	1	
	—	8
Sargento ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Corouheiro.....	1	
Clarim-mór.....	1	
Selleiro.....	1	
	—	6

Uma companhia.

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferezes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.ºs sargentos.....	2	
Ferriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados.....	52	
Clarins.....	2	
Ferrador.....	1	
	—	71

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	8	
Officiaes das companhias.....	32	
	—	40
Praças de pret do estado-menor....	6	
Praças de pret das companhias....	568	
	—	574
		614

Um batalhão de infantaria pesada compõe-se de um estado-maior e menor, e de oito companhias.

Estado-maior e menor.

Tenente-coronel ou coronel com- mandante.....	1	
Major.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario.....	1	
	—	5
Sargento ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Coronheiro.....	1	
Tambor-mór.....	1	
Mestre de musica.....	1	
Musicos.....	16	
Pifaros.....	2	
	—	24

Uma companhia.

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	
Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	8	
Anspeçadas.....	8	
Soldados.....	80	
Tambores.....	2	
	—	102

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	5	
Officiaes das companhias.....	32	
	—	37
Praças de pret do estado-menor...	24	
Praças de pret das companhias....	816	
	—	840
		877

Um batalhão de infantaria ligeira compõe-se de um estado-maior e menor, e de oito companhias.

Estado-maior e menor.

Tenente-coronel ou coronel com- mandante.....	1	
Major.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario.....	1	
	—	5
Sargento ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Coronheiro.....	1	
Corneta-mór.....	1	
Mestre de musica.....	1	
Musicos.....	16	
	—	22

Uma companhia.

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	
Forriel... ..	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados.....	60	
Cornetas.....	2	
	—	78

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	5	
Officiaes das companhias.....	32	
	—	37
Praças de pret do estado-menor....	22	
Praças de pret das companhias....	624	
	—	646
	—	683

Recapitulação de todos os corpos moveis.

	Officiaes.	Praças de pret.	Total.
Batalhão de engenheiros.....		400	400
Regimento de artilharia a cavallo.	31	790	821
Cinco batalhões de artilharia a pé.	185	2.920	3.105
Cinco regimentos de cavallaria li- geira.....	200	2.870	3.070
Seis batalhões de infantaria pesa- da.....	222	5.040	5.262
Quinze batalhões de infantaria li- geira.....	555	9.690	10.245
	<hr/> 1.193	<hr/> 21.710	<hr/> 22.903

Art. 5.º Da organização dos corpos de guarnição.

Os dous corpos de cavallaria de guarnição das provincias de Goyaz e Mato Grosso compõem-se cada um do estado-maior e menor e de quatro companhias.

Estado-maior e menor.

Tenente-coronel ou coronel com- mandante.....	1	
Major.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario.....	1	
	<hr/>	5
Sargento ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Coronheiro.....	1	
Clarim-mór.....	1	
S. lleiro.....	1	
	<hr/>	6

Uma companhia.

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	<hr/>	4

1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	
Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados.....	52	
Clarins.....	2	
Ferrador.....	1	
	—	71

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	5	
Officiaes das companhias.....	16	
	—	21
Praças de pret do estado-menor...	6	
Praças de pret das companhias....	284	
	—	290
		— 311

O esquadrão de cavallaria da guarnição da provincia do Paraná compõe-se do estado-maior e menor e de duas companhias.

Estado-maior e menor.

Major commandante.....	1	
Ajudante.....	1	
Quartel-mestre.....	1	
Secretario.....	1	
	—	4
Sargento ajudante.....	1	
Sargento quartel-mestre.....	1	
Espingardeiro.....	1	
Coronheiro.....	1	
Clarim-mór.....	1	
Selleiro.....	1	
	—	6

Uma companhia.

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	

Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados.....	52	
Clarins.....	2	
Ferrador.....	1	
	—	71

Recapitulação.

Officiaes do estado-maior.....	4	
Officiaes das companhias.....	8	
	—	12
Praças de pret do estado-menor....	6	
Praças de pret das companhias....	142	
	—	148
		—
		160

As quatro companhias de cavallaria de guarnição das provincias de Minas Geraes, S. Paulo, Bahia e Pernambuco, compõem-se cada uma de

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	
Forriel.....	1	
Cabos de esquadra.....	6	
Anspeçadas.....	6	
Soldados.....	52	
Clarins.....	2	
Ferrador.....	1	
	—	71
		—
		75

As oito companhias de infantaria ligeira das provincias do Piauhý, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina, compõem-se cada uma de

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	4
1.º sargento.....	1	
2.º sargentos.....	2	
Forriel.....	1	

Cabos de esquadra.....	6		
Anspeçadas.....	6		
Soldados.....	60		
Cornetas.....	2		
	—	78	82

Recapitulação de todos os corpos de guarnição.

	Officiaes.	Praças de pret.	Total.
Dous corpos de cavallaria da guarnição das provincias de Mato Grosso e Goyaz.....	42	580	622
Um esquadrão de cavallaria do Paraná.....	12	148	160
Quatro companhias de cavallaria de Minas, S. Paulo, Bahia e Pernambuco.....	16	284	300
Oito companhias de infantaria ligeira do Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina.....	32	624	656
	<u>102</u>	<u>1.636</u>	<u>1.738</u>

Resumo geral da força.

Dos corpos moveis.....	1.193	21.710	22.903
Dos corpos de guarnição.....	102	1.636	1.738
	<u>1.295</u>	<u>23.346</u>	<u>24.641</u>

Observação.

Os officiaes do batalhão de engenheiros, na fôrma do art. 2.º do plano de sua organização approved pelo Decreto n.º 1535 de 23 de Janeiro de 1855, servirão por commissão, e serão tirados de qualquer das armas scientificas, podendo ser empregado em cada companhia um subalterno, que não pertença áquellas armas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1870.—*Barão de Muritiba.*



DECRETO N. 4573—DE 20 DE AGOSTO DE 1870.

Faz extensivo á armada o uso da medalha concedida ao exercito por Decreto n.º 4560 de 6 do corrente mez.

Hei por bem Fazer extensivo aos officiaes da armada, classes annexas e ás praças dos differentes corpos de marinha e da marinhagem, que fizerão a campanha contra o governo do Paraguay, o uso da medalha concedida ao exercito por Decreto n.º 4560 de 6 do corrente mez.

O Barão de Cotequipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotequipe.

DECRETO N. 4574 — DE 20 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza a Camara Municipal da Côrte para fazer diversas obras no matadouro publico.

Attendendo ao que Representou a Ilma. Camara Municipal: Hei por bem Conceder-lhe autorização para despender no corrente anno, por conta do saldo que se verificou no exercicio de 1869, até a importancia de 55:450\$ com diversas obras para melhoramento do matadouro publico deste municipio, conforme o plano e orçamento que apresentou.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 1575 — DE 23 DE AGOSTO DE 1870.

Concede a Felix Emilio Taunay autorização para, por meio de uma companhia que organizar, construir e custear uma estrada de ferro do Andarahy Pequeno ao alto da Boa Vista da Tijuca.

Attendendo ao que Me requereu Felix Emilio Taunay, Hei por bem Conceder-lhe autorização para, por meio de uma companhia que organizar, construir e custear uma estrada de ferro entre o ponto terminal da linha de carris de ferro, concedida á companhia — Rio de Janeiro Street Rail Way —, no Andarahy Pequeno e o Alto da Boa-Vista da Tijuca, mediante as condições que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Clausulas a que se refere o Decreto n.º 1575
desta data.**

I.

O Governo Imperial concede á companhia que fôr organizada pelo concessionario Felix Emilio Taunay autorização para construir uma estrada de carris de ferro, entre o ponto terminal da linha de carris de ferro, concedida á companhia Rio de Janeiro Street Rail Way para o Andarahy Pequeno e o Alto da Boa-Vista da Tijuca.

A estrada será construida na margem esquerda do rio Maracanã, em condições apropriadas ao serviço de carros movidos por locomotivas, tudo de conformidade com a planta junta á petição inicial sellada a 5 de Abril de 1866 com as modificações adiante declaradas.



Os declives não terão mais de quatro centesimos, e as curvas raios maiores de cem metros. Haverá desvios nos lugares convenientes.

II.

A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de dous annos, contados da data da promulgação do decreto de concessão, sob pena de ficar de nenhum effeito.

O fundo capital da companhia será de 800:000\$000, e não poderá ser alterado sem autorização do Governo.

III.

Organizada a companhia e approvados seus estatutos deverão começar as obras da estrada no prazo de seis mezes, contados da data da approvação daquelles na conformidade da planta, que será opportunamente submettida ao Governo.

Se nenhuma modificação fôr indicada pelo Governo dentro do prazo de três mezes, contados da data da apresentação da planta, poderá a companhia proceder á execução das obras.

IV.

A via ferrea não impedirá o livre transito dos caminhos actuaes e de quaesquer outros que para commodidade publica se abrirem, nem a companhia terá direito a qualquer taxa pela passagem nos pontos de intersecção.

V.

As obras ficarão concluidas dentro do prazo de tres annos improrogaveis, contados da data do seu começo, salvo caso de força maior, justificado perante o Governo, que julgará da sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva Secção do Conselho de Estado.

O prazo de prorrogação não poderá exceder o primitivo, e expirando o segundo prazo caducará a concessão sem mais formalidade.

VI.

Concluidas as obras, a companhia será obrigada a conservar-as de modo que não haja interrupção no transitio.

Se a interrupção exceder de seis mezes, julgar-se-ha caduca a concessão sem mais formalidade. Salva-se o caso de força maior, justificado e resolvido, conforme a clausula antecedente.

VII.

O Governo poderá ter um engenheiro da sua confiança encarregado da fiscalisação da obra e serviço do trafego.

Quando a companhia não executar qualquer obra ou serviço nas condições estabelecidas, o Governo as mandará fazer por conta daquella.

VIII.

O Governo reserva-se o direito:

1.º De assentar em toda a extensão da via ferrea uma linha telegraphica.

2.º De resgatar a estrada, se julgar conveniente, no fim de 15 annos, depois da sua abertura ao trafego publico. O preço do resgate será fixado por arbitros, que tomarão em consideração, não só a importancia das obras no estado em que estiverem sem attenção ao que tiverem custado primitivamente, mas tambem á média da renda liquida da via ferrea nos cinco annos anteriores.

IX.

A tarifa da estrada e o horario do trafego serão organizados pelo concessionario e approvados pelo Governo.

X.

A companhia transportará gratuitamente as malas do Correio, seus conductores, correios das Secretarias de Estado, agentes policiaes em serviço, os bombeiros e appparelhos de extincção de incendios, quando forem precisos estes auxilios.

XI.

A policia desta via ferrea será regulada pelo Decreto n.º 1930 de 26 de Abril de 1857, na parte que lhe fôr applicavel, segundo as instrucções que forem para este fim expedidas.

XII.

A companhia poderá desapropriar os terrenos particulares, predios e bemfeitorias necessarios ao leito da estrada, estações e obras adjacentes, na fôrma da lei. Para o mesmo fim os terrenos de propriedade do Estado lhe serão concedidos gratuitamente.

XIII.

O Governo concederá á companhia isenção de direitos de importação, durante o prazo marcado para a conclusão das obras e nos 10 annos que se seguirem, a contar da inauguração do trafego, em favor dos trilhos, machinas, utensilios e materiaes destinados á construcção da estrada, sua conservação e custeio.

Para execução desta clausula a companhia submeterá annualmente á approvação do Ministerio da Fazenda a relação dos objectos que houver de importar com declaração da qualidade e quantidade de cada artigo.

XIV.

A presente concessão durará 70 annos, contados da data em que se abrir a linha ao trafego. Findo este prazo passarão para o Estado sem indemnização alguma, todas as construcções e material fixo e rodante, e bem assim os terrenos occupados pela companhia.

Durante o prazo de 25 annos, contado daquella data, nenhuma outra linha de carris de ferro será concedida na mesma direcção.

XV.

A companhia deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas deduzidas de seus lucros, de

modo que reproduza seu capital no fim do prazo da concessão.

A formação deste fundo principiará pelo menos 10 annos depois de concluidas as obras.

No caso de resgate da estrada será deduzido do preço delle o fundo de amortização que houver.

XVI.

A' companhia fica desde já concedido o direito de construir um ramal que, partindo da altura da casa denominada do Affonso do Andarahy Pequeno, se prolongue pela fralda fronteira ao poente da cidade, até a passagem de Jacarepaguá, devendo, porém, sujeitar á approvação do Governo a respectiva planta, sendo nesta occasião reguladas as condições para o uso e gozo do mesmo ramal.

XVII.

A companhia poderá ter sua séde no paiz ou fóra delle, com tanto que para decisão dos assumptos relativos á empreza tenha no Brasil um representante habilitado com os necessarios poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes, ficando entendido que, quantas apparecerem entre ella e o Governo, ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil, de conformidade com a respectiva legislação.

XVIII.

As questões que suscitarem-se entre o Governo e a companhia sobre seus direitos e obrigações, bem como no caso de resgate, serão resolvidas por arbitros.

Se as partes contractantes não concordarem n'um mesmo arbitro, nomeará cada uma o seu, e estes começarão os seus trabalhos designando terceiro, a quem, no caso de desaccôrdo entre os dous primeiros cabe voto definitivo.

Se não concordarem sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, entre os quaes decidirá a sorte.

XIX.

Fica entendido que a companhia não se concederão outros favores e isenções além dos mencionados nas presentes clausulas.

XX.

Serão opportunamente submettidas á approvação do Poder Legislativo as condições da presente concessão na parte que della dependerem.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1870.—
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4576—DE 23 DE AGOSTO DE 1870.

Crêa um batalhão de guardas nacionaes da reserva no Municipio de Alagôas, da Provincia deste nome.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia das Alagôas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado no Municipio de Alagôas, da Provincia deste nome, e subordinado ao commando superior da guarda nacional do referido municipio, um batalhão, com quatro companhias, e a designação de 2.º do serviço da reserva, o qual terá a sua parada no lugar que fôr marcado pelo Presidente da Provincia na forma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4577 — DE 23 DE AGOSTO DE 1870.

Crêa uma secção de batalhão de guardas nacionaes da reserva no Municipio de S. Miguel, da Provincia das Alagôas.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia das Alagôas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada no districto de S. Miguel e subordinada ao commando superior da guarda nacional do Municipio de Alagôas, da Provincia deste nome, uma secção de batalhão com tres companhias e a designação de segunda do serviço da reserva, a qual terá sua paradá no lugar que fôr marcado pelo Presidente da Provincia na fórma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4578 — DE 23 DE AGOSTO DE 1870.

Desliga do commando superior da guarda nacional dos Municipios da Campanha e Itajubá, da Provincia de Minas Geraes, o batalhão de infantaria n.º 75 do serviço activo, e o subordina ao de Pouso Alegre da mesma Provincia.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica desligado do commando superior da guarda nacional dos Municipios da Campanha e Itajubá, da Provincia de Minas Geraes, e subordinado ao de Pouso Alegre da mesma Provincia, o batalhão de infantaria n.º 75 do serviço activo.



Art. 2.º Fica revogado o Decreto n.º 4016 de 13 de Novembro de 1867.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4579—DE 23 DE AGOSTO DE 1870.

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes no Municipio de Capão Bonito de Paranapanema da Provincia de S Paulo.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de S. Paulo, Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado no Municipio de Capão Bonito de Paranapanema da Provincia de S. Paulo, e subordinado ao commando superior da Itapeva da Faxina da mesma Provincia, um batalhão de infantaria com quatro companhias e a designação de 49 do servico activo, o qual terá a sua parada no lugar que lhe fór marcado pelo Presidente da Provincia na fórma da lei.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4580—DE 24 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio aos engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro, para a introdução das machinas e vehiculos do systema de R. W. Thomson's, em algumas Provincias do Imperio.

Attendendo ao que Me requerêrão os engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional : Hei por bem Conceder-lhes privilegio por 15 annos, para introduzirem nas Provincias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, as machinas de tracção, denominadas—R. W. Thomson's Patent Road Steamers—e os vehiculos de transporte de invenção do mesmo autor, sob as seguintes clausulas :

1.^a A introdução e uso das referidas machinas e vehiculos nas estradas das provincias, a que é circumscripto o privilegio concedido, verificar-se-hão dentro de tres annos, contados desta data, sob pena de caducidade da concessão.

2.^a A presente concessão fica dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo, não podendo os concessionarios reclamar indemnização alguma, se, realizada a introdução e iniciado o serviço do novo systema de transporte dentro do prazo da clausula anterior, não fôr approvada definitivamente a mesma concessão.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4581— DE 24 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio a Francisco Windhausen para introduzir no Imperio machinas de produzir gelo e ar frio.

Attendendo ao que Me requereu Francisco Windhausen, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por 10 annos para introduzir no Imperio machinas de produzir gelo e ar frio, ficando esta concessão dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4582— DE 24 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio a João C. Pedrick para usar no Imperio de (apparelhos de sua invenção, destinados principalmente á boa conservação dos generos alimenticios.

Attendendo ao que Me requereu João C. Pedrick e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem conceder-lhe privilegio por cinco annos, para usar no Imperio de apparelhos de sua invenção, destinados principalmente á boa conservação dos generos alimenticios.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4383—DE 24 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio a Joaquim Thomaz de Brito para introduzir no Imperio machinas, movidas a vapor, para cortar e preparar rolhas de cortiça.

Attendendo ao que Me requereu Joaquim Thomaz de Brito, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos para introduzir no Imperio machinas, movidas a vapor, para cortar e preparar rolhas de cortiça; ficando esta concessão dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4584—DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Concede á companhia que o Conde da Estrella e o Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence organizarem, autorização para construir no porto de Santos, Provincia de S. Paulo, dócas e outras obras de melhoramento no mesmo porto.

Attendendo ao que Me requerêrão o Conde da Estrella e o Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence e de conformidade com o Decreto n.º 1746 de 13 de Outubro de 1869, Hei por bem Conceder á companhia que incorporarem, autorização para construir no porto de Santos, Provincia de S. Paulo, dócas e outras obras de melhoramento no mesmo porto, segundo as plantas juntas á petição inicial dos emprezarios, datada em 15 de Novembro do referido anno, e mediante as clausulas, que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4584 desta data.

1.ª O Governo Imperial concede á companhia que fór organizada pelo Conde da Estrella e Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence, autorização para construir no porto de Santos, Provincia de S. Paulo, dócas de importação e exportação, e bem assim outras obras de melhoramento no mesmo porto, de conformidade com as plantas juntas á sua petição inicial, selladas em 30 do corrente mez, com as modificações declaradas nas presentes clausulas.

2.ª A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de dous annos, contados da data da promulgação do decreto de concessão, sob pena de caducar a mesma sem mais formalidade.

O fundo capital da companhia será de cinco mil setecentos e cincoenta contos de réis, e não poderá ser augmentado ou diminuido sem autorização do Governo.

3.^a O Governo concede á companhia o direito de desappropriação na fôrma do Decreto n.º 1664 de 27 de Outubro de 1855, dos terrenos particulares, predios e bemfeitorias necessarias á construcção das dócas e mais obras de suas dependencias.

Os terrenos de marinhãs lhe serão aforados de conformidade com as leis vigentes.

4.^a As obras e os trabalhos que a companhia obriga-se a executar consistirão :

1.º Na escavação, por meio de dragas, do porto de Santos, dando-lhe a profundidade necessaria em toda maré a navios de oito metros de calado.

2.º Na construcção de caes e molhes com todo material necessario ao embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

3.º Na construcção de telheiros e armazens para deposito das mercadorias que tiverem de se demorar nas dócas.

4.º Na collocação do material fixo e na aquisição do material movel necesarios ao serviço das dócas nas condições das melhores de Londres.

5.º Na construcção de uma muralha de altura de dous metros e 50 centímetros, armada de defesas, a fim de separar o terreno das dócas e suas dependencias dos circumvizinhos, de modo que só se possa entrar nelle pelas portas guardadas pelos empregados da alfandega. Do lado do mar as entradas das dócas que não tiverem comportas serão fechadas por meio de correntes de ferro, tendo no meio pontes de registro.

5.^a Tres mezes antes de dar começo aos trabalhos a companhia fica obrigada a apresentar á approvação do Governo as plantas das construcções que deverão ser executadas.

Se nenhuma modificação fôr indicada pelo Governo dentro do prazo de tres mezes a companhia procederá á execução das obras, conforme as mesmas plantas.

6.^a Organizada a companhia e approvados seus estatutos dará ella começo ás obras no prazo de seis mezes contados da approvação das plantas, sob pena de sem mais formalidade caducar a concessão.

7.^a A companhia ficará obrigada a concluir as obras da dóca em frente á alfandega indicada na planta com a letra **B** no prazo de cinco annos, e todas as outras projecta-

das no de 10, contados da approvação das plantas, sob pena de caducar a concessão, salvo caso de força maior justificado perante o Governo que julgará de sua procedencia por decreto, precedendo audiencia da respectiva secção do Conselho de Estado.

8.^a Entre as diversas dócas indicadas na planta com as letras A, B, C, D, ficarão ruas de 20 metros de largura desde as actualmente denominadas de S. Antonio e Direita até o mar, tendo nas extremidades caes de embarque e desembarque de cargas e passageiros sem onus algum para o publico. Fica entendido que estas obras serão feitas á custa da companhia.

9.^a As obras da companhia não poderão estender-se aos terrenos e marinhas actualmente ao serviço da capitania do porto de Santos, salvo accôrdo com o Governo.

10.^a Quando não se executar qualquer obra ou serviço nas condições estabelecidas, o Governo a mandará fazer por conta da companhia.

11.^a O Governo terá um engenheiro de sua confiança encarregado da fiscalisação das obras da companhia e até cinco praticantes para estudar o systema de construcção e de administração.

12.^a A companhia será obrigada a dar nos edificios das dócas as accomodações necessarias para o serviço dos empregados da Alfandega que forem encarregados de fiscalisar o movimento das mercadorias.

13.^a Os armazens das dócas construidos pela companhia gozarão de todos os favores e vantagens concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos.

14.^a Antes de principiar o serviço das dócas a companhia sujeitará á approvação do Governo um regulamento para o mesmo serviço, estabelecendo as regras necessarias para a exacta fiscalisação e arrecadação das rendas da alfandega.

15.^a A companhia terá o direito de perceber pelo serviço do caes das dócas de embarque e desembarque e armazenagem das mercadorias e bagagens as mesmas taxas da tarifa actualmente estabelecida pela companhia da dóca da alfandega do Rio de Janeiro.

16.^a A companhia terá a faculdade de emittir titulos de garantia ou *warrants* das mercadorias depositadas nos respectivos armazens.

Por titulo emittido cobrará um quarto por cento do valor das mercadorias nelles mencionadas.

A emissão e uso destes titulos serão feitos de conformidade com os regulamentos do Governo.

17.^a As tarifas dos artigos antecedentes se conside-

rarão provisórias e serão revistas dentro de um anno e depois de cinco em cinco annos pela praça do commercio de Santos e approvadas pelo Governo, não podendo ser modificadas de modo a reduzir a renda liquida geral da companhia, senão quando exceder de 12 % do capital empregado nas construcções e material fixo e rodante da companhia.

18.^a Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Estado, as malas do correio, os agentes officiaes do Governo, bem como os colonos e suas bagagens.

19.^a Terão tambem livre embarque e desembarque, durante as horas do serviço e expediente, passageiros que poderão conduzir volumes não excedentes de 125 litros e pesos não maiores de 30 kilogrammos.

20.^a Se o Governo entender conveniente effectuar o resgate da concessão poderá fazel-o em qualquer tempo depois dos dez primeiros annos da promulgação do decreto de concessão.

A dôca, porém, em frente á alfandega poderá ser resgatada em qualquer tempo.

O preço do resgate será regulado de modo que, reduzido a apolices da divida publica, produza uma renda equivalente a 8 % do capital effectivamente empregado.

O Governo estabelecerá o modo de verificar a importancia deste capital.

Do preço do resgate será deduzido o fundo de amortização que houver, de conformidade com a clausula 22.^a

21.^a A presente concessão durará 90 annos contados desta data. Findos elles passarão para o Governo, sem indemnização alguma, todas as construcções, o material fixo e rodante, e bem assim os terrenos occupados pela companhia.

22.^a A companhia deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas deduzidas de seus lucros liquidos e calculadas de modo que reproduzão o seu capital no fim do prazo da concessão.

A formação deste fundo de amortização principiará o mais tardar 10 annos depois de concluidas as obras.

23.^a A companhia terá na cidade de Santos um delegado com plenos poderes para tratar e resolver directa e definitivamente com o Presidente da Provincia todas as questões, ficando estipulado que quantas sur-

girem entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares, serão decididas no Brasil e de conformidade com a legislação em vigor.

24.^a As questões que se suscitarem entre o Governo e a companhia a respeito de seus direitos e das suas obrigações, e não puderem ser resolvidas de commum accôrdo, serão decididas no Brasil por tres arbitros, dos quaes um será de nomeação do Governo, outro da companhia e o terceiro, que decidirá definitivamente, escolhido por accôrdo de ambas as partes ou sorteado, offerecendo cada uma dellas o nome de um Conselheiro de Estado.

25.^a Fica entendido que á companhia não se concedem outros favores além dos mencionados nas presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1870.
—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4583—DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Marca o vencimento do carcereiro da cadêa da nova villa do Paracurú, na Província do Ceará.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. O carcereiro da cadêa da nova villa do Paracurú terá o ordenado annual de 80\$000.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4586 — DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Annexa o termo de S. João Nepomuceno ao do do Mar de Hespanha, ambos na Província de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica annexado o termo de S. João Nepomuceno ao do do Mar de Hespanha, ambos na Província de Minas Geraes, e sob a jurisdicção de um Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos ; revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4587 — DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio a Cyriaco Antonio dos Santos e Silva, para o fabrico de phosphoros denominados de segurança.

Attendendo ao que Me requereu Cyriaco Antonio dos Santos e Silva, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos para fabricar no Imperio phosphoros denominados de Segurança, segundo o processo junto á sua petição de 4 de Janeiro do corrente anno : ficando esta concessão dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios

da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4588 — DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Concede privilegio a Francisco Antonio Pereira Rocha para a introdução na Provincia da Bahia das machinas, vehiculos e arados do systema de R. W. Thomson's.

Attendendo ao que Me requereu Francisco Antonio Pereira Rocha, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por quinze annos para introduzir na Provincia da Bahia as machinas de tracção denominadas—R. W. Thomson's Patent Road Steamers,—os vehiculos de transporte e os arados de invenção do mesmo autor sob as seguintes clausulas:

1.^a A introdução e uso das mencionadas machinas e vehiculos nas estradas da provincia, a que é circumscripto o privilegio concedido, e beïm assim dos referidos arados, verificar-se-hão dentro de tres annos contados desta data, sob pena de caducidade da concessão.

2.^a A presente concessão fica dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo, não podendo o concessionario reclamar indemnização alguma, se, realizada a introdução das machinas, vehiculos e arados, e iniciado o serviço do novo systema de transporte dentro do prazo da clausula anterior, não fór approvada definitivamente a mesma concessão.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4339 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1870.

Proroga a presente sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar até o dia 15 do corrente mez a presente sessão da Assembléa Geral.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

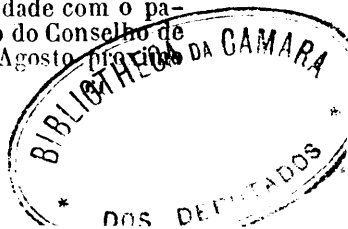
Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4300 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede á companhia ingleza North British and Mercantile Insurance Company a necessaria autorização para estender suas operações ao Imperio.

Attendendo ao que Me requereu a companhia ingleza North British and Mercantile Insurance Company, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 18 de Agosto, prouti.

PARTÉ II.



findo, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria authorização para estender suas operações á Cidade do Rio de Janeiro, sob as seguintes condições:

1.^a A companhia não poderá effectuar no Imperio operações sobre o seguro de vidas.

2.^a Em qualquer dos estabelecimentos bancarios existentes na praça do Rio de Janeiro depositará a companhia a quantia de dez contos de réis como fundo de garantia.

3.^a Os actos da companhia praticados no Imperio serão regidos pelas leis brasileiras.

4.^a A companhia responderá pelos actos de seus agentes no Imperio e pelo cumprimento de todas as obrigações que elles contrahirem.

5.^a Será trazida ao conhecimento do Governo Imperial qualquer alteração que soffrerem os estatutos por que se rege a companhia.

6.^a A companhia não poderá estender suas operações a outras praças do Imperio sem especial authorização do Governo Imperial.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4591 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Renova a concessão feita a Guilherme Schúch de Capanema, para a exploração de minas de ferro na provincia do Paraná.

Attendendo ao que Me representou Guilherme Schúch de Capanema, Hei por bem Renovar a concessão que lhe foi feita para explorar minas de ferro nas margens da bahia de Paranaguá e nas dos rios que nella desaguão, na Provincia do Paraná, sob as clausulas do Decreto n.º 3938 de 28 de Agosto de 1867.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 4592 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza a novação do contracto da companhia de navegação a vapor do Maranhão.

Attendendo ao que Me representou a companhia de navegação a vapor do Maranhão, de conformidade com a Lei n.º 1245 de 28 de Junho de 1863, art. 8.º, § 47, Hei por bem Autorizar a novação do contracto approvado pelo Decreto n.º 2197 de 26 de Junho de 1858 sob as clausulas que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Clausulas a que se refere o Decreto
n.º 4592 desta data.**

I.

A companhia continuará o serviço de navegação a vapor actualmente a seu cargo, com as modificações constantes das presentes clausulas.

II.

Na linha do norte haverá uma viagem mensal entre o Porto de S. Luiz do Maranhão e o da Cidade de Belém, na Provincia do Pará, com escala pelos portos de Guimarães, Turyassú, Bragança e Vigia.

Na do sul haverá duas viagens mensaes entre o mesmo porto de S. Luiz do Maranhão e o da Cidade da Fortaleza, na Provincia do Ceará, com escalas em uma dessas viagens pelos portos da Parnahyba, Acaracú e Granja; e na outra pelo da Parnahyba sómente.

Estas escalas poderão ser alteradas pelo Governo sobre representação da companhia, como indicar a experiencia.

III.

A companhia poderá servir-se dos vapores que actualmente possui. Fica porém obrigada a apresentar dentro de vinte mezes contados desta data sob pena de caducar a concessão outros inteiramente novos, construidos segundo os melhoramentos mais modernos com accommodações bem arejadas para quarenta passageiros de ré, espaço sufficiente debaixo de cobertura para oitenta de convez, capacidade para trezentas toneladas de carga, lotação de seiscentas toneladas e marcha nunca inferior a nove milhas por hora.

Estas condições serão verificadas antes de aceitos os vapores, por uma commissão nomeada pelo Presidente da Provincia do Maranhão.

IV.

Nos portos das escalas, em que os vapores não puderem entrar, haverá á sua custa pequenas embarcações para transportar á terra os passageiros e cargas. Não

provenido a companhia a este serviço, o Governo mandará tomar as providencias que entender convenientes á custa da mesma companhia.

V.

Os vapores adquiridos pela companhia para o serviço deste contracto serão nacionalizados brasileiros, ficarão isentos do pagamento do imposto de transferencia da propriedade ou matricula, e gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes.

Com suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com as dos navios de guerra, ficando porém sujeitas aos regulamentos policiaes e de alfandega.

VI.

Os vapores conservarão a bordo sobressalentes, aprestos, material e objectos de serviço de passageiros e o numero de officiaes, machinistas, foguistas e individuos de equipagem e serviço marcados pelo Presidente da Provincia do Maranhão, que fiscalisará a fiel observancia desta clausula, e fará supprir as faltas que se derem á custa da companhia.

VII.

Os dias e horas de partida e chegada dos vapores, o tempo de demora em cada porto das escalas, e bem assim o prazo para conclusão das viagens redondas, serão fixados em tabella approvada pelo Governo e organizada pela companhia, de modo que a sahida dos vapores dos portos de Belém e Fortaleza se realise vinte e quatro horas pelo menos depois de chegarem ao primeiro porto os vapores da companhia—United States and Brasil Mail Steam Ship—em sua volta do Rio de Janeiro, e ao segundo os da companhia Pernambucana.

Esta tabella será revista sempre que o Governo, de acôrdo com a companhia, julgar conveniente.

VIII.

A tarifa das passagens e fretes será organizada de acôrdo e com approvação do Governo.

Para os passageiros e fretes por conta do Estado haverá o abatimento de vinte por cento sobre os preços da tabella.

Será gratuito o transporte de vinte colonos pelo menos e suas bagagens em cada viagem, correndo por conta do Governo a despesa de comedorias.

IX.

Será também gratuito o transporte não só de quaesquer sommas de dinheiro que tiverem de ser remettidas de umas para outras thesourarias das provincias, ou do thesouro nacional para qualquer dellas, e vice-versa, mas também das malas do correio.

As remessas de dinheiro dos cofres publicos serão encaixotadas na fórma das instrucções do thesouro de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores, que não serão obrigados a proceder á contagem e conferencia das quantias que contiverem, assignados previamente os conhecimentos de embarque, segundo os estylos commerciaes.

A entrega dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta da responsabilidade os commandantes.

A companhia fará conduzir de bordo para terra, e vice-versa, as malas do correio, ou entregal-as aos agentes desta repartição autorizados para recebê-las. Os commandantes passarão e exigirão recibo das que receberem ou entregarem.

X.

O Governo terá direito de embarcar nos vapores da companhia, livre de despesas de passagem e de comedorias, em lugar distincto e com as precisas accomodações, um empregado do correio, incumbido das respectivas malas.

Neste caso, os commandantes fornecerão escaler para o embarque e desembarque das malas; mas não serão por ellas responsaveis.

XI.

A companhia fica sujeita ás multas seguintes :

1.^a De quantia igual á subvenção respectiva se não effectuar alguma das viagens estipuladas;

2.^a De 1:000\$ a 3:000\$, além da perda da respectiva subvenção na parte correspondente ao numero de millas não percorridas, se a viagem começada fôr interrompida;

3.^a De 250\$ a 500\$ de cada prazo de doze horas que exceder ao estipulado para a partida dos vapores dos portos de S. Luiz do Maranhão, Belém e Fortaleza ;

4.^a De 200\$ de cada hora que anticipar a sahida dos seus vapores, tanto do porto de S. Luiz do Maranhão como de qualquer outro da escala, salvo quando a sahida fór determinada pela necessidade de aproveitar a maré, precedendo ordem escripta do Presidente da Provincia ou da autoridade que este designar ;

5.^a De 100\$ a 500\$ pela demora em entregar e receber as malas do correio, pelo seu extravio ou máo acondicionamento a bordo, ou pelo facto de incumbir-se o commandante ou qualquer empregado de bordo do transporte de correspondencia fóra das ditas malas e sem estar devidamente franqueada com os sellos do correio.

A companhia ficará isenta das multas estabelecidas nos §§ 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o, se as infracções forem determinadas por motivo extraordinario de serviço publico, precedendo ordem escripta dos Presidentes das Provincias, ou por força maior.

XII.

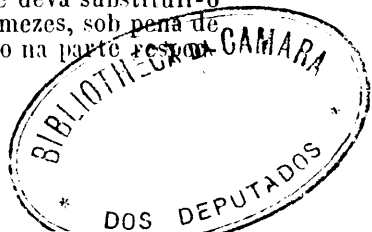
Em retribuição dos serviços especificados neste contracto a companhia receberá por viagem redonda do porto de S. Luiz ao de Belém 6:000\$, ao da Fortaleza com as escalas da Parnahyba, Acaracú e Granja 6:000\$, e com a escala da Parnahyba sómente 4:000\$000.

XIII.

A subvenção será paga na thesouraria de fazenda do Maranhão em moeda corrente no Imperio, mediante ordem da Presidencia da Provincia, depois de realizada a viagem e deduzidas as multas em que por ventura houver incorrido a companhia.

XIV.

No caso da perda ou innavegabilidade de algum dos vapores, a companhia poderá, mediante prévia licença do Governo, fretar outro nas condições exigidas, sendo, porém, obrigada a apresentar o que deva substituí-lo definitivamente no prazo de dezoito mezes, sob pena de considerar-se o serviço interrompido na parte respectiva, conforme a clausula seguinte.



XV.

A interrupção do serviço contractado por mais de um mez em toda a linha ou parte, não sendo por effeito de força maior, sujeitará a companhia á indemnização de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do mesmo serviço durante o tempo da interrupção, e mais uma multa correspondente a 50 % das referidas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a suspensão do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

XVI.

O Governo Imperial poderá desapropriar ou fretar os vapores da companhia para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevisas, mediante prévio accôrdo quanto ao preço quér da compra, quér do fretamento, cumprindo, porém, que ella no primeiro caso os substitua por outros nas condições exigidas e dentro do prazo de dezoito mezes.

XVII.

As questões que suscitarem-se entre o Governo e a companhia, inclusive as que se derem sobre os preços do fretamento, ou compra dos vapores nos termos da clausula antecedente serão resolvidas por arbitros. Se as partes contractantes não accôrdarem n'um mesmo arbitro nomeará cada uma o seu, e estes começarão os seus trabalhos designando o terceiro, a quem cabe voto definitivo. Se não concordarem sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, entre os quaes decidirá a sorte.

XVIII.

Os casos de força maior serão justificados perante o Presidente do Maranhão, que julgará de sua procedencia á vista das provas exhibidas com recurso necessario para o Governo Imperial.

XIX.

A companhia obriga-se a entrar para o thesouro nacional com a percentagem proporcional á sua subvenção,

que fôr arbitrada pelo Ministerio da Agricultura para o pagamento de um inspector geral, se o Governo Imperial crear esta commissão sobre a seguinte base :

Decretada a despeza para essa inspecção, sua importancia será dividida em quotas correspondentes aos contos de réis que o Estado pagar de subvenção ás empresas de navegação, e cada uma destas concorrerá na proporção respectiva.

Fica estabelecido que o maximo da porcentagem não excederá de meio por cento da subvenção.

XX.

O presente contracto terá vigor durante o prazo de cinco annos contados desta data, ficando estipulado que valerá por mais cinco annos, se, 60 dias pelo menos, antes de findar aquelle primeiro periodo, o Governo Imperial não intimar á companhia a resolução de dal-o por findo.

Em todo o caso, quando o Governo resolva contractar novamente o serviço da navegação, a companhia terá preferencia em igualdade de circumstancias.

XXI.

A companhia não terá direito a exigir do Governo algum outro favor ou isenção além dos designados nestas clausulas, pelas quaes ficão revogadas as do contracto anterior.

Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1870.
— *Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque.*

DECRETO N. 4593 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o contracto com o Dr. José Vieira Couto de Magalhães para a navegação no rio Araguaya.

Hei por bem, de conformidade com o Decreto n.º 1808 de 20 de Agosto do corrente anno, autorizar o contracto com o Dr. José Vieira Couto de Magalhães para a navegação a vapor no rio Araguaya entre o porto de Itacaiú, na Provincia de Mato Grosso, e o de Santa Maria, em

Goyaz, sob as clausulas, que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4593 desta data.

I.

O empresario obriga-se a manter por si, ou pela companhia que organizar, a navegação a vapor no rio Araguaya, entre Santa Maria, em Goyaz, e Itacaiú, em Mato Grosso.

II.

Os vapores da empreza serão nacionalizados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, gozarão de todas as isenções e privilegios de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes; o que os não isentará dos regulamentos policiaes e de alfândega.

III.

Os vapores farão annualmente, pelo menos, seis viagens redondas, e terão as dimensões e força precisas para rebocar em cada viagem 4.000 arrobas de carga no minimo.

IV.

Os vapores tocarão nos portos de S. José e Santa Leopoldina, devendo demorar-se pelo menos 24 horas no primeiro, e 48 no segundo, tanto na descida como na subida do rio.

V.

Os dias de partida dos vapores serão fixados pela empresa, de accôrdo com a Presidencia da Provincia de Goyaz, attendendo-se á monção das aguas mais conveniente ao reboque das embarcações que fazem o commercio com o Pará.

VI.

Serão submittidas á approvação do Governo Imperial as tabellas de fretes e passagens, que a empresa organizará de accôrdo com a mesma Presidencia, podendo, por ordem desta, executar-as provisoriamente.

Estas tabellas serão revistas sempre que fôr preciso por ordem do Governo Imperial, de accôrdo com a empresa.

O frete da exportação dos productos corresponderá á metade do que se estipular para a importação.

VII.

As materias inflammaveis só poderão ser recebidas pela empresa mediante as cautelas necessarias que preservem os passageiros, embarcações e mercadorias de todo e qualquer risco.

VIII.

Far-se-ha o abatimento de 10% nas passagens e fretes por conta do Estado e das provincias que subvencionão esta navegação. Em cada viagem terão transporte gratuito até dez colonos e suas bagagens, pagando o Governo as comedorias.

IX.

A empresa fará transportar gratuitamente as malas do correio, devendo os commandantes dos vapores passar e exigir recibo das que receberem e entregarem.

Nos pontos onde houver agencias, os commandantes mandarão receber e entregar em terra as malas. Onde não houver agencias, o director geral dos correios providenciará para que a entrega e recebimento fação-se a bordo dos vapores.

X.

A empresa obriga-se a conduzir, também gratuitamente, dentro da linha da navegação, quaesquer valores remittidos de umas para outras thesourarias de fazenda, guardadas as Instrucções de 4 de Setembro de 1865.

XI.

A empresa fica sujeita ás seguintes multas :

1.^a De quantia igual á subvenção respectiva, se deixar de effectuar alguma das viagens estipuladas, salvo o caso de força maior ;

2.^a De 200\$000 a 600\$000, além da quantia correspondente á parte da linha não navegada, se a viagem depois de encetada fôr interrompida, salvo o caso de força maior;

3.^a De 100\$000 a 500\$000, pela suppressão de qualquer escala, bem como pela demora, extravio ou má acondicionamento das malas e objectos pertencentes ao Estado e ás Provincias, sem prejuizo de qualquer outra penalidade em que incorrer, na conformidade da lei.

XII.

A interrupção do serviço da navegação por mais de doze mezes, salvo força maior, importará abandonó da empresa, com o que caducará a concessão sem mais formalidade.

XIII.

São concedidos á empresa tres territorios nas margens do rio Araguaya, com as dimensões designadas no art. 19 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, correndo por sua conta a despesa da medição e demarcação. Esses territorios poderão ser divididos em tantos lotes quantos forem os pontos escolhidos para a fundação de estabelecimentos ruraes.

E' permittido á empresa o cóрте de lenha no quarto de legua excluido da concessão de terras a particulares pelo Decreto n.º 1808 de 20 de Agosto deste anno.

XIV.

E' c oncedida á empresa a subvenção annual de 40 contos de réis, como auxilio ás que já obteve das Pro-

vincias de Goyaz e Pará, a qual será paga em prestações de 6:666\$666, de dous em dous mezes.

O pagamento effectuar-se-ha na estação fiscal que o Governo Imperial opportunamente designar.

XV.

O Governo Imperial fiscalizará o serviço da empresa como entender conveniente.

XVI.

O Governo Imperial poderá desapropriar ou fretar os vapores da empresa para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo quanto ao preço, quér da compra, quér do fretamento, cumprindo, porém, que no primeiro caso ella os substitua por outros, segundo as condições exigidas, e no prazo de 18 mezes.

XVII.

A empresa terá sua sêde no Brasil, onde serão decididas as questões que suscitarem-se entre ella e o Governo, ou entre ella e os particulares, conforme a legislação vigente.

As questões, porém, entre o Governo e a empresa sobre seus direitos e obrigações, bem como sobre o preço da desappropriação ou do fretamento dos vapores conforme a clausula 16.^a, serão resolvidas por arbitros, observando-se o seguinte :

Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, nomeará cada uma o seu, e estes começarão os seus trabalhos designando terceiro, a quem cabe voto definitivo.

Se não concordarem quanto ao terceiro, cada um indicará um Conselheiro de Estado, entre os quaes decidirá a sorte.

XVIII.

Os casos de força maior serão justificados perante o Presidente da Provincia de Goyaz, que julgará de sua procedencia, á vista das provas exhibidas, com recurso necessario para o Governo Imperial.

XIX.

O presente contracto durará 30 annos, contados do Decreto n.º 1808 de 20 de Agosto do corrente anno. Será revisto de seis em seis annos, devendo preceder accôrdo dos contractantes para as alterações que a experiencia aconselhar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1870.— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.

**DECRETO N. 4394 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.**

Altera as clausulas 8.ª, 15.ª e 17.ª do Decreto n.º 4491 de 23 de Março do corrente anno.

Attendendo ao que Me requerêrão Charles T. Bright, E. B. Webb e William F. Jones, Hei por bem Permittir que nas clausulas 8.ª, 15.ª e 17.ª a que se refere o Decreto n.º 4491 de 23 de Março do corrente anno, fação-se as alterações que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Alterações a que se refere o Decreto n.º 4594
desta data.**

As clausulas 8.ª e 15.ª ficao assim redigidas :

VIII.

A empresa obriga-se a receber e transmittir os telegraphmas officiaes e dos particulares para qualquer das suas estações pelos preços estabelecidos em uma tarifa approvada pelo Governo.

§ 1.º Os telegraphmas officiaes serão recebidos e expedidos por telegraphistas do quadro da Directoria geral dos telegraphos do Imperio, por esta repartição nomeados e demittidos livremente; terão preferencia a quaesquer outros, no caso de urgencia, e pagarão 10 % menos em relação á tarifa geral.

§ 2.º Será lícito á companhia empregar os telegraphistas do quadro no recebimento e expedição dos telegraphmas particulares, sem prejuizo do serviço publico, devendo em todo caso instruil-os no uso de quaesquer appparelhos telegrapho-electricos de nova invenção que tiver de introduzir.

§ 3.º Os vencimentos dos telegraphistas do quadro serão pagos pela empresa ao Governo, procedendo-se a ajuste de contas de tres em tres mezes.

§ 4.º Na falta ou impedimento de telegraphistas do quadro o serviço official será feito pelos da empresa.

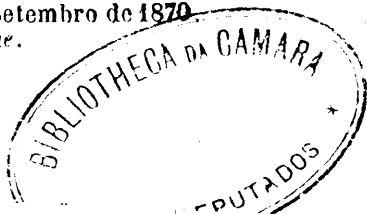
XV.

Em qualquer tempo depois dos dez primeiros annos, contados do dia em que começarem a funcionar as linhas telegraphicas em toda a sua extensão, poderá o Governo resgatal-as com as respectivas estações e dependencias.

O preço do resgate será fixado por arbitros, os quaes terão em consideração, não só a importancia das obras no estado em que se acharem, sem attenção ao que tiverem custado primitivamente, mas tambem a média da renda liquida das linhas nos cinco annos anteriores.

No § 4.º da clausula 17.ª, em vez de—trinta dias—leia-se — noventa dias.

Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1870.
— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*



DECRETO N. 4595—DE 10 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede á companhia de Santa Thereza a necessaria authorização para funcionar e Approva seus estatutos.

Attendendo ao que Merequereu a companhia de Santa Thereza, devidamente representada e destinada ao abastecimento d'agua potavel á população da Cidade de Olinda, na Provincia de Pernambuco, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Agosto proximo findo, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria authorização para funcionar e Approvar os respectivos estatutos com as modificações que com este baixão, assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

**Modificações a que se refere o Decreto
n.º 4595 desta data, feitas nos estatutos
da companhia de Santa Thereza.**

1.ª Art. 3.º A companhia poderá tomar a seu cargo, dentro das forças do seu capital, qualquer empresa de igual ou differente natureza no Municipio de Olinda.

Esta permissão será extensiva aos outros municipios da Provincia, se a companhia conseguir augmentar o capital, mediante o consenso dos accionistas legalmente constituídos em assemblea geral e a approvação do Governo Imperial.

2.ª Art. 4.º A companhia durará o prazo marcado na Lei Provincial n.º 888 de 23 de Junho de 1869, com as modificações do contracto de 20 de Outubro do mesmo anno, e fica autorizada para tomar a si o privilegio concedido ao empresario.

3.ª Art. 5.º Fica supprimido.

4.^a Art. 6.^o A companhia poderá ser dissolvida antes de findar o prazo de sua duração, nos casos marcados no código commercial do Imperio.

5.^a Arts. 14 e 15. Depois da palavra—capital—acrescente-se—realizado.

6.^a Art. 17, § 5.^o Depois das palavras—autorizar a directoria a celebrar quaesquer contractos—acrescente-se—permittedos pelos estatutos e fins da companhia.

7.^a Art. 30. Fica supprimido.

8.^a Art. 32. Acrescente-se este paragrapho.—Só poderão ser eleitos para a commissão fiscal accionistas que tenham 40 ou mais acções, sendo-lhes vedado transferil-as antes de findo o prazo estatuido para a conclusão do serviço.

9.^a Art. 36. Em lugar de—os valores da companhia poderão ser depositados—diga-se—os dinheiros da companhia deverão ser depositados.

Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1870.—*Doutor Velho Caracanti de Albuquerque.*

Estatutos da companhia de Santa Thereza.

DA COMPANHIA.

Art. 1.^o Fica organizada e terá sua sede na Cidade do Recife em Pernambuco uma companhia que donominar-se-ha—companhia de Santa Thereza.

Seu fim é o abastecimento d'agua potavel para a Cidade de Olinda e seus suburbios, na mesma Provincia.

Art. 2.^o O capital da companhia será de 150:000\$, divididos em 3.000 acções de 50\$ cada uma, que poderá ser elevado a 300:000\$, por deliberação da assembléa geral dos accionistas, e approvação do Governo, pela emissão de mais 3.000 acções distribuidas de preferencia pelos accionistas existentes.

Art. 3.^o A companhia poderá tomar a seu cargo nas forças do capital autorizado, qualquer empreza de igual ou *different* natureza na Provincia onde tem sua sede, ou em outra qualquer do Imperio.

Art. 4.^o A companhia durará o tempo marcado no contracto, além das prorogações de que faz menção o § 4.^o art. 2.^o da Lei n.^o 848 de 23 de Junho de 1869, e ficão pertencendo-lhe desde já o privilegio e todos os di-

reitos concedidos ao contractante Justino José de Souza Campos, nos termos do referido contracto firmado e celebrado em 20 de Outubro do mesmo anno com a Presidencia desta Provincia.

Art. 5.º Pela transferencia e cessão do privilegio e todos os direitos na forma do artigo antecedente serão entregues ao contractante Justino José de Souza Campos, 400 acções, consideradas como pagas integralmente. Pelos estudos feitos, plantas, desenhos e mais trabalhos relativos á empresa, que igualmente ficarão transferidos á companhia, se entregará ao mesmo contractante a quantia de 5:000\$ para indemnização destas despesas, pelo mesmo realizadas.

Art. 6.º A companhia poderá ser dissolvida antes de findo o prazo de sua duração, não preenchendo o fim social, ou por mutuo accôrdo, entre ella e o Governo Provincial.

DOS ACCIONISTAS.

Art. 7.º Considerar-se-ha accionista quem possuir uma ou mais acções competentemente emittidas, não podendo porém nenhum accção ser representada por mais de um individuo.

Art. 8.º No caso de transferencia por venda ou successão será reconhecido o novo possuidor de acções pela apresentação de titulos legaes á directoria, a fim de serem feitas as necessarias verbas nos livros da companhia.

Art. 9.º Os accionistas com firmas sociaes podem assistir e discutir nas reuniões da assembléa geral, mas só um votará. O accionista que não comparecer á assembléa geral, poderá designar procurador qualquer outro accionista, salvo a excepção do § 12 art. 2.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860.

Art. 10. Os accionistas são responsaveis pelo valor nominal das acções, que subscrevem na forma do art. 298 do codigo commercial e art. 5.º § 17 do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860.

Art. 11. O valor das acções subscriptas será effectuada na razão de 10 a 20 %, tendo lugar a primeira entrada dentro de 30 dias, depois de publicados nesta Provincia os presentes estatutos devidamente approvados pelo Governo Imperial, e as demais nas épocas, que a directoria determinar, dando-se entre as chamadas o intervallo pelo menos de 30 dias.

Art. 12. O accionista que não fizer qualquer entrada nas épocas determinadas, perderá em beneficio da companhia as entradas anteriormente feitas, salvo a apresentação de motivos justos provados perante a directoria.

Art. 13. Tem direito de votar o accionista que possuir 20 acções, contando-se um voto por cada 20 acções, mais, não podendo porém ter um só accionista mais de 10 votos, seja qual fór o numero maior de acções.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 14. A assembléa geral da companhia se compõe dos accionistas da mesma, e considerar-se-ha legalmente constituída para deliberar, achando-se presentes accionistas que representem dous terços do capital da companhia.

Art. 15. Sua convocação para todas as reuniões ordinarias ou extraordinarias, será feita por meio de annuncios nos jornaes mais lidos da Provincia, repetidos por cinco dias, e sua reunião ordinaria terá lugar nos mezes de Fevereiro de cada anno. Extraordinariamente poderá reunir-se todas as vezes que a directoria julgar indispensavel, ou quando fór requerido por accionistas que representem pelo menos uma quarta parte do capital da companhia, especificando-se nos annuncios em todo e qualquer dos casos o fim da reunião. A primeira reunião da assembléa geral terá lugar dentro de 10 dias, depois de registrados no tribunal do commercio e publicados nesta Provincia os presentes estatutos, a fim de ser installada a companhia, procedendo-se ás eleições de que trata o art. 17 §§ 1.º e 2.º

Art. 16. Não se reunindo numero sufficiente de accionistas em qualquer reunião regularmente convocada, far-se-ha nova convocação, e suas decisões com os accionistas então presentes obrigarão a toda companhia.

Art. 17. A' assembléa geral compete:

§ 1.º Eleger um presidente, um vice-presidente e um secretario para a assembléa geral, cujas funcções devem durar cinco annos.

§ 2.º Eleger por igual tempo a directoria e commissão fiscal na forma dos arts. 18 e 32.

§ 3.º Vigiar sobre a observancia dos contractos, execuções de leis respectivas e estatutos.

§ 4.º Tomar contas, approval-as ou não, á administração e examinar o seu movimento.

§ 5.º Autorizar a directoria a celebrar quaesquer contractos com o Governo, modificar condições e resolver sobre a emissão de acções.

§ 6.º Tomar qualquer medida, que fôr a bem da companhia e não estiver prevenida nestes estatutos, nem os contrariar.

§ 7.º Resolver o augmento do capital na fôrma do art. 2.º e disposição do art. 3.º, assim como a venda ou cessão da empresa, no todo ou em parte, se fôr conveniente.

§ 8.º Alterar ou reformar os presentes estatutos, ou parte delles, com dependencia da approvação do Governo Imperial.

DA DIRECTORIA.

Art. 18. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, eleitos na fôrma do art. 17. § 2.º, e por maioria de votos, d'entre os accionistas que possuirem pelo menos quarenta acções.

Art. 19. Os directores escolherão entre si um caixa, e não poderão dispôr de suas acções enquanto estiverem na administração da companhia.

Art. 20. A directoria será renovada annualmente, sahindo um de seus membros, que a sorte designará, sendo substituido por outro que para esse fim será eleito na reunião da assembléa geral, que deve ter lugar no principio de cada anno.

Art. 21. Compete á directoria :

§ 1.º Executar e fazer executar os contractos e estatutos da companhia, e bem assim as deliberações da assembléa geral.

§ 2.º Resolver sobre a colloração de novos chafarizes e concessão de penhas d'agua a particulares.

§ 3.º Resolver igualmente sobre as despesas ordinarias e extraordinarias da companhia, assim como sobre as entradas do capital.

§ 4.º Dirigir, approvar e dar execução ás obras da empresa.

§ 5.º Deliberar sobre a arrecadação da venda d'agua, pela fôrma que entender, a bem dos interesses da empresa.

§ 6.º Apresentar á assembléa geral uma exposição do estado da companhia, acompanhada do balanço annual, na reunião do mez de Fevereiro de cada anno.

- 7.º Assignar as acções da companhia.
- 8.º Marcar os dividendos na forma do art. 33.
- 9.º Representar a companhia perante o Governo Imperial ou Provincial e tribunaes do paiz ou fóra delle.

Art. 22. A directoria reunir-se-ha sempre que fór preciso tratar dos interesses da companhia, lavrando-se acta das respectivas sessões. Na falta de qualquer um dos directores fará suas vezes o immediato em votos.

Art. 23. A directoria prestará a fiança de que trata o contracto, sendo-lhe garantida pela companhia a respectiva importancia. Logo, porém, que a companhia possuir apolices, de que trata o art. 37, serão ellas dadas para a fiança referida.

DA GERENCIA.

Art. 24. O empresario Justino José de Souza Campos será o gerente da companhia, e servirá semelhante cargo enquanto os accionistas se julgarem satisfeitos pelo bom desempenho de suas funcções.

Art. 25. Seu exercicio deverá começar logo que funcione o primeiro chafariz, podendo todavia a directoria aproveitar antes seus serviços por mutuo accôrdo.

Art. 26. A cargo do gerente fica o cumprimento das instrucções que lhe forem dadas pela directoria com relação aos trabalhos, expediente e mais movimento da empresa.

Art. 27. Compete-lhe igualmente toda a escripturação da companhia, e apresentação de um relatório annual á directoria e balanços semestraes.

Art. 28. Em compensação dos serviços acima especificados terá o gerente uma commissão de cinco por cento sobre toda a receita arrecadada.

Art. 29. Na ausencia temporaria do gerente servirá pessoa por elle designada e approvada pela directoria.

Art. 30. Os poderes conferidos ao gerente poderão ser cassados se não fór conveniente sua continuação, devendo essa resolução ser tomada por accionistas que reunidos em assembléa geral representem por si, ou por procuração com poderes especiaes, dous terços do capital da companhia.

Art. 31. Destituído assim, ou por qualquer outro motivo deixando o gerente privilegiado seu encargo, ficará esse lugar supprimido, e passarão suas funcções a ser exercidas pela directoria.

DA COMISSÃO FISCAL.

Art. 32. A comissão fiscal será composta de dous membros eleitos na fôrma do art. 17, § 2.º, e compete-lhe examinar escrupulosamente a escripturação dos livros e documentos, que lhe serão franqueados com todos os esclarecimentos que exigir, dando seu parecer e emittindo seu juizo em tempo de poder ser apresentado annexo ao relatorio na época marcada.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 33. Dos lucros liquidos de cada semestre se deduzirá dez por cento para fundo de reserva, e do resto se fará dividendo pelos accionistas nos mezes de Março e Setembro. Não se fará, porém, dividendos, enquanto o capital desfalcado em virtude de perdas não fôr integralmente realizado.

Art. 34. O fundo de reserva é especialmente destinado a fazer face ás perdas do capital, ou para substituí-lo.

Art. 35. No acto da dissolução da companhia o fundo de reserva que houver será accumulado ao capital e dividido proporcionalmente pelos accionistas existentes.

Art. 36. Os valores da companhia poderão ser depositados em algum estabelecimento bancario á escolha da directoria.

Art. 37. A importancia destinada a constituir o fundo de reserva poderá ser empregada em apolices da divida publica ou em suas proprias acções.

Art. 38. Quando o fundo de reserva chegar ao valor da metade do capital realizado a companhia pôde autorizar á directoria a fazer cessar a deducção para o referido fim, sendo, porém, restabelecida, logo que aquella quantia seja desfalcada, até que se preencha.

Art. 39. Ao inteiro e fiel cumprimento das disposições destes estatutos obrigão-se os accionistas por si, seus herdeiros ou successores, renunciando quaesquer direitos que tenham ou possam vir a ter, para impedir sua observancia, o que validão com as proprias assignaturas.

Pernambuco, 25 de Maio de 1870.—(Seguem as assignaturas.)

DECRETO N. 4396 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1870.

Proroga novamente a presente sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a presente sessão da Assembléa Geral até o dia 22 do corrente mez.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4597 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede privilegio a Claudio Guigon para introduzir no Imperio os tubos fabricados por Vecque J. & Comp., e destinados ao encanamento de agua, gaz e outros fluidos.

Attendendo ao que Me requereu Claudio Guigon e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos para introduzir no Imperio os tubos fabricados por Vecque J. & Comp., e destinados ao encanamento de agua, gaz e outros fluidos: ficando esta concessão dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 1398 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede aos Engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e Paulo José de Oliveira privilegio para a introdução nas Províncias de S. Paulo e S. Pedro das machinas, vehiculos e arados do systema de R. W. Thomson's.

Attendendo ao que Me requerêrão os Engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e Paulo José de Oliveira, Hei por bem Conceder-lhes privilegio por quinze annos para introduzir nas Províncias de S. Paulo e de S. Pedro as machinas de tracção denominadas R. W. Thomson's Patent Road Steamers, e os vehiculos de transporte e arados de invenção do mesmo autor, sob as seguintes clausulas:

1.^a A introdução e uso das mencionadas machinas e vehiculos nas estradas das Províncias, a que é circumscripto o privilegio concedido, e bem assim dos referidos arados, verificar-se-hão dentro de tres annos contados desta data, sob pena de caducidade da concessão.

2.^a A presente concessão fica dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo, não podendo os concessionarios reclamar indemnização alguma, se, realizada a introdução das machinas, vehiculos e arados e iniciado o serviço do novo systema de transporte dentro do prazo da clausula anterior, não fôr approvada definitivamente a mesma concessão.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faga executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO N. 4599 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1870.

Faz alterações ao Decreto n.º 4444 de 29 de Dezembro de 1869, que orça a despesa e fixa a receita da Camara Municipal da Corte para o exercicio de 1870, além das que já foram feitas pelos Decretos n.º 4540 de 13 de Junho e n.º 4548 de 16 de Julho do corrente anno.

Attendendo ao que representou a Ilma. Camara Municipal sobre a necessidade de serem reduzidas algumas das consignações da verba—Differentes obras—para elevarem-se as quantias destinadas á de—Amortização da divida passiva—e á de—Expediente: papel, livros, inclusive o pessoal do serviço—, Hei por bem, na conformidade do art. 23 da Lei n.º 108 de 26 de Maio de 1840, Alterar, dentro do credito da receita ordinaria, o orçamento da Ilma. Camara Municipal para o referido exercicio de 1870, pelo modo seguinte:

Decretos n.º 4444 de 29 de Dezembro de 1869, art. 2.º; n.º 4540 de 13 de Junho e 4548 de 16 de Julho de 1870:

§ 8.º—Differentes obras—Fica reduzido a 225:560\$, tirando-se das consignações para—Aterros e desaterros—2 000\$; para—Pontes e pontilhões—1:000\$; para—Abertura e alargamento de ruas—2:000\$, e para—Melhoramento de estradas e conservações—2:300\$000.

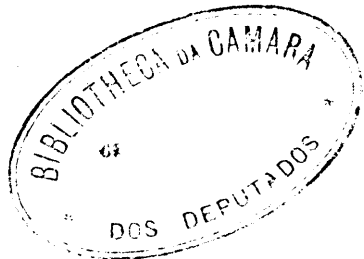
§ 9.º—Amortização da divida passiva—Fica elevado a 238:174\$432.

§ 15—Expediente: papel, livros, inclusive o pessoal do serviço—Fica elevado a 9:800\$000.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.



DECRETO N. 4600 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1870.

Proroga novamente a presente sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a presente sessão da Assembléa Geral até o dia 30 do corrente mez.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4601 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1870.

Reduz as taxas de 40 e 30 % augmentadas aos direitos de importação de mercadorias estrangeiras.

Attendendo ao que Me representou o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e para execução da ultima parte do § 1.º, art. 1.º do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, Hei por bem Decretar :

Artigo unico. As taxas de 40 por cento e 30 por cento, que o citado Decreto de 20 de Outubro augmentou aos direitos de importação das mercadorias estrangeiras, ficarão reduzidas durante o anno de 1871, a primeira a 24 por cento e a segunda a 25 por cento.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO N. 4602 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1870.

Crêa uma cadeia publica de instrucção primaria para o sexo masculino no lugar denominado Vargem Grande, Freguezia de Jacarepaguá.

Attendendo ao que Representarão diversos moradores da Freguezia de Jacarepaguá, e ao que informou o Inspector Geral interino da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte, de conformidade com o parecer do respectivo Conselho Director, Hei por bem Crear uma cadeia de instrucção primaria para o sexo masculino no lugar denominado Vargem Grande, da referida Freguezia.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

DECRETO N. 4603 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva a reforma que a Imperial Sociedade Amante da Instrucção fez nos seus estatutos.

Attendendo ao que requereu a mesa administrativa do conselho da Imperial Sociedade Amante da Instrucção, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 14 do corrente mecz, exarada em Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 27 de Agosto ultimo: Hei por bem Approvar a reforma que a mesma sociedade fez nos seus estatutos, ficando quaesquer outras alterações que nelles se fizerem sujeitas á approvação do Governo Imperial.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Estatutos da Imperial Sociedade Amante da Instrucção.

TITULO I.

DO FIM E COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 1.º A Imperial Sociedade Amante da Instrucção tem por fim promover e proteger a instrucção, por todos os modos e meios que estiverem ao seu alcance, e couberem nas suas forças.

Art. 2.º Para este fim estabelecerá a sociedade aulas de ensino primario, e ainda outras, podendo ser; e estas aulas serão franqueadas gratuitamente á mocidade indigente de um e outro sexo, e tambem aos filhos dos socios, pelo modo e maneira, que prescrevem os respectivos regulamentos.

Art. 3.º A sociedade poderá ter ainda um internato, onde serão recebidas meninas pobres e algumas pensionistas, orphãs de pai e mãe, de idade não excedente de 11 annos, preferindo-se sempre as filhas dos socios. As meninasahi admittidas receberão da sociedade instrucção, vestuario, calçado, sustento, medico e botica.

Art. 4.º A sociedade admite para seus socios assim aos nacionaes, como aos estrangeiros, e tanto as pessoas de um, como de outro sexo, e os admittidos se dividirão em socios honorarios, benemeritos, bemfeitores, effectivos e correspondentes, titulos estes que podem accumular-se em uma mesma pessoa, dadas as qualificações precisas.

Art. 5.º Serão socios honorarios todos aquelles individuos que tenham influido por sua reconhecida illustração para o melhoramento da instrucção primaria ou

scientífica, ou que tenham concorrido para a fundação de estabelecimentos destinados á educação da mocidade.

Os socios desta classe não são obrigados a prestação alguma pecuniaria, nem têm parte na administração da sociedade, podendo contudo ser consultados nos negocios occorrentes, quando assim pareça conveniente.

Art. 6.º O titulo de socio benemerito é conferivel áquelles individuos que tenham prestado á sociedade relevantes serviços pessoaes, e como taes são desde já declarados os socios fundadores. E o titulo de bemfeitor será dado aos que tenham concorrido para o fundo da sociedade com uma quantia pecuniaria que não seja menor de 150\$000, ou com algum donativo equivalente a esta somma.

Art. 7.º Os socios benemeritos e bemfeitores tambem não são obrigados a prestação alguma pecuniaria, mas podem servir os cargos da sociedade, sendo para elles nomeados, e querendo acceptal-os; e em todo o caso têm o direito de votar nas assembléas e eleições geraes. Os nomes destes socios, e bem assim os dos honorarios, serão inscriptos em uma taboa, que estará sempre patente na sala das sessões do conselho.

Art. 8.º Os socios effectivos são aquelles, a cujo cargo fica especialmente incumbido o governo economico e administrativo da sociedade; e nenhuma outra qualificação se precisa para a sua admissão senão a bem fundada presumpção de seu zelo pelo augmento da instituição, e a sua reconhecida moralidade. O socio effectivo é obrigado a concorrer para a caixa social na occasião da sua entrada com uma somma, que não poderá ser menor de 10\$000, e bem assim com uma quota permanente de 1\$000 por mez, da qual todavia poderá exonerar-se, pagando por uma só vez a quantia de 50\$000.

Art. 9.º Serão nomeados socios correspondentes aquelles sujeitos, que, dentro ou fóra do Imperio, se propuzerem a ter relação com a sociedade, ou seja para o fim de lhe administrarem luzes e informações para o melhor desempenho do seu instituto, ou seja para por qualquer modo promoverem os interesses da associação.

Art. 10. As socias, supposto que não possuão ter parte na administração da sociedade, podem contudo ser nomeadas para inspeccionarem as aulas do seu sexo.

TITULO II.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 11. A sociedade será administrada por dous conselhos, um de 21 socios, que tomarão o titulo de conselheiros, e outro que se denominará o grande conselho, composto daquelles 21 com mais outros 21, que se appellidarão consultores; com a differença, porém, que este grande conselho só conhece e decide de certos negocios que lhe são especialmente affectos, e que ao diante se designarão. Neste grande conselho têm assento e voto os socios benemeritos e bemfeitores, os quaes por esta razão se intitularão consultores natos.

Art. 12. Os conselheiros e consultores serão nomeados, uns e outros, de anno a anno; os primeiros d'entre os socios em geral, e os segundos d'entre os socios que tenham servido um ou mais cargos da sociedade o espaço de dous annos pelo menos, ou que contem tres annos de socio com effectivo pagamento das suas respectivas mensalidades.

Art. 13. Quando algum conselheiro ou algum consultor electivo se ausentar ou faltar, aquelle a quatro sessões seguidas, e este a duas tambem successivas, serão chamados para os substituir os immediatos em votos, que continuarão a servir enquanto não estiver preenchido o numero dos conselheiros e consultores do anno; e, acontecendo haver concurrencia dos substitutos, sahirá destes o menos votado.

Art. 14. Compete ao conselho:

1.º Velar na guarda dos estatutos e dos regulamentos e deliberações da sociedade, e fazel-os executar.

2.º Nomear os socios effectivos e correspondentes.

3.º Nomear e demittir os professores das aulas e seus substitutos, no primeiro caso, precedendo proposta, e no segundo, informação do respectivo director; e bem assim nomear e demittir todos os mais empregados da sociedade, estipendiarios ou não estipendiarios.

4.º Fazer os regulamentos e dar as instrucções apropriadas para a ensinança e regimen das aulas.

5.º Mandar matricular os alumnos que pretenderem frequentar as aulas, e despedil-os, tudo na fórma do regulamento e ouvido sempre o director.

6.º Formalisar o orçamento para as despesas do anno social, e decretar as extraordinarias que a necessidade

e conveniencia possão exigir, com tanto, porém, que taes despesas não excedão a 400\$000 dentro do mesmo anno.

7.º Apresentar á assemblêa geral da sociedade um relatorio annual de seus trabalhos, com o quadro demonstrativo do estado da sociedade.

8.º Tomar contas ao thesoureiro de tres em tres mezes, e todas as vezes que lhe pareça necessario.

9.º Fazer converter em apolices da divida publica todas as quantias legadas á sociedade ou ao collegio das orphãs.

10. Propôr ao grande conselho a reforma de algum ou alguns artigos dos estatutos, que pareça acerto alterar ou addicionar.

11. Finalmente, manter a correspondencia interna e externa da sociedade, prover a todos os negocios do expediente, e a outros que possão ser convinhaveis e adaptados aos fins do instituto social, levando ao conhecimento do grande conselho aquelles que não caiba na sua alçada decidir definitivamente.

Art. 15. D'entre os conselheiros será nomeado um para presidente, outro para vice-presidente, e dous para secretarios. Na falta do presidente e do vice-presidente faz as suas vezes o 1.º conselheiro na ordem da votação, que estiver presente, e na dos secretarios, os seus immediatos em votos, ou aquelles que designar o regimento interno. O presidente e secretarios deste conselho tambem o são do grande conselho.

Art. 16. Pertence ao grande conselho, no qual os conselheiros e consultores tomão assento promiscuamente:

1.º Velar igualmente na guarda dos estatutos, e conhecer do cumprimento das deliberações por elle tomadas.

2.º Nomear os socios honorarios, benemeritos, e bêm-feitores e decretar honras especiaes áquelles socios, que, por seus altos serviços, se tenham feito dignos do reconhecimento da sociedade.

3.º Nomear o presidente, vice-presidente e secretarios do conselho na fórmula do art. 15.

4.º Nomear e demittir livremente o director das aulas e o thesoureiro da sociedade.

5.º Crear aulas, collegios e quaesquer outros estabelecimentos para a instrucção e educação da mocidade, e supprimil-os.

6.º Crear lugares ou empregos novos e assignar-lhes ordenados.

7.º Decretar a aquisição ou alienação dos bens de raiz, e a compra ou venda de apolices da divida publica, submettendo a alienação á sancção da assembléa geral.

8.º Decretar as despesas extraordinarias, que o outro conselho lhe propuzer, segundo fica disposto em o art. 14, § 6.º

9.º Interpretar quaesquer duvidas que occorrão na intelligencia dos estatutos, e offerecer á sancção da assembléa geral a reforma ou addicionamento daquelles artigos, que elle houver adoptado sobre proposição do outro conselho.

10. Convocar extraordinariamente á assembléa geral nos casos e para os fins que elle entenda necessarios.

11. Finalmente, resolver quaesquer negocios que o outro conselho devolva ao seu conhecimento e decisão.

Art. 17. A installação de um e outro conselho terá lugar no 1.º de Outubro de cada anno: e para haver sessão do primeiro conselho, é necessario que se achem presentes onze membros pelo menos, e do grande conselho vinte e dous. O despacho, porém, do expediente do primeiro conselho, a direcção ás commissões respectivas dos negocios que lhe são affectos, e a matricula dos alumnos, cujos requerimentos estiverem competentemente informados, e sem duvida, pelo director das aulas, poderá ser deferido em sessão de sete conselheiros tão sómente.

Art. 18. Todos os negocios submettidos a um e outro conselho serão vencidos pela maioria simples dos votos presentes, excepto tratando-se da alienação de bens de raiz, da venda de apolices da divida publica, ou de reforma dos estatutos, porque em todos estes casos se faz precisa indispensavelmente a concurrencia de dous terços dos conselheiros e consultores deliberantes.

-Art. 19. A verificação dos diplomas dos conselheiros e consultores electivos, o modo de se elegerem as diferentes commissões do conselho, as regras para a discussão dos negocios, os dias e duração das conferencias, e a policia interna da casa, será tudo estatuido por um regimento especial.

TITULO III.

DA ASSEMBLÉA GERAL E SUAS ATTRIBUIÇÕES.

Art. 20. O supremo poder da sociedade reside na assembléa geral dos socios, na qual têm voto todos os membros della, excepto os honorarios e correspondentes. Ella se reunirá ordinariamente todos os annos em o dia 5 de Setembro, anniversario da installação da sociedade, e extraordinariamente tantas vezes quantas fór convocada pelo grande conselho.

Art. 21. Na sessão ordinaria será apresentado á assembléa geral o relatorio, de que trata o art. 14, § 7.º, com o balanço da receita e despesa do anno, e o mais de que o conselho entenda dever informar-a; tudo o que será examinado e discutido para ser ou não approved. Nesta sessão tambem terá lugar a prova publica da applicação dos alumnos e alumnas, que o director das aulas tiver escolhido para esse fim.

Art. 22. Nas sessões extraordinarias se tratará tão sómente do objecto ou objectos, para os quaes a assembléa geral tenha sido convocada expressamente, sendo nestas reuniões que se ha de pedir a sancção para a alienação dos bens de raiz ou venda de apolices da divida publica. As decisões da assembléa geral vencem-se pela maioria simples, e os seus trabalhos são pela mesa do conselho.

Art. 23. A assembléa geral fica constituída namente, logo que se reunão 43 votos. Se acontecer, porém, que, precedidos os respectivos annos, não reunão tantos votos, poderá deliberar-se com membros presentes. Quanto porém ás assembléas extraordinarias, será necessario, para ter applicação providencia, que, tendo precedido uma primeira convocação sem effeito, na segunda, que será igualmente annunciada, não compareção outra vez os 43 votos, cujo caso o poder deliberativo se devolverá ao grande conselho, com os socios que succeder acharem-se presentes nessa occasião.



TITULO IV.

DOS FUNCIONARIOS DA SOCIEDADE E DO INTERNATO.

Art. 24. São funcionarios da sociedade, além do presidente, vice-presidente e secretarios, o thesoureiro, e o director das aulas, e um e outro são nomeados pelo grande conselho d'entre os socios benemeritos, benefactores e effectivos.

Art. 25. O thesoureiro deve ser pessoa de confiança e entendida em materias de contabilidade, podendo ser. Incumbe-lhe não só arrecadar e guardar os dinheiros e fundos fiduciarios da sociedade, como tambem promover as cobranças, e effectuar os pagamentos que lhe forem determinados pelas resoluções geraes ou especiaes do conselho, ao qual apresentará, de tres em tres mezs, o balancete da receita e despeza a seu cargo, e todas as vezes que lhe fôr exigido. Tambem incumbe ao thesoureiro organizar o projecto do orçamento da receita e despeza annual, o qual apresentará ao conselho até o dia 30 de Junho de cada anno.

Art. 26. O director das aulas deverá ser pessoa distincta pela sua autoridade, letras e bons costumes, e requer-se, como qualificação indispensavel, que professe a religião catholica apostolica romana.

Art. 27. E' da obrigação do director : inspecionar as aulas ; vigiar a assiduidade e comportamento dos professores e seus substitutos ; manter a ordem e disciplina dos alumnos ; zelar efficazmente o seu adiantamento, não menos instructivo que moral e religioso ; propôr ou emendar os methodos para o melhoramento da sua ensinaça ; finalmente representar de viva voz ou por escripto tudo o que lhe pareça conveniente e necessario para o cumprimento das importantes obrigações, que lhe são confiadas ; devendo apresentar ao conselho, de tres em tres mezes, um mappa e informação circumstanciada do estado das aulas, e um relatorio geral no fim de Agosto de cada anno.

Art. 28. Pertence ao director : propôr ao conselho os professores e substitutos para as diversas aulas da sociedade, preferindo, nas suas propostas, os nacionaes aos estrangeiros, os quaes em todo o caso deverão professar a religião do Imperio ; e informar e interpôr o

seu parecer sobre os requerimentos dos meninos pobres, ou filhos de socios, que pretenderem matricular-se nas aulas da sociedade.

Art. 29. Tanto ao thesoureiro como ao director das aulas é permittido o ingresso no conselho para exporem, de viva voz ou por escripto, o que fizerem a bem do exercicio dos seus cargos, em cujos respectivos negocios poderão tomar parte na discussão do conselho, mas não votar, salvo sendo algum delles conselheiro ou consultor.

Art. 30. O internato ou collegio das orphãs será administrado por uma commissão especial composta do presidente, director e thesoureiro da sociedade, e bem assim de um secretario e procurador eleitos annualmente pelo grande conselho. O presidente será o mesmo do conselho, porém os outros quatro cargos podem ser exercidos por qualquer socio, ainda mesmo que não pertença á administração da sociedade.

Art. 31. Compete a estes funcionarios :

1.º Velar sobre tudo quanto diz respeito ás orphãs, e pessoal do internato.

2.º Propór ao conselho a regente e sub-regente do collegio das orphãs, e quaesquer empregados que sejam necessarios, á excepção das professoras, cujas propostas são da exclusiva attribuição do director das aulas.

3.º Informar todos os requerimentos, pedindo a admissão e sahida de orphãs do internato, e tambem os dos pretendentes a qualquer lugar, e os dos empregados do collegio ; devendo os que forem relativos ás professoras e aulas ser informados sómente pelo director das aulas.

4.º Agenciar esmolas, beneficios e donativos para o collegio e para a caixa pia das orphãs.

TITULO V.

DA NOMEAÇÃO, DIREITOS E DEVERES DOS SOCIOS.

Art. 32. Para qualquer individuo ser nomeado membro da Imperial Sociedade Amante da Instrucção, será necessario que se apresente ao conselho proposta assignada pelo proponente. Se a proposta fór para socio effectivo ou correspondente, depois de lida, será deci-

dida oito dias depois pelo menos da sua apresentação, vencendo-se a decisão por escrutínio secreto, e sem discussão. E se fór para socio de qualquer das outras classes, será a proposta enviada a uma comissão *ad hoc*, entrará em discussão com o parecer que ella der, e, sendo admittida por escrutínio secreto, igualmente, se converterá em resolução, devendo ter lugar aquella proposta no grande conselho, na fôrma do art. 46.

Art. 33. Nenhum individuo nomeado socio effectivo será considerado como tal, antes de ter realizado a prestação de entrada estatuida em o art. 8.º, e nenhum individuo eleito para as outras classes será inscripto sem que tenha préviamente declarado por participação, por elle assignada, que acceta a nomeação.

Art. 34. As propostas para socios podem ser feitas por todo e qualquer membro da associação, com a differença, porém, de que as que forem feitas fóra do conselho serão enviadas em officio ao seu secretario.

Art. 35. Todos os socios em geral e cada um em particular (menos os do art. 5.º) têm direito a discutir e votar nas assembléas ordinarias e extraordinarias da sociedade, e nas eleições geraes: têm direito a propôr naquellas reuniões ou no conselho quaesquer medidas tendentes ao bem geral do instituto; e, finalmente, têm direito para fazer matricular a seus filhos nas aulas da sociedade, sem que seja preciso justificação de pobreza, observados contudo os regulamentos concernentes.

Art. 36. Além dos consultores natos, declarados pelo art. 41, serão considerados como taes, precedendo todavia resolução do grande conselho, aquelles socios que tiverem servido com zelo e assiduidade reconhecida os lugares de presidente, 1.º secretario, thesoureiro e director das aulas pelo tempo de dous annos seguidos ou interpollados, e de tres o de conselheiro.

Art. 37. O socio eleito ao mesmo tempo consultor e conselheiro tem a opção de um dos dous cargos, e o consultor nato que accitar o de conselheiro cessa o exercicio daquelle lugar emquanto occupar o deste.

Art. 38. O socio que, sendo obrigado á prestação mensal estabelecida pelo art. 8.º, tiver deixado ou houver de deixar de a pagar por mais de tres annos, será considerado como tendo renunciado de facto e de direito á associação. Neste supposto, não póde fazer parte da assembléa geral, nem votar por conseguinte, nem ser votado para cargo algum da sociedade. Em todo o tempo porém, que elle solva a divida, será restituído aos direitos que d'antes tinha.

Art. 39. A exoneração da prestação mensal é admitida nos dous unicos casos, ou de eminentes serviços pessoaes, ou de impossibilidade honesta e justificavel. Para ter effeito, porem, a exoneração nos dous unicos casos marcados, ha de preceder uma resolução do grande conselho, que assim o declare.

Art. 40. O socio estipendiario da sociedade que fôr nomeado para algum cargo da sua administração, aceitando este, perderá o lugar pelo qual recebia estipendio.

TITULO VI.

DAS ELEIÇÕES GERAES.

Art. 41. No dia 14 de Setembro, qualquer que seja o numero dos socios presentes, o presidente declarará aberta a assembléa geral, e convertida em collegio eleitoral.

Art. 42. Este collegio será presidido pelo mesmo presidente da sociedade e seus secretarios, servindo de escrutadores o 2.º secretario e o 1.º adjunto, e, na falta destes, o presidente designará quem os substitua.

Art. 43. Assim installada a mesa do collegio eleitoral, declarado pelo presidente aberto o escrutinio, o 1.º secretario fará a chamada dos socios presentes para depositarem na urna suas cédulas.

Art. 44. Cada socio entregará duas cédulas, contendo cada uma 21 nomes, sendo uma para conselheiros e outra para consultores.

Art. 45. Findo o recebimento das cédulas, se encerrará o escrutinio, far-se-ha sua contagem e verificando-se corresponder seu numero ao dos votantes, se procederá incontinentemente á apuração dos votos, começando pela lista dos conselheiros e seguindo-se depois a dos consultores.

Art. 46. Concluida a apuração das cédulas, o presidente proclamará os nomes dos socios eleitos conselheiros e consultores e dos supplentes respectivos, lavrando o 1.º secretario acta circumstanciada de todo o occorrido.

Art. 47. Quando, por quatro sessões seguidas, deixar de comparecer, sem causa justificada e participação previa ao conselho qualquer conselheiro, ou por duas os consultores, suppõe-se terem desistido do cargo. Então o 1.º secretario officiará aos respectivos supplen-

tes até completar o numero indispensavel para que a sociedade possa funcconar regularmente.

Art. 48. Na hypothese, porém, da rejeição de mais de dez conselheiros e dez consultores eleitos, se procederá a nova eleição para preencherem-se as vagas, precedendo annuncios pelos jornaes em que se declare essa especie, sendo considerados tambem supplentes os menos votados nessa occasião.

Art. 49. Aos conselheiros e consultores eleitos se dará um diploma, nos termos do que ora está em pratica, assignado pelo presidente e secretarios que formárão a mesa do collegio eleitoral, e na falta destes, pelos novamente eleitos presidente, 1.º e 2.º secretarios.

Art. 50. Tres dias depois de eleitos, os conselheiros e consultores se reunirão, sob a presidencia do conselheiro mais votado, tomando os lugares de 1.º e 2.º secretarios os dous consultores, que reunirem maior votação, e procederão á eleição de presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretarios, dous adjunctos destes, thesoureiro, director de aulas, procurador, e secretario do collegio, sendo a eleição por maioria relativa, se não obtiverem a absoluta, a qual se tentará obter para cada cargo em tres scrutinios, entrando, porém, sómente no 2.º e 3.º os nomes dos dous mais votados, desprezando-se os votos, que recahirem em outros nomes.

Art. 51. O grande conselho da sociedade se julgará installado para proceder á eleição de que trata o artigo antecedente, logo que se reunão trinta funcionarios, d'entre os conselheiros e consultores eleitos, e socios fundadores, bemfeitores, benemeritos e consultores natos. Quando, porém, este numero se não verificar, o conselheiro presente mais votado designará novo dia para a reunião, fazendo o respectivo convite pelos jornaes, com declaração de que a sessão se celebrará com qualquer numero de socios presentes.

Art. 52. Concluida a eleição, a que se refere o art. 50, lavrará o 1.º secretario do grande conselho acta circumstanciada do occorrido, e aos eleitos se dará um diploma em nome deste grande conselho, assignado por todos os membros da mesa que dirigirão a eleição, designando-lhes os encargos para que forão eleitos.

Art. 53. Estes diplomas serão enviados aos eleitos com officio do presidente do grande conselho, convidando-os para virem tomar posse de seus respectivos encargos no dia designado para esse fim, e reunindo-se nesse dia a mesa do grande conselho, que presidiu

a eleição, se dará a referida posse, qualquer que seja o numero dos conselheiros presentes.

Art. 54. Nas eleições para conselheiros e consultores não se receberão votos de socios, que não estejam quites com a sociedade em suas mensalidades e das joias de conselheiro e consultor, nem serão válidos e contados os que a estes forem conferidos.

TITULO VII.

DO MODO DE SE REFORMAREM, ALTERAREM OU ADDICIONAREM OS ESTATUTOS.

Art. 55. Os presentes estatutos podem ser reformados, alterados ou addicionados de quatro em quatro annos, contados da data da sua approvação, mas nenhuma reforma pôde ter lugar em tempo algum, que tenda directa ou indirectamente a desnaturar o fim do instituto principal e primario da sociedade.

Art. 56. A proposição para a reforma ou addicionamento ha de ser apresentada ao grande conselho, segundo dispõe o art. 14, § 10, e, apoiada ella pela terça parte dos membros presentes, será remettida a uma comissão especial, e com o seu parecer entrará em discussão, 30 dias, pelo menos, depois da sua apresentação. Admittida a proposição por dous terços do grande conselho na fórma do art. 18, será redigida segundo se vencer pela mesma votação, a fim de ser levada á sanctão da assembléa geral dos socios.

Art. 57. Convocada esta *ad hoc* se proporá a reforma feita pelo grande conselho. Se a assembléa a adoptar tal e qual lhe foi submettida, ficará desde logo sancionada, e se a modificar ou alterar, voltará ao grande conselho, para ser novamente discutida no mesmo conselho, e tornar outra vez á sanctão da assembléa geral, quando o grande conselho adopte a alteração. A proposta para a reforma ou addicionamento que fór rejeitada *in limine* pela assembléa geral não poderá repetir-se senão passados dous annos.

Sala das sessões da Imperial Sociedade Amante da Instrucção, em 5 de Agosto de 1870.— Conselheiro Dr. José Pereira Rego, presidente.—Dr. Antonio José de Souza Rego, 1.º secretario.—Antonio Joaquim de Cantanheda Junior, 2.º secretario.

DECRETO N. 4604 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede a João da Costa Gomes Leitão e ao Dr. Joaquim Floriano de Godoy autorização para estabelecerem por si ou por meio de uma companhia, a navegação a vapor no rio Parahyba, entre a Cidade de Jacarehy e o porto da Cachoeira, no município de Lorena, na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que Me requerêrão João da Costa Gomes Leitão e o Dr. Joaquim Floriano de Godoy, Hei por bem Conceder-lhes autorização para estabelecerem por si ou por meio de uma companhia a navegação a vapor no rio Parahyba, entre a Cidade de Jacarehy e o porto da Cachoeira, no município de Lorena, na Provincia de S. Paulo, fazendo no leito do rio os melhoramentos necessarios, sob as clausulas que com este baixão assignadas por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4604 desta data.**I.**

Obrigão-se os concessionarios, por si ou por uma companhia, a estabelecer a navegação a vapor no rio Parahyba, entre a Cidade de Jacarehy e o porto da Cachoeira, no Município de Lorena, na Provincia de S. Paulo, fazendo no leito do rio os melhoramentos necessarios.

II.

Esta navegação começará dentro do prazo de dous annos, contados da presente data, e continuará sem interrupção durante 10 annos, que principiarão a correr do dia em que inaugurar-se o serviço.

III.

Os vapores serão feitos de ferro arrugado e galvanizado (corrugated and galvanised iron) com armação de ferro tubular (tubular iron framing) ; terão perto de 75 pés de comprimento sobre 16 de largura, calarão 2 pés de agua, serão providos de machinas de alta pressão e de força de 20 cavallos, e terão rodas impulsoras na pópa (estern wheel propellers) em vez de rodas do lado ou helices.

Serão nacionalisados brasileiros, ficando sua aquisição isenta de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matrícula, gozarão dos privilegios e isenções de paquete, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que com os navios de guerra nacionaes, sem ficarem, porém, isentos dos regulamentos policiaes e fiscaes.

IV.

O numero das viagens redondas, as escalas, o horario de partida e chegada dos vapores, a tabella de fretes e passagens, bem como as mais condições do serviço não comprehendidas nestas clausulas, serão determinadas em regulamento especial organizado pelo Governo de accôrdo com a empresa, antes de começar a navegação.

Neste regulamento o Governo poderá estabelecer multas de 200\$ a 2:000\$, conforme as infracções.

V.

A empresa transportará gratuitamente as malas do correio, devendo a repartição competente tel-as promptas a fim de não se retardar a partida dos vapores.

O Governo terá o direito de embarcar nos vapores, livre de toda a despeza e com as precisas accomodações, um empregado do correio, correndo por conta dos comandantes o embarque e desembarque das malas, mas sem a sua responsabilidade.

VI.

A empresa concederá transporte gratuito em cada uma das viagens a 20 colonos contractados pelo Governo ou pelos particulares, bem como suas bagagens, e fará a redução de 20 % no frete dos objectos destinados ao serviço publico.

VII.

Logo que a 4.^a secção da estrada de ferro de D. Pedro II tiver aberto seu tráfego até a Cachoeira, a empresa será obrigada a regular a navegação de conformidade com as necessidades do serviço da mesma estrada de ferro, fazendo-se no seu regulamento as alterações que forem convencionadas com o Governo.

VIII.

O Governo poderá utilizar-se dos vapores da empresa para o serviço do Estado, mediante prévio accôrdo quanto ao preço quer do fretamento quer da compra, devendo neste caso a empresa substituir os por outros nas condições exigidas no prazo de 18 mezes.

IX.

O Governo fiscalizará a execução do contracto pelos meios que julgar convenientes, pagando a empresa ao empregado incumbido da inspecção a gratificação, que será arbitrada no regulamento especial.

X.

Esta concessão caducará :

1.^o Se no prazo marcado na clausula 17.^a os concessionarios não tiverem feito o deposito ou prestado a fiança de que alli se trata.

2.^o Se no prazo designado para o começo da navegação não tiverem regularmente estabelecido o Competente serviço.

3.^o Se este fôr interrompido por mais de seis mezes.

Salvão-se os casos de força maior provados perante o governo, que decidirá com prévia audiencia do Conselho de Estado, secção competente.

Declarada a caducidade, o Governo fica inteiramente livre para proceder como entender conveniente sobre a navegação do rio, sem que tenha o dever de indemnizar a empresa sob qualquer fundamento.

XI.

Findo o prazo desta concessão, reverterão ao Estado sem indemnização alguma, as obras que a empresa tiver feito no rio para facilitar a navegação.

XII.

Se depois daquelle prazo o Governo tiver de subvencionar alguma companhia para a navegação entre Jacarehy e o porto da Cachoeira, será preferida a empresa em igualdade de condições.

XIII.

A empresa terá sua sede dentro ou fóra do paiz, sendo porém obrigada a conservar na Provincia de S. Paulo um representante seu com plenos poderes para tratar directamente com o Governo, devendo ser resolvidas no Brasil, de conformidade com a legislação em vigor, quaesquer questões entre o Governo e a empresa ou entre esta e os particulares.

XIV.

As questões que suscitarem-se entre o Governo e a empresa a respeito dos seus direitos e obrigações, e não puderem ser resolvidas de commun accôrdo, serão decididas no Brasil por arbitros.

Se as partes contractantes não accôrdarem n'um mesmo arbitro, nomeará cada uma o seu, e estes começarão seus trabalhos, designando o terceiro, ao qual, no caso de divergencia caberá voto definitivo. Se não concordarem sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, entre os quaes a sorte decidirá.

XV.

Esta concessão não exclue qualquer favor feito pela Presidencia da Provincia de S. Paulo aos concessionarios, em virtude das disposições das Leis Provinciales n.º 16 de 21 de Abril de 1863 e n.º 27 de 3 de Abril de 1866.

XVI.

Fica entendido que os concessionarios não terão direito a quaesquer outros favores, além dos declarados nas presentes clausulas.

XVII.

Para garantir a effectiva execução do serviço da navegação, os concessionarios dentro do prazo de **18**

mezes contados da presente data depositaráo no estabelecimento bancario em que o Governo concordar, ou na Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, a quantia de 20:000\$000 ou prestaráo fiança idonea e equivalente.

O deposito ou fiança será levantado logo que a navegação estiver estabelecida em toda a sua extensão: a sua importancia, porém, reverterá para o Estado, logo que fôr declarada a caducidade da concessão, de conformidade com a clausula 10.^a

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1870.
—*Diogo Velho Caralcanti de Albuquerque.*

DECRETO N. 4603 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara de segunda entrancia a Comarca de S. Bento dos Perizes, creada na Provincia do Maranhão.

Hei por bem, em execução do artigo primeiro da Resolução n.º 559 de 28 de Junho de 1850 e artigo ultimo do Regulamento n.º 687 de 26 de Julho do mesmo anno, Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de segunda entrancia a Comarca de S. Bento dos Perizes, ultimamente creada na Provincia do Maranhão pela Lei n.º 877 A de 3 de Junho do corrente anno.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N. 4606 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado do Promotor Publico da Comarca de S. Bento dos Perizes, na Provincia do Maranhão.

Hei por bem, em execução do art. 23 da Lei n.º 261 de 3 de Dezembro de 1844, Decretar o seguinte :

Artigo unico. O Promotor Publico da Comarca de S. Bento dos Perizes, creada na Provincia do Maranhão pela Lei n.º 877 A de 3 de Junho do corrente anno, vencerá o ordenado de 800\$000.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.



DECRETO N. 4607—DE 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Concede privilegio a Carlos Fleuiss e Carlos Linde para usarem de uma massa cuprea, de sua invenção, destinada a preservar o ferro do costado dos navios da oxidação e incrustações marinhas.

Attendendo ao que Me requerêrão Carlos Fleuiss e Carlos Linde, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhes privilegio por 15 annos para usarem de uma massa cuprea, de sua invenção, destinada a preservar o ferro do costado dos navios da oxidação e incrustações marinhas.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agri-

cultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4608 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1870.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito extraordinario de 3.365:959\$000 para as despesas com a estrada de ferro de D. Pedro II no exercicio de 1870—1871.

Sendo insufficientes a consignação votada no § 11, art. 8.º da Lei n.º 1761 de 28 de Junho deste anno, e o augmento constante de igual paragrapho e artigo da de n.º 1836 de 27 de Setembro ultimo, para as despesas da verba— Estrada de ferro de D. Pedro II — no exercicio de 1870—1871 : Hei por bem, na conformidade do § 3.º, art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e ouvindo o Conselho de Ministros, abrir um credito extraordinario de 3.365:959\$000 para a mencionada verba; devendo esta medida ser levada opportunamente ao conhecimento da Assembléa Geral.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

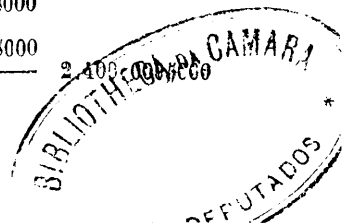
Demonstração da despesa feita e por fazer com a estrada de ferro de D. Pedro II durante o actual exercício de 1870-1871.

1.ª divisão.

Importancia da despesa feita com o pessoal da administração central durante os mezes de Julho a Setembro de 1870.....	8:239\$170	
Dita a fazer até o fim do exercício	61:760\$530	
Dita da despesa feita com o material no almoxarifado para diversos serviços até o referido mez de Setembro.....	8:769\$610	
Dita a fazer até o fim do exercício	521:230\$390	
		600:000\$000

2.ª divisão.

Importancia da despesa feita com o pessoal do trafego propriamente dito, contando o augmento das novas linhas, durante os mezes de Julho a Setembro já citados.....	460:039\$951	
Dita a fazer até o fim do exercício.....	4:519:960\$049	
Dita da despesa feita com o material, idem idem até Setembro.....	48:834\$682	
Dita a fazer até o fim do exercício	271:165\$318	
Dita da despesa feita com o pessoal para a conclusão das novas obras na linha aberta ao trafego, taes como: estação da corte, armazens, officinas, accomodações para o serviço da tracção e armazens de depositos, até Setembro...	35:371\$500	
Dita a fazer até o fim do exercício	444:628\$500	
Dita da despesa feita com o material respectivo até o mez de Setembro.....	7:200\$000	
Dita a fazer até o fim do exercício	212:800\$000	



3.ª divisão.

Prolongamento da estrada.

Importancia da despesa com o pessoal de engenheiros para concluir-se a 3.ª secção até Porto Novo do Cunha, e da parte da 4.ª secção do Pirahy á Barra Mansa, estudos de prolongamento, e continuação das obras além da Barra Mansa até a Cachoeira, durante os mezes de Julho a Setembro.....	15:033\$732	
Dita a fazer até o fim do exercício.....	154:966\$268	
Dita da despesa a fazer com o material, como trilhos, pontes, etc.....	400:000\$000	
Dita da despesa feita em diversos serviços por empreitadas até Setembro...	118:945\$173	
Dita a fazer até o fim do exercício.....	1.711:054\$827	
	<hr/>	2.400:000\$000
		<hr/>
		5.400:000\$000
Credito da Lei n.º 1764 de 28 de Junho de 1870, § 11 art. 8.º.....	2.000:000\$000	
Dito da de n.º 1836 de 27 de Setembro ultimo, igual paragrapho e artigo.....	34:050\$000	
	<hr/>	2.034:050\$000
		<hr/>
Deficit....		3.365:950\$000
		<hr/>

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1870.—*Jeronymo José Teixeira Junior.*



DECRETO N. 4609 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1870.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas novo credito extraordinario de 923:827\$630 para occorrer ás despezas com a estrada de ferro de D. Pedro II pertencentes ao exercicio de 1869—1870.

Não sendo sufficientes a consignação votada no § 11 art. 8.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, e a quantia de 2.407:220\$467 constante do Decreto n.º 4474 de 14 de Fevereiro do corrente anno, para as despezas da verba—Estrada de ferro de D. Pedro II—pertencente ao exercicio de 1869—1870: Hei por bem, na conformidade do § 3.º art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e tendo ouvido o Conselho de Ministros, abrir novo credito extraordinario de 923:827\$630 para fazer face ás mencionadas despezas, devendo esta medida ser levada opportunamente ao conhecimento da Assembléa Geral.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Demonstração da despesa com a Estrada de ferro de D. Pedro II, pertencente ao exercicio de 1869—1870.

Importancia da despesa no
1.º semestre do exercicio,
como consta do Decreto
n.º 4474 de 14 de Fevereiro
de 1870..... 2.775:220\$467
Dita da que é relativa ao 2.º
semestre, pelo modo se-
guinte:

1.ª divisão.

Importancia da despesa com o pessoal da administração central.....	29:253#822	
Dita do material no almoxarifado para diversos serviços.....	239:369#069	
		268:622#891

2.ª divisão.

Importancia do pessoal do tráfego.....	709:352#304	
Dita das obras novas do mesmo, e material.....	82:887#397	
		792:239#701

3.ª divisão.

Importancia do pessoal de engenharia.....	94:980#021	
Dita das obras de prolongamento da 3.ª e 4.ª secções e material.....	1.150:738#007	
		1.245:718#028
Frete, descargas, etc.....	174:455#759	
Despesas diversas.....	7:291#271	
		178:747#030

Importancia do credito posto na delegacia do thesouro em Londres, para aquisição de circulos de rodas, de conformidade com o Aviso de 6 de Abril ultimo.....		72:500#000
--	--	------------

5 333:048#117

Credito da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 (§ 11 art. 8.º).....	2.000:000#000	
Dito do Decreto n.º 4474 de 14 de Fevereiro de 1870.....	2.407:220#467	
		4.407:220#467

Deficit.....		925:827#650
--------------	--	-------------

Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1870.—*Jercynio José Teixeira Junior.*

DECRETO N. 4610 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a nova alteração feita ao art. 33 dos estatutos da Caixa de economias da Cidade da Bahia pela assembléa geral dos respectivos accionistas.

Attendendo ao que Me representou a direcção da Caixa de economias da Cidade da Bahia, e Tendo Ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado: Hei por bem Approvar a deliberação da assembléa geral dos accionistas da mesma Caixa, de alterar novamente o art. 33 dos seus estatutos, reduzindo a tres o numero dos directores com que ficou em virtude do Decreto n.º 3133 de 31 de Junho de 1833; com a clausula, porém, de ser a substituição annual delles feita na razão do terço respectivo.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos quinze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

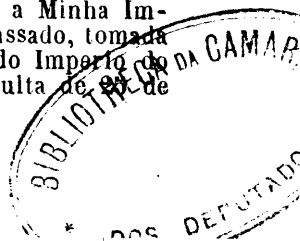
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

DECRETO N. 4611 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a reforma feita em alguns dos artigos dos Estatutos da Sociedade Portuguesa — Amor á Monarchia — estabelecida nesta Côte.

Attendendo ao que representou a Directoria da Sociedade Portuguesa — Amor á Monarchia — estabelecida nesta Côte, e de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 5 do mez proximo passado, tomada sob parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de



Agosto ultimo, Hei por bem Approvar a reforma feita em alguns dos artigos dos Estatutos da mesma Sociedade, ficando as alterações que se tiverem de fazer sujeitas á approvação do Governo Imperial, e devendo-se passar a competente Carta para servir-lhe de titulo.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Reforma dos Estatutos da Sociedade Portugueza—Amor á Monarchia e Beneficente.—

CAPITULO I.

DA SOCIEDADE.

Art. 1.º Com o titulo de Sociedade Portugueza—Amor á Monarchia e Beneficente—é instituida uma associação de Portuguezes nesta Côrte, com o fim de solemnizar o anniversario natalicio de S. M. F. o Rei de Portugal.

Paragrapho unico. E' a divida que os Portuguezes ausentes do patrio lar pagão a seu excelso Rei, a quem considerão como o sustentaculo das instituições patrias, da dignidade, independencia e felicidade da Nação Portugueza.

CAPITULO II.

PATRIMONIO E RECEITA DA SOCIEDADE.

Art. 2.º A receita da Sociedade é composta:

§ 1.º Das entradas e mensalidades pagas pelos socio

- § 2.º Dos beneficios e donativos feitos á Sociedade.
 § 3.º Do juro do dinheiro disponível, que será posto
 a render em lugar de segurança.
 Art. 3.º O patrimonio da Sociedade será feito:
 § 1.º Dos donativos para esse fim.
 § 2.º Do accrescimo da receita sobre a despeza.
 § 3.º De algum producto de loteria legal.
 Art. 4.º O patrimonio da sociedade não será inferior
 a 5:000\$000 logo que possa attingir a essa somma.

CAPITULO III.

DOS SOCIOS.

Art. 5.º Serão socios effectivos todos aquelles portuguezes (inclusive senhoras) de moralidade e credito que forem propostos á directoria por qualquer socio; se, porém, por qualquer motivo a Directoria entender que não deve admittir ao gremio da Sociedade algum dos propostos, poderá recusar-lhe o diploma, a fim de haver harmonia na Associação.

Art. 6.º Cada socio entrará para a caixa da Sociedade com a quantia de 10\$000 no acto de receber o diploma.

Art. 7.º As mensalidades serão de 1\$000, pagas em trimestre.

Art. 8.º Os socios que propuzerem trinta membros para a Sociedade, e aquelles que prestarem serviços ou fizerem donativos valiosos no entender da Directoria, ficarão isentos do pagamento de mensalidades, sendo considerados socios benemeritos, com direito á cargo de eleição.

Art. 9.º Os socios que requererem o auxilio da Sociedade, serão attendidos logo que ella disponha de recursos ou fundos de reserva para esse fim.

Art. 10. Os cavalleiros estrangeiros que, pela sua sabedoria, offertas generosas, ou serviços relevantes, concorrerem para a prosperidade da Associação, serão nomeados membros honorarios, precedendo á sua nomeação a proposta da Directoria em sessão plena do Conselho.

Art. 11. A Directoria nomeará tambem socios correspondentes aquelles Portuguezes ou estrangeiros cujos serviços e saber sejam de apreço para a Sociedade.

Art. 12. Aos socios compete:

§ 1.º Fazer parte da assembléa geral, discutir, votar e aceitar os cargos para que forem eleitos, exceptuando aquelles que não tenham satisfeito por mais de um anno as suas mensalidades.

§ 2.º Assistir aos festejos que a Sociedade fizer na fórma do Cap. 1.º art. 2.º

§ 3.º Protegerem-se mutuamente.

Art. 13. Perdem o direito de socios:

§ 1.º Os que não pagarem as suas mensalidades por mais de um anno.

§ 2.º Os que, no entender da Directoria e Conselho, praticarem acções que desdorem a Sociedade, não sendo á estes em tempo algum permittida a reentrada.

CAPITULO IV.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 14. Os socios reunir-se-hão em assembléa geral ordinaria logo que estes Estatutos vierem approvados pelo Governo Imperial, para eleger Directoria e Conselho; e depois duas vezes por anno, sendo a primeira no mez de Março, e a segunda quinze dias depois. Extraordinariamente, quantas vezes a Directoria julgar necessario, ou fór requerido por um quinto do numero dos socios residentes na corte.

Art. 15. As reuniões da assembléa se farão no dia, hora e lugar designados pela Directoria, devendo ser annunciadas com antecedencia, pelo menos de quatro dias em alguma das folhas diarias da corte; se passada uma hora, não estiverem reunidos mais de trinta socios, será este numero considerado legal, e a assembléa poderá deliberar.

Art. 16. Não chegando a reunir-se o numero de socios no artigo anterior indicado, far-se-ha nova convocação, e nessa reunião deliberará a assembléa com os que estiverem presentes.

Art. 17. E' da competencia da assembléa geral o seguinte:

§ 1.º Tomar conhecimento do relatorio e balanço annual que lhe fór apresentado pela Directoria, e eleger uma commissão de tres membros para o exame de contas, tendo esta commissão de apresentar seus trabalhos na reunião seguinte.

§ 2.º Discutir e deliberar sobre os assumptos que pela direcção e comissão de contas forem apresentados á sua deliberação ou conhecimento.

Art. 18. Nas assembléas extraordinarias só se tratará dos assumptos para que tiverem sido determinadamente convocados.

CAPITULO V.

SECÇÃO I.

Art. 19. A Directoria será composta de Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretarios, Thesoureiro, seu adjuncto, e Sindico, não podendo funcçãoar sem estarem presentes pelo menos quatro de seus membros.

Compete-lhes :

§ 1.º Trabalhar especialmente para o engrandecimento da Sociedade, velar seus interesses e represental-a em todos os seus actos: manter e velar por seus direitos, cumprimento da lei e regulamento que a regem.

§ 2.º Nomcar para o serviço da Sociedade as pessoas precisas, dando-lhe ordenado, ou uma porcentagem.

§ 3.º Fazer os regulamentos internos, que serão submettidos á deliberação do Conselho.

§ 4.º Organizar o relatorio annual da Sociedade para ser presente na primeira reunião da assembléa geral.

§ 5.º Conhecer o estado da caixa da Sociedade nos trimestres, ou quando julgar preciso.

§ 6.º Convocar a assembléa geral com antecedencia de quatro dias.

§ 7.º Reunir o Conselho quando o julgar conveniente.

§ 8.º Expedir os diplomas aos socios e eliminar os que incorrerem no art. 13 e seus paragraphos.

Art. 20. Compete ao Presidente :

§ 1.º Convocar a assembléa geral, presidir ás sessões, e regular os respectivos trabalhos.

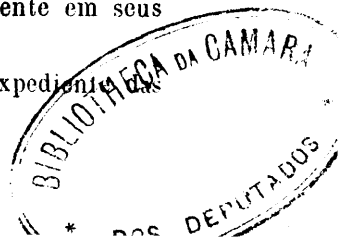
§ 2.º Apresentar á assembléa o relatorio de que trata o art. 19 § 4.º

Art. 21. Compete ao Vice-Presidente :

Paragrapho unico. Substituir o Presidente em seus impedimentos.

Art. 22. Compete ao 1.º Secretario :

Paragrapho unico. Todo o trabalho e expediente



sessões, dos festejos e da secretaria, convocar por ordem do Presidente a Directoria e Conselho.

Art. 23. Compete ao 2.º Secretario :

Paragrapho unico. Ajudar o 1.º, e substituil-o na falta ou impedimento.

Art. 24. Compete ao Thesoureiro :

§ 1.º Arrecadar todos os dinheiros e valores que pertencão á Sociedade, cumprir o determinado no art. 2.º

§ 3.º, prestar contas á Directoria na conformidade do art. 19 § 5.º

§ 2.º Satisfazer as verbas da despesa da Sociedade.

Art. 25. Compete ao Thesoureiro adjunto :

Paragrapho unico. Substituir o Thesoureiro em todas as suas faltas ou impedimentos.

Art. 26. Compete ao Syndico todas as syndicancias.

CAPITULO VI.

SECÇÃO II.

Do Conselho.

Art. 27. O Conselho é composto de dez membros e só funciona junto com a Directoria, não podendo estar constituido sem estarem presentes seis de seus membros.

Compete-lhes :

§ 1.º Auxiliar a Directoria nos seus trabalhos, e trabalhar igualmente para o augmento da Sociedade. Tomar parte nas discussões e deliberações que houverem.

§ 2.º As vagas de seus membros serão substituidas por seus immediatos na ordem da votação, que são os supplentes.

Art. 28. Os membros da Directoria e Conselho que, não comparecerem tres vezes consecutivas sem causa justificada, ás sessões para que forem convocados, serão considerados como tendo resignado os lugares; dado este caso serão chamados os respectivos supplentes, e estando o numero destes esgotado, proceder-se-ha á nova e especial eleição para os lugares dos resignatarios.

CAPITULO VII.

DAS BENEFICIENCIAS AOS SOCIOS.

Art. 29. Tendo a Sociedade socios, medicos e advogado que prestão gratis seus serviços, os socios que precisarem devem recorrer á secretaria da Sociedade para se apresentarem aos mesmos munidos de um documento para serem attendidos.

Art. 30. Logo que a receita da sociedade permitta, e que haja além do patrimonio quantia sufficiente para um rateio, este será feito á sorte entre os socios que o pedirem.

Parapho unico. O rateio será chamado — Rateio beneficente.

Art. 31. Este rateio tem por fim dar entrada a socios portuguezes para a Sociedade Portugueza de Beneficencia, pagando-lhes a joia e diploma que serão entregues no anniversario natalicio de Sua Magestade Fidelissima o Rei de Portugal.

Art. 32. Recebidos os pedidos dos socios com 15 dias de antecedencia, o Syndico indicará quaes os mais necessitados que serão admittidos com approvação da Directoria, e encerrados os nomes em uma urna, proceder-se-ha a sorteo.

Art. 33. Só sahirão sorteados quantos a Directoria tiver designado de accôrdo com as forças financeiras da Sociedade.

Art. 34. A Sociedade coadjuvará tambem os socios necessitados que por motivo de molestia precisarem retirar-se para sua patria.

CAPITULO VIII.

DAS ELEIÇÕES.

Art. 35. A eleição da Directoria e Conselho será feita logo que os presentes Estatutos sejam approvados, e tanto a Directoria como o Conselho funcionarão consecutivamente um biennio.

Art. 36. As eleições serão feitas por maioria relativa dos votos presentes, não sendo recebidas na votação listas impressas ou lithographadas.

Art. 37. Havendo rejeição anterior á posse dos cargos, proceder-se-ha para elles á nova eleição.

Art. 38. A administração será investida de seus respectivos cargos dentro de oito dias depois da eleição.

CAPITULO IX.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 39. A Sociedade arranjará dous ou tres beneficios annuaes nos theatros desta corte.

§ 1.º O producto será para augmento do patrimonio da Sociedade.

§ 2.º Conseguindo tres beneficios, o producto do terceiro será offerecido á Associação Brasileira de Beneficencia que Sua Magestade o Imperador designar.

Art. 40. E' inalteravel a disposição consignada no art. 1.º que constitue o fim da installação da Sociedade.

Art. 41. Reconhecendo a Directoria, em sessão do Conselho, o augmento ou reforma de alguns artigos aos Estatutos, poderá submettel-a á assembléa geral. A reforma ou innovação destes Estatutos não será posta em execução sem prévia autorização do Governo Imperial.

Art. 42. Os socios que quizerem entrar remidos pagarão por uma só vez a quantia de 80\$000.

Art. 43. No caso de dissolução da Sociedade e havendo patrimonio, este será applicado a uma instituição humanitaria portugueza que será escolhida, votada e approvada em assembléa geral convocada para esse fim, sendo preciso que compareça a maioria absoluta dos socios que a sociedade tiver.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1870.—*Antonio Maria dos Santos Bandeira*, Presidente.—*J. T. Albano de Amorim*, 1.º Secretario.

DECRETO N. 4612 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1870.

Concede á companhia Pernambuco Street Railway autorização para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que Me requereu a companhia Pernambuco Street Railway, estabelecida na Cidade de New-York e devidamente representada e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 12 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mesmo mez, Hei por bem Conceder-lhe a necessaria autorização para funcionar na Capital da Provincia de Pernambuco, a fim de incumbir-se da construcção de um systema de carris de ferro que ligue a Cidade do Recife com seus suburbios, nos termos do contracto celebrado com a Presidencia da referida Provincia em 19 de Março do presente anno; ficando sujeita a mencionada companhia ás posturas da respectiva municipalidade e ás leis e regulamentos brasileiros quanto aos actos praticados no Imperio.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezanove de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4613 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1870.

Concede ao Desembargador Henrique Jorge Rebello e Domingos José Antonio Rebello autorização para incorporarem uma companhia de pesca, salga e sécca de méros, garoupas e baléas.

Attendendo ao que Me requerêrão o Desembargador Henrique Jorge Rebello e seu irmão Domingos José Antonio Rebello, e conformando-me, por Minha Immediata

Resolução de 12 do corrente mez, com o Parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 do mesmo mez, Hei por bem Conceder-lhes autorização para incorporarem, dentro do prazo de tres annos, uma companhia, com o fundo social de 800:000\$ e a séde na Capital da Provincia da Bahia ou na Cidade do Rio de Janeiro, destinada á pesca, salga e sécca de méros, garoupas e baléas, na zona comprehendida entre a latitude de 13 a 19 grãos, sul; assegurando á referida companhia o usufructo das ilhas dos Abrolhos, sem prejuizo do pharol estabelecido na de Santa Barbara, e os favores constantes do Decreto n.º 876 de 10 de Setembro de 1856, excluida, porém, a garantia de juros de que trata o § 1.º do art. 1.º do mencionado Decreto.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezanove de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4614 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1870.

Concede á associação dramatica Limeirense autorização para funcionar, e approva seus estatutos.

Attendendo ao que Me requereu a associação dramatica Limeirense, devidamente representada, que se propõe construir um theatro para espectaculos dramaticos na cidade da Limeira, Provincia de S. Paulo, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 12 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 de Setembro proximo findo, Hei por bem

Conceder-lhe a necessaria authorização para funcçãoar e approvar os respectivos estatutos com as modificações que com este baixão, assignadas por Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezanove de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

**Modificações a que se refere o Decreto
n.º 4614 desta data.**

Nos arts. 8.º e 34 § 6.º, declarar-se que fica dependente de authorização do Governo Imperial o augmento do capital da companhia.

Nos arts. 33, 50 § 1.º, 52 §§ 1.º, 3.º, 5.º e 6.º e 53 § 3.º, expressar-se que fica prohibida a entrada de membros da directoria na formação da mesa da assemblea geral.

Nos arts. 3.º, 34 § 7.º e 67, substituir-se a expressão —Presidente da Provincia—pela—Governo Imperial.

Acrescentar-se o seguinte artigo:

A companhia durará por tempo de trinta annos.

Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1870.

—*Jeronymo José Teixeira Junior.*

Estatutos da associação dramatica Limeirense.

CAPITULO I.

Da associação e seus fins.

Art. 1.º Fica creada na cidade da Limeira, desde 1.º de Março de 1870, época da terminação da guerra que o Brasil sustentou contra o Paraguay, uma sociedade anonyma, de nominada—Associação Dramatica Limeirense.



Art. 2.º Seus fins são edificar um theatro, que, com o nome de Theatro da Paz, symbolise o acabamento da guerra referida; zelar pela sua conservação, e dirigir e regular os seus trabalhos e negocios.

Art. 3.º A associação terá existencia de direito assim que estejam approvados estes estatutos pelo Presidente da Provincia, na fórma do art. 27, § 2.º do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860, e subscriptas pelo menos 320 acções.

Art. 4.º A associação durará por tempo indeterminado.

CAPITULO II.

Do capital.

Art. 5.º O capital da associação é de 16:000\$000, dividido em acções de 25\$000.

Art. 6.º A entrada da importancia das acções se effectuará logo que a associação exista juridicamente.

Art. 7.º O dinheiro que fôr sendo arrecadado, em virtude do que dispõe o artigo antecedente, será posto a premio em mão de pessoa abonada, donde se irá levantando á proporção das necessidades.

Art. 8.º Se tornar-se necessario augmento de capital para a edificação do theatro, a assembléa geral dos accionistas poderá autorizar nova emissão de acções.

CAPITULO III.

Das acções.

Art. 9.º As acções são titulos representativos da parte ou partes do capital, que cada accionista subscrever.

Art. 10. Ellas podem ser transferidas por qualquer modo válido em direito.

Art. 11. As transferencias serão feitas por averbamento no livro competente e á vista das acções e das partes contractantes, por si ou por seus procuradores, sem que haja nellas endosso.

Art. 12. No caso de perda ou extravio de uma ou mais acções, o directorio as substituirá por outras, que serão entregues a quem de direito pertenção, depois de feitos os precisos annuncios, e de adoptadas as necessarias cautelas, para que fiquem completamente inutilisados os titulos perdidos.

CAPITULO IV.

Dos accionistas.

Art. 13. E' accionista toda a pessoa physica ou moral, que possuir acções, seja como primeiro proprietario, seja como cessionario.

Art. 14. O accionista que deixar de entrar na época determinada, e depois de avisado, com o valor das acções que tiver subscripto, será advertido tres vezes pelo directorio; e se, apesar disso, não realisar o seu compromisso, será eliminado do quadro dos associados; do que se fará expressa menção na acta da reunião do directorio, em que essa deliberação fôr tomada.

Art. 15. Caso succeda ser o theatro alugado a companhias dramaticas, os accionistas têm direito nos alugueis á percepção, da parte proporcional ao valor de suas acções.

Art. 16. As pessoas que forem accionistas não estão, por esse facto, isentas de comprar os bilhetes de camarotes e platéa, de que precisarem, em toda e qualquer recita.

Art. 17. Todos os accionistas são obrigados a concorrer ás sessões da assembléa geral.

Art. 18. Nenhum accionista terá direito de votar nas sessões da assembléa geral, por acções que não tenham sido averbadas, na forma do art. 11.

Art. 19. Havendo accionistas representados por firmas sociaes, poderão todos os socios que as representem assistir ás reuniões da assembléa geral, e nellas discutir, votando, porém, um só.

Art. 20. Todos os accionistas são obrigados a aceitar os cargos para que forem eleitos.

Art. 21. Os accionistas que forem reeleitos não são obrigados a servir, sem que haja decorrido um intervallo de descanso, por tanto tempo quanto o que servirão.

Art. 22. Todo o accionista tem direito, uma vez por mez e em dia designado pelo directorio, de examinar pessoalmente os balanços, os livros da associação ou documentos della.

CAPITULO V.

Da administração geral da associação.

Art. 23. A associação reconhece apenas dous poderes, a que incumbe todo o governo dos seus negocios: a assembléa geral e o directorio.

SECÇÃO I.

Da assembléa geral.

Art. 24. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas, ou pelo menos de um decimo delles.

Art. 25. A assembléa geral, regularmente convocada e constituida, representa a totalidade dos accionistas, e suas decisões são obrigatorias.

Art. 26. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente todos os annos, no 1.º de Março, se fôr domingo ou dia santo, ou, não o sendo, no primeiro domingo ou dia santo desse mez; e extraordinariamente todas as vezes que fôr convocada pelo directorio.

Art. 27. Tambem terá lugar a convocação extraordinaria pelo directorio, sempre que isso fôr requerido para fim designado por accionistas, que representem pelo menos o numero de vinte.

Art. 28. Os votos na assembléa geral serão contados da maneira seguinte :

De uma até quatro acções, um voto por cada acção.

De quatro até vinte acções, um voto por cada quatro.

Não se contam votos deste numero em diante.

Art. 29. Não é permittido votar por procuração.

Art. 30. Nas votações por escrutinio secreto, o secretario, procedendo á chamada pela lista dos accionistas, receberá delles a cedula contendo no verso o numero de votos correspondente ás acções que possuirem, e fazendo logo a conferencia, a lançará na urna.

Art. 31. Em cada sessão ordinaria, o directorio apresentará á assembléa geral o balanço das contas e o relatorio do anno findo.

Art. 32. Apresentado o balanço e relatorio, a assembléa geral elegirá uma commissão de exame de contas, composta de tres membros, para dar seu parecer a respeito. O parecer da commissão, acompanhado das peças sobre que versar, será sujeito á discussão e a pprovação dos accionistas em assembléa geral, que, para esse fim, se reunirá no domingo seguinte.

Art. 33. A assembléa geral será presidida pelo presidente do directorio, que tomará assento na mesa sómente com o secretario e thesoureiro.

Art. 34. A' assembléa geral compete :

§ 1.º Eleger o directorio e seus supplentes, e bem assim

os que tiverem de substituir os membros do directorio que fallecerem, se mudarem ou se demittirem.

§ 2.º Deliberar e resolver sobre qualquer proposta do directorio ou dos accionistas.

§ 3.º Approvar o regulamento que tem de reger a administração interna do theatro e a marcha dos espectaculos.

§ 4.º Mandar proceder a exames da administração, sem limitação alguma, nomeando delegados especiaes para esse fim.

§ 5.º Deliberar sobre a conveniencia de se applicarem, em beneficio do theatro, os seus alugueis.

§ 6.º Autorizar e determinar o augmento do capital na forma do art. 8.º

§ 7.º Resolver a modificação dos presentes estatutos, que ficará dependente da approvação do Presidente da Provincia.

Art. 35. As decisões sobre os §§ 6.º e 7.º do artigo antecedente só poderão ser tomadas em assembléa geral, expressamente convocada para tal fim, e por dous terços pelo menos dos socios presentes.

SECÇÃO II.

Do directorio.

Art. 36. Os negocios da associação serão dirigidos e decididos por um directorio, com plenos poderes, composto de cinco membros, que se chamarão directores.

Art. 37. Na mesma occasião em que fôr eleito o directorio, se tratará da eleição de cinco supplentes, que substituirão os membros do directorio em seus impedimentos temporarios, como de molestia, ausencia, etc.

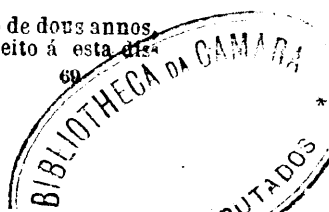
Art. 38. Nos impedimentos perpetuos, como de fallecimento, mudança ou demissão, se procederá á eleição de novo ou novos membros, que substituirão os fallecidos, mudados ou demittidos.

Art. 39. As funcções do directorio são gratuitas.

Art. 40. Não poderão ser conjunctamente membros do directorio e supplentes delle, ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes por consanguinidade até o segundo grão, e socios de uma mesma firma social.

Art. 41. Tambem não poderão ser membros do directorio e supplentes delle, aquelles que tiverem, quer directa, quer indirectamente, interesse em algum contracto com a associação.

Art. 42. O directorio funcionará por espaço de dous annos, a contar sempre do 1.º de Março. Não fica sujeito á esta dis-



posição o primeiro directorio que se eleger, que funcionará sem alteração alguma durante a edificação do theatro.

Art. 43. Para que possa o directorio funcionar é essencial a presença de tres membros pelo menos.

Art. 44. O directorio reunir-se-ha ordinariamente no primeiro domingo de cada mez, e extracordinariamente, todas as vezes que o exijão os interesses da associação.

Art. 45. As decisões do directorio serão tomadas por maioria de votos. No caso de empate, o presidente, além do seu voto, terá o de qualidade.

Art. 46. O directorio tem o direito de representação contra qualquer decisão da assembléa geral, que, em sessão expressamente convocada, a revogará ou confirmará, independente de mais recurso.

Art. 47. Cumpre ao directorio :

§ 1.º Fazer todos os contractos necessarios á construcção do theatro para fornecimento de materiaes, etc.

§ 2.º Representar a associação em todos os seus actos.

§ 3.º Demandar e ser demandado.

§ 4.º Formular um regulamento, que prescreva a marcha dos trabalhos internos do theatro e de seus espectaculos.

§ 5.º Alugar o theatro a companhias dramaticas, que assignarão um termo, responsabilizando-se por qualquer damno que possão causar ao theatro e aos moveis, que lhes serão entregues por meio de um inventario.

§ 6.º Convocar a assembléa geral de accionistas, nas épocas marcadas e todas as vezes que parecer precisa uma convocação extraordinaria.

§ 7.º Organizar, baseado nas contas que prestar o thesoureiro, o balanço e relatorio annuaes, que devem ser apresentados á assembléa geral, como preceitua o art. 31.

§ 8.º Proceder a rigoroso exame na administração dos directorios findos, como prescreve o art. 61.

§ 9.º Assignar as acções e emitil-as, no caso do art. 9.º

§ 10.º Eleger o secretario e thesoureiro d'entre os accionistas que reunão as qualidades precisas para taes cargos, e bem assim quem os substitua em seus impedimentos perpetuos.

§ 11.º Escolher o deposito mais conveniente para os fundos da associação.

§ 12.º Fazer annualmente a distribuição pelos accionistas dos alugueis do theatro.

§ 13.º Formular e dirigir o plano da escripturação da associação.

§ 14.º Tomar contas annualmente e dar quitação ao thesoureiro, um mez antes pelo menos da sessão ordinaria da assembléa geral.

§ 15.º Decidir, finalmente, todas as questões, e regular todos os negocios da associação, salvo os que são da competencia privativa da assembléa geral de accionistas.

CAPITULO VI.

Dos funcionarios.

Art. 48. Ha ainda os seguintes funcionarios: presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 49. O secretario e thesoureiro tambem serão eleitos de dous em dous annos, e de modo que as suas funcções findem na mesma época, em que lindarem as do directorio.

SECÇÃO I.

Do presidente.

Art. 50. Ao presidente compete :

§ 1.º Presidir ás sessões da assembléa geral e do directorio, e manter nellas a ordem, suspendendo-as, logo que se tornem tumultuosas.

§ 2.º Nomear interinamente, d'entre os accionistas mais habilitados, quem substitua o secretario e o thesoureiro, em seus impedimentos temporarios.

§ 3.º Assignar, juntamente com o secretario, todas as ordens, correspondencias e resoluções da assembléa geral e directorio, bem como os contractos que com este se fizerem.

§ 4.º Dar todas as providencias, que, por sua urgencia, não possam esperar pela reunião do directorio, ficando em tal caso responsavel pelas medidas que houver tomado.

§ 5.º Convocar o directorio todas as vezes que o exijão os interesses da associação, e dirigir os seus trabalhos.

§ 6.º Numerar, rubricar, abrir e encerrar todos os livros da associação.

Art. 51. O presidente será substituido nos impedimentos temporarios pelos directores, segundo a ordem da votação; e, em igualdade de circumstancias, pelo mais velho, nos impedimentos perpetuos se procederá como manda o art. 38.

SECÇÃO II.

Do secretario.

Art. 52. São attribuições do secretario:

§ 1.º Assignar, juntamente com o presidente, todas as ordens, correspondencias e resoluções da assembléa geral e directorio, bem como os contractos que com este se fizerem.

§ 2.º Ter em boa guarda os livros, papeis e mais objectos concernentes á associação.

§ 3.º Fazer toda a escripturação da associação, inclusive o expediente e correspondencia da mesma, e lavrar em livros especiaes as actas das sessões da assembléa geral e do directorio.

§ 4.º Fazer o registro nominal dos accionistas, e bem assim a averbação das acções transferidas.

§ 5.º Servir nas sessões da assembléa geral e do directorio, porém sem poder discutir, nem votar nas deste.

§ 6.º Proceder ao chamamento dos accionistas para as reuniões da assembléa geral, e ao dos membros do directorio, para que possam ter lugar as suas sessões.

SECÇÃO III.

Do thesoureiro.

Art. 53. Ao thesoureiro incumbe:

§ 1.º Arrecadar os fundos da associação, pol-os em mão da pessoa que o directorio escolher, e applical-os segundo as instruções do mesmo directorio.

§ 2.º Ter a seu cargo o livro de receita e despeza da associação, e fazer a escripturação delle.

§ 3.º Fazer parte da mesa nas sessões da assembléa geral, e assistir ás reuniões do directorio, sem poder discutir, nem votar.

§ 4.º Apresentar annualmente ao directorio, um mez pelo menos antes da sessão ordinaria da assembléa geral, uma conta da receita e despeza da associação.

CAPITULO VII.

Das eleições.

Art. 54. A eleição do directorio e seus supplentes terá lugar por escrutinio secreto, na sessão ordinaria da assembléa geral, com que terminar o tempo de serviço do directorio.

Art. 55. Cada accionista presente á sessão ordinaria da assembléa geral fará uma cedula com dez nomes, sendo os cinco primeiros para membros do directorio, com designação daquelle que tem de occupar o cargo de presidente, e os cinco ultimos para supplentes.

Art. 56. Recolhidas as cédulas á urna, depois de feita a conferencia de que trata o art. 30, se procederá á apuração, servindo de escrutadores o secretario e o thesoureiro.

Art. 57. Assim eleitos os membros do directorio e seus suplentes, serão convidados por meio de um officio assignado pelo directorio findo, para tomar posse, segundo o que determina o capitulo 8.º

CAPITULO VIII.

Da sessão de posse do directorio.

Art. 58. No domingo seguinte á sessão ordinaria da assembléa geral, o directorio cujas funcções findão dará posse ao novo.

Art. 59. Sentado o presidente do novo directorio no tópo da mesa, com o presidente do directorio findo á sua direita e o secretario do seu lado esquerdo, e aberta a sessão, este fará a leitura da acta da antecedente; e depois de approvada, lavrará o termo de posse, que será assignado por todos os membros, quer do directorio findo, quer do novo.

Art. 60. Nesta sessão, feita uma exposição pelo presidente do directorio findo, com o fim de dar sciencia ao novo directorio do estado da associação e dos seus negocios, serão entregues pelo presidente daquelle ao deste todos os livros e mais papeis da associação.

Art. 61. Na sessão que á esta se seguir, o novo directorio, procederá a rigoroso exame na administração finda, dando a devida quitação ao ultimo directorio. Se derem, porém, com algum abuso ou prevaricação, farão delle sciente á assembléa geral de accionistas, que para tal fim será expressamente convocada, a qual procederá do modo mais conveniente, mandando que sejam ou criminalmente responsabilizados, ou civilmente demandados, com o fim de ser reparado o damno que a associação tiver soffrido.

Art. 62. Todos os membros dos dous directorios mencionados são obrigados a comparecer nesta sessão.

Art. 63. A posse do primeiro directorio terá lugar, comunicando-lhe a sua eleição o presidente e secretario, que, por aclamação, servirem na sessão da assembléa geral dos accionistas, que o eleger.

CAPITULO IX.

Dos livros.

Art. 64. A escripturação da associação se fará com os seguintes livros :

1.º O livro de registros, em que se registrarão estes estatutos, todos os contractos e mais papeis de importancia da associação.

2.º O livro do registro nominal dos accionistas, em que se lançarão os nomes de todos os accionistas alphabeticamente, com declaração do seu numero, do numero das acções e votos, naturalidade, profissão e domicilio, e com espaços sufficientes para as averbações de que falia o art. 41.

3.º O livro das actas das sessões da assembléa geral.

4.º O livro das actas das reuniões do directorio.

5.º O livro de receita e despesa, em que se lançarão as entradas do fundo social e rendimentos, e a sahida delles, com expressa menção do objecto a que forem destinados.

Art. 65. Os quatro primeiros livros estarão a cargo do secretario, e o ultimo, do thesoureiro ; e todos serão numerados, rubricados, abertos e encerrados pelo presidente.

CAPITULO X.

Disposições geraes.

Art. 66. O theatro terá a dimensão que estiver mais de conformidade com as necessidades actuaes da localidade ; e será edificado com tijolos e alicerces de pedra, e pelo modo mais economico e commodo.

Art. 67. Estes estatutos, depois de approvados pelo Presidente da Provincia, só serão reformados ou alterados pela maneira prevista no art. 35.

Limeira, 8 de Maio de 1870.—A commissão, *João Guilherme de Aguiar Whitaker.*—*Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.*—*Francisco Simões Costa Moraes.*—*Antonio Mariano da Silva Gordinho.*—*Augusto Freire da Silva.*

(Inscreverão-se 164 accionistas.)



DECRETO N. 4615—DE 19 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva o contracto celebrado com o director gerente da companhia Rio de Janeiro Street Railway para a construcção dos ramaes do Cajú, Cancellia e Rio Comprido e continuação da via dupla na linha do Andarahy.

Hei por bem Approvar o contracto celebrado no dia 10 do corrente mez pelo Conselheiro Jeronymo José Teixeira Junior, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com Alberto H. Hager, director gerente da companhia Rio de Janeiro Street Railway, para a construcção dos ramaes do Cajú, Cancellia e Rio Comprido, e continuação da via dupla na linha do Andarahy Pequeno, mediante as condições que com este baixão, assignadas pelo referido Ministro e Secretario de Estado, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezanove de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4615 de 19 deste mez.

I.

Para complemento, e em additamento ao contracto celebrado em 3 de Agosto de 1869; em virtude do Decreto n.º 4383 de 23 de Junho de 1869, fica concedido á companhia Rio de Janeiro Street Railway, permissão para assentar uma segunda via na linha da Tijuca e construir os ramaes da Cancellia e Rio Comprido.

II.

A companhia obriga-se a começar, dentro de 15 dias, da data do aviso de autorização, e a concluir no prazo de tres mezes, os trabalhos do ramal do Cajú, o qual,

partindo da encruzilhada da rua do Pão-Ferro, seguirá pela praia de S. Christovão, rua de Santo Amaro, terminando no portão da Imperial Quinta do Cajú.

III.

A companhia poderá começar, desde já, os trabalhos necessários ao assentamento dos trilhos para a continuação da via dupla do Andarahy, desde o ponto da rua do Rio Comprido, onde actualmente termina a via dupla até a estação terminal dessa linha, que, segundo o Decreto n.º 4383 de 23 de Junho de 1869, deverá terminar na raiz da Serra da Tijuca.

IV.

Assim também poderá a companhia fazer um ramal que, partindo da praça de D. Pedro I (antes Campo de S. Christovão) vá terminar no largo do Pedregulho, passando pela rua de S. Luiz Gonzaga.

V.

Outrosim, fica estabelecido que o ramal do Rio Comprido, de que trata o Decreto especificado na clausula 3.^a, entroncar-se-ha na linha do Andarahy em frente á rua Haddock Lobo (antes Engenho Velho), e seguirá pelas do Rio Comprido e Estrella até a encruzilhada da mesma rua com a da Conciliação.

VI.

Os trabalhos constantes das clausulas 3.^a, 4.^a e 5.^a deverão ficar concluidos dentro do prazo de nove mezes, contados da data da autorização.

VII.

Em todas estas linhas a companhia poderá fazer os desvios necessários para a regularidade e segurança do trafego.

VIII.

A companhia organizará uma tarifa de passagens, cujos preços não poderão exceder dos seguintes :

Da estação central para	{ Rio Comprido ..	200 rs.
	{ Cancellal	200 rs.
	{ Cajú	300 rs.

IX.

Fica prohibido á companhia abrir ao tráfego, sob qualquer pretexto, os ramaes da Cancellal e do Rio Comprido e a segunda via na linha do Andarahy, enquanto não estiver concluido e aberto ao tráfego o do Cajú.

X.

Na construcção dos sobreditos ramaes se observará as condições do Decreto n.º 4383 de 23 de Junho de 1869.

Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1870.
—*Jeronymo José Teixeira Junior*.

DECRETO N. 4616 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1870.

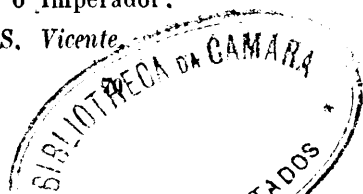
Eleva a categoria da legação do Brasil na Russia á de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Attendendo ás conveniencias do serviço publico, Hei por bem modificar o Decreto n.º 3079 de 25 de Abril de 1863, elevando a categoria da minha Imperial Legação na Russia á de enviado extraordinario e ministro plenipotenciário.

O Visconde de S. Vicente, do Meu Conselho e do de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de S. Vicente

PARTE II.

DECRETO N. 4617 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a reforma dos estatutos do Montepio geral estabelecido nesta Córte.

Attendendo ao que requereu a directoria do Montepio geral, estabelecido nesta Córte, e Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em consulta de 12 do mez findo: Hei por bem Approvar a reforma dos estatutos do mesmo Montepio geral, com excepção do § 5.º do art. 6.º, cap. 2.º, e com a declaração de que qualquer alteração que se tenha de fazer nos mesmos estatutos, sem excluir a das tabellas de que trata o art. 29, só poderá ser executada depois que obtiver a approvação do Governo.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Reforma dos estatutos do Montepio geral a que se refere este Decreto.

CAPITULO I.

DOS FINS DO MONTEPIO GERAL.

Art. 1.º O Montepio geral tem por fim salvar da indigencia as pessoas, que, por si ou por outrem, se habilitarem na fórma declarada nos presentes estatutos, para fruir pensões ou reindas vitalicias.

CAPITULO II.

DAS PENSÕES.

Art. 2.º Só aos maiores e aos legalmente emancipados, é permittido instituir pensões no Montepio geral. Poderão, todavia, ser admittidos os menores unicamente no caso de fundarem pensão para si proprios, se forem para isso autorizados pelo juizo competente e representados por seus tutores.

Art. 3.º As pensões ou rendas vitalicias, devem ser instituidas em pessoa certa e designada pelo instituidor, calculadas de conformidade com as tabellas n.º 1 e 2. Uma vez instituidas são irrevogaveis.

§ unico. E' permittido a qualquer pessoa, nas condições do art. 2.º, fundar pensão para si propria, inscrevendo-se no Montepio geral como instituidor e instituido.

Art. 4.º Nenhuma pensão poderá exceder a quantia annual de um conto e seiscentos mil réis.

§ 1.º O instituidor, porém, que estabelecer ou elevar uma pensão superior á quantia annual de um conto de réis, pagará, conjuntamente com a joia correspondente ao excesso dessa quantia, as respectivas annuidades pelo numero de annos marcados na tabella n.º 2.

§ 2.º Póde uma mesma pessoa instituir pensões em beneficio de diversos individuos que designar, até o valor de 4:000\$, com tanto que cada um desses individuos não tenha mais de uma pensão das que forem estabelecidas pelo mesmo instituidor.

Se porém, o instituidor fór marido, pai, mãe, avô ou avó, poderá elevar até 6:000\$ o total das pensões, uma vez que o augmento além de 4:000\$ seja em beneficio de sua mulher ou de seus filhos e netos, e adiantando pelo numero de annos marcados na tabella n.º 2, o pagamento das annuidades correspondentes ás pensões que excederem o citado limite de 4:000\$000.

§ 3.º Um mesmo individuo póde ser instituido pensionista por diversos instituidores; a somma, porém, das pensões que accumular não deverá exceder á quantia de 2:400\$000.

Art. 5.º Para a inscripção de qualquer pensão apresentará o instituidor requerimento á directoria, inscripto com certidões que provem a sua idade e a do indi-

viduo que quizer instituir pensionista. Submettido á exame de sanidade, e approvada a sua admissão, entrará para a caixa do Montepio geral, dentro de 15 dias da data da approvação, sob pena de novo exame, com a joia correspondente a essas idades, marcadas na tabella n.º 1, e com a respectiva annuidade e assentamento.

§ 1.º Na falta de certidões de idade, apresentará o instituidor, os documentos que a directoria exigir, ou se sujeitará á estimativa que a mesma directoria fizer das referidas idades, as quaes ficarão sendo as effectivas para os actos de instituição.

§ 2.º Além da joia acima declarada, deverá o instituidor pagar emquanto vivo fór uma annuidade igual a um decimo da dita joia, e mais no acto da entrada, pelo titulo e assentamento da pensão, 8% da mesma joia.

§ 3.º A annuidade deve ser paga adiantada, dentro dos primeiros 15 dias do anno a que pertencer, para o que se considerará vencida no primeiro dia do respectivo anno, contado da data da instituição. Essa data é a da effectiva entrada em caixa das contribuições devidas.

§ 4.º Quando o instituidor fundar a pensão para si proprio (paragrapho unico do art. 3.º) a joia será determinada tomando-se como idade do instituidor a que elle arbitrar, com tanto que não exceda de 70 annos, e do instituido a que elle effectivamente tiver.

§ 5.º No caso do paragrapho antecedente deverá o instituidor pagar conjunctamente com a joia e assentamento, as annuidades adiantadas correspondentes á sua vida média, marcadas na tabella n.º 2.

§ 6.º Quando o instituidor tiver menos de 25 annos, pagará a joia e mais contribuições que para esta idade marca a tabella n.º 1.

Art. 6.º O instituidor de qualquer pensão que adiantar pelo numero de annos marcados na tabella n.º 2 o pagamento das respectivas annuidades, adquire o direito, logo que completar os annos de sua vida média, indicados na referida tabella, e contados do dia em que tiver effectuado esse pagamento, de perceber elle mesmo a pensão estabelecida (ou excesso della no caso do § 1.º do art. 4.º), passando por sua morte á pessoa que elle houver instituido.

§ 1.º A morte do instituidor constitue o direito de entrar o instituido no gozo da respectiva pensão, estando aquelle quite com o Montepio geral; para perceber-a, deverá provar a identidade de sua pessoa e apresentar certidão de obito do instituidor.

§ 2.º A morte, porém, do instituidor que não estiver

quite com o Montepio geral, importa para o respectivo instituido a perda do direito de perceber a pensão estabelecida, salvo o disposto no art. 23.

§ 3.º Se o instituido pensionista fôr o próprio instituidor da pensão, principiará a perceber-a logo que tenha completado os annos de vida média correspondentes á idade que houver arbitrado.

§ 4.º Na impossibilidade de apresentar o instituido pensionista certidão de obito do instituidor, só lhe será paga a respectiva pensão se prestar as cauções que a directoria julgar necessarias, emquanto devidamente não fôr provada a morte daquelle.

§ 5.º Por motivo nenhum o pensionista legalmente habilitado será privado, emquanto vivo fôr, do gozo de sua pensão, nem poderá ser ella objecto de penhora ou arresto. O seu pagamento lhe será feito directamente, ou a seu procurador, por trimestres vencidos.

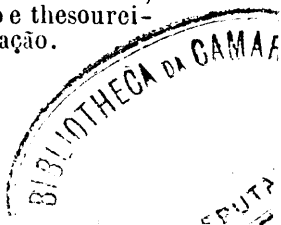
CAPITULO III.

DOS FUNDOS DO MONTEPIO GERAL.

Art. 7.º Os fundos do Montepio geral compõem-se : 1.º das apolices da divida publica de que trata o art. 8.º e seus respectivos juros ; 2.º das joias, annuidades e assentamento declarados no capitulo antecedente ; 3.º das multas e reversões mencionadas nos arts. 22, 23, 24, 25 e 27 das disposições geraes ; 4.º de todas e quaesquer concessões ou doações que se obtenhão.

Art. 8.º As quantias entradas em caixa serão empregadas em apolices geraes da divida publica fundada, reservando-se unicamente as sommas indispensaveis para o pagamento das pensões e mais despezas do estabelecimento.

Art. 9.º No fim de cada trimestre se organizará um balancete das operações do Montepio geral, nesse periodo effectuadas, e no fim do anno o respectivo balanço geral. Estes balancetes e balanço, depois de examinados pela directoria e revistos por tres membros do conselho, serão assignados pelo presidente, secretario e thesoureiro, e publicados nas folhas de maior circulação.



CAPITULO IV.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 10. A assembléa geral compõe-se dós instituidores do Montepio geral. Reunir-se-ha ordinariamente uma vez por anno, para a apresentação das contas e relatório da administração; e extraordinariamente sempre que a directoria o julgar conveniente, ou quando a esta o solicitarem mais de 10 instituidores. As convocações serão feitas por annuncios repetidos nas folhas publicas, devendo o primeiro ser, pelo menos, oito dias antes do designado para a reunião.

§ unico. Nas sessões extraordinarias só se tratará do objecto para que forem ellas convocadas, podendo-se todavia receber indicações e requerimentos sobre differente assumpto, para serem discutidos em outra sessão.

Art. 11. A assembléa geral reputar-se-ha constituida estando reunidos 30 instituidores além dos membros da directoria; salvo quando se tratar de reforma dos estatutos, caso em que se procederá conforme o disposto no art. 14.

§ 1.º Não comparecendo o sobredito numero de instituidores marcar-se-ha segunda reunião, annunciada conforme o artigo antecedente, para oito dias depois, e então se deliberará com os instituidores presentes, se não forem menos de quinze.

§ 2.º As deliberações serão tomadas á maioria de votos dos membros presentes.

Art. 12. As reuniões da assembléa geral serão presididas pelo presidente da directoria, e na sua falta pelo vice-presidente, servindo de secretario o da mesma directoria.

Art. 13. Compete á assembléa geral:*

1.º Eleger a administração do Montepio geral (directoria e conselho) nas épocas para isso estabelecidas.

2.º Tomar contas á administração, e discutir e resolver sobre quaesquer assumptos que pela directoria, ou por qualquer instituidor, forem submettidos á sua decisão.

3.º Reformar os presentes estatutos quando o entender indispensavel, guardadas para isso as regras do artigo seguinte.

Ar. 14. Para reforma dos estatutos deverá preceder proposta da directoria, indicando a materia da reforma, ou quando o requererem pelo mesmo modo seis membros da directoria e conselho, ou mais de 10 instituidores. Satisfeita esta formalidade, apresentada e lida a proposta em assembléa geral, só será discutida em subsequente sessão extraordinaria, que se marcará para 30 dias depois, annunciando-se repetidamente nas folhas publicas o dia e o objecto da reunião, na qual se adoptará aquillo que fór approved por tres quartos dos membros presentes, sendo estes mais de metade dos instituidores.

Se, porém, não se reunir então maioria absoluta dos instituidores, marcar-se-ha para 15 dias depois outra sessão extraordinaria, que nesse intervallo será frequentemente annunciada, contendo o primeiro annuncio a integra da reforma, a qual poderá ser approvada pela maioria de votos dos membros presentes, com tanto que não sejam menos de sessenta:

Quando a proposta tiver por fim alterar o disposto no art. 8.º, só poderá ser adoptada se por ella votarem tres quartos dos membros presentes, sendo estes mais de metade dos instituidores.

CAPITULO V.

DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 15. O Montepio geral será administrado por uma directoria composta de um presidente, um vice-presidente, um secretario, um thesoureiro e tres adjuntos, auxiliada por um conselho de 12 membros.

§ unico. Os directores e membros do conselho serão eleitos pela assembléa geral, em escrutinio secreto e por maioria de votos dos membros presentes, d'entre os instituidores que estiverem em dia no pagamento de suas annuidades. No caso de empate a sorte decidirá entre os eleitos.

Art. 16. O exercicio da directoria e conselho durará por tempo de dous annos, findos os quaes será convocada a assembléa geral para eleger nova administração; ficando entendido que da directoria só poderão ser re-eleitos quatro membros.

§ unico. O anno administrativo do Montepio geral conta-se de 19 de Outubro de um anno a 18 de Outubro do seguinte.

Art. 17. Enquanto vigorar o n.º 5 do art. 28 do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860, a escolha do presidente é feita pelo Governo Imperial d'entre os directores eleitos pela assembléa geral. Revogada que seja essa disposição o presidente será eleito pela mesma assembléa geral, separadamente dos outros directores.

O vice-presidente, o secretario e o thesoureiro serão escolhidos pelos proprios directores entre si, em acto continuo á sua posse.

Art. 18. Na falta do presidente e vice-presidente servirá o secretario; e no impedimento temporario deste e do thesoureiro, farão suas vezes os adjuntos que o presidente designar.

Poderão ser chamados para servir na directoria, em falta de algum dos seus membros, os mais votados do conselho, sendo este completado pelos immediatos em votos na eleição.

Art. 19. Compete á directoria do Montepio geral:

1.º A administração de tudo quanto respeita a este estabelecimento, de conformidade com os presentes estatutos.

2.º A organização do regimento interno para a conveniente execução dos mesmos estatutos, fixando os dias de suas reuniões, a marcha do expediente, as incumbencias de cada um de seus membros e do conselho, as funcções da commissão medica, o processo da admissão de instituidores, e a nomeação, vencimentos e deveres dos empregados que julgar necessarios. Este regimento será discutido em sessão conjuncta da directoria e conselho, e só terá execução depois de approved pela assembléa geral.

3.º Resolver todos os negocios que forem sujeitos á sua decisão, para o que é necessario que esteja presente a maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas á pluralidade de votos (salvo quando se tratar da admissão de instituidores, que será votada por escrutinio secreto e pelo modo marcado no regimento interno); o mesma se praticará nas sessões em que se reunir o conselho.

4.º Convocar annualmente a assembléa geral ordinaria, para apresentar-lhe o relatorio e balanço do anno findo; e extraordinariamente, depois de ouvido o conselho, quando o julgar conveniente, ou se lh'o requererem mais de 10 instituidores.

5.º Apresentar á assembléa geral com o relatório e balanço de que trata o parágrafo antecedente as considerações e propostas reclamadas pelos melhoramentos e prosperidade do estabelecimento.

6.º Demandar e ser demandada, para o que lhe são conferidos plenos e illimitados poderes.

7.º Ouvir o conselho todas as vezes que se tratar de assumpto grave sobre que convenha consultal-o, e sempre que o julgar conveniente.

Art. 20. Ao conselho cumpre especialmente proceder, ao menos uma vez em cada trimestre, ao exame do cofre, respectiva escripturação e balanços; devendo tomar a conta da receita e despesa desse periodo, do que se lavrará o competente termo. No caso de que qualquer de seus membros encontre falta sobre que se deva providenciar pedirá ao presidente da directoria uma sessão desta com o conselho, a fim de se resolver á respeito.

CAPITULO VI.

DISPOSIÇÕES GERAES.

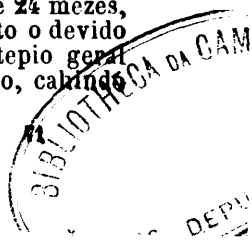
Art. 21. Os instituidores de pensões menores de um conto e seiscentos mil réis poderão eleva-las até esta quantia, observando-se as disposições do art. 4.º

E' lhes igualmente permittido remil-as em qualquer tempo, sendo considerados para o respectivo calculo como se as fundassem nessa occasião.

Art. 22. O instituidor que não pagar a annuidade na época propria (§ 3.º do art. 5.º) incorrerá nas seguintes multas: de 20 % sobre a dita annuidade se a pagar dentro de 6 mezes, a contar do dia em que se considera ella vencida; de 40 % se o fizer depois de 6 até 12 mezes a contar de igual dia; de 70 % sobre as duas annuidades, pagando-as depois do dia em que se considera vencida a segunda annuidade até 18 mezes do vencimento da primeira; e de 100 %, tambem sobre ambas, se o pagamento tiver lugar depois de 18 até 24 mezes do referido vencimento.

§ unico. Passado o mencionado prazo de 24 mezes, sem que o respectivo instituidor tenha feito o devido pagamento, reverterão em beneficio do Montepio geral as entradas realizadas por conta da pensão, caindo esta em commisso.

PARTÉ II.



O mesmo succederá se o instituidor fallecer dentro do referido prazo, sem haver pago a annuidade ou annuidades em atrazo, e respectivas multas; salva unicamente a disposição do artigo seguinte e seus paragraphos.

Art. 23. Fallecendo o instituidor sem haver pago a ultima annuidade devida na fórma do § 3.º do art. 5.º, mas tendo já contribuido com tantas annuidades quantas teria adiantado se fosse remido, poderá a directoria, ouvido o conselho, se o atrazo não exceder de 6 mezes contados do vencimento da annuidade, e se julgar justas e provadas as causas que obstarão o pagamento della, ordenar que o instituido pensionista entre no gozo da referida pensão, satisfazendo a annuidade em divida com a multa de 20 %.

§ 1.º Não se achando, porém o instituidor fallecido nas condições contributivas acima; mas dando-se o mesmo caso do não pagamento da sobredita ultima annuidade, o respectivo instituido, dada igual justificação e satisfazendo a annuidade em divida com a multa já declarada, poderá ter o gozo da metade da pensão estabelecida, se as annuidades pagas pelo instituidor attingirem os 2/3 da base supra.

§ 2.º Estando o instituidor fallecido abaixo do limite do paragrapho antecedente, mas nas mesmas attendiveis circumstancias, o seu instituido só poderá ter o gozo de uma pensão igual ao juro de 6 % das quantias com que o instituidor tiver entrado para os cofres do Montepio geral (joia e annuidades), paga a annuidade em divida com a multa acima indicada.

Art. 24. No caso de morte do instituido antes da do instituidor, reverterão em beneficio do Montepio geral todas as quantias com que tiver contribuido o mesmo instituidor.

• Esta disposição não prejudica o instituidor de que trata o art. 6.º, no direito á pensão estabelecida, logo que complete a sua vida média.

Art. 25. Se o instituidor de que trata o paragrapho unico do art. 3.º fallecer antes de completar os annos de sua vida média, reverterão igualmente em beneficio do Montepio geral todas as quantias com que houver elle contribuido.

Art. 26. O individuo que não estiver em boas condições de saude, não será admittido a inscrever-se no montepio geral como instituidor; nem se lhe permittirá a elevação de qualquer pensão que já tenha estabelecido. Para ambos os casos é necessario prévio exame

TABELLA N. 1.

Porcentagem com que se deve entrar de joia para se estabelecer a pensão—100.

IDADE DO INSTITUIDOR.	IDADE DO PENSIONISTA.																			
	1	7	10	13	16	19	22	25	28	31	34	37	40	43	46	49	52	55	58	61
ANOS.	25	28	31	34	37	40	43	46	49	52	55	58	61	64	67	70	73			
25	50	60	53	46	42	38	28													
28	64	75	68	60	51	47	42	32												
31	72	83	76	68	60	55	50	39	34											
34	90	100	94	86	77	68	62	50	51	43										
37	99	110	103	96	87	77	71	66	54	48	40									
40	122	134	126	118	109	99	94	81	73	68	61	54								
43	148	159	152	143	134	124	118	106	100	93	78	70	62							
46	177	189	181	174	164	153	147	135	121	114	99	89	80	70						
49	193	207	199	190	182	170	165	152	138	131	123	114	95	86	63					
52	235	247	240	231	220	209	201	190	176	168	151	142	132	122	111	99				
55	281	294	285	276	266	254	249	237	226	212	193	184	164	153	141	128	113			
58	307	320	311	302	292	280	273	260	245	236	218	208	187	176	163	151	124	108		
61	370	384	374	363	354	342	335	320	304	296	276	266	244	220	206	192	161	127	109	
64	409	423	413	403	392	379	378	357	342	333	312	302	279	253	225	209	193	175	138	118
67	491	506	496	485	473	460	453	437	419	410	390	378	354	327	297	281	263	226	206	185
70	544	560	549	539	526	512	501	488	470	460	440	427	402	374	359	342	326	308	289	248
73	668	685	674	662	649	634	625	608	588	578	554	541	511	483	450	432	413	392	371	324
76	746	764	752	739	726	710	701	682	662	650	626	612	587	553	518	498	478	453	440	388

Para determinação da joia tomão-se na tabella as idades que ali se achão marcadas immediatamente superiores ás que completarão os instituidores e os instituidos. Por exemplo: o instituidor de 31 annos e 7 mezes, e instituido de 6 annos e 9 mezes, têm de entrar com a joia 100, correspondente ás idades 34 e 7 annos. Quando a idade do instituido fór maior do que a do instituidor, supôr-se-ha a idade daquelle tres annos menor que a deste. Por ex: instituidor de 48 annos e instituido de 60, toma-se a joia 65, correspondente ás idades 49 e 46, representando esta a do instituido. Quando, porém, por ser a idade do instituido igual, ou quasi igual á do instituidor, estiver em branco na tabella correspondente casa da joia, toma-se a joia immediatamente anterior. Por ex: instituidor de 24 annos e instituido de 24 (ou 23 ou 22), toma-se a joia 28 immediatamente anterior na tabella.

Quando o instituido fór o mesmo instituidor da pensão, toma-se como idade do instituidor a que elle arbitrar, e do instituido a proximamente inferior á que tiver. Por ex: instituidor que arbitrou a idade de 70 annos, tendo a do instituido de 38, entra com a joia 42, correspondente a 70 e 37 annos.

Decr. n. 4617.

DEPUTADO

(além da joia da tabella p. 1).

SERIE NECROLOGICA.

ANNOS DE IDADE.	ANNOS DE VIDA MÉDIA.	ANNOS PORQUE SE DEVE PAGAR AS ANNUIDADES AVANÇADAS.
1	41	
7	44	
10	42	
13	40	
16	38	
19	36	
22	33	
25	33	16,6
28	31	13,6
31	30	13,4
34	28	14,9
37	27	14,7
40	25	14,2
43	23	13,6
46	21	13,0
49	20	12,6
52	18	11,9
55	16	11,1
58	15	10,6
61	13	9,6
64	12	9,1
67	10	8,0
70	9	7,4
73	7	6,0
76	6	5,3

FORMULA.

A formula para calcular a tabella de um montepio em que a annuidade seja paga adiantada é a seguinte :

$$1.^a \quad (1+r)^n x + (1+r) \frac{(1+r)^n - 1}{r} y = \frac{(1+r)^{n'} - 1}{n' - n} p \dots (1)$$

E a que lhe corresponde para calcular o numero de annuidades que cumpre addicionar á joia, a fim de remir a pensão, é :

$$2.^a \quad m = (1+r) \frac{(1+r)^n - 1}{r (1+r)} = \frac{(1+r)^n - 1}{n - 1} \dots (2)$$

Sendo (x) a joia.

» (y) a annuidade.

» (p) a pensão.

» (r) o juro da annuidade monetaria.

» (n) o numero de annos de vida média do instituidor.

» (n') o numero de annos de vida média do instituido pensionista.

» (m) o numero de annuidades que cumpre addicionar á joia para remir a pensão.

Applicando á formula (1) o que dispõe o § 3.º do art. 3.º dos estatutos do montepio geral, e suppondo que a pensão é do valor cem, temos $y = \frac{x}{10}$, e $p=100$; e substituindo na mencionada formula por (y) e (p) os seus valores, ter-se-ha :

$$3.^a \quad (1 + (1+r)^n + \frac{(1+r)^n - 1}{r} - 1) x = 1000 \frac{(1+r)^{n'} - 1}{n' - n} (3)$$

Por esta formula calculei a tabella (A) que tenho a honra de offerecer aos dignos collegas directores e conselheiros do montepio geral.

José Gonçalves Victoria.

de sanidade, dispensado sómente para os instituidores a que se refere o paragrapho unico do art. 3.º

Art. 27. O instituido pensionista que fór convencido pelos tribunaes de haver concorrido, como autor ou complice, para a morte de seu instituidor, perderá, *ipso facto*, o direito á pensão que este tiver fundado em seu favor, revertendo para o Montepio todas as quantias entradas por conta da pensão.

Art. 28. Se por qualquer eventualidade acontecer que os juros das apolices e mais rendimentos do Montepio geral não bastem para fazer face ao pagamento das pensões effectivas, a directoria convocará sem demora a assemblêa geral dos instituidores, a fim de que esta, informada do facto, resolva qual o procedimento que se deverá ter em semelhantes circumstancias.

Art. 29. Quando pela elevação do preço das apolices os fundos do Montepio geral renderem um juro menor de 6 % ao anno, a directoria, ouvindo o conselho, poderá, se o entender conveniente, reformar as tabellas n.ºs 1 e 2 (segundo as formulas n.ºs 2 e 3 que as acompanhão), calculando o seu juro de modo que guarde sempre uma differença de 1/2 % em favor do que produzirem os referidos fundos.

Deste acto deverá a directoria dar conta á assemblêa geral em sua primeira reunião.

Art. 30. Ficão revogadas todas as disposições em contrario, que vigoravão até a data da approvação dos presentes estatutos.

Rio de Janeiro, 4 de Março de 1870.—A. N. Tolentino, presidente.—*Jeronymo José Teixeira Junior*, vice-presidente.—*Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro*, secretario.—*Thomaz Joaquim da Silva*, thesoureiro.—*Manoel Antonio Airoza*, adjunto.

DECRETO N. 4618 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede augmento de capital á companhia da dóca da Alfandega do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me representou a directoria da companhia da dóca da Alfandega do Rio de Janeiro na proposta abaixo transcripta, e vistas as disposições do Decreto n.º 4438 de 4 de Dezembro de 1869, Hei por bem Conceder á mesma companhia o augmento de quinhentos contos de réis de seu capital para fazer e concluir as obras mencionadas na referida proposta, obrigando-se a companhia a alterar o seu regulamento de conformidade com as regras estabelecidas nas instrucções juntas do Ministerio da Fazenda.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

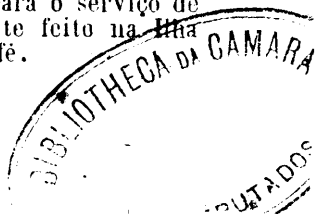
PROPOSTA.

Os directores da companhia da dóca da Alfandega do Rio de Janeiro, competentemente autorizados pela decisão da assembléa geral dos accionistas em sessão do 1.º de Outubro de 1870, propõem ao Governo Imperial:

1.º Ceder para o serviço do Ministerio da Marinha o trapiche da Ilha das Cobras.

2.º Receber os armazens da Ilha das Enchadas, que são desnecessarios áquelle Ministerio e com elles fazer os serviços de navios arribados e de entrepostos, e o de embarque, desembarque e armazenagem de carvão de pedra.

3.º Alugar um ou mais trapiches para o serviço de armazenagem dos vinhos, actualmente feito na Ilha das Cobras, e para o embarque do café.



4.º Augmentar o seu fundo capital de 500:000\$000 pela emissão de mais 2.500 acções de 200\$000 cada uma, devendo o novo capital gozar das mesmas vantagens do capital primitivo, de conformidade com as condições do Decreto n.º 4438 de 4 de Dezembro de 1869.

5.º Empregar esses 500:000\$000, provenientes da nova emissão, na conclusão do armazem grande do pavilhão da guardamoria, dos armazens n.ºs 4 e 9 e na restauração da sala do expediente da Alfandega.

Sala da directoria, 1.º de Outubro de 1870.—Os directores.—*José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.*—*Barão de S. Francisco Filho.*—*Jeronymo José de Mesquita.*—*Conde de S. Mamede.*—*Mariano Procopio Ferreira Lage.*

Instrucções a que se refere o Decreto n.º 4618 desta data.

1.ª As taxas da armazenagem serão revistas e mitigadas de accôrdo com o Ministro de Fazenda, tomando-se tambem por base dos calculos de sua arrecadação, a qualidade das mercadorias.

Todavia, as reduções das referidas taxas deverão ser calculadas de modo que a receita média provavel da companhia não seja inferior a 10 %.

2.ª As taxas cobradas pela companhia sobre cada mercadoria em nenhum caso deverão exceder de 10 % dos direitos cobrados pela Alfandega, e de 25 % do valor daquellas que forem isentas dos direitos.

3.ª A sahida das mercadorias se fará nas portas da Alfandega na ordem da numeração dos pedidos, não podendo ser esta alterada sob pretexto algum; nem receberá a companhia taxas especiaes para dar preferencia á sahida de umas com preterição de outras durante as horas do expediente da Alfandega.

4.ª Nos trapiches particulares arrendados pela companhia não poderão ser armazenados senão os gêneros da tabella 7 do regulamento de 19 de Setembro de 1860, salvas as excepções expressamente autorizadas pelo Inspector da Alfandega.

5.ª Nos casos de demora das mercadorias nas portas em consequencia de differenças achadas nos despachos pelos Conferentes da Alfandega, qualquer que seja a sua decisão final, a parte não será obrigada a pagamento de armazenagem proveniente dessa demora.

A mesma isenção terá lugar em todos os casos em que a demora provier da Alfandega.

6.^a As taxas que a companhia tiver de cobrar pelos avisos de avaria e de abertura dos volumes em acto de conferencias serão revistas e reduzidas de accôrdo com o Ministerio da Fazenda.

7.^a A imposição de multa no caso do art. 46 do regulamento da companhia ficará dependente da apreciação do Conferente da porta e autorização do Inspector da Alfandega.

8.^a Os volumes já conferidos nas portas e sobre os quaes houver contestações ou duvidas serão recolhidos no fim de tres dias a um armazem especial, d'onde não poderão sair sem ordem do Inspector da Alfandega.

9.^a O pessoal da companhia e respectivos vencimentos serão reduzidos de conformidade com a tabella que a companhia organizará, de accôrdo com o Ministerio da Fazenda.

10. A companhia deverá apresentar, mensalmente, ao Inspector da Alfandega um balancete detalhado da importância de cada uma de suas verbas de receita, e as que forem relativas ás despesas do custeio.

Outrosim, submeterá á aprovação do Ministro da Fazenda, por intermedio da Inspectoria da Alfandega, nos mesmos periodos, a relação das despesas feitas com o pessoal e com o material das obras internas e hydraulicas, a fim de que o mesmo Ministerio possa resolver sobre a conveniencia de reduzir o seu custo.

11. Os Conferentes da Alfandega nas portas serão os unicos competentes para dar sahida ás amostras depois de examinadas.

12. As portas da Alfandega destinadas á sahida das mercadorias só se poderão abrir na presença do respectivo Conferente.

13. O Inspector designará a porta por onde deverão sair os empregados da companhia.

14. Nenhum volume de mercadorias se deverá abrir para verificação de avaria, ou para qualquer outro fim, sem que se ache presente um Conferente da Alfandega autorizado pelo Inspector.

15. Os trabalhadores das portas deverão ser da escolha e confiança destes Conferentes.

16. A companhia só poderá alugar mais dous trapiches além dos que actualmente possui.

Se, porém, o desenvolvimento de suas operações tornar necessario o aluguel de mais trapiches, pedirá a companhia para isso autorização ao Ministerio da Fazenda. — *Francisco de Salles Torres Homem.*

DECRETO N. 4619 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1870.

Regula o modo pratico de organizar-se o quadro para o preenchimento das vagas existentes no exercito, e as escalas de promoção.

Convindo regular o modo pratico de organizar o quadro das vagas existentes no exercito, e as relações por antiguidade, merecimento e estudos dos officiaes em circumstancias de serem promovidos, de que trata o § 6.º do art. 50 do regulamento approved pelo Decreto n.º 4156 de 17 de Abril de 1868: Hei por bem, para melhor execução do dito artigo, Decretar o seguinte:

Art. 1.º Para organização do quadro das vagas e das escalas de promoção, de que trata o § 6.º do art. 50 do regulamento approved pelo Decreto n.º 4156 de 17 de Abril de 1868, o Governo nomeará, em cada anno, uma comissão composta de tres officiaes generaes, sendo presidente o mais graduado, a qual será incumbida de organizar, á vista das relações de conducta, livros de registro e mais documentos, que serão fornecidos pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e pela repartição de Ajudante-general, tres relações dos officiaes do exercito, desde Alferes até Coronel, exclusive, que estejam no caso de ser promovidos segundo as disposições do Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1851: uma destas relações comprehenderá os officiaes a quem tocar o accesso por antiguidade, a outra aquelles que devão ser promovidos por estudos, e, finalmente, a ultima aquelles, que tenham de ser considerados dignos de entrar em proposta por merecimento em grão superior ao de seus camaradas mais antigos. A mesma comissão requisitará os esclarecimentos que julgar necesarios a bem da justa distribuição dos postos militares, e indicará aquelles officiaes que devão ser excluidos da 1.ª classe do exercito segundo as disposições do Decreto n.º 260 do 1.º de Dezembro de 1841. Organizará outrossim as relações mencionadas nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 9.º do Decreto n.º 1950 de 29 de Julho de 1857, art. 6.º da Lei n.º 1042 de 14 de Setembro de 1859, Avisos de 26 e 29 do dito mez e anno, e § 9.º do art. 12 da Lei n.º 1114 de 27 de Setembro de 1860.

Art. 2.º Para o preenchimento das vagas nas diferentes classes dos officiaes superiores, proceder-se-ha pela fórma determinada nos arts. 4.º, 5.º e 6.º do citado Decreto n.º 1950 de 29 de Julho de 1857.

Art. 3.º Os officiaes generaes nomeados pelo Governo para formarem a commissão, de que trata o art. 1.º, perceberão a gratificação mensal de 200\$ desde a data da nomeação.

Art. 4.º A referida commissão terá sob suas ordens, para a coadjuvar em seus trabalhos, um secretario, que será official superior, e os escripturarios que forem precisos, tirados das classes dos officiaes do exercito, quér effectivos, quér reformados, percebendo todos as vantagens de estado-maior de 1.ª classe.

João Frederico Caldwell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Frederico Caldwell.

DECRETO N. 4620 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza transportes de creditos na importancia de 53:500\$000 para despesas da Camara Municipal da Côte no exercicio de 1870.

Attendendo ao que representou a Illma. Camara Municipal: Hei por bem, na conformidade do art. 42 do Decreto n.º 4309 de 31 de Dezembro de 1868, Autorizar no exercicio de 1870 os seguintes transportes de creditos na importancia de 53:500\$000 ;

Da consignação marcada no § 8.º—Differentes obras—para « plantio, melhoramento e conservação de praças » a quantia de.....

Da do § 12—Restituições e reposições—a de

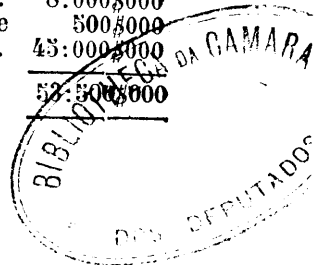
Dos saldos do actual exercicio a de.....

8:000\$000

500\$000

45:000\$000

53:500\$000



Para applicar-se :

A despesas do § 43 — Impressões de actas, balanços, orçamentos, etc. — a quantia de..... 3:500\$000

A's do § 8.º—Differentes obras — :

Sendo :

Para « cões e muralhas »..... 3:000\$

Para « calçamentos »..... 45:000\$

48:000\$000

A's do § 47—Eventuaes —.....

2:000\$000

53:500\$000

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4621 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede privilegio a Emilio Salvador Ascagne para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira.

Attendendo ao que Me requereu Emilio Salvador Ascagne e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por cinco annos para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira, fabricados segundo o processo especial adoptado na amostra que juntou á sua petição, datada de 23 de Julho do presente anno, continuando, porém, livre a importação e venda de iguaes productos preparados fóra do Imperio, e ficando esta concessão dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4622—DE 4 DE NOVEMBRO DE 1870.

Eleva o prazo do privilegio concedido a Florencio Monteiro Peixoto para usar da machina, de sua invenção, destinada á sécca do café e do assucar.

Attendendo ao que Me requereu Florencio Monteiro Peixoto, Hei por bem elevar a 10 annos o prazo do privilegio que lhe foi concedido pelo Decreto n.º 4555 de 30 de Julho do corrente anno, para usar da machina de sua invenção, destinada á sécca do café e do assucar.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4623 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1870.

Modifica algumas das disposições dos Decretos n.ºs 4430 e 4431 de 30 de Outubro de 1869.

Hei por bem que os Decretos n.ºs 4430 e 4431 de 30 de Outubro de 1869 se observem com as seguintes modificações:

Art. 1.º As mesas de exames preparatorios, de que trata o art. 8.º do Decreto n.º 4430, se comporão do Presidente e de dous examinadores, sendo aquelle nomeado pelo Governo, e estes pelo Inspector Geral da Instrucção Publica.

Art. 2.º Nas Faculdades de Direito de S. Paulo e do Recife e na de Medicina da Bahia servirão como examinadores o lente da cadeira e seu substituto, e, na falta de qualquer delles, quem o Director designar.

O Presidente da mesa será sempre um dos lentes da Faculdade, nomeado pelo Director.

Art. 3.º Os membros das mesas formarão a commissão julgadora das provas, nos termos dos arts. 18 e 19 do citado Decreto n.º 4430.

Art. 4.º Nos exames de sciencias haverá uma mesa para cada materia ; e, sempre que fór possível, todas ellas se reunirão no dia 1.º de Fevereiro. Se motivo imperioso obstar a que alguma ou algumas se reunão nesse dia, será isso communicado ao Governo.

Art. 5.º O Presidente das mesas exercerá tambem as funcções, que, pelo Decreto n.º 4430, competem ao Commissario do Governo.

Art. 6.º No julgamento da prova escripta, sendo este favoravel, dir-se-ha : — Habilitado para a prova oral por unanimidade ou maioria de votos.

Art. 7.º A qualificação da approvação será dada, depois da prova oral, do seguinte modo:

1.º Será approvado plenamente o examinando que, obtendo unanimidade de votos na prova oral, merecer igual unanimidade em segundo escrutinio, a que immediatamente se procederá.

2.º Será approvado com distincção o que, além de approvado plenamente e habilitado para a prova oral por unanimidade, alcançar todos os votos em novo escrutinio.

3.º Nos demais casos de julgamento favoravel, a nota será sómente—Approvado.

Art. 8.º Para os exames de linguas, com excepção da nacional, o Inspector geral fornecerá os livros, de que devem ser transcriptos os trechos que têm de ser ver-tidos.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4624 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1870.

Crêa mais dez cadeiras de instrução primaria no municipio da Côte.

Hei por bem crear mais dez cadeiras publicas de instrução primaria no municipio da Côte, sendo: tres para o sexo masculino nas freguezias de Santa Anna, Engenho Velho, e Nossa Senhora da Gloria, e sete para o sexo feminino nas ditas freguezias e nas de Santa Rita, Inhauma e Irajá, e no curato de Santa Cruz.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4625 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1870.

Approva os estatutos da Associação Dramatica Particular — Gil Vicente.

Attendendo ao que representou a Directoria da Associação Dramatica Particular — Gil Vicente —, estabelecida nesta Córte, e de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 16 de Março do corrente anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em consulta de 10 de Fevereiro do mesmo anno; Hei por bém Approvar os seus estatutos, divididos em sete capitulos e quarenta e um artigos; ficando as alterações que nos mesmos estatutos, se fizerem sujeitas á approvação do Governo Imperial, e devendo passar-se carta que servirá de titulo.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Consêlho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

**Projecto de estatutos da Associação Dramatica
Particular — Gil Vicente.**

PREAMBULO.

Com o nobre e duplo fim de reunir o util ao agradável, fundou-se nesta Córte uma sociedade humanitaria e recreativa, cuja denominação e fins constão do projecto de estatutos que este precede. A nobre idéa que presidiu á sua fundação, mesmo recreando, foi o allivio da humanidade afflicta, por meio da beneficencia que conduz á caridade tão recommendada pelo Evangelho. Só porém, á geração actual tem cabido desenvolvê-la a

uma altura a que as gerações passadas não attingirão, ou por não a terem comprehendido, ou porque não quizerão ou não puderão.

E' pois, de presumir que os individuos que a ella quizerem associar-se, sejam dotados daquella sublime virtude—A caridade—, que, bém comprehendida e des-empenhada, eleva o homem á altura do seu Creador, e o torna a sua imagem na terra.

CAPITULO I.

DA DENOMINAÇÃO E FINS DA ASSOCIAÇÃO.

Art. 1.º A sociedade denomina-se *Associação dramatica particular—Gil Vicente—*, e será composta de individuos residentes nesta Córte, de reconhecida moralidade e profissão honesta e decente.

Paragrapho unico. E' o seu principal fim : concorrer por meios pecuniarios e artisticos para o seu proprio engrandecimento e para beneficiar todas as associações de beneficencia do Imperio, e com especialidade as desta Córte.

Neste intuito dará ella quatro espectaculos dramaticos annuaes, sendo um em beneficio da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, outro em beneficio do Asylo de Invalidos da Patria e dous em beneficio de seus cofres ; bem assim os mais espectaculos possiveis em beneficio de associações de beneficencia, que mais convenientes forem julgados em assembléa geral.

CAPITULO II.

DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO EM GERAL E DA ADMISSÃO DE SOCIOS.

Art. 2.º Compôr-se-ha a Associação de duas classes de socios ; dos artistas, ou scenicos e dos contribuintes. A primeira envidará todos os seus esforços e trabalhos artisticos para abrilhantar a Associação no desempenho das composições dramaticas que tiverem de ser levadas á scena ; a segunda concorrerá com meios pecuniarios

Para a eleição dos demais membros da Directoria, e do Conselho se convocará a assembléa geral dos socios por meio de annuncios ou officios, marcando-se dia, hora e lugar.

Para se proceder á eleição é necessaria pelo menos a presença de dous terços dos socios inscriptos, o que o Presidente fará verificar. Se porém no dia marcado não comparecerem socios no numero exigido, o Presidente convocará de novo a assembléa, e nesta segunda reunião se procederá á eleição com os socios que estiverem presentes.

Os membros da Directoria serão eleitos por maioria absoluta de votos; os do Conselho poderão ser eleitos por maioria relativa.

Art. 15. Todo socio contribuinte pôde votar e ser votado para os cargos da Directoria e para o Conselho; e todo socio scenico pôde votar e ser votado para o cargo de Director de scena.

Paragrapho unico. Não pôde deliberar em assembléa de eleições o socio que não estiver quite com a Associação. Para se verificar isto, se procederá, pelo Secretario, á chamada nominal dos socios inscriptos; e, á medida que os presentes forem respondendo á chamada, o Thesoureiro declarará se estão ou não quites com os cofres da Associação. Todo este processo constará da respectiva acta.

Art. 16. Compete á Directoria o andamento de tudo quanto fór concernente á Associação; velar pelo fiel cumprimento destes estatutos, e quaesquer regulamentos que se estabelecerem; escolher o ensaiador, e as actrizes que se tornem necessarias para o bom andamento dos espectaculos; distribuir os remanescentes das recitas segundo a decisão da assembléa geral; convocar esta de tres em tres mezes, além das occasiões em que o interesse da Associação o exigir; e apresentar, no fim de cada anno social, um relatorio de sua administração.

Paragrapho unico. Nos dias de espectaculo é obrigada a Directoria a dar a cada socio scenico uma entrada especial para a platéa, e a conservar para si um ou dous camarotes convenientemente arrançados, tudo á custa dos cofres sociaes.

Art. 17. Os membros da Directoria e Conselho são obrigados a comparecer ás sessões. O que sem causa justificada fór remisso no cumprimento deste dever, será dispensado pela primeira e segunda vez; na terceira

porém será multado em 5\$000, devendo sempre ter em vista os fins da Associação.

Art. 18. Compete ao Presidente: presidir ás sessões; ordenar e dirigir as discussões; conceder a palavra; negal-a quando a boa ordem o exigir; manter e fazer manter a ordem e decencia nas discussões.

Paragrapho unico. Tambem lhe compete rubricar todos os papeis, livros e contas da Associação; e nas eleições terá o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 19. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em todos os seus impedimentos.

Art. 20. São obrigações do Thesoureiro: receber ou cobrar as joias, as multas e remanentes dos espectaculos, bem como todos os utensilios que sejão de propriedade da Associação; ter sob sua responsabilidade todos estes objectos; receber e pagar todas as quantias pertencentes á Associação, para o que passará e fará passar os competentes recibos; apresentar um balancete da recita (para o que terá um livro especial) 30 dias depois de cada espectaculo, e uma relação de todos os socios em atrazo para com os cofres; finalmente recolher a juro em um banco ou casa bancaria os dinheiros que receber; conservando sómente em seu poder até a quantia de duzentos mil réis para as despesas correntes.

Não fará porém pagamento algum sem um documento, ou conta, rubricado pelo Presidente.

Art. 21. São obrigações do 1.º Secretario: organizar toda a escripturação da Associação, á excepção do livro de receita e despeza, para o que terá livros especiaes, tendo tudo em boa ordem e guarda e debaixo de sua responsabilidade; bem como substituir o Presidente e Vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 22. Compete ao 2.º Secretario substituir o 1.º em todos os seus impedimentos, com excepção de presidir ás reuniões; e é obrigado a tirar as partes dos dramas que tiverem de subir á scena.

Art. 23. São obrigações do Procurador: proceder á cobrança do activo e pagamento do passivo, debaixo da responsabilidade do Thesoureiro, e tudo o mais que fór concernente á Associação, e para que pela Administração fór autorizado, sendo suas faltas suppridas pelo 2.º Procurador.

Art. 24. O Conselho tem as seguintes attribuições: eleger d'entre si um Presidente, que será o seu representante nato para com a Directoria, e que coadjuvará esta em tudo que fór em beneficio da Associação, e estiver ao seu alcance, tomando parte com ella em todas

as reuniões, sob pena do art. 17. A pedido da Directoria tambem o Conselho se poderá reunir, para com suas luzes a auxiliar naquillo que fôr submettido á sua consideração.

Art. 25. Compete ao Director scenico: submeter á approvação da Directoria as composições dramaticas que tiverem de subir á scena, sempre de accôrdo com o respectivo ensaiador é a Directoria, bem como a distribuição dos papeis; estabelecer uma regra fixa para os ensaios, designando dias, horas e lugares para os mesmos; manter e concorrer para que se mantenha a melhor ordem, subordinação e decencia; applicar as multas aos infractores, avisando disso por escripto ao Thesoureiro, para a cobrança devida; e finalmente dar parte á Directoria de toda e qualquer occorrença que possa influir para o bom andamento e brilhantismo da Associação. .

CAPITULO VII.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 26. Cumpre a todos os socios em geral ter a mais escrupulosa escolhá para admissão de novos socios, e com muita especialidade a distribuição dos convites, a fim de ser mantida a decencia e esplendor da Associação.

Art. 27. Sob pretexto algum nenhum socio poderá esquivar-se a occupar o cargo para que fôr eleito, á excepção do corpo scenico, sob pena de pagar uma multa de dez mil réis e ser eliminado, salvo o caso de força maior provado perante a Directoria.

Art. 28. Os socios em geral poderão ser reeleitos nos cargos que occuparem; mas não serão obrigados a exercel-os por mais de tres eleições successivas, ou outros quaesquer por mais de tres Directorias.

Art. 29. Os socios em geral devem uns aos outros reciproca troca de civilidade e mutua affeição: os que promoverem a desintelligencia na Associação incorrem nas penas do art. 27.

Art. 30. São inteiramente prohibidos, quér nos espectaculos, quér nas reuniões da Sociedadade, quér nos ensaios, as questões ou discussões politicas, por serem inteiramente estranhas aos fins da Associação. Aos infractores serão applicadas as disposições do art. 27.

Art. 31. As multas impostas serão cobradas no fim de oito dias e o seu producto recolhido aos cofres da Associação.

Art. 32. Para que os cofres da Associação possam occorrer ás despesas da mesma, os socios contribuintes e scenicos pagarão no acto da sua entrada a joia de cinco mil réis e mil réis pelo seu diploma, quando os houver.

Art. 33. Todo o socio contribuinte que propuzer até quinze socios, que sejam admittidos e que permaneçam na Associação pelo menos seis mezes, fica obrigado sómente á quotização de um bilhete de platêa.

Art. 34. A Directoria fica autorizada para, em nome da Associação, conferir diplomas de benemeritos aos socios e a quaesquer pessoas que prestem relevantes serviços á Associação.

Art. 35. A Associação soccorrerá, conforme o estado de seus cofres, a todo socio que tenha sido pontual e assiduo no cumprimento de seus deveres e obrigações, e venha a ficar impossibilitado por molestia ou qualquer accidente imprevisto. Tambem é extensivo este soccorro aos socios que por motivos provados tenham de retirar-se da Córte ou do Imperio. Em qualquer destes casos, provada a sua impossibilidade e estando quites com os cofres, promoverá a Associação um espectáculo em seu beneficio.

Art. 36. A Associação, no mez de Dezembro de cada anno, e consultando sempre as forças de seus cofres, dará entrada a um ou mais socios na Sociedade Portugueza de Beneficencia desta Córte, ou em qualquer das Ordens Terceiras que tenham hospital.

Para este fim proceder-se-ha a um sorteio entre todos os socios que se acharem quites: e no caso em que não precisem dos soccorros dos cofres aquelles a quem tocarem por sorte, reverterá a importancia dos ditos soccorros em beneficio da propria Associação ou de qualquer instituição pia que a Associação escolher.

Art. 37. No caso de fallecimento de qualquer socio, a Associação lhe mandará celebrar a missa do setimo dia, sendo para este fim convidados pelos jornaes todos os socios.

Art. 38. Quando qualquer socio tiver a infelicidade de ser preso, não sendo por crime infamante, a Associação envidará os esforços ao seu alcance para obter a sua liberdade.

Art. 39. Nos dias e horas marcados nos jornaes para as sessões de assemblêa geral, serão impreterivelmen-

te abertas as mesmas com o numero de socios na conformidade do que dispõem estes estatutos.

Art. 40. Se por qualquer eventualidade ou dissensões insanáveis tiver de dissolver-se a Sociedade, o dinheiro que houver em cofre e o producto liquido de todos es seus utensilios vendidos em leilão publico, serão entregues em partes iguaes á Caixa de Soccorros de D. Pedro V. e ao Asylo de Invalidos da Patria.

Art. 41. Os presentes estatutos, depois de discutidos e approvados em assembléa geral, terão vigor como lei e base fundamental da Associação, obtidas as licenças ou vistos das autoridades competentes, bem como todas as deliberações que se tomarem como subsidarias delles, que constarem do livro das actas; e não poderão ser alterados ou ampliados senão em assembléa geral extraordinaria requerida por dous terços dos socios inscriptos.

Para mais sciencia e clareza das obrigações de cada um, serão assignados com ou sem restricções pelos socios presentes á sua approvação; e depois da impressos, será este original guardado nos archivos da Associação.

Qualquer alteração porém que se faça nestes estatutos, não poderá ter execução sem approvação do Governo Imperial.

Rio de Janeiro, em assembléa geral, aos 10 de Dezembro de 1869.—Seguem as assignaturas.

DECRETO N. 4626 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1870.

Approva os estatutos da Sociedade Protectora dos Artistas Dramaticos, estabelecida nesta Corte.

Attendendo ao que requereu a Directoria da Sociedade Protectora dos Artistas Dramaticos, estabelecida nesta Corte, e conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em consulta de 17 do mez proximo passado, Hei por bem Approvar os seus estatutos, divididos em dez capitulos e cincoenta e dous artigos, com a clausula de que no art. 25 se supprimão as palavras—garantido pelo Governo.

Qualquer alteração que se fizer nos mesmos estatutos só poderá ser posta em execução depois de obtida a approvação do Governo Imperial.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Estatutos da Sociedade Protectora dos Artistas Dramaticos.

CAPITULO 1.

DA SOCIEDADE E SEUS FINS.

Art. 1.º A Sociedade denominada Protectora dos Artistas Dramaticos compõe-se de illimitado numero de actores e actrizes e de empregados de certas categorias nos theatros, e tem por fim soccorrer seus associados, já procurando todos os meios possiveis para empregal-os quando desempregados, de preferencia : qualquer artista que a ella não pertencer, já soccorrendo-os quando enfermos e impossibilitados de trabalhar já valendo-lhes quando presos ; e em caso de fallecimento contribuir para seus funeraes, quando necessitem desso auxilio.

Art. 2.º Para ser admittido socio, exige-se, além da condição livre e do seu bom comportamento, estar no gozo de perfeita saude, no de plena liberdade, sem pronuncia nos tribunaes, e provar que tem exercido sempre a arte dramatica ou os empregos a que se refere o art. 1.º

CAPITULO II.

DA ADMISSÃO DE SOCIOS.

Art. 3.º Para serem admittidos socios ou socias, precederá proposta enviada ao 1.º Secretario, assignada pelos proponentes, contendo o nome, idade, estado e lugar de sua residencia, a fim de que a commissão possa syndicar.

Art. 4.º As propostas serão lidas em sessão da Directoria pelo 1.º Secretario e por elle enviadas depois de assignadas pelo Presidente, á commissão syndicante.

Art. 5.º As propostas logo que voltem com a competente informação, entrarão em discussão e serão approvadas pela maioria dos socios presentes em qualquer sessão ordinaria ou extraordinaria, exceptuando-se as reuniões comprehendidas nos arts. 28, 30 e 31. No caso de suscitar-se alguma duvida sobre a capacidade da pessoa proposta, será a votação feita por escrutinio secreto.

Art. 6.º Serão considerados :

§ 1.º Socio instituidor, o que institue a Sociedade.

§ 2.º Socios fundadores, aquelles ou aquellas que assistirem ás suas 1.ª e 2.ª reuniões, e os que officiarem neste sentido, no prazo de cinco dias, a contar da data do primeiro annuncio feito no *Jornal do Commercio*.

§ 3.º Socios effectivos, os que residindo na Côrte, só entrarem para a Sociedade depois do prazo concedido no § 2.º

§ 4.º Socios correspondentes, os que residirem fóra da Côrte.

Art. 7.º O socio instituidor, bem como os fundadores, pagarão a joia de 20\$000 e a mensalidade permanente de 1\$000.

Art. 8.º Os socios effectivos e correspondentes pagarão integralmente a joia seguinte: tendo de idade até 40 annos, 25\$000; de 40 a 50, 35\$000, e os maiores de 50 annos, 70\$000. Pagarão tambem 1\$000 de mensalidade permanente (ainda no caso de receberem beneficencia da Sociedade).

Quando, porém, qualquer socio quizer remir-se, pagará independentemente da joia de entrada, até 30

annos, 100\$: de 30 a 40, 110\$; de 40 até 50, 130\$, e de 50 para cima 180\$900.

Art. 9.º Todo o socio deverá munir-se do seu diploma, pelo qual fará um donativo, nunca menor de 1\$000, a fim de que possa gozar das prerogativas que lhe facultão estes estatutos.

CAPITULO III.

DOS DEVERES DOS SOCIOS.

Art. 10. E' dever dos socios, além dos que lhes prescrevem os arts. 7.º, 8.º e 9.º, o seguinte :

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos.

§ 2.º Ser pontual no pagamento de suas mensalidades, aceitar e exercer com zelo e dignidade todos os cargos ou comissões para que fór eleito ou nomeado, não podendo delles esquivar-se sem ser por motivo de molestia ou reeleição.

§ 3.º Concorrer com o seu valimento junto á empreza em que se achar contractado a fim de empregar os socios desempregados, sem que com isso se prejudique.

§ 4.º Comparecer ás sessões para que fór convocado em virtude de annuncios ou avisos.

CAPITULO IV.

DO DIREITO DOS SOCIOS.

Art. 11. Tem o direito de votar todo o socio ou socia de qualquer categoria, uma vez que fésida na Côte; só podem, porém, ser votados os socios do sexo masculino. Exceptuão-se:

1.º Os que estiverem percebendo beneficencia ou pensão.

2.º Os presos ou pronunciados.

Art. 12. Todo o socio tem o direito de representar por escripto á assembléa geral, quando esta se ache reunida ordinaria ou extraordinariamente, exceptuando os dias de posse.

Art. 13. Para não dar lugar a ociosas e repetidas convocações da mesma assembléa geral, jámais esta poderá ser convocada sem ser por meio de um officio runca assignado por menos de dez socios, e dirigido ao Presidente, declarando os signatarios os motivos da reunião.

CAPITULO V.

DAS PENAS EM GERAL.

Art. 14. Os associados que faltarem ao pagamento de suas mensalidades não terão direito ás beneficencias que lhes garantem estes estatutos. O socio ou socia, uma vez desligados da Sociedade, não poderão em tempo algum ser novamente admittidos, sem que sejão nessa occasião propostos, e no caso de serem aceitos, sujeitar-se-hão ao disposto no art. 8.º

Art. 15. Perdem o direito de socio ou socia e jámais poderão pertencer á Sociedade ou della reclamar cousa alguma :

§ 1.º Aquelles ou aquellas cuja desmoralisação fór provada em sessão da Directoria ou que pratiquem qualquer acto que comprometta a arte ou a Sociedade ; restando-lhes o recurso de appellação para a assembléa geral.

§ 2.º Os que ou as que directamente promoverem o descredito ou ruina da Sociedade, já afastando-lhes os socios por meio de diffamações e intrigas, já ridicularizando ou desmoralizando intencionalmente a Sociedade.

§ 3.º Os que forem condemnados em ultima instancia pelos crimes de falsificação, furto, roubo, morte (não sendo em defesa propria), incendio e estupro.

§ 4.º Os que extraviarem qualquer quantia ou objecto da Sociedade, ficando a esta o direito de o haver judicialmente.

Art. 16. O socio ou socia que se achando na Côte se deixar atrazar em mais de quatro mezes de suas mensalidades, se reputará ter renunciado ao direito de socio, mas se porventura quizer saldar seu debito, podel-o-ha fazer, se provar á administração que foi forçado por motivos plausiveis, não tendo direito á beneficencia senão dous mezes depois de se achar quite. Ficão tam-

bem comprehendidos neste artigo os socios que residirem ou estiverem temporariamente fóra da Côte.

Art. 17. Os socios ou socias que forem desligados da sociedade, ou della se retirarem espontaneamente, não poderão reclamar cousa alguma ou quantia com que para ella tenham entrado.

CAPITULO VI.

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL.

Art. 18. A Sociedade será administrada por uma Directoria composta de Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretarios, Thesoureiro e uma commissão de syndicancia.

Art. 19. O Presidente da Sociedade é o fiel observador e executor destes estatutos e cumpre-lhe :

§ 1.º Presidir a todas as sessões ordinarias e extraordinarias, ou assembléa geral.

§ 2.º Manter a boá ordem e suspender a sessão quando aquella fór alterada, fazendo retirar da sala o perturbador, para que a ordem se restabeleça, e no ultimo caso adiar a sessão.

§ 3.º Confeccionar e apresentar á assembléa geral um relatorio circunstanciado de todos os trabalhos do anno social, o qual será sujeito a uma commissão especial para isso eleita.

§ 4.º Apresentar, logo que se demitta ou seja demittido, um relatorio ao seu successor, a fim de que este possa formular o annual, que deverá ser completo, fazendo aquelle parte integrante deste.

§ 5.º Representar a Sociedade, conjunctamente com os membros da Mesa, em todos os actos para que ella fór convidada, sem que deixe, no caso de impossibilidade da Directoria, de nomear uma commissão para substituil-a naquelle acto.

§ 6.º Assignar com a Directoria os requerimentos e representações que tenha de dirigir ás autoridades, e requerer em juizo com a mesma por si ou por seus procuradorés bastantes.

§ 7.º Rubricar todos os livros da Sociedade depois de competentemente numerados e abertos por um termo do 1.º Secretario, e bem assim assignar todas as guias de pagamentos.

§ 8.º Officiar não só a qualquer dos medicos que se acharem á disposição da Sociedade, na Córte, a fim de que elle preste o soccorro exigido por qualquer dos nossos socios ou socias, como, tambem ordenar e fiscalisar sobre todos os casos de soccorros sociaes, de modo que não haja demora.

§ 9.º Despachar todos os requerimentos que não dependão da approvação da Mesa, ou da assembléa geral.

§ 10. Poderá como outro qualquer socio, o Presidente propôr medidas, projectos ou resoluções a bem da Sociedade, sendo como todas as outras, votadas e discutidas.

Art. 20. O Presidente poderá convocar a assembléa geral quando julgar conveniente, ou então no caso de ser ella exigida por um requerimento assignado por dez socios.

Art. 21. Ao Vice-Presidente, compete substituir o Presidente em todos os seus impedimentos, ainda mesmo que sejam momentaneos, excepto nos casos de demissão ou fallecimento em que vague a cadeira, que deverá ser preenchida por eleição, assumindo porém durante todo o tempo que o substituir, qualquer que elle seja, todas as attribuições e responsabilidade.

Art. 22. Ao 1.º Secretario compete:

§ 1.º Substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente, assumindo todas as suas attribuições e responsabilidades, nomeando quem substitua o 2.º Secretario que passará a 1.º

§ 2.º Annunciar pelos jornaes mais lidos, em nome do Presidente, ou por meio de avisos, os dias, hora e lugar das sessões.

§ 3.º Matricular os socios sem distincção de sexo pela ordem chronologica de suas entradas, que lhes serão fornecidas pelo Thesoureiro mensalmente.

§ 4.º Registrar o nome de todos os associados que tenham requerido beneficencia, declarando nelle a qualidade do beneficio, quando começou e terminou.

§ 5.º Registrar em um livro o nome dos associados que prescindirem da beneficencia, declarando nelle as quantias assim poupadas.

§ 6.º Proceder á leitura do expediente, responder a qualquer officio dirigido á Sociedade depois de ouvir o Presidente, e expedir officios, avisos, etc. etc. por intermedio do Agente do Thesoureiro.

Art. 23. Ao 2.º Secretario compete:

§ 1.º Redigir e proceder á leitura da acta e termos eleitoraes em todas as sessões, e registral-as no respectivo livro depois de approvadas.

§ 2.º Coadjuvar e substituir o 1.º Secretario em todas as suas attribuições.

Art. 24. O Thesoureiro deverá comparecer a todas as reuniões da Sociedade e compete-lhe:

§ 1.º Arrecadar e fazer arrecadar sob sua responsabilidade individual, tudo quanto seja bens da Sociedade, fazendo um inventario delles, sendo responsavel por tudo quanto receber e despende.

§ 2.º Apresentar á administração no fim de cada mez ou quando ella julgar conveniente, um balancete documentado da arrecadação, dispendio e applicação dos dinheiros da Sociedade, o qual será sujeito ao exame e parecer da commissão de syndicancia.

§ 3.º Ter um ou mais livros onde conste com clareza e simplicidade os nomes e entradas dos associados, suas joias, diplomas e donativos; e um outro para o lançamento da receita e despesa.

Art. 25. O Thesoureiro não poderá ter em seu poder quantia maior de duzentos mil reis, depositando, por ora, todo o excedente em qualquer estabelecimento de sua confiança nesta Córte, garantido pelo Governo, devendo todo o dinheiro ser alli depositado em nome da Sociedade e offi ciando ao Presidente neste sentido, declarando onde fez tal deposito.

Art. 26. O Thesoureiro não poderá pagar conta alguma, sem que seja rubricada pelo Presidente.

Art. 27. O Thesoureiro poderá ter um Agente de sua responsabilidade para fazer a cobrança, quando seja preciso, combinando com o Presidente qual a gratificação que deve dar a esse Agente.

CAPITULO VII.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 28. A assembléa geral reúne-se ordinariamente no 2.º domingo do mez de Julho de cada anno, para ouvir o relatorio feito pelo Presidente e bem assim o balancete geral que faz parte delle, seguindo-se logo a eleição da nova Directoria. E só poderá ser constituida quando se ache reunida metade e mais um da totalidade dos socios.

Art. 29. Reunem-se os socios em assembléa geral extraordinaria, sempre que fôr convocada pelo Presidente

em caso urgente, ou em face do previsto no art. 13 destes estatutos. Não comparecendo a maioria absoluta, conforme a disposição do art. 28 na primeira convocação, e se convocar para outro dia (o que não deve espantar-se para além de 15 dias), considerar-se-ha louvarem-se os demais socios nos presentes, os quaes poderão deliberar validamente uma vez que estejam reunidos mais de 16 membros, tanto nas reuniões ordinarias como nas extraordinarias.

Art. 30. A' assembléa geral ordinaria compete:

§ 1.º Eleger uma comissão especial de tres membros para dar seu parecer sobre o relatório apresentado e bem assim sobre o balancete annexo, e submittel-o depois do exame para ser discutido na proxima reunião de assembléa geral.

§ 2.º Approvar ou rejeitar o relatório ou o parecer da comissão, bem como as medidas tomadas ou propostas pela administração.

§ 3.º Ouvir as queixas ou representações e apellações dos associados, conjunctamente com as respostas do Presidente e decidir como fór de justiça.

Art. 31. Haverá uma segunda reunião de assembléa geral ordinaria, e deverá ser convocada dentro dos oito dias depois da annual, para ouvir ler e discutir o parecer da comissão sobre o relatório, e empossar a nova Directoria.

CAPITULO VIII.

DAS ELEIÇÕES.

Art. 32. Findos os trabalhos da assembléa geral de cada anno, o Presidente convidará os socios presentes a procederem á eleição da nova Directoria, e mandará pelo 1.º Secretario proceder á chamada dos socios que se acharem quites para com a Sociedade (sem o que não poderão tomar parte nas eleições), e nomeará quatro Escrutadores.

Art. 33. Finda a chamada e recebidas as cédulas pelos proprios votantes depositadas na urna, o Presidente procederá á contagem, a fim de confrontal-as com o numero de socios presentes que acudirão á chamada, e fará principiar a apuração.

Art. 34. Concluída a apuração das cédulas, o 1.º Secretario procederá á leitura do termo eleitoral, que será lavrado no respectivo livro das actas com os protestos ou contraprotestos, caso appareção; este termo depois de lido será assignado pelo Presidente, Secretario, e os quatro Escrutadores, e delle só tomará conhecimento a proxima assembléa geral. Feito isto o Secretario dirigirá a cada um dos eleitos um officio declarando o dia, hora e lugar em que virá tomar posse, o que deve fazer-se dentro de oito dias. Acontecendo que o Presidente e o 1.º Secretario sejam reeleitos, o proprio termo da eleição servir-lhes-ha de diploma. No caso que os reeleitos se recusem continuar a exercer aquelles cargos, proceder-se-ha á nova eleição, só para aquellas vagas. Em caso de empate a sorte decidirá.

CAPITULO IX.

DAS BENEFICIENCIAS.

Art. 35. A Sociedade garante a seus membros quando enfermarem, a beneficencia mensal de 20\$000 de uma só vez, além do recurso de medico e botica que se ache á disposição da Sociedade, e no caso de fallecimento, despenderá a quantia de 50\$000 para auxilio de seu funeral.

Art. 36. Os que enfermarem fóra da séde da Sociedade terão o mesmo direito á beneficencia, com tanto que pròvem a sua enfermidade com attestado de seu medico assistente, e rubricado pela autoridade do lugar.

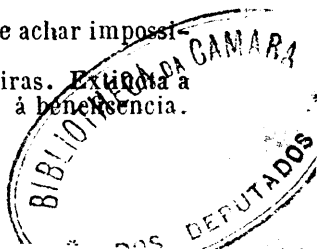
Art. 37. A Sociedade garante á familia de seus membros fallecidos uma pensão de 10\$000 mensaes, ficando a Directoria autorizada a amplial-a quando os fundos sociaes assim permittão.

Art. 38. E' considerada como familia do socio uma só das classes aqui especificadas:

§ 1.º Viuva ou filhos.

§ 2.º Mãe e na falta desta pai, se se achar impossibilitado de trabalhar.

§ 3.º Irmãos menores e irmãs solteiras. *Exigida a classe aqui designada, cessa o direito á beneficencia.*



Art. 39. Todas as beneficencias promettidas pela Sociedade serão religiosamente cumpridas:

§ 1.º Enquanto durarem as precisões dos beneficiados.

§ 2.º Enquanto as viúvas tiverem comportamento regular e não se casarem.

§ 3.º Enquanto os filhos forem menores de 18 annos e as filhas e irmãs se não casarem e se fizerem dignas por sua conducta exemplar.

Art. 40. O socio que por qualquer motivo lhe convenha abandonar a sua carreira, retirando-se dos trabalhos de um theatro publico, só terá direito de comparecer ás suas sessões e receber todas as beneficencias de que tratão estes estatutos, ter voto, se continuar a ser para ella o mesmo que era até alli, no caso contrario perderá o direito a toda e qualquer beneficencia.

Art. 41. Todo o socio, em caso de prisão, perceberá a mesma mensalidade de quando doente, e cessará esta, logo que seja absolvido ou condemnado definitivamente, em tal caso porém, a familia do socio sentenciado, será contemplada com uma pensão igual áquella a que teria direito por morte do mesmo socio.

CAPITULO X.

DOS FUNDOS DA SOCIEDADE.

Art. 42. Os fundos da Sociedade constaráõ das joias e mensalidades dos socios, dos donativos que lhe forem feitos, de quaesquer quantias e objectos de valor que se possão obter, e dos beneficios que se realizarem nos theatros do Imperio.

Art. 43. Dos fundos da Sociedade tirar-se-hão todas as quantias precisas para as despezas que se houverem de fazer não só com os auxilios dos socios e suas familias, mas ainda com aquellas indispensaveis e uteis á Sociedade.

Art. 44. Os fundos sociaes serão realizados ou em apolices da divida publica ou em acções de bancos que offereção garantia.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 45. A Sociedade em assembléa geral pôde conferir o titulo de socio benemerito a todo e qualquer associado que o mereça, isto por proposta do socio que tenha prestado relevantes serviços á Sociedade.

Art. 46. Todo e qualquer associado ou pessoa estranha á Sociedade, que a beneficie com joia ou quantia superior a 150\$000, terá direito ao titulo de socio benemerito. Esta quantia poderá ser offerecida por uma só vez ou por tantas quantas perfação aquella somma.

Art. 47. Serão tambem considerados socios benemeritos os medicos e pharmaceuticos que gratuitamente prestarem seus serviços e medicamentos a nossos socios enfermos por espaço de um anno.

Art. 48. A Directoria dará a cada socio um diploma que justifique as suas qualidades em qualquer tempo mediante a joia de 1\$000, salvo quando tenha perdido por despedir-se ou ser demittido da Sociedade. O socio que extraviar o seu diploma poderá exigir outro, e então pagará a joia de 2\$000.

Art. 49. A Sociedade não poderá abrir suas beneficencias pecuniarias, sem que tenha realizado um capital de 20:000\$000.

Paragrapho unico. Exceptua-se o caso de fallecimento de qualquer associado, só no que diz respeito ao seu funeral.

Art. 50. A Sociedade não poderá ser dissolvida sem a annuencia de tres quartos da totalidade dos socios existentes, precedendo discussões e annuncios nas folhas publicas.

Art. 51. No caso da Sociedade ser dissolvida, segundo o previsto no art. 50, os fundos que então houver, depois de pagas todas as despesas e debitos da Sociedade, serão então entregues a um estabelecimento de beneficencia, por votação da maioria dos socios.

Art. 52. Os presentes estatutos não poderão ser reformados senão dous annos depois de approvados pelo Governo Imperial; submettendo-se á approvação do mesmo Governo qualquer alteração que para o futuro se houver de fazer.

Rio de Janeiro, 7 de Agosto de 1870.— A commissão revisora, *Adolpho Apolinario de Faria*.—*João Antonio da Costa*.—*Eduardo José da Graça*.—*Luiz Carlos Amoêdo*.

DECRETO N. 4626 A — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede o uso de bandas de lã aos inferiores dos diferentes
Corpos do Exército.

Hei por bem, Alterando o Plano do grande e pequeno uniforme dos Corpos do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3620 de 28 de Fevereiro de 1866, Conceder o uso de bandas de lã aos inferiores dos diferentes Corpos do Exército. O Tenente General João Frederico Caldwell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragessimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Frederico Caldwell.

DECRETO N. 4627 — DE 15 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede privilegio a Raymundo Carlos Leite & Irmão para o auto-
motor a vento de sua invenção.

Attendendo ao que Me requerêrão Raymundo Carlos Leite & Irmão, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, e a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Hei por bem Conceder-lhes privilegio por 15 annos para o fabrico e venda do apparelho de sua invenção, que denominão Auto-Motor a vento, e cuja descripção ajuntarão ao requerimento datado de 15 de Março do presente anno.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragessimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4628 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede ao Engenheiro João Martins da Silva Coutinho privilegio para a introdução, nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, das machinas, vehiculos e arados do systema R. W. Thomson.

Attendendo ao que Me requereu o Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe privilegio, por 15 annos, para introduzir nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, as machinas de tracção denominadas—R. W. Thomson's Patent Road Steamers —os vehiculos de transportes e os arados de invenção do mesmo autor, sob as seguintes clausulas:

1.^a A introdução e uso das mencionadas machinas e vehiculos nas estradas das provincias, a que é circumscripto o privilegio concedido, e bem assim dos referidos arados, verificar-se-hão dentro de dous annos contados desta data, sob pena de caducar a presente concessão, ficando livre ao Estado a aquisição e introdução das mesmas machinas, desde que forem destinadas para obras publicas, executadas administrativamente ou por empreza.

2.^a A presente concessão fica dependente da ulterior approvação do Poder Legislativo, não podendo o concessionario reclamar indemnização alguma se, realisada a introdução das machinas, vehiculos e arados, e iniciado o serviço do novo systema de transporte dentro do prazo da clausula anterior, não fôr approvada definitivamente a mesma concessão.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

DECRETO N. 4629 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede ao Engenheiro de minas Eduardo Mueseler e outros autorização para a lavra de metaes e metalloides no municipio de Caçapava na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me requerêrão o Engenheiro de minas Eduardo Mueseler, Edmundo William Le Sueur, Christiano Hermann Claussen e José Hebbert, residentes na Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Conceder-lhes autorização, por 90 annos, para lavrarem metaes e metalloides no municipio de Caçapava, na referida Provincia, sob as clausulas, que com este baixão, assignadas por Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4629 desta data.**I.**

Os trabalhos da lavra poderão ser feitos pelos concessionarios ou por uma sociedade organizada dentro ou fóra do Imperio, e deverão começar dentro de dous annos, contados da expiração do prazo marcado para a medição e demarcação das datas mineraes.

II.

Dentro do prazo de um anno, contado desta data, os concessionarios deverão apresentar ao Governo as plan-tas topographica e geologica do terreno onde devem min-nerar, com os perfis que demonstrem tanto quanto fór possivel a superposição das camadas, fazendo acompa-nhar estes trabalhos de amostras das diversas especies das camadas de terra e dos mineraes.

Na mesma occasião declararão se o terreno é devoluto ou particular, designando neste caso o nome dos proprie-tarios, a natureza e uso das edificações nelle existentes.

III.

Satisfeita a exigencia da clausula anterior, ser-lhe-hão concedidas, dentro do maximo de 100, tantas datas de 141.750 braças quadradas, quantas forem as parcelas de 5.000\$000, que reunirem e empregarem effectivamente nos trabalhos de mineração.

IV.

As datas mineraes serão medidas e demarcadas dentro do prazo de um anno contado, da data de sua concessão.

A medição e demarcação das mesmas datas serão feitas á custa dos concessionarios, que ficam obrigados igualmente a satisfazer todas as despesas da verificação por parte do Governo.

V.

Sendo devoluto o terreno, o Governo compromette-se a vendel-o aos concessionarios pelo preço de 20 réis a braça quadrada, conforme permite a Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850.

Sendo de propriedade particular, usarão préviamente dos meios amigaveis para adquiril-o. Não chegando a accôrdo com os proprietarios, requererão ao Governo a desappropriação do terreno, correndo a respectiva despesa por conta dos concessionarios.

VI.

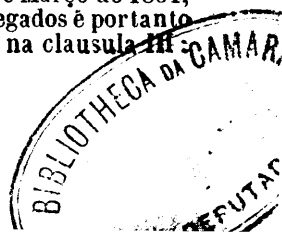
A medição e demarcação do terreno só darão direito á lavra dos mineraes depois que os concessionarios provarem perante o Governo ou a Presidencia da Provincia, que se acha empregado o capital correspondente a cada uma das datas medidas e demarcadas.

VII.

Findo o prazo de cinco annos, contados desta data, os concessionarios perderão o direito ás datas de que não se acharem de posse, por não terem empregado o capital preciso para sua aquisição definitiva.

VIII.

Na forma do decreto n.º 3236 de 21 de Março de 1864, serão considerados effectivamente empregados e portanto com direito á proporção estabelecida na clausula III.



1.º O custo dos trabalhos de medição e demarcação das datas, levantamento de plantas, despesas de exploração e outros trabalhos preliminares.

2.º O custo do terreno devoluto ou particular.

3.º A importância dos instrumentos e machinas destinadas aos trabalhos de mineração.

4.º A despesa effectuada com o transporte de engenheiros, empregados e trabalhadores.

Fica entendido que esta despesa comprehende sómente a que provém do transporte de taes individuos dos lugares de sua residencia até a mina e nunca as diarias, regulares ou constantes, da mina para qualquer povoado ou vice-versa.

5.º A despesa das obras feitas em vista dos trabalhos da mina, tendentes a facilitar o transporte de seus productos, inclusive estradas de ferro ou de rodagem e bem assim as casas de moradia, armazens, officinas e outros estabelecimentos indispensaveis á empresa.

6.º O custo de animaes, barcos, carroças e quaesquer outros vehiculos empregados nos trabalhos da mina e transporte de seus productos.

7.º O custo dos trabalhos que forem executados em relação á lavra ou qualquer despesa feita *bona fide* para realizar definitivamente esta mineração, ficando entendido que o custo das plantações feitas pelos concessionarios não será levado em conta do capital.

IX.

As provas das hypotheses do artigo antecedente serão admittidas *bona fide* e qualquer artificio que fôr empregado em ordem a illudir o Governo ou seus mandatarios dará direito áquelle, em qualquer tempo que a fraude venha a ser descoberta, a annular esta concessão, sem que os concessionarios tenham direito á indemnização alguma.

X.

Os concessionarios ficão responsaveis pelos desastres que occorrerem nos trabalhos de mineração, se provierem de culpa ou inobservancia das cautelas e regras aconselhadas pela experiencia, ficando sujeitos, além da multa de 100\$000 a 2:000\$000, imposta pelo Governo e cobrada executivamente, a prover a subsistencia dos individuos que ficarem impossibilitados de trabalhar e das familias dos que fallecerem por causa de taes desastres.

XI.

Os concessionarios sujeitão-se ás instrucções e regulamentos que forem expedidos para a policia das minas.

XII.

Os concessionarios remetterão semestralmente ao Governo um relatorio circumstanciado dos trabalhos de mineração, sendo obrigados a prestar-lhe os esclarecimentos que forem pedidos e a franquear o estabelecimento aos engenheiros que o Governo nomear para visital-o, dando-lhes as informações que exigirem para o bom desempenho da commissão.

XIII.

Os concessionarios obrigão-se a pagar ao Estado a taxa fixa annual de cinco réis por braça quadrada das datas que obtiverem, e o imposto de 2 % do rendimento da mina, liquido das despesas da extracção que annualmente realizarem, conforme prescreve o art. 23, § 1.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

XIV.

Dentro do terreno medido e demarcado será permitido aos concessionarios extrahirem qualquer mineral, não comprehendido nesta concessão, independentemente de nova autorização, com tanto que declarem ao Governo a descoberta que fizerem e sujeitem-se a estas clausulas no que puderem ser applicadas á nova mineração e a qualquer outra que lhe diga respeito e esteja inserida em concessões feitas pelo Governo para a extracção do mineral descoberto.

XV.

Sem permissão do Governo não poderão os concessionarios ou seus successores dividir a mina que lavrarem.

XVI.

Esta concessão tornar-se-ha nulla:

1.º Quando os concessionarios deixarem de executar os trabalhos especificados nas presentes clausulas dentro dos prazos nellas fixados.

2.º Quando a lavra dos mineraes fór interrompida por mais de seis mezes.

3.º Quando fôr suspensa por mais de 30 dias, salvo o caso de força maior devidamente provada.

Ainda nesta hypothese a suspensão dos trabalhos não excederá o tempo que, a juízo do Governo, fôr marcado para a remoção das causas que a tiverem determinado.

4.º Quando se der o caso da clausula IX.

5.º Quando houver reincidencia de infracção, a que esteja imposta pena pecuniaria.

XVII.

A infracção de qualquer clausula, para que não se tenha estabelecido pena especial, será punida com a multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.

XVIII.

Estas clausulas obrigão a companhia que os concessionarios organizarem ou quem quer que delles obtenha a presente concessão mediante licença do Governo.

XIX.

A companhia poderá ter sua séde no paiz ou fóra delle, com tanto que para a decisão dos assumptos relativos á empresa tenha no Brasil um representante habilitado com os necessarios poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes; ficando entendido que quantas apparecerem entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares serão tratadas e resolvidas no Brasil de conformidade com a respectiva legislação.

XX.

As questões que se suscitarem entre o Governo e a empresa serão resolvidas por arbitros.

Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu, e estes começarão seus trabalhos por designar um terceiro, cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado e entre elles decidirá a sorte.

XXI.

Ficão salvaguardados os direitos de terceiro, quér se derivem da propriedade da superficie do solo, da qual só poderá ser privado mediante indemnisação satisfeita

pelos concessionarios amigavel ou judicialmente, quér da prioridade da exploração ou lavra dos mineraes nos lugares que forem designados aos concessionarios, uma vez que se prove terem sido executados por autorização do Governo os respectivos trabalhos.

XXII.

Fica dependente da ulterior approvação da assemblêa geral a ultima parte da clausula V.

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1870.—*Jeronymo José Teixeira Junior.*

DECRETO N. 4630—DE 28 DE NOVEMBRO DE 1870.

Concede autorização aos Bachareis José Fortunato da Silveira Bulcão e Geraldo da Gama Bentes para lavrarem (minas de) carvão de pedra na comarca de Taubaté, na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que Me requerêrão o Bacharel em sciencias sociaes e juridicas José Fortunato da Silveira Bulcão e o Bacharel em mathematicas e engenheiro civil Geraldo da Gama Bentes, Hei por bem Conceder-lhes autorização, por 90 annos, para lavrarem minas de carvão de pedra na comarca de Taubaté, na Provincia de S. Paulo, sob as clausulas que com este baixão, assignadas por Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

**Clausulas a que se refere o Decreto n.º 4630 de
28 de Novembro de 1870.**

I.

Os trabalhos da lavra poderão ser feitos pelos concessionarios ou por uma sociedade organizada dentro ou fóra do Imperio e deveráõ começar dentro de dous annos, contados da expiração do prazo marcado para a medição e demarcação das datas mineraes.

II.

Dentro do prazo de um anno, contado desta data, os concessionarios deveráõ apresentar ao Governo as plantas topographica e geologica do terreno onde devem minerar, com os perlis que demonstrem, tanto quanto fór possível, a superposição das camadas, fazendo acompanhar estes trabalhos de amostras das diversas especies das camadas de terra e do mineral.

Na mesma occasião declararáõ se o terreno é devoluto ou particular, designando neste caso o nome dos proprietarios, a natureza e uso das edificações nelle existentes.

III.

Satisfeita a exigencia da clausula anterior, ser-lhes-hão concedidas, dentro do maximo de 200, tantas datas de 1/4.750 braças quadradas quantas forem as parcelas de 10:000\$000, que reunirem e empregarem effectivamente nos trabalhos de mineração.

IV.

As datas mineraes serão medidas e demarcadas dentro do prazo de um anno contado da data de sua concessão.

A medição e demarcação das mesmas datas serão feitas á custa dos concessionarios que ficão obrigados igualmente a satisfazer todas as despesas da verificação por parte do Governo.

V.

Sendo devoluto o terreno, o Governo compromette-se a vendel-o aos concessionarios pelo preço de 20 réis a braça quadrada, conforme permite a Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850.

Sendo de propriedade particular, usarão préviamente dos meios amigaveis para adquiril-o. Não chegando a accôrdo com os proprietarios, requererão ao Governo a desappropriação do terreno, correndo a respectiva despesa por conta dos concessionarios.

VI.

A medição e demarcação do terreno só darão direito á lavra do mineral, depois que os concessionarios provarem perante o Governo ou a Presidencia da Provincia que se acha empregado o capital correspondente a cada uma das datas medidas e demarcadas.

VII.

Findo o prazo de cinco annos, contados desta data, os concessionarios perderão o direito ás datas de que não se acharem de posse, por não terem empregado o capital preciso para sua aquisição definitiva.

VIII.

Na fórma do Decreto n.º 3236 de 21 de Março de 1864, serão considerados effectivamente empregados, e portanto com direito á proporção estabelecida na clausula 3.ª:

1.º O custo dos trabalhos de medição e demarcação das datas, levantamento de plantas, despesas de exploração e outros trabalhos preliminares.

2.º O custo do terreno devoluto ou particular.

3.º A importancia dos instrumentos e machinas destinados aos trabalhos de mineração.

4.º A despesa effectuada com o transporte de engenheiros, empregados e trabalhadores.

Fica entendido que esta despesa comprehende sómente a que provém do transporte de taes individuos dos lugares de sua residencia até a mina e nunca as diarias, regulares ou constantes, da mina para qualquer povoado ou vice-versa.

5.º A despesa das obras feitas em vista dos trabalhos da mina, tendentes a facilitar o transporte de seus productos, inclusive estradas de ferro ou de rodagem, e bem assim as casas de moradia, armazens, officinas e outros estabelecimentos indispensaveis á empreza.

6.º O custo de animaes, barcos, carroças e quaesquer outros vehiculos empregados nos trabalhos da mina e transporte de seus productos.

7.º O custo dos trabalhos que forem executados em relação á lavra ou qualquer despesa feita *bona fide* para realizar definitivamente esta mineração, ficando entendido que o custo das plantações feitas pelos concessionarios não será levado em conta do capital.

IX.

As provas das hypotheses do artigo antecedente serão admittidas *bona fide* e qualquer artificio que fór empregado em ordem a illudir o Governo ou seus mandatarios dará direito áquelle, em qualquer tempo que a fraude venha a ser descoberta, a annullar esta concessão, sem que os concessionarios tenham direito á indemnização alguma.

X.

Os concessionarios ficão responsaveis pelos desastres que occorrerem nos trabalhos de mineração, se provierem de culpa ou inobservancia das cautelas e regras aconselhadas pela experiencia, ficando sujeitos, além da multa de 100\$000 a 2.000\$000, imposta pelo Governo e cobrada executivamente, a prover a subsistencia dos individuos que ficarem impossibilitados de trabalhar e das familias dos que fallecerem por causa de taes desastres.

XI.

Os concessionarios sujeitão-se ás instrucções e regulamentos que forem expedidos para a policia das minas.

XII.

Os concessionarios remetterão semestralmente ao Governo um relatorio circumstanciado dos trabalhos de mineração, sendo obrigados a prestar-lhe quaesquer esclarecimentos que forem pedidos e a franquear o estabelecimento aos engenheiros que o Governo incumbir de examinal-o, dando-lhes todas as informações que exigirem para o bom desempenho da commissão.

XIII.

Os concessionarios obrigão-se a pagar ao Estado a taxa fixa annual de cinco réis por braça quadrada das datas que obtiverem, e o imposto de 2 % do rendimento da mina, liquido das despezas da extracção que annualmente realizarem, conforme prescreve o art. 23, § 1.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

XIV.

Dentro do terreno medido e demarcado será permitido aos concessionarios extrahir qualquer mineral que encontrarem, independentemente de nova concessão, com tanto que declarem ao Governo a descoberta que fizerem, e sujeitem-se a estas clausulas no que puderem ser applicadas á nova mineração e a qualquer outra que lhe diga respeito e esteja inserida em concessões feitas pelo Governo para a extracção do mineral descoberto.

XV.

Sem permissão do Governo não poderão os concessionarios ou seus successores dividir a mina que lavrarem.

XVI.

Esta concessão tornar-se-ha nulla :

1.º Quando os concessionarios deixarem de executar os trabalhos especificados nas presentes clausulas dentro dos prazos nellas fixados.

2.º Quando a lavra do carvão de pedra fôr interrompida por mais de seis mezes.

3.º Quando fôr suspensa por mais de 30 dias, salvo o caso de força maior devidamente provada.

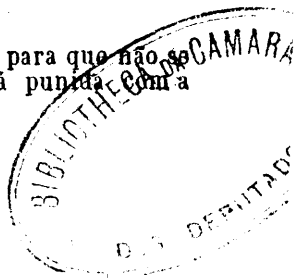
Ainda nesta hypothese a suspensão dos trabalhos não excederá o tempo que, a juizo do Governo, fôr marcado para a remoção das causas que a tiverem determinado.

4.º Quando se der o caso da clausula IX.

5.º Quando houver reincidencia de infracção, a que esteja imposta pena pecuniaria.

XVII.

A infracção de qualquer clausula, para que não se tenha estabelecido pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$000.



XVIII.

Estas clausulas obrigão a companhia que os concessionarios organizarem ou quem quer que delles obtenha a presente concessão mediante licença do Governo.

XIX.

A companhia poderá ter sua sêde no paiz ou fóra delle, com tanto que, para a decisão dos assumptos relativos à empresa, tenha no Brasil um representante habilitado com os necessarios poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes; ficando entendido que, quantas apparecerem entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil de conformidade com a respectiva legislação.

XX.

As questões que se suscitarem entre o Governo e a empresa serão resolvidas por arbitros.

Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu, e estes começarão seus trabalhos por designar um terceiro, cujo voto será definitivo. Se não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado e entre estes decidirá a sorte.

XXI.

Ficão salvaguardados os direitos de terceiro, quér se derivem da propriedade da superficie do solo, da qual só poderá ser privado mediante indemnização satisfeita pelos concessionarios amigavel ou judicialmente, quér da prioridade da exploração ou lavra do mineral nos lugares que forem designados aos concessionarios, uma vez que se prove terem sido executados por autorização do Governo os respectivos trabalhos.

XXII.

Fica dependente da ulterior approvação da assembléa geral a ultima parte da clausula V.

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1870.—*Jeronymo José Teixeira Junior.*

DECRETO N. 4631—DE 29 DE NOVEMBRO DE 1870.

Modifica o Decreto n.º 4617 de 25 de Outubro ultimo, que approvou a reforma dos estatutos do Montepio geral.

Attendendo ao que representou a Directoria do Montepio geral, estabelecido nesta Córte, Hei por bem Supprimir no Decreto n.º 4617 de 25 do mez findo, que approvou a reforma dos estatutos do mesmo Montepio, as palavras—sem excluir a das tabellas de que trata o art. 29—; e declarar que no § 5.º do art. 6.º, cap. 2.º dos estatutos, ora reformados, só não merecerão approvação do Governo as palavras—nem poderá ser ella objecto de penhora ou arresto—as quaes devem ser eliminadas, subsistindo em tudo mais o dito paragrapho.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.



Senhor.—Os creditos extraordinarios concedidos pelas Leis n.ºs 1587 e 1726 de 28 de Junho e 29 de Setembro de 1869 abrangêrão apenas o periodo de 1 de Julho daquelle anno a 31 de Março do corrente: e continuando ainda que em proporção decrescente as despesas extraordinarias que correm pelos §§ 6.º Arsenaes de Guerra, 7.º Corpo de Saude, 8.º Quadro do Exercito, 15. Eventuaes e Repartições de Fazenda, é indispensavel um credito extraordinario de 13.546:996\$667, conforme a tabella n.º 5, distribuido pelos exercicios de 1869—1870 e 1870—1871, de conformidade com as tabellas n.ºs 6 e 7, precedendo porém transferencia de saldos em algumas verbas, conforme a tabella n.º 4.

As tabellas n.º 1 e 2 demonstrão o movimento de despesa em ambos os exercicios ; a de n.º 3 os saldos presumiveis no de 1869—1870, e finalmente as de n.º 6 e 7 os creditos extraordinarios para ambos os exercicios.

A existencia de Forças no Paraguay, o movimento dos Corpos que se recolherão da Campanha e o abono de premios aos Voluntarios justificação a necessidade dos creditos.

Sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial o mais obediente e fiel subdito.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

DECRETO N. 4632 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza o credito extraordinario de 13.546:996\$667, para as despesas do Ministerio da Guerra nos exercicios de 1869 a 1870 e 1870 a 1871.

Não sendo sufficientes para as despesas do Ministerio da Guerra no exercicio de 1869 a 1870 as quantias votadas na Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, nem os creditos extraordinarios concedidos pelas Leis n.º 1587 e 1726 de 28 de Junho e 29 de Setembro do mesmo anno de 1869, e bem assim no exercicio de 1870 a 1871 a somma votada na Lei n.º 1764 de 28 de Junho do corrente anno : Hei por bem, na conformidade do § 3.º do art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, Autorizar o credito extraordinario de 13.546:996\$667, distribuido pelas rubricas e exercicios mencionados nas tabellas juntas sob n.º 1 e 2, devendo em tempo competente esta medida ser levada ao conhecimento da Assemblêa Geral Legislativa.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

N. 1 — Tabella distributiva do credito extraordinario autorizado por Decreto desta data para o exercicio de 1869 a 1870.

Art. 6.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 mandada vigorar pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869 e Leis n.ºs 1587 e 1728 de 28 de Junho e 29 de Setembro do mesmo anno de 1869.

§§

8.º Quadro do exercito.....	5.718:795\$206
15. Eventuaes.....	73:506\$378
Repartições de fazenda.....	87:690\$596
	<hr/>
	5.879:995\$180

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1870.
— *Raymundo Ferreira de Araujo Lima.*

N. 2. — Tabella distributiva do credito extraordinario autorizado por Decreto desta data para o exercicio de 1870 a 1871.

Art. 6.º da Lei n.º 1764 de 28 de Junho de 1870.

§§

6.º Arsenaes de guerra, etc.....	1.714:331\$630
7.º Corpo de saude e hospitaes.....	252:092\$601
8.º Quadro do exercito.....	2.136:475\$820
15. Eventuaes.....	3.821:054\$852
Repartições de fazenda.....	43:046\$564
	<hr/>
	7.667:001\$487

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1870.
— *Raymundo Ferreira de Araujo Lima.*

DECRETO N. 4633—DE 30 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, a applicar ás despezas com diversas rubricas do exercicio de (1869 a 1870,) a quantia de 2.521:333\$915, tirada das sobras verificadas no art. 6.º da Lei do Orcamento do mesmo exercicio.

Não sendo sufficiente a quantia votada no § 8.º — Quadro do exercito—do art. 6.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, e os creditos extraordinarios concedidos pelas Leis n.ºs 1587 e 1726 de 28 de Junho e 29 de Setembro do mesmo anno de 1869;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros, Hei por bem, na conformidade do art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, Autorizar o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a applicar ao pagamento das despezas daquelle paragrapho a quantia de 2.100:000\$000, tirada das sobras das verbas 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 10.ª, 11.ª, 13.ª e 14.ª do mesmo exercicio de 1869 a 1870, na forma da tabella que com este baixa, observando-se as formalidades indicadas no mencionado art. 13.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

Tabella a que se refere o Decreto desta data. [1]

Art. 6.º da lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, e Leis n.ºs 1587 e 1726 de 28 de Junho e 29 de Setembro do mesmo anno.

§§

4.º Archivo militar.....	10:000\$000
5.º Instrução militar.....	80:000\$000
6.º Arsenaes de guerra, etc.....	610:000\$000
7.º Corpo de saude e hospitaes.....	250:000\$000
10. Classes inactivas.....	400:000\$000
11. Ajudas de custo.....	150:000\$000
13. Presidios e colonias militares....	50:000\$000
14. Obras militares.....	550:000\$000

 2.100:000\$000

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1870. — *Raymundo Ferreira de Araujo Lima.*

DECRETO N. 4634 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1870.

Concede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros um credito extraordinario de 253:806\$159, importancia de £ 21.150,10,3, ao cambio de 20 dinheiros esterlinos por 1\$000, paga como indemnisação aos donos da galera *Canada*, e do seu carregamento.

Não tendo sido prevista na Lei do Orçamento do presente anno financeiro a despesa occasionada pela indemnisação de 21.150 libras esterlinas, 10 schilings e 3 pence, paga aos donos da galera *Canada*, naufragada no Recife das Garças, no Rio Grande do Norte, e do respectivo carregamento; e sendo necessario e urgente supprir esta deficiencia; Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, e de conformidade com o que dispõe a Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Determinar que se abra pelo referido Ministerio um credito extraordinario da quantia de 253:806\$159, importancia das referidas 21.150 libras esterlinas, 10 schilings e 3 pence, ao cambio de 20 dinheiros esterlinos por 1\$000; devendo ser incluído na proposta que opportunamente fór apresentada ao Corpo Legislativo para a devida approvação.

O Visconde de S. Vicente, do Meu Conselho e do de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de S. Vicente.



DECRETO N. 4635 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara de primeira entrancia a comarca das Barras, na Provincia do Piahy.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de primeira entrancia a comarca das Barras, ultimamente creada na Provincia do Piahy pela lei da respectiva Assembléa Provincial n.º 695 de 16 de Agosto deste anno.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.



DECRETO N. 4636 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado annual do Promotor Publico da comarca das Barras, na Provincia do Piahy.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. O Promotor Publico da comarca das Barras, na Provincia do Piahy, vencerá o ordenado annual de 600\$000.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4637 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara de primeira ~~entrancia~~ a comarca da Cachoeira, na Provincia do Pará.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de primeira ~~entrancia~~ a comarca da Cachoeira, ultimamente creada na Provincia do Pará pela lei da respectiva Assembléa Provincial n.º 622 de 21 de Setembro deste anno.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4638 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado annual do Promotor Publico da comarca da Cachoeira, na Provincia do Pará.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. O Promotor Publico da comarca da Cachoeira, na Provincia do Pará, vencerá o ordenado annual de 600\$000.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4639 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Reune o termo de Dóres da Boa Esperança ao de Tres Pontas, ambos na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica reunido o termo de Dóres da Boa Esperança ao de Tres Pontas, ambos na Provincia de Minas Geraes; revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4640 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1870.

Approva os estatutos da Sociedade Protectora dos Barbeiros e Cabelleireiros.

Attendendo ao que requereu a Directoria da Sociedade Protectora dos Barbeiros e Cabelleireiros estabelecida nesta Côrte, e Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em consulta de 21 do mez proximo passado: Hei por bem Approvar os seus estatutos, divididos em oito capitulos e cincoenta e tres artigos, declarando-se no art. 50 que a duração da mesma Sociedade será de cincocenta annos.

Qualquer alteração que se fizer nos mesmos estatutos só poderá ser posta em execução depois de obtida a approvação do Governo Imperial.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Estatutos da Sociedade Protectora dos Barbeiros e Cabelleireiros.

CAPITULO I.

FINS DA SOCIEDADE.

A Sociedade Protectora dos Barbeiros e Cabelleireiros, installada na capital do Imperio do Brasil em 26 de Novembro de 1869, tem por fim seus fins, e seus fins.

Art. 4.º Crear uma fonte de renda por meio de joias; contribuições, rendimentos e donativos que farão o fundo capital da Sociedade.

Art. 2.º Socorrer os seus membros quando se achem enfermos e na falta absoluta de meios de subsistencia, bem como ás suas viúvas.

Art. 3.º Proteger os seus membros no intuito de ajudal-os, procurar-lhes arrumação, estabelecer-os e desenvolver o progresso da arte e tudo quanto fór tendente á ella, no caso de ser digno de semelhante beneficio.

§ 1.º Para cumprimento deste artigo é mister ser approvado pelo conselho deliberativo.

Art. 4.º Em caso de enfermidade de qualquer socio estabelecido, a pedido deste que em taes casos deverá officiar á Sociedade e por procuração por elle passada, se prestará a Sociedade a fazer administrar por um de seus membros para tal fim habilitado o estabelecimento do socio enfermo até que este se restabeleça.

Art. 5.º A execução do artigo antecedente só terá lugar quando o socio enfermo estiver em estado grave, de modo a não poder estar á frente de seu estabelecimento, não tendo associado nellê. Em tal caso a pedido do socio enfermo, pedido que deverá vir ao conhecimento da Sociedade por officio, esta fará o que acha-se determinado no artigo antecedente, fixando um ordenado regular ao socio a quem fór entregue o estabelecimento para administrar.

Art. 6.º No caso de enfermidade grave de qualquer socio estabelecido que, por causa della tenha de retirar-se para fóra da Córte e de deixar o estabelecimento, não tendo a quem passal-o, a Sociedade se encarregará de procurar entre seus socios um que esteja habilitado á delle tomar conta, sendo para este fim necessário não só que o socio que tem de retirar-se officie á Sociedade, como ainda que passe procuração ao socio que tiver de encarregar-se da administração do seu estabelecimento durante sua ausencia.

Art. 7.º No caso de voltar o socio restabelecido de sua enfermidade, a Sociedade procurará os meios de protegê-lo.

§ 1.º Para cumprimento deste artigo é mister que qualquer acto seja approvado pelo conselho deliberativo.

Art. 8.º No caso de fallecimento de qualquer socio, que não deixe meios para sepultar-se e não pertença a nenhuma Ordem Terceira, a Sociedade o mandará sepultar sem pompa, mas com decencia.

CAPITULO II.

Art. 9.º A Sociedade compôr-se-ha de numero indeterminado de socios sem exclusão de nacionalidades, mas todos pertencentes á classe.

Art. 10. Poderão tambem ser socios, caso queirão, as esposas e filhos dos socios, embora estes não pertençam á classe.

Art. 11. Os socios comprehendidos no artigo antecedente terão direito ao disposto nos arts. 2.º e 19 e excluidos das mais disposições.

Art. 12. Cada socio contribuirá com uma joia de vinte mil réis por sua entrada e de um mil réis por mensalidade, paga esta por trimestres adiantados.

Art. 13. Serão denominados —socios installadores— todos aquelles que como taes se inscreverem até a approvação dos presentes estatutos.

Art. 14. A Sociedade conferirá o titulo de —socio bemfeitor ou benemerito— aos socios que por seus donativos ou serviços se tornem dignos desta concessão.

CAPITULO III.

DEVERES E DIREITOS DOS SOCIOS.

Art. 15. Os socios têm direito de assistir ás sessões, discutir e votar em todas as questões tendentes á Sociedade.

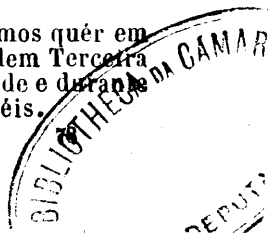
Art. 16. A serem eleitos para todos os cargos da Sociedade, observada a disposição do art. 47, a pedir ao Presidente por escripto motivado e assignado por mais dous membros convocação da assembléa extraordinaria.

Art. 17. Os socios são obrigados a attender ás observações que durante as sessões lhes fizer o Presidente.

Art. 18. A aceitar pela primeira vez os cargos para que forem eleitos e respeitar o credito da classe e da Sociedade.

Art. 19. Os socios que estiverem enfermos quér em suas casas quér recolhidos á qualquer Ordem Terceira terão direito a receber durante a enfermidade e durante a convalescença a mensalidade de dez mil réis.

PORTE II.



Art. 20. Os socios que por enfermos tiverem de retirar-se para sua patria, não tendo meios, serão soccorridos pela Sociedade com a quantia de cincoenta mil réis.

Art. 21. Nenhum socio terá direito á beneficencia da Sociedade senão depois de pertencer á ella por mais de doze mezes.

Art. 22. Nenhum socio será votado ou votará sem estar quite com a Sociedade.

Art. 23. Participão dos soccorros da Sociedade as viúvas dos socios, e na sua falta repartir-se-ha por seus filhos até a idade de doze annos e filhas até quinze annos.

Art. 24. O socio, que não estando ausente deixar de satisfazer dous pagamentos continuados, sendo-lhe exigidos, se reputará ter renunciado á qualidade de socio e não poderá reclamar os soccorros da Sociedade, salvo tendo pago em dobro o que dever e com anticipação á época da necessidade pelo menos seis mezes, de fôrma que remova a idéa de fraude.

CAPITULO IV.

DO PATRIMONIO DA SOCIEDADE, SEUS RENDIMENTOS E APPLICAÇÃO.

Art. 25. O patrimonio da Sociedade é formado :

§ 1.º Pelas joias de admissão de socios, pelos donativos feitos á Sociedade.

§ 2.º Pela quarta parte de todos os rendimentos.

§ 3.º Pelo excedente da receita á despeza que a Directoria poderá capitalizar sem offensa dos soccorros.

Art. 26. Os rendimentos da Sociedade consistem nos lucros que produzirem os empregos do capital e nas cotizações voluntarias.

Art. 27. Para as despesas da Sociedade só se poderá fazer applicação das tres quartas partes dos rendimentos especificados no artigo antecedente : exceptuão-se as despesas para soccorros em algum caso extraordinario em que seja urgente recorrer a um emprestimo do patrimonio, que será embolsado da quantia emprestada com a maior promptidão.

Art. 28. O emprego dos capitaes da Sociedade só poderá ter lugar em bancos commerciaes, monte de soc-

corro, acções da divida publica ou em titulos que como estas gozem dos mesmos privilegios e obrigações do Governo do paiz.

Art. 29. As acções da divida publica ou quaesquer outras que tiverem sido compradas com os capitães da Sociedade não poderão ser alienadas senão por deliberação da assembléa geral.

CAPITULO V.

DAS REUNIÕES DA SOCIEDADE.

Art. 30. As reuniões da Sociedade serão ordinarias e extraordinarias : as ordinarias serão convocadas semestralmente nos mezes de Janeiro e Julho, e as extraordinarias quando a Directoria julgar conveniente, ou nos casos dos arts. 16, 2.^a parte, e 29.

Art. 31. Considerar-se-ha a reunião geral da Sociedade e habilitada para decidir todos os negocios de sua competencia, logo que se reunirem quinze socios sem contar os membros da Directoria e Conselho no dia, hora e lugar que o Presidente fizer annunciar pelo menos com a antecedencia de tres dias e por duas vezes no jornal de mais circulação nesta Côte.

Art. 32. A reunião geral ordinaria tem por fim proceder a exame e tomada de contas de receita e despeza.

Art. 33. Para o exame de contas de receita e despeza se elegerá uma commissão de tres socios, que informará no dia que se designar tudo que fór relativo ás mesmas contas e o que a reunião geral decidir será transmittido á assembléa geral para seu conhecimento.

Art. 34. E' expressamente prohibido nas reuniões da Sociedade tratar-se de assumptos estranhos ao fim da Sociedade ou de objecto para o qual ella não tiver sido convocada.

Art. 35. As deliberações serão tomadas por pluralidade de votos dos membros presentes.

CAPITULO VI.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 36. O governo da Sociedade reside em uma Directoria de seis membros e um Conselho deliberativo de nove membros.

Art. 37. São attribuições do Conselho deliberativo:

§ 1.º Reformar os estatutos ou adicionar-lhes algum artigo quando seja mister.

§ 2.º Decidir sobre a applicação dos fundos da Sociedade e sobre a execução dos arts. 4.º, 5.º e 6.º

§ 3.º Approvar os regulamentos que a Directoria fizer, se forem uteis.

§ 4.º Deliberar sobre os mais objectos que a Directoria lhe submeter.

§ 5.º Todas as deliberações do Conselho ficão sujeitas á approvação da assembléa geral.

DA DIRECTORIA.

Art. 38. A Directoria é composta de seis membros, a saber: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Thesoureiro, 2 Secretarios (sendo 1.º e 2.º), 1 Procurador.

A' Directoria compete:

§ 1.º Velar na guarda dos estatutos e regulamentos da Sociedade.

§ 2.º Tomar todas as medidas convenientes para se conseguir os fins da Sociedade.

§ 3.º Organizar os regulamentos da Sociedade e regular a pratica da beneficencia em todos os casos.

§ 4.º Tomar contas ao Thesoureiro em todos os trimestres e quando julgar conveniente.

§ 5.º Marcar todas as despesas ordinarias e extraordinarias da Sociedade.

§ 6.º Propôr ao Conselho todas as providencias que careção de deliberação.

§ 7.º Representar a Sociedade em todos os seus contractos e sustentação de seus direitos por si ou substebelecendo e delegando os poderes.

§ 8.º Providenciar os casos occurrentes segundo as disposições dos estatutos, e toda e qualquer alteração destes dependerá para execução da approvação prévia do Governo Imperial.

Art. 39. Ao Presidente compete e incumbe :

§ 1.º A convocação da reunião dos socios.

§ 2.º Presidir ás sessões.

§ 3.º Apresentar nas reuniões geraes ordinarias um relatorio do estado da Sociedade, de seu patrimonio, rendas e de sua applicação.

§ 4.º Pertencem-lhe todas as mais attribuições e encargos que lhe forem determinados pelos regulamentos.

Art. 40. Ao Vice-Presidente compete substituir ao Presidente em todas as suas attribuições e encargos.

Art. 41. Ao 1.º e 2.º Secretários compete e incumbe o trabalho e expediente tanto nas reuniões dos socios, como nas sessões do Conselho deliberativo e Directoria, e o que esta lhes ordenar.

Art. 42. Ao Thesoureiro compete e incumbe :

§ 1.º Fazer arrecadar e receber todos os dinheiros e valores da Sociedade.

§ 2.º Fazer applicação dos dinheiros e valores, conforme lhe fôr ordenado pela Directoria.

§ 3.º Apresentar á Directoria no fim de cada trimestre, e sempre que por ella fôr determinado, contas da arrecadação e applicação do capital e rendas, e balanço demonstrativo do patrimonio da Sociedade.

§ 4.º Depositar no banco toda a quantia que exceder de duzentos mil réis.

Art. 43. Ao Procurador compete:

§ 1.º A entrega de todo o expediente da Sociedade.

§ 2.º O recebimento e cobrança do que lhe fôr ordenado pelo Thesoureiro.

§ 3.º O que lhe fôr determinado pela Directoria.

CAPITULO VII.

DAS ELEIÇÕES.

Art. 44. A eleição da Directoria e do Conselho será feita no mez de Julho, presidida pelo Presidente ou por quem o substituir, a qual será feita com o numero de socios designados no art. 31, se não se reunirem mais socios.

Nestas eleições não se admittem votos por procuração, devendo apresentar-se o proprio votante.

Art. 45. Para a eleição proceder deverá haver maioria absoluta de votos dos membros presentes.

Art. 46. Só podem ser eleitos para Presidente, Vice-Presidente, e Thesoureiro os socios que forem estabelecidos.

§ 1.º Sendo uma concessão a eleição do Presidente pela assembléa geral dos socios, fica entendido que o Governo Imperial reassumirá o seu direito, quando sua intervenção seja exigida para regularidade dos negocios sociaes mal dirigidos.

CAPITULO VIII.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 47. O socio no gozo de seus direitos, que tenha pago mensalidades e nenhuma deva, poderá remir-se, pagando a quantia de cincoenta mil réis.

Art. 48. O socio que se ausentar só será debitado pelas mensalidades até vinte e quatro mil réis: quando deva esta somma será considerado como excluido, mas poderá ser admittido com a approvação da Directoria, pagando o que dever.

Art. 49. Os presentes estatutos só poderão ser reformados passado um anno depois de sua approvação.

Art. 50. Não podendo a Sociedade arregar a si o character de associação perpetua, será ella dissolvida quando assim lhe convier.

Art. 51. Uma vez resolvida pela Directoria, e approvada pelo Conselho deliberativo a dissolução da Sociedade, convocará o Prêsidete, com dez dias de antecedencia e annunciando o dia, lugar e hora da convocação por tres vezes no jornal de maior circulação, uma assembléa geral extraordinaria, a qual á vista das razões circunstanciadamente expostas no relatorio da presidencia dará ou negará o seu assentimento.

Art. 52. Decidida pela assembléa geral a dissolução da Sociedade, proceder-se-ha em acto continuo á eleição de uma commissão de cinco membros, que ficará incumbida de levar immediatamente a effeito a deliberação tomada, sendo para isso revestida de amplos poderes.

Art. 53. A somma do activo da Sociedade será repartida da fôrma seguinte:

§ 1.º A metade para os socios que a requisitarem por um officio, e a outra metade em partes iguaes para a Sociedade Portugueza de Beneficencia, e Sociedade Brasileira Amante da Instrucção.

§ 2.º Dando o paragrapho antecedente direito aos socios para por elles ser repartida a metade da somma do activo da Sociedade, no caso de dissolução, só terão direitos e serão attendidos aquelles que o fizerem por meio de um officio dirigido á commissão.

Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1870.—*Manoel Corrêa de Almeida*.—*Manoel Lopes de Mattos*.—*Domingos Barbosa de Magalhães*.

Senhor.—Tenho a honra de submeter á approvação de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, autorizando o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a applicar ás despesas das rubricas—Secretaria de Estado e Quartel General—do exercicio de 1869 a 1870, parte das sobras resultantes de economias feitas em outros serviços do mesmo exercicio, os quaes são:

2.º Conselho Naval.....	1:864\$604
4.º Conselho Supremo.....	2:323\$429
5.º Contadoria.....	12:467\$296
6.º Intendencia e accessorios.....	12:736\$847
7.º Auditoria e Executoria.....	290\$012
8.º Corpo da Armada e classes annexas	176:361\$818
9.º Batalhão Naval.....	51:140\$562
10. Corpo de Imperiaes Marinheiros.	351:282\$837
11. Companhia de Invalidos.....	7:639\$548
12. Arsenaes.....	1.406:570\$784
13. Capitania de portos.....	34:886\$766
14. Força Naval.....	3.461:524\$299
15. Navios desarmados.....	3:914\$367
16. Hospitaes.....	104:990\$652
17. Pharoes.....	18:203\$841
18. Escola de Marinha.....	30:739\$141
19. Reformados.....	9:443\$135
20. Obras.....	89:984\$931
21. Despezas extraordinarias e even- tuaes.....	1.091:123\$025

Esta providencia autorizada pela disposição do art. 13 da Lei n.º 4177 de 9 de Setembro de 1862 é cabalmente justificada pelas considerações que vou respeitosamente expôr a Vossa Magestade Imperial.

O art. 5.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, que vigorou no exercicio de 1869—1870, por virtude do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, marcou os seguintes creditos para as despesas das rubricas:

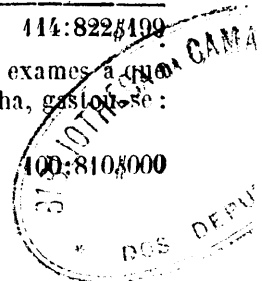
1.º Secretaria de Estado.....	100:810\$000
3.º Quartel-General.....	14:012\$199

444:822\$199

Por conta de taes creditos, segundo os exames a que acaba de proceder a Contadoria da Marinha, gastou-se:

§—Secretaria de Estado, cre-
dito votado.....

100:810\$000



Despeza.

Com o pessoal.....	106:651\$372	
Com as diversas despesas....	5:616\$359	
	<hr/>	112:267\$934
Deficit.....		11:457\$934
§ 3.º—Quartel-General.		
Credito votado.....	14:012\$199	

Despeza.

Com o pessoal.....	12:702\$007	
Com as diversas despesas...	2:080\$440	
	<hr/>	14:782\$447
Deficit.....		770\$248

Sendo pois de 114:822\$199 o total dos creditos concedidos ás duas rubricas, e subindo a despeza correspondente a 127:050\$378, apresenta-se nesta o excesso de 12:228\$179 que se explica:

No § 1.º pela maior despeza consequente do Decreto n.º 4174 de 6 de Maio de 1868 que reorganizou a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha nos termos do § 3.º do art. 26 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

No § 3.º com o excesso da despeza proveniente das promoções do Encarregado do Quartel-General e do seu Secretario, na forma do Decreto de 2 de Dezembro de 1869.

Para fazer face, porém, a semelhante deficit, acha o Governo de Vossa Magestade Imperial recurso, de conformidade com a lei, nas sobras mencionadas na demonstração inclusa, convindo preferir no presente caso as resultantes do § 10.

Sou, Imperial Senhor, com o mais profundo acatamento

De Vossa Magestade Imperial.—Subdito muito reverente, *Luiz Antonio Pereira Franco.*

DECRETO N. 4644 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a transferir de umas para outras rubricas da despeza do mesmo Ministerio a somma de 12:228\$179.

Sendo insufficiente o credito concedido pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor no exercicio de 1869 a 1870, por effeito do Decreto n.º 1750 de 20 de Ou-

tubro de 1869, para as despesas das rubricas — Secretaria de Estado e Quartel-General—do Ministerio da Marinha no dito exercicio. Hei por bem, na conformidade do art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, e Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, Autorizar a transferencia para aquellas rubricas da somma de 12:228\$179, que deverá sahir do § 10 do art. 5.º da citada Lei n.º 1507, e ser distribuida pelo modo indicado na tabella, que com este baixa, assignada por Luiz Antonio Pereira Franco, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Antonio Pereira Franco.

Tabella das quantias, que devem ser transferidas da verba abaixo declarada, para fazer desapparecer o deficit reconhecido nas rubricas—Secretaria de Estado—e Quartel-General.

Para a rubrica—Secretaria de Estado.....	11:457\$931
Do § 10 — Corpo de Imperiaes Marinheiros.,....	11:457\$931
Para a rubrica —Quartel-General.....	770\$248
Do § 10 — Corpo de Imperiaes Marinheiros.....	770\$248
	<hr/>
	12:228\$179 12:228\$179

Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1870.
—*Luiz Antonio Pereira Franco.*

DECRETO N. 4642 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1870.

Regula as classes, numero e vencimentos dos Empregados das Alfandegas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Usando da autorização conferida ao Governo pelo art. 36 n.º 3 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar pelo art. 21 da de n.º 1764 de 28 de Junho deste anno, e em execução do art. 34 do Decreto n.º 4510 de 20 de Abril ultimo: Hei por bem Determinar que as classes, numero e vencimentos dos Empregados das Alfandegas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia se regulem pelas tabellas que com este baixão, assignadas por Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

N. 1.—Tabella do numero e vencimentos dos Empregados da Alfandega do Rio de Janeiro.

1.ª ordem.

<i>Empregos.</i>	0,9 % DA RENDA DIVIDIDOS EM 4.013 QUOTAS.			
	<i>Pessoal.</i>	<i>Ordenado.</i>	<i>Porcentagem.</i>	
			<i>Quot.</i>	<i>Som.</i>
Inspector.....	1	4:500\$000	30	30
Ajudante.....	1	3:400\$000	24	24
Chefes de secção....	3	3:300\$000	20	60
1. ^{os} Escripturarios..	8	2:400\$000	10	80
2. ^{os} ditos.....	16	4:800\$000	7	112
3. ^{os} ditos.....	24	4:200\$000	5	120
Praticantes.....	12	600\$000		
Officiaes de descarga.	40	900\$000	2	80
Thesoureiro.....	1	3:000\$000	15	15
Fieis.....	2	1:600\$000		
Guarda-mór.....	1	3:300\$000	20	20
Ajudantes.....	2	2:100\$000	8	16
1. ^{os} Conferentes....	20	2:700\$000	18	360
2. ^{os} ditos.....	12	1:800\$000	7	84
Porteiro.....	1	1:800\$000	7	7
Ajudante.....	1	1:200\$000	5	5
Continuos.....	4	600\$000		
Correios.....	4	600\$000		
	154	1.013

Observação.

Os Empregados que excederem ao numero fixado nesta tabella ficarão avulsos, e como taes addidos às Repartições que lhes forem designadas até terem destino.

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1870.—*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 2. — Tabella do numero e vencimentos dos Empregados das Alfandegas da Bahia e Pernambuco.

2.^a ordem.

<i>Empregos.</i>	4,3 % DA RENDA DIVIDIDOS EM 588 QUOTAS.			
	<i>Pessoa.</i>	<i>Ordenados.</i>	<i>Porcentagem.</i>	
			<i>Quot.</i>	<i>Som.</i>
Inspector	4	3:300\$000	30	30
Chefes de secção....	3	2:450\$000	20	60
1. ^{os} Escripturarios .	4	1:800\$000	10	40
2. ^{os} ditos.....	8	1:350\$000	7	56
3. ^{os} ditos.....	14	900\$000	5	70
Praticantes.....	6	500\$000		
Officiaes de descarga.	12	600\$000	2	24
Thesoureiro.....	1	2:100\$000	15	15
Fiel.....	1	1:200\$000		
Guarda-mór.....	1	2:400\$000	20	20
Ajudante	1	1:500\$000	8	8
1. ^{os} Conferentes....	8	1:800\$000	18	144
2. ^{os} ditos.....	8	1:350\$000	7	56
Porteiro.....	1	1:500\$000	7	7
Ajudante.....	1	900\$000	5	5
Continuos	3	500\$000		
Correios.....	3	400\$000		
Administrador das capatazias.....	1	1:800\$000	18	18
Ajudante	1	900\$000	5	5
Fieis de armazens..	6	900\$000	5	30
	84	588

Observação.

Os Empregados que excederem ao numero fixado nesta tabella ficarão avulsos, e como taes addidos ás Repartições que lhes forem designadas até terem destino.

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1870.— *Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 3.— Tabella do numero e vencimentos dos Guardas da Alfandega do Rio de Janeiro.

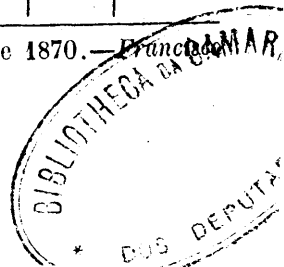
<i>Classes.</i>	<i>Pessoal.</i>	<i>Soldo.</i>	<i>Etapa.</i>	<i>Vencimento annual.</i>	<i>Total.</i>
1.º Commandante	1	1:400\$	400\$000	1:500\$	1:500\$
2.º dito.....	1	900\$	400\$000	1:300\$	1:300\$
1.º Sargento.....	1	720\$	350\$000	1:100\$	1:100\$
2.º dito.....	2	650\$	350\$000	1:000\$	2:000\$
Forriel.....	1	530\$	350\$000	900\$	900\$
Cabos.....	8	500\$	350\$000	850\$	6:800\$
Guardas.....	80	450\$	350\$000	800\$	64:000\$
	94	77:600\$

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1870.— *Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 4.—Tabella do numero e vencimentos dos Guardas das Alfandegas da Bahia e Pernambuco.

<i>Classes.</i>	<i>Pessoal.</i>	<i>Soldo.</i>	<i>Etapa.</i>	<i>Vencimento annual.</i>	<i>Total.</i>
Commandante (Alferes).....	1	900\$	400\$	1:300\$	1:300\$
2.º Sargento.....	1	600\$	300\$	900\$	900\$
Forriel.....	1	500\$	300\$	800\$	800\$
Cabos.....	4	450\$	300\$	750\$	3:000\$
Guardas.....	30	400\$	300\$	700\$	21:000\$
					27:000\$

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1870.— *Francisco de Salles Torres Homem.*



DECRETO N. 4643 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1870.

Substitue a clausula 3.^a do Decreto n.º 4592 de 9 de Setembro de 1870 sobre a novação do contracto celebrado com a Companhia de navegação a vapor do Maranhão.

Attendendo ao que Me representou a Companhia de navegação a vapor do Maranhão, Hei por bem Substituir a clausula 3.^a do Decreto n.º 4592 de 9 de Setembro do corrente anno pela seguinte disposição:—A Companhia poderá empregar no serviço contractado os vapores que actualmente possui. Os que se inutilisarem serão logo, sob pena de caducar a concessão, substituidos por outros construidos segundo os melhoramentos modernos e de marcha nunca inferior a nove milhas por hora.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4644 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1870.

Amplia as attribuições dos Presidentes de Provincia e Inspectores das Thesourarias de Fazenda na solução dos negocios do Ministerio da Fazenda.

Convindo aos interesses da boa Administração das Provincias, que se alargue a esphera das attribuições dos Presidentes e das Thesourarias de Fazenda, a fim de se evitarem as delongas, despezas e outras difficuldades de uma centralisação excessiva nos negocios cujo expediente e solução podem sem inconveniente deixar de competir ao Ministro da Fazenda e ao Tribunal do Thesouro Nacional, e Usando da faculdade que Me con-

ferre o art. 36, n.º 3, da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867, mandado vigorar pelo art. 21 da Lei n.º 4764 de 28 de Junho do corrente anno: Hei por bem Ordenar que seja observado o Regulamento que com este baixa, assignado por Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

Regulamento a que se refere o Decreto n.º 4644 desta data.

Art. 1.º Aos Presidentes de Provincias compete:

§ 1.º O provimento e demissão nas Alfandegas dos empregos de Porteiro, Ajudante de Porteiro, Fieis de Armazens, Commandantes e Officiaes das forças maritimas, Commandantes e Officiaes dos Guardas, Administradores das Capatazias e Officiaes de Descarga, precedendo a formalidade essencial da proposta dos Inspectores das mesmas Alfandegas e informação das Thesourarias de Fazenda, ficando revogados nesta parte os arts. 66, §§ 1.º e 2.º, e 67, § 2.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

§ 2.º O dos de Delegado e Supplente do Inspector Geral e de Agentes dos procuradores fiscaes e seus supplentes nas administrações dos terrenos diamantinos, alterados assim o art. 33 do Regulamento n.º 465 de 17 de Agosto de 1846, e 14 e 15 do Regulamento n.º 1081 de 11 de Dezembro de 1862.

§ 3.º Nomear provisoriamente, sobre proposta das Thesourarias, os candidatos approvados e julgados mais idoneos em concurso para os lugares de 1.ª e 2.ª entrancia das Thesourarias de Fazenda, Alfandegas e Recebedorias. Os individuos assim nomeados entrarão logo em

exercício e perceberão os respectivos vencimentos, sendo-lhes expedido depois o título pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda quando definitivamente approved o concurso, e confirmada a nomeação pelo Governo Imperial.

§ 4.º Conhecer definitivamente em grão de recurso de quaesquer decisões proferidas pelas Thesourarias de Fazenda sobre questões relativas a terrenos diamantinos, revogados nesta parte o art. 55 do Regulamento n.º 465 de 17 de Agosto de 1846 e arts. 5.º e 41 do Regulamento n.º 1081 de 11 de Dezembro de 1852.

§ 5.º Julgar em grão de recurso interposto das decisões das Thesourarias de Fazenda as questões que tiverem por objecto qualquer parte de dominio nacional.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul compete a nomeação e demissão dos Administradores das Mesas de Rendas de 2.ª ordem, ampliado assim o art. 3.º do Decreto n.º 4175 de 6 de Maio de 1868, que só lhes conferiu igual attribuição quanto ás Mesas de Rendas de 1.ª ordem, e revogado nesta parte o citado art. 66 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Art. 2.º As Thesourarias de Fazenda em junta compete, independente de ulterior approvação do Ministro da Fazenda e dos Presidentes:

§ 1.º O provimento e demissão dos empregos de Cartorario.

§ 2.º O dos de Administradores das Mesas de Rendas de 3.ª ordem; revogado tambem nesta parte o referido art. 66 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

§ 3.º A remissão total ou parcial dos impostos nos casos em que os regulamentos a permittem.

§ 4.º Condemnar ou relevar das multas, perdas do porcentagens, e juro da móra, seja qual fór a distancia das capitaes ás respectivas estações de arrecadação, os Collectores e Recebedores, que não houverem feito as entradas dos dinheiros até 30 dias depois do prazo de seis mezes marcado nas Ordens n.º 75 de 20 de Março de 1849, n.º 241 de 16 de Dezembro de 1850 e n.º 89 de 17 de Fevereiro de 1860, que ficão assim alteradas.

§ 5.º Liquidar e pagar, havendo credito, sem outra limitação além da da prescripção, e sem necessidade de revisão do Thesouro, e approvação dos respectivos Ministerios, as dividas de exercicios findos, ficando sem effeito os arts. 3.º e 4.º do Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862.

§ 6.º Approvar as propostas dos Thesoureiros e Pagadores para nomeações de seus fieis, alterado a este res-

peito o art. 2.º paragrapho unico, do Decreto n.º 2549 de 14 de Março de 1860.

Art. 3.º A alçada das Thesourarias de Fazenda será de 1:000\$000 para as Alfandegas de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordens, e de 500\$000 para as outras, bem como para as Mesas de Rendas. Para as questões que versarem sobre terrenos diamantinos será de 5:000\$000. A alçada das Alfandegas de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordens fica elevada a 400\$000, e a das outras, bem como a das Mesas de Rendas, a 200\$000, alterado por esta fórma o art. 33 do Decreto n.º 4510 de 20 de Abril deste anno.

Art. 4.º Ficão extinctos os recursos ex-officio interpostos das Alfandegas para o Thesouro, que havião sido limitados aos casos do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 52 e 53; revogado o art. 763 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Art. 5.º Das decisões de alçada das Thesourarias sobre tomada de contas cabe o recurso de revisão para as mesmas Thesourarias por erro de calculo, omissão, duplicata de verba e apresentação de novos documentos; modificados assim os arts. 28 e 33 do Decreto n.º 2548 de 10 de Março de 1860, combinados com o art. 26 do Decreto de 29 de Janeiro de 1860.

Art. 6.º As Thesourarias de Fazenda remetterão ao Thesouro relações semestraes contendo exposição de motivos, dos actos e decisões de que tratão os arts. 2.º e 5.º As Alfandegas farão igual remessa das decisões que houverem proferido em favor das partes.

Art. 7.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de Dezembro de 1870.—*Francisco de Salles Torres Homem.*

Senhor.—A Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercicio de 1869 a 1870 pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, decretou no art. 3.º, § 12, a quantia de 373:585\$702 para a rubrica —Corpo Militar de Policia—. Por conta de semelhante credito despendeu-se no referido exercicio 411:353\$488, dando-se portanto um excesso de 37:767\$786 demonstrado na tabella junta. A razão desse excesso explica-se pela despeza com a Guarda Nacional destacada para ser-

viço de policia, como já foi reconhecido por um dos meus antecessores, nos exercicios findos de 1867 a 1868 e 1868 a 1869, o que deu causa aos Decretos n.º 4262 de 19 de Outubro e 4310 de 31 de Dezembro de 1868 e n.º 1631 de 15 de Julho de 1869, que autorizáram o transporte de 129:021,553½ no primeiro dos referidos exercicios, e de 40:000,000 no segundo. Foi, pois, inevitavel no exercicio de 1869 a 1870, apesar de consideraveis reduções, o deficit de 37:767,786, para fazer face ao qual, o Governo de Vossa Magestade Imperial, de conformidade com o art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, tem o recurso nas sobras que existem na verba—Guarda Urbana—do mesmo exercicio. Nestes termos tenho a honra de submetter á approvação de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, autorizando o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a applicar ás despesas da verba —Corpo Militar de Policia—no exercicio de 1869 a 1870 a quantia de 37:767,786 tirada das sobras da verba—Guarda Urbana—do mesmo exercicio.

Sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial subdito fiel e reverente.—*Barão das Tres Barras.*

DECRETO N. 4545 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autoriza ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a applicar ás despesas da verba —Corpo Militar de Policia—no exercicio de ~~1869~~ (1869—1870) a quantia de 37:767,786, tirada das sobras da verba—Guarda Urbana—do mesmo exercicio.

Não sendo sufficiente a quantia votada no § 12 do art. 3.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercicio de 1869—1870, para as despesas com o Corpo Militar de Policia; tendo ouvido o Conselho de Ministros, Hei por bem, na conformidade do art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, autorizar o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a applicar ao pagamento daquellas despesas a quantia de 37:767,786, tirada das sobras da verba—Guarda Urbana—no referido exercicio, dando conta á Assembléa Geral na sua proxima futura reunião para ser definitivamente approved.

O Barão das Tres Barras, do Meu Conselho, Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o

tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador,

Barão das Tres Barras.

**Tabella demonstrativa da despesa feita com o § 42 —
Corpo Militar de Policia—no exercicio de 1869—1870.**

Credito consignado pela lei.....	373:585\$702
Despendido :	
Com o pessoal do corpo, equipamento, compra de cavallos, remonta do hospital, postos de guarda, illuminação, asseio e outras despesas.....	223:138\$504
Com a Guarda Nacional destacada em serviço de Policia.....	178:122\$184
Com o vencimento dos officiaes reformados do corpo.....	8:092\$800
	<hr/> 411:353\$188
Deficit.....	37:767\$786
Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 24 de Dezembro de 1870.— <i>Barão das Tres Barras.</i>	

DECRETO N. 4646—DE 24 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara de 1.^a entrancia a comarca da Independencia ultimamente creada na Provincia da Parahyba.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica declarada de 1.^a entrancia a comarca da Independencia, ultimamente creada na Pro-

vincia da Parahyba pela Lei da respectiva Assembléa Provincial n.º 362 de 5 de Abril deste anno.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4647—DE 24 DE DEZEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado annual do Promotor Publico da comarca da Independencia, na Provincia da Parahyba.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. O Promotor Publico da comarca da Independencia, ultimamente creada na Provincia da Parahyba, vencerá o ordenado annual de 600\$000.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4648,—DE 26 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara de primeira ^Aentrancia a comarca de Jacuhy, e de segunda entrancia as do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba, Piranga, Rio Grande e Rio das Velhas, na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficção declaradas de primeira entrancia a comarca de Jacuhy, e de segunda entrancia as comarcas do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba e Piranga, creadas pela Lei n.º 1740 da Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.º Ficção declaradas de segunda entrancia as comarcas do Rio Grande e do Rio das Velhas, que, em virtude da citada lei, não são hoje absolutamente as mesmas, pela alteração profunda de seus respectivos territorios.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4649 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado dos Promotores Publicos das novas comarcas do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba, Piranga e Jacuhy, na Provincia de Minas Geraes.

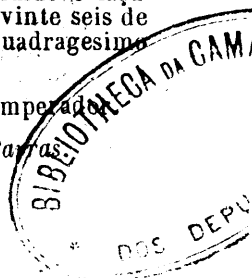
Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica marcado o ordenado annual de 900\$000 a cada um dos Promotores Publicos das comarcas do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba e Piranga, e o de 800\$000 ao da comarca de Jacuhy, na Provincia de Minas Geraes.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.



DECRETO N. 4650 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1870.

Crêa um lugar de Juiz Municipal e de Orphãos em cada um dos termos do Piranga e Rio Novo, na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Em cada um dos termos do Piranga e Rio Novo, na Provincia de Minas Geraes, haverá um Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos: revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte seis de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

Senhor.—A Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercicio de 1869—1870 pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, consignou no art. 4.º para as despesas do § 4.º—Secretaria de Estado—no referido exercicio de 1869—1870 a quantia de..... 437:943\$000
Importando, porém, essas despesas em... 453:846\$152

dá-se naquella verba um deficit de..... 17:901\$152
que provém do augmento do aluguel da casa em que funciona a Secretaria; de diversas obras nella feitas; da compra de moveis; impressão de uma memoria annexa ao relatorio, e finalmente de differenças de cambio sobre remessas de fundos para pagamento de objectos mandados vir de Londres para o expediente desta repartição.

A mesma Lei votou para a verba do § 3.º—Empregados em disponibilidade—a quantia de... 9:799\$998
Tendo sido posto em disponibilidade mais um consul, subirão as despesas da referida verba a..... 40:338\$506

havendo assim nella um deficit de..... 538\$508

Na verba do § 5.º—Extraordinarias no exterior—
dá-se tambem um deficit de..... 72:771\$309
ocasionado pelas circumstancias excep-
cionaes em que achou-se o paiz durante
o exercicio de 1869—1870.

A Lei concedeu para as despesas dessa
verba a quantia de..... 41:933\$333

ellas, porém, importarão em..... 114:704\$642

Para supprir os tres deficits de que acima trato, os
quaes perfazem a somma de 91:210\$969, tenho a honra
de submeter á approvação e assignatura de Vossa
Magestade Imperial, de conformidade com o que dis-
põe o art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1868,
o Decreto junto que manda tirar das sobras da verba do
§ 2.º—Legações e consulados—, do art. 4.º da Lei do
Orçamento em vigor no exercicio de 1869—1870, a
quantia de 43:210\$969; das do § 4.º—Ajudas de custo—
a de 16:000\$000, e das do § 7.º—Commissões de li-
mites e de liquidação de reclamações—a de 32:000\$000,
para serem applicadas ás despesas das verbas do § 1.º
—Secretaria de Estado—; do § 3.º—Empregados em
disponibilidade—, e do § 5.º—Extraordinarias no ex-
terior— do referido exercicio financeiro.

Sou, com a mais profunda veneração, Senhor, de
Vossa Magestade Imperial reverente subdito.—*Visconde
de S. Vicente.*

DECRETO N. 4654—DE 28 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estran-
geiros a applicar ás despesas das verbas—Secretaria de Esta-
do—Empregados em disponibilidade—e Extraordinarias no
exterior—do exercicio de 1869—1870, a quantia de 91:210\$969,
tirada das sobras das verbas—Legações e consulados—Ajudas
de custo—e Commissões de limites e de liquidação de recla-
mações—do mesmo exercicio.

Não sendo sufficiente as quantias que a Lei do Orça-
mento n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867, mandada vi-
gorar pelo Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869,
consignou para as despesas das verbas—Secretaria de
Estado—Empregados em disponibilidade—e Extraor-
dinarias no exterior—; Hei por bem, tendo ouvido o
Conselho de Ministros, e de conformidade com o disposto
no art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, Au-
torizar o Meu Ministro e Secretario de Estado dos Nego-

cios Estrangeiros, a applicar ao pagamento das despesas das feridas verbas a quantia de 91:210\$969 tirada das sobras das verbas—Legações e consulados—Ajudas de custo—e Comissões de limites e de liquidação de reclamações—do alludido exercicio, observando-se as formalidades indicadas no mencionado art. 13.

O Visconde de S. Vicente, do Meu Conselho e do de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de S. Vicente.

DECRETO N. 4632 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1870.

Proroga até o fim de Dezembro de 1871 as disposições do Decreto n.º 3631 de 27 de Março de 1866, que permitem ás embarcações estrangeiras o serviço de cabotagem.

Usando da autorização conferida ao Governo nos arts. 23, § 4.º da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862 e 41 da de n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor pelo art. 21 da Lei n.º 1764 de 28 de Junho do corrente anno: Hei por hem Prorogar até o fim de Dezembro de 1871 as disposições do Decreto n.º 3631 de 27 de Março de 1866, que permitem ás embarcações estrangeiras fazer o serviço de transporte costeiro entre os portos do Imperio em que houver Alfandegas.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

DECRETO N. 4653 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1870.

Approva o novo (Regulamento da Repartição dos) Telegraphos.

Tendo as conveniências do serviço dos Telegraphos no Imperio tornado deficientes as disposições do regulamento para a Repartição dos Telegraphos approved pelo Decreto n.º 3288 de 20 de Junho de 1864, Hei por bem, usando da autorização concedida pelo Decreto n.º 1768 de 9 de Julho deste anno, Approvar o novo regulamento para a mencionada repartição, que com este baixa assignado pelo Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interinamente dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

CAPITULO I.

DAS LINHAS TELEGRAPHICAS.

Art. 1.º As linhas telegraphicas no Imperio pertencem ao dominio do Estado, e são destinadas ao serviço da administração publica, e dos particulares.

§ 1.º As linhas que acompanham as estradas de ferro para seu serviço especial serão construidas e custeadas a expensas dos respectivos concessionarios, mas estes entregarão ao governo um fio especial para as communicações telegraphicas geraes.

§ 2.º Aos concessionarios das estradas de ferro, já actualmente possuidoras de linhas telegraphicas se indemnizará a despeza do fio destinado á uso do governo.

Art. 2.º Os donos dos estabelecimentos de qualquer ramo de industria poderão para facilidade de suas transacções trazer um fio á estação das linhas do Estado, que lhes ficar mais proxima, precedendo, porém, licença do Governo.

Art. 3.º Será organizado um plano de rede telegraphica para todo o Imperio, ao qual se subordinarão as linhas de qualquer natureza, cuja construcção fôr resolvida.

Art. 4.º As linhas telegraphicas serão consideradas de 1.ª e de 2.ª ordem, comprehendendo:

As primeiras—Os troncos principaes que ligão o municipio da corte ás capitães das provincias e os ramaes que terminarem nas fronteiras do Imperio.

As segundas—As linhas derivadas como ramaes para pontos cujos interesses as exigirem.

Art. 5.º As linhas de 2.ª ordem deverão ser construidas de modo que possam substituir os troncos nos casos de interrupção.

Art. 6.º Em todos os pontos do litoral onde o exigirem as conveniencias do commercio e da navegação, haverá mastros de signaes de bandeiras e se estabelecerão osapparelhos semaphoricos adoptados pelas convenções internacionaes. Se nesses pontos não houver estação telegraphica, estabelecer-se-hão apparelhos que os comuniquem com as estações mais proximas.

Art. 7.º As linhas telegraphicas de 1.ª ordem serão construidas, e conservadas, por conta dos cofres geraes, e com os auxilios que as provincias, as municipalidades ou os particulares quizerem prestar.

Art. 8.º Enquanto não estiverem terminadas as linhas de 1.ª ordem, só se construirão as de 2.ª se as provincias ou mais interessados se offerecerem para concorrer com as quantias necessarias para a sua construcção e se responsabilisarem pelas despezas de conservação.

Neste caso o Governo geral prestará o pessoal technico para todas as obras que forem precisas, as quaes serão sempre subordinadas ao plano geral.

A renda que produzirem as linhas, assim construidas será applicada ao custeio, e no caso de sobras, serão estas exclusivamente destinadas ao melhoramento da rede telegraphica na respectiva provincia.

CAPITULO II.

DA REPARTIÇÃO DOS TELEGRAPHOS E DO PESSOAL.

Art. 9.º A Repartição dos Telegraphos constará de uma Directoria Geral com uma estação central na capital do Império, e das estações que forem creadas na conformidade do art. 68.

Art. 10. A' Directoria Geral pertence a direcção e fiscalisação de todo o serviço telegraphico. Compôr-se-ha de :

Um Director Geral.

Um Vice-Director.

Um Ajudante technico.

Um Encarregado geral das linhas.

E terá uma Secretaria com o seguinte pessoal :

Um Secretario.

Um Contador.

Um Encarregado do material e um Ajudante.

Escripturarios.

Um Continuo.

Art. 11. Haverá além disso os Engenheiros de districto, os Inspectores, guardas, feitores e operarios que forem necessarios para construcção de novas linhas e conservação das existentes, bem assim os estacionarios, adjunctos e praticantes, e carteiros indispensaveis ao serviço das estações.

CAPITULO III.

DO DIRECTOR GERAL.

Art. 12. O Director Geral será nomeado por decreto d'entre os Engenheiros formados na Escola Central ou em outra onde se ensinem as mesmâs materias: deve ter conhecimento das linguas franceza, ingleza e allemã, e dado provas de ter praticado com aproveitamento na construcção de linhas telegraphicas, manipulação deapparelhos, verificação das condições electricas de quaesquer conductores, e no lançamento, concertos, e restauração de cabos immersos.

Art. 13. Ficará immediatamente subordinado ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com quem directamente se entenderá em tudo quanto fôr concernente á este ramo de serviço publico, e terá as seguintes attribuições:

§ 1.º Dirigir como chefe a Repartição.

§ 2.º Propôr ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas os melhoramentos que exigir a mesma Repartição.

§ 3.º Informar e esclarecer o Governo sobre todas as questões relativas á telegraphia.

§ 4.º Examinar e fiscalisar, por si mesmo, sempre que fôr possível, ou por agentes de sua confiança, todo o serviço telegraphico no que concerne tanto á conservação e construção como á manipulação, quér o dito serviço corra por conta do Estado, quér tenha sido contractado por emprezas.

§ 5.º Providenciar sobre o fornecimento do material e fiscalisar a sua qualidade.

§ 6.º Redigir e assignar os contractos que se fizerem na Repartição.

§ 7.º Presidir aos exames dos alumnos da aula de telegraphia e inspeccional-a.

§ 8.º Distribuir o pessoal da Repartição pelas differentes linhas e estações.

§ 9.º Suspender e demittir os empregados cujas nomeações lhe competirem.

§ 10. Admoestar, reprehender e suspender os que dependerem de nomeação do Governo, nos casos marcados neste regulamento.

§ 11. Fiscalisar o dispendio das quantias autorizadas para o serviço telegraphico, e as rendas da Repartição, e fazer prestar contas de tudo nos prazos marcados.

§ 12. Examinar os projectos de contractos e as propostas para construção e conservação de linhas telegraphicas e interpôr seu parecer.

§ 13. Organizar e apresentar ao Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um mez antes da abertura da Assembléa Geral Legislativa, o relatorio circumstanciado do estado da Repartição e de tudo quanto nella houver occorrido.

§ 14. Preparar e propôr ao mesmo Ministro até o fim de Fevereiro da cada anno o orçamento da despesa para o exercicio financeiro seguinte, acompanhado de tabellas explica-

tivas do balanço da receita e despesa do anno financeiro anterior.

§ 15. Deferir juramento e dar posse a todos os empregados da sua Repartição.

§ 16. Expedir as instrucções necessarias para a boa marcha do serviço.

§ 17. Rubricar os livros da secretaria e da estação central e designar o empregado que deve rubricar os das outras estações.

§ 18. Fiscalisar a exactidão do ponto dos empregados, assignar a folha dos respectivos vencimentos e dar-lhes licenças até 15 dias em um anno quando a requierão por motivo de molestia.

§ 19. Convocar e presidir os conselhos de que trata o art. 14.

§ 20. Propôr ao Governo os premios ou remuneração que devão ter os guardas e operarios que se distinguirem no serviço das linhas por seu zelo e assiduidade não vulgar.

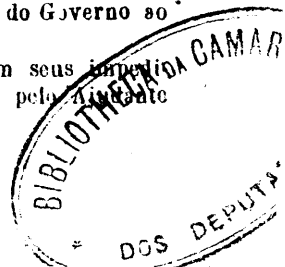
§ 21. Propôr ao Governo o numero de estações e de empregados que fôr preciso crear segundo exigirem o desenvolvimento das linhas ou as necessidades do serviço telegraphico.

§ 22. Observar e fazer observar por todos os seus subordinados as disposições deste regulamento e todas as deliberações e ordens que receber do Governo.

Art. 14. Para a execução das attribuições 2.ª, 12, 14, 20 e 21, ou para qualquer assumpto que considerar importante ao desenvolvimento da telegraphia no Imperio, poderá o director, sempre que julgar necessario, reunir em conselho sob sua presidencia, o Vice-Director, o Ajudante tecnico, o Encarregado Geral das linhas, e os Engenheiros do districto quando lhe pareça conveniente convidal-os para consultar. A reunião póde ter lugar quér na còrte, quér em qualquer districto telegraphico onde se ache o Director em correição.

Art. 15. Nos casos do artigo antecedente os pareceres dos membros do conselho serão reduzidos a escripto e lançados em acta; da qual se extrahirá cópia para ser remetida ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, todas as vezes que forem precisas medidas dependentes de deliberação do Governo ao do Poder Legislativo.

Art. 16. O Director será substituido em seus imperiosos deveres pelo Vice-Director, e na falta deste pelo Ajudante tecnico.



CAPITULO IV.

DO VICE-DIRECTOR.

Art. 17. O Vice-Director será nomeado por decreto e deve ser Engenheiro formado na Escola Central ou em outra em que se ensinem as mesmas materias devendo saber o francez, o inglez e o allemão.

Compete-lhe :

§ 1.º Substituir o Director em sua falta ou impedimento.

§ 2.º Conferir as folhas de pagamento mensaes rubricando-as e marcando os descontos que devão ter os empregados, já por faltas, já em virtude de multas impostas.

§ 3.º Determinar a remessa de fundos para occorrer ás despesas nas linhas e estações, e pagar as diversas despesas effectuadas.

§ 4.º Receber as taxas remettidas pelas estações e conferil-as com os balanços do Contador.

§ 5.º Arrecadar o producto das multas, das obras feitas pela officina para particulares, e da venda dos objectos inseriveis.

§ 6.º Receber do Thesouro quantias adiantadas para pagamentos e a importancia das contas pagas.

§ 7.º Apresentar ao Director as contas das despesas feitas ou por pagar.

§ 8.º Fazer as entradas mez por mez, na Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, das taxas arrecadadas e de todas as especies de rendas.

§ 9.º Leccionar aos Praticantes, na aula de telegraphia, a parte theorica do ensino.

§ 10. Fiscalizar o ensino de telegraphia pratica.

§ 11. Examinar conjunctamente com o Ajudante tecnico os alumnos da aula de telegraphia, assim como os pretendentes á matricula.

§ 12. Examinar e rubricar os pedidos que devão ser feitos para fornecimento das estações, dos conservadores de linhas e feitores de construcção, e trazer em dia o expediente.

Art. 18. O Vice-Director deve prestar contas no fim de cada anno financeiro, tanto da receita como da despesa da Repartição sob a immediata fiscalisação do Director.

CAPITULO V.

DO AJUDANTE TECHNICO.

Art. 19. O Ajudante technico será nomeado por portaria do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, d'entre os Engenheiros de districto que tiverem já construido linhas, e terá a seu cargo :

§ 1.º Substituir o Vice-Director.

§ 2.º Proceder á verificação dosapparelhos.

§ 3.º Estudar as alterações das baterias.

§ 4.º Conferir e fazer lançamento do estado das linhas, sua conductibilidade e seu isolamento, tanto por suas proprias experiencias como pelas notas que lhe remetterem os Chefes de districtos e Estacionários.

§ 5.º Fazer o lançamento de todos os estudos e exames de cabos immersos a que proceder o Director Geral e o Encarregado das linhas.

§ 6.º Registrar os accidentes atmosphericos que actuarem sobre as linhas, principalmente temporaes e trovoadas, mencionando seus effeitos e marcando a sua frequencia ou repetição nas diversas localidades.

§ 7.º Ter em dia os mappas do serviço das linhas.

§ 8.º Computar as observações meteorologicas e magneticas dos observatorios que se estabelecerem nas principaes estações, deduzindo regras que permitão avisar os portos e os pontos onde se achão estabelecidos signaes semaphoricos, da approximação do temporal.

§ 9.º Estabelecer igualmente as leis para as variações magneticas.

§ 10.º Coordenar todos os trabalhos topographicos remettidos pelos Engenheiros de districto, exigindo delles opportunamente o preenchimento das lacunas.

§ 11.º Proceder aos estudos sobre as nossas madeiras de construcção, procurando descobrir caracteres seguros pelos quaes se possa avaliar a sua duração.

§ 12.º Conservar para o mesmo fim uma enumeração dos postes das linhas, com indicação do tempo em que forão fincados e da qualidade do terreno respectivo.

§ 13. Fazer estudos sobre a duração dos materiaes empregados nas linhas em condições diversas, exigindo para isso observações feitas nas localidades pelo Encarregado Geral das linhas e pelos Engenheiros de districto.

§ 14. Verificar o grão de resistencia electrica dos isoladores que tiverem de ser empregados.

§ 15. Verificar se o fio telegraphico recebido na Repartição se acha nas condições prescriptas pelo regulamento, lavrando e assignando um termo disto.

Art. 20. Para dar cumprimento ao disposto no artigo antecedente, e satisfazer ao serviço marcado no final do art. 24, e no art. 25, será por ordem do Director destacado o Ajudante technico, sempre que fôr necessario para examinar uma ou mais porções de linhas ou districtos.

CAPITULO VI.

DO ENCARREGADO GERAL DAS LINHAS.

Art. 21. O Encarregado Geral das linhas será nomeado por portaria do Ministro e Secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, precedendo concurso entre os que exhibirem titulos de estudos e de exames publicos em escola regular de mathematicas, phísica, chimica, mecanica, topographia e geodesia.

Deverá além disso mostrar que tem pratica deapparelhos telegraphicos e de verificação de condições electro-magneticas, bem como de explorações e construcção de linhas, concertos e immersão de cabos. Logo que a extensão das linhas torne materialmente impossivel ao Encarregado Geral uma fiscalisação rigorosa, serão creadas zonas telegraphicas cada uma com o seu Encarregado especial tirado, sempre que fôr possivel, dos Engenheiros de districto.

Art. 22. Pertence-lhe a correição das linhas e estações e é o delegado do Director Geral e fiscal dos Engenheiros de districto. Cumpre-lhe:

§ 1.º Percorrer as linhas, examinar o seu estado de conservação e limpeza, tanto no que diz respeito a isoladores, fios, postes e emendas, como no que toca a picadas e caminhos.

§ 2.º Examinar o estado dos guarda-raios das linhas, e

com especialidade aquelles que estão nas extremidades dos cabos immersos.

§ 3.º Verificar o isolamento dos cabos e sobretudo se ha derivações nas suas extremidades.

§ 4.º Verificar se as estações procederão, com regularidade e do modo prescripto, ás experiencias tendentes ao conhecimento do estado das linhas, baterias e apparatus.

§ 5.º Examinar o estado dos apparatus, utensilios e ferramenta das estações e dos guardas de linhas, confrontando-os com os inventarios.

§ 6.º Verificar a existência, acondicionamento e estado de conservação do material de reserva, examinando as entradas e sahidas para conhecer se houve extravio ou consumo injustificavel.

§ 7.º Proceder na presença do respectivo Engenheiro do districto aos concertos dos cabos immersos e sua substituição, á qual assistirá o Director Geral, quando fôr preciso emprego de recursos de maior monta e em lugares onde houver risco de frustração dos esforços empregados.

Art. 23. Nas viagens de correição, que fará ao menos duas vezes por anno, o Eucarregado Geral das linhas remetterá ao Director Geral um relatório minucioso do que observar logo que acabe de percorrer um districto.

Art. 24. Sempre que a sua presença fôr reclamada com urgencia, em um ponto qualquer, deverá para alli seguir immediatamente, ainda que interrompa por algum tempo outro serviço menos urgente. Se houver serviço igualmente urgente em mais de um ponto, deverá requisitar do Director Geral que designe um empregado para conjuval-o.

Art. 25. Nas suas viagens, sempre que fôr necessario para seus estudos, poderá requisitar do Director Geral o Ajudante tecnico para acompanhá-lo.

CAPITULO VII.

DO SECRETARIO.

Art. 26. O Secretario será nomeado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, precedendo proposta do Director e preferindo-se para esse cargo o que conhecer alguma lingua estrangeira principalmente a-ingleza ou allemã.

PART E II.



Art. 27. Incumbe ao Secretario :

§ 1.º Escrever e registrar toda a correspondencia da Directoria com o Governo, com os empregados subalternos e com qualquer outro, sobre serviço da Rep.rição.

§ 2.º Archivar e formar indice de toda a correspondencia recebida.

§ 3.º Archivar as informações de requerimentos com declaração da materia destes.

§ 4.º Escripturnar as folhas mensaes de vencimentos dos empregados e ferias dos operarios, trabalhadores e serventes..

§ 5.º Fazer os assentamentos das nomeações dos empregados com as suas habilitações, procedimento, suspensões e outras penas que tiverem soffrido.

§ 6.º Fazer lançamento dos pedidos que o Vice-Director rubricar.

§ 7.º Passar certidões e authenticar as cópias que não forem extrahidas por sua letra.

§ 8.º Assignar os bilhetes que as partes devem apresentar na estação competente para pagamento dos direitos e emolumentos correspondentes a titulos e certidões passados na Secretaria.

§ 9.º Promover e fiscalizar o pagamento de direitos a que estiverem sujeitos todos os papeis que se expedirem e correrem pela Directoria e igualmente os emolumentos correspondentes.

Art. 28. Deve além disso :

§ 1.º Escripturnar e ter sob sua guarda os livros que forem creados pelo Director.

§ 2.º Fazer encadernar ~~na~~ ordem chronologica as minutas originaes do expediente.

Art. 29. O Secretario será responsavel pelo extravio de quaesquer papeis, livros, ou documentos que tiverem entrado na Secretaria, e não consentirá que saia della nenhum papel de qualquer natureza que seja, sem ordem por escripto do Director Geral.

Art. 30. Quando houver affluencia de trabalho na Secretaria, o Director designará da classe dos Adjunctos os que forem indispensaveis para auxiliar o Secretario.

CAPITULO VIII.

DO CONTADOR.

Art. 31. O Contador será nomeado do mesmo modo que o Secretario, devendo recahir a nomeação em quem saiba contabilidade, e preferindo-se o que conhece alguma lingua estrangeira, principalmente a ingleza ou allemã.

Art. 32. Ao Contador compete :

§ 1.º Escripturar toda a receita e despesa.

§ 2.º Apresentar no fim de cada mez um balancete entre a verba votada para a Repartição e as despesas realizadas e quantias adiantadas para pagamento de ferias, guardas e fornecimentos nos serviços das linhas.

§ 3.º Examinar e registrar os balancetes mensaes das estações.

§ 4.º Conferir os mappas de movimento de telegrammas das estações com os balanços de uma para outra.

§ 5.º Trazer em dia as tabellas de movimento da renda, e bem assim as dos preços dos objectos fornecidos, comparando-os sempre que fôr possível com o custo dos importados.

§ 6.º Conferir as contas apresentadas com os pedidos rubricados pelo Vice-Director.

§ 7.º Velar em que se faça a tempo a justificação dos saques feitos das estações e districtos.

§ 8.º Escripturar discriminadamente as despesas, á saber :

1.º Da Directoria, Secretaria, officina e arrecadação, comprehendendo as despesas do pessoal respectivo, e do expediente e mobiliã.

2.º De estações comprehendendo pessoal das mesmas, aluguel de casas, material de expediente,apparelhos, baterias, mobilia e mais pertencas que possuão ter as estações.

3.º De conservação de linhas, comprehendendo : Engenheiros de districtos, Inspectores, guardas e trabalhadores, material, ferramenta e gastos imprevistos com os concertos e substituições extraordinarias.

4.º De construcção comprehendendo : chefes de serviço, ferias, fornecimentos de materiaes, transporte, incluindo nas de transporte as passagens e fretes, a compra de carros, gado, animaes de sella e carga, e arreios, caudas e meios de transporte sobre agua.

Nas despesas de construcção serão contemplados o estabelecimento das estações comapparelhos e mobilia, e a aquisição de predios para estações.

§ 9.º Conferir os seus assentamentos da despesa com as entradas do Encarregado do material.

§ 10. Examinar todos os documentos e tabellas para a organização dos quadros estatísticos e balanços de receita e despesa.

§ 11. Examinar todos os pedidos de supprimento de dinheiro e fornecimento de materiaes, verificar se estão conformes, e submittê-los á despacho da Directoria.

Art. 33. Segundo as exigencias do serviço o Director Geral designará d'entre os adjunctos, ou d'entre pessoas que tenham as condições do art. 31, os que forem indispensaveis para coadjuvar o Contador.

CAPITULO IX.

DO ENCARREGADO DO MATERIAL.

Art. 34. O Encarregado do material será nomeado do mesmo modo que o Secretario e com as habilitações exigidas para aquelle cargo.

Art. 35. E' responsavel pela guarda e conservação do material, e mais objectos que lhe forem carregados.

Terá a seu cargo:

§ 1.º Inventariar todo o material da Repartição, discriminando no artigo —linhas :

Postes em uso e de reserva.

Fios.

Isoladores.

Cabos subaquaticos.

Apparelhos (segundo a sua fórma, empregos e reserva).

No artigo —estações :

Edifícios.

Mobilia.

Apparelhos.

Ferramenta.

No artigo —officina :

As machinas.

Ferramenta e qualquer material.

§ 2.º Dar entrada e sahida a todo o material para construcção e conservação das linhas, guarnecimento das estações e expediente, e para bastecimento da officina e seu consumo.

§ 3.º Requisitar o fornecimento dos objectos necessarios para o serviço, apresentar os pedidos á rubrica do Vice-Director e depois satisfazel-os.

§ 4.º Cuidar do embarque e meios de transporte do material destinado para fóra.

§ 5.º Arrecadar osapparelhos e mais objectos remettidos pelas estações para concertos, fazer o devido assento e entregal-os á officina.

§ 6.º Fazer assentamento de todos os avisos de remessa de objectos, indicando o seu recebimento no lugar do destino, ou extravio, se houver, e lançar todos os despachos concernentes á este assumpto, levando, no caso de extravio de qualquer objecto, o facto ao conhecimento da Directoria para providenciar.

§ 7.º Fazer diariamente a distribuição do material de que carecer a officina, recolher os apparelhos que ella tiver concluido ou concertado e a ferramenta feita, e do mesmo modo a escripturação de tudo quanto produzir ou consumir a officina.

§ 8.º Dar nota do custo dos trabalhos feitos para Repartições ou pessoas estranhas, a fim de se proceder á cobrança que será feita por elle ou pelo Ajudante.

§ 9.º Fazer a escripturação da officina de modo que possa conhecer-se, com a maior exactidão possivel, o custo de qualquer objecto alli fabricado, discriminando mão de obra e material, fornecendo o Chefe da officina os seus assentamentos.

§ 10. Conferir as entradas e sahidas que tiver lançado com os assentamentos das contas pagas na Contadoria.

Art. 36. Não é licito ao Encarregado do material fazer compra alguma sem ordem da Directoria, nem effectuar fornecimento a estações ou a Chefes de serviço sem o pedido, devidamente assignado e rubricado.

Art. 37. O Encarregado do material receberá mensalmente uma somma de dinheiro adiantada para pagamento das despesas de carretos, embarques, fretes e acondicionamento de objectos, e compra de miudezas.

Parapho unico. Cumpre-lhe fazer em tempo o pedido de fornecimento do material de consumo mensal para que não haja falta no supprimento.

Art. 38. Nos assentamentos que tiver aberto ás estações, á construcção, á conservação e officina, dará balanço semestralmente.

Art. 39. Na distribuição do material da officina observará as prescripções do respectivo chefe.

Art. 40. A nomeação do Ajudante do Encarregado do material será feita pelo Director, precedendo proposta do Encarregado.

Paragrapho unico. O Ajudante coadjuvará a escripturação da arrecadação e forá os despachos.

Art. 41. Além do livro para inventariar os objectos constantes do art. 35, § 1.º haverá:

1.º Livro de entrada e sahida de todo o material como dispõe o § 2.º do mesmo artigo.

2.º Livro das estações onde serão lançados em carga das mesmas os objectos fornecidos e em descarga os restituídos.

3.º Livro das linhas e da officina, idem idem.

Art. 42. A escripturação deverá estar sempre em dia de maneira que a cada instante e quando a Directoria o exigir, seja possível informál-a sobre as quantidades existentes em ser de qualquer especie de material.

Art. 43. Os objectos da Repartição que não puderem prestar mais serviço, serão vendidos pelo Encarregado do material mediante autorização da Directoria e com as vantagens possíveis a bem da Fazenda Nacional.

Em vista de conta assignada do Encarregado da arrecadação, mandará a Directoria dar sahida ao material no respectivo livro, e passar-lhe-ha um conhecimento da quantia realizada immediatamente em dinheiro. O conhecimento será de talão como o das taxas e das multas.

Art. 44. Qualquer sobra de uma especie de material a cargo do Encarregado, não servirá para compensar a falta em outra especie.

Art. 45. A nomenclatura para especificar o material será invariavel, e adoptada uma unidade para as entradas de certo material, por essa mesma unidade se exprimirão as quantidades sahidas.

Art. 46. Dos concertos ou das obras feitas pela officina para outras repartições ou particulares será tirada uma conta, que, entregue ao Encarregado do material juntamente com a obra feita, servir-lhe-ha para a cobrança no momento da entrega do objecto ao respectivo dono.

Art. 47. Feita a cobrança será immediatamente entregue á Directoria o seu importe segundo o disposto no art. 43 para cumprimento dos arts. 173 e 176.

CAPITULO X.

DA OFFICINA.

Art. 48. Haverá para o concerto e fabrico deapparehos uma officina immediatamente subordinada á Directoria. O chefe da officina será nomeado por portaria do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; na falta de nacional idoneo poderá ser contractado pelo Director com approvação do Ministro.

Deverá ter além das habilitações de mecanica pratica que o tornem capaz de construir um apparelho com toda a perfeição, os estudos de mathematicas sufficiente para comprehender as theorias dos apparelhos electricos, e proceder á rectificação dos instrumentos geodesicos e de physica, principalmente na parte relativa á electricidade e magnetismo.

Art. 49. Incumbe-lhe:

§ 1.º Fiscalizar todo o serviço da officina, distribuindo o trabalho por seus subordinados e dirigindo e examinando as obras por elles feitas, e julgando das suas habilitações.

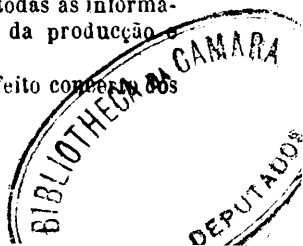
§ 2.º Propôr a nomeação e a demissão dos empregados da officina, e apresentar ao Director Geral, quando convenha contractar operarios, as clausulas dos respectivos ajustes.

§ 3.º Admittir aprendizes que possuão já alguns principios cu alguma pratica dos trabalhos em que tenham de se industrializar.

§ 4.º Admoestar convenientemente os aprendizes que forem menos exactos no cumprimento de seus deveres, e despedir os que não se corrigirem, depois de repetidas advertencias.

§ 5.º Fazer o pedido e receber do Encarregado todo o material e ferramenta de que carecer, e dar-lhe todas as informações para o assentamento que tem de fazer da produção e consumo da officina.

§ 6.º Providenciar sobre o prompto e perfeito cumprimento dos



apparelhos devolvidos das estações, que receber do Encarregado do material, dando-lhe conta dos estragos devidos á ignorancia ou malevolencia para carregar ao culpado a importancia do concerto.

§ 7.º Executar todas as construcções de apparelhos e instrumentos que exijão perfeição, quér no tocante á execução mecanica, quér na combinação rigorosa de seus elementos.

§ 8.º Fazer promptificar todos os apparelhos indispensaveis para verificações e experiencias, e quando houver tempo ou recursos, construir apparelhos para o serviço das estações.

§ 9.º Velar sobre o perfeito fabrico da ferramenta.

§ 10. Informar regularmente ao Director Geral sobre as habilitações dos operarios e propôr melhoramento de vencimentos em favor daquelles que se tiverem distinguido por seu aproveitamento não vulgar, e proceder exemplar.

§ 11. Tomar o ponto dos operarios e remetter á Secretaria no fim de cada mez o mappa da frequencia para a organização da respectiva folha.

§ 12. Apresentar á Directoria todas as semanas uma nota do serviço feito, a qual possa ser confrontada com a caderneta do trabalho diario de cada operario.

§ 13. Examinar e marcar cada apparelho entregue ao serviço, abrindo-lhe assentamento.

§ 14. Requisitar o material e ferramenta que forem precisos.

§ 15. Sujeitar á rubrica da Directoria e fornecer ao Encarregado do material a conta dos concertos ou das obras feitas para fóra, a fim de ser cobrado o respectivo importe. Esta conta deverá ser em duas vias e assignada.

§ 16. Entregar as obras ou objectos concertados ao Encarregado do material, para que este os passe a quem pertencerem e effectue a cobrança do custo, com uma porcentagem marcada pelo Director para o expediente da officina.

A entrega da obra será effectuada mediante recibo do Encarregado do material.

Art. 50. O chefe da officina é responsavel pela qualidade dos productos fabricados sob suas vistas e direcção, e pelas machinas, ferramentas, utensis e material da mesma officina.

Art. 51. Por proposta do chefe da officina serão nomeados o seu ajudante e os officiaes pelo Director Geral.

Art. 52. Ao ajudante compete fazer as vezes do chefe em seus impedimentos ou faltas.

Art. 53. O numero dos officiaes e dos praticantes dependerá das exigencias do serviço.

Art. 54. Em caso de muita urgencia de trabalho poderá a Directoria fazer trabalhar a officina em dias santos e á noite, abonando gratificações proporcionaes ao tempo adicional.

Art. 55. Quanto ás horas de trabalho ordinario seguir-se-hão as normas estabelecidas nos Arsenaes, e da mesma fórma o que se refere á trabalho extraordinario.

Art. 56. Para serviço da officina haverá os seguintes livros:

1.º De assentamentos de todo o material e ferramenta entrados para a officina.

2.º Do custo das obras feitas para a Repartição.

3.º Do custo das obras feitas para repartições estranhas e particulares.

Além destes livros poderá a Directoria crear outros que entenda necesarios.

CAPITULO XI.

DOS ENGENHEIROS DE DISTRICTO.

Art. 57. Os Engenheiros do districto serão nomeados pela mesma fórma, e com as mesmas habilitações exigidas para o lugar de Encarregado Geral das linhas.

§ 1.º São responsaveis pela boa marcha do serviço quér no tocante ás estações, quér no que diz respeito ás linhas.

§ 2.º Serão de tres classes 1.ª, 2.ª e 3.ª e passarão das ultimas ás primeiras por accesso. Só poderão ser de 1.ª os que tiverem dado provas praticas das habilitações exigidas neste regulamento desde a manipulação de aparelhos até a construção de linhas e trabalhos geodesicos.

Art. 58. Serão incumbidos da construção de novas linhas e da conservação das existentes, e como taes deverão:

§ 1.º Proceder aos estudos de exploração que forem necesarios.

§ 2.º Estudar os melhoramentos de direcção quér para encurtar as linhas, quér para levar-as por lugares onde sejam mais protegidas ou melhor vigiadas.

§ 3.º Fazer as plantas e nivelamentos das estradas ou desvios das mesmas, pontes, aterrados, esgotos, deseccamentos

de terrenos, que sendo precisos para mais facil e economica conservação das linhas sejam de reconhecido proveito para o transito publico, devendo taes plantas de estradas e os respectivos orçamentos conter todas as informações necessarias para se poder annunciar a sua construcção por contracto.

§ 4.º Percorrer, ao menos uma vez por mez, seu districto, examinando se estão limpas as picadas e isoladores, e substituidos os postes arruinados e os isoladores quebrados.

§ 5.º Verificar se os postes mudados ainda estavam sãos, e nesse caso proceder contra o respectivo guarda.

§ 6.º Mandar arrecadar para serem concertados os isoladores em estado de servir, e dar consumo ao material reconhecido inutilisado.

§ 7.º Examinar se estão perfeitos os concertos executados durante a sua ausencia, principalmente as emendas de fio.

§ 8.º Prevenir o fornecimento do material para substituições, a fim de que os depositos nunca estejam desfalcados, sobretudo de madeiras.

§ 9.º Fazer os pedidos do material e ferramenta.

§ 10. Ter numerados todos os postes do seu districto com uma nota de suas qualidades e substituições, devendo trazer sempre consigo uma caderneta com a numeração dos mesmos postes para os assentamentos que houver de fazer.

§ 11. Examinar as estações dos seus districtos verificando:

1.º As entradas das linhas para as estações.

2.º O estado dosapparelhos, das baterias e tudo quanto lhes pertence.

3.º Os livros de registro dos telegrammas.

4.º Os livros de receita e despesa.

5.º Os assentamentos do estado das linhas.

§ 12. Nomear, com autorização da Directoria, os guardas effectivos e auxiliares dando disso conhecimento ás autoridades do lugar para os fins do art. 295.

§ 13. Pôr o *visto* nas guias desses empregados e avisar as autoridades quando fôr demittido qualquer guarda ou trabalhador para ser invalidada a respectiva guia.

§ 14. Dirigir a construcção das linhas.

§ 15. Fiscalizar e dirigir o plantio de postes vivos e de madeiras de construcção.

§ 16. Proceder, sempre que lhe sobrar tempo, á triangulação e levantamento de plantas dos terrenos contiguos ás linhas, e de tal modo que possam ser aproveitadas para o cadastro, que tiver de ser organizado.

§ 17. Remetter mensalmente ao Director Geral um relatório das occorrencias havidas.

§ 18. Acompanhar o Encarregado Geral das linhas nas operações pelo seu districto, e obedecer ás suas prescripções.

§ 19. Satisfazer as requisições do Ajudante technico para o melhor desempenho do serviço á cargo deste.

Art. 59. Logo que o serviço telegraphico estiver convenientemente organizado na fórma deste regulamento, serão divididas as linhas em districtos com a extensão que fôr marcada pelo Governo sob proposta do Director Geral, a fim de que os Engenheiros, cada um no respectivo districto, se empreguem, sempre que o permittir o serviço da linha, em trabalhos topographicos.

Art. 60. Consistirão esses trabalhos no levantamento de planta e nivelamento de todas as estradas, caminhos, rios, montanhas e valles que se acharem na vizinhança das linhas em distancias que lhes permittão acudir a qualquer desarranjo que nellas se dê, e exija a sua presença.

Estes trabalhos serão feitos com toda a minuciosidade possível e segundo as regras que pelo Director Geral forem prescriptas em instrucções por elle organizadas e approvadas pelo Governo, a fim de haver uniformidade em todos.

Art. 61. Comprehenderão as instrucções os trabalhos geodesicos e todos os que forem necessarios a fim de se proceder á triangulada para reunir na rede geodesica, que se fôr obtendo, todos os trabalhos topographicos parciaes.

Trabalho algum será aceito sem que a sua exactidão seja rigorosamente verificada.

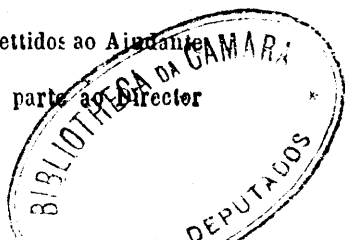
Art. 62. O Director Geral, logo que o permittão os trabalhos á seu cargo, deverá proceder com os Engenheiros de districto, e na falta ou impedimento de qualquer destes com outro empregado de sua escolha, á determinação das posições astronomicas com todo o rigor e exactidão que permittirem a electricidade e a perfeição dos instrumentos.

Aos Engenheiros de districto se forneceraõ os instrumentos necessarios, os quaes lhes ficarão pertencendo mediante desconto mensal nos seus vencimentos.

Art. 63. Os Engenheiros de districto farão um diario minucioso do serviço e de todas as occorrencias que houver no seu districto.

Estes diarios serão semestralmente remettidos ao Ajudante technico.

Art. 64. De tres em tres mezes darão parte ao Director



Geral de quaesquer providencias que tenham solicitado durante suas correições, das autoridades locais, para a conservação e segurança das linhas.

Art. 65. Aos Engenheiros que, além do cumprimento exacto dos seus deveres, prestarem serviços extraordinarios, apresentando trabalhos especiaes e importantes sobre geodesia, geologia, mineralogia, botanica ou zoologia, de accôrdo com as instrucções recebidas do Director Geral, serão conferidas gratificações em relação ao merito dos trabalhos, até 1:200\$000 annualmente.

Art. 66. Aos Engenheiros compete a fiscalisação de todos os livros e contas das estações do seu districto e são responsaveis pela sua exactidão.

§ 1.º Além dos livros proprios de cada estação, e fiscalizados pelos Engenheiros deverão estes ter um livro de conta corrente com a Directoria. No debito desta conta lançarão todos os dinheiros recebidos da Directoria, ou de outra procedencia por ordem della para pagamento de ferias de trabalhadores e contas de construcção ou de exploração, e para contas de concerto, etc., e no haver todos os pagamentos que fizerem.

Esta conta será encerrada mensalmente, passando o saldo á conta nova e remetendo-se cópia á Directoria.

§ 2.º O livro de mappa dos postes, isoladores e esticadores, quantidade de fio e guarda-raios.

§ 3.º Registro dos postes de reserva e material em ser com designação dos lugares. Inventario das estações do seu districto especificandoapparelhos, material, mobilia e ferramenta.

§ 4.º Livro de matricula dos inspectores e guardas das linhas, com designação dos lugares, das extensões de linhas e dos vencimentos.

§ 5.º Livro das despesas de construcção, onde virão discriminados salarios, comedorias, transportes, compra de postes e outros materiaes conforme as contas de que remetterá duas vias á Directoria para justificar a despesa.

§ 6.º De todos estes livros diversos se extrahirão cópia quando a Directoria o ordenar.

§ 7.º Os livros de observações meteorologicas ficarão debaixo da immediata responsabilidade dos Engenheiros.

§ 8.º Para coadjuvar a escripturação determinada, o Engenheiro poderá chamar algum dos Inspectores, ou um dos

Adjunctos da estação mais importante do districto. Logo que avultar o serviço e haja trabalho de desenho o Engenheiro poderá propor e o Director nomear um desenhista que sirva também de Escripturário.

CAPITULO XII.

DOS INSPECTORES.

Art. 67. Os Inspectores serão de nomeação do Director Geral d'entre pessoas que em concurso tiverem mostrado conhecimentos praticos dos trabalhos de construcção de linhas e das madeiras mais aproveitaveis, e além disso souberem manipular comapparehos de campanha e determinar a tensão dos fios.

Art. 68. Haverá tres classes de Inspectores: A' 1.^a pertencerão os que tiverem habilitações para levantar plantas, e proceder á nivelamentos com instrumentos de graduação, e souberem desenhar plantas; á 2.^a os que puderem levantar plantas com pranchetas e souberem proceder á verificação das condições electricas; á 3.^a os que tiverem sido bons feitores e constructores de linhas.

§ 1.^o Poderão ser nomeados Inspectores de 1.^a classe os estacionarios de 1.^a classe, e de 2.^a os de 2.^a que tiverem construido linhas e satisfizerem os requisitos do artigo antecedente.

§ 2.^o Os Inspectores servirão nos lugares que lhes forem determinados, ou onde a sua presença se tornar necessaria.

Art. 69. Para feitores exigir-se-hão homens robustos e que possam trabalhar de machado, devendo proval-o. Serão escolhidos de preferencia os que se mostrarem capazes de adquirir os conhecimentos exigidos nos arts. 67 e 68.

Art. 70. Com excepção de merito provado seguir-se-ha em geral a lei de accesso desde Feitor de 2.^a classe até Inspector de 1.^a.

Art. 71. Os Inspectores exercerão as funcções de Fiscaes dos guardas onde os houver em curtas distancias, e dirigirão as turmas de trabalhadores durante a construcção de novas linhas, ou mudança das existentes.

Art. 72. São subordinados aos Engenheiros de districto, e a elles devem dar conta do estado das linhas e de todo o serviço de conservação ou de construcção, bem como do procedimento do pessoal das linhas, e de tudo quanto occorrer relativo ao serviço telegraphico.

Incumbelhes :

§ 1.º Dirigir as turmas de trabalhadores ajustados.

§ 2.º Numerar os postes indicando as suas qualidades e os terrenos em que estiverem fincados.

§ 3.º Proceder á tiragem, transporte e acondicionamento de madeiras de reserva, quando não se possa obter o seu fornecimento por contracto.

§ 4.º Cuidar do plantio de madeiras de construcção em terrenos devolutos ou adquiridos para este fim, e conservar as plantações que fizer.

§ 5.º Velar sobre a boa conservação dos acantonamentos, onde forem precisos, principalmente a conservação de pastos para animaes dos guardas volantes.

§ 6.º Dirigir os pequenos trabalhos e concertos feitos com o fim de facilitar a conservação das linhas, principalmente no que tenda a melhoramento de sua viabilidade para que possam ser rapidamente percorridas.

§ 7.º Zelar e cuidar de todo o material de reserva e ferramenta entregues aos guardas, propondo a responsabilisação dos remissos.

§ 8.º Obedecer ao Encarregado Geral das linhas, seguir suas prescripções em bem do serviço, e coadjuval-o em tudo quanto elle exigir no serviço de correição.

Art. 73. Deverão ter um caderno em que regularmente assentem o serviço por elles executado.

Art. 74. E' concedida á Directoria a faculdade de contracta Inspectores habilitados, conforme as exigencias do serviço mas sob approvação do Ministro.

CAPITULO XIII.

DOS GUARDAS EFFECTIVOS E AUXILIARES.

Art. 75. Os guardas serão nomeados pelo Engenheiro de districto, com approvação do Director Geral, dentre os traba-

lhadores que tiverem servido em construcção de linhas, ou de qualquer turma de serviço telegraphico em que tenham adquirido as habilitações necessarias.

§ 1.º Todos elles devem saber lidar com as ferramentas proprias para os trabalhos de collocação, emendas, e solda de fios, e manejar bem a fouce e o machado.

§ 2.º De modo algum poderá ser nomeado guarda de linha o individuo que não souber trabalhar de fouce e de machado.

Art. 76. Aos guardas effectivos incumbe:

§ 1.º Trazer as linhas sempre limpas de mato, de modo que nenhum galho, cipó ou outro corpo extranho de qualquer natureza, encoste nos fios ou isoladores.

§ 2.º Manter sempre roçado o caminho ao longo das linhas, de modo que possa ser facilmente percorrido.

§ 3.º Trazer capinado ou grammato o terreno em roda do pé dos postes até uma distancia de 7 decimetros, para que em qualquer tempo possa ser examinado com facilidade.

§ 4.º Lavar duas vezes por anno os isoladores com agua doce a fim de afastar o pó que revestir a porcellana, ou o salitre da agua do mar onde o houver.

§ 5.º Pintar, sempre que fôr preciso, os fios, as peças de ferro dos isoladores, e os postes.

§ 6.º Substituir os isoladores deteriorados recolhendo-os á proxima estação.

§ 7.º Trocar os postes apodrecidos por outros em perfeito estado.

§ 8.º Emendar as linhas logo que rebentem, examinar e consolidar qualquer concerto provisoriamente feito pelos guardas auxiliares.

§ 9.º Percorrer a linha uma vez por semana e dar parte ao proximo estacionario do seu estado.

§ 10. Examinar, sempre que tiver havido temporal ou forte trovoadas, o seu districto para conhecer se deu-se em qualquer ponto d'elle algum estrago, e proceder logo á concerto.

§ 11. Plantar arvores que possam servir de postes vivos, na distancia de nove palmos das linhas, e trazer sempre limpo o terreno em torno do arbusto, decotando-o devidamente para que cresça direito.

§ 12. Examinar o estado dos postes, se estão sãos ou ar-didos, e indicar o numero destes, remettendo o resultado do exame ao Inspector ou ao Chefe do districto.

Art. 77. Os Guardas estão sujeitos immediatamente aos Inspectores e Engenheiros de districto, aos quaes têm de prestar

obediencia; devendo acompanhá-los, assim como ao Encarregado Geral das linhas, sempre que isto fôr ordenado por qualquer delles.

Art. 78. A extensão de linha marcada para o serviço de cada Guarda será dependente das condições locais.

Art. 79. A cada um se fará entrega da porção de linha, que convier, segundo as circumstancias locais, limpa e em perfeito estado.

Art. 80. Os Guardas, devem sem demora participar ao mais proximo Estacionario, e este á autoridade judicial, qualquer impedimento ou obstaculo que os particulares oppoñão ao desempenho do serviço, como sejam prohibição de transito pela linha, opposição ao córte de cercas ou arvoredos que toquem nos fios ou ameacem tocar. Perante qualquer embaraço desta ordem o Guarda protestará logo por prejuizos, despesas e damnos, e bem assim contra as infracções enumeradas nos arts. 282 e 283.

Art. 81. Podem os Guardas ser substituidos por trabalhadores ambulantes, se desta maneira o serviço puder ser mais bem executado, ou em lugares onde não haja pessoas que sirvão para aquelle cargo, por falta das habilitações exigidas no art. 75.

Art. 82. São responsaveis pela ferramenta que lhes fôr entregue mediante recibo, e terão de pagá-la, verificando-se que foi estragada por falta de cuidado, ou extraviada.

Art. 83. Aos Guardas auxiliares pertencerá :

§ 1.º Proceder immediatamente ao concerto provisório de qualquer desarranjo que se dê na linha.

§ 2.º Ajudar os Guardas effectivos á fazer os concertos definitivos dentro das respectivas divisões.

§ 3.º Dar parte aos Guardas effectivos dos desarranjos que se derem no seu districto.

Art. 84. Se houver necessidade de proceder á trabalho mais avultado dentro do districto dos Guardas á quem coadjuvarem, terão os auxiliares direito á razão.

Art. 85. Em cada ponto de estação serão nomeados até dous individuos com regalias de Guardas auxiliares que terão a obrigação de percorrer as linhas, logo que se note qualquer desarranjo, e de proceder com os Guardas effectivos aos concertos provisórios.

Onde houver terras para cultivo de madeiras, ou acantonamento, se poderá consentir a um ou outro Guarda que nellas

habite e tenha um espaço limitado para as suas plantações.

Nesse caso terá elle obrigação de cuidar das madeiras plantadas e dos pastos.

CAPITULO XIV.

SEGURANÇA DAS LINHAS.

Art. 86. No caso de guerra, perturbação da ordem publica e mesmo simples presumpção de perturbação, tomar-se-hão as seguintes medidas extraordinarias para segurança das linhas:

1.º Serão armados e montados os Guardas.

2.º Poder-se-lhes-ha dar um ou mais trabalhadores igualmente armados e montados.

3.º Os Guardas estarão em permanente vigia ao longo das linhas.

4.º As autoridades civis ou militares terão um ou mais guardas nacionaes ou soldados de policia ás ordens para avisar os Guardas das linhas e coadjuval-os, se fôr preciso, nos promptos reparos para restabelecimento das communicações, ou na repressão de projectos de aggressão contra as linhas.

5.º Dado o caso de repetidos córtes de linha, no lugar onde isto se der a autoridade providenciará para que se ronde com força sufficiente.

6.º A autoridade intimará á todos os proprietarios, por cujas terras passarem as linhas que, á bem da segurança publica, empreguem por sua parte toda vigilancia pela conservação das mesmas linhas.

7.º Nos lugares onde não haja estação compete á autoridade requisitar um ou mais empregados comapparelhos volantes para ter communicação immediata com a estação ou estações proximas.

8.º Estas medidas se estenderão á todas as linhas, cujo serviço permanente se torne indispensavel á bem da segurança publica.

Art. 87. Nos casos extraordinarios, mencionados no art. 86, o Director Geral autorizará desde logo as despesas indispensaveis que forem exigidas, dando immediatamente parte ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

PART E II.



CAPITULO XV.

DO PESSOAL E DOS CHEFES DE ESTAÇÕES.

Art. 88. O pessoal das estações será graduado por categorias, a saber :

- 1.º Chefes de estação.
- 2.º Estacionarios de 1.ª classe.
- 3.º Estacionarios de 2.ª classe.
- 4.º Estacionarios de 3.ª classe.
- 5.º Adjunctos de 1.ª classe.
- 6.º Adjunctos de 2.ª classe.
- 7.º Adjunctos supra-numerarios (sem vencimento).

Art. 89. Os Chefes de estações, Estacionarios e Adjunctos deverão ter as habilitações que constituem o curso de telegraphia da Repartição, boa letra, tanto na escripta corrente, como em escripta telegraphica, rapidez no serviço de receber e transmittir telegrammas e bom ouvido para decifral-os.

Art. 90. Serão nomeados por portaria do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, precedendo concurso entre os Estacionarios ou Adjunctos da classe immediatamente inferior.

Art. 91. Os Chefes de estações deverão estar habilitados para proceder á verificação das condições elêctricas e á leitura de instrumentos de gradação.

Art. 92. Compete-lhes :

§ 1.º Distribuir o serviço pela sua estação, de modo que se evite demora no recebimento e transmissão de telegrammas, devendo trabalhar em um dosapparelhos logo que o serviço avulte.

§ 2.º Verificar á miudo o estado dos apparelhos de telegraphar e das baterias, assim como dos instrumentos assentados na estação para verificação.

§ 3.º Fiscalizar o serviço dos empregados subalternos e as habilitações dos Praticantes effectivos e inteirar a Directoria ácerca do seu procedimento.

§ 4.º Arrecadar a taxa e fazer della entrega ou remessa ao Vice-Director acompanhada das competentes guias do balanço.

§ 5.º Organizar os mappas mensaes do movimento dos telegrammas das estações, assim como o das interrupções havidas e averiguar os seus motivos.

§ 6.º Fazer por escripto os pedidos de material de que carecer.

§ 7.º Proceder ás observações scientificas, uma vez que na sua estação hajão os competentes appparelhos.

§ 8.º Executar prompta e fielmente as ordens que receber do Engenheiro de districto, do Encarregado Geral das linhas e mais empregados superiores.

§ 9.º O Chefe é responsavel pela regularidade do serviço de sua estação e pela exactidão dos talões e mais assentamentos e deve tel-a sempre em boa ordem e em estado de constante asseio.

§ 10. Deverá outrosim prohibir todos os ajuntamentos de pessoas estranhas na estação, e ainda do empregados de folga, nas occasiões em que houver serviço.

Art. 93. Na ausencia do Engenheiro de districto, dada qualquer emergencia que não admitta demora, deverão os Chefes de estações exigir dos Inspectores e Guardas que prestem qualquer serviço que as circumstancias reclamarem, dando logo parte ao Engenheiro, e pedindo-lhes instrucções pelo meio mais prompto.

Art. 94. Poderão servir de Ajudante do Engenheiro, ou do Encarregado geral, aquelles que tiverem construido linhas, e derem provas em exame de terem as habilitações exigidas nos arts. 67 e 68.

CAPITULO XVI.

DOS ESTACIONARIOS.

Art. 95. Os Estacionarios de 1.ª classe serão nas estações de 1.ª ordem os encarregados do recebimento e transmissão de telegrammas, e quando houver muita affluencia de serviço não poderão se afastar dos appparelhos, e irão lendo e escrevendo os telegrammas que chegão, sem os interromper.

Não havendo affluencia de serviço podem ceder o appparelho ao Adjuncto ou Praticante, e tratarão de escrever e expedir os telegrammas.

Art. 96. Nas estações de 2.ª ordem terão as mesmas attribuições dos Chefes de estações no que disser respeito somente aquella que occuparem.

Nas estações maritimas e em todas as que tiverem appparel-

Ihos semaphoricos ou de outros signaes, só serão Estacionarios os que tiverem pratica de conhecer navios e souberem manejar com promptidão o código internacional de signaes maritimos.

Art. 97. Observarão sempre as seguintes regras :

§ 1.º Nenhum telegramma será dado por entendido sem conferencia dos algarismos, dos nomes proprios estrangeiros, ou das palavras que não fizerem sentido.

§ 2.º O telegramma em cifra será immediatamente devolvido á estação transmissora para ser conferido.

§ 3.º Todo o Estacionario tem de inscrever no fim do telegramma que passar a data e hora da transmissão com o numero ou letra de ordem, e logo que se receber um telegramma que se dê por entendido ou conferido, devolverá o numero ou letra de ordem com a data e hora do recebimento, os quaes serão inscriptos no livro dos recados ao lado destes.

§ 4.º E' de seu dever prohibir que lêa ou tente ler os telegrammas, qualquer empregado á não ser em desempenho de serviço (art. 126, parágrafo unico).

§ 5.º Deverá tambem marcar ao Carteiro a hora da distribuição, a qual irá expressa no recibo do telegramma.

§ 6.º Sendo a estação intermediaria, o seu Estacionario não pôde demorar por modo algum o transito de qualquer telegramma.

Art. 98. As estações de 3.º ordem serão creadas principalmente para uso dos empregados da inspecção e conservação das linhas, facultando-se, porém, seu serviço ao publico, quando se julgar conveniente. Nas estações de 3.º ordem servirão de Chefes, só Estacionarios de 2.º e 3.º classe sem Adjunctos, conforme a maior ou menor importancia da mesma estação.

Art. 99. Na falta de Adjunctos habilitados para Estacionarios, será licito admittir Estacionarios por contracto assignado na Directoria com approvação prévia do Ministro.

CAPITULO XVII.

DOS ADJUNCTOS.

Art. 100. Se o serviço o exigir, poderão haver Adjunctos nas estações de 1.º e 2.º ordem, com as obrigações seguintes :

§ 1.º Escrever os telegrammas para expedição.

§ 2.º Calcular a taxa, notal-a no telegramma e cobral-a, ficando responsavel pelos enganos, se o Chefe da estação estiver retido no aparelho.

§ 3.º Fazer toda a escripturação da estação que lhe fôr incumbida.

Art. 101. Os Adjunctos farão além disso o serviço de aparelho quando estiverem bem habilitados, como auxiliares dos Estacionarios.

Art. 102. Nas estações de 2.ª ordem serão dispensados os Adjunctos, sempre que houver nella empregado casado, cuja mulher tenha letra intelligivel e habilitações para receber e transmittir telegrammas com facilidade e se preste á esse serviço.

Art. 103. Ao empregado nas circumstancias do artigo antecedente se abonará uma gratificação adicional correspondente á do Adjuncto dispensado e será preferido para as estações de 2.ª ordem.

Art. 104. Serão preferidos para os lugares de Adjunctos, os Praticantes que concluirem o curso theorico e pratico de telegraphia e que nos exames tiverem dado provas de possuirem as habilitações necessarias para taes lugares.

Art. 105. Os Adjunctos só no fim de dous annos de pratica com aproveitamento, poderão ser promovidos á Estacionarios.

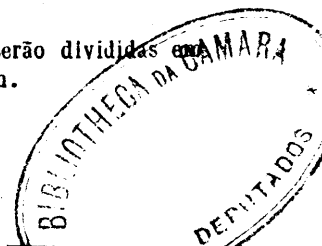
Art. 106. Quando se der qualquer vaga, ou se tiver de proceder ao preenchimento do cargo de Adjuncto de 2.ª classe, entrarão em concurso os Praticantes, sob pena de ser riscado todo aquelle que não comparecer, salvo por motivo de molestia grave provada, ou se já tiverem concorrido duas vezes, e obtido notas iguaes ou quasi iguaes ás dos nomeados.

Art. 107. Na falta eventual de Adjunctos serão chamados á servir provisoriamente os Adjunctos supranumerarios, aos quaes se abonará uma diaria, durante o tempo que servirem. Esta diaria nunca será superior ao que poderia competir ao Adjuncto.

CAPITULO XVIII.

DAS ESTAÇÕES TELEGRAPHICAS.

Art. 108. As estações telegraphicas serão divididas em central e estações de 1.ª, 2.ª, e 3.ª ordem.



Art. 109. Será considerada de 1.^a ordem, aquella em que houver necessidade de fazer trabalhar pelo menos quatroapparelhos, e onde a affluencia de serviço exigir pessoal exclusivamente occupado já nos apparelhos, já na escripturação.

Art. 110. De 2.^a ordem serão todas as da Côrte, menos a da praça do commercio, as intermediárias de linhas extensas e as em extremo de ramal de linhas que, ou tiverem grande affluencia de serviço publico ou um rendimento médio directo igual ao seu custeio.

Art. 111. De 3.^a ordem serão aquellas em que houver pouco serviço e em que o rendimento ficar abaixo do custeio.

Art. 112. A estação central continuará á ser na capital do Imperio, e ali se receberão e se transmittirão telegrammas para todas as linhas.

Art. 113. A estação da praça do commercio da Côrte será de 1.^a ordem; ella communicará logo que fôr possível por meio de encanamento pneumático com a central, e servirá para a distribuição de telegrammas recebidos e para tomar e cobrar taxas dos que têm de ser transmittidos. Destes telegrammas se cobrará taxa adicional urbana para pagamento da condução á central, á qual serão diariamente remettidas as taxas arrecadadas.

Art. 114. A estação da praça terá um apparelho para receber os avisos maritimos da barra e mais estações de mar, e tambem ficará á seu cargo dirigir o serviço da visita de navios.

Art. 115. Ficarão sujeitas á estação da praça as estações: do Castello, com obrigação de annunciar a entrada de navios, por meio de signaes de bandeiras, e da Babilonia, de Santa Cruz, de Ponta Negra, do pharol de Cabo Frio, da cidade do mesmo nome, e assim tambem a linha de Petropolis.

Art. 116. Compete-lhe igualmente fiscalizar o serviço das estações da marinha, estabelecidas no Arsenal e em Villegagnon; e o serviço marítimo em Santa Cruz.

Art. 117. A' estação central pertence a fiscalisação do bom serviço das outras estações incluindo a da Imperial Quinta da Boa-Vista para serviço publico na Casa Imperial.

As de serviço publico, sendo como taes consideradas, quanto ao Ministerio da Justiça:

As da Secretaria da policia, do Quartel do corpo policial em Barbonos e Estacio de Sá, a da Casa de detenção e as provisórias que forem estabelecidas na Secretaria da Justiça e nos postos policiaes em determinada occasião.

Quanto ao Ministerio da Guerra, as do: Quartel general, Arsenal de guerra, Fortalezas de Santa Cruz, S. João e Praia Vermelha, e Fabrica da polvora.

Quanto ao Ministerio da Marinha: as do Arsenal de marinha e Fortaleza de Villegaignon.

Quanto ao Ministerio da Agricultura: todas as urbânas que forem estabelecidas em postos de bombeiros.

Art. 118. Todos os annos, na occasião em que o Director Geral apresentar o orçamento da Repartição e balanços do exercicio findo, fará subir tambem um quadro das estações distribuidas por categorias, com a indicação do pessoal que será preciso para guarnecel-as, e juntamente outro quadro das extensões de linhas com o numero de Guardas e Inspectores necessarios distribuidos por districtos.

Art. 119. Por esses dous quadros fixará o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o numero de Engenheiros de districto, de Inspectores, de Guardas e o pessoal das estações que deverá servir no anno subseqüente.

O quadro annual só poderá ser alterado, sob proposta do Director geral, e por Aviso do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, no caso de abertura de novas estações e prolongamento de linhas, ou quando por força de outras circumstancias o melhoramento do serviço o exija.

Art. 120. O serviço das estações é permanente nas linhas geraes. Nas de 1.^a ordem, e nas de 2.^a quando avultar o trabalho, se revesarão os empregados; mas nas de 3.^a serão as horas de serviço marcadas pela Directoria.

Art. 121. Ao romper do dia terão as estações de chamar, ou de estar attentas ao chamado das outras para conhecer-se o estado das linhas.

Depois procederão aos ensaios de verificação com osapparelhos de resistencia para conhecer se ha alteração nas linhas, nos apparelhos de telegraphar e se as baterias estão em estado normal.

Verificado qualquer defeito nas linhas se dará immediatamente aviso aos Guardas.

Art. 122. Para o serviço de distribuição de telegrammas terão as estações de 1.^a ordem Carteiros fardados, e as outras simples serventes.

Art. 123. Nas estações distantes haverá proprios que gozarão dos privilegios de empregados da Repartição, mas sem vencimentos dos cofres publicos, estando porém em disponi-

bilidade para levar os telegrammas, mediante uma gratificação fixada para cada lugar, e que será paga pelo remetente do telegramma.

Art. 124. Na Côte haverá igualmente Carteiros supra-numerarios chamados para serviço especial ou extraordinario.

Art. 125. Para distribuir telegrammas de serviço publico se requisitarão na Côte e capitães de provincias praças ou do Corpo policial ou do Exercito.

§ 1.º Nos outros pontos as autoridades que morarem longe das estações providenciarão sobre o modo de lhes serem levados com urgencia os telegrammas que lhes forem dirigidos por outra autoridade.

§ 2.º Os telegrammas, em serviço publico, serão entregues ou ás autoridades á quem são dirigidos, ou á quem as substituir; e, no caso de requisição de diligencia se a autoridade que tiver de expedir as ordens não for achada, se remetterá cópia a quem de direito tiver de cumpril-as.

Art. 126. Sem licença especial não é permittido o ingresso na sala dosapparelhos, ou nos lugares em que se proceder ao registro de telegrammas, nem á pessoa estranha á repartição, nem á empregados á não ser em serviço.

O empregado que por mera curiosidade ler ou tentar tomar conhecimento dos telegrammas incorrerá nas penas do art. 273.

Art. 127. Os relogios das estações terão dous ponteiros, um marcando a hora média da estação central, e outro a hora do lugar.

Art. 128. Haverá sempre em cada estação um ou mais exemplares deste regulamento e de todas as instrucções concernentes ao serviço e policia da Repartição dos Telegraphos que poderão ser examinados e consultados por qualquer pessoa.

A cada empregado, operario, ou trabalhador dar-se-ha tambem um exemplar do regulamento.

As estações em que houver semaphoras, terão igualmente exemplares do codigo internacional de signaes, e a competente colleção de folhetos que indicão os distinctivos dos navios de todas as nacionalidades.

Art. 129. Haverá do mesmo modo em lugar accessivel á vista, um quadro contendo em typo bem legivel os artigos cujo conhecimento possa mais de perto interessar ao publico,

e outro nas mesmas condições com a tabela das taxas telegraphicas.

Art. 130. Nas principaes estações haveráapparelhos meteorologicos para conhecer a pressão do ar, sua humidade e temperatura, duração e quantidade de sedimentos atmosphericos, direcção e força do vento, e electricidade atmospherica.

Art. 131. Serão essas observações combinadas com outras do estado das linhas telegraphicas, para que se possa ter conhecimento perfeito das condições que influem sobre o isolamento, e da acção da electricidade atmospherica nas diversas localidades, a fim de que se possam remover esses efeitos e dar mais segurança ao serviço telegraphico.

Art. 132. Combinar-se-hão as observações meteorologicas das diversas estações com o fim de estabelecer uma regra pela qual o telegrapho possa annunciar, principalmente nos portos de mar, a approximação de temporaes e ventos propicios ou contrarios á navegação.

Art. 133. Estabelecida uma vez a lei que permita dar esses annuncios com segurança, se darão nos portos signaes que indiquem aos navios approximação de temporal e a hora em que elle possa ser esperado, e diariamente se publicará nos jornaes um resumo das observações meteorologicas.

Art. 134. Logo que se possa conhecer até onde chega a influencia das variações do tempo, o telegrapho, mediante uma taxa reduzida, fornecerá aos capitães de navios ou outros interessados as respectivas informações.

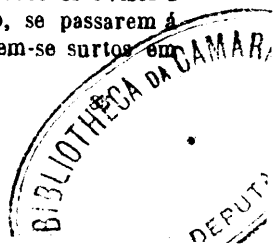
Annualmente a Directoria publicará o resultado das observações.

Art. 135. Nas principaes estações sobre as grandes linhas se estabelecerão igualmente apparelhos magneticos, não só para firmar as leis da variação, e da inclinação e declinação, mas ainda para verificar a causa das perturbações magneticas que por vezes se notão nos apparelhos.

Art. 136. Mediante uma taxa reduzida se poderá fornecer, aos Engenheiros, Pilotos e Agrimensores, a variação magnetica das agulhas em periodos certos, ou mesmo series de observações mediante as quaes se possam corrigir as indicações dos seus instrumentos.

Aos navios de guerra porém, qualquer que seja a sua nacionalidade, serão fornecidos gratuitamente todos os avisos e observações mediante os signaes do codigo, se passarem á vista, e mediante notas escriptas se acharem-se surtos em portos e as mandarem buscar.

PARTÉ II.



CAPITULO XIX.

ESCRITURAÇÃO DAS ESTAÇÕES.

Art. 137. A escripturação das estações constará dos seguintes livros :

§ 1.º Registro de telegrammas recebidos, tendo uma columna para a hora do recebimento e outra para a hora da expedição no lugar onde foi entregue.

§ 2.º Archivo de telegrammas onde serão collados os proprios autographos com declaração da hora da entrega, hora da transmissão e importe da taxa cobrada.

§ 3.º Talão das taxas cobradas pela transmissão de telegrammas.

§ 4.º Talão de assignatura do telegrapho.

§ 5.º Talão de firmas.

§ 6.º Talão para cobrança de taxa de respostas.

§ 7.º Talão para cobrança de multas.

§ 8.º Talão de recibos de telegrammas entregues aos Carreiros e expedidos ás partes.

§ 9.º Mappa de telegrammas transmittidos.

§ 10. Mappa de telegrammas recebidos.

§ 11. Mappa de telegrammas transmittidos, cobrados em outras estações.

§ 12. Mappa de respostas, cuja taxa foi arrecadada na estação.

§ 13. Assento de notas dos portes de correios e conducção de telegrammas cobrados pela estação.

§ 14. Assento de notas dos portes de correios e conducção de telegrammas pagos pela estação.

§ 15. Protocollo de contas pagas.

§ 16. Livro de assento das multas e indemnisações.

§ 17. Livro de balancetes mensaes.

§ 18. Livro especial de lançamento de telegrammas em serviço da repartição.

§ 19. De observação do estado das linhas e dosapparelhos.

§ 20. De entrada e sahida ou consumo de material.

§ 21. De minutas da correspondencia com a Directoria.

§ 22. De cópia das ordens e circulares, devendo ao mesmo tempo emmassar e encadernar por exercicios as portarias e officios recebidos.

§ 23. Mappa de serviço das linhas onde virão notados, dia por dia, o estado das linhas, e das communicações de estação com estação, e o estado do tempo.

§ 24. Livros de observações meteorologicas, segundo as instruções da Directoria, e depois que forem montados os respectivosapparelhos.

Art. 138. No fim de cada anno as estações remetterão para a estação central as tiras inutilizadas.

Art. 139. No principio de cada mez as estações procederão ao pagamento das despesas do mez anterior.

§ 1.º Debaixo da sua immediata responsabilidade, mas sempre sob fiscalisação do Engenheiro, o Estacionario fará o pagamento das despesas de sua estação (2.ª classe das contas do § 8.º do art. 32).

§ 2.º As despesas das linhas (3.ª classe das do mesmo § 8.º) só serão pagas por ordem formal do Engenheiro, e bem assim as contas de construcção (4.ª classe).

Art. 140. No dia 15 do mez, devem estar promptas todas as contas e mappas e devem ser remittidos á Directoria, os mappas constantes dos §§ 9.º a 14 do art. 137, as contas pagas especificadas com uma tabella, com um extracto do livro de multas e do balancete.

O saldo existente em poder do Estacionario deverá ser entregue ao Engenheiro, e o recibo desta entrega acompanhará o balancete.

Art. 141. A restituição de taxa de telegrammas que não produzirão seu effeito só poderá ser feita pelo Estacionario até o dia da remessa dos mappas á Directoria ; depois disso a parte requererá á esta.

Art. 142. A escripturação das estações será encerrada mensalmente com o balancete. A numeração das contas e dos telegrammas será mensal. Todo e qualquer pagamento não effectuado dentro do mez, só o poderá ser por ordem expressa da Directoria ou do Engenheiro.

Art. 143. No conhecimento da taxa mensal passada pela Directoria á estação será reproduzida a conta corrente comprovando a receita e despesa do mez, e servirá de desobriga e quitação ao Estacionario.

§ 1.º Para satisfazer as despesas da estação, quando não chegar a renda arrecadada, poderá o Estacionario sacar por telegramma sobre a Directoria.

§ 2.º O Estacionario é responsavel por qualquer erro, omissão, despesa ou pagamento indevidamente feitos.

Art. 144. Serão emmassados e conservados separadamente os livros dos autographos e os dos telegrammas recebidos para serem estes ultimos queimados, passado um anno.

Art. 145. Os autographos officiaes serão emmassados e encadernados a fim de serem archivados.

Art. 146. Conservar-se-hão no archivo :

A correspondencia.

O livro de ordens.

O protocollo de contas.

Os balanços de contabilidade e os do Encarregado do material.

Livros do movimento de telegrammas.

Os mappas de serviço das linhas.

CAPITULO XX.

DA TRANSMISSÃO DE TELEGRAMMAS.

Art. 147. Os telegrammas se classificarão pela ordem seguinte :

De força maior.

De serviço publico.

De serviço especial da repartição.

Do commercio e particulares.

Art. 148. De força maior serão considerados todos aquelles que dão avisos ou previnem da occorrença de qualquer desastre, como temporaes, incendios e damnos de qualquer propriedade em terra ou mar, perigo de vida, perturbação da ordem publica e as communicações em resposta das providencias dadas.

Art. 149. Os de serviço publico são :

Os da Casa Imperial.

Os de qualquer autoridade em exercicio.

Devem ser assignados e trazer a declaração de *serviço publico* e o caracter official do signatario.

Serão enviados directamente ao Estacionario em officio fechado.

Art. 150. Os de serviço especial da Repartição comprehendem as ordens, providencias, informações ou pedidos concernentes ao telegrapho.

Art. 151. Os telegrammas do commercio ou dos particulares ficão sujeitos á taxa constante da tabellá annexa á este regulamento.

Pagarão taxa simples os telegrammas em portuguez, com sentido claro e corrente, e dupla os que obrigarem os empregados á transmissão mais lenta, a dar attenção palavra por palavra, á exigir repetição da estação á que fôr dirigido para se convencer da exactidão da intelligencia.

Neste caso estão os telegrammas em lingua estrangeira, ou em cifra.

Art. 152. O recado que, embora escripto em portuguez, contiver qualquer palavra em cifra, em lingua estrangeira, ou mesmo em portuguez que não faça sentido, pagará a taxa como se fosse escripto em cifra.

Art. 153. Nos telegrammas em cifra, cada uma destas será contada como uma letra e mais a virgula, o ponto, a apostrophe e outro qualquer signal, e cada cinco letras constituirão uma palavra de recado simples. O resto das letras que completão o recado ainda que não cheguem a cinco será contado por uma palavra.

Art. 154. Não se aceitarão telegrammas com emendas ou abreviaturas, ou escriptos com letra inintelligivel.

Devem ser datados e assignados por quem os expedir, e conter a direcção, o nome do destinatario, e sempre que fôr possivel o da rua e numero da casa.

No caso de não ser encontrada com facilidade a pessoa á quem são dirigidos, são sujeitos a ficar guardados na estação, sem que haja direito de exigir-se a restituição da taxa.

Art. 155. O segredo dos telegrammas é inviolavel.

As unicas pessoas que podem tomar conhecimento delles ou requerer cópia, são o proprio que os passou e aquelle a quem são dirigidos.

A nota — de reservado —, portanto, collocada no telegramma entende-se com o destinatario.

Art. 156. O Governo poderá suspender a correspondencia telegraphica sempre que o julgar conveniente á ordem publica, se o Chefe de Policia pôr incommunicaveis as estações telegraphicas, nos casos extraordinarios em que a importancia de suas diligencias torne esta medida absolutamente indispensavel.

Art. 157. Os telegrammas expedidos por autoridade competente, sendo revestidos os seus originaes da respectiva assignatura para ficarem archivados na Repartição, serão

copiados na estação á que forem dirigidos e produzirão o effeito de ordens legaes.

Art. 158. Os telegrammas serão expedidos na ordem em que forem recebidos, tendo preferencia os de força maior, e logo após os officiaes, e aquelles que ainda sendo do commercio ou de particulares, contiverem ordens que devão ser cumpridas immediatamente quér por estar a sahir algum vapor, quér por outra causa semelhante, declarando-se a urgencia.

Feita a preferencia por causa da urgencia, se cobrará taxa dupla.

Os officiaes trarão tambem no sobrescripto as letras S. P. com declaração da autoridade que os transmittir.

Art. 159. Na transmissão de telegrammas de mais de 100 palavras, poderá haver demora, preferindo-se os mais breves, ainda que escriptos posteriormente.

Art. 160. O mesmo individuo não poderá passar successivamente mais de dous á tres telegrammas commerciaes ou particulares, quando haja outros para serem expedidos embora inscriptos depois, e ainda assim sempre que quizerem passar mais de um telegramma deverão restringir-se o mais possivel.

Art. 161. Os telegrammas transmittidos serão marcados peles numeros de seus recibos em um quadro exposto na sala do recebimento. Logo que conste a hora em que chegarão á seu destino será ella inscripta adiante do numero, de sorte que os interessados possam por si mesmo, e sem distrahir os empregados de suas obrigações, verificar quando chegou o telegramma por elles expedido á outra estação.

Art. 162. Toda a pessoa a quem fôr entregue um telegramma assignará o recibo que lhe fôr apresentado, no qual se declarará sempre a hora do recebimento.

Art. 163. A' pessoa que entregar telegramma para ser passado se dará um recibo de talão com indicação da hora e da taxa que tiver sido cobrada, e terá o direito de exigir que o teor do telegramma seja reproduzido pela estação a que tiver sido dirigido, a fim de verificar se foi exactamente transmittido.

Neste caso pagará a taxa addicional constante da tabella annexa.

Art. 164. Se por embaraço na linha ou por culpa dos empregados o telegramma não chegar ao lugar do seu destino até uma hora antes do correio que o possa levar será substituida a taxa á vista do recibo. Este acompanhará o respec-

tivo talão na prestação de contas, sem o que ficará responsável o Chefe da estação ou o Estacionario pela taxa restituída.

Art. 165. Sempre que fôr possível os telegrammas serão transmittidos directamente á estação de seu destino. Esta logo que o tiver recebido o accusará pelo seu numero de ordem e informará da sua entrega assim que fôr realizada.

Art. 166. Os telegrammas transmittindo ordens, ou autorização de pagamentos, ou para effectuar-se quaesquer transacções commerciaes, serão escriptos e assignados pelo proprio individuo que os expedir ou por seu legitimo procurador, podendo quando fôr conveniente exigir-se reconhecimento da firma.

Art. 167. As minutas originaes dos telegrammas, depois da prestação de contas pelas estações, serão archivadas por espaço de um anno, e inutilizadas findo esse prazo, lavrando-se disto o competente termo na Secretaria, o qual será assignado pelo Director Geral.

CAPITULO XXI.

ARRECADAÇÃO DA TAXA E PAGAMENTO DE DESPEZAS.

Art. 168. Para cumprimento do disposto nos arts. 18 e 32 haverá a cargo do Contador os seguintes livros :

1.º Registro mensal dos mappas de telegrammas com especificação das estações, dos dias em que houve transmissão, do numero de telegrammas, do numero de palavras e do valor gratuito ou pago. Deste registro se remetterá uma cópia mensal á Secretaria da Agricultura, e outro á Directoria da Contabilidade do Thesouro Nacional em vista do qual se recolherá a taxa arrecadada pelas estações á Thesouraria Geral.

2.º Registro dos mappas de telegrammas e sua renda, reproduzidos dos mappas, mas ordenados por estações, de modo que sempre e á cada momento se possa saber da renda de cada uma dellas.

3.º Livro de protocollo das contas pagas de despesas de custeio e conservação, onde serão lançadas as contas á proporção que chegarem das estações na fórma do disposto no art. 32, § 8.º, 2.ª e 3.ª classes.

4.º Livro de contas de exploração e de construção de linhas



a cargo dos Engenheiros e escripturado em fôrma identica á do precedente, 4.^a classe do § 8.^o do art. 32.

5.^o Livro de talão para arrecadação dos dinheiros recebidos pelas estações, quér de taxa de telegrammas, quér de assignaturas, quér de multas e indemnisações e dos productos de objectos que não prestem serviço, e rendas da officina. Nesse talão serão escripturados os balancetes mensaes das estações com as correções necessarias, ficando exarados nos officios e no verso dos talões os motivos da alteração do balancete.

6.^o Livro de folha dos empregados, comprehendendo :

Directoria, Secretaria e arrecadação.

Engenheiros.

Estacionarios.

Adjunctos.

7.^o Livro de fêria de officina e de operarios.

8.^o Livro caixa á cargo do Contador, que lançará diariamente á debito, todas as quantias em dinheiro recebidas pelo Vice-Director, e a credito todos os dinheiros desembolsados.

9.^o Livro de encomendas e compras feitas para a Europa, designando as datas do officio que pede, do aviso que autoriza a encomenda, e o da ordem ao Thesouro, nome da casa a quem é feita a encomenda, data da chegada, o nome do navio, e finalmente data da entrada na Repartição, além do respectivo valor em moeda estrangeira ou nacional.

10. Registro das multas e indemnisação arrecadadas pelas diversas estações e pelos Engenheiros, escripturado segundo as notas das estações.

11. A cargo do Vice-Director ficará o livro razão mensal, no qual serão lançados por partidas dobradas todo o movimento de valores em grosso pelas contas de caixa, Thesouro, taxa, contas de construcção, de custeio e outras que forem necessarias para clareza e especificação do movimento de valores de diversas procedencias.

Art. 169. Além dos livros constantes do artigo precedente, o Contador colleccionará os documentos mandados pelas estações e pelos Engenheiros, e os encadernará formando :

1.^o Archivo dos mappas de telegrammas transmittidos, arrecadados mensalmente de cada estação e encadernados.

2.^o Archivo dos mappas de telegrammas recebidos, arrecadados tambem mensalmente como os precedentes.

3.^o Archivo dos mappas de telegrammas respostas, conjunc-

tamento com os dos telegrammas transmittidos pagos em outras estações, os quaes se liquidão e compensão mensalmente na Contadoria.

4.º Archivo das notas de portes de correio e conducções pagas em cada estação, conjunctamente com as notas de portes de correio e conducções pagas pelas outras estações, por conta da estação considerada, as quaes notas tambem se compensão e liquidão.

5.º Archivo de balancetes constituído pelos balancetes mensaes emmassados por exercicio e por ordem de mez.

6.º Archivo das contas de multas remettidas pelas estações.

Destas contas se mandará a 1.ª via para o Thesouro junto com os mapas mensaes de renda de taxa das estações.

7.º Archivo de segundas vias das contas pagas de conservação e de custeio, emmassadas mensalmente, das quaes as primeiras vias vão para o Thesouro.

8.º Archivo das segundas vias de contas de exploração e de construção, emmassadas por secções de linhas, ou linhas completas, das quaes irão as primeiras vias para o Thesouro, discriminadas por exercicios quando tiverem sido construidas com dinheiro do Thesouro.

Art. 170. Todos os livros e archivos tanto da Contadoria geral, da arrecadação e da officina, como dos Engenheiros e das estações, estarão sempre em dia e escripturados sem raspaduras, promptos para serem fiscalizados e examinados em dia e hora por prepostos do Thesouro. A Tomada de Contas poderá mandar examinar os livros mensalmente ou por exercicio, ou na época que entender conveniente.

Art. 171. Ao Vice-Director será feito um adiantamento no começo do exercicio para occorrer ás despesas, e desse adiantamento sob responsabilidade da Directoria serão feitos adiantamentos parciaes aos Engenheiros para o mesmo fim.

§ 1.º O adiantamento ao Vice-Director será restituído no fim do exercicio, logo que receba o ultimo pagamento de contas pertencentes á esse exercicio, recebendo na occasião novo adiantamento para o exercicio seguinte em virtude do aviso especial.

§ 2.º O adiantamento feito pelo Vice-Director aos Engenheiros passará por saldo á conta nova no exercicio seguinte.

Art. 172. O Vice-Director receberá o importe das folhas de Estacionarios e Adjunctos das estações de fóra da Côrte, fazendo entrega no mez seguinte dos recibos passados por elles e contemplados nas contas pagas.

Os descontos serão considerados multas e figurarão na renda, arrecadada.

Art. 173. O Vice-Director não poderá nunca ter em caixa quantia superior ao adiantamento mandado fazer por Aviso, e quando receber o pagamento das contas de um mez fará immediata entrega, na Thesouraria, da renda do mesmo mez.

Juntamente com o producto das taxas de um dado mez serão igualmente recolhidas á Thesouraria Geral pelo Vice-Director as rendas arrecadadas quér pelas multas impostas, quér por obras e serviços da officina, quér pela venda de objectos que não prestem serviço, na arrecadação, como nas estações.

Art. 174. Quando houver restituição de taxa de telegrammas não chegados á seu destino, feita pela Directoria o documento da restituição será mandado para o Thesouro junto com os documentos da renda, para que esta seja reduzida convenientemente e comprovada dentro do exercicio.

Art. 175. A renda da officina será recolhida ao Thesouro na fórma designada no art. 173, discriminada do producto de taxa, e comprovada pelas respectivas contas.

Quando a obra feita pertencer á alguma repartição publica, será remettida tambem ao Thesouro a 1.^a via da conta depois de assignada pelo chefe da repartição competente, á fim de se effectuar o respectivo jogo de contas no Thesouro, por via do Ministerio da Agricultura.

Art. 176. A renda produzida pela venda de objectos inserviveis será tambem recolhida na fórma estatuida no artigo precedente e no art. 173.

Art. 177. Quando nas estações houver objectos inserviveis que convenha serem vendidos, serão elles remettidos ao Encarregado do material, sendo de facil transporte e este procederá á venda delles na fórma estatuida.

Art. 178. Sendo objectos que não possam ser facilmente transportados dispôr-se-ha delles segundo os principios estatuidos para o Encarregado do material, sob responsabilidade do Engenheiro, e a renda será recolhida como extraordinaria á Directoria, que procederá subseqüentemente como em relação ao Encarregado do material.

Art. 179. Quando se arrecadarem taxas de conformidade com o disposto no art. 8.^o paragrapho unico consideradas estas separadamente e em livro especial mas sempre pela fórma delineada em geral para arrecadação de taxas, os documentos serão do mesmo modo apresentados ao Thesouro, e justificadas

as respectivas quantias como se recolhidas fossem á The-souraria Geral.

Art. 180. A Directoria dos Telegraphos apresentará todos os annos orçamento minucioso para as despesas do exercicio, atten-dendo á todo serviço e á reserva necessaria para even-tuaes.

§ 1.º Nem uma despesa extraordinaria, salvo o caso do art. 87, será levada em conta á Directoria sem que tenha sido previamente autorizada por aviso do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

§ 2.º As sobras, porém, que por ventura hajão, serão applicadas á material de reserva com autorização do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas desde que ex-cedão á quantia de 1:000\$000.

Art. 181. Nos casos em que se reconheça que pôde resultar economia ou melhor fornecimento de se fazerem encomen-das directamente á fabricantes, poder-se-ha autorizar a en-trega á Directoria de quantia não excedente á 2:000\$000, cujo emprego será justificado, realizada a compra, com a tra-dução das facturas e demonstração de todas as despesas acor-retadas.

CAPITULO XXII.

ENSINO DE TELEGRAPHIA.

Art. 182. A Repartição dos Telegraphos terá uma aula para preparar telegraphistas.

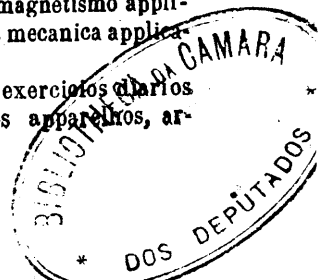
Esta aula será dividida em theorica e pratica.

Art. 183. A primeira será regida pelo Vice-Director e pelo Ajudante technico.

A segunda por um Estacionario dos mais habilitados que fôr para este fim escolhido pelo Director Geral.

Art. 184. As materias do ensino abrangerão : arithmetica, principios geraes de algebra e geometria e de physica e chi-mica quanto seja preciso para comprehender as leis e theorias da electricidade, do magnetismo, e electromagnetismo appli-cados á telegraphia, desenho e elementos de mecanica applica-da á construcção dos appparelhos.

Art. 185. O ensino pratico constará de exercicios practicos de escripta telegraphica, manipulação dos appparelhos, ar-



ranjo de baterias, processos de verificação do estado das linhas, maneira de montar e desmontarapparelhos, e, sempre que fôr possível, alguma pratica da officina; e aos Praticantes mais habilitados escripturação de estação.

Art. 185. O curso será de dous annos e no fim de cada um delles haverá exame presidido pelo Director Geral, sendo examinadores o Vice-Director, o Ajudante tecnico e um Chefe de estação que o Director Geral designar.

Art. 187. Haverá só duas classificações, uma de approvação e outra de reprovação.

Art. 188. O alumno que fôr approvado no exame final receberá o titulo de Adjuncto supranumerario que lhe dá o direito de ser chamado á effectividade quando houver occasião.

Art. 189. Ninguem poderá matricular-se na aula de telegraphia sem ter sido approvado nos seguintes exames: leitura e principios de grammatica portugueza, escripta com letra clara e boa orthographia, e as quatro especies de numeros inteiros.

Dispensão-se áquelles que trouxerem certidão de approvação destas materias pelas commissões de instrucção publica da Côrte ou pelo Collegio de D. Pedro II.

Art. 190. Só se admittirão alumnos no prazo marcado para matricula, o qual será de 15 dias e annuciado dentro do mez de Janeiro de cada anno.

Art. 191. Nas Provincias os Chefes de districto poderão admittir até dous Praticantes, aos quaes, depois de approvados nos exames preparatorios indicados no art. 189, ensinarão, nas estações de primeira ordem, e quando os julgarem devidamente habilitados poderão mandal-os para a Côrte, a fim de passarem por exame das materias do curso de telegraphia, e tirarem carta.

Art. 192. Os actuaes empregados que não tiverem as habilitações necessarias serão recolhidos á Côrte, a fim de completarem o ensino.

Art. 193. Para uso da aula de telegraphia haverá na Repartição uma collecção dos apparelhos necessarios para se demonstrarem todas as leis e proposições concernentes á electricidade, quér statica quér dynamica, do magnetismo e do electro-magnetismo.

Art. 194. Haverá tambem uma collecção das diversas especies de apparelhos já ensaiados e dos que se forem introduzindo como melhoramento, a fim de serem convenientemente experimentados.

Art. 195. Ter-se-ha, além disso, uma collecção completa de todos os isoladores e ferramentas usadas para construcção de linhas telegraphicas.

Art. 196. O Governo habilitará o Director Geral com os meios necessarios para ir formando uma bibliotheca, contendo as obras existentes sobre telegraphia, e as que se forem publicando, os annaes e periodicos sobre o mesmo assumpto, e as obras que tratarem dos progressos da electricidade e magnetismo.

Art. 197. O Director Geral procurará, além disso, obter para a bibliotheca todos os relatorios das empresas telegraphicas de diversas nações, e as estatisticas que tiverem relação com o movimento telegraphico; os trabalhos sobre os meios de preparar e conservar madeiras e todos os estudos á este respeito; as leis, regulamentos e providencias adoptadas em outras nações relativamente ao telegrapho electrico.

De todos os livros, mappas e trabalhos existentes na bibliotheca se formará um catalogo rubricado pelo Director Geral.

Art. 198. O Ajudante tecnico será o incumbido da bibliotheca, segundo as instrucções que receber do Director Geral, e não consentirá, sob pena de responsabilidade, que dalli saia livro algum sem licença da Directoria.

Art. 199. Tal licença só poderá ser dada por motivo de serviço publico, e sempre com prazo marcado, findo o qual o Ajudante tecnico fará recolher á bibliotheca o livro ou papel que tiver sahido.

No caso de demora ou recusa da parte de quem o tiver levado, communicará immediatamente ao Director Geral o facto para dar as providencias, a fim de que se torne effectiva a restituição.

Art. 200. Se o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e bem assim o da Marinha, julgarem conveniente, poderão mandar addir á Repartição dos Telegraphos um ou mais officiaes do exercito ou da armada, com uma turma de praças para aprenderem telegraphia theorica e pratica.

Art. 201. Os officiaes e soldados admittidos para esse fim ficarão sujeitos ao Director Geral e observarão as suas ordens e instrucções, e emquanto alli estiverem serão considerados em effectivo serviço do exercito ou da marinha.

Art. 202. Serão empregados :

§ 1.º Em serviço de construcção.

§ 2.º Em trabalhos de reconhecimento e de exploração.

§ 3.º No manejo dosapparelhos, quer para telegraphar,

quér para reconhecimento do estado das linhas e de rigorosa fiscalização do serviço das estações.

Art. 203. Serão também habilitados na officina para procederem aos concertos deapparelhos.

Art. 204. Semestralmente será pelo Director Geral apresentado ao Ministro da Guerra ou da Marinha um relatório sobre o procedimento dos ditos officiaes e praças e os que não se quizerem prestar ao serviço ou nelle se mostrarem remissos serão recolhidos á seus corpos e substituidos por outros.

Art. 205. Os seus vencimentos correrão pelos Ministerios da Guerra e da Marinha, menos as gratificações quando fizerem trabalhos que aproveitem á Repartição, as quaes serão neste caso pagas pelo Ministerio da Agricultura.

Art. 206. Alternadamente um dos officiaes se incumbirá da guarda e verificação do trem telegraphico militar que será sempre mantido em perfeito estado.

Art. 207. Na officina deverá haver um operario da Repartição da Guerra em serviço effectivo, munido de toda a ferramenta necessaria para poder acompanhar o trem telegraphico em qualquer emergencia.

Art. 208. Os militares destinados para estes estudos serão, durante elles, considerados em serviço effectivo.

CAPÍTULO XXIII.

DA CONSTRUÇÃO DE LINHAS.

Art. 209. A construção das linhas telegraphicas de que tratão os arts. 4.º e 5.º se fará por administração e com o pessoal technico da Repartição dos Telegraphos, podendo-se porém contractar a abertura de picadas, o fornecimento de postes e transportes de materiaes sempre que por este meio se obtenhão taes serviços com maior vantagem para o Estado.

§ 1.º Poder-se-ha também ajustar o fincamento de postes, devendo assistir um Inspector de linha á execução deste serviço.

§ 2.º A collocação do fio será sempre feita por turma especial da Repartição.

Art. 210. Se apparecerem propostas vantajosas de empresas particulares para construir linhas mais baratas que as do Estado, ou se mediante o uso dessas linhas durante al-

gum tempo essas empresas cederem-as depois com manifesta vantagem para os cofres publicos, ou ainda, se corporações commerciaes quizerem adiantar capitaes para a construcção das linhas, sujeitando-se á receber uma parte do rendimento para amortização e juros durante um periodo convencionado, poderá o Governo contractal-as.

Art. 211. Nenhuma linha porém será construida por empresas sem a mais rigorosa fiscalisação por parte da Directoria Geral dos Telegraphos, não só durante a construcção como durante a conservação. Nos respectivos contractos estabelecer-se-hão sempre as clausulas necessarias para tornar-se effectiva a fiscalisação.

Art. 212. Não se dará subvenção alguma á empresas particulares e nem se farão concessões para pontos rendosos unicamente. Qualquer concessionario deverá obrigar-se á construir linhas para lugares de pouco rendimento pelo menos em um terço da extensão das productivas.

Art. 213. Nenhuma linha será construida quer por administração, quer por empresa sem estudos previos que constará de:

§ 1.º Planta e nivelamento do caminho que tem de seguir a linha, preferindo-se sempre o mais curto ou mais transitavel entre os pontos obrigados.

Essa planta deve ser acompanhada do caderno de campo, e conter: triangulada dos pontos salientes, posição das collinas e morres determinados por visadas aos seus contornos, dos pantanos, lagoas e campos, das capoeiras que exigem serviço de fouce e matas virgens que demandão machado, dos terrenos cultivados com arvoredo ou com cultura annua e finalmente a qualidade do terreno e limites das propriedades.

§ 2.º Informações indispensaveis para a construcção, como qualidades das madeiras de construcção, que se podem obter, seu preço, postas no lugar, quantidade de trabalhadores que se póle obter, e seus salarios, preços de mantimento, meios de transporte, seu custo, se podem ser obtidos em qualquer época ou se com preferencia em certas estações do anno.

§ 3.º Quaes os valores legaes do arvoredo fructifero, dos cafezeiros e de quaesquer plantas cultivadas que por ventura tenham de ser indenizadas.

§ 4.º Se ha no trajecto da linha estudada ou nas vizinhanças, matas devolutas, a fim de que se possa reservar para fornecimento de postes.

§ 5.º Indicação de lugar por onde se possa encurtar a linha

dependendo, porém, de construção de estradas, e outras obras de arte.

Art. 214. Observar-se-hão além disto as seguintes regras:

1.^a Quando as linhas tiverem de acompanhar estradas onde haja arvoredos altos, passarão pelo lado de barlavento dos ventos reinantes.

2.^a Passando ao lado de estradas de ferro, as linhas tomarão o lado de sotavento e os postes serão fincados em distancia tal que cabi los não alcancem o mais proximo trilho.

Havendo banhados ou pantanos, os postes serão fincados nos taludes da estrada.

3.^a Nenhuma direcção da linha será marcada junto á estrada de ferro sem haver combinação por escripto com o respectivo Engenheiro Chefe.

4.^a Evitar-se-hão travessias de estradas uma vez que não obriguem as linhas á grandes curvas; e quando não se possa deixar de atravessar-as se providenciará para que allí haja postes solidos e se cortem angulos.

5.^a Quando se tenham de atravessar sitios cultivados se obterá dos donos, declaração escripta de que se sujeitão aos preços de arvoredos estipulados no lugar, caso não os cedão gratuitamente.

6.^a Os encarregados do serviço vedarão os estragos inuteis de plantações.

Art. 215. Uma vez approvedo o plano e ordenada a construção de uma linha o Engenheiro de districto dará providencias para o fornecimento de madeiras para postes, ou avisando os que se compromettêrão a contribuir, ou contractando-os, ou quando isto não seja possível mandando um Inspector da linha com trabalhadores tiral-os.

Art. 216. Depois balizará a linha e ajustará de empreitada a abertura das picadas, e se isso não fôr exequivel procederá este serviço com uma turma de trabalhadores, marcando logo com varas altas os lugares dos postes a fim de que se possa proceder á distribuição.

Art. 217. A picada e demarcação será levada até o fim do trecho cuja construção se começar, e no caso que a linha seja extensa o Engenheiro de districto que proceder aos estudos levará a picada até o fim, tendo previamente providenciado sobre o fornecimento de postes e dando á outro Engenheiro as instrucções pelas quaes se possa guiar para ir executando o serviço da linha.

Nas picadas serão cortadas todas as arvores que possam cair sobre a linha e damnificá-la.

Art. 218. A turma de construção será dividida em duas: a primeira seguirá adiante com o numero de homens necessários para abrir covas, e a outra para pregar os isoladores e carbonizar a base dos postes.

Art. 219. Se a madeira não tiver sido distribuida pela linha mas sim reunida em diferentes pontos, o chefe do serviço a mandará espalhar prevenindo os convenientes meios de transporte.

Art. 220. Conforme a natureza do terreno o serviço de abrir covas avançará um a dous kilometros, depois voltará toda a gente a fincar os postes e seguirá depois para a nova porção de linha.

Art. 221. A outra parte da turma de construção virá atrás distribuindo e collocando o fio: o chefe desse serviço deverá ter todo o cuidado em que sejam feitas com perfeição as emendas, e que a linha não seja esticada além do que permite a resistencia do fio debaixo da temperatura ambiente.

Art. 222. Terminado o esticamento do ultimo lanço do dia, se telegraphará para a ultima estação a qual experimentará logo a resistencia electrica e o isolamento da linha.

Art. 223. Cada uma das turmas terá seus meios de transporte proprios tanto para o material como para o mantimento.

Art. 224. Qualquer chefe de serviço, seja Engenheiro de districto, Inspector ou Feitor, terá comsigo um caderno de lançamento diario do serviço que se fizer com a minuciosidade possivel. Concluido um trecho serão esses cadernos remetidos ao Ajudante technico a fim de estabelecer a relação entre orçamento e despesa effectuada.

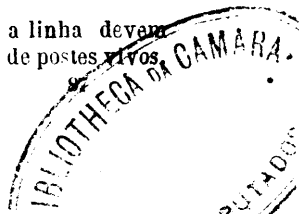
Art. 225. Concluida qualquer secção da linha telegraphica, o Inspector a percorrerá numerando os postes, inscrevendo na relação a sua qualidade, observando se os isoladores estão limpos e quaesquer occurrencias, e levando os Guardas em sua companhia para indicar-lhes as respectivas obrigações.

Por esta occasião dará á cada Guarda a ferramenta necessaria para a conservação da linha e o material de sobresalente para occorrer aos concertos, pelos quaes os responsabilizará.

Art. 226. Não se inaugurará estação alguma sem que esteja completamente guarnecida e os empregados bem industriados no serviço.

Art. 227. Logo que esteja em actividade a linha devem os Inspectores ou os Guardas cuidar do plantio de postes vivos.

PARTÉ II.



1.^a Não descascar em escamas, sendo o fio enrolado em voltas unidas sobre outro de igual diametro.

2.^a Cobrir o fio por igual de modo que supporte quatro imersões de um minuto cada uma, em uma solução de uma parte de sulphato de cobre em cinco partes d'agua, sem se revestir de uma camada uniforme de cobre.

3.^a Ser inteiramente liso.

Art. 244. Todo o fornecimento de fio será sujeito á verificação de sua qualidade antes de ser empregado nas linhas e nenhuma compra se fará que não esteja nas condições acima declaradas.

Art. 245. Para construcção de uma linha se escolherá sempre fio de dimensões que convenhão á sua extensão, a saber: para linhas que não excedão de 30 leguas e que não haja probabilidade de serem prolongadas se poderá empregar fio de tres millimetros de diametro; para distancias de 60 leguas sem prolongamento, o de quatro millimetros; e para distancias superiores ou que tenham probabilidade de prolongamento, de cinco ou mais millimetros.

Dentro dos povoados se poderá empregar fio de tres millimetros.

Quando houver um meio de isolar com segurança os fios de modo que se possa contar com longa duração das linhas subterraneas, serão estas empregadas em lugares de difficil conservação, como: mangues, pantanos, comoros de arêa movediça e terrenos alagadiços ou despovoados.

Art. 246. Os isoladores devem ter as seguintes qualidades:

1.^a Solidez necessaria para supportar a tracção das linhas, e nos pontos fixos retel-as sem rebentar.

2.^a Serem construidos de modo que expostos a ventos impregnados de particulas de agua salgada não produzão derivação notavel em tempo humido, nem tão pouco expostos á insectos e quaesquer corpos estranhos de isolar percão a sua qualidade.

3.^a Offerecerem em boas condições isolamento superior a cem milhões de unidades de mercurio (de Siemens).

Art. 247. Osapparelhos serão escolhidos d'entre os que melhor convierem ao serviço, preferindo-se comtudo sempre os que forem de construcção mais simples.

Art. 248. O seu fornecimento será feito por estabelecimentos que offereção melhores garantias de solidez e perfeita construcção, enquanto na officina da Repartição se não puderem

fabricar em quantidade sufficiente para satisfazer ás exigencias do serviço.

Art. 249. Quando se torne necessaria a applicação de cabos submarinos, attender-se-ha principalmente á condição de duração, e da força isolante do envoltorio, assim como de sua acção sobre o conductor.

Art. 250. Enquanto os cabos subaquaticos forem dependentes de eventualidades cuja remoção ainda se não possa garantir, evitar-se-hão o mais que fôr possível; e, quando o seu emprego seja inevitavel, serão encommendados á estabelecimentos que dêem segurança de sua boa qualidade.

Art. 251. Para estações telegraphicas se escolherão predios de solida construcção com as necessarias accomodações para os empregados effectivos e os da Inspecção.

Sempre que fôr possível se procurará tornar estas estações proprios nacionaes e quando tenham de ser construidos, a Directoria submeterá os planos á approvação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

CAPITULO XXIV.

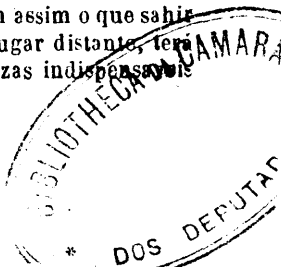
DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS EMPREGADOS.

Art. 252. Os vencimentos dos empregados da Repartição dos Telegraphos serão regulados pela tabella annexa á este regulamento.

Art. 253. Ao empregado que substituir outro em suas faltas se abonará a gratificação do substituido.

Art. 254. Só terá direito á gratificação o que estiver em effectivo exercicio do seu emprego, salvo quando estiver por ordem superior empregado em alguma commissão pela qual não perceba vencimento, ou quando fôr chamado á desempenhar qualquer serviço publico gratuito obrigatorio por lei.

Art. 255. O empregado promovido ou removido de uns para outros pontos, a bem do serviço publico, sem que o seja á seu pedido na segunda hypothese, e bem assim o que sair em serviço da Repartição para qualquer lugar distante, terá direito á que lhe sejam abonadas as despesas indispensaveis para o seu transporte.



Art. 256. Os que viajarem em serviço de inspecção das linhas, terão passagem gratuita nos vapores e transportes do Estado.

Art. 257. O Director Geral ou em sua falta o Vice-Director, quando fizerem viagem para fóra do Municipio da Côrte e da capital da Provincia do Rio de Janeiro, e tenham de demorar-se em serviço mais de um dia, terão direito á uma diaria e cavalgadas na conformidade da tabella annexa.

Art. 258. Ao Encarregado geral das linhas, aos Engenheiros de districto e Inspectores, será abonada a quantia annual declarada na referida tabella, para cavalgada.

Art. 259. O Chefe de estação que morar permanente nella e o que fizer por si toda a escripturação da sua estação, dispensando outro empregado para coadjuval-o, e desempenhar cabalmente o serviço, terá direito ao dobro da gratificação de exercicio.

Igual vantagem se dará ao empregado que tiver na mesma estação mais de uma linha com os respectivos appparelhos.

Art. 260. O empregado que fizer o serviço que a outro pertence, o qual o deixa de prestar sem ser por motivo de molestia que o embarace de cumprir o seu dever, terá direito a todo o vencimento do remisso e á gratificação sómente quando fór justificada a falta do substituido.

Art. 261. Os operarios da officina e os Guardas effectivos ou auxiliares que se distiguirem por seu zelo e assiduidade nos trabalhos a seu cargo, terão de cinco em cinco annos direito ao augmento de 10 % de seus salarios.

Art. 262. Os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos até o cargo de Estacionario, inclusive o Chefe da officina e bem assim os Guardas effectivos terão direito a serem aposentados com as vantagens e condições prescriptas no Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 263. Os empregados dos telegraphos poderão, no caso de molestia provada, ter licença com ordenado por inteiro até seis mezes, e com metade do ordenado de seis mezes em diante até um anno.

Art. 264. Por outro qualquer motivo as licenças só serão concedidas quando muito com metade do ordenado até tres mezes e dahi por diante sem vencimento algum.

Art. 265. As licenças com ordenado ou sem elle até 15 dias poderão ser concedidas pelo Director Geral.

Art. 266. Os Praticantes ficam isentos do recrutamento e do serviço da guarda nacional enquanto estiverem empregados na Repartição.

Art. 267. De iguaes vantagens gozarão os Carteiros enquanto estiverem no serviço da Repartição e os Guardas effectivos e auxiliares, os operarios da officina e os trabalhadores das linhas, uma vez que se contractem para servir por um prazo nunca menor de tres annos, salvo sempre a disposição do art. 287.

CAPITULO XXV.

DISPOSIÇÕES CORRECCIONAES.

Art. 268. Quando o Vice-Director, Ajudante technico, Encarregado geral das Linhas e Engenheiros de districto commetterem faltas no exercicio de suas funcções o Director Geral levará o facto ao conhecimento do Governo para providenciar como fôr de justiça.

Art. 269. Se, porém, as faltas forem praticadas por qualquer outro empregado do serviço telegraphico, é o Director Geral competente para :

- 1.º Reprehender-o particular ou publicamente.
- 2.º Impôr-lhe multas ou desconto de vencimentos até um mez, sem suspensão do exercicio do emprego.
- 3.º Rebaixar de graduação passando á posição inferior os que dependerem de sua nomeação.
- 4.º Propôr o rebaixamento da graduação ou a demissão dos que forem de nomeação do Governo.
- 5.º Demittir o que fôr de sua nomeação.

Art. 270. O Encarregado Geral das linhas quando em cor-reição, ou cada Engenheiro em o respectivo districto, pôde impôr aos seus subordinados as penas do § 1.º e multa igual á quota dos vencimentos até oito dias, dando porém logo parte ao Director Geral, a quem exporá por escripto as razões em que se tiver fundado.

Da imposição da pena de multa na hypothese deste artigo poderá o empregado multado recorrer no prazo de 10 dias para a Directoria Geral, a qual, tomando conhecimento do

facto e de suas circumstancias, decidirá o recurso, mandando, no caso de dar-lhe provimento, restituir a multa.

Art. 271. O empregado que deixar de comparecer ao serviço sem motivo justificado por tres á oito dias, pagará uma multa igual á somma dos vencimentos dos dias em que as faltas se tiverem dado.

Art. 272. Se as faltas excederem de oito dias sem que durante ellas tenha solicitado e obtido licença, ou justificado impedimento de molestia, será logo suspenso de todos os seus vencimentos, até 30 dias, findos os quaes o empregado remisso será demittido pelo Director, se isto couber em suas faculdades, ou proposta por elle sua demissão ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 273. O empregado curioso que ler ou tentar ler telegraphma sem necessidade, soffrerá a multa correspondente á 15 dias de vencimentos.

Art. 274. O que não fizer com regularidade e nos prazos marcados a remessa das rendas das estações, será immediatamente suspenso e preso para ser processado e demittido, se não justificar a demora no juizo competente, ou se no prazo de oito dias seguintes não realizar a entrega das ditas rendas

Art. 275. O que se reconhecer que distrahiu em proveito proprio as rendas ou quaesquer quantias da Repartição Telegraphica, será logo demittido e entregue á autoridade competente para fazel-o processar e punir na conformidade da legislação em vigor á respeito dos exactores da Fazenda Publica.

Art. 276. O empregado que não attender ao chamado da manhã na conformidade do art. 121; conservar a estação com falta de asseio e descuidar-se das baterias; consumir maior quantidade de material do que fôr necessario, estragarapparelhos ou material, abandonar o serviço nas horas de trabalho, ou demorar sem causa justificada a transmissão de telegrammas nos casos em que não haja maior transtorno; e bem assim qualquer empregado que não fizer a remessa dos mappas mensaes, das contas que lhe cumpre prestar e das informações exigidas por seus superiores; o que faltar ao respeito a estes devido, e o que deixar de desempenhar por negligencia, ou outro motivo culposo, os trabalhos de que fôr incumbido, ou lhe competirem, soffrerá a pena de multa correspondente aos vencimentos de oito dias á um mez.

Na reincidencia a multa poderá ser elevada até 150\$000 conforme a gravidade do caso e pela terceira vez será demittido o culpado e punido com um mez de prisão.

Art. 277. O que transmittir telegrammas offensivos da moral, ou da ordem publica, ou irrogando injuria á pessoa a quem forem dirigidos, será incontinentemente suspenso e pagará multas ascendentes desde 50\$000 até 100\$000, segundo a gravidade do caso.

Na reincidencia será demittido e punido com um a dous mezes de prisão, além da multa de 100\$000 á 200\$000.

Art. 278. O que demorar a transmissão de despachos ou recados, causando transtorno ou prejuizo ao serviço publico ou ao particular, será pela primeira vez multado em 100\$000 até 200\$000, e na reincidencia com prisão por um á tres mezes.

Art. 279. O que violar o segredo dos despachos ou recados, será immediatamente demittido e processado para ser punido com prisão de dous á seis mezes e multa de 100\$ á 200\$.

Art. 280. O que falsificar, por qualquer modo algum despacho ou recado, ou nelle supprimir, trocar ou augmentar palavras que invertão o seu sentido, será demittido logo que fôr descoberto o crime e entregue á autoridade competente para ser processado e punido com as penas dos arts. 167 e 168 do codigo criminal.

Art. 281. Sempre que o culpado fôr remettido ao juizo competente para ser processado, deverá acompanhar o officio de remessa um termo, do qual conste o crime praticado e suas circumstancias.

Este termo será assignado pelo Director se o crime fôr praticado em qualquer das estações do Municipio da Côrte, ou pelo Engenheiro do districto, se fôr commettido em alguma das outras estações, e por duas testemunhas. O Director fará além disto colligir todas as provas do crime, e as enviará á respectiva autoridade, sem prejuizo das diligencias que esta é obrigada a fazer para o descobrimento da verdade.

Art. 282. É prohibido á qualquer pessoa :

1.º Plantar arvores ou quaesquer végetaes que se embaracem nas linhas ou fazer qualquer cultura obstruindo o caminho de serviço dos guardas.

2.º Atar animaes aos postes.

3.º Fazer covas em lugares d'onde as chuvas possam levar terras que estraguem os postes, impeção o transito dos Guardas ou obstrução os esgotos feitos para segurança da linha.

4.º Velar de qualquer modo o escoamento da linha.

5.º Depositar materiaes ou quaesquer objectos quér na linha, quér em lugar donde possam correr para ella.

6.º Fazer queimadas nas proximidades das linhas, de modo que possam estragá-las.

7.º Jogar qualquer objecto sobre os fios, ou causar-lhes damno de qualquer modo.

Penas : multas de 50\$ a 100\$ além da obrigação de reparar o damno causado, e de remover os obstaculos creados nas linhas.

Na reincidencia a multa será elevada até 200\$.

Art. 283. E' tambem prohibido :

1.º Derribar postes, quér tenham sido fncados, quér sejam nativos.

2.º Destruir qualquer obra, ou serviços feitos nas linhas.

3.º Cortar ou arrancar madeiras plantadas ou reservadas para o serviço das linhas.

Aos infractores será applicada a disposição do art. 178 do código criminal.

Art. 284. Qualquer pessoa que impedir o transitio dos guardas das linhas por qualquer modo, será punido com a multa de 50\$ a 100\$ e prisão de um a dous mezes conforme a gravidade do facto.

Art. 285. E' tambem prohibido depositar materias inflammaveis a menos de 50 braças de distancia de qualquer linha, sob pena de 50\$000 de multa, além de responder o infractor, civil e criminalmente por qualquer damno causado.

Art. 286. Aos donos ou consignatarios de navios que fundearem ou largarem ferro na direcção de algum cabo telegraphico immerso indicado por boias será applicada a multa de 50\$000.

Se porém agarrarem o cabo immerso e o puxarem, pagarão a multa de 200\$000 além da indemnização do damno causado, salvo o caso de força maior provada em juizo.

Art. 287. Os guardas, operarios ou trabalhadores que antes de findo o prazo de seu contracto abandonarem o serviço, tornarem-se negligentes no cumprimento de suas obrigações ou commetterem outras faltas que dêem causa a ser despedidos, perderão a isenção concedida no art. 267 e o Engenheiro assim o communicará immediatamente á autoridade competente e á Directoria.

Art. 288. Se qualquer pessoa estranha á repartição, a quem for imposta uma multa recusar pagá-la, o Director geral, o Encarregado geral das linhas, o Chefe de districto ou de estação que a tiver imposta, remetterá á autoridade policial mais pro-

xima, um termo lavrado e assignado na conformidade do art. 281, a fim de que ella proceda como fôr de direito.

Art. 289. Para a imposição das multas decretadas contra pessoas estranhas á repartição dos telegraphos, o empregado competente para impô-las, terá a autoridade que tem os fiscaes das camaras municipaes para as multas por infracção de posturas.

Art. 290. Com a declaração das multas impostas a estranhos, competentemente assignada na fórma do artigo antecedente, dos arts. 281, 282 e 283 ellas serão cobradas administrativamente.

Art. 291. No caso de imposição da pena de multa á pessoas que não tenham meios de satisfazer-las, será a dita pena substituida pela de prisão na fórma do codigo.

Art. 292. Cessa a isenção do serviço militar e da guarda nacional, concedida nos arts. 266 e 267 aos empregados nelles declarados desde que forem demittidos ou deixarem o serviço telegraphico.

Art. 293 Os juizes de direito, nas correições que fizerem, investigarão se as autoridades a quem a administração telegraphica recorre em virtude das disposições deste regulamento, são activas e diligentes em satisfazer essas requisições, procedendo conforme a lei; achando-as em negligencia poderão impôr-lhes a multa de 50\$000 a 100\$000.

Art. 294. No caso de se apresentar queixa da Directoria do telegraphos contra autoridades remissas, os juizes mandarão responsabilizar essa autoridade que deixou de cumprir as obrigações impostas por este regulamento, impondo-lhes multa de 100\$000 a 200\$000 e no caso de maior culpa, prisão de um até tres mezes.

CAPITULO XXVI.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 295. Nenhuma autoridade embarçará os guardas das linhas, estacionarios ou telegraphistas no serviço á seu cargo, e quando qualquer delles tenha de ser preso nos casos em que a lei o permite, a autoridade competente deverá entender-se previamente, sempre que fôr possível, com o respectivo chefe, para dar as providencias necessarias, a fim de

que o empregado sujeito á prisão seja logo substituído e não se interrompa por esta causa o serviço da linha.

Art. 296. As autoridades civis e militares dos lugares por onde passar qualquer linha, ou houver estações ou trabalho telegraphico, deverão prestar todos os auxilios que lhes forem requisitados pelos respectivos empregados, e que dependem dellas para o bom desempenho do serviço.

Art. 297. São considerados dignos de apreço para serem attendidos pelo Governo os serviços que as autoridades ou particulares prestarem para a construcção e conservação das linhas telegraphicas e para tudo quanto fôr concernente ao desenvolvimento da telegraphia electrica no Brasil.

Art. 298. O Director Geral providenciará, requisitando do Governo os meios necessarios para a formação de uma collecção de madeiras que em diversos lugares melhor resistirem á acção do tempo como postes telegraphicos, e bem assim para se estabelecer um herbario com exemplares que permitão a sua classificação.

Art. 299. Para a execução do artigo antecedente dará o Director Geral as instrucções necessarias aos Inspectores, ou á quem incumbir este serviço, quér quanto aos estudos de campo e anatomicos, quér quanto ás condições de resistencia, vegetação, idade aproveitavel, e os meios mais efficazes de se utilizarem as madeiras.

Art. 300. As linhas telegraphicas e suas dependencias não serão sujeitas á policia municipal.

Ao Governo exclusivamente compete fazer as inspecções e punir infracções pelos meios definidos neste regulamento.

Art. 301. Os Praticantes approvados na aula de telegraphia com o titulo de Adjuntos supranumerarios poderão ser aproveitados para auxiliar o serviço da Directoria, ou das estações de 1.^a ordem mediante uma gratificação, conforme o disposto no art. 107.

Art. 302. O presente regulamento não será executado na parte que depender de acto legislativo enquanto não fôr approvedo pelo poder competente.

Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1870. —
Jodo Alfredo Corrêa de Oliveira,

Tarifa dos telegrammas.

A — O telegramma simples, isto é, aquelle que não tem mais de 20 palavras, é sujeito á taxa de 1\$000, percorrendo distancia que não exceda de 200 kilometros.

1.º O telegramma que tiver 21, 22 palavras até 30 pagará mais metade da taxa do telegramma simples, ou de 20 palavras. O que tiver 31, 32, 33 palavras até 40 pagará mais outra metade da taxa do telegramma simples, e assim por diante augmentando metade da taxa simples por cada augmento de 10 ou menos de 10 palavras.

2.º A taxa cre. cerá com a distancia do modo seguinte :

De	1 até 200 kilom.	o telegramma simples paga	1\$000
De	200 a 400	»	2\$000
De	400 a 600	»	3\$000
De	600 a 800	»	4\$000
De	800 a 1.000	»	5\$000
De	1.000 a 1.300	»	6\$000
De	1.300 a 1.600	»	7\$000
De	1.600 a 2.000	»	8\$000
De	2.000 a 2.400	»	9\$000
De	2.400 a 2.800	»	10\$000
De	2.800 a 3.200	»	11\$000
De	3.200 a 3.600	»	12\$000
De	3.600 a 4.000	»	13\$000
De	4.000 a 4.500	»	14\$000
De	4.500 a 5.000	»	15\$000

3.º O telegramma em lingua estrangeira ou em cifra pagará o dobro das taxas precedentes.

4.º Quem para verificar a exactidão do telegramma exigir que elle seja repetido pela estação receptora pagará dupla taxa.

5.º Igualmente pagará taxa dupla quem apresentar o telegramma para ser passado depois de entrar o sol até ao nascer do dia seguinte, e quem obtiver preferencia por urgencia.

B. — Aos jornaes que ajustarem com o telegrapho a communição de noticias periodicamente, far-se-ha uma redução de 20 % das taxas acima e lhes será licito effectuar o pagamento dos telegrammas no fim de cada mez.

C.—O telegramma que tiver de ser passado por semaphoras ou por outros quaesquer signaes maritimos, além da taxa que lhe compete em relação ao numero de palavras e a distancia a percorrer, tem de pagar mais 2\$000.

D.—Da Praça do Commercio e das estações estabelecidas em portos quaesquer, mediante assignaturas mensaes de 5\$000 pagas adiantadas, se enviará a quem fôr assignante a noticia de todo o movimento maritimo do porto.

E.—Simplès pergunta sobre navio seguida de resposta, se está ao longe, se vem entrando ou sahindo, etc., paga 1\$000. Se a resposta tem de ser levada á casa de quem fez a pergunta, 2\$000.

F.—Por avisos de força maior dados pelo telegrapho tem de pagar o interessado, assignante ou não, a taxa de 10\$000.

G.—Todas as taxas estipuladas nos artigos que precedem, são para os telegrammas ou participações que devem ser entregues na Côte até os limites marcados pela policia para o primeiro preço da carreira dos carros da praça; e nas outras estações até a distancia de 1 kilometro da mesma.

1.º Além desses limites a parte deverá pagar a conducção do telegramma segundo os preços dos lugares.

2.º Da carta telegraphica que tiver de ser posta no Correio a parte pagará o sello de porte e de registro.

H.—De todos os telegrammas, menos os do art. **B**, a taxa será sempre paga adiantada.

I.—Os telegrammas officiaes serão debitados mensalmente aos Ministerios a quem são sujeitos os funcçionarios que os transmittirem, mediante tabellas remettidas ao Ministerio da Agricultura e ao Thesouro para o respectivo jogo de contas.

Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1870.—*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Tabella de vencimentos para os empregados da Reparação Geral dos Telegraphos a que se refere o art. 252 do Decreto n.º 4653 de 28 de Dezembro de 1870.

CATEGORIAS E CLASSES.	VENCIMENTOS.			
	Mensaes.			Annuas
	Ordena- do.	Gratifi- cação.	Somma.	
Director.....	500\$	500\$	1:000\$	12:000\$
Vice-Director.....	250\$	40\$	650\$	7:800\$
Encarregado das linhas.....	200\$	300\$	500\$	6:000\$
Ajudante tecnico.	200\$	300\$	500\$	6:000\$
Secretario.....	90\$	130\$	220\$	2:640\$
Contador.....	80\$	120\$	200\$	2:400\$
Desenhista.....	80\$	120\$	200\$	2:400\$
Escripturario.....	40\$	60\$	100\$	1:200\$
Continuo.....	15\$	30\$	45\$	540\$
Encarregado do material.....	90\$	130\$	220\$	2:640\$
Ajudante de dito.....	60\$	90\$	150\$	1:800\$
Escrivão.....	40\$	60\$	100\$	1:200\$
Chefe de officina.....	120\$	230\$	350\$	4:200\$
Ajudante do dito.....	100\$	140\$	240\$	2:880\$
Chefe de estação.....	100\$	150\$	250\$	3:000\$
Estacionario de 1. ^a classe.....	60\$	90\$	150\$	1:800\$
Dito de 2. ^a	40\$	60\$	100\$	1:200\$
Dito de 3. ^a	30\$	50\$	80\$	960\$
Adjuncto de 1. ^a classe.....	20\$	40\$	60\$	720\$
Dito de 2. ^a	15\$	30\$	45\$	540\$
Carteiro.....	15\$	30\$	45\$	540\$
Eengenheiro de 1. ^a classe.....	150\$	250\$	400\$	4:800\$
Dito de 2. ^a	125\$	225\$	350\$	4:200\$
Dito de 3. ^a	100\$	200\$	300\$	3:600\$
Inspector de 1. ^a classe.....	80\$	120\$	200\$	2:400\$
Dito de 2. ^a	60\$	90\$	150\$	1:800\$
Dito de 3. ^a	45\$	75\$	120\$	1:440\$

Os vencimentos e numero dos Guardas, Operarios, Serventes e Feitores serão marcados por Aviso e alterados conforme as necessidades do serviço.

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1870.
João Alfredo Corrêa de Oliveira.

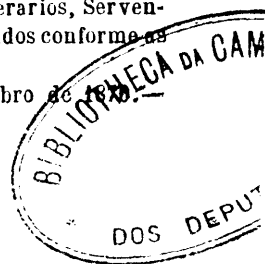


Tabella das gratificações de transporte para os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos a que se referem os arts. 257 e 258 do Decreto n.º 4653 de 28 de Dezembro de 1870.

A'ém dos vencimentos constantes da tabella abonar-se-hão gratificações diarias de transporte:

De 40\$000 ao Director Geral. Os dias em que lhe competir a gratificação, constarão dos officios de participação de partida e chegada á Côrte, dirigidos ao Ministro da Agricultura.

De 8\$000 ao Vice-Director. Na mesma fórma que precede.

De 6\$000 ao Ajudante tecnico. Sempre que sahir da Côrte em serviço, a Directoria lhe contará e abonará os dias que lhe competirem.

Até 3\$000 a qualquer outro empregado (não obrigado a serviço de linha), sendo empregado nisso ou em trabalho de campo.

1:000\$000 ao Encarregado das linhas e á cada um dos Engenheiros, serão abonados annualmente para cavalgadura.

400\$000 aos Inspectores, idem idem.

100\$000 aos Feitores quando nos trabalhos de construção tiverem de andar grande distancia de uma turma para outra.

A' Directoria compete abonar estas gratificações.

Aos empregados que fizerem viagem de uma estação para outra abonar-se-hão as despesas de transporte, mediante conta especificada das mesmas despesas.

Até 3\$000 diarios tem o Director a faculdade de abonar como gratificação extraordinaria para recompensar serviços relevantes, mórmente em promptos concertos de linhas, em serviço nocturno para transmissão e recepção de grande quantida de telegrammas ou de despachos urgentes, e em outras occurrencias extraordinarias.

Palacio do Rio do Janeiro, 28 de Dezembro de 1870. —
João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Senhor.—Na exposição e tabellas juntas mostra o Director Geral da Contabilidade do Thesouro que o credito votado para diversas rubricas do art. 7.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor no exercicio de 1869—1870, em virtude da Resolução Legislativa n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, e o supplementar aberto pelo Decreto n.º 4307 de 20 de Abril deste anno, forão insufficientes para o pagamento das respectivas despezas, assim como que para fazer face às mesmas despezas torna-se ainda necessario transportar de umas para outras verbas a quantia de 802:539\$760, e abrir um novo credito de 2.492:941\$225. Conformando-me com os motivos pelo mesmo Director expostos, tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade Imperial o incluso Decreto dando para este fim as necessarias autorisações.

Sou, Senhor, com o mais subido respeito e acatamento de Vossa Magestade Imperial, subdito fiel e reverente.—*Francisco de Salles Torres Homem.*

DECRETO N. 4634 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autorizando o transporte de umas para outras verbas do Ministerio da Fazenda da quantia de 802:539\$760, e abrindo ao mesmo Ministerio um credito supplementar de 2.492:941\$225 para diversas rubricas da despeza do exercicio de (1869 a 1870.)

Tendo-se reconhecido a insufficiencia do credito votado no art. 7.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 para as despezas do Ministerio da Fazenda no exercicio de 1869 a 1870, em que vigorou pela Resolução n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869 e do que foi aberto pelo Decreto n.º 4307 de 20 de Abril do corrente anno, e a necessidade de ser ainda augmentado; e reconhecendo-se ao mesmo tempo que algumas rubricas da mesma Lei apresentam sobras que podem ser applicadas ao pagamento das despezas das verbas deficientes: Hei por bem, na conformidade dos arts. 12 e 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862 e 40 da Lei n.º 1507 acima citada, e Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, Abrir ao dito Ministerio um credito supplementar de 2.492:941\$225 e Autorizar o transporte de umas para outras verbas da quantia de 802:539\$760, segundo as tabellas A e B juntas, assignadas por Francisco de Salles

Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

A.

Tabella das verbas do art. 7.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor no exercicio de 1869—1870, por virtude da Resolução n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, as quaes carecem de augmento de credito, a que se refere o Decreto n.º 4654 desta data.

§ 9.º Estações de arrecadação.....	650:732\$527
§ 16. Despezas eventuaes, sendo 1.084:624\$555 por differenças de cambio, calculadas as remessas ao cambio medio de 24.....	1.160:000\$000
§ 17. Premios, descontos de bilhetes da alfandega, commissões, corretagens, seguros, juros reciprocos, agio de moedas e metaes.....	522:086\$215
§ 18. Juros do emprestimo do cofre de orphãos.....	160:122\$483
	<hr/>
	2.492:941\$223

Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1870.—
Francisco de Salles Torres Homem.

B.

B.—*Tabella das verbas do art. 7.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, em vigor no exercício de 1869—1870, por virtude da resolução n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, as quaes carecem de augmento de credito e são suppridas por transporte de outras verbas do mesmo artigo a que se refere o Decreto n.º 4654 desta data.*

Para o § 2.º juros da divida interna fundada.....	397:497\$000
Tirados :	
Do § 1.º juros, amortização e mais despesas da divida externa fundada.....	237:448\$848
Do § 3.º juros da divida inscripta antes da emissão das apolices.....	70:000\$000
Do § 7.º Thesouro e Thesourarias de Fazenda.....	90:048\$152
Para o § 4.º caixa da amortização e filial da Bahia.	3:329\$459
<hr/>	
Tirados do § 7.º Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda.....	3:329\$459
<hr/>	
Para o § 5.º pensionistas e aposentados.....	192:980\$831
Tirados :	
Do § 7.º Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda.....	6:622\$389
Do § 10.º Casa da moeda...	20:000\$000
Do § 11.º Administração da estâmparia e impressão do Thesouro Nacional..	25:000\$000
Do § 21.º adiantamento da garantia de 2 % provincias a estrada de ferro de Pernambuco.....	94:782\$504
Do credito aberto para igual adiantamento á de S. Paulo.....	46:573\$641
<hr/>	



Para o § 6.º empregados de repartições extintas...	2:941\$445
Tirados:	
Do adiantamento da garantia de 2 % provincias á estrada de ferro de S. Paulo.....	2:941\$445
Para o § 8.º juizo dos feitos da fazenda.....	9:192\$552
Tirados do dito adiantamento.....	9:192\$552
Para o § 9.º estações de arrecadação.....	195:598\$473
Tirados:	
Do adiantamento da garantia de 2 % provincias á estrada de ferro de S. Paulo.....	196:598\$473
	802:539\$760

Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1870. —
Francisco de Salles Torres Homem.

DECRETO N. 4653 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1870.

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Luz Stearica.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia Luz Stearica, devidamente representada e tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Hei por bem Approvar a reforma feita nos estatutos a que se refere o Decreto n.º 4469 de 10 de Fevereiro do presente anno, sujeitando-se a mesma companhia ás modificações que com este baixão, assignadas pelo Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interina-

mente dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

**Modificações a que se refere o Decreto
n.º 4655 desta data.**

1.^a Art. 2.^o Depois das palavras—assemblêa geral—acrescente-se—approvada pelo Governo—, e no fim do artigo—ou se derem os casos previstos em lei.

2.^a Art. 3.^o Declare-se que o augmento do capital tambem fica dependente da approvação do Governo.

3.^a Art. 6.^o Em vez de metade do capital, exija-se o decimo para o caso em que os accionistas requereirão a convocação extraordinaria da assemblêa geral.

4.^a Art. 8.^o Supprima-se o § 2.^o

5.^a Art. 10. Exceptue-se o caso da eleição para directores.

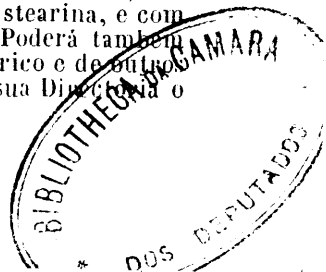
Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1870.
—*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Estatutos da Companhia Luz Stearica.

CAPITULO I.

DA COMPANHIA.

Art. 1.^o A sociedade anonyma organizada nesta Córte sob a denominação de—Companhia Luz Stearica—, tem como fim principal o fabrico de velas de stearina, e com os seus residuos o de oleos e sabão. Poderá tambem occupar-se da preparação de acido sulfurico e de outros quaesquer productos chimicos, se a sua Direcção o julgar conveniente.



Art. 2.º A duração da companhia será até 31 de Dezembro de 1880; podendo, porém, prorogar-se esse prazo por deliberação da assembléa geral dos accionistas, ou ser antes d'elle dissolvida, se assim o resolver a mesma assembléa.

Art. 3.º O capital da companhia será de 300:000\$000, dividido em 1.500 acções de 200\$000 cada uma, e convertido, no predio, machinismos, material, escravos e fundação da fabrica. Este capital e respectivas acções poderão augmentar-se por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 4.º A transferencia das acções só se reputará legitima, sendo feita por termo lançado nos livros da companhia, de conformidade com o art. 297 doCodigo Commercial.

Art. 5.º A responsabilidade dos accionistas limita-se ao valor das respectivas acções, segundo o disposto no art. 298 do citado Codigo Commercial.

CAPITULO II.

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 6.º A assembléa geral da companhia Compõe-se de todos aquelles accionistas cujas acções houverem sido averbadas em seu nome nos livros da associação, pelo menos 60 dias antes da reunião, e reputar-se-ha constituída desde que se achem reunidos accionistas representando um terço do capital social. Será convocada ordinariamente até o 1.º de Março de cada anno, para a apresentação do relatorio, balanço e contas do anno anterior, e para a eleição da Directoria, findo o biennio de seu exercicio, e extraordinariamente sempre que o Presidente da Directoria o entender conveniente, ou quando lh'o requerirão para certo e determinado fim, que deverão expressar por escripto, accionistas que representem metade do fundo social.

Paragrapho unico. Se dentro de dez dias, contados da apresentação do supradito requerimento ao Presidente, não houver este convocado a assembléa geral, poderão directamente fazê-lo os mencionados accionistas, ou quantos constituão a referida metade do fundo social.

Art. 7.º As sessões da assembléa geral serão presídidas por um Presidente, e suas actas lavradas por um

Secretario, eleitos pela mesma assembléa em suas sessões ordinarias. O Presidente será substituido pelo Secretario, e este por quem a assembléa designar.

Art. 8.º As convocações da assembléa geral serão feitas por annuncios repetidos nas folhas publicas de maior circulação, com antecedencia pelo menos de cinco, e quando muito de 20 dias do marcado para a reunião, cujo objecto se deverá expressamente declarar.

§ 1.º Não comparecendo na primeira reunião o numero de accionistas exigido pelo art. 6.º, o Presidente da Directoria marcará segunda, na qual se poderá deliberar estando presentes tantos accionistas quantos sejam possuidores da sexta parte do capital da companhia.

§ 2.º Quando porém a convocação houver sido, conforme a hypothese da ultima parte do artigo antecedente, a requerimento de accionistas, e não comparecerem estes em numero legal, não será marcada nova reunião, caducando *ipso facto* o andamento das questões que provocara a primeira.

Art. 9.º Nas sessões extraordinarias só se tratará do objecto para que forem ellas convocadas.

Art. 10. Os accionistas ausentes poderão fazer-se representar pelos presentes á reunião, por meio de procurações com poderes especiaes para esse fim; não devendo porém o procurador representar mais de um accionista.

Art. 11. Cada dez acções dará o direito de um voto ao respectivo accionista; nenhum porém poderá ter mais de vinte votos, seja qual fór o numero de acções que represente por si, ou como procurador de outrem.

Ao Presidente da assembléa geral, no caso de empate, cabe o voto de qualidade.

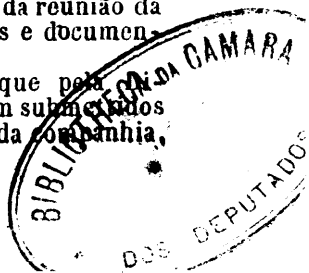
Art. 12. A' assembléa geral compete, além das demais attribuições marcadas nestes estatutos:

§ 1.º Eleger a Directoria que deve servir no biennio administrativo.

§ 2.º Preencher as vagas de Directores que se derem durante o biennio.

§ 3.º Julgar as contas annuaes apresentadas pela Directoria, constantes do respectivo relatorio e balanço, para o que deverão estar á disposição dos accionistas no escriptorio da companhia, tres dias antes da reunião da assembléa geral o referido balanço, livros e documentos de todas as suas transacções.

§ 4.º Resolver todos os assumptos que pela Directoria, ou por qualquer accionista, forem submettidos á sua decisão, relativamente a interesses da companhia,



§ 5.º Reformar os presentes estatutos, quando assim o entender conveniente, devendo para isso ser convocada uma sessão extraordinaria (publicando-se previamente os pontos reformaveis), na qual estejam presentes, e votem pela reforma, accionistas que representem os dous terços do capital social, observadas as prescripções legais que regulão semelhantes actos.

CAPITULO III.

DA DIRECTORIA.

Art. 13. A administração da companhia será exercida por uma Directoria biennal de tres membros, que designaráõ d'entre si, em acto continuo á sua posse, um Presidente, um Secretario e um Fiscal. Estes membros deverãõ ser accionistas de 100 acções, pelo menos, as quaes serão inalienaveis emquanto durarem suas funcções, e até quatro mezes depois de haverem ellas cessado.

Art. 14. A Directoria deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mez, e extraordinariamente sempre que o seu Presidente julgar necessario, ou quando lh'o requireirão os dous outros Directores.

Art. 15. A Directoria compete:

§ 1.º A administração e fiscalisação de tudo quanto respeita á companhia, decidindo todos aquelles negocios que por sua gravidade e urgencia não possam ser adiados para a solução da assembléa geral.

§ 2.º A designação do banco em que devão ser pelo Gerente diariamente recolhidas as sommas disponiveis que arrecadar, e onde se abra conta corrente, de modo a auferir juros dos respectivos saldos.

§ 3.º A livre nomeação e demissão do Gerente, Engenheiro e Guarda-livros da companhia; a fixação de seus vencimentos, e a expedição de ordens e instrucções para o bom desempenho de seus deveres.

§ 4.º Dando-se vaga de algum Director durante o biennio, os restantes chamarãõ algum accionista que servirá até a proxima reunião da assembléa geral; no caso porém de haver desaccôrdo sobre esta escolha, se convocará extraordinariamente a assembléa geral para preencher a vaga existente.

Art. 16. Ao Presidente da Directoria, que será substituido provisoriamente em seus impedimentos pelo Secretario, compete:

§ 1.º Executar e fazer executar as deliberações da assembléa geral, e as da Directoria a que preside.

§ 2.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral.

§ 3.º Apresentar á assembléa geral, em suas sessões ordinarias, o relatorio, balanço e contas do anno anterior, depois de sua discussão e approvação em Directoria.

§ 4.º Representar a companhia em todos os seus direitos e interesses, e em seu nome demandar e ser demandado, para o que lhe são conferidos plenos poderes.

Art. 17. Ao Secretario compete:

§ 1.º Lavrar as actas das sessões da Directoria, redigir e dar destino á sua correspondencia, e expedir as ordens que se houverem determinado.

§ 2.º Authenticar com a sua assignatura os termos de transferencia de acções da companhia.

Art. 18. Ao Fiscal compete:

§ 1.º Visitar com frequencia a fabrica e os depositos da companhia, a fim de fiscalizar a regularidade do serviço, que de acôrdo com o Gerente procurará por todos os meios melhorar.

§ 2.º Transmittir ao mesmo Gerente as ordens que por seu intermédio, lhe queira o Presidente communicar, velando por sua fiel observancia.

§ 3.º Examinar toda a escripturação da companhia e verificar a sua exactidão e a conveniencia do seu systema, fazendo que esteja sempre em dia.

§ 4.º Instruir a Directoria do fructo de suas investigações, e de quaesquer observações tendentes a promover os interesses da companhia que lhe suggira o Gerente ou qualquer outro empregado.

CAPITULO IV.

DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA.

Art. 19. Além do pessoal indispensavel para o serviço da fabrica, haverá os seguintes principaes empregados: um Gerente, um Engenheiro, e um Guarda-fabrica.

Art. 20. Incumbe ao Gerente:

§ 1.º Celebrar todos os contractos necessarios ao desenvolvimento e manejo da fabrica, depois de submettidos á Directoria e de serem por ella approvados.

§ 2.º Promover a venda dos productos da fabrica, pesquizando todos os meios de augmentar-lhe a extracção.

§ 3.º Ter a seu cargo a caixa da companhia, e recolher diariamente as sommas que arrecadar, e se considerarem disponiveis, ao banco que lhe houver designado a Directoria.

§ 4.º Apresentar ao Fiscal nos primeiros tres dias de cada mez, o balancete resumido da caixa a seu cargo no mez anterior e o do semestre findo, nos primeiros seis dias do subsequente, para serem presentes á Directoria.

CAPITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 21. Dos lucros liquidos provenientes das operações effectivamente concluidas no respectivo semestre, deduzir-se-ha:

1.º Dez por cento, pelo menos, para fundo de reserva.

2.º Dez por cento, divididos em tres partes iguaes, para commissão dos tres Directores.

3.º O resto para o dividendo semestral.

Art. 22. O fundo de reserva é exclusivamente destinado para fazer face ás perdas do capital social, ou para substituil-o.

Art. 23. Não se poderá fazer distribuição de dividendos, enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não fór integralmente restabelecido.

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1870.—*José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho*.—*Jeronymo José de Mesquita*.—*M. P. Ferreira Lage*.



DECRETO N. 4656 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1870.

Concede ao vapor *S. Vicente* as vantagens de paquete.

Attendendo ao que Me representou a Presidencia da Provincia de S. Paulo, Hei por bem Conceder ao vapor *S. Vicente*, empregado na navegação entre o porto do Rio de Janeiro e o de Iguape, contractada pela referida Presidencia com os negociantes Mendes & Lemos, do Rio de Janeiro, e Forjaz & Sá, da cidade de Santos, as vantagens de paquete, outorgadas pelo Decreto n.º 4544 de 20 de Abril do corrente anno, aos da empresa incumbida da navegação intermediaria até Santa Catharina.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interinamente da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4657 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autoriza o augmento do capital da Companhia Intimidade, estabelecida na cidade do Rio Grande.

Attendendo ao que Me representou a Companhia Intimidade, estabelecida na cidade do Rio Grande e devidamente representada, e de conformidade com a Minha immediata Resolução de 14 do corrente mez, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em 8 do mez passado: Hei por bem Conceder-lhe authorização para augmentar o respectivo capital, emitindo para tanto acciones de 6:500\$000 cada uma, sob as condições da art. 5.ª dos estatutos approvados pelo Decreto n.º 4544 de 20 de Abril do corrente anno.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interinamente dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Senhor.—A Lei de Orçamento n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercicio de 1869 a 1870 pela de n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, fixou no § 9.º art. 8.º para illuminação publica a quantia de 570:159\$289, e o Decreto n.º 4519 de 28 de Abril do corrente anno abriu o credito supplementar del 103:920\$878 para fazer face ás despezas deste serviço.

Essas quantias, porém, foram insufficientes para taes despezas, que se elevão a 680:608\$933 por serem os pagamentos á Companhia de illuminação a gaz realizados segundo o padrão monetario de 4\$900 por oitava de ouro de 22 quilates, como dispõe a condição 49 do contracto de 11 de Março de 1851; e não era possível no referido mez de Abril prever o cambio.

E' pois indispensavel recorrer de novo ao meio facultado no art. 12 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862.

A' vista do expendido tenho a honra de apresentar á assignatura de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, que autoriza na fórma do art. 4.º, § 2.º da Lei n.º 539 de 9 de Setembro de 1850, e como o art. 12 da de n.º 1177 já citada, a abertura de outro credito supplementar, na importancia de 7:428\$775, justificado na demonstração igualmente junta, a fim de cobrir as despezas com a verba illuminação publica pertencente ao exercicio de 1869 a 1870.

Sou, Senhor, com o mais profundo respeito, de Vossa Magestade Imperial, subdito fiel e reverente.—*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

DECRETO N. 4638—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1870.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas novo credito supplementar na importancia de 7:428\$773, para cobrir as despesas feitas pela verba —Iluminação publica— do exercicio de 1869 a 1870.

Sendo insufficiente a quantia votada no § 9.º, art. 8.º da Lei de Orcamento n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercicio de 1869 a 1870 pela de n.º 1759 de 20 de Outubro de 1869; e bem assim a de que trata o Decreto n.º 4519 de 28 de Abril do presente anno: Hei por bem, na forma do § 2.º, art. 4.º da Lei n.º 589 de 9 de Setembro de 1830 e do art. 42 da de n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862. Abrir ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas novo credito supplementar na importancia de 7:428\$773, para cobrir as despesas pela verba — Iluminação publica —, pertencente ao referido exercicio, como se vê da demonstração junta: dando-se disto conhecimento ao poder legislativo na sua proxima reunião.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira



Demonstração da despesa com a verba—Illuminação pública—no exercício de 1869—1870, a que se refere o decreto desta data.

§ 9.º ART. 8.º DA LEI N. 1507 DE 26 DE SE- TEMBRO DE 1867.		CAMBIO.	CONSUMO.	PAGAMENTO SEGUNDO OS CAMBIO.	TOTAL.	
Illuminação a gaz.			h. m.			
Nas ruas e praças da cidade.	1869.	Julho.....	18 7/8	1.768.351,44	69:211\$033	
		Agosto.....	19 1/4	1.639.209,36	63:970\$586	
		Setembro....	19 1/8	1.543.933,82	58:831\$123	
		Outubro.....	19	1.487.268,30	57:064\$144	
		Novembro....	19 5/8	1.353.253,12	50:268\$615	
		Dezembro....	19 7/8	1.352.078,14	49:593\$027	
		1870.	Janeiro....	19 7/8	1.365.052,52	50:069\$108
	Fevereiro....		19 7/8	1.302.346, 4	47:769\$069	
	Março.....		21 3/4	1.551.487,36	52:001\$607	
	Abril.....		24	1.599.360,32	48:803\$575	
	Maio.....		22 5/8	1.741.706,40	56:100\$188	
	Junho....		21 7/8	1.727.998, 4	57:586\$769	661:065\$846
	No jardim do Passado Publico.	1869.	Julho.....	18 5/8	27.360 p. c.	316\$596
Agosto.....			19 1/4	26.800	300\$722	
Setembro....			19 1/8	18.400	207\$809	
Outubro....			19 5/8	9.600	109\$132	
Novembro....			19 5/8	8.700	95\$752	
Dezembro....			19 7/8	5.600	93\$464	
1870.		Janeiro....	19 7/8	8.900	96\$725	
		Fevereiro....	19 7/8	8.600	93\$464	
		Março.....	21 3/4	11.500	114\$206	
		Abril.....	24	10.100	90\$900	
		Maio.....	22 5/8	11.800	112\$654	
		Junho.....	27 7/8	10.900	107\$626	
Com os vencimentos do acendedor desta illuminação.....				505\$000	2:244\$050	
Importancia com a remoção de combusto- res de uns para outros pontos, e varias despezas.....					1:720\$650	
Dito do consumo de gaz pelos 20 combus- tores do jardim da praça da Constituição					1:381\$751	
Illuminação a azeite.						
Vencimentos dos empregados.....				6:510\$000	.	
Despesa com o serviço desta illuminação....				7:686\$636	14:196\$636	
					080:008\$933	
Credito da lei.....				570:159\$280		
Dito do Decreto n.º 4519 de 28 de Abril de 1870				103:020\$878	673:180\$158	
Deficit.....					7:428\$775	

Palacio da Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1870.—*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Senhor. — A Lei de Orçamento n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercício de 1869—1870 pela de n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, ficou no art. 8.º para as despesas do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas:

§ 1.º A quantia de 150:000\$000.

§ 5.º A de 10:000\$000.

§ 15. A de 230:000\$000.

§ 17. A de 80:000\$000.

Muséo nacional, 8:900\$000.

Estas quantias, porém, foram insufficientes para os respectivos serviços.

Verifica-se o deficit:

De 10:715\$310 no § 1.º, verba—Secretaria de Estado—, proveniente da compra de livros e de impressões, inclusive a do relatório apresentado á Assembléa Geral.

De 2:153\$517 no § 5.º, verba—Eventuaes—, proveniente de serviços com a ultima exposição de productos industriaes e agricolas em Hamburgo.

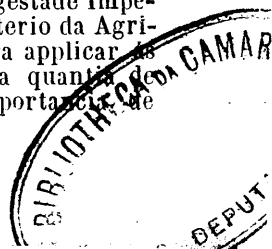
De 109:090\$260 no § 15, verba—Telegraphos—, proveniente do prolongamento das linhas telegraphicas, e consequente despesa com o pessoal e material deste serviço; e bem assim da reconstrucção de linhas autorizada por este Ministerio.

A renda dos telegraphos elevou-se a 112:018\$200, sendo de serviço publico e não cebrado em dinheiro 21:612\$200, e 90:376\$000 dos telegrammas expedidos por particulares.

De 9:959\$810 no § 17, verba—Catechesé e civilização de indios—, proveniente da vinda á esta Córte de alguns dos mesmos indios, aos quaes se concedêrão brindes e passagens; fazendo-se outras despesas.

De 848\$334 na verba—Muséo nacional—, proveniente da collocação do encanamento de gaz para illuminar-se a frente do respectivo edificio nos dias de festa nacional, e do consumo do referido gaz.

Sendo de necessidade lançar mão do recurso facultado no art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862, tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, que autoriza o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para applicar as despesas dos mencionados paragraphos a quantia de 132:776\$291, tirada das sobras, na importação de



288:350,981, e que se verificação no § 13, art. 8.º da Lei de Orçamento, pertencente ao exercício de 1869—1870, como consta da demonstração e tabella inclusas.

Sou, Senhor, com o mais profundo respeito, de Vossa Magestade Imperial subdito fiel e reverente.—*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

DECRETO N. 4659—DE 20 DE DEZEMBRO DE 1870.

Autoriza o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para applicar ás despesas de varias verbas deficientes do exercício de 1869—1870, a quantia de 132:776\$291, resultante da sobra que se verifica no § 13, art. 8.º da respectiva Lei de Orçamento.

Sendo insufficientes as quantias votadas nos §§ 1.º, 3.º, 15 e 47, art. 8.º da Lei de Orçamento n.º 1597 de 26 de Setembro de 1867, mandada vigorar no exercício de 1869—1870 pela de n.º 1759 de 20 de Outubro de 1869, e bem assim a que foi consignada para o Museu Nacional durante o mesmo exercício; Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros; e de conformidade com o art. 13 da Lei n.º 1177 de 9 de Setembro de 1862: Hei por bem Autorizar o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para applicar ás referidas despesas a quantia de 132:776\$291, tirada da sobra que se verifica no § 13, art. 8.º da respectiva Lei de Orçamento, como tudo se vê da tabella e demonstração juntas; dando-se disto conhecimento ao Poder Legislativo na sua proxima reunião.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte ~~noxe~~ ^{noxe} de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a publicação de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Demonstração da despesa com as verbas dos §§ 1.º, 5.º, 15 e 17 art. 8.º da Lei do Orçamento para o exercício de 1869—1870, inclusive a rubrica — Museu nacional —; bem como dos deficits que nellas se verificão e a que se refere o decreto desta data.

Verbas.		Deficite.
§ 1.º		
Importancia da despesa pela verba—Secretaria de Estado—, sendo:		
Com o pessoal.....	134:436\$906	
Objectos para o expediente, compra de livros e impressões, inclusive a do relatorio.....	23.316\$120	
Despesas miudas.....	2:932\$315	
	<hr/>	
	160:745\$340	
Credito da lei.....	150:000\$000	10:745\$340
§ 5.º		
Importancia da despesa pela verba—Eventaes—, sendo:		
Com diversas gratificações extraordinarias e substituições de empregados.....	6:233\$597	
Com serviços da ultima exposição de Hamburgo.....	2:119\$200	
Passagens concedidas a empregados deste Ministerio, e outras despesas imprevistas.....	3:800\$750	
	<hr/>	
	12:153\$547	
Credito da lei.....	10:000\$000	2:153\$547
§ 15.		
Importancia da despesa pela verba—Telegraphos—, sendo:		
Com o pessoal e outros gastos satisfeitos na Corte.....	258:522\$211	
Distribuido ás Provincias.....	11:621\$910	
Creditos destinados a encomendas de objectos para o respectivo serviço, inclusive as differenças de cambio.....	68:955\$109	
	<hr/>	
	339:099\$260	
Credito da lei.....	230:000\$000	109:099\$260

§ 17.

Importancia da despesa pela
verba — Catechese e civilisação
de indios —, sendo :

Com o que foi pago na Corte	2:988,810	
Creditos distribuidos ás Provin- cias, e outras despesas.....	86:971,000	
	89:959,810	
Credito da lei.....	89:000,000	9:959,810

Museo nacional.

Importancia da despesa por es-
ta verba, sendo :

Com o pessoal.....	3:984,968	
Gastos diversos.....	1:644,842	
Encauamento do gaz para illu- minar-se a frente do edificio, e consumo do mesmo gaz.....	2:118,946	
	9:748,334	
Credito da lei.....	8:900,000	848,334
Total...	132:776,291	

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1870. —
João Alfredo Corrêa de Oliveira.

*Tabella dos d-ficits que se verificão nas verbas abaixo decla-
radas, constantes da demonstração junta, e pertencentes ao
exercicio de 1869 — 1870.*

§ 1.º Secretaria de Estado.....	10:715,140
§ 5.º Eventuaes.....	2:154,547
§ 15. Telegraphos.....	109:099,260
§ 17. Catechese e civilisação de indios	9:959,810
Museo nacional.....	848,334
Total.....	132:776,291

Para fazer face a este deficit se tem de tirar igual quantia
do § 13, art. 8.º da respectiva Lei de Orçamento, que tem so-
bras sufficientes.

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1870. —
João Alfredo Corrêa de Oliveira.

DECRETO N. 4660—DE 30 DE DEZEMBRO DE 1870.

Marca o ordenado annual do Promotor Publico da Comarca de Buique, na Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. O Promotor Publico da Comarca de Buique, ultimamente creada na Provincia de Pernambuco, vencerá o ordenado annual de 800\$000.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 4661—DE 30 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara de primeira entrancia a Comarca de Buique, ultimamente creada na Provincia de Pernambuco.

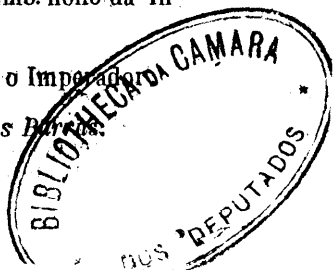
Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica declarada de primeira entrancia a Comarca de Buique, ultimamente creada pela Lei n.º 956 da Assembléa Legislativa da Provincia de Pernambuco.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.



DECRETO N. 4661 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1870.

Orça a receita e fixa a despesa da Camara Municipal da Côrte para o anno de 1871.

Hei por bem, de conformidade com o disposto no art. 23 da Lei n.º 408 de 26 de Maio de 1840, approvar e mandar que se execute, pela maneira abaixo declarada, o Orçamento da Illma. Camara Municipal para o anno de 1871.

Receita.

Art. 1.º E' orçada a receita para o anno a que se refere o presente Decreto na quantia de 798:870\$199, a saber :

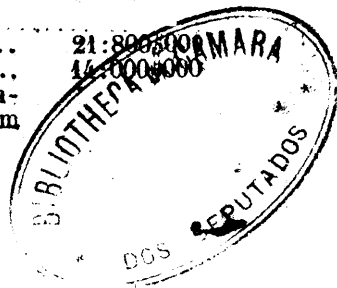
§ 1.º Imposto no consumo de aguar-dente.....	74:596\$215
§ 2.º Dito sobre vinhos, licores e mais bebidas espirituosas.....	67:264\$046
§ 3.º Dito de policia.....	22:025\$773
§ 4.º Dito sobre seges, carros, carro- ças, etc.....	121:787\$409
§ 5.º Fóros de terrenos da camara...	4:515\$010
§ 6.º Ditos ditos de marinhas e man- gues.....	1:651\$521
§ 7.º Ditos de armazens.....	2:505\$066
§ 8.º Ditos de tavernas.....	1:407\$360
§ 9.º Ditos de carroças.....	2:268\$800
§ 10. Ditos de carros.....	123\$840
§ 11. Ditos de quitanda.....	15\$040
§ 12. Laudemios de terrenos da Ca- mara.....	32:492\$443
§ 13. Ditos de ditos de marinhas e mangues.....	30:000\$000
§ 14. Rendimento do matadouro, in- clusive a matança de porcos, carnei- ros, etc.....	100:000\$000
§ 15. Dito de talhos fóra da cidade..	\$
§ 16. Dito da praça do Mercado.....	114:871\$900
§ 17. Dito de aferições e carimbos de carros, carroças, etc.....	20:466\$666
§ 18. Emolumentos de alvarás de ca- sas de negocio, etc.....	66:270\$480
§ 19. Premios de depositos.....	350\$522

20. Taxas sobre a venda do peixe pela cidade.....	80\$000
21. Dita sobre naturalisações.....	432\$666
22. Multas por infracção de posturas.....	18:832\$301
23. Ditas policiaes.....	16:538\$734
24. Indemnisações de reparos de calçadas.....	10:490\$737
25. Ditas por medições de terrenos de marinhas.....	20\$266
26. Licenças para festividades.....	158\$666
27. Ditas a mascates.....	16:658\$000
28. Ditas a despachantes.....	683\$333
29. Alugueis de proprios municipaes.....	480\$000
30. Locações de terrenos para toldos volantes nas praças e matadouros.....	10:000\$000
31. Arrematações de terrenos de marinha.....	11:051\$111
32. Investiduras de terrenos ganhos em arruamentos.....	266\$093
33. Arruações.....	1:367\$196
34. Restituições e reposições.....	1:036\$104
35. Cobrança da divida activa.....	3:713\$495
36. Juros de apolices.....	3:804\$000
37. Productos de generos vendidos.....	\$
38. Donativos.....	\$
39. Custas.....	\$
40. Joias por medição de terrenos no Realengo em Campo Grande.....	\$
41. Multas impostas a empreiteiros.....	576\$666
42. Productos de arrematação de terrenos devolutos no mangue da cidade nova.....	\$
43. Saldo do exercicio anterior (provavel).....	40:000\$000

Despeza.

Art. 2.º E' fixada a despeza para o referido anno na quantia de 785:827\$456, a saber :

1.º Secretaria.....	21:800\$000
2.º Contadoria.....	44:000\$000
3.º Thesoureiro, escrivão, advogado e procurador, de conformidade com	



a di. N.ção do art. 3.º do Decreto n.º 444 de 29 de Dezembro de 1869....	15:574\$861
§ 4.º Directoria de obras.....	41:307\$000
§ 5.º Fisceas e guardas.....	35:360\$000
§ 6.º Matadouro.....	11:439\$500
§ 7.º Aposentados.....	7:667\$395
§ 8.º Fêros de terrenos occupados pela Camara.....	42\$0.00
§ 9.º Diferentes obras:	
Calçamentos.....	204:400\$000
Conservação e melho- ramento de estradas....	50:000\$000
Plantio, conservação e melhoramento de praças.	30:000\$000
Aterros e desaterros....	28:000\$000
Pontes e pontilhões..	6:000\$000
Cães e muralhas.....	25:000\$000
Construção da escola municipal de S. Sebas- tião, sendo 4:000\$ para indemnisação por altera- ção no plano do edificio, 25:000\$ para ajardina- mento da frente, grades e aquisição de mobília, e 51:333\$340 para o que resta pagar da importan- cia de 94:000\$, por que foi contractada a obra..	90:333\$340
Obras do matadouro, deduzido do custo de 55:450\$ a importância de 15:043\$640 que se pa- gon no exercício de 1870	30:106\$360
Concertos de proprios municipaes.....	20:000\$000
Abertura e alargamen- to de ruas.....	6:000\$000
Dita da lagoa de Ro- drigo de Freitas.....	600\$000
Gratificação ao encar- regado do pagamento das férias.....	600\$000
§ 10. Amortização da divida passiva	491:039\$700
§ 11. Custas a que está sujeito o corpo municipal.....	30:000\$000
§ 12. Despesa judiciais.....	5:000\$000
	2:000\$000

.....	1:500\$000
.....	7:800\$000
§ 45. Despesa com papel, livros in-	10:000\$000
clusive o pessoal do serviço.....	
§ 46. Limpeza e irrigação da cidade,	110:000\$000
inclusive administrador e feitores.....	
§ 47. Eventuaes.....	10:000\$000

Art. 3.º Ficção annullados, por não se ter verificado toda a despesa autorizada dentro do anno financeiro de 1870, os saldos de 1:408\$349 do credito de 45:000\$000 aberto pelo Decreto n.º 4540 de 15 de Junho do anno passado para as obras da escola municipal, e o de 30:106\$360 do de 55:150\$000 concedido pelo de n.º 4374 de 20 de Agosto do dito anno para as do matadouro (arts. 10 e 14 do Decreto n.º 4309 de 31 de Dezembro de 1868).

Art. 4.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta e um de Dezembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

